JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 6
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 17
Prefeitura Municipal de Apiacás 142
Prefeitura Municipal de Araguaiana 143
Prefeitura Municipal de Araguainha 144
Prefeitura Municipal de Araputanga 146
Prefeitura Municipal de Arenápolis 147
Prefeitura Municipal de Aripuanã 148
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 150
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 151
Prefeitura Municipal de Cáceres 152
Prefeitura Municipal de Campinápolis 155
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 155
Prefeitura Municipal de Campo Verde 185
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 201
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 207
Prefeitura Municipal de Canarana 207
Prefeitura Municipal de Castanheira 208
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 208
Prefeitura Municipal de Colíder 208
Prefeitura Municipal de Colniza 211
Prefeitura Municipal de Comodoro 215
Prefeitura Municipal de Confresa 224
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 224
Prefeitura Municipal de Cuiabá 272
Prefeitura Municipal de Curvelândia 273
Prefeitura Municipal de Denise 276
Prefeitura Municipal de Diamantino 276
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 303
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 303
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 305
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 308
Prefeitura Municipal de General Carneiro 313
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 313
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 314
Prefeitura Municipal de Itanhangá 316
Prefeitura Municipal de Itaúba 316
Prefeitura Municipal de Itiquira 317
Prefeitura Municipal de Jangada 317
Prefeitura Municipal de Jauru 331
Prefeitura Municipal de Juara 332
Prefeitura Municipal de Juruena 333
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 333
Prefeitura Municipal de Marcelândia 335
Prefeitura Municipal de Matupá 340
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 342

Prefeitura Municipal de Nobres 343
Prefeitura Municipal de Nortelândia 344
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 350
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 356
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 356
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 361
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 361
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 362
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 363
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 365
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 366
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 367
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 368
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 369
Prefeitura Municipal de Paranatinga 369
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 371
Prefeitura Municipal de Poconé 372
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 374
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 379
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 383
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 394
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 396
Prefeitura Municipal de Poxoréu 405
Prefeitura Municipal de Querência 424
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 425
Prefeitura Municipal de Rondolândia 426
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 426
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 431
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 431
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 432
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 432
Prefeitura Municipal de São José do Povo 468
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 469
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 469
Prefeitura Municipal de Sapezal 470
Prefeitura Municipal de Sinop 470
Prefeitura Municipal de Tabaporã 482
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 484
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 489
Prefeitura Municipal de Tesouro 490
Prefeitura Municipal de União do Sul 491
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 492
Prefeitura Municipal de Vera 500
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 501

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE: "DISPENSA Nº 001/2016."

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "DISPENSA Nº 001/2016."

A Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, por meio do presente edital, assinado pelo Presidente desta instituição o Sr. Neurilan Fraga e pela sua Coordenadora Administrativa e Financeira Aparecida Chiodi Pesamosca, com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93, e parecer da Assessoria Jurídica, torna pública a Dispensa de Licitação para firmar contrato com o Sr. Caio de Abreu Jayme Guimarães, referente a Locação de Imóvel localizado no sexto pavimento do edifício JK, do SC Sul, Brasília/DF, onde funcionará o escritório de representação da AMM em Brasília, por um período de 12 meses, prorrogável mediante termo aditivo por iguais períodos, até o limite permitido nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Cuiabá – MT., 06 de Janeiro de 2016.

NEURILAN FRAGA

Presidente

APARECIDA CHIODI PESAMOSCA

Coordenadora Administrativa e Financeira

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE BALANÇO Nº 001/2016

A SENHORA MARIA MANEA DA CRUZ, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES EM CUMPRIMENTO AO ARTIGO 31, § 3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, COMUNICA QUE AS CONTAS ANUAIS DO CONSÓRCIO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE. AS CONTAS SE ENCONTRAM NA SEDE DO CONSÓRCIO NA RUA RIO DE JANEIRO, Nº 1.125 – JD. SANTA MARIA EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS – MT, 31 DE JANEIRO DE 2016.

Maria Manea da Cruz

Presidente

Publicado nesta data no local de costume

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA - CISRTP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

O presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES**, CNPJ 00.832.086/0001-19, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no artigo 16 Parágrafo 6º do Estatuto Social, CONVOCA os Municípios integrantes do Consórcio e a quem possa interessar, para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 17 de fevereiro de 2016, às 15:30 horas, na sede do Consórcio, localizado na Avenida Porto Alegre, 3125, Sorriso (nas dependências do Hospital Regional de Sorriso), Estado de Mato Grosso, com a seguinte pauta:

1º) Apresentação da situação financeiro do Consórcio para os tramites de encerramento das ações.

2º) Pagamento dos prestadores de serviços credenciados junto ao Consórcio

3º) Assuntos Gerais

Sorriso, 04 de fevereiro de 2016.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Presidente

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires

AVISO DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA - CPSVTP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

O presidente do **CONSORCIO PÚBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES**, CNPJ 23.019.551/0001-00, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no artigo 7º do Estatuto Social, CONVOCA os Municípios integrantes do Consórcio e a quem possa interessar, para Assembleia Geral a realizar-se no dia 17 de Fevereiro de 2016, às 14:30 horas, na sede do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, localizado na Avenida Porto Alegre, 3125, Sorriso (nas dependências do Hospital Regional de Sorriso), Estado de Mato Grosso, com a seguinte pauta:

1º) Análise da Proposta encaminhada pela Secretaria de Estado de Saúde

2º) Prestação de Contas de Setembro de 2015 a Dezembro de 2015

3º) Assuntos Gerais

Sorriso, 04 de fevereiro de 2016.

Otaviano Olavo Pivetta

Presidente

Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

O Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, com sede na rua da Saudade, s/n- São Félix do Araguaia – MT, torna publico que realizara no dia 05**/02/2016 às 09:00** horas**, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CECILIO BENICIO DA SILVA FILHO – ME , CADASTRADA NO CNPJ: Nº22.283.682/0001-20, COM SEDE LUIZ GONZAGA DE SOUZA, 141, CENTRO – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, PARA**PRESTACAO DE SERVICOS ESPECIALIZADO COMO MÉDICO DIRETOR CLINICO PARA ATENDER AS NECESIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

.

São Félix do Araguaia/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

Presidente CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA N. 05/2016

PORTARIA Nº. 05/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO N. 01 AO 04/2016."

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. ARCILIO JESUS DA CRUZ**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Fernando de Jesus Ferreira,** cargo Coordenador de Administração e Gestão, para exercer a função de Fiscal do Contrato n. 01 ao 04/2016, cujo o objeto é a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Artísticos e Produção Musical no Evento Acorifolia – Carnaval de rua deste Município**.

.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de janeiro de 2016.

_____

ARCILIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 06/2016

EXTRATO DE CONTRATO 06/2016

CONTRATO N. 06/2016 – CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT E A EMPRESA BARCELOS,ESTEVES & JERONIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

OBJETO: PRESTAÇÃO DESERVIÇOSESPECIALIZADA DE ADVOCACIA,ASSESSORIAE CONSULTORIAJURÍDICA PARA ATENDER O MUNCIPIO DE ACORIZAL/MT.

VALOR – R$ 66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS);

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO– 04 DE FEVEREIRO DE 2016;

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2015

REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADA: MUNICIPIO DE ACORIZAL – MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO..

A Pregoeira Oficial do Município de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial n. 16/2015, Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM , cuja abertura ocorreu às 15/12/2015 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, sagrou-se vencedoras as seguintes empresas:

1- PS DOS SANTOS JUNIOR-ME no valor de R$ 57.798,00 (cinquenta e sete mil e setecentos e noventa e oito reais)

2 - 4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA no valor de R$ 30.404,50 (trinta mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos).

É importante informar que as empresas vencedoras apresentaram todos os documentos exigidos no instrumento convocatório.

Acorizal/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Shelma Taques da Silva

Pregoeira Oficial

PORTARIA N. 06/2016

PORTARIA Nº. 06/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO N. 05/2016."

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. ARCILIO JESUS DA CRUZ**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Fernando de Jesus Ferreira,** cargo Coordenador de Administração e Gestão, para exercer a função de Fiscal do Contrato n. 05/2016, cujo o objeto é a **Aquisição de Combustíveis**.

.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de janeiro de 2016.

_____

ARCILIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

EDITAL ACORIZAL-PREVI 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

ACORIZAL-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL ACORIZAL-PREVI 001/2016

O ACORIZAL-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Acorizal, Estado de Mato Grosso, representado pelo Secretário de Finanças e Administração, Sr. Edimar Rezer, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Acorizal-MT, 04 de fevereiro 2016.

Edimar Rezer

Gestor

PORTARIA N. 07/2016

PORTARIA Nº. 07/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO N. 06/2016."

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. ARCILIO JESUS DA CRUZ**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Fernando de Jesus Ferreira,** cargo Coordenador de Administração e Gestão, para exercer a função de Fiscal do Contrato n. 06/2016, cujo o objeto é a **Prestação de Serviços Especializada de Advocacia, Assessoria e Consultoria Jurídica para atender o Município de Acorizal/MT**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 04 de fevereiro de 2016.

_____

ARCILIO JESUS DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 02/2015, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 02/2015, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal – **Sala de múltiplo uso, nos seguintes Dias e Horários:**

Dia 11/02/2016-Quinta-Feira

8:00 - Apoio Administrativo Educacional - Motorista

Apoio Administrativo Educacional - Vigia

Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura/Nutrição

13:30 - Professor Educação Física

Provisionado em Educação Física

Instrutor de Oficina de Skate

Instrutor de Oficina de Taekwondo

Instrutor de Oficina de karatê

Técnico Administrativo Educacional

15:00 - Professor Pedagogia

Dia 15/02/2016-Segunda-Feira

8:00 – Instrutor de Oficina de Dança

Instrutor de Oficina de Hip Hop

Instrutor de Oficina de Teatro

Instrutor de Oficina de Música/Cordas

Paragrafo Único: Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital da Modalidade Campo, exceto das Escolas Indígenas, terão suas atribuições nas próprias Escolas. Conforme os seguintes **dias, horários e locais:**

Dia: 10/02/16 - Quarta- Feira

Horário:14:00

Local: Escola Municipal Bela Vista

Dia:11/02/2016- Quinta-Feira

Horário:7:30

Local: Escola Municipal Agrovila Central; PA Jaraguá

Horário:10:00

Local: Escola Municipal Bom Princípio, PA Martins

Horário: 13:00

Local: Escola Municipal Jandira, PA Jandira

Horário: 15:30

Local: 15:30 Escola Municipal Apóstolo Paulo; PA Serrinha

Dia: 12/02/2016 - Sexta-Feira

Horário: 9:00

Local: Sala Múltiplo uso-Prefeitura Municipal

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar **três vias** da seguinte documentação:

Cópia da cédula de identidade / RG;

Cópia do cadastro de pessoa física / CPF;

Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

Cópia da CNH (Conforme o cargo);

Cópia de reservista ou documento equivalente;

Cópia de certidão de casamento ou nascimento;

Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos;

Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada;

Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos);

Declaração que não aposentado por invalidez;

Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho;

Exames necessários:

- Hepatites virais

- Hemograma

- Glicemia

- Tipagem sanguínea

- O candidato aprovado para os cargos de: auxiliar de serviços gerais, apoio administrativo educacional infraestrutura deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 02/2015.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa- MT, 04 fevereiro 2016.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CONVOCADOS SEDE/CAMPO

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional - Motorista - Ensino Médio-Sede	Carga Horária
1º	DIVINO PIRES MATEUS	**APOIO ADM. EDUCACIONAL - MOTORISTA - ENSINO MÉDIO**	**40h**
2º	MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA		
3º	TCHARLES RODRIGO SCHERER		
4º	EDSON MARQUES DE OLIVEIRA		
5º	FRANCISCO RAMOS DE SOUZA NETO		
6º	RENAN CASSIO SOARES SILVA		
7º	AMANCIO MAGALHÃES DOS SANTOS NETO		

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional -Vigia - Ensino Médio-Sede	Carga Horária
1º	MANOEL MESSIAS N. DOS SANTOS	**APOIO ADM. EDUCACIONAL - VIGIA - ENSINO MÉDIO**	**40h**
2º	FRANCISCO MARCELO BRASIL		
3º	VANDERLEI LUIZ HOFFMANN		
4º	WELITO RIBEIRO VALADÃO		
5º	JOEL PEZZINI		

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura /Nutrição - Sede	Carga Horária
1º	MARISTELA APARECIDA PEREIRA LIMA	**APOIO ADM. EDUCACIONAL – INFRA - ESTRUTURA - ENSINO MÉDIO**	**30h**
2º	NUBIA DA SILVA PEREIRA		
3º	LAIS FERNANDA BUENO LIMA		
4º	LAINE FANIKELI BUENO LIMA		
5º	MARIA APARECIDA DA SILVA GASPERINI		
6º	CLAUDINA ALVES DA SILVA		
7º	SIRLEI SOARES PEREIRA WEBER		
8º	LUCINEI RAMOS BARBOSA		
9º	ROSANGELA DE OLIVEIRA		
10º	ROSALINA GOMES FERREIRA DOS SANTOS		
11º	ELZA RODRIGUES ALVES		
12º	MARIZETE CAMARGO DE LIMA SOUSA		
13º	APARECIDA REGINA DA SILVA RODRIGUES		
14º	GISELLE BATISTA ROCHA		
15º	THATIANE GOMES ALVES		
16º	JULIANA NOLASSO DOS SANTOS		
17º	PATRICIA SOBRINHA DOS SANTOS		
18º	GERONIZIA APARECIDA CAMILO PEREIRA		
19º	EDILAINE MARIA DIAS FERREIRA		
20º	LUCIANA CALISTO DA SILVA		
21º	ANDRESSA SILVA CANTUARA		

Classificado	Nome	Cargo / Técnico Adm. Educacional - Sede	Carga Horária
1º	DENISE ADRIANA FERRARI	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- ENSINO MÉDIO**	**40h**
2º	FERNANDO FERRARI		
3º	CLAUSINÉIA SOMONE SCHOLZE		
4º	ADEMARIA SILVA BORGES		
5º	LUCIANA MENDES DA SILVA		
6º	ANA CAROLINA RODRIGUES		
7º	MERCIA MEIRA ALVARES DE QUADROS		
8º	KEINA APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA TOME		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia-Sede	Carga Horária
1º	MARIA OSVALDA NOGUEIRA DE SOUZA	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA** **PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**40h** **40h**
2º	ADRIANA GAVIRAGHI TIBOLA		
3º	ZANIA LUIZA FERREIRA TOMAZ		
4º	LILIAN MARIA RODRIGUES DA SILVA MARTINS		
5º	SALETE TELEKEN KNOPF		
6º	GERVALDINA NERES SILVA		
7º	LUCELIA APARECIDA VARELA		
8º	MARIA JOSÉ GARCIA DE QUEIROZ SILVA		
9º	ELIANE LEITE DE SOUZA		
10º	IRACI CRISTINA LAMERA		
11º	SOLANGE HAMASTRON DA SILVA BUSANELLO		
12º	DIRCE BITDINGER		
13º	SOLANGE SORANZO KLANN		
14º	MARTA GISLENE GOMES		
15º	ANGELA MARIA FERNANDES DE LIMA BOTELHO		
16º	LUCINEY PEREIRA SOUZA		
17º	SIRLEY KNAPP TREVISOL		
18º	APARECIDA SILVANA DA SILVA		
19º	NOEMI OLIVEIRA VIEIRA TEIXEIRA		
20º	MARY ZANANDREA PEREIRA SIMITAN		
21º	ROSILENE GOMES DA SILVA		
22º	DENICE TEIXEIRA LIMA		
23º	ROSANGELA ALVES DA SILVA		
24º	GIOVANA DE OLIVEIRA PEREIRA		
25º	SERENEIDE KLEIN WILLE		
26º	EDILEUZA MARIA LOPES		
27º	SIMONE COSTA SOARES		
28º	ELIZANE MAIA SILVA ARAUJO		
29º	MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA		
30º	CRISTINA REZENDE		
31º	MARIA CRISTINA ALVES DE AQUINO		
32º	ELIANE RODRIGUES DO SAGRAMENTO DA SILVA		
33º	HORTENCIA RITA DE OLIVEIRA ALMEIDA		
34º	ANA CAROLINA PATRICIA DA SILVA		
35º	ELCIA REGINA DE OLIVEIRA PRETTO		

36º	NOELI SAURIN CAPITANIO		
37º	BEATRIZ PEREIRA SOBRINHO LUNKES		
38º	MARCIA SOUZA TABORDA		
39º	DANIELA CANDIDA SPENGLER		
40º	CLEIDIANE PINHEIRO CEVADA		
41º	TACILIA PEREIRA DA SILVA SANTOS		
42º	NOEMI GRAMINHO ZANDONA		
43º	NILZA SANTANA DE JESUS OLIVEIRA		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Educação Física -Sede	Carga Horária
1º	ARLENE ESCHER	**PROFESSOR LICENCIATURA/BACHAREL**	**Até 40h**
2º	MARCOS ALESSANDRO TINTI LIMA		
3º	CYNTIA DE AMORIM SCHNEIDER		
4º	CARLA MATHILDES CORBELLINI DE SOUZA		
5º	FABIO RODRIGO WENING		
6º	IURY DE LIMA RODRIGUES		
7º	THASSYO HENRIQUE MARTINS RESENDE		
8º	LIDIANE CARNEIRO TINTI		
9º	GABRIELA GON PEREZ SCAPIN		
10º	GISLAINE VIEIRA PORTILHO		
11º	ADAUTO GARCIA HESPPORTE		
12º	DERMIVALDO CALDEIRA DE MOURA		

Classificação	Nome	Cargo / Professor *Provisionado Em Educação Física-Sede*	Carga Horária
1º	AMÓS MOREIRA DE CASTRO	***Provisionado Em Educação Física***	**Até 40h**

QUADRO DE CONVOCADOS P.A SANTA MARIA

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional - Motorista	Carga Horária
1º	HELDER RODRIGUES SANTANA	**MOTORISTA – ENSINO MÉDIO**	**40h**
2º	RONALDO LOPES DE SOUZA		

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional - Vigia - Ensino Médio	Carga Horária 40h
1º	ANTONIO LUIZ DA SILVA		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	SIMONE FERNADES DA SILVA FREITAS	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**30h**
2º	MARIA CANDIDA MARTINS ROQUE		
3º	MARINEZ LINDENMAYR		
4º	LUCIENE MOREIRA DA SILVA		
5º	CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA		

QUADRO DE CONVOCADOS P.A JARAGUA

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional -Vigia -	Carga Horária
1º	RAIMUNDO DIAS BATISTA	**Ensino Médio**	**40h**

Classificação	Nome	Cargo / Técnico Administrativo Educacional	Carga Horária
1º	UEDER ALOVES GOMES	Ensino Médio	**40h**

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	ERICA CARDOSO RODRIGUES DE SOUZA	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**Até 30h**
2º	LUCELIA LOPES DA SILVA		
3º	MARLY DO COUTO		
4º	MEYRILENE GOMES DA SILVA		
5º	SIRLEIDE GOMES DOS SANTOS LAMBLEM		
6º	MARISLEI CARIAS DA SILVA		
7º	NAIDE CARDOSO TEIXEIRA		
8º	DOMINGAS PEREIRA DE MELO		
9º	JAQUELINE HENICKA		

QUADRO DE CONVOCADOS P.A SERRINHA

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional - Motorista - Ensino Médio-	Carga Horária
1º	ROBSON APARECIDO DIAS	Ensino Médio	**40h**
2º	JOMAR TEIXEIRA COSTA	Ensino Fundamental Incompleto	**40h**

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional -Vigia - Ensino Médio	Carga Horária 40h
1º	LUIS CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS		

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura/Nutrição	Carga Horária 30h
1º	ELIANE RODRIGUES DE SOUZA	**Ensino Médio**	**30h**

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	PATRICIA BORTULLUZZO	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**Até 30h**
2º	ELISANGELA SAMIRA DE LIMA FERNANDES		

QUADRO DE CONVOCADOS P.A JANDIRA

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional - Motorista - Ensino Médio-	Carga Horária
1º	ADOLFO FERNADES DA SILVA	**APOIO ADM. EDUCACIONAL - MOTORISTA – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**	**40h**
2º	SILVANI PULCENA ROSA		

Classificação	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional -Vigia -	Carga Horária
1º	DIOGO TOLENTINO MACHADO	**Ensino Fundamental Incompleto**	**40h**

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura /Nutrição	Carga Horária 30h
1º	ADRIANA MARIA DOS SANTOS		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	LUCIMEIRY NUNES NOGUEIRA	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**30h**
2º	CELESTE CONCEIÇÃO DA SILVA		

Classificado	Nome	Cargo / Professor Magistério	Carga Horária 30h
1º	ANA MARIA DE MESQUITA	**Magistério**	

Classificado	Nome	Cargo / Professor Matemática/Ciências Biológicas	Carga Horária

1º	ALCEU BUSANELLO	**Matemática/Ciências Biológicas**	**30h**
2º	LUCIANE CRESPÃO	**Matemática/Ciências Biológicas**	**Até 30h**

Classificado	Nome	Cargo / Letras	Carga Horária Até 30h
1º	FABIANA DOS SANTOS LIMA	**Licenciatura plena**	

QUADRO DE CONVOCADOS P.A MARTINS

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura	Carga Horária
1º	EUNICE DOS SANTOS	**Ensino Médio**	**30h**
2º	ANTONIA MARIA DA SILVA	**Ensino Médio**	**10h**

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	ROSILENE VIEIRA BRAGA DE SOUSA	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**30h**
2º	SUELI SILVA DOS SANTOS		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Magistério	Carga Horária
1º	DORANICE RAMOS DE ALMEIDA	**Magistério**	**30h**
2º	ROSANGELA VIEIRA DA SILVA		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Leigo	Carga Horária
1º	VALÉRIA TAVARES PEREIRA	**Ensino Médio**	**30h**

QUADRO DE CONVOCADOS ALDEIA TRIPÁ

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura /Nutrição	Carga Horária 30h
1º	LUCINEIA PEWIRI Õ WA UTÔMONHIPAWIE		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Magistério	Carga Horária
1º	ANDERSON SIRUIA	Magistério	**30h**
2º	GILSON DUARE TEMRITE		

QUADRO DE CONVOCADOS ALDEIA BABAÇÚ

Classificado	Nome	Cargo / Apoio Adm. Educacional Infraestrutura /Nutrição	Carga Horária 30h
1º	VANEZA PE'UBWE UBUHU		

Classificação	Nome	Cargo / Professor Pedagogia	Carga Horária
1º	RUTE REWATSU	**PROFESSOR PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA**	**30h**
2º	WALMIR ADZOÉ		

QUADRO DE CONVOCADOS CULTURA

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA	Carga Horária
1º	JANETE ELIANE MENDES PINTO	**ENSINO SUPERIOR**	**30h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE HIP HOP -	Carga Horária
1º	EDRISIO DA SILVA BATISTA	**ENSINO FUNDAMENTAL**	**Até 40h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE TEATRO	Carga Horária
1º	ALISSON VARELA VIEIRA	**ENSINO SUPERIOR**	**Até 40h**
2º	KAYLA MAIHERY LOURENÇO SILVA	**ENSINO SUPERIOR**	**Até 40h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE MÚSICA / CORDAS -	Carga Horária
1º	DIEGO LAUTARO ALCIR MAGALHAES DE LA BARRA	**ENSINO MÉDIO**	**Até 40h**

QUADRO DE CONVOCADOS ESPORTE

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE SKATE	Carga Horária
1º	DANIEL DE FRANÇA OLIVEIRA	**ENSINO MÉDIO**	**20h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE KARATÊ - DÔ	Carga Horária
1º	PAULO SERGIO SILVA DE LIMA	**ENSINO MÉDIO**	**20h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA DE TAEKWONDO	Carga Horária
1º	EUZÉBIO SOBRINHO PEREIRA GOMES	**ENSINO MÉDIO**	**20h**

Classificado	Nome	INSTRUTOR DE OFICINA EM PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER PROGRAMA ÁGUA BOA EM MOVIMENTO	Carga Horária
1º	EVERTON LUIZ GALLE	**CURSANDO EDUCAÇÃO FÍSICA**	**20h**
1º	MARCOS ANTONIO GUERRA REZENDE	**ENSINO MÉDIO**	**20h**
2º	ZILCA BATISTA LEITE RODRIGUES	**ENSINO MÉDIO**	**20h**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2921/2016, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 003/2016.

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de Gêneros Alimentícios de Consumo na Merenda Escolar para o ano letivo de 2016.

REALIZAÇÃO: 22/02/2016.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 14h00min (horário local).

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e nos email licitacao@aguaboa.mt.gov.br e pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 04 de fevereiro de 2016.

Marcos da Silva Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N.º 08/GS/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DEALTO PARAGUAI

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 08/GS/2016

Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Comissão responsável pelo processo de seleção e eleição para a função de Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, de Alto Paraguai – MT, no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere e,com base na LEI MUNICIPAL N.º 247/2010 de 1º de março de 2010 e PORTARIA N.º 07/2016/GS/SEDUC/MT,

R E S O L VE:

Art. 1º - Nomear membros para compor a Comissão responsável pelo processo de **seleção e eleição para a função de Coordenador Pedagógico da Rede Municipal de Educação** de Alto Paraguai-MT, conforme segue:

I – Representante da EM "Pedro Duarte de Miranda Lima":

Ana Cláudia Gomes Modesto;

Isaura Rosendo de Arruda e Silva;

Maria Aparecida do Bonfim.

II – Representante da EM "Bela Vista":

Elisângela Aparecida Nunes da Silva

Raquel Camargo da Silva,

Marcia Araújo Gomes.

II – Representante da CM "Vovó Nezinha":

Edivânia dos Santos Oliveira;

Mirelli Fernandes Vitor;

Nelcy May de Souza.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpre-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, 03/02/2016.

Marilene Souza de Almeida

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

RUA TIRADENTES Nº. 40, CENTRO – CEP 78.410-000 – ALTO PARAGUAI-MT – 65 3396. 1466 smecaltoparaguai@hotmail.com

---

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

PREGÃO Nº 035/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **DOURACAP LTDA,** CNPJ: 03.501.301/0001-97, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Licitação tem por objeto o **Registro De Preço Para Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar, Protetores e Serviços para atender as necessidades da frota municipal da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.**

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

ÓLEOS LUBRIFICANTES

ITEM	ÓLEOS	UN.	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Óleo– 40- Motores a diesel 20 lt	Galão	100	241,80	24.180,00
02	Óleo direção hidráulica OH - 1lt	Frasco	100	140,20	14.020,00
03	Óleo Hidráulico – tipo 68- Galão de 20lt	Galão	100	212,60	21.260,00
04	Óleo p/ cambio - tipo 90 - Galão de 20lt	Galão	50	271,30	13.565,00
05	Óleo p/ diferencial- tipo 140- Galão de 20lt	Galão	50	255,70	12.785,00
06	Graxa- GMA2 ou similar / Galão de 20Kg	Galão	50	384,40	19.220,00
07	Fluído de freio c/ 500 ml	Frasco	120	12,80	1.536,00
08	Óleo lubrif. Diesel Turbo – 15W40 Galão 20 lt	Galão	100	243,80	24.380,00
09	Óleo lubrif. Gasolina/álcool 20W50 c/ 1lt	Lt	130	14,50	1.885,00
10	Óleo lubrif. Gasolina/álcool tipo sintético c/ 1lt	Lt	100	32,10	3.210,00
11	Óleo 2 Tempos c/ 500 ml	Frasco	100	8,77	877,00
12	Óleo Hidráulico (direção) OH50TA ou similar 500 ml	Fraco	100	8,99	899,00
TOTAL	**137,817,00**				

LOTE II

PÁ CARREGADEIRA VOLVO 105L60F

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Código	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Transmissão	11448509	30	111,85	3.355,50
02	Filtro de Diesel	WK 962-7	50	36,20	1.810,00
03	Filtro de Óleo Lubrificante	OC 60	50	26,90	1.345,00
TOTAL	**6.510,50**				

LOTE III

CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Código	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar	FRAM CA 9747	90	200,00	18.000,00
02	Filtro de Oleo Diesel	WK 1060 MAM	100	66,20	6.620,00
03	Filtro de Óleo Diesel	WK 962-13	100	66,20	6.650,00
04	Filtro de Oleo Lubrificante	MAITLE OC 121	100	40,80	4.080,00
TOTAL	**35.350,00**				

LOTE IV

MICRO ONIBUS MERCEDES BENS NVF 8367

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Código	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	KL 445	100	160,20	16.020,00
02	Filtro de Combustível	A 9794770015.VZ	100	88,30	8.830,00
TOTAL	**24.850,00**				

LOTE V

PÁ CARREGADEIRA W-20

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Código	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar Interno	145216ª INTERNO	50	44,00	2.200,00
02	Filtro de Ar Externo	145215ª EXTERNO	50	57,70	2.885,00
03	Filtro de Combustível	1931063	50	18,40	920,00
04	Filtro Lubrificante	J908615	100	31,20	3.120,00
05	Filtro de Transmissão	052932	100	22,80	2.280,00

06	Filtro Hidraulico	E97543	50	140,80	7.040,00
07	Filtro Combustível	J930942W	100	31,20	3.120,00
TOTAL	**21.565,00**				

LOTE VI

CAMINHÃO MERCEDES LLL3

ÍTEM	DESCRIÇÃO	Código	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	BOCHINHO	50	5,70	285,00
02	Filtro de Lubrificante		50	24,20	1.210,00
03	Filtro de Ar		50	65,00	3.250,00
TOTAL	**4.745,00**				

LOTE VII

L – 200

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	50	44,30	2.215,00
02	Filtro de Lubrificante	50	37,20	1.860,00
03	Filtro de Ar	50	54,80	2.740,00
TOTAL	**6.815,00**			

LOTE VIII

GOL PARATI

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar	50	17,80	890,00
02	Filtro de Combustível	120	28,40	3.408,00
03	Filtro deLubrificante	120	16,80	2.016,00
TOTAL	**6.314,00**			

LOTE IX

FORD CARGO F- 4000

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar	50	77,50	3.875,00
02	Filtro de Combustível	50	36,20	1.810,00
03	Filtro deLubrificante	50	21,90	1.095,00
TOTAL	**6.780,00**			

LOTE X

FIAT UNO/FLEX/FIORINO/DOBLO/PALIO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar	150	19,30	2.895,00
02	Filtro de Combustível	150	29,40	4.410,00
03	Filtro deLubrificante	150	17,20	2.580,00
TOTAL	**9.885,00**			

LOTE XI

SILVERADO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	40	36,10	1.444,00
02	Filtro de Ar	30	54,80	1.644,00
03	Filtro deLubrificante	30	25,40	762,00
TOTAL	**3.850,00**			

LOTE XII

FORD F-4000 MOTOR FORD

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	100	16,99	1.699,00
02	Filtro de Ar Externo	50	78,00	3.900,00
03	Filtro de Ar Interno	40	44,30	1.772,00
04	Filtro de oleo Lubrificante	50	27,00	1.350,00
TOTAL				

LOTE XIII

MICRO ONIBUS VOLARE MOD 2008

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	50	107,50	5.375,00
02	Filtro de Ar	50	75,00	3.750,00
03	Filtro de Oleo Lubrificante	50	77,20	3.860,00
TOTAL	**12.985,00**			

LOTE XIV

AMBULÂNCIA – IVECO DARLY 34.10 MOD 2005

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Combustível	40	129,20	5.168,00
02	Filtro de Ar	30	163,00	4.890,00
03	Filtro de Lubrificante	40	161,20	6.448,00
TOTAL	**16.506,00**			

LOTE XV

ONIBUS WOLKSWAGEN MOD 15.190

ÍTEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Vl. Un.	Vl. Tot.
01	Filtro de Ar	50	78,30	3.915,00
02	Filtro de Lubrificante	50	44,80	2.240,00
03	Filtro de Combustível	50	76,10	3.805,00
TOTAL	**9.960,00**			

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 035/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apre-

sentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Unid. Orçam.	Projeto Atividade	Elemento Despesa
1038	05.003.26.782.0025	2156	339030
1241	07.002.10.301.0014	2231	339030
1096	08.002.08.244.0011	2081	339030
0969	06.002.12.361.0029	2214	339030
0016	04.001.04.122.0002	2002	339030

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 035/2015** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 25 de Janeiro de 2016.

_____	_____
ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA CONTRATANTE	**DOURACAP LTDA** CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

PREGÃO Nº 031/2015

VALIDADE: 12 (Doze) MESES

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0928786-8, SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 604.418.441-20, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°031/2015** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **OSVALDO ALVES DA COSTA,** localizado na Rua: 02, Casa: 23, COHAB: Brilho do Sol, Alto Paraguai-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 13.537.4000/0001-82, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços paraa **Contratação de empresa, para prestação de serviços sonoros automotivos e estacionários, para atender as necessidades das Secretarias Municipais desta Prefeitura.**

Parágrafo Segundo - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição conforme abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

ITEM	QUANT	UNID	MATERIAIS	R$ UNIT	TOTAL
01	200	HORAS	SONORIZAÇÃO DE RUA	50,00	
TOTAL GERAL:	**R$ 10.000,00**				

Valor total da proposta: **R$ 10.000,00** (**DEZ MIL E OITOCENTOS REAIS**).

Parágrafo Terceiro – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de Pregão Presencial nº. 031/2015 - SRP.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

Os materiais/produtos deverão ser entregues exclusivamente na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, ou conforme determinado pela mesma, através de autorização por escrito.

Parágrafo Primeiro - Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será imediato, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho/Requisição expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As aquisições dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos produtos objeto desta ATA não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

XII - emitir relatório mensal dos materiais entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;

II. todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II. permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III. notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;

IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o fornecimento foi realizado a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega do produto por mais de 20 (vinte) dias poderá a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em:

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS:

Cód. Reduzido	Unid. Orçam.	Projeto Atividade	Elemento Despesa
1100	08 002 08 244 0011	2 081	339039
1016	05 001 15 451 0025	2 224	339039
0018	04 001 04 122 2002	2 003	339039
1243	07 002 10 301 0014	2 231	339039
0965	06 002 12 361 0029	2 215	339039

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços, conforme previsto da Lei 8.666/93

II. integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 031/2015** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

III. é vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (Três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai- MT, 04 de Fevereiro de 2015.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	**OSVALDO ALVES DA COSTA**
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS

SILVIO LEITE DA SILVA JÚNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2015

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, CNPJ Nº 08.139.622/0001-07, com sede à Rua Valparaíso, nº 84, Jardim das Américas, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Sr. Patric Pablo Lelis Silva, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 14369001 SSP/MT e CPF nº 704.963.901-04, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 03/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 091/2014, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 091/2014, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ Nº 08.139.622/0001-07

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
9	20	UN	APARELHO DE AFERIR PRESSAO ANEROIDE NYLON VELCRO ADULTO COM ESTETO.	MIKATOS	R$ 290,00	R$5.800,00
11	2	UN	APARELHO DE PRESSAO ANEROIDE NYLON VELCRO INFANTIL COM ESTETO.	MIKATOS	R$ 148,00	R$ 296,00
13	417	pct	ATADURA DE CREPE 10 CM X 3 M - 13 FIOS CM3, RESISTENTE.	MBTEXTIL	R$ 4,95	R$2.064,15

14	417	pct	ATADURA CREPE 15 CM X 3 M - 13 FIOS CM3, RESISTENTE.	MBTEXTIL	R$ 7,40	R$3. 085,80
15	417	UN	ATADURA DE CREPE 20 CM X 3 M - 13 FIOS CM3, RESISTENTE.	MBTEXTIL	R$ 12,30	R$5. 129,10
21	5	UN	CANULA DE TRAQUEIOSTOMIA Nº 7	LAMEDID	R$ 12,40	R$ 62,00
22	5	UN	CANULA DE TRAQUEIOSTOMIA Nº 7,5	LAMEDID	R$ 12,40	R$ 62,00
29	800	pct	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSAO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS E 10 X 10CM QUANDO FECHADAS E 20 X 40CM QUANDO ABERTAS.	MBTEXTIL	R$ 11,24	R$8. 992,00
32	2.000	UN	DISPOSITIVO INTRAVENOSO 23 G-CATETER PARA INFUSAO VENOSA COM AGULHA DE BI-SEL TRIFACE-TADO, COM ASAS LEVES E FLEXIVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSI-TIVODE ENCAIXE, GARANTINDO FIRME EMPUNHADURA, PERFEITA CONEXAO DAS PAR-TES,TUBO DE VINIL LEVE, FLEXIVEL E TRANSPARENTE,		R$ 0,15	R$ 300,00
63	3	UN	GARROTE PCT C/ 15 MT	CRAL	R$ 11,00	R$ 33,00
68	5	UN	INTRACATH (CATETER INTRAVENOSO CENTRAL) 0,7MM 20,3CM AGULHA	BD	R$ 34,00	R$ 170,00
76	20	UN	MASCARA DE NEBULIZACAO DE CONECTOR VERDE. (OXIGENIO)	PROTEC	R$ 145,50	R$2. 910,00
83	15. 000	UN	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML S/ AGULHA	DESCARPACK	R$ 0,61	R$9. 150,00
107	3	UN	TERMOMETRO LINEAR COM CABO EXTENSOR	J.PROLAB	R$ 33,00	R$ 99,00
156	8	UN	APARELHO DE AFERIR PRESSAO ANEROIDE NYLON VELCRO ADULTO COM ESTETO.	MIKATOS	R$ 290,00	R$2. 320,00
157	2	UN	APARELHO DE PRESSAO ANEROIDE NYLON VELCRO INFANTIL COM ESTETO.	MIKATOS	R$ 148,00	R$ 296,00
158	334	pct	ATADURA DE CREPE 10 CM X 3 M - 13 FIOS CM3, RESISTENTE.	MBTEXTIL	R$ 4,95	R$1. 653,30
159	334	pct	ATADURA CREPE 15 CM X 3 M - 13 FIOS CM3, RESISTENTE.	MBTEXTIL	R$ 7,40	R$2. 471,60
162	600	pct	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSAO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS E 10 X 10CM QUANDO FECHADAS E 20 X 40CM QUANDO ABERTAS.	MBTEXTIL	R$ 11,24	R$6. 744,00
177	2	UN	GARROTE PCT C/ 15 MT	CRAL	R$ 11,00	R$ 22,00
188	30	UN	MASCARA DE NEBULIZACAO DE CONECTOR VERDE.(OXIGENIO)	PROTEC	R$ 145,50	R$4. 365,00
194	2.000	UN	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML S/ AGULHA	DESCARPACK	R$ 0,61	R$1. 220,00
199	20	UN	TERMOMETRO LINEAR COM CABO EXTENSOR	J.PROLAB	R$ 33,00	R$ 660,00
VALOR TOTAL	**R$ 57. 904,95**					

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA E SETE MIL NOVECENTOS E QUATRO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2- A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

- Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

- Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

- Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 23 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 08.139.622/0001-07

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56; neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº. 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/ 2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 21.395.275/0001-41, com sede à Rua Clóvis Hugueney, nº 70, Centro, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representado pela Srª Patrícia Moreira de Lima, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 19949880 SSP/MT e CPF nº 040.081.251-75, residente na Av. Cerrada, s/nº, Apt. 51 – Jardim Cerrado, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente CONTRATADA para fornecimento de material esportivo e premiação, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO E PREMIAÇÃO; conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ Nº 21.395.275/0001-41

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	10	UN	TROFEU 102CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$550,31	R$5.503,10
2	10	UN	TROFEU 80CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$509,70	R$5.097,00
3	6	UN	TROFEU 38CM - ARTILHEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$100,72	R$ 604,32
4	6	UN	TROFEU 38CM - GOLEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 99,43	R$ 596,58
5	200	UN	MEDALHA 45MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 4,99	R$ 998,00
6	8	UN	TROFEU 97CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$239,81	R$1.918,48
7	8	UN	TROFEU 81CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$174,08	R$1.392,64
8	10	UN	TROFEU 30CM - BASE RETANGULAR 15CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR SUPORTE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 57,19	R$ 571,90
9	100	UN	MEDALHA 42MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 4,91	R$ 491,00
10	8	UN	TROFEU 68CM - BASE OVAL 22CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR COLUNA METALIZADA, COBRE A COLUNA UMA BASE EM MADEIRA OVAL PINTADA E CONE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$143,81	R$1.150,48
11	8	UN	TROFEU 63CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$128,04	R$1.024,32
12	10	UN	TROFEU 27CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 51,02	R$ 510,20
13	100	UN	MEDALHA 40MM REDONDA - (40X40MM DIAMETRO E CENTRO LISO 25MM DIAMETRO), FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, CENTRO COM TOCHA GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO, LADO ESQUERDO VAZADO E LADO DIREITO COM DOIS FRISOS, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITÓRIA	R$ 4,69	R$ 469,00
14	12	UN	TROFEU 60CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$122,06	R$1.464,72
15	12	UN	TROFEU 44CM - BASE QUADRADA 7,6CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, SOBRE O CONE UMA TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 84,55	R$1.014,60
16	24	UN	MEDALHA 41MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, GRAVADO "HONRA AO MERITO" EM BAIXO RELEVO E COM GRAVURA DE AGUIA E UM RAMO EM ALTO RELEVO NA PARTE INFERIO, ESPESSURA 3MM, METALIZADA, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 4,71	R$ 113,04
17	25	UN	TROFEU 62CM - BASE OVAL 22CM LARGURA EM POLIMERO, NA PARTE SUPERIOR COLUNA METALIZADA, COBRE A COLUNA UMA BASE EM MADEIRA OVAL PINTADA E CONE METALIZADO, COM ESTATUETA INTERCAMBIAVEL, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$160,27	R$4.006,75
18	25	UN	TROFEU 48CM - TRADICIONAL - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$116,17	R$2.904,25
19	20	UN	TROFEU 38CM - ARTILHEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$100,72	R$2.014,40
20	20	UN	TROFEU 38CM - GOLEIRO - MATERIAL EM ACO, BASE QUADRADA, NA PARTE SUPERIOR CONE METALIZADO, TACA COM TAMPA, COM ESTATUETA, PLAQUETA PARA GRAVACAO, DEMAIS COMPONENTE METALIZADOS, COR A ESCOLHER.	IRMOSSI	R$ 99,43	R$1.988,60
21	500	UN	MEDALHA 39MM REDONDA - FUNDIDA EM LIGA METALICA DE ZAMAK, CENTRO LISO COM 25MM DIAMETRO, BORDAS RAIADAS E POLIDAS COM UM RAMO EM ALTO RELEVO, ESPESSURA 3MM, SUPORTE PARA FITA 1,5CM LARGURA, ACOMPANHA COM FITA DE CETIM 1,5CM LARGURA, COR A ESCOLHER.	VITORIA	R$ 3,18	R$1.590,00
22	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO INFANTIL (IDADE 8 A 10) - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 16 CAMISAS MANGA CURTA, 16 CALCOES, 16 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$916,40	R$1.832,80
23	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO INFANTIL (IDADE 13 A 15) - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 16 CAMISAS MANGA CURTA, 16 CALCOES, 16 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$978,40	R$1.956,80
24	2	UN	JOGO DE CAMISA COMPLETO ADULTO - 1.100% POLIESTER DRAY FIT; COM SERIGRAFIA, COR E MODELO A ESCOLHER; CONTENDO: 20 CAMISAS MANGA CURTA, 20 CALCOES, 20 MEIOES.	PLAY-FAIR	R$1.058,50	R$2.117,00
27	25	UN	BOLA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL - 68-70CM, 410-450GR, COSTURA, 8 GOMOS, TERMOTEC, MATERAL PU ULTRA 100%, CAMARA AIRBIELITY, MIOLO SYSTEN REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 155,13	R$3.878,25
28	25	UN	BOLA FUTEBOL SOCIETY - DIAMETRO 68-69CM, 425-445GR, CAMARA AIRBILITY TERMOTEC COSTURADA, MATERIAL PVC COM 8 GOMOS, MIOLO SPLIT SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 123,51	R$3.087,75

29	25	UN	BOLA FUTSAL OFICIAL - DIAMETRO 61-64CM, 410-440GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), COSTURADA, 12 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 165,20	R$4.130,00
30	20	UN	BOLA FUTSAL INFANTIL (SUB 13) - DIAMETRO 55-59CM, 350-380GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC, MATERIAL PU, 8 GOMOS, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 135,70	R$2.714,00
31	15	UN	BOLA FUTSAL MIRIM (SUB 11) - DIAMETRO 50-55CM, 300-350GR, CAMARA ARBILITY,TERMOTC, 8 GOMOS, MATERIAL PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 122,80	R$1.842,00
32	6	UN	BOLA FUTVOLEI, DIAMETRO 68-69CM, 420-445GR, 8 GOMOS COSTURADO A MAQUINA, CAMARA AR AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), PU ULTRA 100%, COM TECNOLOGIA TERMO TEC, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 156,55	R$ 939,30
33	15	UN	BOLA BEACH VOLEI DE AREIA - DIAMETRO 65-67CM, 260-280GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% DE ABSORCAO E AGUA), MICROFIBRA, 12 GOMOS, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 243,79	R$3.656,85
34	15	UN	BOLA BEACH SOCCER (FUTEBOL AREIA BATIDA) - DIAMETRO 68-69CM, 485-486GR, CAMARA AIRBILITY, TERMOTEC (0% ABSORCAO DE AGUA), MATERIAL PU ULTRA 100%, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LIBRIFICADO, COR BRANCA	PENALTY	R$ 160,63	R$2.409,45
35	3	UN	REDE FUTEBOL SOCIETY - (PAR) MEDIDA OFICIAL, 2 FIOS EM SEDA 4MM, MEDIDA: 5X2,2X1,2MT RECUO INFERIOR E 0,60CM RECUO SUPERIOR (LXA), EM MALHA 14CM, 100% POLIETILENO.	PANGUE	R$ 423,14	R$1.269,42
36	2	UN	REDE FUTEBOL DE CAMPO - (PAR) MEDIDA OFICIAL, FIOS EM SEDA 5MM TRANCADO, MEDIDA: 7,5X2,5MT, EM MALHA 10X10CM, 100% POLIPROPILENO COM UV, MODELO QUADRICULADO	MASTER	R$ 727,40	R$1.454,80
37	3	UN	REDE FUTSAL/QUADRA - (PAR) MEDIDA OFICIAL, 2 FIOS EM SEDA 4MM, MEDIDA: 3,20X2,10X1,00MT, 100% POLIPROPILENO COM UV.	MASTER	R$ 232,70	R$ 698,10
38	2	UN	REDE VOLEI DE QUADRA OFICIAL - 1X9,50MTS, 4 FAIXAS, FIO 2MMM EM NYLON COM SUPORTE PARA ANTENA .	PANGUE	R$ 151,86	R$ 303,72
39	2	UN	REDE VOLEI DE PRAIA OFICIAL - 1X8,50MTS, 4 FAIXAS, FIO DE 2MM EM NYLON COM SUPORTE PARA ANTENA	PANGUE	R$ 184,20	R$ 368,40
40	15	UN	CONE 50CM INDICATIVO (MEDIO) - MATERIAL: PLASICO PVC, COR: LARANJA LISO.	PLASTSUL	R$ 23,44	R$ 351,60
41	15	UN	CONE 20CM INDICATIVO (PEQUENO) - MATERIAL: PLASICO PVC, COR: LARANJA LISO.	PLASTSUL	R$ 8,98	R$ 134,70
42	5	UN	APITO JUIZ PROFISSIONAL - TECNOLOGIA SPECTRABURST, SISTEMA INTEGRADO DE BOQUILHA COM-MOLDADE CMG SEM ESFERA, 100% EM ABS DE ALTO IMPACTO, 3 CAMARAS E SEM PARTES REMOVIVEIS, POTENCIA SONORA: 115 DB.	FOX	R$ 41,80	R$ 209,00
43	5	UN	BOMBA PARA CALIBRAR BOLA - COMPOSICAO: TUBO: POLICARBONATO/HASTE: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO/T HANDLE: POLIPROPILENO/FECHOS: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO, TECNOLOGIA DOUBLE ACTION QUE PERMITE ENCHIMENTO NOS DOIS SENTIDOS, COM AGULHA EM LIGA DE ZINCO COM TAMPA DE BORRACHA, MANGUEIRA DE AR EM BORRACHA COM NYLON E LIGA DE ZINCO.	PENALTY	R$ 32,88	R$ 164,40
44	3	UN	CRONOMETRO DIGITAL - FUNCOES: RELOGIO, CALENDARIO E DESPERTADOR; ALARME E TIME COM CONTAGENS REGRESSIVA E PROGRESSIVA, CRONOMETRAGEM: TEMPO TOTAL PERCORRIDO, TEMPO DA PRIMEIRA E DEMAIS ETAPA, TEMPO DA DISTANCIA ENTRE DUAS ETAPAS, MEMORIA DE ATE 10 VOLTAS. RESISTENTE A AGUA (1 ATM).	POKER	R$ 48,30	R$ 144,90
					TOTAL	**69.086,62**

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E NOVE MIL, OITENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2134.3.3.90.31.00 – Premiação Cult. Art. Cient. Desp.

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Manter as Atividades da Secretaria.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 –O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 05 (cinco) dias úteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 –A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

7.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, do fornecimento dos materiais, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados**.**

7.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

7.6 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 7.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações da **CONTRATADA:**

I - Entregar os materiais em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II -Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

V -Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI -Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

I -efetuar os pagamentos pelos fornecimentos prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.**

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 22 de Junho de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

CNPJ Nº 21.395.275/0001-41

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** CNPJ Nº 11.285.151/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1800, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Silvio Celio Magri, casado, empresário, portador do RG nº 17.869. 943 SSP/SP e CPF nº 062.343.418-02, residente na Rua Alexandre de Carvalho, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRIVELATO & MAGRI LTDA

CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
2	90	UN	Agua sanitária 1lt - múltiplo uso, composição: hipoclorito de sódio, agua, teor de cloro ativo: 2,0% 2,5% p/p, produto a base de cloro, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	R$ 2,39	R$ 215,10
7	27	UN	Avental em tecido de algodão com forro em plástico, cores diversas, medindo: 65x46cm, com alças do mesmo material na cintura e no pescoço.	R$ 18,99	R$ 512,73
9	26	UN	Borracha panela de pressão 10lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,49	R$ 90,74
11	18	UN	Caixa de isopor com tampa, capacidade 18lts - com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 24,99	R$ 449,82
22	2.383	UN	Desinfetante 2lt - fragrância: vários, composição: componente ativo, isoatizolinonas, fragrância, corante e veiculo; componente ativo: cloreto de nalquil dimetil benzil amônio: 0,175%, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO.	R$ 3,97	R$ 9. 460,51
23	857	UN	Desodorizador/Odorizante vaso sanitário em pedra 35gr - composição: paradiclorobenzeno 99,5%, fragrância e corante 0,5%, com suporte plástico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 1,44	R$ 1. 234,08
31	117	UN	Fosforo de segurança - pacote 10x1(cada caixa com 40 palitos), composição: fosforo, clorato de potássio e aglutinantes, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 2,37	R$ 277,29

35	2.068	UN	Limpador multiuso 500 ml - liquido, testado dermatologicamente, composição: tensoativos aniônico, coadjuvante, alcaliniznte, solventes, sequestrante, tensoativos, não iônico e agua; componente ativo: linear alquil, benzeno sulfonato de sódio, embalado em frasco plástico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 2,75	R$ 5. 687,00
38	308	UN	Odorizante de ambiente spray 360ml/265gr (bom ar) - composição: ingrediente ativo, benzoato de sódio, borato de sódio, fragrância e propelentes, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 8,45	R$ 2. 602,60
39	36	UN	Palito de dente - caixa 100 unidades (palito roliço de madeira)	R$ 0,45	R$ 16,20
42	2.355	UN	Papel higiênico branco especial, pacote c/ 8 rolos de 10cmx30mt cada, folha simples picotada de alta qualidade, com fragrância aplicada no rolo, testado dermatologicamente, componentes atóxicos, indicação de não reciclado, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 4,75	R$11. 186,25
46	526	UN	Sabão em barra glicerinado - pacote c/ 5x1 - composição: sabão de ácidos graxos de coco/babacu, ácidos graxos de sebo, ácidos graxos de soja,coadjuvante,glicerina, agente anti-redepositante e agua, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	R$ 5,99	R$ 3. 150,74
48	118	UN	Sabão em pó 1kg removedor de manchas - lava roupas, composição: tensoativos anionicos, tamponantes, coadjuvantes/sinergista, corantes enzinas, branqueador óptico, fragrâncias, agua; contem: aquil benzeno sulfonato de sódio, laurel sulfato de sódio, embalagem de papelão, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA	R$ 8,95	R$ 1. 056,10
49	756	UN	Saco lixo - 40x58cm, 15lt, (3kg), pacote com 20 unidades, reforçado, 7 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,80	R$ 2. 872,80
50	1.765	UN	Saco lixo - 59x62cm, 30lt, (6kg), pacote com 10 unidades, reforçado, 7 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,51	R$ 6. 195,15
51	1.529	UN	Saco lixo - 63x80cm, 50lt, (10kg), pacote com 10 unidades, reforçado, 10 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 5,33	R$ 8. 149,57
55	207	UN	Vassoura caipira com cabo (palha), com 4 fios barbante de nylon, cabo de 1,20mt.	R$ 25,99	R$ 5. 379,93
56	25	UN	Lustra moveis 200 ml - composição: cera, óleo mineral, solvente, silicone, emulsificante, espessante, alcalinizante, derivados de isoliazolinonas, fragrância e agua, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	R$ 4,13	R$ 103,25
59	1.259	UN	Cera ardósia incolor 850 ml, para todo piso de pedra, composição: parafina, carnaúba, dispersão acrílica metalizada, álcool laurilico etoxilado, alcalinizante, plastificante, agente formador de filme, agente nivelador, 1,2 benzotiazolin-3-ona, fragrância e agua, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 10,39	R$13. 081,01
60	16	UN	Espanador de pena 46cm, pena avestruz, cabo em madeira revestido em plástico e aço, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 24,98	R$ 399,68
62	50	UN	Inseticida aerossol spray 300 ml sem cheiro - contra mosquito, mosca, barata, formiga, aranha e outros, composição: ingredientes ativos, solventes, antioxidante, emulsificante e propelentes; ingredientes ativos: imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbriotrina 0,100%, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, com registro no ministério da saúde, data de fabricação e prazo de validade impresso na embalagem.	R$ 10,29	R$ 514,50
63	11	UN	Inseticida piretroide sc25 liquido 30ml - composição: deltametrina 25gr/veiculo q.s.p. 1000ml	R$ 5,99	R$ 65,89
64	3	UN	Limpa cerâmica e azulejo 1lt - limpa pisos, azulejos e calcadas, composição: poroxido de hidrogênio, tensoativos não ionico, sequestrante, veiculo; ingredientes ativos: nonil fenol etoxilado, alquilpoliglicosideo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 3,90	R$ 11,70
67	120	UN	Papel alumínio - rolo 7,5mtx45cm (grande), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 3,99	R$ 478,80
69	722	UN	Sabonete em barra 80gr - uso infantil, para pele delicada, composição: sodium tallowate/sodium cocoate, parfum, titanium dioxide, tetrasodium edta, etidronic acid, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,44	R$ 1. 761,68
71	181	UN	Saponáceo liquido cremoso 300ml - para superfícies em aço inox, esmaltado e cromados, fragrância clássico, composição: linear alquibenzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, espessante, alcalinizantes, abrasivo, conservante, fragrância e veiculo, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, validade e lote, certificado pela ANVISA.	R$ 5,67	R$ 1. 026,27
72	4	UN	Vassoura de piaçava com cabo (dura), cerdas em sintético, cabo de madeira revestido 1,20mt, base em plástico, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 7,57	R$ 30,28
77	370	UN	Cera liquida incolor 750 ml, para assoalho de madeira, piso sintético de plástico ou borracha, cimentados ou lajotas cruas, emulsionada, perfumada, composição: emulsificante, agente formador de filme, tensoativos aniônico, alcalinizante, conservante, atenuador de espuma, fragrância e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 3,41	R$ 1. 261,70
82	23	UN	Borracha panela de pressão 4,5lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,99	R$ 45,77
87	125	UN	Creme hidratante corporal 200ml infantil, de baixa irritação dérmica (hipoalérgico), com proteína do leite, fragrância suave, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 17,35	R$ 2. 168,75
88	235	UN	Creme para cabelo de 1 kg - para todo tipo de cabelo, extra cremoso, anti alergico, composição: aqua, cetearyl alcohol, cetrimonium chloroisothiazolinone (and) methylisothiazolinone, citric acid, cl 16.255, cl 19.140, cl 77.019/77. 891, com registro no ministério da saúde, informações do fabricante e composição estampada na embalagem, om identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 7,14	R$ 1. 677,90
89	120	UN	Creme para pentear sem enxague 300gr - para todos os tipos de cabelo, testado dermatologicamente, com micas peroladas e menos volume, com marca do fabricante, data de fabricação e validade.	R$ 9,01	R$ 1. 081,20
90	140	UN	Desodorante antitranspirante em creme 30gr - natural, proteção seca, composição: não contem álcool etílico, aqua, ceteary alcohol, glyceryl stearate, cetyl alcohol, paraffinum liquidum, propylparaben, glycerin, propylene glycol, boric acid, methylparaben, triclosan, disodium edta, parfum, aluminum chlorohydrate, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 9,25	R$ 1. 295,00
91	6	UN	Diabo verde 300gr (desentupidor de pia e ralo) - hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, barrilha e alumínio, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 11,94	R$ 71,64
99	8	UN	Limpa carpete e tapete 500ml, sem enxague, composição: lauril sulfato de sódio, coadjuvante, conservante, corante, fragrância e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 11,59	R$ 92,72
100	16	UN	Limpa forno 226ml - com aplicador interno, ingredientes: soda caustica, espessante, óleo de menta e agua, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 5,24	R$ 83,84
109	101	UN	Pilha alcalina aaa2 - palito - pacote com 2 unidades	R$ 4,34	R$ 438,34
113	535	UN	Shampoo 350 ml - neutro, para todos os tipos de cabelos, fragrância suave, com agente ativo para tratamento e proteção dos fios, embalagem com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 6,94	R$ 3. 712,90
118	147	UN	Absorvente higiênico com abas, cobertura seca - pct 08 unidades, com três anéis de proteção, com película protetora, formato anatômico, composição: celulose, polietileno, adesivos termoplásticos, papel siliconado, petrolato, álcool berrenilico, silica, oxido de zinco, fitoconcentrol camomila, behenet-10, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,93	R$ 430,71

122	100	UN	Creme dental infantil 100gr (gel), sem flúor e corante.	R$ 7,11	R$ 711,00
129	29	UN	Soda caustica 1kg - desincrustante alcalino, concentração 96-99%, composição: hidróxido de sódio nãoh+h2o (agua), com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 13,50	R$ 391,50
131	13	UN	Borracha panela de pressão 7lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,99	R$ 38,87
137	24	UN	Pilha alcalina 1,5v aa2 - pequena - pacote com 2 unidades	R$ 4,19	R$ 100,56
146	50	UN	Ração para cão adulto 25kg - uso veterinário	R$ 80,00	R$ 4. 000,00
147	60	UN	Ração para cão filhote 25kg - uso veterinário	R$ 62,00	R$ 3. 720,00
156	3	UN	Lixeira plástica com tampa 60lt - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 22,03	R$ 66,09
158	12	UN	Saponáceo com detergente em pó 200gr - composição: sapólio linear alquilbezeno, sulfato de sódio, alcalinizante, carga, corante e fragrância.	R$ 5,30	R$ 63,60
162	15	UN	Palha de aço nº0 25gr (fina) - composição: aço carbono, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 0,79	R$ 11,85
165	2	UN	Óleo lubrificante multiuso 100ml (óleo maquina) - composição: óleo mineral lubrificante sc25, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 3,79	R$ 7,58
166	100	UN	Carvão vegetal 20kg	R$ 10,00	R$ 1. 000,00
167	70	UN	Gelo em pacote de 12 KGS	R$ 15,00	R$ 1. 050,00
TOTAL	**R$ 99. 531,19**				

VALOR POR EXTENSO: NOVENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ TRIVELATO & MAGRI LTDA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato, representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771. 489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230. 758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente PRESTADORA de serviços de fotocopias, encadernação e plastificação de documentos, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCOPIAS, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS; conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	187.000	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - PRETO - TAMANHO FOLHA A4	R$ 0,25	R$ 46.750,00
2	1.805	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 7MM PARA 25 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,66	R$ 4.801,30
3	995	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 14MM PARA 85 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 4,16	R$ 4.139,20
4	945	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 20MM PARA 120 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 5,16	R$ 4.876,20
5	595	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E	R$ 6,00	R$ 3.570,00

			ESPIRAL EM PLASTICO 25MM PARA 180 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4		
6	197	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 33MM PARA 250 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 7,00	R$ 1.379,00
7	44	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 45MM PARA 350 FOLHAS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 8,83	R$ 388,52
8	145	UN	ENCADERNACAO DE DOCUMENTOS - CONTENDO: CAPA E CONTRA CAPA E ESPIRAL EM PLASTICO 7MM PARA 25 FOLHAS - TAMANHO: 21X15CM (METADE FOLHA A4)	R$ 2,66	R$ 385,70
9	530	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,27	R$ 1.203,10
10	95	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO FOLHA OFICIO 2	R$ 2,48	R$ 235,60
11	155	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO 21X15CM (METADE FOLHA A4)	R$ 1,33	R$ 206,15
12	425	UN	PLASTIFICACAO DE DOCUMENTOS - TAMANHO 10X0,70CM	R$ 1,02	R$ 433,50
14	3.800	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE TEXTO SIMPLES - TAMANHO FOLHA A4	R$ 1,22	R$ 4.636,00
15	1.250	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE IMAGEM - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,50	R$ 3.125,00
16	1.000	UN	FOTOCOPIA DE DOCUMENTOS - COLORIDO DE TEXTO E IMAGEM - TAMANHO FOLHA A4	R$ 2,15	R$ 2.150,00
				TOTAL	**R$ 78.279,27**

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2187.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.301.7010.2093.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

05.130.0.0.10.304.7040.2098.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.0.0.04.122.6050.2188.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2171.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.241.6080.2169.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

03.110.0.0.08.243.6110.2177.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNCIPAL DA FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 05 (cinco) dias uteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, contados da data da emissão desta nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional;

7.3 – Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados.

7.4 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do **CONTRATADO:**

I Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II *Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;*

III Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

IV Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

V Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da **CONTRATANTE:**

I efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

II Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

IV Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.1.3 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.1.4 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.1.5 – a decretação de falência ou insolvência civil;

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.1.7 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.1.8 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato DAVID BARBOSA DOS SANTOS, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que

seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8. 666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

14.4 – A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1575.**

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 10 de junho de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145**, CNPJ Nº 22.944.015/0001-40, com sede à Rua Peru, nº 7, Mapim, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representado pelo Sr. Alexandre da Silva Santos, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 2506629-3 SSP/MT e CPF nº 051.277.101-45, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande – MT, doravante denominado simplesmente FORNECEDOR, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8. 666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145

CNPJ Nº 22.944.015/0001-40

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	42	UN	Cartucho Brother LC 105 C - 12ml XXL - cor azul/ciano (1.200 páginas) - original (Super alto rendimento)	BROTHER	R$ 85,00	R$3.570,00
3	41	UN	Cartucho Brother LC 105 Y - 12ml XXL - cor amarela (1.200 páginas) - original (Super alto rendimento	BROTHER	R$ 85,00	R$3.485,00
4	41	UN	Cartucho Brother LC 105 m - 12ml XXL - cor magenta/rosa (1.200 páginas) - original (super alto rendimento)	BROTHER	R$ 85,00	R$3.485,00
6	40	UN	Toner HP 85a original - capacidade 1.600 páginas (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 205,00	R$8.200,00
8	10	UN	Toner HP 35a - capacidade 1.500 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 205,00	R$2.050,00
10	25	UN	Refil de tinta impressora Epson T664120 preto 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 58,00	R$1.450,00
36	20	UN	Cartucho HP 27a - preto - 10ml (c8727bb) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,00	R$ 980,00
56	10	UN	Fita (s 015631) para impressora matricial Epson FX 350 - original	EPSON	R$ 15,63	R$ 156,30
58	8	UN	Cartucho HP 28 - colorido - 8ml C8728AB - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 78,75	R$ 630,00
63	31	UN	Cartucho HP 901 colorido 13ml (cc656ab) rende 360 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 108,00	R$3.348,00
65	12	UN	Cartucho 920xl - preto - 29ml (cd975al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 110,00	R$1.320,00
72	1	UN	Toner Samsung mlt-d101s - capacidade 1.500 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 215,63	R$ 215,63
78	15	UN	Toner Brother TN 3332 ou tn3382 (8.000 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 220,00	R$3.300,00
85	1	UN	Toner Samsung ML-D3050B/SEE (8000 copias) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 344,38	R$ 344,38
86	10	UN	Cartucho HP 122xl - preto - 8,5ml (ch563hb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 85,00	R$ 850,00
96	1	UN	Cilindro/tambor Panasonic KX-FAD 414a - original	PANASONIC	R$ 406,25	R$ 406,25
104	2	UN	Toner Phaser 3125 original - rende 2.000 páginas (impressora Phaser 3117/3122 DI) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	XEROX	R$ 328,13	R$ 656,26
106	5	UN	Toner SCX d4200 (3.000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 235,00	R$1.175,00
108	2	UN	Toner para impressora Samsung mld2851a/XAA (5.000 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 260,00	R$ 520,00
TOTAL	R$ 36.141,82					

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E SEIS MIL CENTO E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145

CNPJ Nº 22.944.015/0001-40

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP,** CNPJ Nº 08.711.005/0001-34, com sede à Av. Miguel Sutil, nº 14.230, Quadra 09, Lote 05 - Coophamil, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pela Srª Sandra Mara Giustti de Arruda, brasileira, empresária, portador do RG nº 0814192-4 SJ/MT e CPF nº 545.300.591-20, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, nº 22 – Nova Várzea Grande, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA** para o registro de preços para futura e eventual contratação de **micro empresa e/ou empresa de pequeno porte** para o fornecimento parcelado de rouparia para atender o hospital municipal de alto taquari, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ROUPARIA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 039/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP

CNPJ Nº 08.711.005/0001-34

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
10	30	UN	CAMPO SIMPLES CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100%ALGODAO 260G/ML 0,50X0,50 NA COR VERDE BANDEIRA.	STILLUS	R$ 8,90	R$ 267,00
11	20	UN	CAMPO SIMPLES FENESTRADO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100%ALGODAO 260G/ML ,50X0,50 NA COR VERDE BANDEIRA.	STILLUS	R$ 9,90	R$ 198,00
12	20	UN	LENCOL EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 260G/ML 100%ALGODAO TAMANHO 2,58X1,60 NA COR VERDE BANDEIRA.	STILLUS	R$ 42,90	R$ 858,00
18	40	UN	LENCOL EM TECIDO MISTO SEM ELASTICO TAMANHO 2,50X1,60 NA COR BRANCA	STILLUS	R$ 22,00	R$ 880,00
TOTAL	**R$ 2. 203,00**					

VALOR POR EXTENSO: DOIS MIL E DUZENTOS E TRÊS REAIS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 - OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA PARCELADA, ONDE O MUNICÍPIO SOLICITARÁ A QUANTIDADE NECESSITADA, DEVENDO A ENTREGA SER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUES NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 826 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

5.2 – A empresa Contratada deverá:

5.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

5.2.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

5.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos;

5.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

6.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

6.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

6.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

6.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

6.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

6.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

6.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

6.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

6.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

6.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

6.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

6.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após o fornecimento do objeto licitado e mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

7.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

7.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.4 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”, sem as quais o Município suspenderá todo e qualquer pagamento à Contratada, até regularização da situação.

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

7.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

7.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

7.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

8.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

8.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

9.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

14.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

14.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471;**

14.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP

CNPJ: 08.711.005/0001-34

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** CNPJ Nº 11.285.151/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1800, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Silvio Celio Magri, casado, empresário, portador do RG nº 17.869. 943 SSP/SP e CPF nº 062.343.418-02, residente na Rua Alexandre de Carvalho, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 049/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRIVELATO & MAGRI LTDA

CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	1.618	UN	Açúcar cristalizado 2kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/ 78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 4,34	R$ 7. 022,12
2	46	UN	Adoçante dietético liquido 100 ml	R$ 3,77	R$ 173,42
3	5.184	UN	Agua mineral 500 ml	R$ 0,99	R$ 5. 132,16
4	300	UN	Bala Doce macia 700g - Sabores sortidas	R$ 5,99	R$ 1. 797,00
5	1.353	UN	Bolacha cream cracker 800gr	R$ 6,39	R$ 8. 645,67
6	1.767	UN	Bolacha de leite 400gr	R$ 3,57	R$ 6. 308,19
7	5.042	UN	Café torrado e moído 250gr - grãos selecionados de 1ª qualidade, embalagem a vácuo, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, resolução RDC nº360 de dezembro/2003.	R$ 4,84	R$ 24. 403,28
8	545	UN	Camomila 5gr - florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto cor cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas.	R$ 0,99	R$ 539,55
9	1.450	UN	Canela em casca 10gr - identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1. 435,50
10	1.103	UN	Chá erva mate tostado 250gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e ou ministério da saúde, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 7,29	R$ 8. 040,87
11	597	UN	Cravo 8gr - em botão floral maduro e dessecado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 1,99	R$ 1. 188,03

12	1.039	UN	Erva doce 10gr - em grãos limpos e dessecados, de coloração verde, com aspecto cor, cheiro, aromático e sabor levemente adocicado, isento de materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1.028,61
13	38.780	UN	Leite integral UAT (UHT) 1lt - em embalagem original cartonada asséptica.	R$ 3,14	R$121.769,20
14	1.456	UN	Margarina cremosa c/ sal 65% lipídios 1kg - com identificação do produto. Identificação de fabricante, data de fabricação. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 9,14	R$ 13.307,84
15	1.158	UN	Refrigerante de cola 2 LT - 1º linha, ingredientes: agua carbonatada, açúcar, cafeína, extrato de noz de cola, aroma de cola, axidulante e corante.	R$ 5,47	R$ 6.334,26
16	347	UN	Suco liquido pronto 1lt - caju	R$ 5,99	R$ 2.078,53
17	372	UN	Suco liquido pronto 1lt - maracujá	R$ 5,99	R$ 2.228,28
18	397	UN	Suco liquido pronto 1lt - pêssego	R$ 5,90	R$ 2.342,30
19	157	UN	Açúcar refinado 1kg	R$ 3,44	R$ 540,08
20	25	UN	Galão 20lt para agua mineral - vazio	R$ 16,00	R$ 400,00
21	139	UN	Agua mineral - galão 20 litros, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 12,00	R$ 1.668,00
22	600	UN	Agua mineral sem gás 200ml - copo	R$ 0,85	R$ 510,00
23	80	UN	Ameixa em calda inteira 810gr	R$ 12,49	R$ 999,20
24	2.602	UN	Arroz 5 kg - tipo I, classe longo fino, subgrupo polido, beneficiado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 12,34	R$ 32.108,68
25	56	UN	Aveia flocos finos 250 Gr	R$ 3,15	R$ 176,40
26	34	UN	Azeite de oliva 500 Gr - extra virgem	R$ 11,69	R$ 397,46
27	59	UN	Azeitona preta com caroço 330g	R$ 4,99	R$ 294,41
28	92	UN	Azeitona verde com caroço 500gr - em conserva, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 7,29	R$ 670,68
29	164	UN	Azeitona verde sem caroço 330gr (280gr drenado)	R$ 6,49	R$ 1.064,36
30	122	UN	Batata frita palha 400gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 9,35	R$ 1.140,70
31	156	UN	Bolacha integral original de sal 126gr com 6 unidades de 21gr cada - ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, farinha de trigo integral, açúcar, açúcar invertido, sal, fermento químico: fosfato monocálcico e bicarbonato de sódio e amônio e melhorador de farinha: enzima protease, contem glúten.	R$ 3,65	R$ 569,40
32	1.352	UN	Bolacha de maizena 400gr	R$ 3,59	R$ 4.853,68
33	1.717	UN	Bolacha doce tipo rosca de coco 800gr	R$ 6,99	R$ 12.001,83
34	109	UN	Bombom bis - caixa 140gr 20 unidades - ingredientes: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, massa de cacau, manteiga de cacau, cacau em pó, farinha de soja, soro de leite em pó, amendoim, sal, amido de milho, leite em pó integral, gema de ovo, óleo de soja, castanha de caju, leite em pó desnatado; informações nutricionais: porção de 7gr (1 unidade), valor calórico 35kcal, carboidratos 4gr, gorduras totais 1,5gr, gorduras saturadas 0,5gr, ferro 0,5gr; embalagem em polipropileno.	R$ 6,21	R$ 676,89
35	93	UN	Bombom de chocolate - 1º linha, recheio: creme de castanha de caju coberto com chocolate, com peso mínimo 20g (cada), embalagem de boa qualidade, acondicionada em saco com peso mínimo de 1kg, onde deve constar impresso todos os dados do fabricante, data de fabricação, validade do produto.	R$ 36,49	R$ 3.393,57
36	82	UN	Catchup 390gr - condimento a base de tomate.	R$ 2,99	R$ 245,18
37	35	UN	Cebolinha cristal em conserva 175gr	R$ 4,95	R$ 173,25
38	59	UN	Cereja em calda 100gr - tipo marrachino	R$ 6,95	R$ 410,05
39	42	UN	Champignon em conserva 300gr - inteiro	R$ 10,30	R$ 432,60
40	28	UN	Chantilly spray 250gr - ingredientes: creme de leite, açúcar, emulsificantemono e diglicerideos, estabilizante goma carragena, propelente: oxido nitroso.	R$ 18,95	R$ 530,60
41	15	UN	Chocolate blend 1kg - cobertura de chocolate ao leite (80%) + meio amargo (20%) - (linha profissional) - ingredientes: açúcar, cacau, gordura vegetal, gordura anidra de leite, leite em pó integral, emulsificante, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, aromatizante. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 299,85
42	14	UN	Chocolate marfim cobertura (branco) 1kg (linha profissional) - ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, leite em pó integral, emulsificante lecitina de soja e riconoleato de glicerila, aromatizante e corantes naturais urucum e curcuma. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 279,86
43	582	UN	Coco ralado 100gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 2,99	R$ 1.740,18
44	205	UN	Creme de leite 300gr - lata, esterilizado 25% de gordura, 1º linha.	R$ 4,29	R$ 879,45
45	36	UN	Creme de leite tradicional 1kg - (caixa) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 14,15	R$ 509,40
46	21	UN	Emulsificante e estabilizante neutro para sorvete 200gr	R$ 6,25	R$ 131,25
47	99	UN	Extrato de tomate 340gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 3,27	R$ 323,73
48	324	UN	Fermento biológico instantâneo seco 500gr (pão) - instantâneo. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso liquido.	R$ 12,85	R$ 4.163,40
49	336	UN	Fermento químico em pó 250gr (bolo) - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 5,74	R$ 1.928,64
50	1.140	UN	Gelatina em pó 30gr - produto composto de açúcar, sal, acidulante ácido fumarico, regulador de acidez citrato de sódio e corante artificial. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 0,99	R$ 1.128,60

51	125	UN	Iogurte com polpa de fruta 200gr - ingredientes: leite integral sem soro, açúcar, fermentos lácteos, polpa e aroma artificial de morango, mamão e maca, corante de urucum e cochinilha conservante: sorbato de potássio, não contem glúten, sem espessantes e acidulantes, resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,75	R$ 468,75
52	86	UN	Iogurte integral natural 200gr - resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,79	R$ 153,94
53	350	UN	Leite condensado tradicional 395gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,14	R$ 1.099,00
54	52	UN	Leite condensado tradicional 1kg - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 8,49	R$ 441,48
55	83	UN	Leite de coco 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter o registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,29	R$ 273,07
56	692	UN	Leite em pó integral instantâneo 400gr tradicional - ingredientes: leite integral, fortificado com ferro e vitaminas c, a, e d, pirofosfato férrico, não contem glúten.	R$ 13,29	R$ 9.196,68
57	26	UN	Licor de cacau 720ml (creme de cacau)	R$ 26,95	R$ 700,70
58	166	UN	Maionese tradicional 1,2kg - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido	R$ 8,29	R$ 1.376,14
59	41	UN	Manteiga 1kg - ingredientes: gordura suína, antioxidante, bha (ins 320) e bht (ins 321) não contem glúten.	R$ 21,29	R$ 872,89
60	108	UN	Massa para pastel 400gr - rolo, massa pronta, fresca, macia e saborosa.	R$ 4,99	R$ 538,92
61	178	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor baunilha	R$ 3,70	R$ 658,60
62	443	UN	Milho para canjica branca 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 1.014,47
63	112	UN	Milho verde conserva 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 1,59	R$ 178,08
64	96	UN	Molho de tomate pronto tradicional 340 gr	R$ 1,94	R$ 186,24
65	41	UN	Óleo de milho 900ml	R$ 7,84	R$ 321,44
66	2.980	UN	Óleo de soja 900ml	R$ 3,43	R$ 10.221,40
67	277	UN	Pão de forma integral 500gr - ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, fibra de trigo 15%, sal, açúcar cristal, açúcar mascavo, conservante, propionato de cálcio, ácido ascórbico, emulsificante, gordura vegetal de palma, livre de gordura trans. e fermento biológico.	R$ 4,59	R$ 1.271,43
68	114	UN	Pêssego em calda 850g - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 8,53	R$ 972,42
69	409	UN	Polvilho doce 500gr - amilaceo de mandioca, fécula.	R$ 3,83	R$ 1.566,47
70	107	KG	Queijo fresco - caipira	R$ 17,89	R$ 1.914,23
71	85	UN	Queijo parmesão ralado original 50gr - de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,04	R$ 343,40
72	22	KG	Queijo provolone defumado	R$ 39,03	R$ 858,66
73	888	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, semente de guaraná, aroma natural do guaraná, acidulante, ácido cítrico, conservadores sorpato de potássio, benzoato de sódio, corante caramelo tipo IV.	R$ 3,93	R$ 3.489,84
74	778	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, suco de laranja 10%, aroma sintético artificial, acidulante INS 330, conservador INS 211, estabilizantes INS 444 e INS 480, corante artificial INS 110.	R$ 4,90	R$ 3.812,20
75	120	UN	Requeijão cremoso 200gr	R$ 5,84	R$ 700,80
76	36	UN	Sabor em pó para sorvete e picolé 150 gr - sabor diversos	R$ 4,03	R$ 145,08
77	710	UN	Sal refinado 1kg - iodado, para consumo doméstico, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	R$ 1,29	R$ 915,90
78	201	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor caju - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1.404,99
79	216	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor maracujá - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1.509,84
80	271	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor laranja - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 2 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 1.623,29
81	190	UN	Suco em pó 30gr	R$ 0,90	R$ 171,00
82	236	UN	Suco em pó diet 30gr	R$ 1,19	R$ 280,84
83	318	UN	Suco liquido pronto 1lt - goiaba	R$ 5,92	R$ 1.882,56
84	297	UN	Suco liquido pronto 1lt - laranja	R$ 5,92	R$ 1.758,24
85	325	UN	Suco liquido pronto 1lt - uva	R$ 5,92	R$ 1.924,00
86	117	UN	Tomate seco em conserva 175gr	R$ 7,54	R$ 882,18
87	498	UN	Açafrão em pó 30gr - com ausência de sujidades, parasitas e larvas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 493,02
88	71	UN	Abacaxi em calda 400gr - embalado em lata ou vidro, resistente, que garanta a integridade do produto, conter dados de identificação, informações nutricionais.	R$ 7,59	R$ 538,89
89	1.851	UN	Achocolatado em pó 500gr - solúvel, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó, e maltodextrina, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,99	R$ 7.385,49
90	47	UN	Achocolatado em pó 800gr - composição: açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, vitaminas (c, b3, b2, b6, b1, a e d), estabilizante lecitina de soja e aromatizantes, contem glúten.	R$ 13,90	R$ 653,30

91	61	UN	Alho descascado e processado 400gr, sem sal	R$ 9,19	R$ 560,59
92	60	UN	Ameixa seca inteira 150gr	R$ 4,99	R$ 299,40
93	207	UN	Amendoim cru 500 gr - com pele; constituído de grãos inteiros de primeira qualidade; sem fermentação e mofo, isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 5,95	R$ 1. 231,65
94	26	UN	Amendoim torrado com pele salgado 70 gr	R$ 3,65	R$ 94,90
95	623	UN	Amido de milho 500 gr - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	R$ 3,99	R$ 2. 485,77
96	5	UN	Aroma de abacaxi 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 29,95
97	19	UN	Aroma de baunilha 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 113,81
98	14	UN	Aroma de coco 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 83,86
99	3	UN	Aroma de morango 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
100	3	UN	Aroma de pêssego 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
101	3	UN	Aroma de salada de fruta 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
102	4	UN	Arroz integral 1kg - tipo 2 - classe longo - agulhinha - não contem glúten	R$ 6,48	R$ 25,92
103	75	UN	Batata frita palha 140 gr - o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,95	R$ 296,25
104	48	UN	Bicarbonato de sódio 30gr	R$ 1,29	R$ 61,92
105	116	UN	Biscoito salgado original, agua e sal, sem recheio, rica em cálcio, 156gr, ingredientes: farinha de trigo, sal, açúcar, rico em fibras; contem glúten.	R$ 3,65	R$ 423,40
106	102	UN	Bolacha tipo Wafer 115gr, recheio sabor limão - ingredientes: açúcar refinado, gordura vegetal, farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico) amido, sal refinado, fermento químico, bicarbonato de sódio (ins 500ii), estabilizante lecitina de soja (ins 500ii), acidulante ácido cítrico (ins 330) e aromatizante, pôde conter traços de leite; contem glúten; embalagem em polipropileno.	R$ 1,39	R$ 141,78
107	61	UN	Caldo de carne em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 90,89
108	76	UN	Caldo de galinha em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 113,24
109	36	UN	Caldo de legumes em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de legumes, em tablete.	R$ 1,49	R$ 53,64
110	26	UN	Caldo de carne em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 55,90
111	24	UN	Caldo de galinha em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 51,60
112	23	UN	Caldo de legumes em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 49,45
113	428	UN	Canela em pó 10gr	R$ 0,99	R$ 423,72
114	9	UN	Chocolate ao leite 1k - cobertura de chocolate ao leite (linha profissional) - ingredientes: açúcar, leite, licor de cacau, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, emulfificantelecitina de soja e ricioleato de glicerila e aromatizante. Contém glúten.	R$ 21,93	R$ 197,37
115	41	UN	Chocolate granulado 500 gr	R$ 10,20	R$ 418,20
116	444	UN	Colorau (colorífico) 500gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 3,59	R$ 1. 593,96
117	9	UN	Conhaque 1lt - bebida de gengibre alcoólica	R$ 13,29	R$ 119,61
118	347	UN	Creme de leite tradicional 200gr - (caixinha) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,59	R$ 551,73
119	97	UN	Ervilha conserva 200gr	R$ 1,49	R$ 144,53
120	177	UN	Extrato tomate concentrado 850gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 8,99	R$ 1. 591,23
121	526	KG	Farinha de mandioca torrada caseira 1kg - grupo seca, subgrupo fina, prazo de validade e peso liquido.	R$ 5,17	R$ 2. 719,42
122	45	UN	Farinha de milho 500gr - torrada, rica em fibras.	R$ 2,49	R$ 112,05
123	54	UN	Farinha de quibe 500gr	R$ 3,45	R$ 186,30
124	19	UN	Farinha de rosca 500gr - seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,63	R$ 68,97
125	3.370	KG	Farinha de trigo 1kg - tipo 1 - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 3,58	R$ 12. 064,60
126	2.448	KG	Feijão 1kg comum - tipo 1 - constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,37	R$ 10. 697,76
127	625	KG	Feijão preto 1kg - tipo 1 - novo, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,04	R$ 2. 525,00
128	28	UN	Floco milho pré-cozido enriquecidos com ferro e ácido fólico 500gr (milharina) - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,79	R$ 106,12

129	26	UN	Frutas cristalizadas 150gr	R$ 2,99	R$ 77,74
130	465	UN	Fubá 500gr - simples, do grão de milho moído, de cor amarela, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado saco plástico transparente, atóxico.	R$ 1,65	R$ 767,25
131	27	UN	Goiabada 400gr - pacote	R$ 3,30	R$ 89,10
132	10	UN	Gordura vegetal hidrogenado 500 gr - ingredientes: gordura vegetal e antioxidante ácido cítrico e BHT. Não contem glúten.	R$ 8,19	R$ 81,90
133	4	UN	Linhaça 200gr - inteira	R$ 2,99	R$ 11,96
134	10	UN	Louro em folha 5gr	R$ 0,99	R$ 9,90
135	108	UN	Macarrão concha 500gr (pequeno)	R$ 3,53	R$ 381,24
136	1.316	UN	Macarrão espaguete nº8 especial sêmola tipo I - 500gr - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,44	R$ 4. 527,04
137	848	UN	Macarrão tipo ave maria sêmola 500gr - a base de farinha, massa com ovos. Embalagem com no mínimo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 3,53	R$ 2. 993,44
138	33	UN	Macarrão integral espaguete 500gr, sêmola de trigo clurum e farelo de trigo.	R$ 3,53	R$ 116,49
139	75	UN	Massa para lasanha 500gr - base com ovos, e farinha de trigo. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,85	R$ 363,75
140	128	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor chocolate	R$ 3,70	R$ 473,60
141	26	UN	Milho para canjica amarela 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 59,54
142	286	UN	Milho para pipoca 500gr - de 1ª qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso adicionado em embalagem plástica.	R$ 2,20	R$ 629,20
143	47	UN	Milho verde conserva 1,5kg - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 14,03	R$ 659,41
144	14	UN	Molho de soja 150ml - shoyo	R$ 2,95	R$ 41,30
145	18	UN	Mostarda 200gr - condimento a base de mostarda.	R$ 2,77	R$ 49,86
146	11	UN	Noz moscada 3gr - inteira	R$ 1,54	R$ 16,94
147	248	UN	Orégano 5gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e ou Ministério da Saúde.	R$ 1,19	R$ 295,12
148	31	UN	Paçoca de amendoim - pote c/ 50 unidades de 22gr cada, embalada individualmente	R$ 13,33	R$ 413,23
149	20	UN	Pimenta do reino moída 30gr	R$ 2,99	R$ 59,80
150	23	UN	Pipoca doce 90gr - saco com 40 unidades	R$ 51,64	R$ 1. 187,72
151	238	UN	Pirulito 800gr - sabor variados - com os seguintes ingredientes: açúcar, xarope de glicose, goma base, acidulantes, ácido cítrico, corante vermelho, amarelo crepúsculo e indigotina, antioxidante, aromatizante, com vários sabores. Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	R$ 9,99	R$ 2. 377,62
152	306	UN	Polvilho azedo 500gr - fécula de mandioca, modificado pôr processo de fermentação e secagem. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	R$ 4,93	R$ 1. 508,58
153	678	UN	Refrigerante de limão 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 2. 664,54
154	225	UN	Refrigerante zero açúcar 2 lt - guaraná (dietético)	R$ 5,03	R$ 1. 131,75
155	38	UN	Sardinha com óleo de soja 125gr, com ômega 3.	R$ 3,64	R$ 138,32
156	197	UN	Suco em pó 1 kg - sabor variados	R$ 5,73	R$ 1. 128,81
157	36	UN	Uva passa branca 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,17	R$ 222,12
158	43	UN	Uva passa escura 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,67	R$ 243,81
159	64	UN	Vinagre vinho branco 750ml	R$ 4,24	R$ 271,36
160	4	UN	Vinho tinto seco 750ml	R$ 8,59	R$ 34,36
161	4	UN	Vinho tinto suave 750ml	R$ 8,64	R$ 34,56
163	3	UN	Açúcar em sache 5gr - caixa com 400 unidades	R$ 43,29	R$ 129,87
164	5	UN	Margarina em sache c/ sal 10gr - caixa com 192 unidades	R$ 36,29	R$ 181,45
165	5	UN	Geleia em sache 15gr - sabor variado - caixa com 144 unidades	R$ 26,34	R$ 131,70
166	20	UN	Alimento nutritivo infantil 400gr rico em cálcio + proteína - sabor chocolate - ingredientes: leite em pó desnatado instantâneo (leite em pó desnatado e emulsificante lecitina de soja), sacarose, leite em pó integral, maltodextrina, cacau, fosfato de magnésio, ascorbato de sódio, sulfato ferroso, inositol, acetato de dl-alfa tocoferil, sulfato de zinco, niacinamida, sulfato de manganês, vitamina k1, pantotenato de cálcio, sulfato cuprico, acetato de retinil, vitamina b12, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, riboflavina, colecalciferol, ácido fólico, iodeto de potássio, cloreto de cromo, bitina, estabilizante carregena e aromatizantes. Não contém glúten. Contem lactose.	R$ 40,49	R$ 809,80
167	30	UN	Leite em pó formula hipoalérgica infantil com ferro para lactantes 400gr (h.a, DHA e ara) 0 a 12 meses- ingredientes: proteína hidrolisada de soro de leite, lactose, maltodextrina, oleina de palma, óleo de coco, óleo de canola, sais minerais, (citrato de cálcio, ácido fosfórico, cloreto de cálcio, citrato de sódio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, ácido hidro clorídrico, sulfato de cobre, iodeto de potássio, citrato de potássio, sulfato de manganês, selenato de sódio), óleo de girassol, vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, p0antotenato de cálcio, vitamina a, vitamina b2, vitamina b6, vitamina b1, ácido fólico, vitamina k, botina, vitamina d, vitamina b12), óleo de pei-	R$ 34,65	R$ 1. 039,50

			xe**, ácido graxo araquidonico, birtatarato de colina, nucleotideos, taurina, l-arginina, inositol, l-histidina, l-carnitina. Não contem glúten.		
168	40	UN	Leite em pó prebio fase 1+ com prebio 1 400gr (a partir de 1 ano) - ingredientes: leite parcialmente desnatado, açúcar, xarope de milho, lactose, óleo de canola, oleína de palma, frutooligossacarideos, inulina, sais minerais, vitaminas e emulsificante lecitina de soja, não contem glúten, além de se composto pôr leite, contem fibras solúveis e e enriquecido em vitaminas e minerais.	R$ 19,89	R$ 795,60
169	80	UN	Leite em pó formula infantil sem lactose 350gr - a base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes (sem leite, sem lactose e sem sacarose), contem vitamina a, b12 e d, fosforo e zinco, fonte cálcio, ferro e iodo, tem qualidade nutricional de 100% em relação a caseína e contém todos os aminoácidos essenciais não produzidos pelo o organismo humano (para quem tem intolerância total a lactose (o açúcar do leite).	R$ 29,85	R$ 2. 388,00
170	1.700	UN	Açúcar cristalizado 5kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/ 78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 10,79	R$ 18. 343,00
171	125	UN	Cereal para alimentação infantil de arroz 400gr - ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibasico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 1. 118,75
172	330	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 2º linha	R$ 3,82	R$ 1. 260,60
173	270	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 1. 061,10
174	90	UN	Cereal para alimentação infantil de milho 400gr - ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibasico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 805,50
TOTAL	**R$ 443. 580,69**				

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2171.33.90.30.00 - Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 23 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ TRIVELATO & MAGRI LTDA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** CNPJ Nº 11.285.151/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1800, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Silvio Celio Magri, casado, empresário, portador do RG nº 17.869. 943 SSP/SP e CPF nº 062.343.418-02, residente na Rua Alexandre de Carvalho, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 049/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRIVELATO & MAGRI LTDA

CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	1.618	UN	Açúcar cristalizado 2kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 4,34	R$ 7.022,12
2	46	UN	Adoçante dietético liquido 100 ml	R$ 3,77	R$ 173,42
3	5.184	UN	Agua mineral 500 ml	R$ 0,99	R$ 5.132,16
4	300	UN	Bala Doce macia 700g - Sabores sortidas	R$ 5,99	R$ 1.797,00
5	1.353	UN	Bolacha cream cracker 800gr	R$ 6,39	R$ 8.645,67
6	1.767	UN	Bolacha de leite 400gr	R$ 3,57	R$ 6.308,19
7	5.042	UN	Café torrado e moído 250gr - grãos selecionados de 1ª qualidade, embalagem a vácuo, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, resolução RDC nº360 de dezembro/2003.	R$ 4,84	R$ 24.403,28
8	545	UN	Camomila 5gr - florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto cor cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas.	R$ 0,99	R$ 539,55
9	1.450	UN	Canela em casca 10gr - identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1.435,50
10	1.103	UN	Chá erva mate tostado 250gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e ou ministério da saúde, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 7,29	R$ 8.040,87
11	597	UN	Cravo 8gr - em botão floral maduro e dessecado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 1,99	R$ 1.188,03
12	1.039	UN	Erva doce 10gr - em grãos limpos e dessecados, de coloração verde, com aspecto cor, cheiro, aromático e sabor levemente adocicado, isento de materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1.028,61
13	38.780	UN	Leite integral UAT (UHT) 1lt - em embalagem original cartonada asséptica.	R$ 3,14	R$121.769,20
14	1.456	UN	Margarina cremosa c/ sal 65% lipídios 1kg - com identificação do produto. Identificação de fabricante, data de fabricação. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 9,14	R$ 13.307,84
15	1.158	UN	Refrigerante de cola 2 LT - 1º linha, ingredientes: agua carbonatada, açúcar, cafeína, extrato de noz de cola, aroma de cola, axidulante e corante.	R$ 5,47	R$ 6.334,26
16	347	UN	Suco liquido pronto 1lt - caju	R$ 5,99	R$ 2.078,53
17	372	UN	Suco liquido pronto 1lt - maracujá	R$ 5,99	R$ 2.228,28
18	397	UN	Suco liquido pronto 1lt - pêssego	R$ 5,90	R$ 2.342,30
19	157	UN	Açúcar refinado 1kg	R$ 3,44	R$ 540,08
20	25	UN	Galão 20lt para agua mineral - vazio	R$ 16,00	R$ 400,00
21	139	UN	Agua mineral - galão 20 litros, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 12,00	R$ 1.668,00
22	600	UN	Agua mineral sem gás 200ml - copo	R$ 0,85	R$ 510,00
23	80	UN	Ameixa em calda inteira 810gr	R$ 12,49	R$ 999,20
24	2.602	UN	Arroz 5 kg - tipo I, classe longo fino, subgrupo polido, beneficiado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 12,34	R$ 32.108,68
25	56	UN	Aveia flocos finos 250 Gr	R$ 3,15	R$ 176,40
26	34	UN	Azeite de oliva 500 Gr - extra virgem	R$ 11,69	R$ 397,46
27	59	UN	Azeitona preta com caroço 330g	R$ 4,99	R$ 294,41
28	92	UN	Azeitona verde com caroço 500gr - em conserva, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 7,29	R$ 670,68
29	164	UN	Azeitona verde sem caroço 330gr (280gr drenado)	R$ 6,49	R$ 1.064,36
30	122	UN	Batata frita palha 400gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 9,35	R$ 1.140,70
31	156	UN	Bolacha integral original de sal 126gr com 6 unidades de 21gr cada - ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, farinha de trigo integral, açúcar, açúcar invertido, sal, fermento químico: fosfato monocálcico e bicarbonato de sódio e amônio e melhorador de farinha: enzima protease, contem glúten.	R$ 3,65	R$ 569,40
32	1.352	UN	Bolacha de maizena 400gr	R$ 3,59	R$ 4.853,68
33	1.717	UN	Bolacha doce tipo rosca de coco 800gr	R$ 6,99	R$ 12.001,83
34	109	UN	Bombom bis - caixa 140gr 20 unidades - ingredientes: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, massa de cacau, manteiga de cacau, cacau em pó, farinha de soja, soro de leite em pó, amendoim, sal, amido de milho, leite em pó integral, gema de ovo, óleo de soja, castanha de caju, leite em pó desnatado; informações nutricionais: porção de 7gr (1 unidade), valor calórico 35kcal, carboidratos 4gr, gorduras totais 1,5gr, gorduras saturadas 0,5gr, ferro 0,5gr; embalagem em polipropileno.	R$ 6,21	R$ 676,89
35	93	UN	Bombom de chocolate - 1º linha, recheio: creme de castanha de caju coberto com chocolate, com peso mínimo 20g (cada), embalagem de boa qualidade, acondicionada em saco com peso mínimo de 1kg, onde deve constar impresso todos os dados do fabricante, data de fabricação, validade do produto.	R$ 36,49	R$ 3.393,57
36	82	UN	Catchup 390gr - condimento a base de tomate.	R$ 2,99	R$ 245,18
37	35	UN	Cebolinha cristal em conserva 175gr	R$ 4,95	R$ 173,25
38	59	UN	Cereja em calda 100gr - tipo marrachino	R$ 6,95	R$ 410,05
39	42	UN	Champignon em conserva 300gr - inteiro	R$ 10,30	R$ 432,60

40	28	UN	Chantilly spray 250gr - ingredientes: creme de leite, açúcar, emulsificantemono e diglicerideos, estabilizante goma carragena, propelente: oxido nitroso.	R$ 18,95	R$ 530,60
41	15	UN	Chocolate blend 1kg - cobertura de chocolate ao leite (80%) + meio amargo (20%) - (linha profissional) - ingredientes: açúcar, cacau, gordura vegetal, gordura anidra de leite, leite em pó integral, emulsificante, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, aromatizante. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 299,85
42	14	UN	Chocolate marfim cobertura (branco) 1kg (linha profissional) - ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, leite em pó integral, emulsificante lecitina de soja e riconoleato de glicerila, aromatizante e corantes naturais urucum e curcuma. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 279,86
43	582	UN	Coco ralado 100gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 2,99	R$ 1. 740,18
44	205	UN	Creme de leite 300gr - lata, esterilizado 25% de gordura, 1º linha.	R$ 4,29	R$ 879,45
45	36	UN	Creme de leite tradicional 1kg - (caixa) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 14,15	R$ 509,40
46	21	UN	Emulsificante e estabilizante neutro para sorvete 200gr	R$ 6,25	R$ 131,25
47	99	UN	Extrato de tomate 340gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 3,27	R$ 323,73
48	324	UN	Fermento biológico instantâneo seco 500gr (pão) - instantâneo. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso liquido.	R$ 12,85	R$ 4. 163,40
49	336	UN	Fermento químico em pó 250gr (bolo) - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 5,74	R$ 1. 928,64
50	1.140	UN	Gelatina em pó 30gr - produto composto de açúcar, sal, acidulante ácido fumarico, regulador de acidez citrato de sódio e corante artificial. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 0,99	R$ 1. 128,60
51	125	UN	Iogurte com polpa de fruta 200gr - ingredientes: leite integral sem soro, açúcar, fermentos lácteos, polpa e aroma artificial de morango, mamão e maca, corante de urucum e cochinilha conservante: sorbato de potássio, não contem glúten, sem espessantes e acidulantes, resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,75	R$ 468,75
52	86	UN	Iogurte integral natural 200gr - resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,79	R$ 153,94
53	350	UN	Leite condensado tradicional 395gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,14	R$ 1. 099,00
54	52	UN	Leite condensado tradicional 1kg - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 8,49	R$ 441,48
55	83	UN	Leite de coco 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter o registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,29	R$ 273,07
56	692	UN	Leite em pó integral instantâneo 400gr tradicional - ingredientes: leite integral, fortificado com ferro e vitaminas c, a, e d, pirofosfato férrico, não contem glúten.	R$ 13,29	R$ 9. 196,68
57	26	UN	Licor de cacau 720ml (creme de cacau)	R$ 26,95	R$ 700,70
58	166	UN	Maionese tradicional 1,2kg - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido	R$ 8,29	R$ 1. 376,14
59	41	UN	Manteiga 1kg - ingredientes: gordura suína, antioxidante, bha (ins 320) e bht (ins 321) não contem glúten.	R$ 21,29	R$ 872,89
60	108	UN	Massa para pastel 400gr - rolo, massa pronta, fresca, macia e saborosa.	R$ 4,99	R$ 538,92
61	178	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor baunilha	R$ 3,70	R$ 658,60
62	443	UN	Milho para canjica branca 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 1. 014,47
63	112	UN	Milho verde conserva 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 1,59	R$ 178,08
64	96	UN	Molho de tomate pronto tradicional 340 gr	R$ 1,94	R$ 186,24
65	41	UN	Óleo de milho 900ml	R$ 7,84	R$ 321,44
66	2.980	UN	Óleo de soja 900ml	R$ 3,43	R$ 10. 221,40
67	277	UN	Pão de forma integral 500gr - ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, fibra de trigo 15%, sal, açúcar cristal, açúcar mascavo, conservante, propionato de cálcio, ácido ascórbico, emulsificante, gordura vegetal de palma, livre de gordura trans. e fermento biológico.	R$ 4,59	R$ 1. 271,43
68	114	UN	Pêssego em calda 850g - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 8,53	R$ 972,42
69	409	UN	Polvilho doce 500gr - amilaceo de mandioca, fécula.	R$ 3,83	R$ 1. 566,47
70	107	KG	Queijo fresco - caipira	R$ 17,89	R$ 1. 914,23
71	85	UN	Queijo parmesão ralado original 50gr - de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,04	R$ 343,40
72	22	KG	Queijo provolone defumado	R$ 39,03	R$ 858,66
73	888	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, semente de guaraná, aroma natural do guaraná, acidulante, ácido cítrico, conservadores sorpato de potássio, benzoato de sódio, corante caramelo tipo IV.	R$ 3,93	R$ 3. 489,84
74	778	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, suco de laranja 10%, aroma sintético artificial, acidulante INS 330, conservador INS 211, estabilizantes INS 444 e INS 480, corante artificial INS 110.	R$ 4,90	R$ 3. 812,20
75	120	UN	Requeijão cremoso 200gr	R$ 5,84	R$ 700,80
76	36	UN	Sabor em pó para sorvete e picolé 150 gr - sabor diversos	R$ 4,03	R$ 145,08
77	710	UN	Sal refinado 1kg - iodado, para consumo doméstico, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	R$ 1,29	R$ 915,90
78	201	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor caju - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1. 404,99
79	216	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor maracujá - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1. 509,84

80	271	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor laranja - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 2 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 1.623,29
81	190	UN	Suco em pó 30gr	R$ 0,90	R$ 171,00
82	236	UN	Suco em pó diet 30gr	R$ 1,19	R$ 280,84
83	318	UN	Suco liquido pronto 1lt - goiaba	R$ 5,92	R$ 1.882,56
84	297	UN	Suco liquido pronto 1lt - laranja	R$ 5,92	R$ 1.758,24
85	325	UN	Suco liquido pronto 1lt - uva	R$ 5,92	R$ 1.924,00
86	117	UN	Tomate seco em conserva 175gr	R$ 7,54	R$ 882,18
87	498	UN	Açafrão em pó 30gr - com ausência de sujidades, parasitas e larvas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 493,02
88	71	UN	Abacaxi em calda 400gr - embalado em lata ou vidro, resistente, que garanta a integridade do produto, conter dados de identificação, informações nutricionais.	R$ 7,59	R$ 538,89
89	1.851	UN	Achocolatado em pó 500gr - solúvel, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó, e maltodextrina, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,99	R$ 7.385,49
90	47	UN	Achocolatado em pó 800gr - composição: açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, vitaminas (c, b3, b2, b6, b1, a e d), estabilizante lecitina de soja e aromatizantes, contem glúten.	R$ 13,90	R$ 653,30
91	61	UN	Alho descascado e processado 400gr, sem sal	R$ 9,19	R$ 560,59
92	60	UN	Ameixa seca inteira 150gr	R$ 4,99	R$ 299,40
93	207	UN	Amendoim cru 500 gr - com pele; constituído de grãos inteiros de primeira qualidade; sem fermentação e mofo, isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 5,95	R$ 1.231,65
94	26	UN	Amendoim torrado com pele salgado 70 gr	R$ 3,65	R$ 94,90
95	623	UN	Amido de milho 500 gr - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	R$ 3,99	R$ 2.485,77
96	5	UN	Aroma de abacaxi 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 29,95
97	19	UN	Aroma de baunilha 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 113,81
98	14	UN	Aroma de coco 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 83,86
99	3	UN	Aroma de morango 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
100	3	UN	Aroma de pêssego 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
101	3	UN	Aroma de salada de fruta 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
102	4	UN	Arroz integral 1kg - tipo 2 - classe longo - agulhinha - não contem glúten	R$ 6,48	R$ 25,92
103	75	UN	Batata frita palha 140 gr - o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,95	R$ 296,25
104	48	UN	Bicarbonato de sódio 30gr	R$ 1,29	R$ 61,92
105	116	UN	Biscoito salgado original, agua e sal, sem recheio, rica em cálcio, 156gr, ingredientes: farinha de trigo, sal, açúcar, rico em fibras; contem glúten.	R$ 3,65	R$ 423,40
106	102	UN	Bolacha tipo Wafer 115gr, recheio sabor limão - ingredientes: açúcar refinado, gordura vegetal, farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico) amido, sal refinado, fermento químico, bicarbonato de sódio (ins 500ii), estabilizante lecitina de soja (ins 500ii), acidulante ácido cítrico (ins 330) e aromatizante, pôde conter traços de leite; contem glúten; embalagem em polipropileno.	R$ 1,39	R$ 141,78
107	61	UN	Caldo de carne em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 90,89
108	76	UN	Caldo de galinha em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 113,24
109	36	UN	Caldo de legumes em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de legumes, em tablete.	R$ 1,49	R$ 53,64
110	26	UN	Caldo de carne em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 55,90
111	24	UN	Caldo de galinha em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 51,60
112	23	UN	Caldo de legumes em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 49,45
113	428	UN	Canela em pó 10gr	R$ 0,99	R$ 423,72
114	9	UN	Chocolate ao leite 1k - cobertura de chocolate ao leite (linha profissional) - ingredientes: açúcar, leite, licor de cacau, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, emulfificantelecitina de soja e ricioleato de glicerila e aromatizante. Contém glúten.	R$ 21,93	R$ 197,37
115	41	UN	Chocolate granulado 500 gr	R$ 10,20	R$ 418,20
116	444	UN	Colorau (colorífico) 500gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 3,59	R$ 1.593,96
117	9	UN	Conhaque 1lt - bebida de gengibre alcoólica	R$ 13,29	R$ 119,61

118	347	UN	Creme de leite tradicional 200gr - (caixinha) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,59	R$ 551,73
119	97	UN	Ervilha conserva 200gr	R$ 1,49	R$ 144,53
120	177	UN	Extrato tomate concentrado 850gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 8,99	R$ 1. 591,23
121	526	KG	Farinha de mandioca torrada caseira 1kg - grupo seca, subgrupo fina, prazo de validade e peso liquido.	R$ 5,17	R$ 2. 719,42
122	45	UN	Farinha de milho 500gr - torrada, rica em fibras.	R$ 2,49	R$ 112,05
123	54	UN	Farinha de quibe 500gr	R$ 3,45	R$ 186,30
124	19	UN	Farinha de rosca 500gr - seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,63	R$ 68,97
125	3.370	KG	Farinha de trigo 1kg - tipo 1 - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 3,58	R$ 12. 064,60
126	2.448	KG	Feijão 1kg comum - tipo 1 - constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,37	R$ 10. 697,76
127	625	KG	Feijão preto 1kg - tipo 1 - novo, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,04	R$ 2. 525,00
128	28	UN	Floco milho pré-cozido enriquecidos com ferro e ácido fólico 500gr (milharina) - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,79	R$ 106,12
129	26	UN	Frutas cristalizadas 150gr	R$ 2,99	R$ 77,74
130	465	UN	Fubá 500gr - simples, do grão de milho moído, de cor amarela, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado saco plástico transparente, atóxico.	R$ 1,65	R$ 767,25
131	27	UN	Goiabada 400gr - pacote	R$ 3,30	R$ 89,10
132	10	UN	Gordura vegetal hidrogenado 500 gr - ingredientes: gordura vegetal e antioxidante ácido cítrico e BHT. Não contem glúten.	R$ 8,19	R$ 81,90
133	4	UN	Linhaça 200gr - inteira	R$ 2,99	R$ 11,96
134	10	UN	Louro em folha 5gr	R$ 0,99	R$ 9,90
135	108	UN	Macarrão concha 500gr (pequeno)	R$ 3,53	R$ 381,24
136	1.316	UN	Macarrão espaguete nº8 especial sêmola tipo I - 500gr - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,44	R$ 4. 527,04
137	848	UN	Macarrão tipo ave maria sêmola 500gr - a base de farinha, massa com ovos. Embalagem com no mínimo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 3,53	R$ 2. 993,44
138	33	UN	Macarrão integral espaguete 500gr, sêmola de trigo clurum e farelo de trigo.	R$ 3,53	R$ 116,49
139	75	UN	Massa para lasanha 500gr - base com ovos, e farinha de trigo. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,85	R$ 363,75
140	128	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor chocolate	R$ 3,70	R$ 473,60
141	26	UN	Milho para canjica amarela 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 59,54
142	286	UN	Milho para pipoca 500gr - de 1ª qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso adicionado em embalagem plástica.	R$ 2,20	R$ 629,20
143	47	UN	Milho verde conserva 1,5kg - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 14,03	R$ 659,41
144	14	UN	Molho de soja 150ml - shoyo	R$ 2,95	R$ 41,30
145	18	UN	Mostarda 200gr - condimento a base de mostarda.	R$ 2,77	R$ 49,86
146	11	UN	Noz moscada 3gr - inteira	R$ 1,54	R$ 16,94
147	248	UN	Orégano 5gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e ou Ministério da Saúde.	R$ 1,19	R$ 295,12
148	31	UN	Paçoca de amendoim - pote c/ 50 unidades de 22gr cada, embalada individualmente	R$ 13,33	R$ 413,23
149	20	UN	Pimenta do reino moída 30gr	R$ 2,99	R$ 59,80
150	23	UN	Pipoca doce 90gr - saco com 40 unidades	R$ 51,64	R$ 1. 187,72
151	238	UN	Pirulito 800gr - sabor variados - com os seguintes ingredientes: açúcar, xarope de glicose, goma base, acidulantes, ácido cítrico, corante vermelho, amarelo crepúsculo e indigotina, antioxidante, aromatizante, com vários sabores. Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	R$ 9,99	R$ 2. 377,62
152	306	UN	Polvilho azedo 500gr - fécula de mandioca, modificado pôr processo de fermentação e secagem. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	R$ 4,93	R$ 1. 508,58
153	678	UN	Refrigerante de limão 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 2. 664,54
154	225	UN	Refrigerante zero açúcar 2 lt - guaraná (dietético)	R$ 5,03	R$ 1. 131,75
155	38	UN	Sardinha com óleo de soja 125gr, com ômega 3.	R$ 3,64	R$ 138,32
156	197	UN	Suco em pó 1 kg - sabor variados	R$ 5,73	R$ 1. 128,81

157	36	UN	Uva passa branca 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,17	R$ 222,12
158	43	UN	Uva passa escura 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,67	R$ 243,81
159	64	UN	Vinagre vinho branco 750ml	R$ 4,24	R$ 271,36
160	4	UN	Vinho tinto seco 750ml	R$ 8,59	R$ 34,36
161	4	UN	Vinho tinto suave 750ml	R$ 8,64	R$ 34,56
163	3	UN	Açúcar em sache 5gr - caixa com 400 unidades	R$ 43,29	R$ 129,87
164	5	UN	Margarina em sache c/ sal 10gr - caixa com 192 unidades	R$ 36,29	R$ 181,45
165	5	UN	Geleia em sache 15gr - sabor variado - caixa com 144 unidades	R$ 26,34	R$ 131,70
166	20	UN	Alimento nutritivo infantil 400gr rico em cálcio + proteína - sabor chocolate - ingredientes: leite em pó desnatado instantâneo (leite em pó desnatado e emulsificante lecitina de soja), sacarose, leite em pó integral, maltodextrina, cacau, fosfato de magnésio, ascorbato de sódio, sulfato ferroso, inositol, acetato de dl-alfa tocoferil, sulfato de zinco, niacinamida, sulfato de manganês, vitamina k1, pantotenato de cálcio, sulfato cuprico, acetato de retinil, vitamina b12, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, riboflavina, colecalciferol, ácido fólico, iodeto de potássio, cloreto de cromo, bitina, estabilizante carregena e aromatizantes. Não contém glúten. Contem lactose.	R$ 40,49	R$ 809,80
167	30	UN	Leite em pó formula hipoalérgica infantil com ferro para lactantes 400gr (h.a, DHA e ara) 0 a 12 meses- ingredientes: proteína hidrolisada de soro de leite, lactose, maltodextrina, oleina de palma, óleo de coco, óleo de canola, sais minerais, (citrato de cálcio, ácido fosfórico, cloreto de cálcio, citrato de sódio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, ácido hidro clorídrico, sulfato de cobre, iodeto de potássio, citrato de potássio, sulfato de manganês, selenato de sódio), óleo de girassol, vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, p0antotenato de cálcio, vitamina a, vitamina b2, vitamina b6, vitamina b1, ácido fólico, vitamina k, botina, vitamina d, vitamina b12), óleo de peixe**, ácido graxo araquidonico, birtatarato de colina, nucleotideos, taurina, l-arginina, inositol, l-histidina, l-carnitina. Não contem glúten.	R$ 34,65	R$ 1. 039,50
168	40	UN	Leite em pó prebio fase 1+ com prebio 1 400gr (a partir de 1 ano) - ingredientes: leite parcialmente desnatado, açúcar, xarope de milho, lactose, óleo de canola, oleina de palma, frutooligossacarideos, inulina, sais minerais, vitaminas e emulsificante lecitina de soja, não contem glúten, além de se composto pôr leite, contem fibras solúveis e e enriquecido em vitaminas e minerais.	R$ 19,89	R$ 795,60
169	80	UN	Leite em pó formula infantil sem lactose 350gr - a base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes (sem leite, sem lactose e sem sacarose), contem vitamina a, b12 e d, fosforo e zinco, fonte cálcio, ferro e iodo, tem qualidade nutricional de 100% em relação a caseína e contém todos os aminoácidos essenciais não produzidos pelo o organismo humano (para quem tem intolerância total a lactose (o açúcar do leite).	R$ 29,85	R$ 2. 388,00
170	1.700	UN	Açúcar cristalizado 5kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/ 78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 10,79	R$ 18. 343,00
171	125	UN	Cereal para alimentação infantil de arroz 400gr - ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibasico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 1. 118,75
172	330	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 2º linha	R$ 3,82	R$ 1. 260,60
173	270	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 1. 061,10
174	90	UN	Cereal para alimentação infantil de milho 400gr - ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibasico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 805,50
TOTAL	**R$ 443. 580,69**				

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2171.33.90.30.00 - Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 23 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ TRIVELATO & MAGRI LTDA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES - EPP***,* CNPJ nº 11.604.458/0001-76, com sede na Rua do Fico, nº 1135, Bairro Santana, na cidade de Araçatuba - SP, neste ato representado pelo Srª Joyce Caroline da Conceição, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 40.301.860-2 – SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 340.038.968-40, residente e domiciliada na Rua Pacaembu,

nº 24, Bairro C.H. Taane Andraus, na cidade de Araçatuba – SP, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA** para o registro de preços para futura e eventual contratação de **micro empresa e/ou empresa de pequeno porte** para o fornecimento parcelado de rouparia para atender o hospital municipal de alto taquari, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ROUPARIA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 039/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES - EPP

CNPJ Nº 11.604.458/0001-76

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
6	20	UN	CAMISOLA TIPO ROUPAO EM ALGODAO CRU TAMANHO M	ATA MALHARIA	R$ 16,00	R$ 320,00
7	20	UN	CAMISOLA TIPO ROUPAO EM ALGODAO CRU TAMANHO G	ATA MALHARIA	R$ 16,00	R$ 320,00
8	50	UN	LENCOL DE SOLTERIO- CONJ 3 PECAS	ATA MALHARIA	R$ 51,00	R$ 2.550,00
9	50	UN	CAMPO CIRURGICO EM BRIM PESADO TIPO SOLASSOL 100% ALGODAO 260G/ML TAMANHO 1,50 X1,36 NA COR VERDE BANDEIRA.	ATA MALHARIA	R$ 29,50	R$ 1.475,00
14	10	UN	CAPA PARA BIOMBO EM TRANCADO CRU HOSPITALAR SARJA 3X1 TAMANHO 2,70X0,70 COM TIRAS PARA AMARRAR	ATA MALHARIA	R$ 31,50	R$ 315,00
15	10	UN	CAPA PARA TORPEDO EM TRANCADO CRU HOSPITALAR SARJA 3X1 TAMANHO 1,50X0,80.	ATA MALHARIA	R$ 10,00	R$ 100,00
19	20	UN	CAMISOLA EM ALGODAO CRU MODELO TRANSPASSADO (TIPO ROUPAO) TAMANHO GG.	ATA MALHARIA	R$ 16,00	R$ 320,00
TOTAL	**R$ 5.400,00**					

VALOR POR EXTENSO: CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 - OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA PARCELADA, ONDE O MUNICÍPIO SOLICITARÁ A QUANTIDADE NECESSITADA, DEVENDO A ENTREGA SER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUES NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 826 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

5.2 – A empresa Contratada deverá:

5.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

5.2.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

5.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos;

5.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

6.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

6.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

6.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

6.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

6.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

6.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

6.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

6.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

6.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

6.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

6.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

6.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após o fornecimento do objeto licitado e mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

7.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

7.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.4 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”, sem as quais o Município suspenderá todo e qualquer pagamento à Contratada, até regularização da situação.

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

7.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

7.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

7.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

8.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

8.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

9.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

14.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

14.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471;**

14.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES - EPP

CNPJ: 11.604.458/0001-76

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME**, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 910, Sala 8 e 9 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. João Paulo Masson Fernandes, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7408357-9 SSP/PR e CPF nº 043.948.829-07, residente e domiciliado na Rua João Mendes de Souza, nº 411 - Centro, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME

CNPJ Nº11.261.116/0001-09

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	42	UN	Toner Brother TN 450 (capacidade 2.600 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 215,00	R$9.030,00
29	60	UN	Cartucho HP 22 - colorido - 6ml (c9352ab) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 86,00	R$5.160,00
31	48	UN	Cartucho HP 662 colorido (cz104al) capacidade 100 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 37,50	R$1.800,00
51	1	UN	Cilindro para impressora Brother DCP-8157DN - cartucho DR3392 (60.000 páginas) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 650,00	R$ 650,00
81	38	UN	Cartucho HP 60 - colorido - 6,5ml (cc643wb) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 81,00	R$3.078,00
95	15	UN	Toner Panasonic kxmb1900 kx-fat413a - capacidade 2.000 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	PANASONIC	R$ 236,00	R$3.540,00
97	15	UN	Toner HRD 104c - capacidade 1.500 páginas (impressora Samsung laser ml1665) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	D&A	R$ 235,00	R$3.525,00
TOTAL	**R$ 26.783,00**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA

CNPJ 11.261.116/0001-09

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JANEIRO/2016

4º Termo Aditivo do Contrato **Nº 019/2013,** Pregão Presencial nº 06/2013, Parte: **ASPLAM - ASSESSORIA E CONTABILIDADE A ENTIDADES PÚBLICAS S/S LTDA**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de Valor e Prazo**.** Sendo de **R$ 180.000,00**. Vigência: **06/01/2016 à 31/12/2016.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JANEIRO/2016

2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 126/2014,** Tomada de Preços nº 015/2014, Parte: **MARCOS JOSÉ DOS SANTOS**; O objeto do termo aditivo é prorrogação de Valor e Prazo. Sendo de **R$ 21.600,00.** Vigência: **02/01/2016 à 02/09/2016.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME**, CNPJ Nº 14.010.264/0001-30, com sede à Av. Ivo de Moraes Cajango, Qd. 05, Lt.02, sala 01, Parque Industrial – Vila Esperança, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, neste ato representado pela Srª Sylvia Maia Santos Berigo, brasileira, empresária, portadora do RG nº 0983039-1 SSP/MT e CPF nº 716.265.571-87, residente e domiciliada na Rua Florisvaldo Souza Porto, s/nº - Cotovelo, na cidade de Alto Araguaia – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME

CNPJ Nº 14.010.264/0001-30

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	42	UN	Cartucho Brother LC 109 BK - 50ml XXL - cor preto (2.400 páginas) - original (Super alto rendimento)	BROTHER	R$ 94,00	R$ 3.948,00
7	477	UN	Toner HP 85a compatível - capacidade 1.600 a 1.800 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$19.032,30
9	30	UN	Toner HP 35a compatível - capacidade 1.500 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$ 1.197,00
11	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664220 ciano (azul) 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
12	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664320 magenta 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
13	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664420 amarela 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
28	100	UN	Cartucho HP 21 - preto - 7ml (c9352bb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 4.930,00
30	90	UN	Cartucho HP 662 XL preto (cz105ab) 6,5ml - capacidade 120 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 54,00	R$ 4.860,00

46	8	UN	Toner Samsung SCX 4828 FN D 209l - capacidade 5000 páginas (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 299,50	R$ 2. 396,00
47	6	UN	Toner Brother TN 450 (capacidade 2.600 páginas) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 43,50	R$ 261,00
49	12	UN	Toner Brother TN 3392 (capacidade 12.000 copias) compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 65,98	R$ 791,76
50	8	UN	Toner Brother TN 3392 (capacidade 12.000 copias) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 225,48	R$ 1. 803,84
52	2	UN	Cilindro para impressora Brother MFC-8952DW ou MFC-7460N- cartucho DR3302 (60.000 páginas) (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 301,60	R$ 603,20
53	4	UN	Toner Brother TN 580 (7000 copias) - compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 56,55	R$ 226,20
54	2	UN	Toner Brother TN 580 (7000 copias) - original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 233,45	R$ 466,90
55	10	M	Fita impressora matricial FX 2190 (13x12mm) ou lq2090 (referência 8021)	P PRINT	R$ 11,60	R$ 116,00
62	38	UN	Cartucho HP 901 preto 15,5ml (Cc654ab) rende 700 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 54,52	R$ 2. 071,76
66	10	UN	Cartucho 920xl - ciano (azul) - 7,5ml (cd972al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
67	10	UN	Cartucho 920xl - magenta (rosa) - 6,5ml (cd973al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
68	10	UN	Cartucho 920xl - amarelo - 7,5ml (cd974al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
71	6	UN	Toner HP 12a (q2612a) compatível - capacidade 2.000 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$ 239,40
73	5	UN	Toner Samsung mlt-d101s - capacidade 1.500 páginas - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 81,20	R$ 406,00
82	46	UN	Cartucho HP 60 - preto - 4,5ml (cc636wb) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 48,50	R$ 2. 231,00
84	3	UN	Toner Samsung ML-D3050b/SEE (8000 copias) compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 100,05	R$ 300,15
87	8	UN	Cartucho HP 122xl - colorido - 6ml (ch564hb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 91,00	R$ 728,00
92	150	UN	Fita para impressora nylon 13mmx12m preta Epson fx-890 ou lq-590 (matricial) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	P PRINT	R$ 8,00	R$ 1. 200,00
93	38	UN	Cartucho HP 60 - preto - 13,5ml original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 1. 873,40
94	26	UN	Cartucho HP 60 - colorido - 15,5ml original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 82,51	R$ 2. 145,26
102	10	UN	Toner Brother dr-1060 (1.000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 173,50	R$ 1. 735,00
103	8	UN	Toner Phaser 3125 compatível - rende 2.000 páginas (impressora Phaser 3117/3122 DI) - (compatível novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EDELTEC	R$ 68,15	R$ 545,20
105	20	UN	Toner SCX d4200 (3.000 copias) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 68,15	R$ 1. 363,00
107	8	UN	Toner para impressora Samsung mld2851a/XAA (5.000 páginas) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 81,20	R$ 649,60
130	2	UN	Toner Brother TN 650 BR (8000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 303,00	R$ 606,00
131	6	UN	Toner Brother TN 650 (8000 copias) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 56,55	R$ 339,30
132	15	UN	Cartucho HP 21 - preto - 16ml (c9351cb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 739,50
133	10	UN	Cartucho HP 22XL - colorido - 16ml (c9352cb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora).		R$ 114,26	R$ 1. 142,60
TOTAL	**R$ 64. 287,37**					

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.2010.2004.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 - Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME

CNPJ Nº 14.010.264/0001-30

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **V.L DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME**, CNPJ Nº 13.507.016/0001-37, com sede à Rua 218, nº 18, quadra 82, lote 21-E, Setor Coimbra, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pela Srª Valdirene Cristina Pelizon de Azara, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.120.510 – 2ª via DGPC/GO e CPF nº 927.703.801-25, residente na Rua 17, quadra K-6, lote 03, nº 640, Edifício Rio Madeira, Setor Oeste, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa fornecimento de materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 035/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

V.L DISTRIBUIDORA DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES EIRELI - ME

CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	4	UN	ABRIDOR DE BOCA ADULTO - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 40X30X20MM COM 2 UNIDADES.	INODON	R$ 6,79	R$ 27,16
2	4	UN	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 30X25X18MM COM 2 UNIDADES.	INODON	R$ 6,79	R$ 27,16
3	2	UN	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL 10CM - EM ACO INOXIDAVEL	INODON	R$ 181,73	R$ 363,46
4	40	UN	ACIDO FOSFORICO DE ESMALTE E DENTINA A 37% EMBALAGEM COM 03 SERINGA 2,5MM CADA - ODONTOLOGICO	BIODINAMICA	R$ 7,59	R$ 303,60
5	12	UN	ADESIVO 6ML - SOLVENTE A BASE DE AGUA E ALCCOL NAO EVAPORA COMO ACETONA, ALTO RENDIMENTO O FRASCO DE 6GR REDE ATE 280 GOTAS=280 RESTAURACOES, FRASCO COM TAMPA FLIT TOP: EVITA DESPERDICIO E PODE SER MANUSEADO APENAS COM UMA DAS MAOS, CONTEM CARGAS QUE PROPORCIONAM UMA EXCELENTE ADESAO A DENTINA E AO ESMALTE, ADESIVO COM 10% EM PESO DE CARGA.	3M	R$ 99,05	R$1. 188,60
6	60	L	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 COMPOSICAO : PEROXIDO DE HIDROGENIO 3% FENACETINA , ACIDO FOSFORICO, AGUA PURIFICADA FRASCO COM 1000 ML - ODONTOLOGICO	RIOQUIMICA	R$ 5,50	R$ 330,00
7	20	UN	AGULHA CURTA 30G CAIXA C/100	PROCARE	R$ 22,65	R$ 453,00
8	10	UN	AGULHA EXTRA CURTA CAIXA C/100 UNID	PROCARE	R$ 22,75	R$ 227,50
9	15	UN	AGULHA LONGA 27G CAIXA C/100	PROCARE	R$ 22,20	R$ 333,00
10	150	L	ALCOOL 70% - 1 LT	ITAJA	R$ 5,37	R$ 805,50
11	300	UN	ALGODAO ROLETE (ODONTOLOGICO) 100% ALGODAO CILINDRO COMPACTADO -PCT 32 GR MACIO EXTRA ABSORVENTE ISENTO DE AMIDO E CLORO	CREMER	R$ 1,58	R$ 474,00
12	30	UN	AMALGAMA: LIMALHA DE PRATA DE ALTO TEOR E COBRE, PARTUCULAS ULTRAFINAS. (45%,ESTANHO 31% COBRE 24%) - FRASCO COM 50 CAPSULAS DE 1 PORCAO.	SDI	R$ 118,75	R$3. 562,50
13	3	UN	AMALGLOSS PO PULIDOR PARA AMALGAMA	SDI	R$ 19,90	R$ 59,70
14	50	UN	ANESTESICO INJETAVEL CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML COM HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 0,04MG/ML COM VASO CONSTRUTOR-ODONTOLOGICO	PROBEN	R$ 36,91	R$1. 845,50
15	15	UN	ANESTESICO SEM VASO CONSTRUTOR CAIXA C/50	PROBEN	R$ 44,29	R$ 664,35
16	12	UN	ANESTESICO TOPICO 200MG/G- COMPOSICAO : CADA GRAMA DO GEL CONEM 200GR DE BENZOCAINA , EXCIPICIENTES, SCARINA SODCA , POLIETILENOGLICO 14.000 POLIETILENOGLICO 400 AROMA DE PINA COLADA- FRASCO COM 12 G	PROBEN	R$ 5,43	R$ 65,16
17	6	UN	APLIC ODONTO - FRASCO 5LTS (LIMPADOR BACTERICIDA ESPECIFICO PARA SUPERFICIE E AMBIENTE ODONTOLOGICO).	IODONTOSUL	R$ 34,20	R$ 205,20
18	15	UN	BABADOR DESCARTAVEL E IMPERMEAVEL 100% DE FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE E FILME POLIETILENO ATOXICO 33X47CM - CAIXA C/100 UNID- ODONTOLOGICO	SSPLUS	R$ 11,40	R$ 171,00
19	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1011 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80

20	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1012 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
21	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1190 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,26	R$ 85,20
22	25	UN	BROCA DE ACABAMENTO DE RESINAS GRANULACAO ULTRAFINA 3195F- ODONTOLOGICO	3M	R$ 5,90	R$ 147,50
23	4	UN	BROCA DE POLIMENTO DE AMALGAMA DE BAIXA ROTACAO MULTILAMINADA, EM ACO - KIT COM 9 UNIDADES.	FAVA	R$ 43,45	R$ 173,80
24	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1013 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
25	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1014 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
26	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1015 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
27	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1016 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
28	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1032, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
29	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1033, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICA	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
30	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1034, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
31	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1052, TIPO RODA - ODONTOLOGICA	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
32	20	UN	BROCA DIAMANTADA Nº21, TIPO RODA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,90	R$ 98,00
33	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº01, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
34	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº02, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
35	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº03, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
36	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº04, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
37	10	UN	CABO DE BISTURI REDONDO NR. 03 PARA LAMINA DESCARTAVEL DE NR 10 A 18, CONFECCIONADO EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	ABC	R$ 7,57	R$ 75,70
38	20	UN	CABO PARA ESPELHO BUCAL - ODONTOLOGICO - EM ACO INOX	PRATA	R$ 5,51	R$ 110,20
39	4	UN	CALEN PASTA DE HIDROXIDO DE CALCIO - 2 TUBRTES PLASTICO 2,7GR PASTA HIDROXICO DE CALCIO / 2 TUBETES PLASTICO 2,2GR DE GLICENINA (PARA USO ENDODONTICO).	SSWHITE	R$ 37,57	R$ 150,28
40	4	UN	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACAO COR A2	BIODINAMICA	R$ 28,93	R$ 115,72
41	10	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13LT	EMBALAIRE	R$ 7,59	R$ 75,90
42	150	UN	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5 CM	MBTEXTIL	R$ 10,09	R$1. 513,50
43	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO DE AMALGAMA WARD Nº1 (CALCADOR), CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15
44	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO HOLLEMBECK 3S, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15
45	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO WARD, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15
46	200	UN	CREME DENTAL COM FLUOR+CALCIO 90GR - COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS, COMPOSICAO: CALCIUM CARBONATE, AQUA, GLYCERIN, SODIUM LAURYL SULFATE, AROMA, SODIUM MONOFLUROPHOSPHATE, CELLULOSE GUM, TETRASSODIUM, PYROPHOSPHATE, SODIUM BICARBONATE, BENZYL ALCHOL, SODIUM SACCHARIN, SODIUM HYDROXIDE, CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SODIO (1450PPM DE FLUOR), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	ICE-FRECH	R$ 4,33	R$ 866,00
47	300	UN	CREME DENTAL SEM FLUOR COM SABOR AGRADAVEL, SEM CORANTES, POUCA ESPUMA E BAIXA ABRASIVIDADE.COMBATE GEMES CAUSADORES DA PLACA, SEM AGREDIR O ESMALTE DOS DENTES. EMBALAGEM 100 GR.	ICE-FRECH	R$ 5,04	R$1. 512,00
48	4	UN	CLOHEXIDINA 2%, 100ML	RIOQUIMICA	R$ 10,03	R$ 40,12
49	3	UN	CUNHA DE MADEIRA NO FORMATO DA AMEIA GENGIVAL, COM 4 CUNHAS CODIFICADA POR CORES- ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 23,52	R$ 70,56
50	8	UN	CURETA GRACEY Nº11-12, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
51	8	UN	CURETA GRACEY Nº13-14, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
52	8	UN	CURETA GRACEY Nº5/6, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64

53	8	UN	CURETA GRACEY Nº7-8, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
54	2	UN	DISCO DE LIXA SOF-LEX POP-ON - KIT COM 120DISCOS, ABRASIVOS: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO, DIAMETRO DE 1/2 PARA CONTRA-ANGULO, DISCOS LARANJAS SAO INDICADOS PARA SUPERFICIE INTERPROXIMAIS, POSSUI 4 DIFERENTES GRANULACOES: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO. OS DISCOS SAO DESCARTAVEIS. 1/2 POLEGADAS=13MM, 3/8 POLEGADAS=9MM.	TDL	R$ 321,93	R$ 643,86
55	60	UN	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 150X250M	VEDAMAX	R$ 24,78	R$1. 486,80
56	100	UN	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 90X260M - COM 100 UNIDADES	VEDAMAX	R$ 17,53	R$1. 753,00
57	6	UN	ENXAGUANTE BUCAL 2LT (ANTISSEPTICO)	ICE-FRECH	R$ 24,06	R$ 144,36
58	50	UN	ESCOVA DE ROBINSON CONICA COR PRETA	MICRODONT	R$ 1,52	R$ 76,00
59	2.000	UN	ESCOVA DENTAL ADULTO - TAMANHO MEDIA (Nº35), CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	HILLO	R$ 3,90	R$7. 800,00
60	3.000	UN	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM PROTETOR (TAMPA) - TAMANHO MEDIO, CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, CABO ANATOMICO; COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	HILLO	R$ 2,79	R$8. 370,00
61	4	UN	ESCULPIDOR AMALGAMA P.K. THOMAS Nº06, CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE.	ABC	R$ 9,18	R$ 36,72
62	3	UN	ESPATULA PARA RESINA COMPOSTA SUPRAFILL Nº01 HI - EM ACO INOX	PRATA	R$ 65,90	R$ 197,70
63	8	UN	ESPELHO BUCAL Nº05 - CAIXA COM 12 UNOIDADES SEM CABO.	PRISMA	R$ 6,90	R$ 55,20
64	30	UN	FICHA CLINICA DUPLA Nº 4 -(15CMX 21,2CM) ODONTOLOGICA	DALLAS	R$ 29,20	R$ 876,00
65	8	UN	FILME DENTAL PERIAPICAL INFANTIL - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	DFL	R$ 155,67	R$1. 245,36
66	8	UN	FILME DENTAL PERIAPICAL ADULTO - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	DFL	R$ 104,60	R$ 836,80
67	30	UN	FIO AGULHADO SEDA TRANCADO PRETO - ODONTOLOGICO FIO USP 3/0 45 CM 01 AGULHA 17MM 3/8 CAIXA COM 23 UNIDADES.	SHALON	R$ 27,39	R$ 821,70
68	30	UN	FIXADOR PARA RX - ODONTOLOGICO 475 ML	KODAK	R$ 10,22	R$ 306,60
69	100	UN	FLUOR EM GEL 200ML (FLUORETO DE SODIO, SACARINA SODICA , CELLOSIZE QP 100, PROPOLENOGLICOL, GLICERINA , ESSENCIA DE MENTA E AGUA DEIONIZADA)- ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 4,20	R$ 420,00
70	6	UN	FORCEPS N 01 CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
71	6	UN	FORCEPS INFANTIL Nº5, CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
72	6	UN	FORCEPS N 17, ADULTO CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
73	6	UN	FORCEPS ADULTO N 150	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
74	6	UN	FORCEPS N 151, INFANTIL , CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
75	6	UN	FORCEPS N 18 L, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
76	6	UN	FORCEPS N 18 R, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
77	6	UN	FORCEPS N 65, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
78	6	UN	FORCEPS N 69, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
79	5	UN	FORMOCRESOL -FRASCO COM 10ML- ODONTOLOGICO	BIODINAMICA	R$ 7,09	R$ 35,45
80	5	UN	GUTA PERCHA BASTAO COT BRANCA	DERNTSPLAY	R$ 21,54	R$ 107,70
81	10	UN	HIDROXIDO DE CALCIO BASE E CATALIZADOR	SSWHITE	R$ 63,08	R$ 630,80
82	5	UN	HIDROXIDO DE CALCIO P.A A 100,5%	SSWHITE	R$ 5,23	R$ 26,15
83	3	UN	IRM PO E LIQUIDO - KIT - ODONTOLOGICO	DENTSPLAY	R$ 89,91	R$ 269,73
84	6	UN	JOGO ALAVANCA ODONTOLOGICO 1R, 1L, 2 CIRURGICA, TIPO SELDIN DIREITA, ESQUERDA E RETA.	CASSIFLEX	R$ 57,86	R$ 347,16
85	50	UN	JOGO CLINICO ODONTOLOGICO EM ACO CIRURGICO: 1 PINCA + 01 SONDA EXPLORADORA 5/8+ 1 ESCAVADOR 17+ 1 CABO COM ESPELHO Nº05	CASSIFLEX	R$ 29,81	R$1. 490,50
86	2	UN	JOGO POSICIONADOR RADIOGRAFICO PERIAPICAL INFANTIL AUTOCLAVAVEL	PRATA	R$ 64,90	R$ 129,80
87	2	UN	JOGO POSICIONADOR RADIOGRAFICO PERIAPICAL ADULTO AUTOCLAVAVEL	PRATA	R$ 64,90	R$ 129,80
88	2	UN	LAMINA DE BISTURI ACO CARBONO Nº12	SOLIDOR	R$ 21,58	R$ 43,16
89	2	UN	LAMINA DE BISTURI Nº15 ACO CARBONO - CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	R$ 21,58	R$ 43,16
90	12	UN	LIMA PARA OSSO SELDIN Nº11, CONFECCIONADA EM ACO INOX, CONTENDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	INJECTA	R$ 30,73	R$ 368,76
91	6	UN	LIMPA CLAVE - 1000 ML - ODONTOLOGICO (LIMPADOR EXCLUSIVO PARA LIMPEZA E CONSERVACAO DE AUTOCLAVE E ESTERELIZADORES)	INJECTA	R$ 35,90	R$ 215,40
92	50	UN	LUVA CIRRURGICA LATEX ESTERIL COM PO TAM. 7,0	DESCARPARCK	R$ 1,21	R$ 60,50

93	130	UN	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO M - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$1.987,70
94	200	UN	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$3.058,00
95	80	UN	LUVA DE PROCEDIMENTO EM VINIL - TAMANHO P - LUVAS DE PROCEDIMENTO LISA, EM VINIL NATURAL, AMBIDESTRA, COM CERTIFICADO DA ANVISA, CAIXA 100 UNIDADES.	DESCARPARCK	R$ 15,18	R$1.214,40
96	500	UN	LUVA DESCARVAVEL ANTI ALERGICA EXTRA P CAIXA C/ 1000 UNID - ODONTO	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$7.645,00
97	60	UN	MASCARA COM ELASTICO DUPLO DESCARTAVEL, FABRICADO EM POLIPROPILENO (TNT-TECIDO NAO TECIDO)- CAIXA C/50 UNID- ODONTO	SSPLUS	R$ 6,34	R$ 380,40
98	30	UN	MATRIZ 0,5MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 1,89	R$ 56,70
99	15	UN	MATRIZ 0,7MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 1,89	R$ 28,35
100	15	UN	MICRO BRUSH TAMANHO REGULAR 2.0MM 1/4 GOTA, NA COR AMARELO - TUBO C/ 100 UNID	KG	R$ 9,90	R$ 148,50
101	6	UN	OCULOS PROTECAO (PANORAMICO/AMPLA VISAO) COM TIRANTES ELASTICOS, LENTES POLICARBONATO INCOLOR, ARMACAO EM PVC INCOLOR COM 6 VALVULAS DE VENTILACAO.	DANY	R$ 8,94	R$ 53,64
102	8	L	OLEO LUBRIFICANTE 2 EM 1, UM UNICO OLEO PARA BAIXA E ALTA ROTACAO FRASCO 200 ML.	P.R.	R$ 19,68	R$ 157,44
103	5	UN	OTOSPORIN - ODONTO	MACROSUL	R$ 10,60	R$ 53,00
104	50	UN	PAPEL CARBONO DUPLA FACE VERMELHO E PRETO ODONTOLOGICO- BLOCO COM 12 FOLHAS	IODONTOSUL	R$ 15,70	R$ 785,00
105	150	UN	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA, 21,0X23,CM 100% CELULOSE, CAIXA COM 2.000 FOLHAS, FEITO COM PAPEL NAO RECICLADO.	CLELAN	R$ 48,90	R$7.335,00
106	3	UN	PARAMONO CLOROFENOL CANFORADO 20 ML	RIOQUIMICA	R$ 12,10	R$ 36,30
107	6	UN	PASTA PROFILATICA	TDV	R$ 6,08	R$ 36,48
108	3	KG	PEDRA POMES COR BRANCA , A BASE DE QUARTZO CRISTALINO DE ROCHA , GRANULOMETRIA NORMAL	QUIMIDROL	R$ 5,39	R$ 16,17
109	10	UN	PORTA AGULHA MATHIE PEQUENO 14CM - ODONTOLOGICO	ABC	R$ 38,96	R$ 389,60
110	6	UN	PORTA AMALGAMA ADULTO EM PLASTICO	ABC	R$ 9,87	R$ 59,22
111	8	UN	PORTA MATRIZ YVORE 5CM - INFANTIL, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	R$ 23,25	R$ 186,00
112	8	UN	PORTA MATRIZ YVORE 7,5CM - ADULTO, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	R$ 24,08	R$ 192,64
113	20	UN	POTE DAPPEN DE VIDRO USO ODONTOLOGICO,EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	IODONTOSUL	R$ 3,19	R$ 63,80
114	10	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A1, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$ 542,30
115	40	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$2.169,20
116	30	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A3,5, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$1.626,90
117	30	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR A3, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$1.626,90
118	4	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR B2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$ 216,92
119	30	UN	REVELADOR PARA RAIO X - ODONTOLOGICO 475 ML	KODAK	R$ 10,55	R$ 316,50
120	10	UN	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO 2G PACOTE COM 06 BISNAGAS	FGM	R$ 108,40	R$1.084,00
121	20	UN	SERINGA CARPULE DOBRAVEL CROMADA 11,5CM- ODONTOLOGICO		R$ 35,07	R$ 701,40
122	8	UN	SINDESMOTOMO PARA CIRURGIA EM GERAL EM ACO INOX Nº01 - ONDONTOLOGICO	ABC	R$ 10,13	R$ 81,04
123	4	UN	SOLUCAO HEMOSTATICA TOPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO SEM EPINEFRINA - ODONTO 10 ML	BIODINAMICA	R$ 36,33	R$ 145,32
124	50	UN	SUGADOR CIRURGICO (DESCARTAVEL) PCT C/ 20 UND- ODONTOLOGICO	SSPLUS	R$ 3,29	R$ 164,50
125	150	UN	SUGADOR DESCARTAVEL (TUBO E PONTEIRAS ATOXICOS, ARAME EM ACO ESPECIAL E PONTEIRA MACIA)- PACOTE COM 40 UNID	SSPLUS	R$ 3,27	R$ 490,50
126	8	UN	TIRA DE ACABAMENTO PROXIMAL - CAIXA COM 150 UNIDADES DE LIXA 4MMX170MM EM POLIESTER, RESINA E OXIDO DE ALUMINIO.	INJECTA	R$ 39,03	R$ 312,24
127	8	UN	TIRA DE POLIESTER - CAIXA - ODONTOLOGICO	INJECTA	R$ 2,56	R$ 20,48
128	15	UN	TIRAS ABRASIVAS ELETROLITICAS DE ACO INOX 150X4MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES - CAIXA	INJECTA	R$ 7,61	R$ 114,15
129	50	UN	TOUCA DESCARTAVEL, COM ELASTICO, SANFONADA, EM TNT, CX C/ 100 UNIDADES.	SSPLUS	R$ 7,16	R$ 358,00
130	5	UN	TRICRESOL FORMALINA(ANTICEPTICO E DESINFETANTE) 10 ML	BIODINAMICA	R$ 6,61	R$ 33,05
131	10	UN	APLICADOR PARA HIDROXIDO DE CALCIO (DUPLO), CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE	IODONTOSUL	R$ 6,87	R$ 68,70
132	2	UN	BROQUEIRO DE PLASTICO PARA 50 BROCAS	MAQUIRA	R$ 21,58	R$ 43,16

133	2	UN	PROTETOR DE CHUMBO PARA TIREOIDE - CONFECCIONADA EM BORRACHA PLUMBIFERA FLEXIVEL, ACABAMENTO EM NYLON LAVAVEL; COM REGISTRO NA ANVISA E CA DO MINISTERIO DO TRABALHO.	KONEX	R$ 146,47	R$ 292,94
134	2	UN	KIT DE POLIMENTO DE AMALGAMA Nº 8081, 8082, 8083, 8085, 8086, 8087, COMPOSTO DE TACAS E OGIVAS DE BORRACHA ABRASIVAS, PARA POLIMENTO DE AMALGAMA.	MICRODENT	R$ 38,66	R$ 77,32
135	3	UN	KIT ACABAMENTO GRANA ULTRA FINA Nº1112FF, 3118FF, 3168FF, 1190FF, 3195FF, 2135FF, 1093FF, DESTINADO PARA ACABAMENTO ULTRA FINO DE RESINAS COMPOSTAS.	KG	R$ 68,40	R$ 205,20
136	6	UN	BROCA PARA OSSO Nº703, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	CASSIFLEX	R$ 13,30	R$ 79,80
137	6	UN	BROCA PARA OSSO Nº703L, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 13,89	R$ 83,34
138	15	UN	LIQUIDO EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA 10ML.	IODONTOSUL	R$ 7,50	R$ 112,50
139	8	UN	CURETA GRACEY Nº9-10, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
140	10	UN	FIO DENTAL CLINICO COM FIO DE POLIAMIDA , CERA MINERAL E AROMA 500MTS	FACILIT	R$ 8,28	R$ 82,80
141	2	UN	LAMPARINA-ODONTOLOGICO	PHILIPS	R$ 22,17	R$ 44,34
142	4	UN	SACA BROCA PARA CANETA DE ALTA ROTACAO	DABI	R$ 22,96	R$ 91,84
143	10	UN	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM, CONFECCIONADA EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE	ABC	R$ 16,03	R$ 160,30
144	10	UN	TESOURA IRIS RETA 12CM	ABC	R$ 13,76	R$ 137,60
145	30	UN	CLIPS/JACAREZINHO INDIVIDUAL PARA RAIO-X	IODONTOSUL	R$ 3,96	R$ 118,80
146	6	UN	CUBA PARA ASSEPSIA, EM ACO INOX, 8X3,6CM.	ABC	R$ 13,22	R$ 79,32
147	4	UN	PLACA DE VIDRO 10MM - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 16,60	R$ 66,40
148	2	UN	PORTA ALGODAO (TAMBOR MEDIO) COM TAMPA, TAMANHO 8X10CM, EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, PARA GUARDA E DISPENSA DE ALGODAO E OUTROS MATERIAIS.	ABC	R$ 38,50	R$ 77,00
149	3	UN	VERNIZ CAVITORIO PARA AMALGAMA	SSWHITE	R$ 10,49	R$ 31,47
150	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO FG 21-58, CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 13,66	R$ 136,60
151	8	UN	CURETA ALVEOLAR DE LUCAS, USO ODONTOLOGICO - UNIDADE.	GOLGRAN	R$ 84,90	R$ 679,20
152	4	UN	KIT BROCAS MULTILAMINADAS COM 6 UNIDADES PARA ACABAMENTO DE AMALGAMA (6 BROCAS SORTIDAS)	DENTSPLAY	R$ 44,30	R$ 177,20
153	6	UN	ESPATULA LECRON - TAMANHO APROXIMADAMENTE 19CM, CONFECCIONADO EM ACO CIRURGICO, POSSUI 1 PONTA EM FORMA DE FACA E A OUTRA EM FORMA DE COLHER.	GOLGRAN	R$ 32,07	R$ 192,42
154	5	UN	MARMITA ONDONTOLOGICA 21X06X11CM, EM ACO INOX.	ABC	R$ 47,39	R$ 236,95
155	10	UN	BICARBONATO DE SODIO EXTRA FINO 200GR - ODONTOLOGICO	VITAMED	R$ 10,84	R$ 108,40
156	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº05, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	MAILLEFER	R$ 7,40	R$ 74,00
157	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº06, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	MAILLEFER	R$ 7,40	R$ 74,00
158	8	UN	CIMENTO TEMPORARIO OBTURADOR 25GR.	BIODINAMICA	R$ 12,90	R$ 103,20
159	12	UN	BROCA DIAMANTADA 1164 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 9,81	R$ 117,72
160	10	UN	BROCA DIAMANTADA 1164FF - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 9,81	R$ 98,10
161	2	UN	EXTIRPA NERVOS - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	INJECTA	R$ 47,90	R$ 95,80
162	8	UN	BROCA DIAMANTADA 1016, HASTE LONGA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 27,92
163	10	UN	BROCA DIAMANTADA 1035, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,90	R$ 49,00
165	3	UN	ESPELHO DE MAO TEMATICO ODONTOLOGICO 14/25 CM	PRATA	R$ 19,90	R$ 59,70
166	2	UN	MESA AUXILIAR ODONTOLOGICA COMPOSTA POR 02 GAVETAS DE 06CM + 02 GAVETAS DE 12CM COM BOJOS EM ABS , CANTOS ARREDONDADOS E PRATELHEIRAS SOB A BASE	ROTAL	R$ 870,00	R$1.740,00
167	1	UN	COMPRESSOR ODONTOLOGICO 02 PISTOES COM 1,2HP/830W (127) PROTETOR TERMICO CONTRA SOBREAQUECIMENTO FILTRO DE SAIDA DE AR 38LTS	CRISTOFOLI	R$2.529,52	R$2.529,52
168	2	UN	AMALGAMADOR CAPIRELAR DIGITAL - ODONTOLOGICO - BIVOLT AUTOMATICA, GARFO METALICOCOM SITEMA UNIVERSAL (PERMITINDO A FIXACAO DE TODOSOS MODELOS DE CAPSULAS DE AMALGAMA).	NOSLIG	R$ 917,51	R$1.835,02
169	2	UN	SELADORA PARA EMBALAGEM PARA SELAR PAPEL GRAU CIRURGICO - DESIGNER MODERNO E INOVADOR COM ALCA DE APOIO PARA SELAGEM COM PROTECAO TERMICA QUE EVITA ACIDENTES; APOS AQUECIDA SELAMENTO INSTANTANEO EM 3 SEGUNDOS; CHASSI METALICO DE ACO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E PINTURA EPOXI ELETROSTATICACONFERINDO SEGURANCA, QUALIDADE E DURABILIDADE AO PRODUTO; AREA DE SELAGEM EM ACO INOXIDAVEL; AQUECIMENTO UNIFORME EM TODA A AREA DE SELAGEM; 30X12MM, CONTINUOS, AREA LIVRE PARA SELAGEM; ACIONAMENTO ATRAVES DE CHAVE LIGA/DESLIGA COM ILUMINACAO 220V.	CRISTOFOLI	R$ 316,27	R$ 632,54

170	2	UN	FOTOPOLIMERIZADOR DUAS PONTEIRAS- ODONTOLOGICO - PONTEIRA EM POLIMERO ESPECIAL OU EM FIBRA OTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), 100% COERENTE, AUTOCLAVAVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°; PONTEIRA COM LENTE CONCENTRICA (CONCENTRA A LUZ EM UM FEIXE DIMENSIONADO COM MAIOR INTENSIDADE); SISTEMA PATENTEADO NO I.N.P.I. (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL); COMAMDOS DE PROGRAMACAO NA PROPRIA CANETA ATRAVES DE TECLADO TIPO MEMBRANA; CANETA LEVE CONFECCIONADA EM ABS DE ALTO IMPACTO E ALUMINIO ANODIZADO,; ACOMPANHA SUPORTE DE MESA E SUPORTE PARA FIXACAO NO EQUIPO; SILENCIOSO, POIS NAO NECESSITA DE VENTILACAO FORCADA; BIVOLT AUTOMATICA 90 A 240V.	KONDORTECH	R$ 803,15	R$1.606,30
171	2	UN	AUTOCLAVE HORINZONTAL PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS 21 LITROS, 220V, COM CAMARAS INTERNASE EXTERNAS FABRICADAS EM ACO INOXIDAVEL, COM FORMATO RETANGULAR, SISTEMA DE FECHAMENTO POR MEIO DE VOLANTE CENTRAL TIPO ESCOTILHA, CONTROLE ELETRONICO. GABINETE EXTERNO EM ACO INOXIDAVEL ESCOVADO.	CRISTOFOLI	R$4.423,00	R$8.846,00
172	2	UN	KIT ACADEMICO - 01 CANETA ALTA ROTACAO, CONTRA ANGULO, MICRO MOTOR E CONTRA ANGULO	MICRODONT	R$1.494,50	R$2.989,00
173	1	UN	APARELHO ULTRASON, MAIS JATO DE BICARBONATO ODONTOLOGICO	PREMIUM	R$2.235,00	R$2.235,00
	TOTAL	**R$**	**111.202,05**			

VALOR POR EXTENSO: CENTO E ONZE MIL DUZENTOS E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2- A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - Os materiais não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 6 (seis) meses.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 20 (vinte) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2093.33.90.30.00 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

V.L DISTRIBUIDORA DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES EIRELI - ME

CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME,** CNPJ Nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 6-A, nº 36B, Bairro Machado, na cidade de Mineiros - GO, neste ato representado pela Srª Flávia de Sousa Magalhães Luciano, casada, empresária, portadora do RG nº 5.786.729 SSP/GO e CPF nº 249.086.768-79, residente e domiciliada na Rua 09 de Julho, Qd. 42, Lt. 16, Setor Boa Vista, na cidade de Mineiros - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROT. E SERV. ESPEC. LTDA - ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT	VL. TOTAL
3	1.836	UN	Agua sanitária 2lt - múltiplo uso, composição: hipoclorito de sódio, agua, teor de cloro ativo: 2,0% 2,5% p/p, produto a base de cloro, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	UZZI	R$ 4,50	R$ 8. 262,00
10	82	UN	Bota borracha, forrada, antiderrapante, cor branca, cano médio, em PVC, numeração do 34 ao 44 (a escolher) par.	BRACOL	R$ 33,90	R$ 2. 779,80
12	22	UN	Caixa de Isopor com tampa, capacidade 21lts - com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	JC	R$ 17,30	R$ 380,60
24	3.295	UN	Detergente líquido 500ml - composição: tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e agua; componente ativo: lineat aquil benzeno sulfonato de sódio, contem tensoativos biodegradável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	START	R$ 1,60	R$ 5. 272,00
27	813	UN	Esponja de aço - PCT c/ 8 unidades - em aço carbono, abrasividade fina, para limpeza e brilho, peso liquido não inferior a 50g, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	SHOWBRIL	R$ 1,11	R$ 902,43
34	400	UN	Limpa alumínio 500ml - liquido, composição: linear alquil benzeno sulfônico, tensoativo aniônico, tesoatico não ionico sequestrante abrasivo, fragrância e veiculo; componente ativo: linear aquil benzeno sulfônico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	START	R$ 1,60	R$ 640,00
37	43	UN	Luva descartável - pacote 100 unidades, em plástico transparente, multiuso, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	DESCARPACK	R$ 2,50	R$ 107,50
45	200	UN	Rodo grande 60cm madeira, borracha em EVA, dupla e reforçada, base e cabo em madeira reforçado.	RODOBEM	R$ 5,85	R$ 1. 170,00
47	1.531	UN	Sabão em po 1kg - lava roupas, fragrância: diversas, composição: tensoativo anionico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvante, branqueador optico, corante, enzimas, agente anti-redepositante, fragrância e agua; componente ativo: linear aquil sulfonato de sódio, contem tensoativo biodegradavel, reduzido teor de fosfato, embalagem plástica, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	START	R$ 5,55	R$ 8. 497,05
52	1.980	UN	Saco lixo - 75x95cm, 100lt, (20kg), pacote com 5 unidades, reforçado, 10 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	GELPLAST	R$ 4,65	R$ 9. 207,00
54	147	UN	Vassoura nylon com cabo, corpo em plástico, cabo em madeira revestido em plástico 1,20mt, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	RODOBEM	R$ 5,90	R$ 867,30
65	94	UN	Limpa vidro 500 ml, composição: butilglicol, álcool asopropilico, sequestrante, tensoativos aniônico, alcalinizante, asotiazolinonas, corante e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	UZZI	R$ 2,65	R$ 249,10
66	783	UN	Limpador limpeza pesada 500ml - composição: alquill benzeno, sulfato de sódio, coadjuvantes, conservante, sequestrante, corante, fragrância e agua.	START	R$ 3,50	R$ 2. 740,50
70	122	UN	Sabonete líquido 2lt - ph equilibrado, composição: aqua/water, sodium laureth sulfate, cocamide dea, ethylenr gycol diestearate, disodium edta, citric acid, perfum/fragrance patchouli, peg-150 distearate, sodium chloride, methychloroisothiazolinone/methylisothiazolinone, cl42090, cl16255ci 19140/42090, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	UZZI	R$ 14,90	R$ 1. 817,80
86	178	UN	Creme dental com fluor+calcio 90gr - com micro partículas polidoras, composição: calcium carbonate, aqua, glycerin, sodium lauryl sulfate, aroma, sodium monoflurophosphate, cellulose gum, tetrassodium, pyrophosphate, sodium bicarbonate, benzyl alchol, sodium saccharin, sodium hydroxide, contem monofluorfosfato de sódio (1450ppm de flúor), com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	CLOSE UP	R$ 2,63	R$ 468,14
102	56	UN	Pá para lixo - em aço zincado, cabo em madeira (longo)	RODOBEM	R$ 3,55	R$ 198,80

107	13	UN	Pilha alcalina 1,5v c2 - media - pacote com 2 unidades	PANASONIC	R$ 5,24	R$ 68,12
111	7	UN	Protetor solar FPS UVA 30, livre de óleo 120gr/ml (filtro ou bloqueador), dermatologicamente testado. preferencialmente as marcas: luvex, sundown, red apple ou similar	LUVEX	R$ 15,50	R$ 108,50
127	416	UN	Sabonete em barra 90gr - uso adulto, fragrância de creme de baunilha e aveia, formato anatômico, composição: sodium tallowate/sodium cocoate, aqua, parfum (com notas olfativas de creme de baunilha e aveia), coconut acid, titanium dioxide, pentaerythityl tetra-di-t-butyl, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	ALBANY	R$ 1,17	R$ 486,72
130	89	UN	Vassoura de pelo com cabo, cerdas em pelo sintético, corpo em plástico, cabo em madeira revestido em plástico 1,20mt, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	RODOBEM	R$ 5,90	R$ 525,10
139	29	UN	Rodo pequeno 30cm madeira, borracha colorida em eva, dupla e reforçada, base e cabo em madeira.	RODOBEM	R$ 4,35	R$ 126,15
148	95	UN	Rodo médio 40cm madeira, borracha em eva, dupla e reforçada, base e cabo em madeira.	RODOBEM	R$ 4,55	R$ 432,25
TOTAL	**R$ 45. 306,86**					

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E CINCO MIL TREZENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROT. E SERV. ESPEC. LTDA - ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE JANEIRO/2016

5º Termo Aditivo do Contrato **Nº 048/2011,** Tomada de Preços nº 06/2011, Parte: **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP** ; O objeto do termo aditivo é acréscimo de Valor e prorrogação de Prazo**.** Sendo de **R$ 202.498,06**. Vigência: **31/12/2015 à 31/12/2016.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 014/2016

DECRETO Nº 014/2016

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, motivo de Aposentadoria por Tempo de Serviço, do cargo de **Professora**, efetiva, a Servidora **Elisabeti Mrozinski Matos**, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 432.497.521-34.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº 015/2016

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Diretor do Departamento de Pedagogia, Ensino, Inspeção, Orientação, Supervisão, Administração e Documentação Escolar e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Coordenador de Ensino Fundamental** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Pedagogia, Ensino, Inspeção, Orientação, Supervisão, Administração e Documentação Escolar,** código: CC-3. 100, oSenhor**Sidnei José Wagner**, CPF/MF – 702.662.631-00, nomeada através do Decreto nº 058/2015, de 04 (quatro) de maio de 2015.

Artigo 2°. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Ensino Fundamental**, oSenhor **Sidnei José Wagner**, CPF/MF – 702.662.631-00, nos termos da Lei Municipal nº 390/2004.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 03 de fevereiro de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DÉBORA JERONIMA PEREIRA DE MENEZES**, CNPJ Nº 21.081.332/0001-18, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1111, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Débora Jeronima Pereira de Menezes, brasileira, portadora do RG nº 19507755 SSP/MT e CPF nº 023.374.991-89, residente na Rua Armindo Fernandes Barbosa, nº 40 – Parque Alto Taquari, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de fornecimento e prestação de serviços, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA, PLANTIO E REPLANTIO DE GRAMA, A SER EXECUTADO NAS VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 038/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

DÉBORA JERONIMA PEREIRA DE MENEZES

CNPJ Nº 21.081.332/0001-18

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
01	01	M²	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA RETIRADA DE GRAMA, REPLANTIO E PLANTIO	R$98. 268,54	R$98. 268,54
TOTAL	R$ 98. 268,54				

VALOR POR EXTENSO: NOVENTA E OITO MIL DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 826 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: "Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)", "Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)";

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.154.519.9210.1019.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471.**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ DÉBORA JERONIMA PEREIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 21.081.332/0001-18

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI – ME,** CNPJ Nº 22.276.155/0001-98, com sede à Av. Walquir Vieira de Rezende, nº 568, Centro, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, neste ato representado pelo Sr. Edmar Donizete de Paula, brasileiro, empresário, portador do RG nº 2.958.699 SSP/GO e CPF nº 530.235.791-72, residente na Av. Zeca Ferreira, nº 762, Setor Central, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção de iluminação pública, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 032/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 09 (nove) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI - ME

CNPJ Nº 22.276.155/0001-98

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
4	100	UN	FITA ISOLANTE AUTO-FUSAO BT	FAME	R$ 10,49	R$ 1.049,00
TOTAL	**R$ 1.049,00**					

VALOR POR EXTENSO: UM MIL E QUARENTA E NOVE REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregues no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 826 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 – São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto oriundo desta Ata, correrão a cargo da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI - ME

CNPJ Nº 22.276.155/0001-98

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA – ME,** CNPJ Nº 04.347.124/0001-07, com sede à Av. Frei Coimbra, nº 525, Bairro Nova Várzea Grande, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representado pela Srª Ediléia Araújo Almeida, brasileira, sócia proprietária, portadora do RG nº 1589481-9 SSP/MT e CPF nº 007.364.371-85, residente na Av. Frei Coimbra, nº 525, Bairro Nova Várzea Grande, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção de iluminação pública, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 032/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 09 (nove) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIP. LTDA - ME

CNPJ Nº 04.347.124/0001-07

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
7	350	UN	CONECTOR PERFURANTE 2,5X CDP-95	INTELLI	R$ 2,99	R$ 1.046,50
8	60	UN	LUMINARIA PUBLICA LMA-1 E-40 ABERTA	4LUZ	R$ 17,94	R$ 1.076,40
11	600	UN	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W 220V E-40 OVOIDE	AVANT	R$ 22,30	R$ 13.380,00
15	200	UN	LAMPADA VAPOR METALICO 400 W, E-40, LUZ BRANCA - OVOIDE	FOXLUX	R$ 34,50	R$ 6.900,00
16	10	UN	LAMPADA VAPOR METALICO 400W, E-40, LUZ AZUL - OVOIDE	KIAN	R$ 39,42	R$ 394,20
19	10	UN	DISJUNTOR BIFÁSICO 40 AMPERES	SOPRANO	R$ 17,50	R$ 175,00
20	10	UN	DISJUNTOR BIFÁSICO 25 AMPERES	SOPRANO	R$ 17,50	R$ 175,00
21	300	UN	ABRACADEIRA PLASTICA T-50R	DECORLUX	R$ 0,14	R$ 42,00
25	10	UN	LAMPADA VAPOR METALICA 1000W TUBOLAR E-40	AVANT	R$ 99,00	R$ 990,00
TOTAL	**R$ 24.179,10**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E QUATRO MIL CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregues no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 826 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 – São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto oriundo desta Ata, correrão a cargo das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIP. LTDA - ME

CNPJ Nº 04.347.124/0001-07

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME,** CNPJ Nº 37.227.550/0001-58, com sede à Rua R-5, nº 129, Qd R-7, Lt 07, Setor Oeste, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Alessandro Martins Miguel, brasileiro, empresário, portador do RG nº 2776939 SSP/GO e CPF nº 788.729.281-68, residente na Rua 04, s/nº, Qda 01, Lt 11, Setor Cristo Redentor, na cidade de Trindade - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção de iluminação pública, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 032/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 09 (nove) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 37.227.550/0001-58

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
5	600	UN	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W - EXTERNO	JRC	R$ 38,80	R$ 23.280,00
9	120	UN	PARAFUSO CABECA QUADRADA M16 - D16MMX300MM	ATILIUS	R$ 4,00	R$ 480,00
12	60	UN	BRACO PARA LUMINARIA PUBLICA, FERRO GALVONIZADO 3/4X1,5MT	JRC	R$ 10,00	R$ 600,00
13	400	UN	BASE PARA RELE FOTOELETRICO 1000W 220V	TECNOWATT	R$ 4,00	R$ 1.600,00
14	450	UN	REATOR VAPOR SODIO/METAL 400W EXTERNO	JRC	R$ 51,00	R$ 23.220,00
26	10	UN	REATOR SODIO/METALICO 1000W AF EXT	JRC	R$ 140,00	R$ 1.400,00

TOTAL	**R$ 50.580,00**

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregues no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 826 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 – São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto oriundo desta Ata, correrão a cargo das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da

negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 37.227.550/0001-58

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **COXIPÓ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME,** CNPJ Nº 26.579.029/0001-63, com sede à Av. Fernando Correa da Costa, nº 4.646, Jardim Alencastro, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pela Srª Maristela Santos Brito Mendonça, brasileira, empresária, portadora do RG nº 0430145-5 SSP/MT e CPF nº 329.454.851-68, residente na Av. Manoel Ramos Lino, s/nº, Qda 21, Bloco 02, Apt 07, Ed. Diana, Coophamil, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção de iluminação pública, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 032/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 09 (nove) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

COXIPÓ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 26.579.029/0001-63

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	1.040	UN	RELE FOTOELETRICO 220V	EXATRON	R$ 9,20	R$ 9.568,00
2	600	M	FIO RIGIDO, ISOLACAO EM PVC 450/750V 2,5MM2	NEXTRON	R$ 0,59	R$ 354,00
3	140	UN	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTI-CHAMA EM ROLOS 19MM X 20M	ENERBRAS	R$ 2,49	R$ 348,60
6	60	UN	ARRUELA QUADRADA ZINC. 03X38X38MM FURO 18MM	KONESUL	R$ 0,39	R$ 23,40
10	400	UN	LAMPADA VAPOR SODIO 400W E-40	GE	R$ 19,85	R$ 7.940,00
17	10	UN	LAMPADA VAPOR METALICO 400W, E-40, LUZ VERDE - OVOIDE	EMPALUX	R$ 39,40	R$ 394,00
23	15	UN	PROJETOR RETANG E-40 400W	OLIVO	R$ 32,20	R$ 483,00
TOTAL	**R$ 19.111,00**					

VALOR POR EXTENSO: DEZENOVE MIL CENTO E ONZE REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregues no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 826 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 – São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS, com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto oriundo desta Ata, correrão a cargo das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 25 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

COXIPÓ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 26.579.029/0001-63

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasi-

leiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME**, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representada pelo Sr. Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	24	UN	Adesivo instantâneo universal 3gr (super bonder) - composição: ester de cianoacrilato, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,20	R$ 76,80
6	56	UN	Avental em laminado de PVC (forrado), cor branca, medindo: 1,20cmx0,70cm, com alças do mesmo material na cintura e no pescoço.	R$ 11,10	R$ 621,60
8	95	UN	Balde plástico 15lts confeccionado polipropileno de alta densidade (PEAD) - 17 LTS - alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado.	R$ 4,99	R$ 474,05
13	115	UN	Cesto para lixo telado 8 lt, formato cilíndrico, fundo plano com identificação do produto e marca do fabricante - pequeno.	R$ 2,20	R$ 253,00
14	16	UN	Cesto com tampa telado 60lt - para roupas.	R$ 31,80	R$ 508,80
15	29	UN	Coador de pano 25cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (médio).	R$ 1,40	R$ 40,60
16	149	UN	Coador de pano 30cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (grande).	R$ 1,80	R$ 268,20
17	244	UN	Colher descartável plástico transparente (cristal) p/ sobremesa - embalagem 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (pequena).	R$ 3,00	R$ 732,00
18	157	UN	Colher descartável plástico transparente (cristal) p/ sopa - embalagem 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (grande).	R$ 3,00	R$ 471,00
19	6.010	UN	Copo descartável 200 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, temperatura máxima para uso 100°c, aprovado pela ABNT norma NBR 14.865, 100% reciclável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,70	R$16. 227,00
20	285	UN	Copo descartável 300 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, aprovado pela ABNT norma nbr 14.865, 100% reciclável	R$ 4,95	R$ 1. 410,75
21	788	UN	Copo descartável 50 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, aprovado pela ABNT norma NBR 14.865, 100% reciclável	R$ 1,70	R$ 1. 339,60
25	26	UN	Embalagem de marmitex - descartável, inteiro em alumínio, tam nº 08, cxa c/ 100 unidades.	R$ 26,90	R$ 699,40
26	15	UN	Escova para lavar roupa - base plástica anatômica, com cerda de matéria sintética, pigmento e metal.	R$ 1,75	R$ 26,25
28	550	UN	Esponja para louca 3x1 - dimensões: 110x75x20cm, dupla face, sintética a base de espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo, contendo o nome do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote impresso na embalagem, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 1,20	R$ 660,00
29	69	UN	Faca descartável plástico transparente para refeição - pacote c/ 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (grande).	R$ 3,20	R$ 220,80
30	445	UN	Flanela limpeza laranja - tam. 30x50cm, uso geral, 100% algodão, bordas overlocadas.	R$ 1,35	R$ 600,75
32	273	UN	Guardanapo papel grande 33x30 - pct c/ 50 unidades, cor branco, 100% de fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,90	R$ 791,70
33	255	UN	Guardanapo papel pequeno 24x22 - pct c/ 50 unidades, cor branco, 100% de fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,35	R$ 344,25
36	22	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 15lt - cor branca, em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 16,45	R$ 361,90
40	75	UN	Pano para limpeza geral alvejado 70x42cm - 100% em algodão, alta absorção, fácil enxague, alta resistência, cor branca.	R$ 3,40	R$ 255,00
41	105	UN	Papel filme - em película de PVC, dimensões aproximadas: 28cmx30 m, filme de PVC flexível (esticável), espessura mínima de 10 micras, transparente, resistente, impermeável, atóxico e inodoro, próprio para acondicionamento de alimentos, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: rolo de 30 metros.	R$ 3,70	R$ 388,50
43	305	UN	Papel toalha 20x22cm - pacote de 2 rolos com 60 toalhas cada, folha dupla e picotada, com círculo de absorção, composição: 100% fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,98	R$ 908,90

44	177	UN	Prato descartável em plástico para sobremesa 15cm (150mm), cor branco - pacote 10 unidades	R$ 1,10	R$ 194,70
53	86	UN	Touca descartável - pacote 100 unidades, em tnt, 100% polipropileno, cor branco/sem estampa, com elástico, alvejado, bordas com acabamento em overlock, alta absorção, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 6,30	R$ 541,80
57	4	UN	Acendedor automático (para acender fogão) - tubo de gas interno, pequeno porte 220gr.	R$ 11,70	R$ 46,80
58	28	UN	Band-aid (curativo) - caixa com 10 unidades, transparente, formato anatômico, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 2,00	R$ 56,00
61	48	UN	Garfo descartável plástico transparente p/ sobremesa (pequeno) - pct 50 unidades, de alta resistência.	R$ 3,20	R$ 153,60
68	32	UN	Papel manteiga - rolo 0,30cmx4mt, cor branco, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,65	R$ 116,80
73	31	UN	Tapete para porta 46x70cm - 300g/m², 100% algodão, material de toalha.	R$ 7,95	R$ 246,45
74	113	UN	Tapete para porta 45x70cm - em tecido, de fácil absorção.	R$ 7,95	R$ 898,35
75	25	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 1kg 20x30cm - pacote 1kg.	R$ 18,90	R$ 472,50
76	19	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 3kg 30x40cm - pacote 1kg.	R$ 18,90	R$ 359,10
78	117	UN	Saco para cachorro quente (lanche) de plástico, 20x15cm - pacote 100 unidades, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem	R$ 3,81	R$ 445,77
79	36	UN	Corda de varal, pacote 15mt- produzida em aço revestido em pvc/pp, resistente e durável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,18	R$ 78,48
80	50	UN	Toalha de banho felpuda (dimensões 0,70x1,40cm) - 100% algodão. (cor a escolher).	R$ 14,90	R$ 745,00
81	150	UN	Balão de festa nº7 - pct com 50 unidades, liso, cor a escolher, em látex natural e pigmentos, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 5,98	R$ 897,00
83	5	UN	Chinelo de dedo (bebe) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, cinta elástica, origem nacional, peso aprox. 80gr - numeração: 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26 a escolher.	R$ 15,99	R$ 79,95
84	7	UN	Chinelo de dedo (infantil) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, origem nacional, peso aprox. 80gr - numeração: 23/24, 25/26, 27/28, 29/30, 31/32, 33/34 a escolher.	R$ 10,14	R$ 70,98
85	12	UN	Chinelo de dedo (adulto) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, origem nacional, peso aprox. 131gr - numeração: 33/34, 35/36, 37/38, 39/40, 41/42 a escolher.	R$ 14,95	R$ 179,40
92	27	UN	Escova cabelo, com cerdas de nylon, ventilada, modelo retangular, tamanho media/uso adulto; composição: matéria sintética, pigmentos, metal e madeira.	R$ 11,28	R$ 304,56
93	280	UN	Escova dental adulto - tamanho media (nº35), cerdas arredondadas e macia/suave, composição: cerdas de nylon, ancora metálica, resina termoplástica e pigmento, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, registro no ministério da saúde.	R$ 2,00	R$ 560,00
94	2.115	UN	Escova dental infantil com protetor (tampa) - tamanho médio, cerdas arredondadas e macia/suave, cabo anatômico; composição: cerdas de nylon, ancora metálica, resina termoplástica e pigmento, com identificação do produto.	R$ 3,60	R$ 7. 614,00
95	14	UN	Escova para unha (pé), com cerdas macias em matéria sintética, pigmento e metal, cabo de base em plástica, alça dupla para encaixe perfeitos dos dedos.	R$ 1,95	R$ 27,30
96	72	UN	Escova para vaso sanitário com suporte - material: cabo: polipropileno cerdas: sintética.	R$ 4,30	R$ 309,60
97	170	UN	Esponja de banho - dimensões: 110x75x20mm.uso diário, colorido, anatômica, dermatologicamente testado, hipoalérgica, composição: espuma de poliuretano, fibra sintética, resina sintética e mineral, embalagem plástica individual, com nome do fabricante, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 1,60	R$ 272,00
98	26	UN	Haste flexível (cotonete) - caixa 75 unidades, com ponta arredondadas, flexível, 100% algodão, composição: polipropileno, algodão e solução antigerme, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,47	R$ 38,22
101	24	UN	Mangueira jardim 30mt com esguicho - em PVC flexível, com bico e união, com redução para torneira 3/4 e 1/2, com 3 camadas: interna em PVC, a intermediaria em poliestertrancado e externa em PVC.	R$ 43,90	R$ 1. 053,60
103	15	UN	Palito de sorvete de madeira - pacote 50 unidades	R$ 2,64	R$ 39,60
104	10	UN	Palito para churrasco de madeira com ponta (roliço) - pacote 50 unidades	R$ 3,49	R$ 34,90
105	229	UN	Pano de prato em tecido atoalhado 45x70cm - 100% algodão, 300g/m², fio tinto, estampado.	R$ 4,19	R$ 959,51
106	5	UN	Pente para cabelo em plástico polipropileno e pigmento, cabo anatômico, cores variadas.	R$ 1,86	R$ 9,30
110	66	UN	Prendedor de roupa madeira - pacote 12 unidades.	R$ 1,00	R$ 66,00
112	118	UN	Saco para pipoca de papel, 7,5x14cm - pacote 50 unidades, composição: papel de seda e pigmentos coloridos atóxicos, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,68	R$ 316,24
114	94	UN	Toalha de rosto felpuda 45x80cm - 100% algodão, 400g/m², cores variadas.	R$ 8,26	R$ 776,44
115	12	UN	Algodão em bolas 50gr (uso pessoal) - composição: 100% algodão, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,38	R$ 28,56
116	70	UN	Aparelho de barbear descartável com 2 laminas, móvel.	R$ 2,82	R$ 197,40
117	19	UN	Balão de festa tipo espaguete - pct com 50 unidades - liso, cor a escolher, em látex natural e pigmentos, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 8,76	R$ 166,44
119	12	UN	Acetona removedora de esmalte 95ml, perfumada, com camomila e vitamina e, composição: acetone, alcohol, cl-42045, fragance chamomila recutita extract tocopherol, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 1,98	R$ 23,76
120	2	UN	Bico para mamadeira (tamanho 1 / 0-6 meses) silicone ortodôntico, embalagem com 2 unidades, furo de ventilação/ macia, transparente, inodoro, indeformável, resistente a fervura, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 13,28	R$ 26,56
121	2	UN	Chupeta (tamanho 2 / maior 6 meses) bico ortodôntico de silicone, corpo polipropileno, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 10,98	R$ 21,96
123	150	UN	Fralda pediátrica descartável m - (criança de 4 a 9kg), pacote com 24 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polímetro super. Absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 2. 220,00

124	100	UN	Fralda pediátrica descartável p - (criança até 4kg), pacote 30 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 1.480,00
125	34	UN	Isqueiro a gás - grande	R$ 3,98	R$ 135,32
126	23	UN	Mamadeira de plástico 240 ml (tamanho universal/orto silicone) - cristal, gargalo higiênico, inodoro, cor atóxico, bico em silicone, com capuz e frasco em policarbonato, tampa e disco em polipropileno, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 24,88	R$ 572,24
128	2	UN	Vassoura de espuma com cabo 1,20mt, base plástico, cabo em madeira revestido em plástico, (para encerar e outros).	R$ 7,82	R$ 15,64
132	77	UN	Escova para lavar roupa - base de madeira e cerdas matéria sintética, macia, metal.	R$ 1,40	R$ 107,80
133	100	UN	Garfo descartável plástico transparente (cristal) p/ refeição (grande) - pct 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza.	R$ 3,20	R$ 320,00
134	4	UN	Lixeira plástica com tampa 93lt - em plástico de alta resistência, fundo plano, com identificação do produto e marca do fabricante.	R$ 73,98	R$ 295,92
135	302	UN	Luva para limpeza forrada multiuso - com látex 100 % natural, com forro de floco 100% algodão, flexível, resistente e c/ bordas ajustadas, aprovada no ministério do trabalho (tamanho a escolher).	R$ 2,30	R$ 694,60
136	553	M	Pano para limpeza geral 40x65cm - saco colorido especial (azul/xadrez) - chão	R$ 5,33	R$ 2.947,49
138	327	UN	Prato descartável em plástico para refeição 21cm (210mm), raso, cor branco - pacote 10 unidades	R$ 1,98	R$ 647,46
140	45	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 10kg 40x60cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 957,60
141	2	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 500gr 15x30cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 42,56
142	32	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 5kg 35x45cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 680,96
143	12	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 2kg 25x35cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 255,36
144	17	UN	Suporte suspenso p/ copo descartável de 200 ml - porta copo de parede, em inox.	R$ 24,88	R$ 422,96
145	7	UN	Suporte suspenso p/ copo descartável 50 ml - porta copo de parede, inox.	R$ 16,02	R$ 112,14
149	3	UN	Rodo para pia - borracha em eva, corpo plástico, cabo madeira, medidas: 15cm de largura, cabo de 18cm comprimento.	R$ 2,20	R$ 6,60
150	65	UN	Coador de pano 45cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (gg).	R$ 2,60	R$ 169,00
151	2	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 30lt- em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 22,03	R$ 44,06
152	151	UN	Papel toalha interfolha 20,5x22,5cm, folha simples, 2 dobras, branco luxo, pacote com 1000 unidades - composição: 100% fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 8,40	R$ 1.268,40
153	30	UN	Saco plástico (big-bem/geladinho, acondicionar talheres), tam. 4x230cm - pacote 100 unidades, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,12	R$ 63,60
154	6	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 72lt, com alça - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 63,78	R$ 382,68
155	306	UN	Papel filme - em película de PVC, dimensões aproximadas: 45cmx7,5mt, filme de PVC flexível (esticável), espessura mínima de 10 micras, transparente, resistente, impermeável, atóxico e inodoro, próprio para acondicionamento de alimentos, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: rolo de 100 metros.	R$ 10,60	R$ 3.243,60
157	13	UN	Balde plástico 7lts - confeccionado polietileno de alta densidade (PEAD), alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado.	R$ 2,80	R$ 36,40
159	3	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 36lt - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 31,50	R$ 94,50
160	460	UN	Fralda pediátrica descartável g - (criança de 9 a 13kg), pacote com 20 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 6.808,00
161	760	UN	Fralda pediátrica descartável xg - (criança de até 15 kg), pacote com 20 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$11.248,00
163	6	UN	Escova cabelo para bebe, corpo em polipropileno, cerdas em nylon macia, tamanho pequena/uso infantil, modelo oval, cor atóxica.	R$ 11,92	R$ 71,52
164	20	UN	Pente fino (para tirar piolho)	R$ 1,24	R$ 24,80
TOTAL	**R$ 81.478,69**				

VALOR POR EXTENSO: OITENTA E UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Mauricio Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI – ME,** CNPJ Nº 22.276.155/0001-98, com sede à Av. Walquir Vieira de Rezende, nº 568, Centro, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, neste ato representado pelo Sr. Edmar Donizete de Paula, brasileiro, empresário, portador do RG nº 2.958.699 SSP/GO e CPF nº 530.235.791-72, residente na Av. Zeca Ferreira, nº 762, Setor Central, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA** para o registro de preços para futura e eventual contratação de **micro empresa e/ou empresa de pequeno porte** para o fornecimento parcelado de rouparia para atender o hospital municipal de alto taquari, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ROUPARIA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 039/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI – ME

CNPJ Nº 22.276.155/0001-98

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	20	UN	CAPOTE CIRURGICO EM BRIM MANGA LONGA, PUNHO CIRURGICO, DEDAL COM CINTO E TRES PARES TE TIRAS PARA AMARAR	BRINTEX	R$ 79,80	R$ 1. 596,00
2	20	UN	CONJUNTO CIRURGICO EM GABARDINE MICROFIBRA, COMPOSTO POR: 1 CALCA COM COS EM ELASTICO, 1 BLUSA GOLA V MANGA CURTA, TAMANHO P, COR VERDE CLARO.	BRINTEX	R$ 59,80	R$ 1. 196,00
3	20	UN	CONJUNTO CIRURGICO EM GABARDINE MICROFIBRA, COMPOSTO POR: 1 CALCA COM COS EM ELASTICO, 1 BLUSA GOLA V MANGA CURTA, TAMANHO M, COR VERDE CLARO.	BRINTEX	R$ 63,90	R$ 1. 278,00
4	20	UN	CONJUNTO CIRURGICO EM GABARDINE MICROFIBRA, COMPOSTO POR: 1 CALCA COM COS EM ELASTICO, 1 BLUSA GOLA V MANGA CURTA, TAMANHO G, COR VERDE CLARO.	BRINTEX	R$ 64,70	R$ 1. 294,00
5	50	UN	TOALHA DE BANHO 0,75X1,30 COM O NOME HOSPITAL EM ALTO RELEVO	BRINTEX	R$ 27,90	R$ 1. 395,00
13	20	UN	TOALHA DE ROSTO BASICA 105 GRAMAS TAMANHO 2,58X1,60 COR BRANCA.	BRINTEX	R$ 11,95	R$ 239,00
16	8	UN	CAPA PARA HAMPER EM TRANCADO CRU HOSPITALAR SARJA 3X1 TAMANHO 0,92X0,80.	BRINTEX	R$ 27,95	R$ 223,60
17	30	UN	LENCOL EM CRETONE LISTRADO MISTO SEM ELASTICO TAMANHO 1,85X1,15 NAS CORES AZUL COM BRANCO.	BRINTEX	R$ 27,95	R$ 838,50
TOTAL	**R$ 8. 060,10**					

VALOR POR EXTENSO: OITO MIL E SESSENTA REAIS E DEZ CENTAVOS.

3.2 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 - OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS DE FORMA PARCELADA, ONDE O MUNICÍPIO SOLICITARÁ A QUANTIDADE NECESSITADA, DEVENDO A ENTREGA SER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUES NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 826 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

5.2 – A empresa Contratada deverá:

5.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

5.2.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

5.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos;

5.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

6.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

6.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

6.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

6.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

6.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

6.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

6.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

6.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

6.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

6.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

6.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

6.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após o fornecimento do objeto licitado e mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

7.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

7.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.4 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”, sem as quais o Município suspenderá todo e qualquer pagamento à Contratada, até regularização da situação.

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

7.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

7.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

7.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

8.3 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

8.4 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

9.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

9.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

9.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

9.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

9.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

9.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal 57/2014.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

14.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

14.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

14.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471;**

14.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

EDMAR DONIZETE DE PAULA EIRELI – ME

CNPJ: 22.276.155/0001-98

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME,** CNPJ 12.248.430/0001-06, com sede à Av. Coronel Escolástico, nº 691 – Bairro Areão, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pela Srª Eliane Clementino Carnaúba, brasileira, portadora do

RG nº 10756540 SJ/MT e CPF nº 700.697.781-91, residente na Av. Coronel Escolástico, nº 519, Bairro Areão, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME

CNPJ Nº 12.248.430/0001-06

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
27	4	UN	Brinquedo - truca baby - caixa com 4, em polipropileno, atóxico, medindo 38,3x16,19,5cm.	CALESITA	R$ 191,80	R$ 767,20
28	4	UN	Brinquedo - falafone - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 21,3x29,8x20cm.	CALESITA	R$ 302,30	R$1. 209,20
29	2	UN	Brinquedo - torre maluca - caixa com 8, em polietileno, atóxico, medindo 12,5x8,5x27cm.	CALESITA	R$ 134,60	R$ 269,20
30	2	UN	Brinquedo - locomotiva animada - caixa com 8, em polietileno, atóxico, medindo 34x12x10,5cm.	CALESITA	R$ 131,00	R$ 262,00
31	2	UN	Brinquedo - animabichos - caixa com 6, em polietileno, atóxico, medindo 33x22,3x3,7cm.	CALESITA	R$ 150,00	R$ 300,00
32	2	UN	Brinquedo - bicharada animada - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 34x19,5x17cm.	CALESITA	R$ 176,00	R$ 352,00
33	4	UN	Brinquedo - bondinho - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 29x19x23cm.	CALESITA	R$ 259,00	R$1. 036,00
34	2	UN	Brinquedo - mesinha encantada - caixa com3, em polietileno, atóxico, medindo 42x42x35cm.	CALESITA	R$ 194,00	R$ 388,00
35	4	UN	Brinquedo - Smart Table - caixa com 3, em polietileno, atóxico, medindo 42x50x31cm.	CALESITA	R$ 297,00	R$1. 188,00
36	2	UN	Brinquedo - casinha alegre - caixa com 3, em polietileno, atóxico, medindo 27,5x27,5x27cm.	CALESITA	R$ 137,00	R$ 274,00
37	4	UN	Brinquedo Donka trem com som - caixa com 6, em polietileno, atóxico, medindo 25,5x17,5x19,5cm.	CALESITA	R$ 188,00	R$ 752,00
38	2	UN	Brinquedo - centopeia - caixa com 6 peças, em polietileno, atóxico, medindo 14x49x13cm.	CALESITA	R$ 239,00	R$ 478,00
39	2	UN	Brinquedo - duo baby puzzle - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 29x38x9,5cm.	CALESITA	R$ 138,00	R$ 276,00
40	2	UN	Brinquedo - puzzle mania letras - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 40x40x9,5cm.	CALESITA	R$ 192,80	R$ 385,60
41	2	UN	Brinquedo - puzzle mania fazenda - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 36x33,5x7,5cm.	CALESITA	R$ 154,00	R$ 308,00
42	2	UN	Brinquedo - jacaré didático - caixa com 3 peças, em polietileno, atóxico, medindo 58x22,3x15cm.	CALESITA	R$ 119,00	R$ 238,00
43	2	UN	Brinquedo - Rivaphone - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 32x24x20cm.	CALESITA	R$ 151,00	R$ 302,00
44	2	UN	Brinquedo - pás e moldes de praia - caixa com 24 peças, em polietileno, atóxico, medindo 11x17x21cm.	CALESITA	R$ 202,00	R$ 404,00
45	4	UN	Brinquedo - balde com pás e moldes de praia - caixa com 6 peças, em polietileno, atóxico, medindo 23x28x23cm.	CALESITA	R$ 139,00	R$ 556,00
48	20	UN	Sapo com tênis em tecido com 56 cm de altura	TOYS	R$ 60,70	R$1. 214,00
58	1	UN	Piscina de bolinha king cobertura de rede de 1,80mtx2,00mtx2,00mt peso 77 kg. Produzida em plástico rotomoldado em formato quadrado (2mx2m) 4 paredes em plástico remoldado com 2 aberturas cada uma, 4 postes en plástico com encaixe que fazem a junção de 2 paredes cada um, 4 conectores superiores com duas saídas cada um, 1 única rede que faz a cobertura da piscina e fecha as laterais, 4 tirantes plásticos colorido para sustentação da rede em formato de 4 réguas, montagem totalmente por encaixe sem necessidade de parafusos, não incluso bolinhas. Produto nacional.	FRESO	R$4. 200,00	R$4. 200,00
59	50	UN	Tatame em EVA com encaixe 1,00mx1,00mx30mm,2kg, dupla face nas cores azul Royal e vermelho	EVAMAX	R$ 95,96	R$4. 798,00
Total	**R$ 19. 957,20**					

VALOR POR EXTENSO: DEZENOVE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser

entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME

CNPJ Nº 12.248.430/0001-06

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP,** CNPJ 20.357.366/0001-20, com sede à Av. Isaac Povoas, nº 475, subsolo sala 1 – Centro Norte, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Paulo Henrique Furoni, brasileiro, portador do RG nº 1192184-6 SJ/MT e CPF nº 841.801.961-15, residente na Rua Itapua, Quadra 20, Bloco A-4, Apto 404, Jd. Aeroporto, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP

CNPJ Nº 20.357.366/0001-20

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL

3	5	UN	Alfabeto silábico - confeccionado em madeira MDF com 350 peças. Medidas das peças 4x4cm, embalagem caixa de madeira 20x20x10cm.	CIABRINK	R$ 40,93	R$ 204,65
7	150	UN	Brinquedo - bambolê, mangueira plástica, resistente e colorido, 60cm diâmetro, com selo do INMETRO.	JOTTPLAY	R$ 5,79	R$ 868,50
14	5	UN	Brinquedo - Tubo Mania - 150 peças, material plástico com borda transparente com 4 ilhos e 1 corda trancada.	CARLU	R$ 68,90	R$ 344,50
16	5	UN	Brinquedo - gangorra andador meu primeiro pônei - plástico resistente, medidas 35x78x51cm.	XALINGO	R$ 208,50	R$1. 042,50
17	5	UN	Brinquedo - moto balanço - plástico resistente, medidas 81,5x26,5x42cm.	XALINGO	R$ 198,66	R$ 993,30
18	5	UN	Brinquedo - gangorra cavalinho com som - plástico resistente, medidas 106x39,5x49cm.	XALINGO	R$ 297,13	R$1. 485,65
20	5	UN	Brinquedo - gangorra individual tigrão Disney - plástico rígido, medidas 80,7x31,5x45,5cm.	XALINGO	R$ 269,49	R$1. 347,45
21	5	UN	Brinquedo - gangorra individual pluto - plástico resistente, tem orelha moveis, medidas 83x31x48cm.	XALINGO	R$ 269,49	R$1. 347,45
22	4	UN	Brinquedo - balanço infantil - plástico resistente, acompanha 2 ganchos para fixação e cordas em plástico, medidas 38,5x28,5x27cm, cor a escolher.	XALINGO	R$ 183,11	R$ 732,44
23	4	UN	Brinquedo - balanço avião - plástico resistente, acompanha 2 ganchos para fixação e cordas em plástico super-resistentes e cinto segurança, medidas 64x38x35cm, cor a escolher.	XALINGO	R$ 222,85	R$ 891,40
24	4	UN	Brinquedo-balanço EGGS amarelo - em forma de ovo com patinha flexíveis, que se movem com o balanço, acompanha ganchos, medindo 38,5x38x31cm.	XALINGO	R$ 207,30	R$ 829,20
25	4	UN	Brinquedo-balanço biu - colorido e divertido, os olhos giram e podem criar expressões, com patinha flexíveis, que se movem com o balanço, acompanha ganchos, medidas 56x40x34cm.	XALINGO	R$ 240,12	R$ 960,48
26	4	UN	Brinquedo - balanço carros - plástico resistente, cordas em plástico super-resistente e 2 ganchos para fixação, cinto de segurança, medindo 68x33,5x27cm.	XALINGO	R$ 267,76	R$1. 071,04
46	30	UN	Bolinhas para piscina coloridas, pacote com 100 unidades.	PLAST	R$ 28,80	R$ 864,00
68	1	UN	Tabela basketball - MDF - medidas 68x54cm, aro 36,5cm reforçado com rede fio 100% polipropileno, embalagem PVC encolhível.	XALINGO	R$ 72,55	R$ 72,55
69	18	UN	Raquete para tênis de mesa - MDF e EVA.	JOTTPLAY	R$ 13,55	R$ 243,90
70	5	UN	Mesa de tênis de mesa com tampo em MDF - 274x152x76cm, acabamento com massa e primer azul com linhas demarcatórias brancas, bordas laterais em perfil de MDF, pês em tubo de aço pintados de preto dobráveis, com rodízios.	XALINGO	R$1. 418,13	R$7. 090,65
76	10	UN	Bola futebol de campo infantil oficial - 64-66cm, 360-390gr, câmara butil, material PVC, costurada a mão, 32 gomos, miolo removível e lubrificado.	PENALTY	R$ 57,77	R$ 577,70
77	10	UN	Bola vôlei de quadra - diâmetro 65-67cm, 260-280gr, câmara airbility, matrizada, material microfibra, 18 gomos, miolo slip system removível e lubrificado, aprovado pela federação oficial de vôlei (fibv).	PENALTY	R$ 81,90	R$ 819,00
Total	**R$ 21. 786,36**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E UM MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: "Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)", "Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)";

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP

CNPJ Nº 20.357.366/0001-20

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2015

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2014

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA**, CNPJ Nº 05.159.591/0001-68, com sede à Rua São Paulo, nº 39, Bairro Medeiros, na cidade de Rio Verde - GO, neste ato representado pelo Sr. Cleidson Godoy de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.042.173 SSP/GO e CPF nº 336.137.371-91, residente e domiciliado na cidade de Rio Verde - GO, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 03/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 091/2014, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 091/2014, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA

CNPJ Nº 05.159.591/0001-68

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
3	40.000	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 40 / 1,2 CM	R$ 0,15	R$6.000,00
4	60.000	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 25 / 7 CM	R$ 0,15	R$9.000,00
5	20.000	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 13 / 4,5 CM	R$ 0,15	R$3.000,00
12	2.000	UN	APARELHO PARA TRICOTOMIA	R$ 0,77	R$1.540,00
19	5	UN	CANULA DE GUEDEL EM PVC - JOGO COM 06 TAMANHOS(UND)	R$ 2,25	R$ 11,25
20	5	UN	CANULA DE GUEDEL INFANTIL	R$ 2,25	R$ 11,25
24	2.000	UN	CATETER INTRAVENOSO N. 18 G, EM POLIPROPILENO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO,	R$ 0,65	R$1.300,00
25	2.000	UN	CATETER INTRAVENOSO N. 20 G, EM POLIPROPILENO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO,	R$ 0,65	R$1.300,00
38	20	UN	DRENOS DE TORAX GRANDE COM POTE COLETOR 1 LT SOB SELO D'AGUA	R$ 21,90	R$ 438,00
39	10	UN	DRENOS DE TORAX MEDIO COM POTE COLETOR 1 LT SOB SELO D'AGUA	R$ 21,90	R$ 219,00
40	10	UN	DRENOS DE TORAX PEQUENO COM POTE COLETOR 1 LT SOB SELO D'AGUA	R$ 21,90	R$ 219,00
45	1.000	UN	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10 CM X 4,5 M.COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODAO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. NELE E APLICADA MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINA.	R$ 4,90	R$4.900,00
46	500	UN	ESPARADRAPO MICROPORE 5CMX3M- FITA DE TECIDO 100% ALGODAO COM RESINA ACRILICA -,ALTA ADERENCIA - RESISTENTE A AGUA - COM LACRE DE PROTECAO QUE IMPEDE A VIOLACAO	R$ 3,68	R$1.840,00
47	1.000	UN	ESPECULO TAM. G - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL	R$ 1,20	R$1.200,00
48	2.000	UN	ESPECULO TAM. M - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL.	R$ 0,90	R$1.800,00
49	1.000	UN	ESPECULO TAM. P - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL.	R$ 0,90	R$ 900,00
66	5	UN	INTRACAT 0,7 MM/20,3 CM	R$ 34,00	R$ 170,00
67	5	UN	INTRACAT 1,7 MM/30,5 CM	R$ 34,00	R$ 170,00
69	2.000	UN	LAMINA DE BISTURI AÇO CARBONO N. 23	R$ 0,30	R$ 600,00

70	500	UN	LAMINA DE BISTURI AÇO CARBONO NUM. 11	R$ 0,30	R$ 150,00
106	10	UN	TERMOMETRO DIGITAL	R$ 12,28	R$ 122,80
126	5.000	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 25 / 8 CM	R$ 0,15	R$ 750,00
146	25. 000	UN	AGUA DESTILADA PARA INJECAO 10 ML	R$ 0,17	R$4. 150,00
148	3.600	UN	AGUA DESTILADA PARA INJECAO 10 ML	R$ 0,17	R$ 597,60
150	2.400	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 13 / 4,5 CM	R$ 0,15	R$ 360,00
151	2.400	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 40 / 1,2 CM	R$ 0,15	R$ 360,00
152	6.000	UN	AGULHA DESCARTAVEL ESTERIL 25 / 7 CM	R$ 0,15	R$ 900,00
169	180	UN	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10 CM X 4,5 M.COMPOSTO DE TECIDO 100% ALGODAO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE. NELE E APLICADA MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, OXIDO DE ZINCO E RESINA.	R$ 4,90	R$ 882,00
170	300	UN	ESPECULO TAM. G - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL	R$ 1,20	R$ 360,00
171	300	UN	ESPECULO TAM. P - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL.	R$ 0,90	R$ 270,00
172	750	UN	ESPECULO TAM. M - VAGINAL, ESTERIL, DESCARTAVEL.	R$ 0,90	R$ 675,00
181	500	UN	LAMINA DE BISTURI AÇO CARBONO NUM. 11	R$ 0,30	R$ 150,00
182	500	UN	LAMINA DE BISTURI AÇO CARBONO N. 23	R$ 0,30	R$ 150,00
198	20	UN	TERMOMETRO DIGITAL	R$ 12,28	R$ 245,60
VALOR TOTAL	**R$ 44. 855,90**				

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2- A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

- Especificações Técnicas – os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

- Embalagem – o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

- Rotulagens – todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

- Lote – Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

- Validade – Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA

CNPJ: 05.159.591/0001-68

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME,** CNPJ 22.579.608/0001-55, com sede à Av. General Mello, nº 3285 – Bairro Jardim Califórnia, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Douglas Edgard Correa Monteiro, brasileiro, portador do RG nº 1601190-2 SSP/MT e CPF nº 731.718.321-00, residente na Rua 29, Quadra 47, casa 28 – CPA: III Setor V, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME

CNPJ Nº 22.579.608/0001-55

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5	UN	Alfabeto ilustrado - confeccionado em madeira MDF com 75 peças. Embalagem caixa de madeira medindo 18x18x6mm	CARLU	R$ 55,00	R$ 275,00
2	5	UN	Alfabeto divertido - confeccionado em madeira MDF com 60 peças. Embalagem caixa de madeira medindo 18x15x4mm	CARLU	R$ 36,00	R$ 180,00
4	5	UN	Loto gigante imagens e palavras - MDF 30 peças - embalagem caixa de madeira 44x30x5,5cm.	CARLU	R$ 90,86	R$ 454,30
5	5	UN	Loto gigante imagens e palavras - inglês - MDF 52 peças - embalagem caixa de madeira 44x30x5,5cm.	CARLU	R$ 119,98	R$ 599,90

6	5	UN	Loto leitura madeira - MDF 130 peças - embalagem caixa de madeira 18x18x5cm.	CARLU	R$ 32,51	R$ 162,55
8	20	UN	Cavalinho/brinquedo - madeira e MDF - medidas 105cm, cabo de madeira e 2 arodas em MDF.	CARLU	R$ 19,62	R$ 392,40
9	2	UN	Brinquedo - linha movimento 2 sensoriais e corporais - material EVA e MDF, madeira 65 peças.	CARLU	R$ 369,30	R$ 738,60
10	2	UN	Brinquedo - kit recreação e lazer - composto por 10 jogos.	CARLU	R$3. 028,92	R$6. 057,84
11	2	UN	Brinquedo - musicoteca - composto por 17 jogos, embalagem maleta de MDF com alça de sisal, medindo 57x41x5x17cm.	CARLU	R$ 590,35	R$1. 180,70
12	5	UN	Brinquedo - PP balde criativo monte fácil, material plástico 480 peças, embalagem balde com alça e lacre.	CARLU	R$ 95,06	R$ 475,30
13	2	UN	Brinquedo - PP balde brinque, mochila com 1000 peças, material plástico, embalagem mochila plástica com zíper.	CARLU	R$ 154,38	R$ 308,76
15	2	UN	Brinquedo: trave de gol com bolsa - medindo 116x50x98cm, plástico resistente.	EXCLUSIVA	R$ 303,60	R$ 607,20
19	5	UN	Brinquedo - gangorra - plástico resistente, medidas 120x33x52cm.	XALINGO	R$ 297,22	R$1. 486,10
47	20	UN	Bola borracha nº 12	CARLU	R$ 22,40	R$ 448,00
49	20	UN	Carro em tecido medindo 30 cm.	TOYS	R$ 27,36	R$ 547,20
50	20	UN	Carro em pelúcia pick-up medindo 45 cm	TOYS	R$ 61,76	R$1. 235,20
51	20	UN	Centopeia em tecido medindo 52 cm	TOYS	R$ 44,80	R$ 896,00
52	20	UN	Centopeia em tecido medindo 128 cm	TOYS	R$ 145,60	R$2. 912,00
53	20	UN	Leão em tecido com juba plush medindo 35 cm de altura	TOYS	R$ 30,24	R$ 604,80
54	20	UN	Boneca em tecido com roupa, cabelo e chapéu, medindo 47 cm, nas cores banca ou preta.	TOYS	R$ 55,00	R$1. 100,00
55	20	UN	Boneco em tecido com roupa e boné medindo 53 cm de altura, nas cores branco ou preto.	TOYS	R$ 50,00	R$1. 000,00
56	100	UN	Boneca 60 cm de altura, 40 cm de largura. Cabeça, perna e braço em vinil e corpo em tecido. Fala 30 frases com bateria inclusa, produto nacional e certificado pelo INMETRO	DIVER TOYS	R$ 37,50	R$3. 750,00
60	1	UN	Escorregador reto material polietileno densidade com aditivo UV, que garante a coloração original, dimensão 1,30mx0,59mx2,05m peso de 16,1 kg, composto por i rampa reta sem ondulação, 1 escada de 4 degraus mais o topo da rampa, 2 barras laterais de segurança, produto nacional.	XALINGO	R$1. 165,38	R$1. 165,38
62	5	UN	Cartaz para ditado em EVA 20 peças - medidas peças 12x6cm, embalagem plástica	CARLU	R$ 30,75	R$ 153,75
63	5	UN	Discriminação auditiva com treino de escrita - MDF 78peças - base com desenhos medindo 16x21cm, embalagem caixa de madeira 28x22x6cm.	CARLU	R$ 61,70	R$ 308,50
64	5	UN	Loto de desenhos e rimas - MDF 30 peças - medidas cartas 21x21cm e 27 peças 6x6cm, embalagem caixa de madeira 24x24x3,5cm.	CARLU	R$ 39,73	R$ 198,65
71	50	UN	Brinquedo - pula corda, cabo emborrachado, madeira, nylon e EVA.	CARLU	R$ 9,65	R$ 482,50
72	20	UN	Brinquedo - jogo xadrez e dama colegial - material estojo MDF, peças de plástico, embalagem encolhível, 56 peças, rei 5cm.	CARLU	R$ 42,64	R$ 852,80
73	5	UN	Brinquedo - jogo resta um - material MDF e 32 pinos de madeira, embalagem estojo MDF 18x18x3cm.	CARLU	R$ 36,38	R$ 181,90
75	10	UN	Bola futsal diâmetro 55-59cm, 350-380 Gr câmara airbility, matrizada, PVC, miolo silp system removível e lubrificado.	PENALTY	R$ 87,47	R$ 874,70
78	2	UN	Bomba para calibrar bola - composição: tubo: policarbonato/haste: acrilato nitrilica butadieno estireno/t handle: polipropileno/fechos: acrilato nitrilica butadieno estireno, tecnologia double action que permite enchimento nos dois sentidos, com agulha em liga de zinco com tampa de borracha, mangueira de ar em borracha com nylon e liga de zinco.	PENALTY	R$ 30,59	R$ 61,18
Total	**R$29. 691,21**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E NOVE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E VINTE E UM CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME

CNPJ Nº 22.579.608/0001-55

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **V.L DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – ME**, CNPJ Nº 13.507.016/0001-37, com sede à Rua 218, nº 18, quadra 82, lote 21-E, Setor Coimbra, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pela Srª Valdirene Cristina Pelizon de Azara, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.120.510 – 2ª via DGPC/GO e CPF nº 927.703.801-25, residente na Rua 17, quadra K-6, lote 03, nº 640, Edifício Rio Madeira, Setor Oeste, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa fornecimento de materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E PERMANENTES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 035/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade de 07 (sete) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

V.L DISTRIBUIDORA DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES EIRELI - ME

CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	4	UN	ABRIDOR DE BOCA ADULTO - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 40X30X20MM COM 2 UNIDADES.	INODON	R$ 6,79	R$ 27,16
2	4	UN	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 30X25X18MM COM 2 UNIDADES.	INODON	R$ 6,79	R$ 27,16
3	2	UN	ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL 10CM - EM ACO INOXIDAVEL	INODON	R$ 181,73	R$ 363,46
4	40	UN	ACIDO FOSFORICO DE ESMALTE E DENTINA A 37% EMBALAGEM COM 03 SERINGA 2,5MM CADA - ODONTOLOGICO	BIODINAMICA	R$ 7,59	R$ 303,60
5	12	UN	ADESIVO 6ML - SOLVENTE A BASE DE AGUA E ALCCOL NAO EVAPORA COMO ACETONA, ALTO RENDIMENTO O FRASCO DE 6GR REDE ATE 280 GOTAS=280 RESTAURACOES, FRASCO COM TAMPA FLIT TOP: EVITA DESPERDICIO E PODE SER MANUSEADO APENAS COM UMA DAS MAOS, CONTEM CARGAS QUE PROPORCIONAM UMA EXCELENTE ADESAO A DENTINA E AO ESMALTE, ADESIVO COM 10% EM PESO DE CARGA.	3M	R$ 99,05	R$1.188,60
6	60	L	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 COMPOSICAO : PEROXIDO DE HIDROGENIO 3% FENACETINA , ACIDO FOSFORICO, AGUA PURIFICADA FRASCO COM 1000 ML - ODONTOLOGICO	RIOQUIMICA	R$ 5,50	R$ 330,00
7	20	UN	AGULHA CURTA 30G CAIXA C/100	PROCARE	R$ 22,65	R$ 453,00

8	10	UN	AGULHA EXTRA CURTA CAIXA C/100 UNID	PROCARE	R$ 22,75	R$ 227,50
9	15	UN	AGULHA LONGA 27G CAIXA C/100	PROCARE	R$ 22,20	R$ 333,00
10	150	L	ALCOOL 70% - 1 LT	ITAJA	R$ 5,37	R$ 805,50
11	300	UN	ALGODAO ROLETE (ODONTOLOGICO) 100% ALGODAO CILINDRO COMPACTADO -PCT 32 GR MACIO EXTRA ABSORVENTE ISENTO DE AMIDO E CLORO	CREMER	R$ 1,58	R$ 474,00
12	30	UN	AMALGAMA: LIMALHA DE PRATA DE ALTO TEOR E COBRE, PARTUCULAS ULTRAFINAS. (45%,ESTANHO 31% COBRE 24%) - FRASCO COM 50 CAPSULAS DE 1 PORCAO.	SDI	R$ 118,75	R$3. 562,50
13	3	UN	AMALGLOSS PO PULIDOR PARA AMALGAMA	SDI	R$ 19,90	R$ 59,70
14	50	UN	ANESTESICO INJETAVEL CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML COM HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 0,04MG/ML COM VASO CONSTRUTOR-ODONTOLOGICO	PROBEN	R$ 36,91	R$1. 845,50
15	15	UN	ANESTESICO SEM VASO CONSTRUTOR CAIXA C/50	PROBEN	R$ 44,29	R$ 664,35
16	12	UN	ANESTESICO TOPICO 200MG/G- COMPOSICAO : CADA GRAMA DO GEL CONEM 200GR DE BENZOCAINA , EXCIPICIENTES, SCARINA SODCA , POLIETILENOGLICO 14.000 POLIETILENO-GLICO 400 AROMA DE PINA COLADA- FRASCO COM 12 G	PROBEN	R$ 5,43	R$ 65,16
17	6	UN	APLIC ODONTO - FRASCO 5LTS (LIMPADOR BACTERICIDA ESPECIFICO PARA SUPERFICIE E AMBIENTE ODONTOLOGICO).	IODONTOSUL	R$ 34,20	R$ 205,20
18	15	UN	BABADOR DESCARTAVEL E IMPERMEAVEL 100% DE FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE E FILME POLIETILENO ATOXICO 33X47CM - CAIXA C/100 UNID- ODONTOLOGICO	SSPLUS	R$ 11,40	R$ 171,00
19	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1011 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
20	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1012 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
21	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1190 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,26	R$ 85,20
22	25	UN	BROCA DE ACABAMENTO DE RESINAS GRANULACAO ULTRAFINA 3195F- ODONTOLOGICO	3M	R$ 5,90	R$ 147,50
23	4	UN	BROCA DE POLIMENTO DE AMALGAMA DE BAIXA ROTACAO MULTILAMINADA, EM ACO - KIT COM 9 UNIDADES.	FAVA	R$ 43,45	R$ 173,80
24	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1013 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
25	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1014 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
26	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1015 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
27	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1016 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 69,80
28	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1032, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
29	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1033, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICA	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
30	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1034, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
31	20	UN	BROCA DIAMANTADA 1052, TIPO RODA - ODONTOLOGICA	VORTEX	R$ 5,90	R$ 118,00
32	20	UN	BROCA DIAMANTADA Nº21, TIPO RODA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,90	R$ 98,00
33	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº01, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
34	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº02, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
35	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº03, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
36	15	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº04, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 7,40	R$ 111,00
37	10	UN	CABO DE BISTURI REDONDO NR. 03 PARA LAMINA DESCARTAVEL DE NR 10 A 18, CONFECCIONADO EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	ABC	R$ 7,57	R$ 75,70
38	20	UN	CABO PARA ESPELHO BUCAL - ODONTOLOGICO - EM ACO INOX	PRATA	R$ 5,51	R$ 110,20
39	4	UN	CALEN PASTA DE HIDROXIDO DE CALCIO - 2 TUBRTES PLASTICO 2,7GR PASTA HIDROXICO DE CALCIO / 2 TUBETES PLASTICO 2,2GR DE GLICENINA (PARA USO ENDODONTICO).	SSWHITE	R$ 37,57	R$ 150,28
40	4	UN	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACAO COR A2	BIODINAMICA	R$ 28,93	R$ 115,72
41	10	UN	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13LT	EMBALAIRE	R$ 7,59	R$ 75,90
42	150	UN	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSAO DE 7,5 X 7,5 CM	MBTEXTIL	R$ 10,09	R$1. 513,50
43	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO DE AMALGAMA WARD Nº1 (CALCADOR), CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15

44	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO HOLLEMBECK 3S, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15
45	5	UN	CONDENSADOR ODONTOLOGICO WARD, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE.	CASSIFLEX	R$ 13,03	R$ 65,15
46	200	UN	CREME DENTAL COM FLUOR+CALCIO 90GR - COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS, COMPOSICAO: CALCIUM CARBONATE, AQUA, GLYCERIN, SODIUM LAURYL SULFATE, AROMA, SODIUM MONOFLUROPHOSPHATE, CELLULOSE GUM, TETRASSODIUM, PYROPHOSPHATE, SODIUM BICARBONATE, BENZYL ALCHOL, SODIUM SACCHARIN, SODIUM HYDROXIDE, CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SODIO (1450PPM DE FLUOR), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM.	ICE-FRECH	R$ 4,33	R$ 866,00
47	300	UN	CREME DENTAL SEM FLUOR COM SABOR AGRADAVEL, SEM CORANTES, POUCA ESPUMA E BAIXA ABRASIVIDADE.COMBATE GEMES CAUSADORES DA PLACA, SEM AGREDIR O ESMALTE DOS DENTES. EMBALAGEM 100 GR.	ICE-FRECH	R$ 5,04	R$1. 512,00
48	4	UN	CLOHEXIDINA 2%, 100ML	RIOQUIMICA	R$ 10,03	R$ 40,12
49	3	UN	CUNHA DE MADEIRA NO FORMATO DA AMEIA GENGIVAL, COM 4 CUNHAS CODIFICADA POR CORES- ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 23,52	R$ 70,56
50	8	UN	CURETA GRACEY Nº11-12, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
51	8	UN	CURETA GRACEY Nº13-14, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
52	8	UN	CURETA GRACEY Nº5/6, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
53	8	UN	CURETA GRACEY Nº7-8, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
54	2	UN	DISCO DE LIXA SOF-LEX POP-ON - KIT COM 120DISCOS, ABRASIVOS: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO, DIAMETRO DE 1/2 PARA CONTRA-ANGULO, DISCOS LARANJAS SAO INDICADOS PARA SUPERFICIE INTERPROXIMAIS, POSSUI 4 DIFERENTES GRANULACOES: GROSSO, MEDIO, FINO E SUPERFINO. OS DISCOS SAO DESCARTAVEIS. 1/2 POLEGADAS=13MM, 3/8 POLEGADAS=9MM.	TDL	R$ 321,93	R$ 643,86
55	60	UN	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 150X250M	VEDAMAX	R$ 24,78	R$1. 486,80
56	100	UN	EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 90X260M - COM 100 UNIDADES	VEDAMAX	R$ 17,53	R$1. 753,00
57	6	UN	ENXAGUANTE BUCAL 2LT (ANTISSEPTICO)	ICE-FRECH	R$ 24,06	R$ 144,36
58	50	UN	ESCOVA DE ROBINSON CONICA COR PRETA	MICRODONT	R$ 1,52	R$ 76,00
59	2.000	UN	ESCOVA DENTAL ADULTO - TAMANHO MEDIA (Nº35), CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	HILLO	R$ 3,90	R$7. 800,00
60	3.000	UN	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM PROTETOR (TAMPA) - TAMANHO MEDIO, CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, CABO ANATOMICO; COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	HILLO	R$ 2,79	R$8. 370,00
61	4	UN	ESCULPIDOR AMALGAMA P.K. THOMAS Nº06, CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE.	ABC	R$ 9,18	R$ 36,72
62	3	UN	ESPATULA PARA RESINA COMPOSTA SUPRAFILL Nº01 HI - EM ACO INOX	PRATA	R$ 65,90	R$ 197,70
63	8	UN	ESPELHO BUCAL Nº05 - CAIXA COM 12 UNOIDADES SEM CABO.	PRISMA	R$ 6,90	R$ 55,20
64	30	UN	FICHA CLINICA DUPLA Nº 4 -(15CMX 21,2CM) ODONTOLOGICA	DALLAS	R$ 29,20	R$ 876,00
65	8	UN	FILME DENTAL PERIAPICAL INFANTIL - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	DFL	R$ 155,67	R$1. 245,36
66	8	UN	FILME DENTAL PERIAPICAL ADULTO - D-SPEED FILM, CAIXA COM 100 PELICULAS.	DFL	R$ 104,60	R$ 836,80
67	30	UN	FIO AGULHADO SEDA TRANÇADO PRETO - ODONTOLOGICO FIO USP 3/0 45 CM 01 AGULHA 17MM 3/8 CAIXA COM 23 UNIDADES.	SHALON	R$ 27,39	R$ 821,70
68	30	UN	FIXADOR PARA RX - ODONTOLOGICO 475 ML	KODAK	R$ 10,22	R$ 306,60
69	100	UN	FLUOR EM GEL 200ML (FLUORETO DE SODIO, SACARINA SODICA , CELLOSIZE QP 100, PROPOLENOGLICOL, GLICERINA , ESSENCIA DE MENTA E AGUA DEIONIZADA)- ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 4,20	R$ 420,00
70	6	UN	FORCEPS N 01 CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
71	6	UN	FORCEPS INFANTIL Nº5, CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
72	6	UN	FORCEPS N 17, ADULTO CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
73	6	UN	FORCEPS ADULTO N 150	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
74	6	UN	FORCEPS N 151, INFANTIL , CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
75	6	UN	FORCEPS N 18 L, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
76	6	UN	FORCEPS N 18 R, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
77	6	UN	FORCEPS N 65, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
78	6	UN	FORCEPS N 69, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO.	ABC	R$ 51,60	R$ 309,60
79	5	UN	FORMOCRESOL -FRASCO COM 10ML- ODONTOLOGICO	BIODINAMICA	R$ 7,09	R$ 35,45

80	5	UN	GUTA PERCHA BASTAO COT BRANCA	DERNTSPLAY	R$ 21,54	R$ 107,70
81	10	UN	HIDROXIDO DE CALCIO BASE E CATALIZADOR	SSWHITE	R$ 63,08	R$ 630,80
82	5	UN	HIDROXIDO DE CALCIO P.A A 100,5%	SSWHITE	R$ 5,23	R$ 26,15
83	3	UN	IRM PO E LIQUIDO - KIT - ODONTOLOGICO	DENTSPLAY	R$ 89,91	R$ 269,73
84	6	UN	JOGO ALAVANCA ODONTOLOGICO 1R, 1L, 2 CIRURGICA, TIPO SELDIN DIREITA, ESQUERDA E RETA.	CASSIFLEX	R$ 57,86	R$ 347,16
85	50	UN	JOGO CLINICO ODONTOLOGICO EM ACO CIRURGICO: 1 PINCA + 01 SONDA EXPLORADORA 5/8+ 1 ESCAVADOR 17+ 1 CABO COM ESPELHO Nº05	CASSIFLEX	R$ 29,81	R$1. 490,50
86	2	UN	JOGO POSICIONADOR RADIOGRAFICO PERIAPICAL INFANTIL AUTOCLAVAVEL	PRATA	R$ 64,90	R$ 129,80
87	2	UN	JOGO POSICIONADOR RADIOGRAFICO PERIAPICAL ADULTO AUTOCLAVAVEL	PRATA	R$ 64,90	R$ 129,80
88	2	UN	LAMINA DE BISTURI ACO CARBONO Nº12	SOLIDOR	R$ 21,58	R$ 43,16
89	2	UN	LAMINA DE BISTURI Nº15 ACO CARBONO - CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	R$ 21,58	R$ 43,16
90	12	UN	LIMA PARA OSSO SELDIN Nº11, CONFECCIONADA EM ACO INOX, CONTENDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	INJECTA	R$ 30,73	R$ 368,76
91	6	UN	LIMPA CLAVE - 1000 ML - ODONTOLOGICO (LIMPADOR EXCLUSIVO PARA LIMPEZA E CONSERVACAO DE AUTOCLAVE E ESTERELIZADORES)	INJECTA	R$ 35,90	R$ 215,40
92	50	UN	LUVA CIRRURGICA LATEX ESTERIL COM PO TAM. 7,0	DESCARPARCK	R$ 1,21	R$ 60,50
93	130	UN	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO M - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$1. 987,70
94	200	UN	LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL.	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$3. 058,00
95	80	UN	LUVA DE PROCEDIMENTO EM VINIL - TAMANHO P - LUVAS DE PROCEDIMENTO LISA, EM VINIL NATURAL, AMBIDESTRA, COM CERTIFICADO DA ANVISA, CAIXA 100 UNIDADES.	DESCARPARCK	R$ 15,18	R$1. 214,40
96	500	UN	LUVA DESCARVAVEL ANTI ALERGICA EXTRA P CAIXA C/ 1000 UNID - ODONTO	DESCARPARCK	R$ 15,29	R$7. 645,00
97	60	UN	MASCARA COM ELASTICO DUPLO DESCARTAVEL, FABRICADO EM POLIPROPILENO (TNT-TECIDO NAO TECIDO)- CAIXA C/50 UNID- ODONTO	SSPLUS	R$ 6,34	R$ 380,40
98	30	UN	MATRIZ 0,5MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 1,89	R$ 56,70
99	15	UN	MATRIZ 0,7MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 1,89	R$ 28,35
100	15	UN	MICRO BRUSH TAMANHO REGULAR 2.0MM 1/4 GOTA, NA COR AMARELO - TUBO C/ 100 UNID	KG	R$ 9,90	R$ 148,50
101	6	UN	OCULOS PROTECAO (PANORAMICO/AMPLA VISAO) COM TIRANTES ELASTICOS, LENTES POLICARBONATO INCOLOR, ARMACAO EM PVC INCOLOR COM 6 VALVULAS DE VENTILACAO.	DANY	R$ 8,94	R$ 53,64
102	8	L	OLEO LUBRIFICANTE 2 EM 1, UM UNICO OLEO PARA BAIXA E ALTA ROTACAO FRASCO 200 ML.	P.R.	R$ 19,68	R$ 157,44
103	5	UN	OTOSPORIN - ODONTO	MACROSUL	R$ 10,60	R$ 53,00
104	50	UN	PAPEL CARBONO DUPLA FACE VERMELHO E PRETO ODONTOLOGICO- BLOCO COM 12 FOLHAS	IODONTOSUL	R$ 15,70	R$ 785,00
105	150	UN	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA, 21,0X23,CM 100% CELULOSE, CAIXA COM 2.000 FOLHAS, FEITO COM PAPEL NAO RECICLADO.	CLELAN	R$ 48,90	R$7. 335,00
106	3	UN	PARAMONO CLOROFENOL CANFORADO 20 ML	RIOQUIMICA	R$ 12,10	R$ 36,30
107	6	UN	PASTA PROFILATICA	TDV	R$ 6,08	R$ 36,48
108	3	KG	PEDRA POMES COR BRANCA , A BASE DE QUARTZO CRISTALINO DE ROCHA , GRANULOMETRIA NORMAL	QUIMIDROL	R$ 5,39	R$ 16,17
109	10	UN	PORTA AGULHA MATHIE PEQUENO 14CM - ODONTOLOGICO	ABC	R$ 38,96	R$ 389,60
110	6	UN	PORTA AMALGAMA ADULTO EM PLASTICO	ABC	R$ 9,87	R$ 59,22
111	8	UN	PORTA MATRIZ YVORE 5CM - INFANTIL, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	R$ 23,25	R$ 186,00
112	8	UN	PORTA MATRIZ YVORE 7,5CM - ADULTO, EM ACO INOXIDAVEL.	ABC	R$ 24,08	R$ 192,64
113	20	UN	POTE DAPPEN DE VIDRO USO ODONTOLOGICO,EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO.	IODONTOSUL	R$ 3,19	R$ 63,80
114	10	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A1, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$ 542,30
115	40	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$2. 169,20
116	30	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A3,5, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$1. 626,90
117	30	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR A3, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$1. 626,90
118	4	UN	RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR B2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS.	IODONTOSUL	R$ 54,23	R$ 216,92
119	30	UN	REVELADOR PARA RAIO X - ODONTOLOGICO 475 ML	KODAK	R$ 10,55	R$ 316,50
120	10	UN	SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO 2G PACOTE COM 06 BISNAGAS	FGM	R$ 108,40	R$1. 084,00

121	20	UN	SERINGA CARPULE DOBRAVEL CROMADA 11,5CM- ODONTOLOGICO		R$ 35,07	R$ 701,40
122	8	UN	SINDESMOTOMO PARA CIRURGIA EM GERAL EM ACO INOX Nº01 - ONDONTOLOGICO	ABC	R$ 10,13	R$ 81,04
123	4	UN	SOLUCAO HEMOSTATICA TOPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO SEM EPINEFRINA - ODONTO 10 ML	BIODINAMICA	R$ 36,33	R$ 145,32
124	50	UN	SUGADOR CIRURGICO (DESCARTAVEL) PCT C/ 20 UND- ODONTOLOGICO	SSPLUS	R$ 3,29	R$ 164,50
125	150	UN	SUGADOR DESCARTAVEL (TUBO E PONTEIRAS ATOXICOS, ARAME EM ACO ESPECIAL E PONTEIRA MACIA)- PACOTE COM 40 UNID	SSPLUS	R$ 3,27	R$ 490,50
126	8	UN	TIRA DE ACABAMENTO PROXIMAL - CAIXA COM 150 UNIDADES DE LIXA 4MMX170MM EM POLIESTER, RESINA E OXIDO DE ALUMINIO.	INJECTA	R$ 39,03	R$ 312,24
127	8	UN	TIRA DE POLIESTER - CAIXA - ODONTOLOGICO	INJECTA	R$ 2,56	R$ 20,48
128	15	UN	TIRAS ABRASIVAS ELETROLITICAS DE ACO INOX 150X4MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES - CAIXA	INJECTA	R$ 7,61	R$ 114,15
129	50	UN	TOUCA DESCARTAVEL, COM ELASTICO, SANFONADA, EM TNT, CX C/ 100 UNIDADES.	SSPLUS	R$ 7,16	R$ 358,00
130	5	UN	TRICRESOL FORMALINA(ANTICEPTICO E DESINFETANTE) 10 ML	BIODINAMICA	R$ 6,61	R$ 33,05
131	10	UN	APLICADOR PARA HIDROXIDO DE CALCIO (DUPLO), CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE	IODONTOSUL	R$ 6,87	R$ 68,70
132	2	UN	BROQUEIRO DE PLASTICO PARA 50 BROCAS	MAQUIRA	R$ 21,58	R$ 43,16
133	2	UN	PROTETOR DE CHUMBO PARA TIREOIDE - CONFECCIONADA EM BORRACHA PLUMBIFERA FLEXIVEL, ACABAMENTO EM NYLON LAVAVEL; COM REGISTRO NA ANVISA E CA DO MINISTERIO DO TRABALHO.	KONEX	R$ 146,47	R$ 292,94
134	2	UN	KIT DE POLIMENTO DE AMALGAMA Nº 8081, 8082, 8083, 8085, 8086, 8087, COMPOSTO DE TACAS E OGIVAS DE BORRACHA ABRASIVAS, PARA POLIMENTO DE AMALGAMA.	MICRODENT	R$ 38,66	R$ 77,32
135	3	UN	KIT ACABAMENTO GRANA ULTRA FINA Nº1112FF, 3118FF, 3168FF, 1190FF, 3195FF, 2135FF, 1093FF, DESTINADO PARA ACABAMENTO ULTRA FINO DE RESINAS COMPOSTAS.	KG	R$ 68,40	R$ 205,20
136	6	UN	BROCA PARA OSSO Nº703, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	CASSIFLEX	R$ 13,30	R$ 79,80
137	6	UN	BROCA PARA OSSO Nº703L, CIRURGICA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 13,89	R$ 83,34
138	15	UN	LIQUIDO EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA 10ML.	IODONTOSUL	R$ 7,50	R$ 112,50
139	8	UN	CURETA GRACEY Nº9-10, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	GOLGRAN	R$ 34,83	R$ 278,64
140	10	UN	FIO DENTAL CLINICO COM FIO DE POLIAMIDA , CERA MINERAL E AROMA 500MTS	FACILIT	R$ 8,28	R$ 82,80
141	2	UN	LAMPARINA-ODONTOLOGICO	PHILIPS	R$ 22,17	R$ 44,34
142	4	UN	SACA BROCA PARA CANETA DE ALTA ROTACAO	DABI	R$ 22,96	R$ 91,84
143	10	UN	TESOURA IRIS CURVA 11,5CM, CONFECCIONADA EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE	ABC	R$ 16,03	R$ 160,30
144	10	UN	TESOURA IRIS RETA 12CM	ABC	R$ 13,76	R$ 137,60
145	30	UN	CLIPS/JACAREZINHO INDIVIDUAL PARA RAIO-X	IODONTOSUL	R$ 3,96	R$ 118,80
146	6	UN	CUBA PARA ASSEPSIA, EM ACO INOX, 8X3,6CM.	ABC	R$ 13,22	R$ 79,32
147	4	UN	PLACA DE VIDRO 10MM - ODONTOLOGICO	IODONTOSUL	R$ 16,60	R$ 66,40
148	2	UN	PORTA ALGODAO (TAMBOR MEDIO) COM TAMPA, TAMANHO 8X10CM, EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, PARA GUARDA E DISPENSA DE ALGODAO E OUTROS MATERIAIS.	ABC	R$ 38,50	R$ 77,00
149	3	UN	VERNIZ CAVITORIO PARA AMALGAMA	SSWHITE	R$ 10,49	R$ 31,47
150	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO FG 21-58, CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	KGS	R$ 13,66	R$ 136,60
151	8	UN	CURETA ALVEOLAR DE LUCAS, USO ODONTOLOGICO - UNIDADE.	GOLGRAN	R$ 84,90	R$ 679,20
152	4	UN	KIT BROCAS MULTILAMINADAS COM 6 UNIDADES PARA ACABAMENTO DE AMALGAMA (6 BROCAS SORTIDAS)	DENTSPLAY	R$ 44,30	R$ 177,20
153	6	UN	ESPATULA LECRON - TAMANHO APROXIMADAMENTE 19CM, CONFECCIONADO EM ACO CIRURGICO, POSSUI 1 PONTA EM FORMA DE FACA E A OUTRA EM FORMA DE COLHER.	GOLGRAN	R$ 32,07	R$ 192,42
154	5	UN	MARMITA ONDONTOLOGICA 21X06X11CM, EM ACO INOX.	ABC	R$ 47,39	R$ 236,95
155	10	UN	BICARBONATO DE SODIO EXTRA FINO 200GR - ODONTOLOGICO	VITAMED	R$ 10,84	R$ 108,40
156	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº05, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	MAILLEFER	R$ 7,40	R$ 74,00
157	10	UN	BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº06, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM.	MAILLEFER	R$ 7,40	R$ 74,00
158	8	UN	CIMENTO TEMPORARIO OBTURADOR 25GR.	BIODINAMICA	R$ 12,90	R$ 103,20
159	12	UN	BROCA DIAMANTADA 1164 - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 9,81	R$ 117,72

160	10	UN	BROCA DIAMANTADA 1164FF - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 9,81	R$ 98,10
161	2	UN	EXTIRPA NERVOS - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	INJECTA	R$ 47,90	R$ 95,80
162	8	UN	BROCA DIAMANTADA 1016, HASTE LONGA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 3,49	R$ 27,92
163	10	UN	BROCA DIAMANTADA 1035, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO	VORTEX	R$ 4,90	R$ 49,00
165	3	UN	ESPELHO DE MAO TEMATICO ODONTOLOGICO 14/25 CM	PRATA	R$ 19,90	R$ 59,70
166	2	UN	MESA AUXILIAR ODONTOLOGICA COMPOSTA POR 02 GAVETAS DE 06CM + 02 GAVETAS DE 12CM COM BOJOS EM ABS , CANTOS ARREDONDADOS E PRATELHEIRAS SOB A BASE	ROTAL	R$ 870,00	R$1. 740,00
167	1	UN	COMPRESSOR ODONTOLOGICO 02 PISTOES COM 1,2HP/830W (127) PROTETOR TERMICO CONTRA SOBREAQUECIMENTO FILTRO DE SAIDA DE AR 38LTS	CRISTOFOLI	R$2. 529,52	R$2. 529,52
168	2	UN	AMALGAMADOR CAPIRELAR DIGITAL - ODONTOLOGICO - BIVOLT AUTOMATICA, GARFO METALICOCOM SITEMA UNIVERSAL (PERMITINDO A FIXACAO DE TODOSOS MODELOS DE CAPSULAS DE AMALGAMA).	NOSLIG	R$ 917,51	R$1. 835,02
169	2	UN	SELADORA PARA EMBALAGEM PARA SELAR PAPEL GRAU CIRURGICO - DESIGNER MODERNO E INOVADOR COM ALCA DE APOIO PARA SELAGEM COM PROTECAO TERMICA QUE EVITA ACIDENTES; APOS AQUECIDA SELAMENTO INSTANTANEO EM 3 SEGUNDOS; CHASSI METALICO DE ACO COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO E PINTURA EPOXI ELETROSTATICACONFERINDO SEGURANCA, QUALIDADE E DURABILIDADE AO PRODUTO; AREA DE SELAGEM EM ACO INOXIDAVEL; AQUECIMENTO UNIFORME EM TODA A AREA DE SELAGEM; 30X12MM, CONTINUOS, AREA LIVRE PARA SELAGEM; ACIONAMENTO ATRAVES DE CHAVE LIGA/DESLIGA COM ILUMINACAO 220V.	CRISTOFOLI	R$ 316,27	R$ 632,54
170	2	UN	FOTOPOLIMERIZADOR DUAS PONTEIRAS- ODONTOLOGICO - PONTEIRA EM POLIMERO ESPECIAL OU EM FIBRA OTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), 100% COERENTE, AUTOCLAVAVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°; PONTEIRA COM LENTE CONCENTRICA (CONCENTRA A LUZ EM UM FEIXE DIMENSIONADO COM MAIOR INTENSIDADE); SISTEMA PATENTEADO NO I.N.P.I. (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL); COMAMDOS DE PROGRAMACAO NA PROPRIA CANETA ATRAVES DE TECLADO TIPO MEMBRANA; CANETA LEVE CONFECCIONADA EM ABS DE ALTO IMPACTO E ALUMINIO ANODIZADO,; ACOMPANHA SUPORTE DE MESA E SUPORTE PARA FIXACAO NO EQUIPO; SILENCIOSO, POIS NAO NECESSITA DE VENTILACAO FORCADA; BIVOLT AUTOMATICA 90 A 240V.	KONDORTECH	R$ 803,15	R$1. 606,30
171	2	UN	AUTOCLAVE HORINZONTAL PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS 21 LITROS, 220V, COM CAMARAS INTERNASE EXTERNAS FABRICADAS EM ACO INOXIDAVEL, COM FORMATO RETANGULAR, SISTEMA DE FECHAMENTO POR MEIO DE VOLANTE CENTRAL TIPO ESCOTILHA, CONTROLE ELETRONICO. GABINETE EXTERNO EM ACO INOXIDAVEL ESCOVADO.	CRISTOFOLI	R$4. 423,00	R$8. 846,00
172	2	UN	KIT ACADEMICO - 01 CANETA ALTA ROTACAO, CONTRA ANGULO, MICRO MOTOR E CONTRA ANGULO	MICRODONT	R$1. 494,50	R$2. 989,00
173	1	UN	APARELHO ULTRASON, MAIS JATO DE BICARBONATO ODONTOLOGICO	PREMIUM	R$2. 235,00	R$2. 235,00
	TOTAL	**R$**	**111.202,05**			

VALOR POR EXTENSO: CENTO E ONZE MIL DUZENTOS E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2- A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - Os materiais não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 6 (seis) meses.

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 20 (vinte) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2093.33.90.30.00 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

V.L DISTRIBUIDORA DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES EIRELI - ME

CNPJ Nº 13.507.016/0001-37

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771. 489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ENIO MARTINS DE BORBA - ME,** CNPJ Nº 33.039.140/0001-22, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 498, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Edu Marion de Borba, brasileiro, portador do RG nº 10814779 SSP/MT e CPF nº 918.870.111-53, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, s/nº, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de Gás liquefeito de petróleo (GLP), Botijão de vasilhame e registro, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte** para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), botijão de vasilhame e registro completo para botijão, com entregas parceladas para atender diversas secretarias do município de Alto Taquari, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 048/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ENIO MARTINS DE BORBA - ME

CNPJ Nº 33.039.140/0001-22

ITEM	QTDE	UN.	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	VALOR TOTAL
1	35	UN	BOTIJAO DE VASILHAME 13KG	R$ 150,00	R$ 5. 250,00
2	43	UN	REGISTRO COMPLETO PARA BOTIJAO DE GAS P-13 COM MANGUEIRA E ABRACADEIRA (APROVADO PELO SELO DO IMETRO)	R$ 24,95	R$ 1. 072,85
3	461	UN	GAS GLP ACONDICIONADO BOTIJAO 13 KG	R$ 61,67	R$ 28. 429,87
4	110	UN	GAS GLP ACONDICIONADO BOTIJAO 45 KG	R$ 223,33	R$ 24. 566,30
5	8	UN	BOTIJAO DE VASILHAME 45 KG	R$ 516,67	R$ 4. 133,36
TOTAL	**R$ 63. 452,38**				

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 – Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.3 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: "Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)", "Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)";

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.13.392.8050.2046.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6090.2172.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COM. E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011;

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8. 666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital;

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação:

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13 .0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ENIO MARTINS DE BORBA - ME

CNPJ Nº 33.039.140/0001-22

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal; Sr. Maurício Joel de Sá, brasi-

leiro, casado, engenheiro; residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira; nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME**, CNPJ Nº 07.508.603/0001-48, com sede à Av. Bandeirantes, nº 1565, Quadra 037, Lote 02 A – Centro, na cidade de Rondonópolis - MT, neste ato representado pelo Sr Roberto Vieira Rodrigues, brasileiro, portador do RG nº 1229547-7 SJ/MT e CPF nº 568.174.441-87, residente na Av. João Ponce de Arruda, nº 5860 – Jardim Padre Rodolfo, na cidade de Rondonópolis - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de conjuntos e bombas submersas e a prestação de serviços de retirar e instalar bombas submersas, recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba, nos termos do edital de licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONJUNTOS E BOMBAS SUBMERSAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRAR E INSTALAR BOMBAS SUBMERSAS, RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTO BOMBA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 043/ 2015.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME

CNPJ Nº 07.508.603/0001-48

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 9 HP, 9 estágios, 220/380vt	R$ 6. 469,00	R$ 6. 469,00
2	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 8 HP, 12 estágios, 220/380vt	R$ 6. 651,00	R$ 13. 302,00
3	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 13 HP, 13 estágios, 220/380vt	R$ 7. 721,00	R$ 15. 442,00
4	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 6 HP, 9 estágios, 220/380vt	R$ 5. 782,00	R$ 5. 782,00
5	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 4,5 HP, 7 estágios, 220/380vt	R$ 5. 025,00	R$ 5. 025,00
6	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 15 HP, 14 estágios, 220/380vt	R$ 9. 562,00	R$ 19. 124,00
7	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 6,5 HP, 10 estágios, 220/380vt	R$ 5. 900,00	R$ 5. 900,00
8	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 11 HP, 11 estágios, 220/380vt	R$ 7. 145,00	R$ 7. 145,00
9	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 8 HP, 8 estágios	R$ 6. 223,00	R$ 6. 223,00
10	3	UN	Conjunto moto bomba submersa com potência de 2,5hp, 9 estágios, 230 VT trifásica	R$ 2. 628,00	R$ 7. 884,00
11	3	UN	Conjunto moto bomba submersa com potência de 1,5hp, 8 estágios, 230 VT trifásica	R$ 2. 448,00	R$ 7. 344,00
12	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 9 HP, 9 estágios 220/ 380vt	R$ 2. 900,00	R$ 2. 900,00
13	2	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 8 HP, 12 estágios 220/ 380vt	R$ 3. 100,00	R$ 6. 200,00
14	2	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 13 HP, 13 estágios 220/380vt	R$ 3. 800,00	R$ 7. 600,00
15	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 6 HP, 9 estágios 220/ 380vt	R$ 2. 400,00	R$ 2. 400,00
16	3	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 15 HP, 14 estágios 220/380vt	R$ 2. 150,00	R$ 6. 450,00
18	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 6,5 HP, 10 estágios 220/380vt	R$ 2. 500,00	R$ 2. 500,00
19	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 11 HP, 11 estágios 220/380vt	R$ 3. 400,00	R$ 3. 400,00
20	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 8 HP, 8 estágios	R$ 2. 900,00	R$ 2. 900,00
21	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de conjunto moto bomba submersa 2,5 HP, 9 estágios 230 VT trifásica	R$ 1. 280,00	R$ 1. 280,00
22	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de conjunto moto bomba submersa 1,5 HP, 8 estágios 230 VT trifásica	R$ 1. 100,00	R$ 1. 100,00
23	6	UN	Serviço de retirar e instalar bomba submersa até 90 metros	R$ 1. 700,00	R$ 10. 200,00
24	6	UN	Serviço de retirar e instalar bomba submersa de 95 a 140 metros	R$ 2. 200,00	R$ 13. 200,00
TOTAL	**R$ 159. 770,00**				

VALOR POR EXTENSO: CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 -Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 5.1 – São obrigações da Contratada:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.17.512.92.40.2054.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 -A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

11.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação:

11.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

11.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

11.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

11.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

11.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari – MT, 22 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME

CNPJ Nº 07.508.603/0001-48

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**, CNPJ 04.926.894/0001-04, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Fernanda Mara de Freitas, inscrita no CPF nº 217.160.428-01 e RG nº 26.638.048-7 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Orozino Carrijo dos Santos, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
57	100	UN	Brinquedo pedagógico carro triciclo com medidas de caixa 73cmx20cmx16cm, fabricado no brasil e certificado pelo INMETRO	SILMAR	R$ 50,00	R$ 5. 000,00
74	2	UN	Brinquedo - kit praia/jardim simples - sacola com 12 peças, em polietileno, atóxico, medindo 15x4x53cm.	CALESITA	R$ 185,50	R$ 371,00
Total	**R$ 5. 371,00**					

VALOR POR EXTENSO: CINCO MIL TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

ERRATA

EXTRATO CONTRATO - 075/2015

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO – **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME**

CONTRATO N° - 075/2015

OBJETO- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA RECUPERAÇÃO DE PISO BRUTO E APLICAÇÃO DE GRANILITE/ RESINA E CERÂMICA, PEQUENAS REFORMAS PARA A ADEQUAÇÃO DOS BANHEIROS DA ESCOLA CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCACIONAL**.

“ publicado no JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS de 14/12/2015, edição nº 2.372, pág. 11, ONDE SE LÊ: **CONTRATADA- MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA**, LEIA-SE : CONTRATADA - *CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME*.

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 899/2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado o Sr. **José Marcolino dos Santos**, no cargo de Chefe do Setor de máquinas e Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 05 de Fevereiro de 2016.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
RENÚNCIA PSS 003-2015

AO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

Nesta

RENÚNCIA PSS 003-2015

Eu, **WALQUIRIA NOGUEIRA DE CASTRO,** portador do RG. 1421952-2 SSP/MT e CPF. 002.006.431-42, declaro para os devidos fins que, de livre e espontânea vontade, requeiro minha renúncia do Processo Seletivo Simplificado 003/2015, o qual fui aprovada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e convocada no dia 02/02/2016, por motivos particulares .

.

Apiacás-MT., 04 de Fevereiro de 2016.

_____

WALQUIRIA NOGUEIRA DE CASTRO

CPF 002.006.431-42

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015 realizado no dia 24 de Janeiro de 2016, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Apiacás, no horário de 8h às 12h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando a seguinte documentação: **1**- Diploma do Curso relativo ao cargo (original e 01 cópia); **2** – Certidão negativa da justiça (cível e criminal); **3** – 01 foto 3x4 recente; **4** – Título eleitoral (original e 01 cópia); **5** – Certidão de nascimento ou casamento (original e 01 cópia); **6** – Certidão de nascimento dos filhos (original e 01 cópia); **7** – Certificado de reservista (original e 01 cópia) – se masculino; **8** – CPF e RG (original e 01 cópia; **9** – PIS ou PASEP (original e 01 cópia); **10** – Declaração de que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 anos, nas esferas federal, estadual e municipal; **11** – Declaração de Bens; **12** – Declaração de não acumulo de cargos públicos; **13** – Conta Corrente; **14** – CTPS (original e 01 cópia); **15** – ASO (Atestado de Saúde Ocupacional); **16** – Comprovação de que está quite com as obrigações eleitorais; **17** – Comprovante de Residência.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Classificação:

Inscrição: 020. Nome: Fabiana de Oliveira de Souza 3ª Classificada

Inscrição: 038. Nome: Catiane Conrad 4ª Classificada

GABINETE DO PREFEITO

Em 05 de Fevereiro de 2016.

_____

Adalto José Zago

-PREFEITO MUNICIPAL-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 047 /2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a Servidora Pública Municipal Sra. **Edilandia Oliveira Araujo,** ocupante do cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais(Zeladora) - Portaria n°. 369/2010**,** por 01 (um) ano à contar do dia 05/02/2016 à 04/02/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Apiacás-MT., 05 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 046/2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora **Dorina Herculano Alves ,** ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 05/02/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT; 05 de Fevereiro de 2016.

_____

ADALTO JOSÉ ZAGO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2016

ERRATA DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORARIO N° 004/2016

Publicado no dia 04 de Fevereiro de 2016, edicao 2.408,

Onde lê se: **CONTRATO Nº 003/2016 -**

CONTRATADO: Geralda Pereira Barbosa, leia-se: **CONTRATO DE Nº 004/2016**

.Ratificam-se os demais termos da publicação.

APIACÁS/MT, 05 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 03/2016 ARAGUAIANA,03 DE FEVEREIRO DE 2016

*"Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da **Sra. Adriana Rodrigues de Souza"***

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de serviço considerado e confirmado em 7086 (sete mil e oitenta e seis) dias, correspondentes a 19 (dezenove) anos, 05 (cinco) meses e 01 (um) dia, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00073/15-0, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 02 de fevereiro de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

Contrato nº 06/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratado: Francisco Vieira dos Santos

Valor R$15.000,00

Objeto: Contratação de Banda Musical para Carnaval de Rua

Data: 04/02/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

Contrato nº 07/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratado: Francisco Vieira dos Santos

Valor R$15.000,00

Objeto: Contratação de Palco, Som e Iluminação para Carnaval de Rua

Data: 04/02/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

Contrato nº 08/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana

Contratado: Assecon Assessoria e Construções Ltda

Valor R$18.550,00

Objeto: Medições de lotes

Data: 05/02/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 04/2016 ARAGUAIANA, 03 DE FEVEREIRO DE 2016

*"Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço da **Sra. Rozalina da Silva Menezes"***

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município;

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de serviço considerado e confirmado em 3405 (três mil, quatrocentos e cinco) dias, correspondentes a 09 (nove) anos, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dia, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00002/16-4, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art.2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguaiana/MT, 01 de Fevereiro de 2016.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DECRETO Nº 085/2016

DECRETO Nº 085/2016

"REGULAMENTA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DE SERVIDOR NOMEADO EM VIRTUDE DE CONCURSO PÚBLICO NO DECORRER DO ESTAGIO PROBATORIO, INSTITUI COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA- MATO GROSSO, no uso de suas atribuições conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório para avaliação dos servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art. 2º O servidor será avaliado com base nos requisitos dispostos na legislação municipal.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Idoneidade moral - correto procedimento do servidor no que se refere à probidade, à cortesia, à urbanidade, à lealdade, ao sigilo profissional, ao decoro, ao respeito aos colegas e o comportamento adequado, tanto nas relações pessoais quanto nas de trabalho, com terceiros, servidores ou não;

II - Aptidão - avalia a capacidade do servidor em tomar providências por conta própria, dentro de sua competência, tomando iniciativa e apresentando soluções adequadas às questões ou dúvidas surgidas no trabalho, bem como avalia se a prestação de serviços é compatível com as condições de trabalho do servidor;

III - Disciplina - avalia o comportamento do servidor quanto aos aspectos de observância aos preceitos, regulamentos, normas legais e orientação da chefia, respeitando a hierarquia e o acatamento das requisições de tarefas, ainda que não rotineiras, mas correlatas às funções do cargo;

IV - Assiduidade - avalia a frequência do servidor, tanto no que se refere ao comparecimento diário ao trabalho, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos ou determinados;

V - Dedicação - analisa o cumprimento de suas obrigações, interesse e a disposição de suas atividades, a qualidade na apresentação dos trabalhos, a capacidade de assimilar e aplicar os ensinamentos;

VI - Eficiência - avalia o desenvolvimento das atividades do cargo, de forma planejada e organizada, dentro dos padrões, dos prazos e condições estabelecidas; avalia o desempenho com zelo, a presteza e a qualidade das tarefas que lhe forem atribuídas, bem como se utiliza e conserva materiais e equipamentos, visando a sua conservação e economia. **Art. 4º** O período de estágio probatório será cumprido, obrigatoriamente, no efetivo exercício do cargo para o qual o servidor foi nomeado. **Art. 5º** A avaliação do servidor em estágio probatório envolve duas etapas:

I - avaliação parcial, com periodicidade de 6 (seis) meses, durante os 03 (três) anos de duração do estágio probatório, onde os resultados do processo de acompanhamento, verificação do desempenho e de mudança comportamental do servidor, serão registrados em formulários próprios, de acordo com os Anexos I e II, parte integrante deste Decreto;

II - avaliação final, baseada nos relatórios das avaliações parciais, será realizada no último trimestre do término do período de estágio probatório, cujos resultados serão objeto de parecer conclusivo da Comissão de Avaliação.

Art. 6º A avaliação parcial de desempenho do servidor, no período de estágio probatório, constitui-se de um processo contínuo e sistemático a ser efetivado pela Comissão de Avaliação, através de mecanismos específicos, a partir da data do início do exercício no cargo.

Art. 7º A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto será composta por 03 (três) membros, servidores efetivos e estáveis, e um Secretário, sendo 03 (três) fixos e um variável, todos nomeados por portaria da Chefe do Poder Executivo, a saber:

I - 1 (um) representante fixo da Secretaria Municipal de Administração, o qual presidirá, com direito a voto;

II - 2 (dois) representantes variáveis, da Secretaria a que estiver vinculado o servidor a ser avaliado.

III - 01(um) Secretário

Art. 8º Compete à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório:

I - orientar todo o processo de avaliação do estágio probatório ou nele intervir em qualquer fase;

II - solicitar a assistência de qualquer órgão técnico da Prefeitura Municipal, principalmente de perícias médicas, de segurança e medicina do trabalho, sempre que necessária ao bom termo do processo de avaliação;

III - analisar e julgar os recursos recebidos, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela designados para a avaliação quadrimestral, se assim for necessário para a melhor instrução do relatório final;

IV - propor justificadamente à Chefe do Poder Executivo, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a exoneração do servidor avaliado;

V - propor justificadamente ao Secretário de Administração, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a declaração de estabilidade do servidor avaliado, para fins do artigo 25 do presente Decreto;

VI - encaminhar pedidos de pareceres aos órgãos competentes, sobre as situações ambíguas enfrentadas durante os procedimentos avaliatórios;

VII - calcular a média aritmética das pontuações obtidas pelo servidor estagiário nas avaliações semestrais.

Art. 9º Os membros variáveis da Comissão de Avaliação serão indicados pelos Secretários da Secretaria a que estiver vinculado o servidor a ser avaliado.

§ 1º Não poderá fazer parte da Comissão de Avaliação o servidor em estágio probatório nomeado para exercer cargo de chefia, estendendo-se esta proibição à hipótese do exercício de função gratificada.

§ 2º Se não for possível compor a Comissão de Avaliação nos moldes estabelecidos neste artigo, serão designados para constituí-la servidores estáveis lotados na mesma Secretaria, que sejam titulares de cargo efetivo de nível igual ou superior ao do servidor a ser avaliado ou que estejam exercendo funções de maior responsabilidade.

§ 3º Caso o servidor em estágio probatório tenha exercido suas funções em mais de uma unidade, seu desempenho será submetido ao chefe imediato e Comissão de Avaliação onde o trabalho tenha sido desenvolvido pelo maior número de dias, prevalecendo, em caso de empate, a última unidade.

§ 4º Concluída a avaliação do chefe imediato, feita com utilização do formulário que integra o presente Decreto, será a mesma datada e assinada pelo superior hierárquico, devendo da mesma ser dada ciência ao servidor e após, encaminhada à Comissão de Avaliação.

§ 5º Na hipótese de o servidor não concordar com as conclusões da avaliação, manifestará suas razões por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua ciência ou notificação, ao fim do qual, com ou sem a referida manifestação, será o processo remetido à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório para decisão.

Art. 10. Durante o período do estágio probatório, a Comissão de Avaliação poderá solicitar à Divisão de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, com base nos Formulários de Avaliação Parcial, que o servidor passe por nova avaliação médica, se concluir que as licenças para tratamento de saúde estão extrapolando a normalidade. **Art. 11.** Fica estabelecido o limite máximo de 100 (cem) pontos para a avaliação, distribuídos entre os fatores definidos no artigo 3º deste Decreto, nas seguintes proporções:

I - idoneidade moral	15 pontos
II – aptidão	20 pontos
III – disciplina	15 pontos
IV – assiduidade	15 pontos
V – dedicação	15 pontos
VI – eficiência	20 pontos

Parágrafo único. O resultado de cada avaliação será obtido pela somatória da pontuação total do Anexo I.

Art. 12. Será aprovado no estágio probatório e considerado apto para obter a estabilidade no serviço público municipal e confirmação no cargo, o servidor que obtiver, no mínimo, 75 (setenta e cinco) pontos na média aritmética de suas avaliações.

Parágrafo único. Será considerado inapto o servidor que, ao término do julgamento de três avaliações contínuas, não tiver somado 225 (duzentos e vinte e cinco) pontos.

Art. 13. Na avaliação do servidor deficiente físico serão levadas em consideração as limitações e restrições médicas constantes de seu laudo pré-admissional.

Parágrafo único. As limitações e restrições médicas suportadas pelo servidor deficiente físico não poderão interferir na avaliação de seu desempenho, sendo vedado considerá-las como elementos redutores de pontos. **Art. 14.** A avaliação do servidor em estágio probatório não prejudica a apuração de sua responsabilidade por faltas disciplinares nem a aplicação das penalidades correspondentes, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 15. Suspende-se o período de estágio probatório, voltando a correr no dia estabelecido para o retorno do servidor ao exercício do cargo ou do dia seguinte ao de sua liberação, nas hipóteses de:

I - licença gestante ou adoção;

II - licença para tratamento de saúde;

III - licença em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional;

IV - licença para acompanhamento de doença em pessoa da família;

V - afastamento para exercer mandato eletivo;

VI - licença para cumprir mandato sindical;

VII - prisão administrativa, preventiva ou decorrente de sentença criminal transitada em julgado.

Parágrafo único. No caso de condenação criminal, que acarrete perda de cargo público, o servidor será exonerado.

Art. 16. O servidor em estágio probatório poderá ser submetido a exames médicos periódicos, a requerimento da Comissão de Avaliação.

Parágrafo único. Se em qualquer dos exames for constatada a ausência ou déficit da capacidade física ou mental do servidor, de modo a comprometer o desempenho adequado das funções do seu cargo, ou a segurança do trabalho e dos demais servidores, será o respectivo laudo médico encaminhado à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, que decidirá sobre a exoneração.

Art. 17. O servidor em estágio probatório poderá ser designado para exercer cargo em comissão ou função gratificada, integrante do Quadro do Poder ou órgão ao qual se acha vinculado, com atribuições correlatas às de seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Nos termos do *caput* deste artigo, nas hipóteses de exercício de cargo em comissão ou designação para o exercício de função gratificada, caberá ao Secretário Municipal da unidade na qual esteja inserido o cargo a ser exercido, no primeiro caso, e aos superiores da unidade onde o servidor irá exercê-la, no segundo, atestar a compatibilidade e a similaridade entre as funções a serem exercidas pelo mesmo e as atribuições do seu cargo efetivo.

Art. 18. Se a Comissão de Avaliação decidir pelo não acolhimento da manifestação de que trata o § 5º do artigo 9º, dará ciência ao servidor avaliado, que poderá recorrer.

Parágrafo único. O recurso previsto neste artigo será dirigido à Comissão de Recursos e deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão.

Art. 19. Indicada a exoneração do servidor avaliado, a Comissão de Avaliação redigirá o seu parecer conclusivo, cópia do qual será entregue ao servidor, mediante recibo, junto com a notificação dos resultados da avaliação. **Art. 20.** Recebida a notificação e o parecer conclusivo da Comissão de Avaliação, de que trata o artigo anterior, o servidor avaliado terá 10 (dez) dias para a apresentação de recurso, junto à Comissão de Recursos podendo fazer-se representar por Advogado.

Art. 21. Fica criada a Comissão de Recursos, composta pelo Secretário de Administração e dois outros membros efetivos e estáveis designados pela Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 22. Compete à Comissão de Recursos do Estágio Probatório:

I - analisar e julgar os recursos recebidos das avaliações previstas no artigo 5º deste Decreto, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela designados para a avaliação quadrimestral, se assim for necessário para a melhor instrução da decisão;

II - propor justificadamente à Chefe do Poder Executivo, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a exoneração do servidor avaliado;

III - propor justificadamente ao Secretário de Administração, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a declaração de estabilidade do servidor avaliado, para fins do artigo 25 do presente Decreto.

Art. 23. Na contagem dos prazos para prestação de esclarecimentos, apresentação de defesa e interposição de recurso referidos neste Decreto, exclui-se o dia do começo e inclui o dia do vencimento da ciência.

Art. 24. Compete ao Departamento de Recursos Humanos, nos procedimentos de avaliação do servidor em estágio probatório:

I - comunicar as situações de suspensão do estágio probatório previstas neste Regulamento;

II - calcular os pontos previstos em cada instrumento de avaliação, observando e comunicando a ocorrência da hipótese do artigo 10, parágrafo único, deste Regulamento;

III - assessorar e dar suporte administrativo ao cumprimento das atribuições da Comissão de Avaliação, e da Comissão de Recursos;

IV - providenciar a capacitação, quando solicitado pela Comissão de Avaliação;

V - receber sob protocolo peças contendo esclarecimentos prestados pelo servidor, defesas e recursos, para encaminhamento aos órgãos competentes, ainda que intempestivos.

Art. 25. Fica delegado ao Secretário Municipal de Administração a prática do ato de declaração de estabilidade do servidor.

Art. 26. O servidor será considerado estável no serviço público municipal somente após a prática do ato de declaração de estabilidade pela autoridade competente, cumpridas as formalidades de avaliação.

Art. 27. O ato de exoneração do servidor não aprovado no estágio probatório é de competência da Chefe do Poder Executivo, por meio de portaria, que será publicada na imprensa oficial.

Art. 28. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, a todos os servidores públicos municipais que, na data da publicação, estiverem em estágio probatório, podendo ser realizada a avaliação do período de exercício já ocorrido.

Art. 29. Observados os fatores e critérios estabelecidos neste Decreto, os servidores em estágio probatório, cujo termo ocorrerá em tempo inferior a 06 (meses) meses, tendo como referência a data da edição das respectivas portarias das Comissões, deverão submeter-se a uma única avaliação e que servirá para a avaliação final de que trata o presente Diploma.

Art. 30. Os casos omissos serão decididos em conjunto pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA- MATO GROSSO

EM 03 DE FEVEREIRO DE 2016

_____ MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO Prefeita Municipal

_____ OSMARI CÉZAR DE AZEVEDO Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

ANEXOS DA LRF 3º Quadrimestre/2015

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO,** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM CUMPRIMENTO A AMPLA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA, EM ESPECIAL O QUE DETERMINA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NO SITE DA CÂMARA: www.camaradearaputanga.com.br, OS ANEXOS I, V, VI, VII E VIII DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE/2015 DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA - MT, PARA EXAME E APRECIAÇÃO.

ARAPUTANGA-MT, 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

TONY FABRICIO LARRANHAGAS MAMEDES

PRESIDENTE DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 001/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DAS BANDAS MUSICAIS "BANDA BUANA" E BANDA FLOR DE LIZ" PARA ANIMAÇÃO DO 24º CARNAVAL DE ARENÁPOLIS-MT.

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Show Artístico, para Animação do 24º Carnaval do Município de Arenápolis-MT, em favor da Empresa: **SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS LTDA ME**, como responsável legal da "**BANDA BUANA"** no valor de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)** e "**BANDA FLOR DE LIZ"**, no valor total de **R$ R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)**, com base no Art. 25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, tendo em vista os elementos que instruem o Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016

Arenápolis - MT, 04 de fevereiro 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES

Responsável Jurídico OAB/MT- 11226

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 003/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL ALTO ASTRAL PARA ANIMAÇÃO DO 24º CARNAVAL DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Show Artístico, para Animação do 24º Carnaval do Município de Arenápolis-MT, em favor da Empresa: **E. B. DE SOUZA - SHOW E EVENTOS ME**, como responsável legal da "**BANDA PALLADIUM"**, no valor total de **R$ R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)**, com base no Art.25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, tendo em vista os elementos que instruem o Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 003/2016.

Arenápolis - MT, 04 de fevereiro 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES

Responsável Jurídico OAB/MT- 11226

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP 006/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS- MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL

SISTEMA REGISRO DE PREÇOS Nº 006/2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÕES E MONTAGENS DE ESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS NO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT AO LONGO DO EXERCICIO DE 2016.

Data da Realização: 04/02/2016.

EMPRESAS VENCEDORAS: **F MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI-ME** nositens **01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11,** e **12 ,** no valor total dos itens de **R$ 122.440,00 (cento e vinte e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais)**, a empresa **BASSIQUE – COMERCIO E SERVIÇOS DE LOCAÇÕES LTDA ME** nositens **04** e **06,** no valor total dos itens de **R$ 20. 860,00 (vinte mil e oitocentos e sessenta reais),** e a empresa**SÉRGIO RAMOS PRESTADORA DE SERVIÇOS ME** noitem **05,** no valor total do item de **R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais)**.

Arenápolis- MT, 04 de fevereiro de 2016.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 006.2016

DECRETO Nº 006/2016

***EMENTA*: DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICA MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS***,

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AS DEMAIS NORMAS QUE HE SÃO APLICÁVEIS,

Considerando que a Festa Carnavalesca da cidade de Arenápolis é evento tradicional e cultural, considerado o maior Carnaval da região recebendo os foliões de toda a região circunvizinha;

Considerando que o evento proporcionará a movimentação do fluxo turístico atraindo para o município um grande número de foliões, oportunizando a visita das belezas naturais e cultural do Município;

Considerando que o carnaval resgata o espírito festivo, e incentiva os valores culturais e este ano em especial valoriza a família conforme decidido em reuniões com as autoridades do judiciário, Ministério Público e o Poder Executivo;

Considerando que o carnaval impulsiona o desenvolvimento turístico, promove a relação entre as pessoas, desencadeia o processo econômico da população e movimenta a cadeia produtiva do Turismo, fomenta o mercado de realizações de eventos, amplia o acesso e a produção artística, por se trata de festa popular Patrimônio Cultural da Humanidade;

Art. 1º Fica decretado **Ponto Facultativo,** nas repartições Públicas Municipais nos dias 08 e 10 de fevereiro de 2016 (segunda-feira) e (quinta-feira) respectivamente, em virtude das festividades do Carnaval; **exceto para os serviços essenciais de saúde e limpeza urbana;**

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP – CPF Nº 786.970.268–49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 002/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 009/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL ALTO ASTRAL PARA ANIMAÇÃO DO 24º CARNAVAL DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Show Artístico, para Animação do 24º Carnaval do Município de Arenápolis-MT, em favor da Empresa: **JOAO CRISTINO DE FRANCA & NARA REGINA MACIEL LTDA ME**, como responsável legal da "**BANDA ALTO ASTRAL"**, no valor total de **R$ R$ 19.000,00 (dezenove mil reais)**, com base no Art.25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, tendo em vista os elementos que instruem o Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 002/2016.

Arenápolis - MT, 04 de fevereiro 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES

Responsável Jurídico OAB/MT- 11226

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 001/2016

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 003/2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 003/2015, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 04/02/2016, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2015 do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 de fevereiro de 2016.

Registre-se

E

Publique-se

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO -PEDAGOGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
126/2015	JOCIELLE DE OLIVEIRA	012.041.031-19	9.269.986-2 SESP/PR	PEDAGOGIA
053/2015	DANIELLI LEE SIQUEIRA	042.267.079-07	2709989-0 SSP/MT	PEDAGOGIA
093/2015	SILVANIR FERREIRA DE SOUZA	586.484.292-34	2991452 SSP/PA	PEDAGOGIA
031/2015	ANDREIA MIRIAM DELLA ROSA	815.103.141-72	1136334-7 SJ/MT	PEDAGOGIA
035/2015	ELAINE MARCELINO DA SILVEIRA	947.323.451-15	1213924-6 SJ/MT	PEDAGOGIA
169/2015	CARMEM TERESINHA CEOLIN	498.989.652-15	596.782 SSP/RO	PEDAGOGIA
060/2015	MAURICIO INACIO NUNES	019.470.131-06	9.208.731-0 SESP/PR	PEDAGOGIA
185/2015	ANA DO CARMOS ALVES	326.785.842-91	2050255-9 SSP/MT	NORMAL SUPERIOR
135/2015	SANDRA FERREIRA CANDIOTTO	654.497.702-00	1152936-9 SESP/MT	PEDAGOGIA
033/2015	ANGELA LUCI DE OLIVEIRA	582.635.862-91	1718502-5 SSP/MT	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO –LINGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
188/2015	ESTELA NASCIMENTO DUARTE LOPES	362.837.798-67	41.026.107-5 SSP/SP	LETRAS
089/2015	DIRLEI APARECIDO DE ANDRADE	024.543.669-32	7.789.742-9 SESP/PR	LETRAS
119/2015	VAGNER ANTONIO NICLOTTI	022.073.101-24	1906638-4 SSP/MT	LETRAS

SEDE DO MUNICÍPIO – CIÊNCIAS NATURAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
155/2015	EDNA SALETE PINHEIRO ANDRADE	841.655.291-68	1220453-6 SSP/MT	CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA
070/2015	MARCIO MOSCON CÔGO	754.214.022-15	742.508 SSP/RO	CIÊNCIAS
133/2015	LUIZ AMERICO DE OLIVEIRA ABRÃO	217.355.468-95	21.528.528-1 SSP/SP	CIÊNCIAS

SEDE DO MUNICÍPIO – EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
146/2015	GREICE KELLEN DE SOUZA FORTUNATO	020.123.891-80	1698103-0 SSP/MT	EDUCAÇÃO FÍSICA
114/2015	GUARACI DE RE DA SILVA	888.554.061-91	1001015-7 SSP/MT	EDUCAÇÃO FÍSICA

SEDE DO MUNICÍPIO – HISTÓRIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
166/2015	VILSON ALVES DA ROCHA JUNIOR	070.018.209-89	10.149.885-9 SESP/PR	HISTÓRIA

SEDE DO MUNICÍPIO – PROFESSOR AUXILIAR DE SALA

NÍVEL MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
112/2015	OSMARINA PINHEIRO DA SILVA	920.678.591-53	2705111-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO
004/2015	GLAUCIONE TETZNER TRISTÃO	776.549.782-00	770.901 SSP/RO	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

SEDE DO MUNICÍPIO – PROFESSOR AUXILIAR DE SALA

NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
101/2015	ALINE CORREA LIMA	028.019.631-86	2029035-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
123/2015	ELIZETE CRISPIM CANGUÇU	046.938.711-41	2355782-6 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

049/2015	VILMA FERREIRA SANTANA	639.067.592-53	000653448 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
134/2015	BRUNA PESSOA KUROVSKI	036.438.741-62	2521289-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
149/2015	JUCIMEIRE PEREIRA	037.567.951-01	2003506-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
076/2015	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO	038.758.401-35	2148503-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
196/2015	DAIANE MILTA DOS SANTOS	024.542.911-50	1546109 SEJUEP/MS	ENSINO MÉDIO
009/2015	JOZEMARA DOS SANTOS BRITO	019.015.221-48	1807885-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
067/2015	PATRICIA MIRANDA DE ARRUDA	007.228.741-11	1541481-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
159/2015	GEANE BATISTA DE MENEZES	679.678.502-97	706.692 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
003/2015	ROSELI OLIVEIRA DE MATTOS	993.825.631-72	2140048-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
073/2015	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	049.548.731-77	2477639-4 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

SEDE DO MUNICÍPIO – APAE

NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
150/2015	SARAH DE SOUZA FORTUNATO	786.322.851-49	0751968-0 SJ/MT	ENSINO MÉDIO
153/2015	DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA	035.706.451-85	2009516-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
191/2015	ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	024.312.431-76	1889694-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
030/2015	WILSELENE DE OLIVEIRA BORGES	032.771.831-57	53.523.715-7 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
141/2015	EDILAINE PIERRI NEVES	061.803.736-55	42.157.882-8 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
056/2015	MARIA DIAS DA COSTA SILVA	674.218.732-87	2771975-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
184/2015	ELISANGELA DE OLIVEIRA SANTANA	737.261.411-20	1443353-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
192/2015	MAÍRA NASCIMENTO PINHEIRO	031.376.111-64	2065927-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE CIDADE MORENA - PEDAGOGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
041/2015	JULIANA MEIRE DE AVILA	038.446.021-60	2204255-5 SSP/MT	PEDAGOGIA
154/2015	EUNICE JANDREY MARQUES	585.660.079-72	4.204.980-8 SESP/PR	PEDAGOGIA

LOCALIDADE CIDADE MORENA – NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
016/2015	CRISTIANE RODRIGUES	015.878.791-90	1815941-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
038/2015	CLECIANARA SIGESMUNDO DA SILVA ROCHA	056.983.521-60	2503337-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MEDALHA MILAGROSA - PEDAGOGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
080/2015	MARIA RUFINO DA SILVA	732.619.472-68	1990768-0 SSP/MT	PEDAGOGIA
047/2015	VENINA FERREIRA DA CRUZ	318.406.391-72	0378677-3 SSP/MT	PEDAGOGIA

LOCALIDADE MEDALHA MILAGROSA – LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
092/2015	SEBASTIÃO JOSÉ DAMASCENO NETO	362.213.091-15	530.153 SSP/MT	LETRAS

LOCALIDADE MEDALHA MILAGROSA – ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
064/2015	ANGELITA MEDEIROS PINTO	474.649.501-78	697.556 SSP/MT	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

LOCALIDADE MEDALHA MILAGROSA – NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
111/2015	SUZANA RODRIGUES PAIVA	048.901.151-96	2497635-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
062/2015	ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	029.162.441-31	9.883.827-9 SESP/PR	ENSINO MÉDIO
065/2015	FERNANDA FELICIANO DAVID	795.611.871-91	1012412-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE LONTRA –NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
022/2015	MARCILEIA ANDRADE FRANK CARVALHO	063.568.451-98	2472336-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
029/2015	LETICIA DAMIANI DELGADO DE LIMA	757.893.881-91	2280499-4 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE CONSELVAN – PEDAGOGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
137/2015	ANGELA GORETTI DE PAULO DIAS	653.802.582-04	2448698-1 SEJSP/MT	PEDAGOGIA

LOCALIDADE CONSELVAN – NÍVEL MÉDIO MAGISTÉRIO

Professor Auxiliar de Sala

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
120/2015	VALDILENE DA SILVA DO VALE SOUZA	586.911.542-68	00000567202 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

LOCALIDADE FAZENDA TRÊS RIOS – NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
059/2015	FLAVIANA DE SOUSA MENDES	020.212.521-16	1989959-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO – NÍVEL MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
043/2015	AILTON PEREIRA DOS SANTOS	883.058.211-53	1305943-2 SESP/AM	ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO – NÍVEL MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
197/2015	ADRIANA SANTOS DE FREITAS	029.310.251-19	1994419-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

GABINETE DO PREFEITO
QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 012/2016

AO CONTRATO N° 136/2013 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PRODUÇÃO DE PROGRAMETES, INFORMES, VINHETAS DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS E SPOTS PARA DIVULGAÇÃO DE AÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA DE ARIPUANÃ/MT; **RODRIGO IGNACIO PENTEADO 00423286161**; ADITIVO DE PRAZO E VALOR GLOBAL DE R$ 29.857,88; VIGÊNCIA: 03/02/2016 A 30/12/2016.

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 013/2016

AO CONTRATO Nº 221/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO COM DI-

MENSÕES DE 7,74M², INCLUINDO OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, COM BASE NO ART. 24, INCISO I DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; MILTON JOSE FERREIRA-ME; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA: 12/02/2016 A 13/03/2016.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.505/2016

REPUBLICADO POR INCORREÇAO

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária efetiva Srª. **MARIA APARECIDA DA SILVA,** portadora da Cédula de IdentidadeRG nº. 000.526.158 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 580.332.892-87, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B", Nível 2**, para Nível **3**, com amparo na Lei Complementar n°. 095/2014, a partir do dia 1°/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITACAO 018/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR o Processo Licitatório **Dispensa de Licitação 018/2015**, tendo em vista que diante das vedações do período eleitoral referentes às despesas com publicidade, onde não poderá exceder a media dos gastos, com fundamento no art. 73 Inc. VII da Lei 9.504/1997.

Aripuanã-MT 04 de Fevereiro de 2015.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

Andréia Pereira da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria 8.495/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
DEMONSTRATIVO

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / 2015 - 4º BIMESTRE - 2º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.793.607,54**	**0,00**
Pessoal Ativo	1.793.607,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**0,00**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.793.607,54**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**75.739.957,21**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.793.607,54**	**2,37%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.544.397,43**	**6,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**4.317.177,56**	**95,00%**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
DEMONSTRATIVO

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2015 - 2º BIMESTRE - 1º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.813.618,35**	**0,00**
Pessoal Ativo	1.813.618,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**0,00**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.813.618,35**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**75.232.474,27**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.813.618,35**	**2,41%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.513.948,46**	**6,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**4.288.251,03**	**95,00%**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
DEMONSTRATIVO

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2015 - 6º BIMESTRE - 3º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.823.894,60**	**0,00**
Pessoal Ativo	1.823.894,60	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**23.822,46**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	23.822,46	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.800.072,14**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**70.853.898,30**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	**1.800.072,14**	**2,54%**
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.251.233,90**	**6,00%**
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**4.038.672,20**	**95,00%**
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE CANCELAMENTO

O Município de Barra do Garças/MT, por meio do Senhor Prefeito, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica *CANCELADO o LOTE 02* da **Concorrência Pública nº 003/2014**. Objeto: Contração de Empresa para construção de 07 (sete) UBS – Unidade Básica de Saúde. Informações no Setor de Licitação, Bloco I, Rua Carajás, 522, Centro, das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (66) 3402.2000 ramal 2052. Barra do Garças-MT, 04/02/2016. Roberto Ângelo de Farias. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 014/2016

PORTARIA N.º 014/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Agripino Rodrigues da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Agripino Rodrigues da Silva,** portador do CPF nº. 523.108.171-04, *efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/01/2016 a 31/01/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 059/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 01/01/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 02 de Fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 02.02.2016

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DO RECURSO CONTRA O RESULTADO DA ETAPA II - RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao EDITAL N.º 005/2015, publicado em 11 de dezembro de 2015, observadas as retificações, torna público o resultado dos recursos contra o resultado da etapa II, conforme abaixo especificado:

Ordem	Inscrição	Nome	Resultado
1	1891	AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA	Indeferido
2	1685	ANA LUIZA DE OLIVEIRA EL CHAMY	Deferido - Correção do tempo de serviço
3	1129	ANA MARIA LUZ DO CARMO	Deferido - Correção do tempo de serviço
4	2718	ANA ROSA RODRIGUES DE SOUZA	Indeferido
5	1436	ÂNDINA MARIA SANTOS	Deferido - Correção do tempo de serviço
6	1409	ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA NUNES	Indeferido
7	2356	APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA	Deferido - Correção do tempo de serviço
8	2086	BERNARDINA APARECIDA ALMEIDA MARTINS	Deferido - Correção do valor total dos títulos
9	2563	CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA	Indeferido
10	1667	CELSO BUENO TAVARES	Indeferido
11	2728	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	Indeferido
12	2769	CLEIRE PEREIRA DA SILVA	Deferido - Correção do tempo de serviço
13	1130	CLEUSA CRUZ NUNES	Indeferido - Item 6.2.7
14	1176	DARCI MARTINS	Indeferido - item 6.2.7
15	2066	DEZENIL PEREIRA DE SOUZA	Deferido - Correção do valor total dos títulos
16	2727	DIANA LOURENÇA DE JESUS	Deferido - Correção do tempo de serviço
17	1620	EDENIA DE ANDRADE GONZAGA	Indeferido
18	2851	EDINERÇA DA SILVA ARAÚJO	Deferido - Correção do valor total dos títulos
19	2909	EDINEUZA MARIA BENEVIDES	Indeferido - Item 6.2.7
20	3716	ELINE DE SOUZA ANDRADE	Indeferido - Item 7.1
21	1718	EUNICE DE ALBUQUERQUE SILVA	Indeferido - Item 9.2.2
22	2039	FATIMA LAURA MENDES PORTO	Deferido - Correção do tempo de serviço
23	2694	FERNANDA FERNANDES DA CRUZ	Indeferido
24	1680	FLÁVIO SEBASTIÃO DE BARROS LARA	Indeferido - Item 6.2.7
25	2925	FRANCISCO CARLOS NOVAKC	Indeferido - Item 9.2.2
26	1803	GISELLE ALCANTARA PARAISO	Indeferido - Item 15.2
27	1468	HELDRIANE MARIA ARTIAGA DA SILVA	Indeferido - Item 15.2
28	3058	HELEM CEBALHO	Deferido - Correção do tempo de serviço
29	2451	ILZA RIBEIRO CAMPOS	Indeferido
30	1305	IVANI DAS DORES LIRA	Indeferido - Item 9.2 .2
31	1311	IZABEL CRISTINA DE SOUZA SATURNINO DA SILVA	Indeferido - Item 9.2.2
32	3284	IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES	Indeferido - Item 9.2.2
33	3093	JOSIANE DA SILVA.	Indeferido - Item 6.2.7
34	1314	JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA	Indeferido - Item9.2.2
35	3591	JUCIMEIRE CARDOSO GONÇALVES	Deferido - Correção do tempo de serviço
36	2513	JULIANA DA LUZ LIMA	Indeferido - Item 6.2.7
37	1634	KÁTIA RIBEIRO COSTA	Deferido - Correção do tempo de serviço
38	3031	KATIANE ARTIAGO CAMPOS SANTANA	Deferido - Correção do tempo de serviço
39	3211	LAURA RAMOS VEZARO	Indeferido
40	1090	LUCIANA ALVES LEONEL DO CARMO	Indeferido - Item 15.2

RESULTADO DO RECURSO CONTRA O RESULTADO DA ETAPA II - RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao EDITAL N.º 005/2015, publicado em 11 de dezembro de 2015, observadas as retificações, torna público o resultado dos recursos contra o resultado da etapa II, conforme abaixo especificado:

Ordem	Inscrição	Nome	Resultado
41	4134	LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU	Deferido - Item 9.2.2
42	1697	MARCELLY LIMA DE CAMPOS CAMACHO	Deferido - Correção do tempo de serviço
43	1018	MARCIA APARECIDA DA COSTA ATAIDE	Indeferido - Item 15.2
44	3312	MÁRCIA DA SILVA MEIRA	Indeferido - Item 9.2.2
45	3336	MARCOS GARCIA DUARTE	Deferido - Correção da nota da prova prática
46	2084	MARIA APARECIDA LIRA DA SILVA	Indeferido - Item 9.2.2
47	1679	MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS	Deferido - Correção do tempo de serviço
48	1123	MARIANA FERNANDA DA SILVA	Deferido - Correção do valor total dos títulos
49	2827	MARILENE RODRIGUES RAMOS	Indeferido - Item 6.2.7
50	2502	MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS	Deferido - Correção do tempo de serviço
51	1704	MARILZA DA SILVA CHAVES	Deferido - Item 6.2.7
52	1208	MATILDE CRISTINA CARRASCO	Indeferido
53	2395	MAYARA FERNANDES GARCIA	Indeferido - Item 6.2.7
54	2856	MONICA MARIA DA SILVA	Indeferido - Item 6.2.7
55	1673	NÁDIA FRANCISCA BACELLAR PRATTES GARCIA	Indeferido - Item 9.2.2
56	1708	NILSON BALBINO LEITE RIBEIRO	Indeferido
57	1708	NILSON BALBINO LEITE RIBEIRO	Indeferido
58	2054	ROSELI APARECIDA DASILVA	Indeferido
59	2613	ROSENI INÁCIO PEREIRA FRANCISCO	Deferido - Correção do tempo de serviço

60	3756	ROSIMAR MENDES GONÇALVES	Deferido - Correção do tempo de serviço
61	1688	SELMA DE ALBUQUERQUE RODRIGUES	Indeferido
62	3807	SILVIA MARIA SOARS	Deferido - Correção do tempo de serviço
63	2305	SOLANGE MARIA DE SOUZA NOVAKC	Indeferido - Item 15.2
64	2150	SUZANE PEREIRA DOS SANTOS	Indeferido
65	1488	THAIZ FRANCIANE FERREIRA DA SILVA	Indeferido
66	1611	THELMA PIRES GERONIMO	Deferido - Correção do tempo de serviço
67	2688	VANEIDE DA SILVA	Indeferido - Item 9.2.2
68	1052	VANUSA APARECIDA ALMEIDA	Deferido - Correção do tempo de serviço

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
ERRATA DE CANCELAMENTO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2016-PGM

No Extrato do Contrato Administrativo nº 16/2016 celebrado entre a Secretaria Municipal de Planejamento e a Empresa **POLO AR CONDICIONADO SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP,** publicado no dia 03/02/2016, Ano XI /Nº2.407 e página 83:

TORNA SEM EFEITO A REFERIDA PUBLICAÇÃO, uma vez que o Contrato Administrativo foi **CANCELADO.**

Prefeitura Municipal de Cáceres -MT, 04 de fevereiro de 2016.

SIMONE LOPES DE OLIVEIRA

Divisão de Contratos e Processos Jurídicos e Informática

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 025 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 4216 de 18 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **THAÍS FONSECA DA SILVA DE MELO**, para responder pelo Coordenação de Tesouraria, da Secretaria de Finanças do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de janeiro de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

BRUNO FRANK TEIXEIRA

Secretário Municipal de Finanças

Afixado em: 29.01.2016.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
RESOLUÇÃO Nº: 002/2016, DO CONSELHO DE GESTÃO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES-MT.

"Delibera por oficiar o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cáceres para que promova a imediata suspensão dos efeitos do Edital de Convocação para Eleição do Cargo de Gerente de Benefícios do Previ – Cáceres no Biênio de 2016/2017, e outras providências necessárias".

O **Conselho de Gestão do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – MT/Previ - Cáceres**, no uso das suas competências legais e regulamentares, e de acordo com o disposto no artigo art. 68, inciso I, da lei Complementar n° 062/2005 de 12 de Dezembro de 2005, e art.22 da Resolução n°002 de 10 de Novembro de 2006, considerando a unânime deliberação do Conselho de Gestão, adotada em sua reunião ordinária ocorrida no dia 03 de Fevereiro de 2016.

Considerando que o Conselho de Gestão do PREVI-CÁCERES é órgão de deliberação superior do PREVI-CÁCERES;

Considerando o edital de eleição para a escolha de um servidor efetivo do Município de Cáceres-MT, para ocupar o cargo de Gerente de Benefícios do PREVI-CÁCERES, expedido pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cáceres-MT;

Considerando a ilegalidade no cerceamento em desfavor do servidor que ocupa atualmente o cargo de Gerente de Benefícios, haja vista que a legislação vigente não condiciona limite temporal para ocupar o mesmo, fato este que não poderia ser mitigado pelo Edital ora expedido;

Considerando a vinculação da postulação ao cargo de Gerente de Benefícios do PREVI-CÁCERES, cuja natureza é de função pública, à filiação sindical, o que viola o postulado constitucional de que *ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato* (art. 8º, V, da Constituição Federal);

Considerando outros apontamentos verificados no Edital em epígrafe.

RESOLVE:

Oficiar o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cáceres para:

1 – promover a imediata suspensão do certame para escolha do Gerente de Benefícios do PREVI-CÁCERES;

2 – que promova a reabertura do Edital de Eleição para o cargo de Gerente de Benefícios do PREVI-CÁCERES, desde o início, com estrita observação aos requisitos legais, principalmente:

a) A dispensa da filiação ao SSPM para concorrer ao cargo de Gerente de Benefícios, por se tratar de cargo público; b) A retirada da restrição ao atual Gerente de Benefícios de se recandidatar ao cargo de Gerente de Benefícios, eis que a Lei Complementar nº 062/2005 não condiciona nenhum limite temporal para tanto; c) Que seja dada a ampla e necessária publicidade para a eleição do cargo de Gerente de Benefícios do PREVI-CÁCERES, condicionando no edital a importância e o exercício dessa função; d) Outras medidas de acordo com a legalidade da Administração Pública; e) Que o não acatamento dos apontamentos ora suscitados será motivo de providências judiciais cabíveis.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

SELINA MARIA LENTE

Presidente do Conselho de

Gestão do PREVI-CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 753, de 07 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **MARILEIDE LOPEZ PARABÁ**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para fiscalizar o contrato relacionado abaixo:

Contrato Administrativo nº 05 /2016 – PGM, entre o Srº AURY PAULO RODRIGUES e a Prefeitura de Cáceres – MT, entre o período de 07 de janeiro a 06 de julho 2016.

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Administração e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de fevereiro de 2016.

SILVIA MARA GONÇALVES

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 03.02.16.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
RESOLUÇÃO Nº: 001/2016, DO CONSELHO DE GESTÃO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES-MT.

"Torna pública deliberação do Conselho de Gestão do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres-MT, que estabelece o calendário de Reuniões Ordinárias do ano de 2016."

O **Conselho de Gestão do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – MT/Previ - Cáceres**, usando de suas prerrogativas que lhe são asseguradas pelo art. 68, inciso V, parágrafo único, da Lei Complementar nº 062/2005 de 12 de Dezembro de 2005, e conforme deliberação em reunião realizada em 03 de Fevereiro de 2016 às quatorze horas na Sede do Previ - Cáceres MT.

RESOLVEU:

Art.1 – Estabelecer o calendário de reuniões ordinárias do Conselho de Gestão para o exercício de 2016;

§ 1º As reuniões serão realizadas sempre as primeiras quartas-feiras de cada mês e em caso de feriado no dia, a reunião será realizada no primeiro dia útil seguinte.

I – 02 de Março de 2016;

II – 06 de Abril de 2016;

III – 04 de Maio de 2016;

IV – 01 de Junho de 2016;

V – 06 de Julho de 2016;

VI – 03 de Agosto de 2016;

VII – 08 de Setembro de 2016;

VIII – 5 de Outubro de 2016;

IX – 03 de Novembro de 2016

X – 07 de Dezembro de 2016;

§ 2º As reuniões acontecerão as 14h00min horas (quatorze horas) na sede do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/ Previ - Cáceres MT, situado a Rua General Osório, 409, Centro, Cáceres – MT.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

SELINA MARIA LENTE

Presidente do Conselho de

Gestão do PREVI-CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS

R E S O L V E

1. Em função do período Carnavalesco, suspender as atividades de expediente interno desta Casa no período de 08 a 10 de fevereiro de 2016.

2. A Sessão Ordinária da Câmara será realizada no dia 11 de fevereiro de 2016, às 20:00 horas.

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO – DESERTO PREGÃO PRESENCIAL N°08 /2016 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada : Todas as Secretarias do Município.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, contratação de empresa para fornecer água mineral para todas as Secretarias, conforme descrição e quantitativos relacionados no Anexo I.

Considerando que não houve empresa interessado em participar deste certame, fica declarado como DESERTO esse processo.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 02 de fevereiro de 2016.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N°011/2016 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Interessada: Secretarias Municipal de Ação Social e Obras e Serviços Urbano.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10) para os veículos, maquinas e equipamentos que compõe a frota do poder executivo municipal, visando atender todas as secretarias na cidade de Cuiabá

e Cáceres, conforme especificação constantes deste Plano de Trabalho.

Realização: 25 de fevereiro 2016 às 09:30 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **www.bll.org.br.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 04 de fevereiro 2016.

Debhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
EDITAL PREVI-CAMP Nº 0001/2016

EDITAL PREVI-CAMP N.º 001/2016

O PREVI-CAMP - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, representado pela Secretaria de Administração, Sr. Jander José Queiroz Franco, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Campinápolis-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Jander José Queiroz Franco

Gestor do RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 PREGÃO: N° 175/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JAIRO SCHANTZ EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
32	18593	50	UNID.	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - BLOCO C/ 50 FOLHAS	6,09	304,50
35	14032	100	UNID.	Registro visita domiciliar - bloco c/ 100 folhas	4,85	485,00
43	18761	100	UNID.	FICHA DE VISITA DOMICILIAR - Bloco com 100 folhas	6,39	639,00
60	14020	100	UNID.	Controle de Viagem - bloco c/ 100 folhas	1,60	160,00

Totalizando o valor de R$ 1.588,50 (um mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO TERMO ADITIVO

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO TERMO ADITIVO

NÚMERO DO CONTRATO: Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 002/2015

CONTRATANTE: FUNSEM – Fundo De Previdência dos Servidores Públicos Municipais De Campo Novo Do Parecis, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.734.238/0001-09, com sede na Avenida Mato Grosso esquina com Rua Natal, nº 384, Centro, CEP 78.360-000, em Campo Novo do Parecis.

CONTRATADO: INFOJURIS INFORMAÇÕES JURIDICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 06. 097.099/0001-78, estabelecida sito na Rua Hildebrando de Araújo, nº 663, Bairro Jardim Botânico, CEP 80.210-260, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

OBJETO: Acompanhamento das publicações em diários oficiais.

FINALIDADE: Pesquisa das publicações divulgadas no(s) Diário(s) da Justiça do Estado de Mato Grosso; da União; Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nominativas ao contratante.

JUSTIFICATIVA: Atribui-se a necessidade da prorrogação, através do primeiro termo aditivo do contrato nº 002/2015, para a continuidade da execução dos serviços.

VALOR: R$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais)

PRAZO: 12 meses (01-02-2016 a 31-01-2017)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Modalidade dispensa de licitação inciso II do art. 24, da lei 8.666/93, e suas posteriores atualizações.

CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

_____

WILSON LEAL MIRANDA

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EXTRATO TERMO ADITIVO

O DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PUBLICA:

EXTRATO TERMO ADITIVO

NÚMERO DO CONTRATO: Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 002/2015

CONTRATANTE: FUNSEM – Fundo De Previdência dos Servidores Públicos Municipais De Campo Novo Do Parecis, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.734.238/0001-09, com sede na Avenida Mato Grosso esquina com Rua Natal, nº 384, Centro, CEP 78.360-000, em Campo Novo do Parecis.

CONTRATADO: INFOJURIS INFORMAÇÕES JURIDICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 06. 097.099/0001-78, estabelecida sito na Rua Hildebrando de Araújo, nº 663, Bairro Jardim Botânico, CEP 80.210-260, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

OBJETO: Acompanhamento das publicações em diários oficiais.

FINALIDADE: Pesquisa das publicações divulgadas no(s) Diário(s) da Justiça do Estado de Mato Grosso; da União; Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nominativas ao contratante.

JUSTIFICATIVA: Atribui-se a necessidade da prorrogação, através do primeiro termo aditivo do contrato nº 002/2015, para a continuidade da execução dos serviços.

VALOR: R$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais)

PRAZO: 12 meses (01-02-2016 a 31-01-2017)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Modalidade dispensa de licitação inciso II do art. 24, da lei 8.666/93, e suas posteriores atualizações.

CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

_____

WILSON LEAL MIRANDA

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNSEM

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 PREGÃO: N° 175/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SOZO & FORLIN LTDA – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
7	37065	100	UNID.	ESPIRAL 100 FOLHAS REGISTRO DE OCORRÊNCIA AMBULATORIAL - (R.O.A)	7,35	735,00
8	18586	100	UNID.	REGISTRO DE PROCEDIMENTO DE COLETA DO TESTE DO PEZINHO, EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS	7,35	735,00
9	13961	200	UNID.	REGISTRO DE ROA MÉDICO PSF- CADERNO EM ESPIRAL NA HORIZONTAL COM CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA PRETA. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO C/ 100 FOLHAS	5,50	1.100,00
10	13964	50	UNID.	REGISTRO DE IMUNIZAÇÃO ACS MAIORES DE 4 ANOS - BLOCO C/ 100 FOLHAS	6,98	349,00
11	18583	20	UNID.	RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES, PROCEDIMENTOS E NOTIFICAÇÕES - SIAB MÉDICO EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS	12,00	240,00
12	18584	30	UNID.	FORMULÁRIO PARA EXAMES GINECOLÓGICOS, EXAME PAPANICOLAU E EXAME CLINICO DAS MAMAS, EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS	11,10	333,00
13	37066	50	UNID.	BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL / BPA BLOCO COM 100 FOLHAS	8,90	445,00
15	25945	50	UNID.	REGISTRO DE ENTREGA DE CONTRACEPTIVOS, FRENTE E VERSO, ENCADERNADO C/100 FOLHAS	11,15	557,50
17	10676	10	UNID.	ATESTADO DE COMPARECIMENTO BLOCO COM 100 FOLHAS	3,47	34,70
18	13963	50	UNID.	REGISTRO DE IMUNIZAÇÃO ACS - CADERNO EM ESPIRAL NA VERTICAL COM CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA PRETA. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO C/ 50 FOLHAS	7,15	357,50
21	19339	10.000	UNID.	BLOCO DE RECEITUÁRIO	2,28	22.800,00
22	18565	200	UNID.	ATESTADO ESCOLAR - BLOCO C/ 100 FOLHAS	3,02	604,00
26	10607	100	UNID.	FICHA CADASTRAL LABORATORIO COM 100 FOLHAS	3,38	338,00
27	13974	10	UNID.	DECLARAÇÃO C/ 30 FLS	2,58	25,80
30	10624	200	UNID.	PRONTUARIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM 100 FOLHAS	6,18	1.236,00
33	10615	50	UNID.	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - MAMA - BLOCO COM 100 FOLHAS	5,56	278,00
34	10631	50	UNID.	EXAME ANATOMOPATOLOGICO COM 100 FOLHAS	6,40	320,00
36	18578	20	UNID.	REGISTRO DE ATENDIMENTO INDUVIDUAL DE NUTRIÇÃO EM ESPIRAL COM 50 FOLHAS	7,66	153,20
37	10634	50	UNID.	FIXA DE ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO, BLOCO COM 100 FOLHAS	6,40	320,00
38	10626	50	UNID.	LAUDO PARA SOLICITACAO / AUTORIZACAO COM 100 FOLHAS	6,40	320,00
39	18591	20	UNID.	REQUISIÇÃO DE EXAME HISTOPATOLÓGICO - MAMA - BLOCO C/ 100 FOLHAS	6,40	128,00
40	10616	10	UNID.	RELATORIO DE COLPOSCOPIA COM 100 FOLHAS	6,40	64,00
41	10642	20	UNID.	TERMO DE RESPONSABILIDADE BLOCO COM 50 FOLHAS	5,27	105,40
42	18553	20	UNID.	REQUISIÇÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICO, COLO DO ÚTERO - BLOCO C/ 100 FOLHAS	6,40	128,00
44	21285	20	UNID.	FICHA GERENCIADOR DE AMBIENTE LABORATORIAL - REQUISIÇÃO DE EXAMES. BLOCO COM 100 FOLHAS	6,40	128,00
45	18558	50	UNID.	CONTROLE DE VISITA - BLOCO C/ 100 FOLHAS	6,40	320,00
46	18581	100	UNID.	FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DOS ATENDIMENTOS DAS GESTANTES NO SISPRENATAL - BLOCO C/ 100 FOLHAS	5,56	556,00
48	13946	50	UNID.	ACOMPANHAMENTO DE GESTANTES - CADERNO EM ESPIRAL NA VERTICAL COM CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA PRETA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO C/ 50 FOLHAS	7,87	393,50
49	10623	50	UNID.	FICHA DE CADASTRO DO PACIENTE COM 100 FOLHAS	6,40	320,00
50	10635	50	UNID.	FICHA B-HÁ ACOMPANHAMENTO DE HIPERTENSOS, BLOCO COM 50 FOLHAS	5,48	274,00
53	25946	20	UNID.	FICHA D COMPLEMENTAR	7,87	157,40
54	20358	20	UNID.	BOLETIM DE RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO BLOCO COM 100 FOLHAS	6,40	128,00
55	18760	20	UNID.	BLOCO RESUMO SEMANAL DO ANTIVETORIAL COM 100 FOLHAS	6,40	128,00

58	18759	200	UNID.	BLOCO PROCEDIMENTOS SOLICITADOS (CONSULTAS, EXAMES E OUTROS) 100 FOLHAS	6,15	1.230,00
62	18589	1.000	UNID.	FICHA DE VISITA DO PROGRAMA DE CONTROLE DE FEBRE AMARELA E DENGUE - BLOCO C/ 100 FOLHAS	1,58	1.580,00
65	14591	50	UNID.	PACIENTES EM ESPERA PARA ATENDIMENTO - BLOCO C/ 100 FOLHAS	6,40	320,00
73	37068	700	UNID.	BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO EM PAPEL COLCHE 115 COM 50 PAGINAS ILUSTRADO E COLORIDO COM FOTOLITO.	7,50	5.250,00
74	37069	120	UNID.	-BOLETIM DIÁRIO DE DOSES APLICADAS - CONTROLE DE DOSES DE VACINAS APLICADAS DIARIAMENTE IMUNOBIOLÓGICOS COM 22 FOLHAS CADA	2,70	324,00
78	35840	3.000	UNID.	FOLDER COLORIDO, IMPRESSO EM PEPEL COUCHÊ, 70 OU 115 GRAMAS ENTREGUES DOBRADOS 1 DOBRA 24X22	0,35	1.050,00
79	31113	3.500	UNID.	FOLDER FORMATO 08 SIMPLES, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM	0,23	805,00
80	32816	3.500	UNID.	FOLDER INFORMATIVA - CROMIA F/V COUCHÊ 230 GR. LAMINADO BRILHO - 42X30CM	0,69	2.415,00
81	31111	3.000	UNID.	FOLDER FORMATO 08 FRENTE E VERSO LAMINADO, PAPEL COUCHÊ 150GR. TAMANHO 31,0 X 21,5CM	0,60	1.800,00
82	36273	40	CX.	FOLDER DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA FORMATO 06.	270,00	10.800,00
88	10650	5.000	UNID.	FICHA DE INVESTIGACAO DENGUE BLOCO COM 100 FOLHAS	6,40	32.000,00
90	37213	300	UNID.	FICHA REGISTRO DE EMPREGADO, FXV, IMPRESSO EM CARTOLINA 240 GR. UMA COR F-08	0,56	168,00

Totalizando o valor de R$ 91.854,00 (noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016 PREGÃO: N° 175/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: D P DA SILVA GRAFICA – ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de impressos gráficos para atender as Secretarias Municipais.

Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	13957	100	UNID.	REGISTRO DE NEBULIZAÇÃO EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS	7,37	737,00
2	18582	100	UNID.	REGISTRO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS: CURATIVO E PEQUENA CIRURGIA EM ESPIRAL COM 100 FOLHAS	7,37	737,00
3	37064	200	UNID.	CADERNO ASPIRAL DE 100 FOLHAS PARA REGISTRO DE ATENDIMENTO DOS ENFERMEIROS	4,84	968,00
4	25943	100	UNID.	REGISTRO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS REPOUSO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAÇÃO 2012, FRENTE E VERSO, ENCADERNADO C/50 FOLHAS	5,40	540,00
5	13959	300	UNID.	Registro de Pré-consulta - caderno em espiral na horizontal com capa transparente e contra capa preta c/ 100 folhas	4,90	1.470,00
6	18568	300	UNID.	REGISTRO DE ATENDIMENTO MÉDICO PSF ENCADERNADO C/ 50 FOLHAS	3,60	1.080,00
14	13973	2.000	UNID.	CARTÃO SOMBRA	0,09	180,00
16	10610	100	UNID.	BLOCO DE ATESTADO ODONTOLOGICO COM 50 FOLHAS	1,45	145,00
19	10609	100	UNID.	FORMULARIO DE CONSULTA ESPECIALIZADA COM 100 FOLHAS	2,20	220,00
20	10601	100	UNID.	BLOCO NAO ESQUEÇA COM 100 FOLHAS	1,30	130,00
23	18567	1.000	UNID.	ATESTADO MÉDICO - BLOCO C/ 100 FOLHAS	2,40	2.400,00
24	18556	200	UNID.	ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE - BLOCO C/ 100 FOLHAS	3,32	664,00
25	18557	100	UNID.	ATESTADO DE SAÚDE - BLOCO C/ 100 FOLHAS	3,85	385,00
28	10603	5.000	UNID.	CARTAO DE VACINACAO DO ADULTO	0,05	250,00
29	21486	100	UNID.	BLOCO DE EXCEDENTES MÉDICOS - Bloco com 100 folhas	2,97	297,00
31	18126	2.000	UNID.	CARTÃO DE GESTANTE	0,42	840,00
47	14019	50	UNID.	Preparo Ultrasson - bloco c/ 100 folhas	2,30	115,00
51	10633	50	UNID.	FICHA DO HIPERTENSO E DIABETICO COM 50 FOLHAS	3,80	190,00
52	10637	50	UNID.	CADASTRO DA FAMILIA BLOCO COM 50 FOLHAS	5,50	275,00
56	18571	50	UNID.	CARTÃO UDR - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO	3,75	187,50
57	13972	5.000	UNID.	FICHA 1- SOLICITAÇÃO DE SERV. LOCAL OU CONSORCIO C/ 50 FOLHAS	3,41	17.050,00
59	25944	20	UNID.	FICHA 8 - REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA ,BLOCO C/50 FOLHAS	5,50	110,00
61	29523	1.000	UNID.	CARTÃO DE CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL	0,12	120,00
63	10669	300	UNID.	RECEITUARIO AZUL BLOCO COM 100 FOLHAS	1,62	486,00
64	10614	500	UNID.	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL COM 100 FOLHAS	6,82	3.410,00
66	33546	3.000	UNID.	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR CINZA	0,10	300,00
67	33547	3.000	UNID.	CARTAO MATRICULA FAMILIAR LILAS	0,10	300,00
68	10605	3.000	UNID.	CARTAO MATRICULA FAMILIAR AZUL	0,10	300,00
69	10606	3.000	UNID.	CARTAO MATRICULA FAMILIAR AMARELO	0,10	300,00
70	18560	3.000	UNID.	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR VERDE	0,10	300,00
71	18561	3.000	UNID.	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR ROSA	0,10	300,00
72	18562	3.000	UNID.	CARTÃO MATRICULA FAMILIAR BRANCO	0,10	300,00
75	36236	15	CX.	FOLDER FORMATO 06- F/V 3 DOBRAS COUCHÊ 150 GR CAIXA COM 300 UND.	84,00	1.260,00

76	32977	3.000	UNID.	FOLDER - FORMATO 09 F/V - COUCHÊ 115 GR. COLORIDO	0,27	810,00
77	31110	3.000	UNID.	FOLDER FORMATO 06 FRENTE E VERSO LAMINADO 03 DOBRAS, EM PAPEL COUCHÊ 230GR. TAMANHO 30,8 X 31,8CM	0,60	1.800,00
83	21742	3.000	UNID.	FOLDER HANTAVIROSE EM PAPEL COUCHE TAMANHO A4 COM 4 DOBRAS FRENTE E VERSO	0,32	960,00
84	21478	15.000	UNID.	FOLDERS DE CARAMUJO AFRICANO - Papel Couchê	0,22	3.300,00
85	27698	15.000	UNID.	FOLDERS COLORIDO, IMPRESSO EM PAPEL COUCHÊ 90 OU 115G. ENTREGUES DOBRADO EM 03 DOBRAS	0,22	3.300,00
86	31125	5.000	UNID.	CARTILHA COLORIDA COM 24 PÁGINAS, FORMATO 16, PAPEL COUCHÊ 115GR. TAMANHO 21,5 X 15 CM	1,55	7.750,00
87	36271	40	CX.	CARTILHA DENGUE E FEBRE CHIKUNGUNYA COM 48 PAGINAS.	256,00	10.240,00
89	36260	20	CX.	CARTILHA COLORIDA COM 24 PÁGINAS, FORMATO 16, PAPEL COUCHÊ 115GR.	212,00	4.240,00

Totalizando o valor de R$ 68.746,50 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 051, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento da servidora Danielle Correa de Moraes Dominico,

Considerando o Memorando nº 012/2016 proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 28 de janeiro de 2016,

R E S O L V E

1. EXONERAR, a pedido, a partir desta data, a servidora **DANIELLE CORREA DE MORAES DOMINICO,** efetiva no cargo de ***Agente Educacional*** especialidade ***Auxiliar de Creche,***lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 052, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento da servidora Elizandra Alves Pereira da Silva,

Considerando o Memorando nº 025/2016 proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 1º de fevereiro de 2016,

R E S O L V E

1. EXONERAR, a pedido, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016, a servidora **ELIZANDRA ALVES PEREIRA DA SILVA**, ora ocupante da função de Coordenadora Pedagógicavinculada a Equipe Gestora da Escola Municipal 04 de Julho da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 053, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento da servidora Dilza de Fátima Zamparoni Congio,

Considerando o Memorando nº 024/2016 proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado de 1º de fevereiro de 2016,

R E S O L V E

1. EXONERAR, a pedido, a partir desta data, a servidora **DILZA DE FÁTIMA ZAMPARONI CONGIO**, ora ocupante da função de Assessora Pedagógicavinculada a Equipe Gestora da Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 054, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, através do Memorando nº 022, datado de 1º de fevereiro de 2016,

R E S O L V E

1. NOMEAR, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016, a Senhora **VALÉRIA MIQUILIN,** portadora do RG nº 1425591-0 SSP/MT e CPF nº 719.364.241 – 34, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão Pedagógica**, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES

Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 055, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A PREFEITA MUNICIPAL INTERINA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, através do Memorando nº 021, datado de 1º de fevereiro de 2016,

R E S O L V E

1. NOMEAR, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016, a servidora efetiva **ROSELI HELENA BINSFELD,** portadora do RG nº 165523-4 SESP/MT e CPF nº 526.578.509 – 44, para ocupar a função de **Secretária Escolar das Escolas Rurais e Educação Infantil**, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis. ***2.*** Pelo exercício da função, a servidora perceberá adicional de 50% (cinquenta por cento) a título de gratificação, sobre seus vencimentos básicos mensais, nos termos da Lei Municipal nº 1.145/2006 e alterações posteriores.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES

Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 056, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o requerimento do servidor Wilian Ricardo Piccirilli,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando nº 080/2015, deferida pela Chefe do Poder Executivo Municipal Interina,

R E S O L V E

1. **CONCEDER,** Licença para Trato de Interesses Particulares, ao servidor Municipal, **WILIAN RICARDO PICCIRILLI**, cargo Agente Administrativo, especialidade Agente Administrativo, matrícula funcional 2239, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 24 (vinte e quatro) meses com início em 31 de maio de 2016.

Gabinete da Prefeita Municipal Interina de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDLAMÁ BATISTA MARQUES Prefeita Interina

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 285/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor IGOR FAZZI BORSARI, CPF: 221451458-93 **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Av. Mato Grosso – Jardim Alvorada - quadra 33 lote 22, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos

contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 10 de Dezembro de 2015.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Jason Alves Batista

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 278/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor ANTONIO DE SENA REBOUÇAS, CPF: 006.953.928-67, **a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade**, situados à Rua Andiroba – Jardim Alvorada – quadra 12 lote 14 e 15, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 04 de Dezembro de 2015.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 275/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor LUIZ GUSTAVO MARIA, CPF: 004.351.461-81, **a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade**, situado à Rua Angelin – Jardim Alvorada – quadra 49 lote 08, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 04 de Dezembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 274/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor EVANILDO PEREIRA DOS SANTOS, CPF: 976186911-34, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Mandacaru – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 32, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 273/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor LEONARDO FERMINO DOS SANTOS, CPF: 406280001-20, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Mandacaru – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 31, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimen-**

to desta notificação, pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 270/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor AMAURI LUIZ STIPP, CPF: 487931081-68, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 28, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 269/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor CARLOS AUGUSTO PEREIRA ROSA, CPF: 833037661-34, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 27, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 268/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora PAULA MUNDO MAURO, CPF: 017737561-25, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 26, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será

lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 266/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor GABRIEL PONCE ALVES, CPF: 894750621-49, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 22, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 265/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av.

Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor EDIMAR FARIA RIBEIRO LAZZAROTTO, CPF: 800731581-00, **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 21, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 264/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora ELIANE ALVES FARIAS, CPF: 937595411-00 **a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lote 19, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 263/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor CLAUDEMIR MATOS HERRERA, CPF: 863023531-49 **a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade**, situados à Rua Cerejeira – Jardim Alvorada - quadra 30 lotes 17 e 18, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de Novembro de 2015.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

_____

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 259/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **BRUNO PEREIRA QUEIRÓZ, CPF/CNPJ 042.196.381-64, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Juriti, quadra 402, lote 13, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação*

do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de novembro de 2015

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 258/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **MARIA DE LOURDES NAZÁRIO, CPF/CNPJ 371.179.118-24, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Juriti, quadra 402, lote 11, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de novembro de 2015

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 256/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **JOÃO INACIO DA SILVA, CPF/CNPJ 303.641.321-91, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à av. Ceará, quadra 359, lote 08, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de novembro de 2015

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 255/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **MARIA HELENA PEREIRA GUIA, CPF/CNPJ 384.627.701-06, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à av. Travessa dos Girassóis, quadra 20, lote 08, Jardim Primavera, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis

criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de novembro de 2015

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 253/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **LEIDE JANE SANTOS SILVA, CPF/CNPJ 030.523.881-77 a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Bem Te Vi, quadra 420A, lote 04, Jardim Das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

19 de novembro de 2015

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 080/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **AGUINALDO PEREIRA BRACELAR, CPF/CNPJ - 810.075.661-91, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à rua Bem Te Vi, quadra 406, lote 12, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

29 de janeiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 078/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **ANTONIO MARCOS DOMINGUES, CPF/CNPJ - 514.373.921-72, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Av. Minas Gerais, quadra 289, lote 10, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

29 de janeiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 061/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **SAMUEL CARDOSO DOS SANTOS E ESPOSA, CPF 885.351.341-15, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à Rua Rouxinol, quadra 406, lote 06, Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

28 de janeiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 059/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o(a) senhor(a) **LAURO LEONIDAS KRUTSCH, CPF/CNPJ 406.292.601-68, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade**, situado à av. Ceará, quadra 350, lote 15, Jardim Das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação.** Pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís

28 de janeiro de 2016

_____ _____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

ROGÉRIO DOS SANTOS DE SOUZA

Agente de Fiscalização SMS

_____

_____

Jason Alves Batista

Agente de Fiscalização SMS

Neuton Bernardes Matins

Agente de Fiscalização SMS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 054/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a empresa **MORANDINI E ROTTA LTDA, CNPJ: 33.677.089/0001-84,** a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situado na quadra 26 lotes 01 e 16 , centro, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 25 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 053/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **JORGE HATIRO SATO, CPF: 049.302.768-88**, a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situados à Rua Figueira quadra 22 lotes 14 e 19 - Jardim Alvorada neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à ma-*

nutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 22 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. de Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 049/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **MARCELO PALOMO, CPF: 058.732.288-84**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Getulio Vargas, quadra 07 lote 03, Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 21 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 048/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **MARCIA HELENA BORGES NOTARJACOMO CPF: 898.224.470-00**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Carlos Bezerra, quadra 05 lote 06A, Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 21 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 047/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **DINAMAR F. DOS REIS**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Epitácio Pessoa, quadra 34 lote 08, Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 21 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 046/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **ANGELA MARCIA SILVA NEVES CPF: 704.354.721-00**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Uirapuru, quadra 33 lote 9B, Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 21 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 039/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **ALEXANDER LUIZ GOUVEIA CPF: 854.833.891-15**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua JUSCELINO KUBITSCHEK quadra 26 lote 17, Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Com-

plementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 21 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 034/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **EUCLESIO JOSE BONFANTI, CPF: 326.090.430-15**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Avenida Minas Gerais quadra 29 lote 01 - Jardim Olenka, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 20 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. de Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 031/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **LUCILENE GOMES DA ROCHA TAVARES CPF: 824.000.081-91,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Cambará – Jardim Alvorada - quadra 005 lote 17, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de

Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 19 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 030/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **PAULO CESAR REBELATTO CPF: 571.257.591-49,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Cambará – Jardim Alvorada - quadra 003 lote 15C, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 19 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 029/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **LUCIMAR HELENA DE LIMA E SILVA CPF: 551.331.181-04**, a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situada à Rua Cambará – Jardim Alvorada - quadra 07 lotes 17 e 18, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 19 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. de Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 028/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o senhor **CARLOS FREDERICO CAPELLARI, CPF: 883.714.929-87**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado no bairro Jardim Alvorada, quadra 003 lote 019 , neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/

2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 19 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 026/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor DORVAL ALBERTO CARRA, CPF: 248.815.620-53, **a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade**, situados à Avenida Jatobá quadra 14 lotes 32, 33 e 34 - Jardim Alvorada neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 18 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. de Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 025/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **CACIO MADEIRA DE ARAUJO, CPF: 447417909-91**, a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situados à Rua Cerejeira, Quadra 34 Lotes 13 e 14, Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 18 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 018/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **CESAR ANTONIO FAVERO JUNIOR, CPF: 053.455.449-05**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Andiroba – Jardim Alvorada - quadra 07 lote 21 – Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 15 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 014/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **EMILIO TEIXEIRA BELAI, CPF: 582.599.701-63** a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situada à Av. Mato Grosso – Jardim Alvorada - quadra 33 lote 29 e quadra 34 lote 23, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cin-

co) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 013/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o senhor **GIULIANO RENSI, CPF: 852.830.889-87,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Av. Mato Grosso , Quadra 42 Lote 05, Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 14 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 010/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **DILSOLANI PEREIRA DOS SANTOS, CPF: 616.412.941-91**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Guajuvira – Jardim Alvorada - quadra 67 lote 07, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 13 de janeiro de 2016.

_____

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 009/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **ROBENSON MAXIMO FIM, CPF: 142.022.639-87** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado no Bairro Nossa Senhora Aparecida - quadra 225 lote 17, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 13 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 007/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **MARIA DALVA DE OLIVEIRA, CPF: 356.122.741-49**, a efetuar a manutenção do imóvel de sua propriedade, situada à Rua Dorvalino Minosso, 386 NE – Jardim Nossa Senhora Aparecida, neste Município, visto que recebemos denúncia de casa abandonada com quintal sujo e fossa desmoronando. A proprietária tem prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação**,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que **institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências**:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 13 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 003/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o senhor **ALTAMIR JOSÉ MOSSI, CPF: 443.571.800-49**, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Rua Paraná Quadra 62 Lote 12, Centro, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos

contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 12 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 002/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** a Senhora **MYRIELE GESIANE BATISTA DE LIMA, CPF: 034.743.841-55,** a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situados à Av. Jequitibá – Jardim Alvorada - quadra 45 lotes 02 e 03, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 12 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
NOTIFICAÇÃO 001/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR,** o Senhor **HUGO RICARDO PORFIRIO, CPF: 041.323.819-94**, a efetuar a limpeza dos lotes de sua propriedade, situados à Rua São Luiz - quadra 21B lotes 01G e 01F, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 12 de janeiro de 2016.

Cirdirlei Felipe

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária

Edna Mara S. Mallmann

Agente Fiscal Sanitário

Joeni P. De Arruda

Agente Fiscal Sanitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA

AVISO DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a**CONCESSÃO ONEROSA DE TERMO DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE MOTOCICLETA DE ALUGUEL (MOTOTÁXI) NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT***,* na modalidade **CONCORRÊNCIA nº 003/2016**, **dia 11 de março de 2016 às 08:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT. Edital através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 04 de fevereiro de 2016.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: E.U. DE BRITO ME, CNPJ 07.678.947/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 06

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	unit.	Valor total
01	Arquivo morto polionda 250x130x350mm nas cores amarelo, verde, azul ou vermelho	Unid.	600	Alplast	R$ 3,00	R$ 1.800,00

Valor total do lote 06: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

LOTE 18

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caderno espiral grande 10 matérias capa dura folhas pautadas 200 fls	Unid.	1000	Romitec	R$ 7,09	R$ 7.090,00

Valor total do lote 18: R$ 7.090,00 (sete mil e noventa reais).

LOTE 19

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caderno universitário espiral 96 fls capa dura 200x275mm folhas pautadas	Unid.	3.500	Romitec	R$ 3,99	R$ 13.965,00

Valor total do lote 19: R$ 13.965,00 (treze mil novecentos e sessenta e cinco reais).

LOTE 20

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caixa organizadora formato 360x265x230mm tamanho média cor azul	Unid.	400	Policard	R$ 19,50	R$ 7.800,00
02	Caixa organizadora formato 450x330x260mm tamanho grande	Unid.	400	Policard	R$ 18,25	R$ 7.300,00

Valor total do lote 20: R$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais).

LOTE 22

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caneta esferográfica ponta média (1.0 mm), tampa ventilada em forma de cone, corpo de plástico transparente sextavado com orifício central "no centro do corpo da caneta", ponta de latão e esfera de tungstênio, com marca impressa em alto relevo no corpo da mesma. Com selo do Inmetro caixa contendo 50 unidades, nas cores: azul,	Unid.	550	Faber Castell	R$ 23,99	R$ 13.194,50

	preta ou vermelha, fabricação nacional (marcas sugeridas: Faber Castell, Bic, Compactor, kilometrica ou qualidade superior).					

Valor total do lote 22: R$ 13.194,50 (treze mil cento e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

LOTE 23

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caneta para escrita em cd ou dvd– marcador permanente para cd e dvd (plásticos, acrílicos, vidro), com ponta dupla (uma fina 1.0 mm e uma media 2.0 mm) em poliester, corpo em material plástico resistente, tinta á base de álcool, resistente a luz e da umidade. Cor preta fabricação nacional (marcas sugeridas: Faber Castell, Pilot, Compactor, Bic ou qualidade superior).	Unid.	400	Faber Castell	R$ 2,25	R$ 900,00
02	Caneta esferográfica ponta média (1.6mm), bps bold	Unid.	300	Bic	R$ 2,42	R$ 726,00

Valor total do lote 23: R$ 1.626,00 (um mil seiscentos e vinte e seis reais).

LOTE 32

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Esquadro 21x45º acrílico transparente	Unid.	250	Waleu	R$ 0,60	R$ 150,00
02	Transferidor acrílico 180 º	Unid.	300	Waleu	R$ 0,81	R$ 243,00
03	Compasso em ferro maciço escolar com certificado do Inmetro 1ª qualidade	Unid.	200	Leo Leo	R$ 2,48	R$ 496,00

Valor total do lote 32: R$ 889,00 (oitocentos oitenta e nove reais).

LOTE 48

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Ímã de geladeira em folha (manta magnética) adesiva tamanho A4 0,4mm espessura	Unid.	500	Imã	R$ 3,51	R$ 1.755,000

Valor total do lote 48: R$ 1.755,00 (um mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

LOTE 49

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Lápis aquarelável grande c/ 12 cores (marcas sugeridas: Faber Castell, Bic, CIS, Maped, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	150	Cis	R$ 12,06	R$ 1.809,00
02	Lápis de cor grande 1ª linha c/ 12 cores (marcas sugeridas: Faber Castell, Bic, CIS, Maped, Leo&Leo, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	2.000	Leo Leo	R$ 2,04	R$ 4.080,00

Valor total do lote 49: R$ 5.889,00 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais).

LOTE 53

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Massa para modelar com 12 cores 180g (marcas sugeridas: Acrilex, Corfix, Soft, Bic, Leo&Leo ou qualidade superior).	Unid.	1.600	Leo Leo	R$ 2,28	R$ 3.648,00

Valor total do lote 53: R$ 3.648,00 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais).

LOTE 68

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pincel para pintura nº 02	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,60	R$ 120,00
02	Pincel para pintura nº 04	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,65	R$ 130,00
03	Pincel para pintura nº 06	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,70	R$ 140,00
04	Pincel para pintura nº 08	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,75	R$ 150,00
05	Pincel para pintura nº 10	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,80	R$ 160,00
06	Pincel para pintura nº 12	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,85	R$ 170,00
07	Pincel para pintura nº 14	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,90	R$ 180,00
08	Pincel para pintura nº 16	Unid.	200	Leo Leo	R$ 0,95	R$ 190,00
09	Pincel para pintura nº 18	Unid.	200	Leo Leo	R$ 1,40	R$ 280,00
10	Pincel para pintura nº 20	Unid.	200	Leo Leo	R$ 1,90	R$ 380,00

Valor total do lote 68: R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

LOTE 69

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pincel para quadro branco nas cores: azul, preto, verde ou vermelho, fabricação nacional (marcas sugeridas: Pilot, Jocar, Faber Castell, Compactor, Bic ou qualidade superior).	Unid.	2.000	Jocar	R$ 1,40	R$ 2.800,00

Valor total do lote 69: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos).

LOTE 70

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pincel para quadro branco recarregável nas cores: azul, preto, verde ou vermelho (marcas sugeridas: Pilot, Jocar, Faber Castell, Compactor, Bic ou qualidade superior).	Unid.	2.000	Jocar	R$ 2,30	R$ 4.600,00

Valor total do lote 70: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

LOTE 73

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Porta durex grande	Unid.	70	Jocar	R$ 10,64	R$ 744,80
02	Porta durex pequeno	Unid.	70	Jocar	R$ 6,50	R$ 455,00

Valor total do lote 73: R$ 1.199,80 (um mil cento e noventa e nove reais e oitenta centavos).

LOTE 76

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Refil de pincel para quadro branco nas cores: azul, preto, verde e vermelho.	Unid.	5.000	Jocar	R$ 2,40	R$ 12.000,00

Valor total do lote 76: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

LOTE 88

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caneta para retroprojetor azul, preta, verde ou vermelha ponta de 2mm (marcas sugeridas: Compactor, Faber Castell, Pilot, Bic ou qualidade superior).	Unid.	2.000	Faber Castell	R$ 2,27	R$ 4.540,00

Valor total do lote 88: R$ 4.540,00 (quatro mil quinhentos e quarenta reais).

Valor total da ata de registro de preços: R$ 91.996,30 (noventa e um mil novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, CNPJ 22. 579.608/0001-55

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Alfinete com cabeça nº 20, caixa com 50g	Unid.	600	Iara	R$ 3,65	R$ 2.190,00
02	Alfinete com cabeça nº 29, caixa com 50g	Unid.	400	Iara	R$ 3,65	R$ 1.460,00
03	Alfinete para mapa cabeça redonda 8 mm cores sortidas cx com 100 unid.	Unid.	300	Iara	R$ 2,80	R$ 840,00

Valor total do lote 02: R$ 4.490,00 (quatro mil novecentos e noventa centavos).

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Almofada para carimbo com estojo em plástico e tampa metálica medindo aprox. 12x8,5 cm cor azul, preta ou vermelha	Unid.	100	Japan	R$ 2,58	R$ 258,00

Valor total do lote 03: R$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais).

LOTE 35

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Extrator de grampo aço inoxidável resistente em formato de espátula	Unid.	250	Japan	R$ 1,20	R$ 300,00

Valor total do lote 35: R$ 300,000 (trezentos reais).

LOTE 39

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Focinho de coelho médio	Unid.	1.200	Geral	R$ 0,87	R$ 1.044,00
02	Focinho de coelho pequeno	Unid.	1.200	Geral	R$ 0,65	R$ 780,00

Valor total do lote 39: R$ 1.824,00 (um mil oitocentos e vinte e quatro reais).

LOTE 80

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Tinta especial para carimbo automático mod. Colop c/ 25 ml, cor preta, azul ou vermelha	Unid.	200	Carbrink	R$ 4,75	R$ 950,00

Valor total do lote 80: R$ 950,00 (novecentos e cinqüentas reais).

LOTE 81

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Tinta para almofada de carimbo azul, preta ou vermelha 40 ml	Unid.	200	Japan	R$ 1,75	R$ 350,00

Valor total do lote 81: R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

LOTE 84

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Transparencia para impressora lazer cx c/ 50 folhas	Unid.	60	USA Folien	R$ 35,32	R$ 2.119,20
02	Transparencia para jato de tinta cx c/ 50 folhas com tarja	Unid.	60	USA Folien	R$ 37,66	R$ 2.259,60

Valor total do lote 84: R$ 4.378,80 (quatro mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Valor total da ata de registro de preços: R$ 12.550,80 (doze mil quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL PORTARIA Nº 073 /2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016. SUBSTITUI OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 073 /2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

SUBSTITUI OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substitui o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, constituída pelos seguintes membros:

I - PRESIDENTE:

a) LARISSA DE LIMA NOVAIS, portador do RG: n.º 26597933-X SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 274.820.258-98, Endereço: Rua Atalaia n.º 547, Bairro Cidade, na Cidade de Campo Verde-MT.

VICE-PRESIDENTE:

b) ELSA ERENE KOSSMANN DUARTE portadora do RG n.º 5059070-04 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 775.092.429-91, Endereço: Avenida Mato Grosso s/n, Belvedere, na cidade de Campo Verde-MT.

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

c) CLEIDE APARECIDA RODRIGUES SCHWARZ portadora do RG n.º 873.638 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 026.868.751-00, Endereço: Rua, Medianeira nº 443, Bairro Jardim Campo Verde II, na cidade de Campo Verde-MT.

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a) Representante Titular:JOVÂNIA CRISTINA DIAS DA CRUZ portadora do RG n.º 859, 208 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 568.701.401-20, Endereço: Rua, Atalaia nº 475, Bairro Cidade Alta, na cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente:VÂNIA CRISTINA SANCHES FRANCESCHI, portador do RG n.º 67.58.524-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 023.609. 049-65, Endereço: Av. Mariano Cattani, nº 622, Bairro Campo Real II, na cidade de Campo Verde-MT.

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

a) Representante Titular: JAQUELINE DE AQUINO BARROS BORDIGNON, portador do RG n.º 1200211-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 898. 268.841-21-53, Endereço: Av. Rotary Internacional nº 466 Bairro Belvedere, na cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente SIMONI PEREIRA BORGES, Portadora do RG Nº 09006334-6 SSP/MS inscrito no CPF sob n.º 775.195.231-87, Endereço: Av. Mato Grosso nº 1049, 23 Bairro Campo Real, na cidade de Campo Verde-MT.

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Representante Titular: ELSA ERENE KOSSMANN DUARTE portadora do RG n.º 5059070-04 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 775.092.429-91, Endereço: Avenida Mato Grosso s/n, Belvedere, na cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente IZABEL CRISTINA

GUTIERREZ, portador do RG: n.º 0635.686 SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 220.089.692-15, Endereço: Rua Atalaia, s/n Bairro Cidade Alta, na Cidade de Campo Verde-MT.

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

a) Representante Titular: JAQUELINE GUARESCHI MAI GONÇALVES, portador do RG n.º 1824263-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 022.926. 361-58, Endereço: Rua. Amapá, n.º 153, Bairro: São Lourenço, nesta cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente: ADRIANA LOPES DUARTE PASSOS, portadora do RG n.º 1355237-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 915.120. 691-91, Endereço: Rua Boa Vista nº 94, Bairro Bela Vista na cidade de Campo Verde-MT.

VI – CLUBES PRESTADORES DE SERVIÇO:

a) Representante Titular: MARCIANO DE OLIVEIRA MONTEIRO, portador do RG n.º 980060111-70 SSP/CE, inscrito no CPF sob n.º 993.629.701-63. Endereço: Av. Mato Grosso nº 88 Sala 05 Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente: JAIME SERVILHA, portador do RG n.º 4628522-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob n.º 624.040.329-68, Endereço: Av. Brasília nº 1150 Bairro Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT.

VII – PROFISSIONAIS DA AREA SOCIAL:

a) Representante Titular: LARISSA DE LIMA NOVAIS, portador do RG: n.º 26597933-X SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 274.820.258-98, Endereço: Rua Atalaia n.º 547, Bairro Cidade, na Cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente: ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES, portador do RG n.º 23.987.480-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 834.615. 071-72, Endereço: Av. Toledo n.º 531 Bairro JD. Campo Verde II, nesta cidade de Campo Verde-MT.

VIII – INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO - APAE:

a) Representante Titular: MARIA VALTRAUT RISTAU GARBUGIO, portador do RG n.º 0872709-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 027.926. 379-19, Endereço:Rua Maceió, n.º 853 Bairro Campo Real, na cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente: ROSILENE LOPES SCHABBACH, portador do RG n.º 1201623-3 SJ/MT, inscrito no CPF sob n.º 848.976.271-68, Endereço: Rua. Fortaleza nº 778, Bairro Campo Real, na cidade de Campo Verde-MT.

VIIII - ORGANIZAÇÃO DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Representante Titular: ROSÂNGELA APARECIDA LIMA DA SILVA, portador do RG n.º 14679868 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 567.708. 391-72, Endereço: Rua. Porto Velho Quadra B Lote 02, Bairro São Lourenço nº 1150, na cidade de Campo Verde-MT.

b) Representante Suplente: DOS REIS RICARDO DA SILVA, portador do RG n.º 1962053 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 350.961.281-72 Endereço: Rua Amazonas nº 98 Bairro São Lourenço, na cidade de Campo Verde-MT.

ARTIGO 2º - O referido Conselho tem como uma de suas atribuições Acompanhar, Avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos financeiros, conforme determina o Regimento Interno e a Lei nº 1456/2009 e suas alterações.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde/MT, aos dias do mês de de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: RICARDO C. COSTA EIRELI ME, CNPJ 20.830.599/0001-06

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 04

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Apagador de madeira com feltro c/ depósito de giz (madeira)	Unid.	200	Stalo	R$ 2,22	R$ 444,00
02	Apagador para quadro branco em plástico resistente e feltro com encaixe para 2 pincéis no verso 1ª qualidade	Unid.	300	Jocar	R$ 3,30	R$ 990,00

Valor total do lote 04: R$ 1.434,00 (um mil quatrocentos e trinta e quatro reais).

LOTE 11

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Binder clips grande 41mm preto cx c/ 12	Unid.	50	Adeck	R$ 6,20	R$ 310.00
02	Binder clips médio 25mm preto cx c/ 12 unidades	Unid.	50	Adeck	R$ 2,90	R$ 145,00
03	Binder clips pequeno 15 mm preto cx c/ 12 unidades	Unid.	50	Adeck	R$ 2,50	R$ 125,00

Valor total do lote 11: R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

LOTE 12

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Bloco de fichas p/ flip chart	Unid.	20	Tamoio	R$ 18,00	R$ 360,00
02	Suporte p/ flip chart de madeira	Unid.	05	Stalo	R$ 41,97	R$ 209,85

Valor total do lote 12: R$ 569,85 (quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

LOTE 21

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Calculadora grande mesa 12 dígitos alimentação solar e à bateria (marcas sugeridas: Shida, Procalc, Leotec, Masterprint ou qualidade superior).	Unid.	300	Masterprint	R$ 10,53	R$ 3. 159,00
02	Calculadora pequena 8 digitos com alimentação solar e à pilha AA (marcas sugeridas: Shida, Procalc, Leotec, Masterprint ou qualidade superior).	Unid.	500	Masterprint	R$ 5,99	R$ 2. 995,00

Valor total do lote 21: R$ 6.154,00 (seis mil cento e cinquenta e quatro reais).

LOTE 26

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Clips "niquelado" nº 01, em arame de aço com tratamento antiferrugem, recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,70	R$ 1.710,00
02	Clips "niquelado" nº 02, em arame de aço com tratamento antiferrugem, recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,75	R$ 1.725,00
03	Clips "niquelado" nº 03, em arame de aço com tratamento antiferrugem, recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,70	R$ 1.710,00
04	Clips "niquelado" nº 04, em arame de aço com tratamento antiferrugem, recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,75	R$ 1.725,00

05	Clips “niquelado” nº 06, em arame de aço com tratamento antiferrugem, recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,73	R$ 1.719,00
06	Clips “niquelado” nº 08, em arame de aço com tratamento anti-ferrugem , recipiente com 500g	Unid.	300	Chaparrau	R$ 5,70	R$ 1.710,00

Valor total do lote 26: R$ 10.299,00 (dez mil duzentos e noventa e nove reais).

LOTE 27

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Cola branca 01 kg lavável, 1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Leo&Leo, Bic, Acrilex, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	500	Koala	R$ 5,30	R$ 2. 650,00
02	Cola branca 40 g lavável, 1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Leo&Leo, Bic, Acrilex, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	2000	Koala	R$ 0,55	R$ 1. 100,00
03	Cola branca 90 g lavável, 1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Leo&Leo, Bic, Acrilex, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	600	Koala	R$ 1,10	R$ 660,00
04	Cola colorida caixa com 6 tubos de 23g a 25g cada com cores vivas e diferentes , com selo Inmetro,1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Maxcola, Bic, Acrilex, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	500	Koala	R$ 3,80	R$ 1. 900,00
05	Cola de isopor transparente, secagem rápida 90 g, 1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Quality, Compactor, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	300	Koala	R$ 2,05	R$ 615,00
06	Cola em bastão 20 gramas (marcas sugeridas: Bic, Faber Castell, Pritt, Maxicola, Cis ou qualidade superior).	Unid.	500	Cis	R$ 1,40	R$ 700,00
07	Cola em bastão 40 gramas (marcas sugeridas: Bic, Faber Castell, Pritt, Maxicola, Cis ou qualidade superior).	Unid.	500	Cis	R$ 2,05	R$ 1. 025,00
08	Cola especial para artesanato bisquit, embalagem 1 lt (marcas sugeridas: Cascorez, Fox Cola, Polycol, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	120	Cascorez	R$ 17,06	R$ 2. 047,20
09	Cola gliter caixa com 6 tubos de aproximadamente 25 g, com cores diferentes, 1ª linha (marcas sugeridas: Koala, Kt, Bic, Leo&Leo, Acrilex, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	500	Koala	R$ 5,80	R$ 2. 900,00
10	Cola para eva com selo Inmetro 25 g (marcas sugeridas: Koala, VPM, Compactor, Maripel, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	160	Koala	R$ 3,20	R$ 512,00
11	Cola para tecido 37 gramas (marcas sugeridas: Acrilex, Corfix, Compactor, Mercur ou qualidade superior).	Unid.	100	Compactor	R$ 5,30	R$ 530,00

Valor total do lote 27: R$ 14.639,20 (quatorze mil seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

LOTE 33

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Estilete com lamina 18 mm c/ trava com cabo plástico resistente 1º qualidade	Unid.	400	Adeck	R$ 1,00	R$ 400,00
02	Estilete fino 9 mm c/ trava com cabo resistente 1ª qualidade	Unid.	200	Adeck	R$ 0,55	R$ 110,00
03	Lâmina para estilete estreito 9mm	Unid.	200	Adeck	R$ 0,10	R$ 20,00
04	Lâmina para estilete grosso 18mm	Unid.	150	Adeck	R$ 0,22	R$ 33,00

Valor total do lote 33: R$ 563,00 (quinhentos sessenta e três reais).

LOTE 36

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Fita adesiva colorida tipo durex rolo pequeno na cor amarela, azul, branca, preto, verde e vermelha	Unid.	1. 000	Embalando	R$ 0,40	R$ 400,00
02	Fita adesiva dupla face 12x30 metros	Unid.	1. 600	Embalando	R$ 2,61	R$ 4. 176,00
03	Fita adesiva larga transparente 45mm x 45 mt 1ª qualidade	Unid.	2. 200	Embalando	R$ 2,20	R$ 4. 840,00
04	Fita adesiva transparente tipo durex grande 12x40m 1ª qualidade	Unid.	1. 000	Embalando	R$ 1,10	R$ 1. 100,00
05	Fita adesiva transparente tipo durex pequeno 12x30 mt	Unid.	400	Embalando	R$ 1,01	R$ 404,00

Valor total do lote 36: R$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais).

LOTE 40

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Folha de isopor 1,5 cm x 50 x 100cm	Unid.	150	loeste	R$ 1,90	R$ 285,00
02	Folha de isopor 2 cm x 50 x 100 cm	Unid.	150	loeste	R$ 2,90	R$ 435,00
03	Folha de isopor 2,5 cm x 50 x 100 m	Unid.	150	loeste	R$ 2,90	R$ 435,00
04	Folha de isopor 3 cm x 50 x 100 cm	Unid.	150	loeste	R$ 4,80	R$ 720,00
05	Folha de isopor 5 cm x 50 x 100 cm	Unid.	150	loeste	R$ 7,98	R$ 1.197,00

Valor total do lote 40: R$ 3.072,000 (três mil e setenta e dois reais).

LOTE 42

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Giz de cera grande e grosso (gizão) cx c/ 12 cores não tóxico (marcas sugeridas: Koala, Maripel, Faber Castell, Acrilex ou qualidade superior).	Unid.	1000	Koala	R$ 1,70	R$ 1. 700,00

Valor total do lote 42: R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

LOTE 46

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Grampo trilho plástico 80mm para 200 folhas pct c/ 50 unidades branco	Unid.	300	Helomax	R$ 5,80	R$ 1.740,00

02	Grampo trilho plástico estendido branco para 600 folhas 75 gramas pacote com 50 unidades	Unid.	150	Helomax	R$ 9,40	R$ 1.410,00

Valor total do lote 46: R$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

LOTE 47

item	descrição	und	qtde	marca	valor unit.	valor total
01	Guilhotina de papel para 15 folhas	Unid.	15	Lassane	R$ 112,78	R$ 1.691,70

Valor total do lote 47: R$ 1.691,70 (um mil seiscentos noventa e um reais e setenta centavos).

LOTE 50

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Lápis borracha	Unid.	200	Cis	R$ 1,50	R$ 300,00
02	Lápis jumbão de escrever	Unid.	100	Faber Castell	R$ 1,30	R$ 130,00
03	Lápis preto em resina plástica flexível nº2, caixa c/ 144 unidades, 1ª qualidade (marcas sugeridas: Kit, Tris, Bic, Acrilex, Leo&Leo, Masterprint ou qualidade superior).	Unid.	200	Leo leo	R$ 20,63	R$ 4. 126,00
04	Lápis preto para desenho 6b	Unid.	100	Cis	R$ 0,49	R$ 49,00

Valor total do lote 50: R$ 4.605,00 (quatro mil seiscentos e cinco reais).

LOTE 52

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Livro ata 100 folhas capa dura costurado	Unid.	300	Tamoio	R$ 6,70	R$ 2.010,00
02	Livro ponto grande 4 assinatura c/160 fls capa dura costurado	Unid.	200	Tamoio	R$ 6,70	R$ 1.340,00
03	Livro ponto grande 2 assinatura c/160 fls capa dura costurado	Unid.	200	Tamoio	R$ 7,30	R$ 1.460,00
04	Livro protocolo correspondência 1/4 100 folhas	Unid.	200	Tamoio	R$ 4,50	R$ 900,00

Valor total do lote 52: R$ 5.710,00 (cinco mil setecentos e dez reais).

LOTE 54

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Molha dedos 12g	Unid.	200	Waleu	R$ 1,26	R$ 252,00

Valor total do lote 54: R$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).

LOTE 59

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pasta catálogo com 50 fls com envelopes com espessura média	Unid.	500	DAC	R$ 5,24	R$ 2.620,00
	Saco plástico para pasta catálogo grosso	Unid.	1200	DAC	R$ 0,10	R$ 120,00

Valor total do lote 59: R$ 2.740,00 (dois mil setecentos e quarenta reais).

LOTE 67

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pincel atômico 1100 p fabricação nacional nas cores: azul, preto, verde ou vermelho (marcas sugeridas: Pilot, Faber Castell, Compactor, Bic ou qualidade superior).	Unid.	2. 500	Pilot	R$ 1,48	R$ 3. 700,00

Valor total do lote 67: R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

LOTE 72

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pistola tapeceiro plástica para grampo 106/6	Unid.	120	Adeck	R$ 24,01	R$ 2.881,20

Valor total do lote 72: R$ 2.881,20 (dois mil oitocentos oitenta e um reais e vinte centavos).

LOTE 74

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Porta lápis/clips/lembrete em acrílico (trio)	Unid.	150	Waleu	R$ 5,60	R$ 840,00

Valor total do lote 74: R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

LOTE 75

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Prancheta de madeira tam ofício com prendedor de metal galvanizado	Unid.	200	Waleu	R$ 1,68	R$ 336,00

Valor total do lote 75: R$ 336,00 (trezentos e trinta e seis reais).

Valor total da ata de registro de preços: R$ 75.836,95 (setenta e cinco mil oitocentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 003/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do Pregão Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, no qual sagraram-se vencedoras as empresas: **E.U. de Brito – ME**, CNPJ 07.678.947/0001-03, vencedora dos lotes 06, 18, 19, 20, 22, 23, 32, 48, 49, 53, 68, 69, 70, 73, 76 e 88 totalizando R$ 91.996,30; **Eliane Clementino Carnauba – ME,** CNPJ 12.248.430/0001-06,vencedora dos lotes 25, 28, 44, 55, 62, 63, 65, 87 e 89totalizando R$ 53.513,00; **Ricardo C. Costa Eireli – ME**,CNPJ 20.830.599/0001-06, vencedora dos lotes 04, 11, 12, 21, 26, 27, 33, 36, 40, 42, 46, 47, 50, 52, 54, 59, 67, 72, 74 e 75 totalizando R$ 75.836,95; **Papelnobre Comércio de Materiais para Escritório Ltda EPP**, CNPJ 03.467.546/0001-45, vencedora dos lotes 05, 10, 16, 17, 30, 31, 37, 41, 51, 57, 82, 85 e 90 totalizando R$ 54.041,00; **Foco Papelaria e Comércio de Móveis Ltda ME**, CNPJ 22.579.608/0001-55, vencedora dos lotes 02, 03, 35, 39, 80, 81 e 84 totalizando R$ 12.550,80; **Cyan Papelaria e Mat. de Informática Eireli – EPP**, CNPJ 20.357.366/0001-20, vencedora dos lotes 01, 07, 08, 09, 13, 14, 15, 24, 29, 34, 38, 43, 45, 56, 58, 60, 61, 64, 66, 71, 77, 78, 79, 83 e 86 totalizando R$ 146.830,60. Campo Verde, 04 de fevereiro de 2016. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO N° 005/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS 900X20, QUE SERÃO UTILIZADOS NA REPOSIÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, DA FROTA MUNICIPAL.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do julgamento e classificação das propostas do Pregão n° 005/2016 para: **PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ N° 01.976.860/0028-48** vencedora do **lote 02** com o valor de **R$ 141.150,00 (cento e quarenta e um mil cento e cinquenta reais)** e **HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI, CNPJ N° 10.638. 136/0001-85** vencedora do **lote 01** com o valor de **R$ 272.100,00 (duzentos e setenta e dois mil e cem reais).** Mais informações: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME

Pregoeira/Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA ME, CNPJ 12.248.430/0001-06

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 25

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Chaveiros com etiquetas de identificação	Unid.	100	Informs	R$ 0,50	R$ 50,00
02	Crachá horizontal cristal c/cordão em PVC 8x12 cm	Unid.	4.000	DAC	R$ 0,71	R$ 2.840,00
03	Crachá vertical cristal c/cordão em PVC 8x12 cm	Unid.	4.000	DAC	R$ 0,73	R$ 2.920,00
04	Presilha jacaré p/crachá	Unid.	1.000	DAC	R$ 0,32	R$ 320,00

Valor total do lote 25: R$ 6.130,00 (seis mil cento e trinta reais).

LOTE 28

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Corretivo líquido a base de água, secagem rápida, com certificado do Inmetro, 1ª linha	Unid.	300	Delta	R$ 0,53	R$ 159,00

Valor total do lote 28: R$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais). .

LOTE 44

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Grampeador de mão tipo alicate grande, 26/6, 25 folhas (marcas sugeridas: Sid, Cis, Jocar, Central, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	300	Jocar	R$ 15,81	R$ 4. 743,00
02	Grampeador de mesa, grande de ferro, 26/6, 24/8, alta resistência 1ª qualidade capac. 25 folhas tam. aproximado 20 cm (marcas sugeridas: Sid, Cis, Jocar, Central, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	250	Jocar	R$ 10,47	R$ 2. 617,50
03	Grampeador pequeno de ferro na cor preta capacidade 12 folhas modelo tipo a-17 tamanho aproximado 12 cm (marcas sugeridas: Sid, Cis, Jocar, Central, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	400	Jocar	R$ 7,15	R$ 2. 860,00
04	Grampeador profissional de ferro na cor preta p/ até 100 fls (marcas sugeridas: Sid, Cis, Jocar, Central, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	100	Jocar	R$ 44,79	R$ 4. 479,00

Valor total do lote 44: R$ 14.699,50 (quatorze mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

LOTE 55

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Olhinho de boneca médio	Unid.	2.000	São José	R$ 0,58	R$ 1.160,00
02	Olhinho de boneca pequeno	Unid.	2.000	São José	R$ 0,48	R$ 960,00

03	Olhinho de boneca móvel pequeno	Unid.	2.000	São José	R$ 0,85	R$ 1.700,00
04	Olhinho de boneca móvel médio	Unid.	2.000	São José	R$ 0,95	R$ 1.900,00
05	Olhinho de coelho médio	Unid.	2.000	São José	R$ 0,59	R$ 1.180,00
06	Olhinho de coelho pequeno	Unid.	2.000	São José	R$ 0,53	R$ 1.060,00

Valor total do lote 55: R$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais).

LOTE 62

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pasta suspensa marmorizada plastificada com haste de ferro e ponteira de plástico, material resistente, formato 240x360mm (igual ou superior a marca polycart)	Unid.	4000	Policart	R$ 2,02	R$ 8.080,00
02	Visor para pasta suspensa cx c/ 50 unid.	Unid.	100	Policart	R$ 4,67	R$ 467,00

Valor total do lote 62: R$ 8.547,00 (oito mil quinhentos e quarenta e sete reais).

LOTE 63

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Pen drive 16g	Unid.	50	Maxprint	R$ 20,97	R$ 1.048,50
02	Pen drive 4g	Unid.	200	Maxprint	R$ 17,23	R$ 3.446,00

Valor total do lote 63: R$ 4.494,50 (quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

LOTE 65

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Perfurador de papel grande 2 furos capacidade 60 fls	Unid.	100	Cavia	R$ 51,00	R$ 5.100,00
02	Perfurador de papel pequeno de mesa de metal preto para 20 folhas	Unid.	150	Masterprint	R$ 12,50	R$ 1.875,00
03	Perfurador de um furo	Unid.	150	Paraná DL	R$ 4,76	R$ 714,00

Valor total do lote 65: R$ 7.689,00 (sete mil seiscentos e oitenta e nove reais).

LOTE 87

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Marca texto ponta 4mm 1º qualidade nas cores: amarelo, rosa, azul, laranja e verde limão (marcas sugeridas: Pilot, Faber Castell, Compactor, Jocar ou qualidade superior).	Unid.	2000	Jocar	R$ 1,02	R$ 2.040,00

Valor total do lote 87: R$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais).

LOTE 89

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Tinta para pintura facial cara pintada não tóxico c/ 06 unidades	Unid.	300	Xul	R$ 5,98	R$ 1.794,00

Valor total do lote 89: R$ 1.794,00 (um mil setecentos e noventa e quatro reais).

Valor total da ata de registro de preços: R$ 53.513,00 (cinquenta e três mil quinhentos e treze reais).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP, CNPJ 20.357.366/0001-2

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	UNIT.	TOTAL
01	Agenda permanente capa dura na cor preta ou azul	Unid.	150	Frama	R$ 10,18	R$ 1.527,00
02	Agenda telefônica (índice telefônico) capa/contracapa em papelão 697 g/m2 revestido por papel couche 120 g/m2 fabricação nacional	Und	150	Frama	R$ 13,23	R$ 1.984,50

Valor total do lote 01: R$ 3.511,50 (três mil quinhentos e onze reais e cinquenta centavos).

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

01	Balão em látex liso material atóxico resistente com selo do Inmetro nº 7, pacote com 50 unid 1ª qualidade nas cores: amarelo, azul, branco, laranja, preto, marrom, lilás, rosa, verde e vermelho.	Unid.	3.300	Ideatex	R$ 3,96	R$ 13.068,00

Valor total do lote 07: R$ 13.068,00 (treze mil e sessenta e oito reais).

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Barbante de algodão na cor cru nº 08 rolo com 800 g	Unid.	300	Piratininga	R$ 3,45	R$ 1.035,00

Valor total do lote 08: R$ 1.035,00 (um mil e trinta e cinco reais).

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Bastão refil de silicone transparente para pistola de cola quente fino 7,5mm x30cm pacote 1kg	Unid.	250	Rendicola	R$ 19,78	R$ 4.945,00
02	Bastão refil de silicone transparente para pistola de cola quente grosso 11,3mm x 30cm pacote 1 kg	Unid.	250	Rendicola	R$ 19,78	R$ 4.945,00

Valor total do lote 09: R$ 9.890,00 (nove mil oitocentos e noventa reais).

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Bola de isopor maciça 35 mm de diâmetro	Unid.	400	Styroform	R$ 0,12	R$ 48,00
02	Bola de isopor maciça 50 mm de diâmetro	Unid.	400	Styroform	R$ 0,35	R$ 140,00
03	Bola de isopor maciça 75 mm de diâmetro	Unid.	400	Styroform	R$ 0,71	R$ 284,00

Valor total do lote 13: R$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais).

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Borracha branca nº 40 composição: borracha natural, atóxica, com selo do INMETRO cx c 40 unid 1ª linha (marcas sugeridas: Faber Castel, Cis, Mercur, Bic ou qualidade superior.)	Unid.	400	Mercur	R$ 9,36	R$ 3.744,00

Valor total do lote 14: R$ 3.744,00 (três mil setecentos e quarenta e quatro reais).

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Bloco autoadesivo 38mmx51mm pct c/ 4 blocos	Unid.	300	Lyke	R$ 1,51	R$ 453,00
02	Bloco autoadesivo 50mmx50mm com 100 fls	Unid.	600	Acrimet	R$ 2,33	R$ 1.398,00

Valor total do lote 15: R$ 1.851,00 (um mil oitocentos e cinquenta e um reais).

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CD-R 700mb com um lado impresso	Unid.	1.200	Maxprint	R$ 0,77	R$ 924,00
02	CD-RW 700mb regravável com um lado impresso	Unid.	600	Maxprint	R$ 2,67	R$ 1.602,00

Valor total do lote 24: R$ 2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais).

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	DVD-R 4,7 gb/120 min com um lado	Unid.	1.200	Maxprint	R$ 0,90	R$ 1.080,00
02	DVD-RW 4,7 gb/120 min regravável com um lado impresso	Unid.	600	Elgin	R$ 3,84	R$ 2.304,00

Valor total do lote 29: R$ 3.384,00 (três mil trezentos e oitenta e quatro reais).

LOTE 34

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Etiqueta 25mm x 40 mm tarjadinhas rolo de 20 m	Unid.	500	Tilibra	R$ 2,50	R$ 1.250,00
02	Etiqueta CBP 100x30 41 mts	Unid.	100	Linksis	R$ 22,00	R$ 2.200,00
03	Etiqueta inkjet+laser a4 21,2x38,1 mm cx com 100 folhas com 65 etiqueta por folha	Unid.	100	Informs	R$ 31,00	R$ 3.100,00
04	Etiquetas inkjet+laser carta 25,4 mm x 66,7 mm cx com 100 folhas com 30 etiqueta por folha	Unid.	100	Informs	R$ 30,00	R$ 3.000,00
05	Etiquetas inkjet+laser carta 138,11 mm x 212,73 mm cx com 100 folhas com 02 etiqueta por folha	Unid.	200	Informs	R$ 30,00	R$ 6.000,00
06	Etiquetas inkjet+laser carta 106,36 mm x 138,11 mm cx com 100 folhas com 04 etiqueta por folha	Unid.	200	Informs	R$ 30,00	R$ 6.000,00
07	Etiquetas inkjet+laser carta 50,8 mm x 101,6 mm cx com 100 folhas com 10 etiqueta por folha	Unid.	200	Informs	R$ 30,00	R$ 6.000,00
08	Etiquetas inkjet+laser a4 63,5mm x 38,1 mm cx com 100 folhas com 21 etiqueta por folha	Unid.	200	Informs	R$ 30,00	R$ 6.000,00

Valor total do lote 34: R$ 33.550,00 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta reais).

LOTE 38

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Fitilho 5mm de largura x 50 m de comprimento nas cores amarelo, azul, branco, lilás, rosa, verde e vermelho	Unid.	300	Nizuri	R$ 0,84	R$ 252,00

Valor total do lote 38: R$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais).

LOTE 43

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Glitter frasco c/ 3g nas cores: azul, dourado, prata, rosa, verde e vermelho.	Unid.	300	Lantecor	R$ 0,42	R$ 126,00
02	Glitter pct c/ 500g nas cores: branco, azul, dourado, prata, verde e vermelho.	Unid.	300	Lantecor	R$ 25,32	R$ 7.596,00
03	Lantejoula 5 gr nas cores: branco, preto, azul, dourado, prata, verde e vermelho.	Unid.	1000	Lantecor	R$ 1,00	R$ 1.000,00

Valor total do lote 43: R$ 8.722,00 (oito mil setecentos e vinte e dois reais).

LOTE 45

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Grampo para grampeador 26/6, caixa com 5000 grampos, medindo cada trilho 106 mm de comprimento x 12 mm de largura, fabricado com arame de aço galvanizado resistente. 1ª qualidade (marcas sugeridas: ACC, Jocar, Iara, Cis ou qualidade superior)	Unid.	400	Jocar	R$ 3,10	R$ 1.240,00
02	Grampo para grampeador profissional 23/10 cx c/1000 (marcas sugeridas: ACC, Jocar, Iara, Cis ou qualidade superior)	Unid.	100	Jocar	R$ 3,08	R$ 308,00
03	Grampo para grampeador profissional 23/13 cx c/1000 (marcas sugeridas: ACC, Jocar, Iara, Cis ou qualidade superior)	Unid.	100	Jocar	R$ 3,15	R$ 315,00
04	Grampo para grampeador profissional 23/8 cx c/1000 (marcas sugeridas: ACC, Jocar, Iara, Cis ou qualidade superior)	Unid.	100	Jocar	R$ 2,97	R$ 297,00
05	Grampo para pistola tapeceiro 106/6 c/ 3.500 grampos (marcas sugeridas: ACC, Jocar, Iara, Cis ou qualidade superior)	Unid.	120	Jocar	R$ 7,00	R$ 840,00

Valor total do lote 45: R$ 3.000,00 (três mil reais).

LOTE 56

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Organizador de papéis pra mesa (caixa de correspondência) com 3 bandejas acrílicas móveis	Unid.	160	Walleu	R$ 31,77	R$ 5.083,20

Valor total do lote 56: R$ 5.083,20 (cinco mil oitenta e três reais e vinte centavos).

LOTE 58

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Pasta A-Z larga tam. ofício	Unid.	300	Polycart	R$ 6,26	R$ 1.878,00

Valor total do lote 58: R$ 1.878,00 (um mil oitocentos e setenta e oito reais).

LOTE 60

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Pasta polionda 4 cm	Unid.	300	Polycart	R$ 1,69	R$ 507,00
02	Pasta polionda 6 cm	Unid.	300	Polycart	R$ 2,07	R$ 621,00

Valor total do lote 60: R$ 1.128,00 (um mil cento e vinte e oito reais).

LOTE 61

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Pasta plástica transparente com aba e elástico tam. Oficio	Unid.	3000	VMP	R$ 1,25	R$ 3.750,00
02	Pasta plástica transparente com grampo trilho tam. Oficio	Unid.	1200	Alaplast	R$ 1,31	R$ 1.572,00
03	Pasta l cristal tam. A4	Unid.	500	Lyke	R$ 0,53	R$ 265,00

Valor total do lote 61: R$ 5.587,00 (cinco mil quinhentos e oitenta e sete reais).

LOTE 64

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Percevejo latonado cx c/ 100 unid	Unid.	120	Baxman	R$ 1,14	R$ 136,80

Valor total do lote 64: (cento e trinta e seis reais e oitenta centavos).

LOTE 66

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Pilha palito alcalina AAA 1,5v embalagem com duas unidades (marcas sugeridas: Duracell, Rayovak, Panassonic, Everede ou qualidade superior).	Unid.	1.000	Panasonic	R$ 4,79	R$ 4.790,00
02	Pilha pqna alcalina AA 1,5v embalagem com duas unidades (marcas sugeridas: Duracell, Rayovak, Panassonic, Everede ou qualidade superior).	Unid.	1.000	Panasonic	R$ 4,81	R$ 4.810,00

03	Pilha alcalina tam. Médio c 1,5v cartela com 02 unidades (marcas sugeridas: Duracell, Rayovak, Panassonic, Everede ou qualidade superior).	Unid.	200	Panasonic	R$ 719	R$ 1. 438,00
04	Pilha aa recarregável com duas unidades (marcas sugeridas: Duracell, Panassonic, Philips, Rayovak, Sony ou qualidade superior).	Unid.	200	Panasonic	R$ 20,10	R$ 4. 020,00
05	Pilha aaa recarregável com duas unidades (marcas sugeridas: Duracell, Panassonic, Philips, Rayovak, Sony ou qualidade superior).	Unid.	200	Panasonic	R$ 26,93	R$ 5. 386,00

Valor total do lote 66: R$ 20.444,00 (vinte mil quatrocentos e quarenta e quatro reais).

LOTE 71

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Pistola para cola quente grande com abalagem plastificada lacrada e ponta da pistola emborrachada na cor vermelha minimo 40w bivolt 110/220 (marcas sugeridas: Tilibra, Acrilex, Jocar, Mundial ou qualidade superior).	Unid.	300	Mundial	R$ 14,82	R$ 4. 446,00
02	Pistola para cola quente pqna com abalagem plastificada lacrada e ponta da pistola emborrachada na cor vermelha minimo 10w bivolt 110/220 (marcas sugeridas: Tilibra, Acrilex, Jocar, Mundial ou qualidade superior).	Unid.	300	Mundial	R$ 10,37	R$ 3. 111,00

Valor total do lote 71: R$ 7.557,00 (sete mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

LOTE 77

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Régua acrílica transparente 30 cm (marcas sugeridas: Acrimet, Waleu, Acrinil, Masterprint ou qualidade superior).	Unid.	1.200	Walleu	R$ 0,45	R$ 540,00
02	Régua acrílica transparente 50 cm (marcas sugeridas: Acrimet, Waleu, Acrinil, Masterprint ou qualidade superior).	Unid.	500	Walleu	R$ 1,61	R$ 805,00
03	Régua de madeira de MDF 1 metro	Unid.	70	Stalo	R$ 6,03	R$ 422,10

Valor total do lote 77: R$ 1.767,10 (um mil setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos).

LOTE 78

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Tesoura grande c/19 cm em aço inox (marcas sugeridas: Tramontina, Jocar, Mundial, CIS ou qualidade superior).	Unid.	500	Jocar	R$ 3,99	R$ 1. 995,00
02	Tesoura multi uso c/ 21cm (marcas sugeridas: Tramontina, Jocar, Mundial, CIS ou qualidade superior).	Unid.	100	Jocar	R$ 3,99	R$ 399,00
03	Tesoura para picotar grande aprox 23 cm em aço inox cabo plástico emborrachado (marcas sugeridas: Tramontina, Leo&Leo, Mundial, CIS ou qualidade superior).	Unid.	100	Jocar	R$ 35,60	R$ 3. 560,00
04	Tesoura pqna 1º linha escolar sem ponta (marcas sugeridas: Acrilex, Jocar, CIS, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	2.000	Jocar	R$ 1,15	R$ 2. 300,00

Valor total do lote 78: R$ 8.254,00 (oito mil duzentos e cinquenta e quatro reais).

LOTE 79

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Tinta guache 15 ml cx c/ 6 cores (marcas sugeridas: Acrilex, Mercur, Faber Castel, Tilibra ou qualidade superior).	Unid.	1000	Acrilex	R$ 2,39	R$ 2.390,00

Valor total do lote 79: R$ 2.390,00 (dois mil trezentos e noventa reais).

LOTE 83

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Tinta para tecido todas as cores 37ml	Unid.	1.500	Mercur	R$ 1,60	R$ 2.400,00

Valor total do lote 83: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

LOTE 86

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Caneta hidrográfica com 12 cores variadas sendo de ponta média, transparente e não tóxico (marcas sugeridas: Compactor, Faber Castel, Pilot, Bico u qualidade superior).	Unid.	1000	Compactor	R$ 5,20	R$ 5. 200,00

Valor total do lote 86: R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Valor total da ata de registro de preços: R$ 146.830,60 (cento e quarenta e seis mil oitocentos e trinta reais e sessenta centavos).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, Sr Fabio Schroeter, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, convida a população em geral para participar de Audiência Pública, para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2015, a realizar-se a no Plenarinho da Câmara Municipal, no dia 23/02/2016 às 19 horas.

FABIO SCHROETER

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, Sr. Fabio Schroeter, em atendimento ao disposto no Artigo 31 Parágrafo 3º da Constituição Federal, e no Artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso, torna público que as **CONTAS ANUAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015,** encontram-se à disposição dos munícipes pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Campo Verde - MT, 04 de Fevereiro de 2016

FABIO SCHROETER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 008/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a RETIFICAÇÃO do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE DESINTOXICAÇÃO QUÍMICA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 008/2016**, a se realizar no dia **25 de janeiro de 2016 às 08h30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 04 de fevereiro de 2016.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: PAPELNOBRE COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP, CNPJ 03.467.546/0001-45

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE – PREGÃO 003/2016

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 04/02/2016 a 04/02/2017

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 05

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Apontador plástico simples sem depósito, com lâmina em aço inox, resistência, durabilidade e alta qualidade com selo do Inmetro	Unid.	1.600	Goller	R$ 0,15	R$ 240,00

Valor total do lote 05: R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

LOTE 10

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Bateria 9v alcalina	Unid.	250	Elgin	R$ 7,89	R$ 1.972,50
02	Bateria CR 2032	Unid.	800	Elgin	R$ 1,09	R$ 872,00
03	Bateria IR 41	Unid.	100	Elgin	R$ 0,33	R$ 33,00
04	Bateria de Lithium de 3vcc	Unid.	100	Elgin	R$ 1,06	R$ 106,00

Valor total do lote 10: R$ 2.983,50 (dois mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos). LOTE 16

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caderno brochura com grampo formato 144mm x 208mm 23 pautas folhas internas em papel offset 56 g/m² 48 fls capa flexível 1ª qualidade	Unid.	10.000	Credeal	R$ 0,69	R$ 6.900,00
02	Caderno brochura com grampo formato 144mm x 208mm 23 pautas folhas internas em papel offset 56 g/m² 96 fls capa flexível 1ª qualidade	Unid.	10.000	Credeal	R$ 1,31	R$ 13.100,00

Valor total do lote 16: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

LOTE 17

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Caderno de caligrafia 40 fls capa flexível	Unid.	800	Credeal	R$ 0,66	R$ 528,00
02	Caderno de desenho cartografia espiral grande 48 fls	Unid.	800	Credeal	R$ 1,76	R$ 1.408,00
03	Caderno de folha quadriculada 48 fls capa flexível	Unid.	500	Credeal	R$ 0,78	R$ 390,00
04	Caderno 1/4 capa dura costurado com 96 folhas	Unid.	1.500	Credeal	R$ 2,59	R$ 3.885,00
05	Caderno 1/4 espiral capa dura com 200 folhas	Unid.	1.000	Credeal	R$ 4,46	R$ 4.460,00

Valor total do lote 17: R$ 10.671,00 (dez mil seiscentos e setenta e um reais).

LOTE 30

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Látex elástico - rolo com 10 metros, cores variadas	Unid.	1000	Lastex	R$ 0,58	R$ 580,00
02	Elástico de borracha japonês amarelo pacote com 100 gramas.	Unid.	500	Redbor	R$ 2,05	R$ 1.025,00

Valor total do lote 30: R$ 1.605,00 (um mil seiscentos e cinco reais).

LOTE 31

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Envelope branco para carta oficio 114mm x 229mm	Unid.	7000	Foroni	R$ 0,05	R$ 350,00
02	Envelope branco para cd com círculo plástico transparente na frente tam. aproximando 12x12cm	Unid.	500	Foroni	R$ 0,10	R$ 50,00
03	Envelope branco para convite tam. 162x115mm	Unid.	1.200	Foroni	R$ 0,05	R$ 60,00
04	Envelope meio ofício amarelo 15 x 21 cm	Unid.	5000	Foroni	R$ 0,11	R$ 550
05	Envelope saco amarelo 240 x 340 80 g	Unid.	15000	Foroni	R$ 0,19	R$ 2.850,00
06	Envelope saco branco 240 x 340 90 g	Unid.	10000	Foroni	R$ 0,20	R$ 2.000,00

Valor total do lote 31: R$ 5.860,00 (cinco mil oitocentos e sessenta reais).

LOTE 37

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Fita crepe 18mm x 50 m branca 1ª qualidade	Unid.	1.000	Aldebras	R$ 2,61	R$ 2.610,00
02	Fita crepe larga 50x50 m branca 1ª qualidade	Unid.	800	Aldebras	R$ 2,63	R$ 2.104,00

Valor total do lote 37: R$ 4.714,00 (quatro mil setecentos e quatorze reais).

LOTE 41

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Giz branco, escrita macia 1ª linha cx c/ 40 caixinhas com 64 palitos em cada caixinha	Unid.	30	Koala	R$ 44,50	R$ 1.335,00
02	Giz colorido, escrita macia 1ª linha cx c/ 40 caixinhas com 64 palitos em cada caixinha	Unid.	20	Koala	R$ 62,75	R$ 1.255,00

Valor total do lote 41: R$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais).

LOTE 51

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Líquido para limpeza de quadro branco de 60ml spray	Unid.	250	Radex	R$ 8,19	R$ 2.047,50

Valor total do lote 51: R$ 2.047,50 (dois mil quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

LOTE 57

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Palito de picolé pct c/ 50 unidades	Unid.	600	Sorpan	R$ 0,77	R$ 462,00
02	Palitos para churrasco feitos de bambu, pacote contendo 50 unidades, tamanho aproximado 30 cm x 3,00mm secos em estufa, esterelizados em forno de 180ºc e tratados	Unid.	600	Theoto	R$ 1,27	R$ 762,00

Valor total do lote 57: R$ 1.224,00 (um mil duzentos e vinte e quatro reais).

LOTE 82

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Tinta para pincel atômico azul, preto, verde ou vermelho 40 ml	Unid.	200	Radex	R$ 2,49	R$ 498,00

Valor total do lote 82: R$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais).

LOTE 85

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Velcro na cor branca ou preta rolo com 1,5cm x 25m	Unid.	50	NYBC	R$ 15,20	R$ 760,00

Valor total do lote 85: R$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)

LOTE 90

Item	Descrição	Und	Qtde	Marca	Valor unit.	Valor total
01	Lapiseira 0.5mm	Unid.	300	Goller	R$ 1,36	R$ 408,00
02	Lapiseira 0.7mm	Unid.	300	Goller	R$ 1,36	R$ 408,00
03	Grafite 0.5 embalagem com 12 unidades	Unid.	50	Goller	R$ 0,32	R$ 16,00
04	Grafite 0.7 embalagem com 12 unidades	Unid.	50	Goller	R$ 0,32	R$ 16,00

Valor total do lote 90: R$ 848,00 (oitocentos e quarenta e oito reais)

Valor total da ata de registro de preços: R$ 54.041,00 (cinquenta e quatro mil e quarenta e um reais).

**A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura: www.campoverde.mt.gov.br*

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.166, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, unidade de Campo Verde, nas seguintes condições:

I – Disponibilizar uma diretora do quadro dos servidores municipal para atender a Escola Castelinho;

II – Disponibilizar 02 (dois) professores da rede municipal com carga horária de 24 horas;

III - Disponibilizar um motorista da rede municipal para transporte dos alunos;

IV – Disponibilizar um auxiliar administrativo da rede municipal;

V – Abastecer os veículos da APAE utilizados no transporte de alunos com até 2000 litros de combustível ano para Kombi e 4.000 litros de combustível ano para microônibus;

VI – Realizar a manutenção dos veículos da APAE utilizados no transporte dos alunos, com serviços diversos;

VII - Fornecer material pedagógico necessário a APAE;

VIII – Fornecer merenda escolar para os alunos da APAE;

IX – Custear despesas com energia elétrica do prédio da APAE.

X- Repassar o valor anual de até R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) a fim de custear despesas da referida entidade, divido em parcelas mensais.

Art. 2º - O convênio abrangerá os exercícios financeiros de 2016.

Parágrafo único – As prestações de contas referentes a tal convênio devem ter cópia encaminhada à Câmara de Vereadores.

Art. 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 03 de Fevereiro de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 013/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMACOLÓGICOS**, na modalidade pregão (presencial) n° **013/2016**, a se realizar no dia **09 de março de 2016 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 05 de fevereiro de 2016.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a**CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDER NA MERENDA ESCOLAE, CONFORME RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 038 DE 16 DE JULHO DE 2009 DO PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, no dia **22 de FEVEREIRO de 2016, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 04 de Fevereiro de 2016.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente CPL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 030/2014

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**.

DISTRATADO**: MARIA DA GLORIA CANDIDA DE ASSUNCAO**

MOTIVO: A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.

DATA DO DISTRATO: 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.165, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Município de Campo Verde será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP objetivando:

I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - a ampliação da eficiência das políticas públicas; e,

III - o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto nesta lei a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações, em especial àquelas constantes dos artigos 42 a

49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente:

I - comprovação da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato;

II - preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

III - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

IV - em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

V - em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deverá haver cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - Os processos licitatórios exclusivos para aquisição de bens e serviços de natureza divisíveis previstos inciso III do "caput" deste artigo e as cotas de até 25% previstas no inciso V do "caput" deste artigo, poderão ser destinados unicamente às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Campo Verde-MT, capazes de cumprir com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios situados no Estado de Mato Grosso.

§ 2º - Na realização de processos licitatórios exclusivos poderão ser empregadas quaisquer das modalidades de licitação.

§ 3º - A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte local ou regional é requisito de habilitação nos processos licitatórios exclusivos previstos no inciso III deste artigo e nas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) previstas no inciso V, quando aplicado o disposto do § 1º.

Art. 3º - Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º desta lei e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos nesta lei deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

I - a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Campo Verde-MT;

II - não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Campo Verde-MT, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios situados no Estado de Mato Grosso;

§ 1º - A prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente a que se refere o *"caput"*, tem como justificativa:

I - o desenvolvimento econômico promovido pela variação positiva da capacidade produtiva da economia com elevação do produto interno bruto, aliadas às variações positivas relacionadas com ascensão da qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do município e da região, com melhoras dos indicadores sociais relacionados ao índice de desenvolvimento humano - IDH;

II - materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuição das riquezas do município e da região;

III - materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;

IV - priorizar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, aumentando a competitividade delas, contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais.

Art. 4º - Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo:

I - Poderá ser utilizada a licitação por item;

II - Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º - Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 5º - Na habilitação em licitações, as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º - A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 6º - Em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços em que houver exigência de subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte deve ser dada preferência às sediadas localmente, quando existentes, podendo, em caso contrário, serem ampliadas às estabelecidas na região.

§ 1º - É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 2º - O disposto no **"caput"** não é aplicável quando:

I - o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a proponente for consórcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno por-

te, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 7º - Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

I - o edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e Região;

II - deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

III - a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV - demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

Art. 8º - As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 03 de Fevereiro de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 049, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150, §2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora **KELY LILIAN PIMENTA**, admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativo, conforme Portaria nº. 005, de 01 de março de 2002, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2002 a 28/02/2007, pelo prazo de três meses, a contar dessa data, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito SUPLEMENTAR ao ORçamento Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 735, de 02 de fevereiro de 2016;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 719/2015, no valor de R$ 51.989,86 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos), conforme se especifica a seguir:

ORGÃO: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO: 1.053

FONTE DE RECURSO: 100 – RECURSOS PRÓPRIOS

ELEMENTO: 44.90.51.00.00.00.00.0100 Obras e Instalações R$ 51.989,86

Total: R$51.989,86

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentarias.

ORGÃO: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO: 1.053

FONTE DE RECURSO: 100 – RECURSOS PRÓPRIOS

ELEMENTOS: (400) 33.90.14.00.00.00.00.0100 Diárias Civil R$ 10.000,00

(416) 33.90.30.00.00.00.00.0100 Material de Consumo R$ 20.000,00

(437) 33.90.48.00.00.00.00.0100 Auxilios Financeiros R$ 10.000,00

(508) 33.90.39.00.00.00.00.0100 Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica R$ 11.989,86

Total: R$51.989,86

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 017, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito SUPLEMENTAR ao ORçamento Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 736, de 02 de fevereiro de 2016;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 719/2015, no valor de R$ 40.543,19 (quarenta mil quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), conforme se especifica a seguir:

ORGÃO: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJETO: 1.052 Construção e Ampliação do Complexo Esportivo

FONTE DE RECURSO: 100 – RECURSOS PRÓPRIOS

ELEMENTO: 44.90.51.00.00.00.00.0100 Obras e Instalações R$ 40. 543,19

Total: R$40.543,19

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentarias.

ORGÃO: 09- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA

ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00.00.0100 Outros serviços de Terc. Pess. Juridico R$ 40.543,19

Total: R$40.543,19

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 055, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150, §2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora **SANDRELY SOUZA LOPES**, admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Enfermeira Padrão, conforme Portaria nº. 089, 02 de agosto de 2010, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2010 a 01/08/2015, pelo prazo de três meses, a contar dessa data, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Campos de Júlio, 03 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 054, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA A FUNCIONÁRIO EFETIVO QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo segundo do artigo 13 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008, em observância aos **estritos termos d**o artigo 37, V da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º Atribui Função Gratificada de Encarregado da Junta de Serviço Militar à funcionária pública **ROSENILDA APARECIDA DE OLIVEIRA** ocupante de cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-06, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 008, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a audiência pública do RGF Relatório de Gestão Fiscal e RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, e demais legislações aplicáveis, **COMUNICA** às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia 10 de Fevereiro de 2016 (Quarta-feira), às 19:30 horas, no auditório da Câmara Municipal, com o objetivo de apresentar o RGF Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre e RREO Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6 º Bimestre.

Campos de Júlio/MT, em 27 de janeiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 051, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 20 (vinte) dias, computados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, aos servidores abaixo nominados, lotados no Executivo Municipal, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
GERALDO FERREIRA SOARES JUNIOR	23/01/2014 a 22/01/2015
VIVIENE BARBOSA SILVA	01/01/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, a servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
LIANE ZONATTO	01/02/2015 a 01/03/2015

Art. 3º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
VIVALDO SOARES PINHEIRO	02/01/2015 a 01/01/2016

Art. 4º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
JULIANO SALVADOR DA SILVA	03/12/2014 a 02/12/2015
MARILZA DE SOUZA	01/02/2014 a 06/04/2015
OSIEL YOSHINO BARROS	03/01/2015 a 02/01/2016
VALDIRENE SOUZA DIAS	02/09/2014 a 01/09/2015

Art. 5º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, a servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	05/01/2015 a 04/01/2016

Art. 6º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 12 de fevereiro de 2016, a servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
TATIANE PINHEIRO DA SILVA	07/08/2014 a 06/08/2015

Art. 7º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 050, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA EM CARÁTER ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o atendimento aos requisitos previstos no artigo 150, §2º do Estatuto do Servidor, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença em caráter especial (licença–prêmio) à servidora **LUCIANA APARECIDA FERREIRA**, admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativo, conforme Portarias nºs. 034, 23 de junho de 2008 e 063, de 07 de fevereiro de 2014, relativo ao período aquisitivo de 12/05/2008 a 11/05/2013, pelo prazo de três meses, a contar dessa data, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 733, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGO TEMPORÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o quantitativo do cargo contratado temporariamente de Professor de Pedagogia, previsto no artigo 1º da Lei Municipal nº 658 de 26 de janeiro de 2015, passando a vigorar da seguinte forma:

CARGO	Nº DE VAGAS AMPLIADAS	TOTAL DE VAGAS	CARGA HORÁRIA
Professor de Pedagogia	02	17	25hs.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento geral do município.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 027/2015

DA ESPÉCIE: CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS CONFORME DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DO OBJETO: Cancelamento de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 046/2015, aquisição de material de limpeza hospitalar.

DO CANCELAMENTO:

1	Amaciante de roupas perfumado	UN	START	4	664,57
2	Desinfetante para tecido e roupas hospitalares	UN	START	4	809,57
3	Desinfetante para tecido e roupas hospitalares em pó	UN	START	10	809,57
4	Detergente alcalinizante líquido	UM	START	4	763,95
5	Detergente líquido concentrado para roupas	UN	START	4	1037,50

6	Neutralizador de resíduos alcalinos e alvejantes químicos	UN	START	6	733,65
7	Acabamento impermeabilizante acrílico metalizado	UN	START	80	182,76
8	Desinfetante hospitalar para pisos, parede e superfícies fixas em geral	UN	START	8	160,20
9	Desinfetante 1000ml	UN	START	20	182,64
10	Detergente desengordurante alcalino e clorado	GL	START	10	903,59
11	Detergente multiuso 20L	GL	START	20	215,44
12	Antiséptico a seco para mãos	UN	START	160	104,73
13	Sabonete líquido 5L	UN	START	160	69,87

ASSINAM: – DIRCEU MARTINS COMIRAN Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e a empresa Comercial HF Comercio de produtos descartáveis e limpeza Ltda- EPP**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº.73.905.341/0001-80

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 736, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2016, previsto na Lei nº 591/13, de 26 de novembro de 2013, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 09– Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo **Unidade:** 09.02 Departamento de Esportes **Função:** 27 Desporto e Lazer **Sub-função:** 812 Desporto Comunitário **Programa:** 9 Desenvolvimento do Desporto e Lazer **Projeto:** 1.052 Construção e Ampliação do Complexo Esportivo **Produto:** unidade **Exercício:** 2016 40.543,19 **Valor Total: R$ 40.543,19** (quarenta mil quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos) **Meta:** Estabelecer diretrizes e formular políticas nas áreas de esporte e lazer, desenvolvendo e executando ações governamentais voltadas para a prática desportiva e recreativa.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 692, de 23 de Junho de 2015, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro de 2016:

Descrição da Ação
Órgão: 09– Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo **Unidade:** 09.02 Departamento de Esportes **Função:** 27 Desporto e Lazer **Sub-função:** 812 Desporto Comunitário **Programa:** 9 Desenvolvimento do Desporto e Lazer **Projeto:** 1.052 Construção e Ampliação do Complexo Esportivo **Produto:** unidade **Exercício:** 2016 40.543,19 **Valor Total: R$ 40.543,19** (quarenta mil quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos) **Meta:** Estabelecer diretrizes e formular políticas nas áreas de esporte e lazer, desenvolvendo e executando ações governamentais voltadas para a prática desportiva e recreativa.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2016, previsto na Lei nº 719/15, de 27 de Outubro de 2015, no valor de R$ 40. 543,19 (quarenta mil quinhentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 09SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 Departamento de Esportes

PROJETO 1.052- Construção e Ampliação do Complexo Esportivo

FONTE RECURSO: 100 – Recursos Próprios

ELEMENTO: 44.90.51.00.00.00.00.0100 Obras e Instalações R$ 40. 543,19

Total R$ 40.543,19

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 09SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 Departamento de Cultura

(590) 33.90.39.00.00.00.00.0100 Outros serviços de Terc. Pess. Juridica R$ 40.543,19

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 048, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°. 361, de 01 de fevereiro de 2016,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária **ELAINE TEREZINHA MARTINELLO**, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº. 124, de 03 de setembro de 2010.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 124, de 03 de setembro de 2010, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 734, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚ-

LIO, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº. 711, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o PoderExecutivo autorizado a prorrogar o prazo para regularização de créditos do município, decorrentes de débitos tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, referido no artigo 1º da Lei Municipal nº. 711, de 27 de setembro de 2015 para abranger os fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º O prazo para a formalização de ingresso no PPI previsto no § 2º do artigo 2º da Lei Municipal nº. 711, de 27 de setembro de 2015 fica prorrogado para 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Lei nº. 711, de 27 de setembro de 2015.

Art. 4º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 003, DE 01 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
CLARICE VERONICA PFEIFER	15/01/2016 21/01/2016 22/01/2016 a 26/01/2016
FLAVIO DE OLIVEIRA DUARTE	21/01/2016

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ELIANI APARECIDA SILVA	15/01/2016
ELAINE TERESINHA MOURA	20/01/2016 27/01/2016

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
VALDEIR VON STEIN	15/01/2016
JOSE APARECIDO DE FRANÇA JUNIOR	13/01/2016 a 14/01/2016 28/01/2016
VALDIR DA CRUZ	19/01/2016 a 20/01/2016
JORGE THADEU ALVES COSTA	25/01/2016 a 26/01/2016

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
NEUSA DOS SANTOS	22/01/2016 25/01/2016
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	02/01/2016 12/01/2016
EDENIR HELENA DE SOUZA	05/01/2016 a 07/01/2016
JOSIANE DE SOUZA CAMARGO	21/01/2016 a 22/01/2016
SUELEN DIAS PEREIRA DOS SANTOS	20/01/2016
LORENA VALMORBIDA DE OLIVEIRA	04/01/2016 a 09/01/2016
AOZENIRA OLIVEIRA ANTONIO GUIMARÃES	12/01/2016 a 13/01/2016
ELISANGELA ROGERIO DOS SANTOS	18/01/2016 a 20/01/2016
LARISSA BERNARDO FEITOSA	21/01/2016 a 22/01/2016 28/01/2016 29/01/2016
NATALIA MACHADO DE OLIVEIRA	14/01/2016 a 15/01/2016
MARGARETE DALCIN	14/01/2016 a 15/01/2016 29/01/2016 a 31/01/2016

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
OLIDIA SILVIA BORGES MACIEL	28/01/2016

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
SERGIO CARDOSO DE OLIVEIRA	20/01/2016 a 31/01/2016
MARLENE GONÇALVES DE AGUIAR	22/01/2016 25/01/2016 a 27/01/2016
ELIZA ISABEL DE ALMEIDA MOURA	01/01/2016
DAIANE DA SILVA MENDES FERREIRA	26/01/2016 a 29/01/2016
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS	27/01/2016
MARCIA OLIVEIRA DE MELLO	20/01/2016 a 22/01/2016
GERALDA PEREIRA	25/01/2016 a 29/01/2016
ROSENILDA SILVA ARAUJO	25/01/2016
PAULO HELDER MARTINS LEITE	20/01/2016 a 27/01/2016
VERA LUCIA PINHEIRO	26/01/2016

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
JOSIANE RIBEIRO DA SILVA	25/01/2016

Art. 8º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
WELINGTON CARDOSO DE ASSIS	08/01/2016

Art. 9º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de janeiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 047, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I, alínea "b" do artigo 148 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º Designar os representantes abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal do Idoso, instituído pela Lei nº. 252, de 18 de abril de 2005, ficando assim constituído:

I. Governo Municipal:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Nadir Morara

Suplente: Marli Salete Marafon

b) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Juliana Ferreira de Castro

Suplente: Nádia Talal Nejen

c) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Titular: Maria Loreni de Quadros Pazinatto

Suplente: Olívia Fernandes da Silva

d) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação:

Titular: Thais Silva Maciel

Suplente: Ronair Ramos da Silva

e) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Andrelina Siqueira dos Santos

Suplente: Sandra Liberatorre Ardaia

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Associação Comercial e Empresarial de Campos de Júlio-ACICA

Titular: Camila Garcia Pinheiro

Suplente: Vera Lúcia Frohlich

b) Igreja Primeira Batista

Titular: Tilene Kazume Yoslida

Suplente: Fabiano de Souza Evangelista

c) Comunidade Nossa Senhora das Graças de Campos de Júlio:

Titular: Clarisse Buss Maria Luiza Pinzon Zamo

Suplente: Maria Luiza Pinzon Zamo

d) Centro de Tradições Gaúchas-CTG

Titular: Salete Zamo Wingenbach

Suplente: Maxima Graziella Ortolan Schimidt

e) II - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

Titular:Fátima Rosana da Cruz

Suplente**:** Clair Zamo Paliarini

Art. 2º Os representantes do Conselho Municipal do Idoso exercerão mandado de dois anos, na forma do artigo 5º, III da Lei nº 252, de 18 de abril de 2005, com as atribuições elencadas no artigo 4º da referida lei.

Art. 3º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 115, de 13 de maio de 2013.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 01 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 002, DE 01 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
SEBASTIANA DA SILVA MOURA	21/01/2016 a 23/01/2016
LISANGELA DA SILVA	04/01/2016 a 07/01/2016 27/01/2016
MARIA INES GOLFETTO ZANELLA	07/01/2016 13/01/2016 25/01/2016 a 26/01/2016

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS OLIVEIRA	22/01/2016
CLEONICE DE ARMADA FRANÇA	20/01/2016
ROSANA GOMES DE BRITO	28/01/2016 a 29/01/2016

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 01 de janeiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 735, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2016, previsto na Lei nº 591/13, de 26 de novembro de 2013, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 07– Secretaria Municipal de Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 8 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 7 Cidadania para Todos **Projeto:** 1.053 Construção e Reforma da Secretaria de Assistência Social **Produto:** unidade **Exercício:** 2016 51.989,86 **Valor Total: R$ 51.989,86** (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos e informações de direitos como forma e garantia de direitos e do cumprimento dos deveres do cidadão.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 692, de 23 de junho de 2015, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro de 2016:

Descrição da Ação
Órgão: 07– Secretaria Municipal de Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 8 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 7 Cidadania para Todos **Projeto:** 1.053 Construção e Reforma da Secretaria de Assistência Social **Produto:** unidade **Exercício:** 2016 51.989,86 **Valor Total: R$ 51.989,86** (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos e informações de direitos como forma e garantia de direitos e do cumprimento dos deveres do cidadão.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2016, previsto na Lei nº 719/2015, de 27 de Outubro de 2015 no valor de R$ 51.989,86 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNICA SOCIAL

PROJETO 1.053

FONTE RECURSO: 100 – Recursos Próprios

ELEMENTO: 44.90.51.00.00.00.00.0100 Obras e Instalações R$ 51.989,86

Total R$ 51.989,86

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNICA SOCIAL

PROJETO 1.053

FONTE RECURSO: 100 – Recursos Próprios

(400) 33.90.14.00.00.00.00.0100 Diárias Civil R$ 10.000,00

(416) 33.90.30.00.00.00.00.0100 Material de Consumo R$ 20.000,00

(437) 33.90.48.00.00.00.00.0100 Auxilios Financeiros R$ 10.000,00

(508) 33.90.39.00.00.00.00.0100 Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica R$ 11.989,86

Total anulação R$ 51.989,86

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 02 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio/MT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 046, DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA OCUPANTE AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições estatuídas no artigo 11, II do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, cominado com o artigo 27 da Lei Municipal nº. 148, de 19 de abril de 2001 e artigo 37, V da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora **ISABETE BUFFON AIALA DE OLIVEIRA** para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Controle do Meio Ambiente, de provimento em comissão, com direito a percepção da remuneração equivalente ao Padrão CC-16 constante do anexo II da Lei nº 625, de 15 de abril de 2014.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 28 de janeiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2014.

DO OBJETO: Alterar CLÁUSULA IV – DO VALOR do contrato original.

DO VALOR ADITADO: Fica aditado em aproximadamente 19,3%Aproximadamente, correspondente ao valor de R$ 51.989,86 (Cinquenta e um mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos)

DO VALOR GLOBAL: O valor Global do Contrato passará para 321.537,74 (trezentos e vinte e um mil quinhentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e SERVAM – SERVIÇOS AMAZONIA LTDA CNPJ. 05.976.135/0001-00 / CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016 DE: 07/01/2016

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica o Sr. **FELIPE BARBOSA CAVALCANTE,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **2556878-7** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº. **053.223.001-98, Nomeado** para exercer a função de **GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E COMPRAS,** deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Janeiro de 2016.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

DECRETO Nº2613/2016.

De 04 de fevereiro de 2016.

Decreta ponto facultativo nas repartições publicas municipal e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, Evaldo Osvaldo Diehl, no uso de suas atribuições legais;

Considerando Decreto Estadual nº 369/2015, que estabelece os feriados e pontos facultativos, nacionais e estaduais, nas repartições públicas de Mato Grosso para o ano de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam decretados pontos facultativos nas repartições da Administração Pública Municipal do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais:

I - 08 de fevereiro (segunda-feira) - ponto facultativo;

II - 09 de fevereiro (terça-feira) Carnaval - ponto facultativo;

Art. 2º. Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRAO DO CONTRATO N.•01/2016

CONTRATO N°: **001/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **NEUSA MARIA TECH GRAEFF COMERCIO ME** CNPJ: 02.365.265/0001-19

OBJETO: Locação de Imóvel Comercial.

VALOR: **R$ 15.000,00 (Quinze mi reais)**

VIGÊNCIA: 02.01.2016 a 31.12.2016

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente

DATA DE ASSINATURA: 02.01.2016

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 06/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 06/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR/TECNICO** para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 19/02/2016 às 14:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **05** de **fevereiro** de **2016**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Pregoeira, torna público que realizará às **08:30 HORAS DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, situada à Rua Tiradentes, 166 – Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, licitação na modalidade **PREGÃO 001/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MAGIA DO SABER.

Informações detalhadas e o Edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães no endereço acima de segunda a sexta feira em horário normal de expediente das 12:00 às 18:00 horas nos dias úteis, com a **Comissão Permanente de Licitações**, fone (65) 3301-1570 ou e-mail licitachapada@gmail.com

Chapada dos Guimarães (MT), 05 de Fevereiro de 2016.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 002/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Pregoeira, torna público que realizará às **13:30 HORAS DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, situada à Rua Tiradentes, 166 – Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, licitação na modalidade **PREGÃO 002/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO POR HORA OU MENSAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS.**

Informações detalhadas e o Edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães no endereço acima de segunda a sexta feira em horário normal de expediente das 12:00 às 18:00 horasnos dias úteis, com a **Comissão Permanente de Licitações**, fone (65) 3301-1570 ou e-mail licitachapada@gmail.com

Chapada dos Guimarães (MT), 05 de Fevereiro de 2016.

MAILI DA SILVA MATOSO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DECRETO Nº. 013/2016

Colider/MT., 01 de fevereiro de 2016.

“Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do processo seletivo simplificado nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.

Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo lº - Fica prorrogado o prazo do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2015 para provimento em contrato temporário da Prefeitura Municipal de Colíder-MT., com base no item 9.1 do Edital de abertura, homologado em 04 de agosto de 2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios – AMM em 04 de agosto de 2015, pelo prazo 180 dias, contado a partir de 31 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 31 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso.

Registre-se.

Publique-se.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2015

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2015 que deverão apresentar-se na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **até o dia 19 de Fevereiro de 2016**, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas:

-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;

-Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

-Conta corrente (Banco do Brasil)

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-02 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

Os candidatos convocados são:

26 - Apoio Administrativo Educacional Manutenção De Infraestrutura (Cozinheira) - Nível Medio

Inscrição	**Nome**	**GERAIS**	**ESPEC.**	**Títulos**	**Pont**	**Class**	Aprovado
0554	ALTIVIA DA SILVA	4	7	0,00	58,00	18	Class
0927	NEIDILAINE DE OLIVEIRA	4	7	0,00	58,00	19	Class
0509	FERNANDA BARBOSA DE CARVALHO	2	8	0,50	56,50	20	Class

02- Professor de Geografia

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Titulos	Pont	Class	Aprovado
0459	ROSA DOS SANTOS PEREIRA	4	6	2.00	54.00	2	CLASS
0072	ALESSANDRO DE MATTOS MACHADO	2	6	3.00	47.00	3	CLASS

27 - Técnico em Desenvolvimento Infantil

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Titulos	Pont	Class	Aprovado
0870	DAIANE RODRIGUES GARRIDO	7	3	1.00	47.00	37	CLASS

24 5 - Apoio Administrativo Educacional Manutenção De Infraestrutura (Zeladora) - Nível Medio

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Títulos	Pont	Class	Aprovado
0949	SIMONE APARECIDA LOURENCAO	5	5	0,00	50,00	27	Class
0534	MARLENE PRATES DA SILVA TARIFA	6	4	2,00	50,00	28	Class
0031	IRMA BARBIERO	3	6	1,50	49,50	29	Class
0402	SIDNEIA RODRIGUES DOS SANTOS FIGUEIREDO	6	4	1,00	49,00	30	Class

029 - Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Nível Médio

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Títulos	Pont	Class	Aprovado
1190	ERASMO CARLOS DE SOUSA LIMA	4	8	0,00	64,00	4	Class
1179	JOSANA ANDRADE ARAUJO	4	7	0,00	58,00	5	Class

1113	CLAUDINEIA BARIZON PERIN	3	6	0,00	48,00	6	Class
1227	RONALDO ALVES DOS SANTOS	3	6	0,00	48,00	7	Class

16 - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais (Escola Fazenda Veraneio)

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Titulos	Pont	Class	Aprovado
0728	GEZILDA DOS SANTOS	2	3	3.50	29.50	1	SIM

001 - Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Licenciatura com Habilitação Específica

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Títulos	Pont	Class	Aprovado
0836	DIRCIANE JONER	4	3	0,00	34,00	62	Class
0044	MARINEIDE DA SILVA	5	2	2,00	34,00	63	Class
0050	LUCILENE LUIZ GOMES SILVA	3	3	4,00	34,00	64	Class

20 - Professor de Computação (Escola Santa Maria Do Ouro Verde)

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Titulos	Pont	Class	Aprovado
0732	DIEGO MATIAS DA SILVA	4	6	0.00	52.00	2	CLASS
1158	VERONICA BARBOSA ROCHA HOLZSCHUH	2	6	1.00	45.00	3	CLASS
0269	EDNA ADRIANA DA SILVA	4	3	4.50	38.50	4	CLASS

037 - Técnico em Desenvolvimento Infantil

Inscrição	Nome	GERAIS	ESPEC.	Titulos	Pont	Class	Aprovado
0902	EDIVALDA FERREIRA JOB	3	3	0.00	30.00	2	CLASS

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

O presente Processo Seletivo Simplificado tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovado por mais 180 (cento e oitenta) dias, havendo a necessidade de continuidade dos serviços, a contar da data de publicação do resultado final.

Colíder/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02/2016 AO EDITAL Nº 02/2015 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 072 /2015, de 20 de agosto de 2015, torna público o edital Complementar do Edital do Processo Seletivo Público 02/2015.

Art. 1º - Ficam *Convocados os aprovados* do Processo Seletivo Público nº. 02/2015, os candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Gestão Pública - Prefeitura Municipal de Colíder - MT, situada na Travessa dos Parecis nº. 85, Centro, Setor Leste, durante o **período de 05 a 15 de fevereiro de 2016,** no horário das 8:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, na ordem que se pede que serão retidas.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência, (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo);

-Conta corrente (Banco Bradesco);

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

Art. 2º - O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. A posse será realizada a partir do dia **16 de fevereiro de 2016**.

Art. 3º - O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Cargo : 006 - Agente de Combate as Endemias

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0107	Cleide Pereira da Silva	21	Convocado
0171	Meire Ribeiro da Silva Santos	22	Convocado
0137	Adriana Santos Luna	23	Convocado
0297	Diele Oliveira Aragão	24	Convocado
0213	Francinete Maria da Silva	25	Convocado

Colíder /MT, 04 de fevereiro de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS LUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

Colíder/MT Processo Seletivo Público nº 02/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DECRETO Nº. 049/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 049/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR VILMAR DE OLIVEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 4855960 SSP/SP e CPF n° 535.214.719-34, para ocargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº. 048/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 048/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 1474055-9SSP/MT e CPF n° 015.111.871-07, para ocargo de **ASSESSOR JURIDICO** JUNTO AO GABINETE**,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº. 046/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 046/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Pedido:"Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 e no Inciso I do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora, **IRACEMA MOURA DA SILVA**, portadora do RG n.º 455095 SSP/RO e CPF n° 420.673.162-49, para exercer o cargo de **ASSESSOR ADJUNTO,** vinculado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ADRIANA MARIA BOURSCHAIDT

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 042/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº 056/GP/PMC/16

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DECRETO Nº 056/GP/PMC/16

COLNIZA, 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTENTAL FÍSICO DO MUNICÍPIO DE COLNIZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Artigo 1º. Fica constituída a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL E LEVANTAMETO dos bens imóvel e móvel da Prefeitura Municipal de Colniza nos seguintes termos:

I – Comissão de transição governamental e levantamento dos bens imóvel e móvel com seguintes elementos da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA com os seguintes elementos:

João Marcos Abramovski – concursado – Educação Motorista – Presidente;

Regina Negrisoli dos Santos – concursado – Educação Patrimônio – Relatora;

Marcio Aparecido Lopes – concursado – Secretário de Educação – Membro

Dr. José Geraldo Scarpati – Membro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Alessandro Faustino Polastrini – concursado – Secretário de Saúde – Presidente -

Jaqueline Martins Souza – concursada – Agente de Saúde Ambiental - Relatora

Daiane Cristina de Araujo Campos – concursada – Enfermeira – Membro.

Dr. José Geraldo Scarpati – Membro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA;

Vilmar Oliveira Fernandes – Secretário de Obras – Presidente;

Eliseu Firmino da Silva – concursado – Motorista Obras – Relator;

Maristela Lima Sanches de Paula – Secretária de Meio Ambiente – Membro

Dr. José Geraldo Scarpati – Membro.

MEIO AMBIENTE E TURISMO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GABINETE DO PREFEITO:

Maristela Lima Sanches de Paula – Secretária de Meio Ambiente – Presidente;

Vilmar Oliveira Fernandes – Secretário de Obras – Relator;

Daiane Cristina de Araujo Campos – concursada – Enfermeira - Membro

Dr. José Geraldo Scarpati – Membro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. José Geraldo Scarpati – Presidente.

Odair Ineias Bach – Relatora

Jaqueline Martins Souza

AGRICULTURA

Odair Ineias Bach – Secretário de Agricultura

ADMINISTRAÇÃO

Adriana Maria Neis Bourschaidt – Secretária de Administração

Artigo 2º. As Comissões acima nomeada terá prazo de 30 (trinta) dias, para efetuar os levantamentos e reparar a ASTEJUR, podendo ser prorrogada quantas vezes forem necessárias.

Artigo 3º - As Comissões encontrando irregularidade deverão comunicar a ASTEJUR para as devidas providências administrativa, cível e criminal.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº. 045/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 045/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Pedido:"Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 e no Inciso I do Art. 88 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **MARISTELA LIMA SANCHES DE PAULA**, portadora do RG n.º 1531828 SSP GO e CPF nº 907.973.531-00, para exercer o cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE,** vinculado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº. 054/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 054/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR RITA SCHNEIDER, portadora da Carteira de Identidade RG. Nº 1046128-01 SSP/MT e CPF n° 538.041..121-53, para ocargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº 057/GP/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 057/GP/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 042/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016, que dispõe sobre a nomeação da Sra. ADRIANA MARIA NEIS

BOURSCHAIDT, ao cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito **o Decreto nº 042/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016**, que dispõe sobre a nomeação da Sra. **ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT**, ao cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ERRATA DO DECRETO Nº 040/GP/2016 DE 30 DE JANEIRO DE 2016

ERRATA DO DECRETO Nº 040/GP/2016 DE 30 DE JANEIRO DE 2016 – "Dispõe sobre exoneração de cargos COMISSIONADOS de livre nomeação e exoneração e dá outras providências".

Onde se lê:

DECRETO Nº **040/GP/2016 DE 30 DE JANEIRO DE 2016.**

Leia–se:

DECRETO Nº **040/GP/2016 DE 01 FEVEREIRO DE 2016.**

Registra-se,

Publica-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 047/GP/2016

ERRATA DO DECRETO Nº 052/GP/PMC/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

ERRATA DO DECRETO Nº 052/GP/PMC/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016 - Trata-se de ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO.

Onde se lê:

DECRETO Nº **052/GP/PMC/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Leia–se:

DECRETO Nº **055/GP/PMC/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Registra-se,

Publica-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ERRATA DOS DECRETOS Nº 043/GP/2016, Nº 044/GP/2016, Nº 045/GP/2016, Nº 046/GP/2016, Nº 047/GP/2016, TODOS DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

ERRATA DOS DECRETOS Nº 043/GP/2016, Nº 044/GP/2016, Nº 045/GP/2016, Nº 046/GP/2016, Nº 047/GP/2016, todos de 02 de Fevereiro de 2016.

Onde se lê:

DECRETO Nº 043/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 044/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 045/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 046/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 047/GP/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

Leia–se:

DECRETO Nº 043/GP/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 044/GP/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 045/GP/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 046/GP/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 047/GP/2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Qualquer controvérsia oriunda em relação à data de vigor dos decretos supra, estes devem ser considerados em vigor desde 01 de fevereiro de 2016, retroagindo à data do decreto, independente da data de sua publicação, por tratar-se de mero erro material na elaboração destes.

Registra-se,

Publica-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 047/GP/2016

DECRETO Nº. 053/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 053/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR JOSÉ OSNI DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 3115596-7 SSP/MT e CPF n° 426.669.889-53, para ocargo de **SUB PREFEITO DO GUARIBA,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO N° 52/GP/PMC//2016

DECRETO N° 52/GP/PMC//2016

"Dispõe sobre a anulação do PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 041/2015 – OBJETO: AQUISIÇÃO 1 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM BASE NO CONTRATO DE REPASSE N° 807175/2014/MAPA/CAIXA, e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, prefeito municipal de Colniza do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

1. Considerando que o conceito de ato Administrativo é baseado no de ato jurídico, diferenciado-se deste pela finalidade pública; **2.** Considerando que o ato Administração é toda manifestação unilateral da vontade da administração pública, que agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, e; **3.** Considerando que o controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza o Principio Administrativo da autotutela Administrativa, firmado legalmente por duas súmulas: ***Súmula 346*** *A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.* ***SÚMULA 473*** *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.* **4.** Considerando que essas súmulas estabeleceram que a administração poderá revogar, por motivo de interesse, ou anular, em razão de ilegalidade, seus atos; **5.** Considerando o Princípio da legalidade, fundamental em qualquer Estado de Direito, porquanto o Poder Público estará sujeito aos mandamentos previstos em lei (lato sensu). Ocorre que, a Administração Pública, vigora o princípio da indisponibilidade do interesse público, que é determinado exatamente pela lei. Facultando-se fazer tudo aquilo que a lei não proíba. **6.** Considerando o artigo 49 da Lei 8.666/93 ao dispor que a autoridade competente pela licitação deverá: *"anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".* **7.** Considerando que como previsto em lei, a autoridade pública deverá anular ato administrativo defeituoso por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; **8.** Considerando que o processo licitatório modalidade pregão presencial registro de preço 041/2015 – objeto: aquisição 1 (uma) escavadeira hidráulica, com base no contrato de repasse n° 807175/2014/mapa/caixa, esta eivado de vícios que tornam ilegal por estar em desacordo com a 8.666/93. **9.** Considerando que a anulação é meio utilizado quando o ato especifico é ilegal, e quando o ato administrativo realizado em discordância com o preceito legal é viciado, defeituoso, deve ser anulado, não havendo margem para a administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público e a mera quebra de premissa de lei ocasiona o vicio sendo passível de anulação, suscitada de oficio pela autoridade ou por interessados. **10.** Considerando que após revelado o vicio de nulidade, o ato administrativo deve ser desfeito, pois tratando-se de anulação, obrigatório desfazimento não pode se obstaculizado por direitos adquiridos, uma vez decretada a nulidade do ato, da mesma forma será nulo e esse efeito não obrigara a administração à indenização, devendo notificar da anulação do ato para, caso queira, recorra dessa decisão. Assim decreta: **Art. 1°** fica anulado o processo o processo licitatório modalidade pregão presencial registro de preço 041/2015 – objeto: aquisição 1 (uma) escavadeira hidráulica, com base no contrato de repasse n° 807175/2014/mapa/caixa. **Art. 2°** este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do prefeito municipal de Colniza/MT, em 03 de janeiro de 2016. Registra-se, publique-se e cumpra-se. **_____ ESVANDIR ANTONIO MENDES PREFEITO MUNICIPAL**

DECRETO Nº. 051/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 051/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR HARLIS BARBOSA DOS SANTOS, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 060476702 SSP/RJ e CPF n° 577.311.107-10, para ocargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

DECRETO Nº. 050/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 050/GP/PMC 2016, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Dispõe sobre NOMEAÇÃO e dá outras providências".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal em Exercício de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO RESOLVE- NOMEAR ODAIR INÉIAS BACH, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 865483000 SSP/MS e CPF n° 903.459.401-72, para ocargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA,** nomeado através do presente decreto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, e demais disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 01 de Fevereiro de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/02/2016 a 02/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO 022/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 022/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 003/2013, ADITIVOS 034/2014 E 047/2015, e 320/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: FÁBIO DA SILVA SOUTO

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 003/2013 e Aditivos nºs 034/2014 e 047/2015, e em especial o aditivo nº 320/2015 que tem como objeto a locação de um Imóvel de propriedade do locador, com área de 4.600 m2 (quatro mil e seiscentos metros quadrados), construído em alvenaria e madeira, com rede de energia elétrica e água encanada, sobre o qual estão edificados benfeitorias, com reajuste de acordo com o índice do IGP-M no valor de R$ 116.101,92 (cento e cinco mil vinte e sete reais e quarenta e oito centavos), que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 9.675,16 (nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos) cada parcela.

DOTAÇÃO: 03.04.2.012.3.3.90.36

EXTRATO DE ADITIVO 025/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 025/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 037/2013 E ADITIVOS N.ºS 131/2013, 016, 195, 291/2014 e 005 E 174/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JUARES ZAIAS

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 037/2013, atendendo os aditivos n.ºs 131/2013, 016, 195, 291/2014 e 005/2015 e em especial o aditivo 174/2015, no valor de R$2.440,80 (dois mil quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), referente ao exercício de 2016.

DOTAÇÃO: 07.03.1.066.3.3.90.36 (312)

EXTRATO DE ADITIVO 024/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 024/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2015 E ADITIVO 262/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: IMPACTO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA- ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 068/2015 e aditivo nº. 262/2015, referente a confecção de bonés e camisetas para campanhas educativas e mutirões para implantação de ações de educação ambiental, no município de Comodoro, atendendo ao convênio nº 0514/2013/FUNASA, pelo período de mais 03 (três) meses, vigorando de 16/01/2016 à 15/04/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 023/2016

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 023/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS Nº 103/2013 E ADITIVOS NºS 055, 088, 090/2013, 002, 113, 222, 302/2014, 013, 110, 209 E 253, 321/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 103/2013 e Aditivos nºs 055, 088, 090/2013, 002, 113, 222, 302/2014, 013, 110, 209 e 253/2015, e em especial o aditivo 321/2015, referente ao exercício de 2016, no valor de R$18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 05 (cinco) parcelas, no valor de R$3.600,00 (três mil e seiscentos reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.39 (219)- 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 026/2016

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 026/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 143/2013 E ADITIVOS Nº. 050, 096, 147 e 228/2014, 015, 053, 132, 194 E 257/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: VOLMIR ANTONIO BOARO

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Locação de Imóvel nº 143/2013 e Aditivos nºs. 050, 096, 147, 228/2014, 015, 053, 132, 194 e 257/2015, que tem como objeto a locação de um Imóvel, com área de 450,00m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sobre o qual estão edificadas benfeitorias com 220m2 (duzentos e vinte metros quadrados) em alvenaria, o imóvel encontra-se totalmente cercado de Muro em tijolos e portão elétrico, para abrigar as instalações e funcionamento do Conselho Tutelar, pelo período de mais 03 (três) meses, vigorando de 10/01/2016 à 10/04/2016.

DOTAÇÃO: 08.02.2.057.3.3.90.36 (376)

EXTRATO DE ADITIVO 027/2016

OITAVO TERMO ADITIVO Nº 027/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2013 E ADITIVOS Nº 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014 e 044, 175/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: o aditivo de valor do Contrato original n. º 042/2013 e Aditivos n.º 029/2013, 053/2013, 100/2013, 006/2014, 197/2014 e 044/2015, e em especial o aditivo 175/2015 referente Contratação de Prestação de Serviços de profissional médico na especialidade clínico geral, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimento no E.S.F. Rural, referente ao exercício de 2016 no valor de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais)

DOTAÇÃO: 07.06.2.037.3.3.90.39 (344)

EXTRATO DE ADITIVO 021/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 021/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 033/2015 E ADITIVO Nº. 250 e 319/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: K. S. POMPERMAYER - ME

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 033/2015 e aditivo nº. 250/2015, e em especial o aditivo 319/2015 referente ao exercício de 2016.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 001/2016

VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO DE OBRA Nº 063/2008 E ADITIVOS EM ESPECIAL AO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 102/2012

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **TRIMEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA**

OBJETO: alteração do Contrato de Obras nº 063/2008 e Aditivos, para adequação da Planilha Original à Planilha Aprovada pela FUNASA de acordo com o Processo nº. 25180.018.651/2007-91, atendendo ao 12º. Termo Aditivo ao Termo de Compromisso TC/PAC 0320/07, sendo que a planilha original que constava no décimo quinto termo aditivo nº 102/2012 no valor de R$2.889.030,32 (dois milhões oitocentos e oitenta e nove mil trinta reais e trinta e dois centavos), foi alterada para o valor de R$2.996.483,19 (dois milhões novecentos e noventa e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e dezenove centavos), sendo o acréscimo de aproximadamente 3% (três por cento) do valor original, que corresponde ao valor de R$ 107.452,87 (cento e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), referente a complementação da contrapartida por parte do Município.

EXTRATO DE ADITIVO 002/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 002/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2013 E ADITIVOS NºS 027/2013, 045/2014, 263, 024/2015 e 276/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **LÍDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 020/2013 e aditivos nºs. 027/2013, 045 e em especial o aditivo nº. 263/2014, que tem como objeto a contratação de serviços técnicos de consultoria e assessoria, em nível complementar a título de apoio logístico à controladoria interna, contabilidade e demais órgãos competentes, referente ao exercício de 2016.

DOTAÇÃO: 04.04.2.016.3.3.90.34 (151)

EXTRATO DE ADITIVO 003/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 003/2016 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 025/2014 E ADITIVO Nº 065/2015 e 278/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **VIRTUAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 025/2014 e aditivo 065/2015, em especial o aditivo nº. 278/2015, referente ao exercício de 2016, no valor de R$19.626,76 (dezenove mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos)

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.39 (219)

EXTRATO DE ADITIVO 004/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 004/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2014 E ADITIVO Nº. 297/2014, 069 E 286/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 031/2014 e aditivo nº. 297/2014, 069 e 286/2015, referente execução de serviços de assessoria técnica para levantar e conferir as informações econômico fiscais do Município que são utilizadas pela, SEFAZ-MT para o cálculo do valor adicionado do Município, e ainda fornecimento tecnologia e sistemas informatizados, no valor de R$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO: 04.03.2.109.3.3.90.39 (144)

EXTRATO DE ADITIVO 005/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 005/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2014, E ADITIVOS 039 E 287/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 124/2014, e aditivos 039/2015 e em especial o aditivo 287/2016 que tem como objeto Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Assessoria, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional, para atender os Centros Municipais de Ensinos e demais departamentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, atendendo 10 (dez) unidades educacionais (escolas, creches) e SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) de Comodoro – MT, TOTALIZANDO 11 (ONZE) UNIDADES, relativo ao exercício de 2016 no valor de R$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.39 (219)

EXTRATO DE ADITIVO 006/2016

OITAVO TERMO ADITIVO Nº 006/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2013 E ADITIVOS Nº. 098/2013, 001, 161/2014 , 001/2015, 127/2015, 252/2015 E 288/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **OPEN INFORMÁTICA LTDA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 057/2013 e aditivos nºs. 098/2013, 001, 161/2014 , 001/2015, 127/2015, 252/2015 e em especial o aditivo nº. 288/2015, referente ao exercício de 2016.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39 (..)- 06.02.2.019.3.3.90.39 (219)- 07.03.2.122.3.3.90.39 (320)

EXTRATO DE ADITIVO 007/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 007/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº nº125/2014 e Aditivos nºs 034,172 E 291/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **Aranha & Silva Ltda - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 125/2014, e Aditivos nºs 034,172/2015 E em especial o aditivo 291/2015 que tem como objeto Con-

tratação de Prestação de Serviços de 01 (um) profissional médico na especialidade clínico geral, sendo 10 (dez) horas semanais, para execução dos seguintes serviços: a) atendimento na Agência Transfusional de Comodoro; b) atendimento de consultas no presídio; e, c) realização das perícias médicas municipal, relativo ao exercício de 2016 no valor de R$ 80. 466.60 (oitenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO: 07.06.2.040.3.3.90.39 (351)

EXTRATO DE ADITIVO 008/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 008/2016 AO CONTRATO PARA SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 064/2015 E ADITIVOS NºS 206 E 263/2015, E 296/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **HELIO TSUNEO IKINO - EPP**

OBJETO: aditivo de empenho do Contrato para execução de obras nº 064/2015 e aditivos nºs 206 e 263/2015, e em especial o aditivo 296/2015 que tem como objeto a execução de obra para construção de uma Praça no Município de Comodoro, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 815258/2014/Ministério do Turismo/CAIXA - Processo nº. 2628. 1022262-61/2014, R$218.231,01 (duzentos e dezoito mil duzentos e trinta e um reais e um centavo).

DOTAÇÃO: 09.02.1.079.4.4.90.51 (455)

EXTRATO DE ADITIVO 009/2016

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 009/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 044/2012 E ADITIVOS NºS 160/2012 e 015, 074, 134/2013, 098, 150, 229/2014, 054, 134, 196 E 258/2015 E 297/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **SÓ ÁGUAS CONSTRUÇÃO SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obras nº 044/2012 e Aditivos nºs 160/2012, 015, 074, 134/2013, 098, 150, 229/2014, 054, 134, 196 e 258/2015,e em especial o aditivo 297/2015, pelo período de mais 90 (noventa) dias, vigorando de 08/01/2016 à 07/04/2016, referente à obra de Construção de uma Quadra Esportiva Escolar Coberta na Escola João Medeiros Calmon, bem como o reempenho no valor de R$138.328,96 (cento e trinta e oito mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos).

DOTAÇÃO: 06.02.1.038.4.4.90.51 (192)

EXTRATO DE ADITIVO 010/2016

DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 010/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 120/2013 E ADITIVOS NºS 115/2013, 063, 087, 103, 181, 280, 298/2014, 085, 143 E 221/2015, E 298/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **FAENG- ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**

OBJETO: aditivo de empenho do saldo do Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2013 e aditivos, que tem como objeto aditivo de empenho do saldo do Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2013 e aditivos, em especial o aditivo 298/2015, que tem como objeto Elaboração de Projeto Básico de Engenharia para Adequação da Capacidade e Segurança da Rodovia BR-174/MT, Comodoro (Pq de Exposição) – Entr. BR-363(A) / MT-235 e projeto para canalização, revitalização e controle de erosão – extensão de 600,00 M, no valor de R$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais).

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.3.3.90.39 (487)

EXTRATO DE ADITIVO 011/2016

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 011/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO Nº 135/2013 E ADITIVOS N.ºS 129/2013, 015, 077, 134, 212, 278/2014, 038, 121, 185 E 238/2015 E 299/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **ABSOLUTA CONSTRUTORA LTDA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 135/2013 e Aditivos nºs 129/2013, 015, 077, 134, 212, 278/2014, 038, 121, 185 e 238/2015, em especial o aditivo 299/2015, para locação de um trator de pneus com carretinha, para Secretaria Municipal de Obras, destinado a prestar serviços de limpeza pública neste Município, relativo ao exercício de 2016 no valor de R$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 012/2016

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 012/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 139/2013 E ADITIVOS N.ºs 152/2013, 029, 080, 133, 213, 281/2014, 030, 122, 184 e 238, E 300/2015,

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: D R MARIA & CIA LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n.º 139/2013 E ADITIVOS N.ºs 152/2013, 029, 080, 133, 213, 281/2014, 030, 122, 184 e 238/2015 e em especial o aditivo 300/2015, que tem como objeto a Locação de um imóvel para o qual servirá para abrigar as instalações e funcionamento da Defensoria Pública, relativo ao exercício de 2016, no valor de R$ 2.859,00, (dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais) que será pago em 03 (três) parcelas, no valor de R$953,00 (novecentos e cinquenta e três reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 03.04.1.102.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 034/2016

QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 034/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/2014 E ADITIVOS Nºs 272/2014 e 028 e 200/2015 e 247/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: XANDI TRANSPORTES E ELETRICIDADES LTDA - EPP

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 050/2014 e Aditivos nºs 272/2014 e 028, 200/2015, e em especial o aditivo 247/2015 tendo como objeto prestação de serviços de instalação, manutenção e limpeza de ar condicionado da Prefeitura Municipal de Comodoro, atendendo: as Secretarias Municipais e seus Departamentos, referente ao exercício de 2016

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 067/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 067/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: REIS & LOPES DOS REIS LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 090/2015, referente a prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva independente de marca, necessárias para manutenção da frota de máquinas da Prefeitura Municipal de Comodoro, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 02/02/2016 à 30/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 066/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 066/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 096/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. C. L. DO AMARAL & CIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 096/2015, referente a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Roçadeiras e Motores 2 Tempos, atendendo a Secretaria Municipal de Obras, pelo período de mais 05 (cinco) meses, vigorando de 02/02/2016 à 30/06/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 065/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 065/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ÉLIO RANGEL FILHO – ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 095/2015, referente a prestação de serviços de publicidade e propaganda de utilidade pública, sonorização e propaganda volante para atender ao convênio nº 0514/2013- FUNASA, pelo período de mais 05 (cinco) meses, vigorando de 02/02/2016 à 30/06/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 064/2016

QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 064/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2015 E ADITIVOS NºS 170, 205/2015, 237 E 283/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JURITI PROJETOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato para prestação de serviços nº.031/2015 e Aditivos nºs 170, 205, 237 e 283/2015, referente a prestação de serviços de elaboração de projeto e sua estruturação que vise a criação de Estruturação de Programa de Pavimentação a ser implementado no Município de Comodoro - MT, a partir da disposição a pagar da população, por mais 60 (sessenta) dias, vigorando de 28/03/2016 a 28/03/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 013/2016

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 013/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 140/2013 E ADITIVOS Nº. 033/2014, 088/2014, 138/2014, 220/2014, 045, 119, 192 E 239/2015 E 301/2015,

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **LIEGE CRISTINE ROBAERT**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 140/2013 e Aditivos nº. 033/2014, 088/2014, 138/2014, 220/2014 e 045, 119, 192 e 239/2015, e em especial o aditivo 301/2015 referente à Locação de 01 (um) salão comercial, localizado na Rua Espírito Santo, centro, lote 05 quadra 038, na cidade de Comodoro – MT, construído em alvenaria, com rede de energia elétrica, água encanada e rede telefônica, com uma divisória, o qual servirá para abrigar as instalações e funcionamento do PROCON, atendendo a Secretaria Municipal de Administração, relativo ao exercício de 2016, no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

DOTAÇÃO: 03.04.2.012.3.3.90.36

EXTRATO DE ADITIVO 063/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 063/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 102/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: POSTO DE MOLAS PIRACICABA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 102/2015, referente a prestação de serviços de mecânica para veículos leves e pesados atendendo a diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Comodoro-MT, pelo período de mais 04 (quatro) meses, vigorando de 25/01/2016 à 25/05/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 014/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 014/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 048/2015, E ADITIVO 304/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **A. G. DA SILVA – TRANSPORTES - ME**

OBJETO: aditivo de valor do contrato de prestação de serviços de transporte nº. 048/2015, e em especial o aditivo 304/2015 que tem como objeto a locação de um veículo, tipo passeio, capacidade de 05 passageiros, com ar condicionado, combustível flex, com 04 portas e tampa traseira, com todos os equipamentos de segurança e acessórios exigido em lei, ano/modelo 2015/2015, chassi 9BD19515ZF0676910, marca FIAT, modelo Uno Vivace 1.0, placa OBP 8332, em perfeitas condições de funcionamento, para atender a Secretaria Municipal de Administração do Município de Comodoro- MT, em período integral, relativo ao exercício de 2016 no valor de R$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

DOTAÇÃO: 03.04.1.014.3.3.90.39 (99)

EXTRATO DE ADITIVO 015/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 015/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2015, E ADITIVO 305/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **B. ZACARKIM & CIA LTDA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n.º 046/2015, e em especial o aditivo 305/2015 que tem como objeto contratação de emissora de rádio AM e FM com alcance em toda extensão territorial do Município de Comodoro/MT, para veiculação de notícias, avisos, comunicados, campanhas e programas informativos para atender diversas Secretarias Municipais, sendo: de 07 (sete) a 10 (dez) inserções diárias de 30" cada, de segunda a sábado, para avisos, comunicados e campanhas; Programa Informativo diário no período da manhã entre às 08 h e as 11h; Um Programa semanal, com duração de 15 minutos, aos sábados, no horário das 10h, relativo ao exercício de 2016 no valor de R$ 12.250,00

DOTAÇÃO: 02.07.2.005.3.3.90.39 (44)

EXTRATO DE ADITIVO 016/2016

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 016/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 117/2013 E ADITIVOS NºS 121/2013, 012/2014, 105, 179, 231/2014, 020, 135, 162 E 214/2015 E 315/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **LUCILENE PEREIRA DA SILVA - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Locação de Veículo nº. 117/2013 e aditivos nºs. 121/2013, 012/2014, 105, 179, 231/2014, 020, 135, 162 e 214/2015, e em especial o aditivo 315/2015 que tem como objeto a locação de trator de pneus, traçado e com lâmina, com potência mínima 105 cv, ano de fabricação 2003 com capota florestal, para atender a Secretaria Municipal de Obras, referente ao exercício de 2016.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 062/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 062/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2013 E ADITIVOS 041/2014, 064/2014, 262/2015 E 023,256/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: NELY FRANCISCA DA SILVA CONTABILIDADE

OBJETO: aditivo de valor referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 021/2013 e Aditivos nºs 041/2014, 064/2014, 262/2015 E 023/2015, e em especial o aditivo 256/2015 sendo Prestação de Serviços para acompanhamento e análise à tesouraria, licitações e contratos e acompanhamento do sistema de registro de preços e sistema de automação eletrônica – AUDATEX e acompanhamento do APLIC de acordo com a legislação e regulamentação pertinentes em vigor e normatização do TCE/MT, referente ao exercício de 2016, no valor de R$ 33.250,00 (trinta e três mil duzentos e cinqüenta reais), referente 07 (sete) parcelas no valor de R$4.750,00 (quatro mil setecentos e cinqüenta reais) mensais,

DOTAÇÃO: 04.04.2.016.3.3.90.34 (151)

EXTRATO DE ADITIVO 017/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 017/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2013 E ADITIVOS NºS 038/2014 E 112/2014, 187/2014, 051, 156 E 224/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: **C.M.I. CENTRO MÉDICO INTEGRADO VALE DO GUAPORÉ LTDA - ME**

OBJETO: prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 129/2013 e Aditivos nºs 038/2014, 112/2014, 187/2014, 051, 156 e 224/2015, pelo período de 04 (quatro) meses, vigorando de 05/01/2016 à 05/05/2016.

DOTAÇÃO: 07.06.2.148.3.3.90.39 (360)

EXTRATO DE ADITIVO 061/2016

NONO TERMO ADITIVO Nº. 061/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 116/2013 E ADITIVOS NºS 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107 e 159, 261/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: A. G. DA SILVA – TRANSPORTES - ME

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Serviços de Transporte nº. 116/2013 e Aditivos n.ºs 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107 e 159/2015, que tem como objeto a Locação de veículo de transporte coletivo de passageiros para atender a Secretaria Municipal de Administração, referente ao exercício de 2016, no valor de R$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO: 08.03.2.125.3.3.90.39 (385) – 03.04.2.102.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 018/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 018/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE Nº 034/2015 E ADITIVO 316/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: E **J THOMAZI PIOVEZAN - ME**

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Serviços de Transporte nº. 034/2015, e em especial o aditivo 316/2015 que tem como objeto: item 01: Contratação de Prestação de Serviço de um Veículo para deslocamento de pacientes em tratamento de Saúde pelo SUS na cidade de Cuiabá, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Comodoro/MT e item II: Contratação de Prestação de Serviço de um Veículo para atender os serviços encaminhados pelo gabinete da Prefeitura Municipal de Comodoro em Cuiabá, referente ao exercício de 2016 no valor de R$ 74.700,00, sendo que será pago em 09 (nove) parcelas mensais, no valor de R$8.300,00 (oito mil e trezentos reais) cada parcela;

DOTAÇÃO: 02.01.2.004.3.3.90.39 - 07.03.2.122.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 061/2016

NONO TERMO ADITIVO Nº. 061/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 116/2013 E ADITIVOS NºS 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107 e 159, 261/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: A. G. DA SILVA – TRANSPORTES - ME

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Serviços de Transporte nº. 116/2013 e Aditivos n.ºs 065, 153, 266/2014, 026, 090, 107 e 159/2015, que tem como objeto a Locação de veículo de transporte coletivo de passageiros para atender a Secretaria Municipal de Administração, referente ao exercício de 2016, no valor de R$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO: 08.03.2.125.3.3.90.39 (385) – 03.04.2.102.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 019/2016

NONO TERMO ADITIVO Nº. 019/2015 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 108/2013 E ADITIVOS NºS 087/2013, 037, 111, 125, 226/2014, 014, 112 E 210/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: prorrogação de prazo e valor do Contrato de Locação de Veículo nº. 108/2013 e Aditivos nºs 087/2013, 037, 111, 125, 226/2014, 014, 112 e 210/2015, pelo período de mais 05 (cinco) meses, vigorando de 06/01/2016 à 06/06/2016, que tem como objeto locação de uma Camionete com carroceria aberta Cabine Dupla, marca: VW Amarok CD 4x4 Trend, sendo 1.03 T e 180 CV, cor prata, 2013/2013, a diesel em perfeitas condições de uso e funcionamento.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 060/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 060/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 089/2013 E ADITIVOS NºS 044, 169/2014, 002/2015 e 111,254/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ANTONIO JOSÉ DA SILVA SERVIÇOS DE TRANSPORTE COMODORO

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 089/2013 e Aditivo nº 044, 169/2014, 002/2015 e 111/2015, e em especial o aditivo 254/2015 que tem como objeto a locação de veículo tipo Van com capacidade de no mínimo 15 (quinze) passageiros, com todos os equipamentos de segurança, com a finalidade de transportar pacientes para a realização de hemodiálise no município de Vilhena/RO, referente ao exercício de 2016 no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo o valor de R$1.000,00 (um mil reais) referente a 05 dias do mês de janeiro e 04 (quatro) parcelas no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada.

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 020/2016

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº. 020/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 074/2013 E ADITIVOS NºS 148/2013, 028, 183/2014, 004, 088, 147, 178 e 251, 317/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LUCILENE PEREIRA DA SILVA - ME

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Locação de Veículo nº. 074/2013 e aditivos nºs. 148/2013 e 028, 183/2014, 004 e 088, 147, 178 e 251/2015, e em especial o aditivo 317/2015 que tem como objeto a locação de veículo, referente ao exercício de 2016 no valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), que será pago em 08 (oito) parcelas mensais.

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 059/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 059/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 073/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: VERGÍNIA MATIUZZO PIOVEZAN

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 073/2015, referente a contratação de 01 (uma) professora para ministração de aulas para atender 08 (oito) oficinas de formação em metodologia de ensino a pesquisa para professores e assessores, sendo a carga horária de 80 (oitenta) horas por oficina, em atendimento ao Convênio nº. 703005/2010 - Plano de Ações Articuladas - Par Indígena – FNDE, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 20/01/2016 à 19/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 028/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 028/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2015 E ADITIVO Nº. 227/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CENTRO DE CITOLOGIA DE COMODORO LTDA

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2015 e aditivo nº. 227/2015, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 10/01/2016 à 10/07/2016.

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 058/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 058/2016 AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SEGURO Nº 004/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Fornecimento de Seguros nº. 004/2015, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SEGUROS, PARA A FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO, pelo período de mais 12 (doze) meses, vigorando de 22/01/2016 à 22/01/2017.

DOTAÇÃO: 03.01.2.010.3.3.90.39 – 06.02.2.019.3.3.90.39(219) – 07.03.2.122.3.3.90.39 (320)

EXTRATO DE ADITIVO 029/2016

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 029/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 041/2013, E ADITIVOS N.ºS 135/2013, 017, 071,196, 307/2014, 006 e 089,176/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ANTONIO MARCOS ALVES TRANSPORTES - ME

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n.º 041/2013, em atendimento ao Aditivo n.º 135/2013, 017/2014 , 071,196, 307/2014, 006 e 089, e em especial o aditivo 176/2015, referente ao exercício de 2016, no valor de R$16.560,00 (dezesseis mil quinhentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 056/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 056/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 072/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CLEIDEKITHÃULU NAMBIKUARA

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 072/2015, referente a Prestação de serviços de cozinheira para atender 08 (oito) oficinas de Metodologia de Ensino e Pesquisa, 04 (quatro) Oficinas de Astronomia, 04 (quatro) oficinas de Produção de Materiais Didáticos 02 (dois) Encontros referente a Discussão e Proposta Curricular do Povo

Nambiquara, atendendo o Convênio n.º 703005/2010/FNDE/ Educação Indígena Formação de Professores, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 20/01/2016 à 19/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 030/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 030/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 050/2013 E ADITIVOS Nº. 142/2013, 021, 208/2014 e 009, 180/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JOÃO BATISTA CANDIDO MOREIRA - MEI

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n.º 050/2013 e Aditivos nºs 142/2013, 021, 208/2014 e 009/2015, e em especial o aditivo 180/2015 que tem como objeto locação de uma caminhoneta, em perfeitas condições de funcionamento, para atender a Secretaria Municipal de Obras do Município de Comodoro-MT, referente a serviços urbanos, em período integral, referente ao exercício de 2016, no valor de R$11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta)

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39 (481)

EXTRATO DE ADITIVO 031/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 031/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE Nº 023/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: S. R. WARMLING AMARO - ME

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços de Transporte nº 023/2015, pelo período de mais 10 (dez) meses, vigorando de 10/01/2016 à 10/11/2016.

DOTAÇÃO: 06.06.1.044.3.3.90.39 (251)

EXTRATO DE ADITIVO 032/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 032/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 052/2013 E ADITIVOS 153/2013, 030, 215/2014 e 010, E 186/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SELMA BARBIERO

OBJETO: o aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóveis nº. 052/2013 e aditivos nºs. 153/2013, 030, 215/2014 e 010/2015, e em especial o aditivo 186/2015 que tem como objeto a locação de um Imóvel urbano, para abrigar as instalações do Centro de Referencia Especial de Assistência Social – CREAS, localizado a Rua Espírito Santo nº 154-E, bairro Centro, sendo o lote 17 da quadra 22, loteamento Cidade Comodoro, na cidade de Comodoro – MT, referente ao exercício de 2016, no o valor de R$ 3. 000,00 (três mil reais), referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março/2016.

DOTAÇÃO: 08.02.2.057.3.3.90.36 (376)

EXTRATO DE ADITIVO 033/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 033/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/2014 E ADITIVOS Nºs 152, 265/2014 E 025/2015 199 E 248/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ELETROTHEL INST. E MANUT. ELÉTRICAS LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 046/2014 e Aditivo nº 152, 265/2014 e 025, 199/2015, e em especial o aditivo 248/2015 referente à prestação de serviços de Manutenção da iluminação pública municipal, referente ao exercício de 2016, no valor de R$ 18. 000,00 (dezoito mil reais)

DOTAÇÃO: 08.02.2.057.3.3.90.36 (475)

EXTRATO DE ADITIVO 036/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 036/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 104/2013 E ADITIVOS Nºs. 049, 149, 248/2014, 059 E 197/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. K. CLÍNICA SANTA RITA LTDA

OBJETO: o aditivo de prorrogação de prazo e de valor do Contrato original n. º 104/2013 e aditivos nºs. 049, 149, 248/2014, 059 e 197/2015, que tem como objeto Contratação de Prestação de Serviços de profissional médico na especialidade clínico geral, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimento no P.S.F. São Francisco, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando do dia 12/01/2016 a 12/07/2016.

DOTAÇÃO: 07.06.2.040.3.3.90.39 (351)

EXTRATO DE ADITIVO 037/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 037/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 053/2014 E ADITIVOS NºS 279/2014 E 029, 203/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MONICA APARECIDA MATTES 03831465185

OBJETO: o aditivo de valor do Contrato de Locação de Veículo nº. 053/2014 e Aditivos nºs 279/2014 e 029/2015, e em especial o aditivo 203/2016 que tem por objeto a locação de um veículo, tipo caminhonete, diesel, ano/modelo 2004/2005, chassi 9BFLF47G75B006563, marca Ford, placa AMD-3472, em perfeitas condições de funcionamento, para atender a Secretaria Municipal de Obras do Município de Comodoro-MT, referente ao exercício de 2016, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

DOTAÇÃO: 09.03.1.088.3.3.90.39(481)

EXTRATO DE ADITIVO 038/2016

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 038/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 049/2014 E ADITIVOS NºS 122, 137, 203, 209, 210, 306/2014, 062, 157, 161, 228 E 282/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: V. L. MORETTO & CIA LTDA

OBJETO: a prorrogação de prazo do Contrato de Execução ao Contrato de Repasse nº. 2628.1005659-89/2013/Ministério das Cidades/CAIXA, pelo período de Obras nº 049/2014 e aditivos nºs. 122, 137, 203, 209, 210, 306/2014, 062, 157, 161, 228 e 282/2015, que tem como objeto a execução de obra para pavimentação asfáltica em vias urbanas, no Município de Comodoro, em atendimento de mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 13/01/2016 à 12/05/2016.

EXTRATO DE CONTRATO 039/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 039/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2014 E ADITIVOS NºS. 103 E 249/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: FREITAS OLIVEIRA & CIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 026/2014 e aditivos nº. 103 e 249/2015, que tem como objeto a Contratação de prestação de serviços de publicações, atos de expediente administrativo de pessoal, editais e avisos de licitações e outros exigidos por lei, bem como divulgação de conteúdos de interesse da população, em Jornal de Grande de Circulação Local, pelo período de mais 11 (onze) meses, vigorando de 14/01/2016 à 14/12/2016.

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (91)

EXTRATO DE ADITIVO 040/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 040/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS Nº 054/2014 E ADITIVOS Nº 285/2014 E 033, 204/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA,

OBJETO: de valor do contrato de locação de veículos nº 054/2014 e aditivos nº 285/2014 e 033/2015, e em especial o aditivo 204/2015 , referente a locação de um veículo tipo utilitário, fiat uno mille way, ano 2012/2013, placa OBJ-7716, marca fiat, cor branca, renavam 0049565591, chassi 9BD15844AD6779374, motor 1.0, bicombustível, 04 portas, para atender a secretaria municipal de saúde, no exercício de 2016 no valor de de R$ 3. 600,00 (três mil e seiscentos reais) referente a 02 (duas) parcelas no valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) cada parcela

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 055/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 055/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARLENE ESPINDOLA SANTOS

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 071/2015, referente a Prestação de serviços de cozinheira para atender 08 (oito) oficinas de Metodologia de Ensino e Pesquisa, 04 (quatro) Oficinas de Astronomia, 04 (quatro) oficinas de Produção de Materiais Didáticos 02 (dois) Encontros referente a Discussão e Proposta Curricular do Povo Nambiquara, atendendo o Convênio n.º 703005/2010/FNDE/ Educação Indígena Formação de Professores, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 20/01/2016 à 19/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 054/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 054/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 070/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LUCIANA FERREIRA BARROS RIBEIRO

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 070/2015, referente a Prestação de serviços de cozinheira para atender 08 (oito) oficinas de Metodologia de Ensino e Pesquisa, 04 (quatro) Oficinas de Astronomia, 04 (quatro) oficinas de Produção de Materiais Didáticos 02 (dois) Encontros referente a Discussão e Proposta Curricular do Povo Nambiquara, atendendo o Convênio n.º 703005/2010/FNDE/ Educação Indígena Formação de Professores, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 20/01/2016 à 19/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 041/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 041/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE TRATOR Nº 003/2014 E ADITIVOS NºS 238/2014 e 019, 207/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA,

OBJETO: de valor do contrato de locação de veículos nº 054/2014 e aditivos nº 285/2014 e 033/2015, e em especial o aditivo 204/2015 , referente a locação de um veículo tipo utilitário, fiat uno mille way, ano 2012/2013, placa OBJ-7716, marca fiat, cor branca, renavam 0049565591, chassi 9BD15844AD6779374, motor 1.0, bicombustível, 04 portas, para atender a secretaria municipal de saúde, no exercício de 2016 no valor de de R$ 3. 600,00 (três mil e seiscentos reais) referente a 02 (duas) parcelas no valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) cada parcela

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 053/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 053/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 022/2014 E ADITIVOS NºS. 284/2014 E 032,269/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: JUARES ZAIAS

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Locação de Imóvel nº. 022/2014 e aditivos nºs. 284/2014 e 032/2015,e em especial o aditivo 269/2015, que tem como objeto a Locação de um imóvel residencial com área construída em alvenaria de 140m² Localizada na Av. Paraná, nº 2938 Bairro Cristo Rei, Loteamento “Cidade Comodoro” em Comodoro-MT, sob matricula n,º 702 lote 10 quadra 40, qual servirá para instalação e funcionamento do ESF do Bairro Cristo Rei, referente ao exercício de 2016, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

DOTAÇÃO: 07.03.1.066.3.3.90.36 (312)

EXTRATO DE ADITIVO 052/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 052/2016 AO CONTRATO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE Nº 067/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: E J THOMAZI PIOVEZAN - ME

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo do Contrato de Serviços de Transporte nº. 067/2015, que tem como objeto: contratação de prestação de serviços de transporte sendo: um veículo traçado, atendendo o convênio n.º 703005/2010/FNDE/Educação Indígena formação de professores, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 19/01/2016 à 18/07/2016

EXTRATO DE ADITIVO 051/2016

OITAVO TERMO ADITIVO Nº. 051/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2013 E ADITIVOS038, 146/2013, 026, 253/2014, 021, 248 E 268/2015 DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. CUOGHI DOS SANTOS

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 018/2013 e aditivos nºs. 038, 146/2013, 026 e 253/2014, 021, 245/2015 e em especial o aditivo nº. 268/2015, referente ao exercício de 2016, no valor de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), referente a 09 (nove) parcelas mensais, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 05.02.2.114.3.3.90.39 (176)

EXTRATO DE ADITIVO 042/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 042/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2013 E ADITIVOS nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017, 217/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: TV PONTAL OESTE LTDA - ME,

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n.º 028/2013 e aditivos nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017/2015, e em especial o aditivo 217/2015 que tem como objeto prestação de serviço de comunicação visual referente ao exercício de 2016 no valor de R$38.925,00 (trinta e oito mil novecentos e vinte e cinco reais), sendo o valor de R$5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais) referente a 23 (vinte e três) dias e o valor de R$33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais) referente a 05 (cinco) parcelas.

DOTAÇÃO: 02.07.2.005.3.3.90.39 (44)

EXTRATO DE ADITIVO 050/2016

QUARTO TERMO ADITIVO Nº 050/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS Nº 021/2014 E ADITIVOS NºS 275/2014 e 036, 266/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: aditivo de valor do Contrato original n. º 021/2014 e Aditivos nºs 275/2014 e 036/2015,e em especial o aditivo 266/2015, que tem como objeto um veículo tipo utilitário, Fiat Uno Mille Way Econ, ano 2013/2013, placa OBP-0752, marca Fiat, cor branca, RENAVAM 00559162170, Chassi 9BD15844AD6862284, motor 1.0, bicombustível, 04 portas, referente ao exercício de 2016, no valor de R$17.760,00 (dezessete mil setecentos e sessenta reais), sendo o valor de R$1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais) referente a 26 (vinte e seis) dias de janeiro e 09 (nove) parcelas no valor de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE ADITIVO 049/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ARRUDA DA SILVA E CIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 066/2015, referente a prestação de serviços de transporte sendo: de um veículo tipo ônibus, placa JJD5093, diesel, marca Mercedes Benz/OF 1318, ano/modelo 1.990, capacidade 52 passageiros, cor branca, chassi 9BM384088LB876022, atendendo ao Convênio n.º 703005/2010/FNDE/Educação Indígena Formação de Professores, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 19/01/2016 à 18/07/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 048/2016

QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 048/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2014 E ADITIVOS NºS 086, 274/2014 e 035, 264/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA - EPP

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 017/2014 e Aditivo nº 086, 274 e 035/2015,e em especial o aditivo 264/2015, que tem como objeto Prestação de Serviços de Elaboração de Projetos e Assessoria para a Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Comodoro, referente ao exercício de 2016, no valor de R$67.470,00(sessenta e sete mil quatrocentos e setenta reais), sendo o valor de R$6.920,00 (seis mil novecentos e vinte reais) referente a 24 (vinte e quatro) dias de janeiro e 07 (sete) parcelas no valor de R$8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais) cada parcela.

DOTAÇÃO: 05.02.2.114.3.3.90.39 (176)

EXTRATO DE ADITIVO 043/2016

DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO Nº. 043/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 046/2012, ADITIVOS Nº 082, 105, 122, 141, 161/2012, 020, 041, 056, 065, 133/2013, 051, 119 e 121, 185, 232, 233/2014, 118 E 215/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: SÓ ÁGUAS CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO: de prorrogação de prazo do Contrato para Execução de Obras nº. 046/2012 e Aditivos nºs 082, 105, 122, 141, 161/2012, 020, 041, 056, 065, 133/2013, 051, 119, 121, 185, 232/2014 e 118/2015, para Execução de obra para Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, no Município de Comodoro-MT, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, vigorando de 18/08/2015 a 15/01/2016.

EXTRATO DE ADITIVO 047/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 047/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2014 E ADITIVO Nº056, 259/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2014 e Aditivo nº 056/2015, que tem como objeto prestação de serviços de manutenção do sistema administrador da website www.COMODORO.mt.gov.br, Sistema de Ouvidoria, Portal Transparência hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visual e de dados sempre que necessário, referente ao exercício de 2016, no valor de R$5.100,00 (cinco mil e

cem reais), referente a 06 (seis) parcelas no valor de R$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) cada.

DOTAÇÃO: 03.04.2.102.3.3.90.39

EXTRATO DE ADITIVO 046/2016

ADITIVOS NºS 247/2014 e 058, 226/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO DE NOVA ALVORADA – AMPRUDNA,

OBJETO: o aditivo de Valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 005/2014 e Aditivos nºs 247/2014 e 058/2015, e em especial o aditivo 226/2015,referente ao exercício de 2016 no valor de R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), correspondente a 06 (seis) parcelas – janeiro à junho/2016.

DOTAÇÃO: 09.02.2.129.3.3.90.39 (475)

EXTRATO DE ADITIVO 044/2016

SEXTO TERMO ADITIVO Nº 044/2016 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 034/2013 E ADITIVOS NºS. 143/2013, 022, 236/2014 e 018, 219/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: GILMAR ALVES SILVÉRIO

OBJETO: o aditivo de valor do Contrato original n. º 034/2013 e Aditivos nºs. 143/2013, 022, 236/2014 e 018/2015, e em especial o aditivo 219/2015 que tem como objeto a locação de imóvel para abrigar as instalações e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, referente ao exercício de 2016, no valor de R$32.450,00 (trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais) sendo: R$4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais), correspondente à 27 (vinte e sete) dias restante da 5ª parcela, e R$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), correspondente a 05 (cinco) parcelas, no valor de R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) cada parcela

DOTAÇÃO: 06.02.2.019.3.3.90.36 (218)

EXTRATO DE ADITIVO 045/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 045/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 120/2014 E ADITIVO Nº 045, 220/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: PAZ AMBIENTAL LTDA - EPP

OBJETO: aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços de nº 120/2014 e Aditivo nº 045/2015, e em especial o aditivo 200/2015 que tem como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento, incineração e destino final de resíduos de saúde pública, produzidos no Município de Comodoro, sendo 500 kg coletados por mês, referente ao exercício de 2016, no valor de R$14.100,00 (quatorze mil e cem reais), correspondente a 03 (três) parcelas – janeiro a março/2016, sendo R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais) cada parcela

DOTAÇÃO: 07.06.2.040.3.3.90.39 (351)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 010/2016 Pregão Presencial 005/2016, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EMISSORA DE RADIO COM ABRANGÊNCIA LOCAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORME PUBLICITÁRIO DE UTILIDADE PUBLICA**, a empresa Sistema Terra FM de Comunicação Ltda. - ME, no valor Global de R$ 64.500,00.

Confresa 04/02/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões do feriado de carnaval, fica prorrogada para o dia 19 de Fevereiro às 09:00 o Pregão Presencial nº 06/2016, que tem como objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICO ESPECIALIZADOS DE INFORMATIZAÇÃO ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA COORPORATIVO VOLTADO A GESTÃO PUBLICA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.**

Confresa, 04 de Fevereiro de 2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016

OBJETO: Locação de Imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social; Favorecidos: Marina Della Colleta de Oliveira; Prazo de execução: 11 meses; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso X da Lei n.º 8.666/93. Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa n.º 04/2016 e no Parecer Jurídico anexo ao processo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Confresa – MT, em 04 dias de Fevereiro de 2016.

Gaspar Domingos Lazari

Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 009/2016 Pregão Presencial 004/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÕES DE MATERIA EM JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO E NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E ESTADO DE MATO GROSSO**, a empresa Mídia Legal Publicidade Legal Ltda. - ME, no valor Global de R$ 142.500,00.

Confresa 04/02/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PREVIDENCIA
EDITAL PREVI-CONQUISTA Nº 001/2016

O PREVI-CONQUISTA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Gros-

so, representado pela Secretária de Administração, Sra. Laquime Nunes Pereira Guse, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Conquista D' Oeste-MT, 02 de Fevereiro de 2015.

Laquime Nunes Pereira Guse

Gestora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 2 SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.761.025,04	3.442,66
Pessoal Ativo	8.467.386,22	3.442,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	293.638,82	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	293.638,82	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	293.638,82	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.467.386,22	3.442,66

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	16.536.923,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.470.828,88	51,22
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.929.938,85	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.483.441,91	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.036.944,97	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	153.136,00	134.759,68	116.383,36
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	153.136,00	134.759,68	116.383,36
Interna	153.136,00	134.759,68	116.383,36
Externa			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	2.608.468,69	3.568.681,14	2.820.500,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.650.608,91	3.587.588,59	2.847.808,20
Demais Haveres Financeiros		8.400,14	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	42.140,22	27.307,59	27.307,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.455.332,69	-3.433.921,46	-2.704.117,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.593.534,11	14.404.302,54	16.536.923,79
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,13	0,94	0,70
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-18,06	-23,84	-16,35
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	16.312.240,93	17.285.163,05	19.845.508,55
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	14.681.016,84	15.556.646,74	17.860.957,69
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	153.136,00	134.759,68	116.383,36
DÍVIDA DE PPP (V)			
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	153.136,00	134.759,68	116.383,36
De Tributos			
De Contribuições Sociais	153.136,00	134.759,68	116.383,36
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais	153.136,00	134.759,68	116.383,36
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna			
Externa			
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)			
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	551.449,21	439.012,86	303.649,47
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	6.631.647,30	7.717.816,16	7.939.467,05
Passivo Atuarial	6.631.647,30	7.717.816,16	7.939.467,05
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (X)	6.676.098,12	7.321.866,60	8.005.242,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00		
Investimentos	6.656.157,22	7.321.866,60	8.005.242,01
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	59,10		
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-44.450,82	395.949,56	-65.774,96

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre de Referência			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Percentual Limite Máximo	Percentual Apurado	Percentual Excedente	Percentual Redutor Mínimo	Percentual Residual Primeiro Período	% DTP (f)	Percentual Redutor Residual Segundo Período	Percentual Residual Segundo Período	Percentual Apurado Segundo Período	Percentual Redutor Residual Terceiro Período	Percentual Residual Terceiro Período	Percentual Apurado Terceiro Período
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Percentual da DCL sobre a RCL Trajetória de Ajuste
2001 - 3º Quadrimestre	-
DCL	
Excedente	
Redutor	
Período de Referência 0 - % Limite de Endividamento	
2002 - Quadrimestre	-
Período de Referência 1 - 1º	
Período de Referência 1 - 2º	
Período de Referência 1 - 3º	
Período de Referência 1 - % Limite de Endividamento	
2003 - Quadrimestre	-
Período de Referência 2 - 1º	
Período de Referência 2 - 2º	
Período de Referência 2 - 3º	
Período de Referência 2 - % Limite de Endividamento	
2004 - Quadrimestre	-
Período de Referência 3 - 1º	
Período de Referência 3 - 2º	
Período de Referência 3 - 3º	
Período de Referência 3 - % Limite de Endividamento	
2005 - Quadrimestre	-
Período de Referência 4 - 1º	
Período de Referência 4 - 2º	
Período de Referência 4 - 3º	
Período de Referência 4 - % Limite de Endividamento	
2006 - Quadrimestre	-
Período de Referência 5 - 1º	
Período de Referência 5 - 2º	
Período de Referência 5 - 3º	
Período de Referência 5 - % Limite de Endividamento	
2007 - Quadrimestre	-
Período de Referência 6 - 1º	
Período de Referência 6 - 2º	
Período de Referência 6 - 3º	
Período de Referência 6 - % Limite de Endividamento	
2008 - Quadrimestre	-
Período de Referência 7 - 1º	
Período de Referência 7 - 2º	
Período de Referência 7 - 3º	
Período de Referência 7 - % Limite de Endividamento	
2009 - Quadrimestre	-
Período de Referência 8 - 1º	
Período de Referência 8 - 2º	
Período de Referência 8 - 3º	
Período de Referência 8 - % Limite de Endividamento	
2010 - Quadrimestre	-
Período de Referência 9 - 1º	
Período de Referência 9 - 2º	
Período de Referência 9 - 3º	
Período de Referência 9 - % Limite de Endividamento	
2011 - Quadrimestre	-
Período de Referência 10 - 1º	
Período de Referência 10 - 2º	
Período de Referência 10 - 3º	
Período de Referência 10 - % Limite de Endividamento	
2012 - Quadrimestre	-
Período de Referência 11 - 1º	
Período de Referência 11 - 2º	
Período de Referência 11 - 3º	
Período de Referência 11 - % Limite de Endividamento	
2013 - Quadrimestre	-
Período de Referência 12 - 1º	
Período de Referência 12 - 2º	
Período de Referência 12 - 3º	
Período de Referência 12 - % Limite de Endividamento	
2014 - Quadrimestre	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Percentual da DCL sobre a RCL Trajetória de Ajuste
Período de Referência 13 - 1º	
Período de Referência 13 - 2º	
Período de Referência 13 - 3º	
Período de Referência 13 - % Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	-
Período de Referência 14 - 1º	
Período de Referência 14 - 2º	
Período de Referência 14 - 3º	
Período de Referência 14 - % Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	-
Período de Referência 15 - 1º	
Período de Referência 15 - 2º	
Período de Referência 15 - 3º	
Período de Referência 15 - % Limite de Endividamento	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.493.434,11	14.449.660,36	16.536.923,79
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	2.968.555,50	3.178.925,28	3.638.123,23
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.671.699,95	2.861.032,75	3.274.310,91
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)		
Parcelamentos de Dívidas		
De Tributos		
De Contribuições Sociais		
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.536.923,79	
Operações Vedadas		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.645.907,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.157.584,67	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
	Disponibilidade de Caixa Bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício					
Total dos Recursos Vinculados	2.603.642,70	27.307,59	12.171,67	301.149,17		2.263.014,27	136.652,91	
Total dos Recursos Não Vinculados	244.165,50		4.836,85	2.500,00		236.828,65	87.402,94	
Total dos Recursos	2.847.808,20	27.307,59	17.008,52	303.649,17		2.499.842,92		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)	2.603.642,70	27.307,59	12.171,67	301.149,17		2.263.014,27	136.652,91	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)	244.165,50		4.836,85	2.500,00		236.828,65	87.402,94	
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (VI) = (IV + V)								
TOTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (VII) = (II + IV)	2.847.808,20							
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	8.005.242,01		170,00					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa) | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.470.828,88	51,22
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	8.929.938,85	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	8.483.441,91	51,30
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-2.704.117,25	-16,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.860.957,69	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.638.123,23	22,00
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.645.907,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.157.584,67	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	224.055,85	2.499.842,92

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RREO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.137.790,00	14.137.790,00	3.650.520,75	25,82	17.263.765,08	122,11	-3.125.975,08
RECEITAS CORRENTES	13.553.790,00	13.553.790,00	3.508.899,09	25,89	17.002.696,95	125,45	-3.448.906,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	576.850,00	576.850,00	146.545,71	25,40	1.144.819,28	198,46	-567.969,28
Impostos	533.850,00	533.850,00	143.729,74	26,92	1.097.290,07	205,54	-563.440,07
Taxas	38.000,00	38.000,00	2.815,97	7,41	47.529,21	125,08	-9.529,21
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	424.000,00	424.000,00	156.812,91	36,98	515.527,12	121,59	-91.527,12
Contribuições Sociais	327.000,00	327.000,00	151.533,19	46,34	464.773,16	142,13	-137.773,16
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							0,00
Contribuição de Iluminação Pública	97.000,00	97.000,00	5.279,72	5,44	50.753,96	52,32	46.246,04
RECEITA PATRIMONIAL	410.300,00	410.300,00	228.431,74	55,67	1.142.050,69	278,35	-731.750,69
Receitas Imobiliárias							0,00
Receitas de Valores Mobiliários	408.300,00	408.300,00	228.431,74	55,95	1.142.050,69	279,71	-733.750,69
Receita de Concessões e Permissões							0,00
Compensações Financeiras							0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							0,00
Receita da Cessão de Direitos							0,00
Outras Receitas Patrimoniais	2.000,00	2.000,00		0,00		0,00	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
Receita da Produção Vegetal							0,00
Receita da Produção Animal e Derivados							0,00
Outras Receitas Agropecuárias							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							0,00
Receita da Indústria de Transformação							0,00
Receita da Indústria de Construção							0,00
Outras Receitas Industriais							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	37.500,00	37.500,00	9.703,80	25,88	108.213,03	288,57	-70.713,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.066.260,00	12.066.260,00	2.948.989,21	24,44	14.017.983,62	116,18	-1.951.723,62
Transferências Intergovernamentais	11.768.260,00	11.768.260,00	2.662.687,28	22,63	13.342.420,03	113,38	-1.574.160,03
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Convênios	298.000,00	298.000,00	286.301,93	96,07	675.563,59	226,70	-377.563,59
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.880,00	38.880,00	18.415,72	47,37	74.103,21	190,59	-35.223,21
Multas e Juros de Mora	9.380,00	9.380,00	4.582,64	48,86	19.965,93	212,86	-10.585,93
Indenizações e Restituições	1.200,00	1.200,00	879,86	73,32	8.237,83	686,49	-7.037,83
Receita da Dívida Ativa	27.500,00	27.500,00	12.953,22	47,10	45.899,45	166,91	-18.399,45
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	400,00	400,00		0,00		0,00	400,00
Receitas Correntes Diversas	400,00	400,00		0,00		0,00	400,00
RECEITAS DE CAPITAL	584.000,00	584.000,00	141.621,66	24,25	261.068,13	44,70	322.931,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

Documento gerado em 29/01/2016 17:36:39

Página 1 de 34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							0,00
Operações de Crédito Externas							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	22.000,00	22.000,00	733,70	3,34	7.140,17	32,46	14.859,83
Alienação de Bens Móveis	12.000,00	12.000,00		0,00		0,00	12.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00	733,70	7,34	7.140,17	71,40	2.859,83
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	562.000,00	562.000,00	140.887,96	25,07	253.927,96	45,18	308.072,04
Transferências Intergovernamentais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	113.040,00	2.260,80	-108.040,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências de Convênios	557.000,00	557.000,00	140.887,96	25,29	140.887,96	25,29	416.112,04
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							0,00
Receitas de Capital Diversas							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	401.400,00	401.400,00	171.709,58	42,78	539.938,32	134,51	-138.538,32
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.539.190,00	14.539.190,00	3.822.230,33	26,29	17.803.703,40	122,45	-3.264.513,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							0,00
Operações de Crédito Internas							0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito Externas							0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.539.190,00	14.539.190,00	3.822.230,33	26,29	17.803.703,40	122,45	-3.264.513,40
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.539.190,00	14.539.190,00	3.822.230,33	26,29	17.803.703,40	122,45	-3.264.513,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		2.057.019,48			710.189,90		
Superávit Financeiro		2.057.019,48			710.189,90		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.081.490,00	17.117.961,87	3.311.489,33	15.541.512,33	1.576.449,54	3.516.208,58	15.317.456,48	1.800.505,39	15.300.277,96	224.055,85
DESPESAS CORRENTES	11.399.620,00	15.457.974,97	3.085.219,77	14.714.236,95	743.738,02	3.247.151,41	14.503.483,94	954.491,03	14.487.912,82	210.753,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.559.870,00	8.441.226,00	1.739.058,24	8.224.547,60	216.678,40	1.753.105,81	8.221.104,94	220.121,06	8.221.104,94	3.442,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.200,00	28.950,00	2.592,44	27.792,37	1.157,63	5.136,23	27.792,37	1.157,63	27.792,37	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.814.550,00	6.987.798,97	1.343.569,09	6.461.896,98	525.901,99	1.488.909,37	6.254.586,63	733.212,34	6.239.015,51	207.310,35
DESPESAS DE CAPITAL	2.037.370,00	1.220.486,90	226.269,56	827.275,38	393.211,52	269.057,17	813.972,54	406.514,36	812.365,14	13.302,84
INVESTIMENTOS	2.000.570,00	1.183.686,90	226.269,60	790.522,74	393.164,16	262.931,61	777.219,90	406.467,00	775.612,50	13.302,84

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	36.800,00	36.800,00	-0,04	36.752,64	47,36	6.125,56	36.752,64	47,36	36.752,64	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	105.000,00				0,00			0,00		
RESERVA DO RPPS	539.500,00	439.500,00			439.500,00			439.500,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	457.700,00	560.788,00	135.105,62	539.920,10	20.867,90	135.105,62	539.920,10	20.867,90	539.920,10	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.539.190,00	17.678.749,87	3.446.594,95	16.081.432,43	1.597.317,44	3.651.314,20	15.857.376,58	1.821.373,29	15.840.198,06	224.055,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.539.190,00	17.678.749,87	3.446.594,95	16.081.432,43	1.597.317,44	3.651.314,20	15.857.376,58	1.821.373,29	15.840.198,06	224.055,85
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.539.190,00	17.678.749,87	3.446.594,95	16.081.432,43		3.651.314,20	15.857.376,58		15.840.198,06	224.055,85

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	401.400,00	401.400,00	171.709,58	42,78	539.938,32	134,51	-138.538,32
RECEITAS CORRENTES	401.400,00	401.400,00	171.709,58	42,78	539.938,32	134,51	-138.538,32
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	401.400,00	401.400,00	171.709,58	42,78	539.920,10	134,51	-138.520,10
Contribuições Sociais	401.400,00	401.400,00	171.709,58	42,78	539.920,10	134,51	-138.520,10
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		18,22		-18,22
Multas e Juros de Mora					18,22		-18,22
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	457.700,00	560.788,00	135.105,62	539.920,10	20.867,90	135.105,62	539.920,10	20.867,90	539.920,10	
DESPESAS CORRENTES	457.700,00	560.788,00	135.105,62	539.920,10	20.867,90	135.105,62	539.920,10	20.867,90	539.920,10	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	457.700,00	560.788,00	135.105,62	539.920,10	20.867,90	135.105,62	539.920,10	20.867,90	539.920,10	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					0,00			0,00		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS					0,00			0,00		
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					0,00			0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14,081,490.00	17,117,961.87	3,311,489.33	15,541,512.33	96.64	1,576,449.54	3,516,208.58	15,317,456.48	96.60	1,800,505.39	224,055.85
Legislativa	730,000.00	798,000.00	179,076.24	769,498.28	4.79	28,501.72	196,198.49	769,498.28	4.85	28,501.72	
Ação Legislativa	730,000.00	798,000.00	179,076.24	769,498.28	4.79	28,501.72	196,198.49	769,498.28	4.85	28,501.72	
Controle Externo					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Judiciária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Ação Judiciária					0.00	0.00			0.00	0.00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Essencial à Justiça	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Defesa da Ordem Jurídica					0.00	0.00			0.00	0.00	
Representação Judicial e Extrajudicial					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração	1,727,000.00	2,701,144.00	439,011.36	2,680,222.59	16.67	20,921.41	486,657.12	2,668,530.49	16.83	32,613.51	11,692.10
Planejamento e Orçamento					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral	1,473,000.00	2,418,203.00	390,357.67	2,399,618.40	14.92	18,584.60	436,262.03	2,387,926.30	15.06	30,276.70	11,692.10
Administração Financeira	254,000.00	282,941.00	48,653.69	280,604.19	1.74	2,336.81	50,395.09	280,604.19	1.77	2,336.81	
Controle Interno					0.00	0.00			0.00	0.00	
Normatização e Fiscalização					0.00	0.00			0.00	0.00	
Tecnologia da Informação					0.00	0.00			0.00	0.00	
Ordenamento Territorial					0.00	0.00			0.00	0.00	
Formação de Recursos Humanos					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração de Receitas					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração de Concessões					0.00	0.00			0.00	0.00	
Comunicação Social					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Defesa Nacional	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Defesa Área					0.00	0.00			0.00	0.00	
Defesa Naval					0.00	0.00			0.00	0.00	
Defesa Terrestre					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Segurança Pública	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Policiamento					0.00	0.00			0.00	0.00	
Defesa Civil					0.00	0.00			0.00	0.00	
Informação e Inteligência					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Relações Exteriores	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
Relações Diplomáticas					0.00	0.00			0.00	0.00	
Cooperação Internacional					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral					0.00	0.00			0.00	0.00	
Demais Subfunções					0.00	0.00			0.00	0.00	
Assistência Social	971,500.00	954,890.90	198,666.53	932,812.25	5.80	22,078.65	228,766.93	928,302.25	5.85	26,588.65	4,510.00
Assistência ao Idoso	56,000.00	53,381.90	20,255.37	48,016.37	0.30	5,365.53	45,531.37	48,016.37	0.30	5,365.53	
Assistência ao Portador de Deficiência	12,000.00	30.00			0.00	30.00			0.00	30.00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	94,000.00	90,250.00	14,575.78	89,700.44	0.56	549.56	18,175.78	89,700.44	0.57	549.56	
Assistência Comunitária	690,500.00	705,356.00	134,460.56	689,395.74	4.29	15,960.26	135,684.96	684,885.74	4.32	20,470.26	4,510.00
Administração Geral	107,000.00	104,573.00	28,120.60	104,445.48	0.65	127.52	28,120.60	104,445.48	0.66	127.52	
Demais Subfunções	12,000.00	1,300.00	1,254.22	1,254.22	0.01	45.78	1,254.22	1,254.22	0.01	45.78	
Previdência Social	460,500.00	560,500.00	69,740.01	379,277.90	2.36	181,222.10	83,756.89	379,277.90	2.39	181,222.10	
Previdência Básica					0.00	0.00			0.00	0.00	
Previdência do Regime Estatutário	340,500.00	440,500.00	69,315.01	293,638.82	1.83	146,861.18	69,315.01	293,638.82	1.85	146,861.18	
Previdência Complementar					0.00	0.00			0.00	0.00	
Previdência Especial					0.00	0.00			0.00	0.00	
Administração Geral	120,000.00	120,000.00	425.00	85,639.08	0.53	34,360.92	14,441.88	85,639.08	0.54	34,360.92	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	2.894.000,00	3.608.744,00	650.071,15	3.535.555,02	21,99	73.188,98	682.845,25	3.520.228,52	22,20	88.515,48	15.326,50
Atenção Básica	2.206.500,00	2.910.062,00	541.201,92	2.906.685,56	18,07	3.376,44	557.057,93	2.892.917,00	18,24	17.145,00	13.768,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	405.000,00	365.460,00	40.912,75	296.024,89	1,84	69.435,11	57.830,84	294.466,95	1,86	70.993,05	1.557,94
Suporte Profilático e Terapêutico	62.000,00	93.510,00	29.195,63	93.505,89	0,58	4,11	29.195,63	93.505,89	0,59	4,11	
Vigilância Sanitária	71.000,00	138.071,00	20.321,44	138.046,81	0,86	24,19	20.321,44	138.046,81	0,87	24,19	
Vigilância Epidemiológica	36.500,00	15.317,00	3.397,21	15.296,07	0,10	20,93	3.397,21	15.296,07	0,10	20,93	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	113.000,00	86.324,00	15.042,20	85.995,80	0,53	328,20	15.042,20	85.995,80	0,54	328,20	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	3.744.500,00	3.693.644,00	743.789,79	3.275.869,50	20,37	417.774,50	794.968,83	3.268.110,25	20,61	425.533,75	7.759,25
Ensino Fundamental	2.414.000,00	2.480.709,00	587.211,38	2.194.084,44	13,64	286.624,56	590.022,70	2.186.325,19	13,79	214.383,81	7.759,25
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional	12.000,00	501,00	0,00	500,00	0,00	1,00	0,00	500,00	0,00	1,00	
Ensino Superior	31.000,00	19.150,00	669,64	19.141,96	0,12	8,04	4.670,36	19.141,96	0,12	8,04	
Educação Infantil	617.000,00	563.951,00	58.768,94	463.267,90	2,88	100.683,10	58.768,94	463.267,90	2,92	100.683,10	
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Especial	335.000,00	356.886,00	75.807,17	276.581,08	1,72	80.304,92	75.807,17	276.581,08	1,74	80.304,92	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	80.500,00	76.451,00	15.548,34	76.048,22	0,47	402,78	15.548,34	76.048,22	0,48	402,78	
Demais Subfunções	255.000,00	275.996,00	5.784,32	246.245,90	1,53	29.750,10	50.151,32	246.245,90	1,55	29.750,10	
Cultura	191.600,00	403.216,00	192.603,47	396.626,64	2,47	6.589,36	138.277,47	340.968,64	2,15	62.247,36	55.658,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	191.600,00	403.216,00	192.603,47	396.626,64	2,47	6.589,36	138.277,47	340.968,64	2,15	62.247,36	55.658,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	1.169.000,00	1.281.675,00	239.993,35	1.211.557,04	7,53	70.117,96	248.147,50	1.193.677,04	7,53	87.997,96	17.880,00
Infra-Estrutura Urbana	336.000,00	80.070,00	0,00	27.374,94	0,17	52.695,06	0,00	27.374,94	0,17	52.695,06	
Serviços Urbanos	328.000,00	883.185,00	225.442,60	866.815,29	5,39	16.369,71	229.136,75	848.935,29	5,35	34.249,71	17.880,00
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	393.000,00	318.400,00	14.550,75	317.366,81	1,97	1.033,19	19.010,75	317.366,81	2,00	1.033,19	
Demais Subfunções	112.000,00	20,00			0,00	20,00			0,00	20,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	113.500,00	198.690,00	17.685,84	162.182,12	1,01	36.507,88	17.685,84	162.182,12	1,02	36.507,88	
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	113.500,00	198.690,00	17.685,84	162.182,12	1,01	36.507,88	17.685,84	162.182,12	1,02	36.507,88	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	49.000,00	72.465,00	0,00	72.398,48	0,45	66,52	9.000,00	54.398,48	0,34	18.066,52	18.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	27.000,00	9.435,00	0,00	9.398,48	0,06	36,52	0,00	9.398,48	0,06	36,52	
Controle Ambiental	22.000,00	63.030,00	0,00	63.000,00	0,39	30,00	9.000,00	45.000,00	0,28	18.030,00	18.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

Documento gerado em 29/01/2016 17:36:39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	619.000,00	757.124,00	349.445,81	756.464,34	4,70	659,66	353.825,81	756.464,34	4,77	659,66	
Promoção da Produção Vegetal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Animal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Sanitária Vegetal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Sanitária Animal					0,00	0,00			0,00	0,00	
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural	144.000,00	38.190,00	6.678,60	38.053,37	0,24	136,63	7.978,60	38.053,37	0,24	136,63	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral	377.000,00	446.862,00	71.146,34	446.527,42	2,78	334,58	74.226,34	446.527,42	2,82	334,58	
Demais Subfunções	98.000,00	272.072,00	271.620,87	271.883,55	1,69	188,45	271.620,87	271.883,55	1,71	188,45	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	43.000,00	115.220,00	0,00	115.108,69	0,72	111,31	0,00	115.108,69	0,73	111,31	
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo	43.000,00	115.220,00	0,00	115.108,69	0,72	111,31	0,00	115.108,69	0,73	111,31	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	97.000,00	97.000,00	14.695,13	37.550,30	0,23	59.449,70	14.485,13	36.290,30	0,23	60.709,70	1.260,00
Conservação de Energia	97.000,00	97.000,00	14.695,13	37.550,30	0,23	59.449,70	14.485,13	36.290,30	0,23	60.709,70	1.260,00
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Petróleo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	349.000,00	1.010.819,97	187.566,98	796.531,56	4,97	212.288,41	196.056,94	711.561,56	4,49	299.258,41	86.970,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	349.000,00	1.010.819,97	187.566,98	796.531,56	4,97	212.288,41	196.056,94	711.561,56	4,49	299.258,41	86.970,00
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	81.000,00	180.789,00	7.467,90	179.977,75	1,12	811,25	22.787,90	174.977,75	1,10	5.811,25	5.000,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer	81.000,00	180.789,00	7.467,90	179.977,75	1,12	811,25	22.787,90	174.977,75	1,10	5.811,25	5.000,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	

Documento gerado em 29/01/2016 17:36:39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	197.390,00	244.540,00	21.675,77	237.879,87	1,48	6.660,13	42.748,48	237.879,87	1,50	6.660,13	
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	62.000,00	65.750,00	2.592,40	64.545,01	0,40	1.204,99	11.261,79	64.545,01	0,41	1.204,99	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	135.390,00	178.790,00	19.083,37	173.334,86	1,08	5.455,14	31.486,69	173.334,86	1,09	5.455,14	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva de Contingência	105.000,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00	
Reserva do RPPS	539.500,00	439.500,00			0,00	439.500,00			0,00	439.500,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	457.700,00	560.788,00	135.105,62	539.920,10	3,36	20.867,90	135.105,62	539.920,10	3,40	20.867,90	
TOTAL (III) = (I + II)	14.539.190,00	17.678.749,87	3.446.594,95	16.081.432,43	100,00	1.597.317,44	3.651.314,20	15.857.376,58	100,00	1.821.373,29	224.055,85

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	1,548,053.52	1,302,960.38	1,391,731.60	1,604,200.40	1,805,891.92	1,486,954.47	1,478,648.13	1,425,692.95	1,572,889.13	1,729,450.95	1,617,012.09	2,298,032.83	19,261,518.37	15,662,770.00
Receita Tributária	59,200.60	40,879.72	136,051.15	96,551.33	72,609.08	53,218.24	101,588.12	129,043.64	243,163.37	63,697.69	75,711.95	70,121.02	1,141,835.91	576,850.00
IPTU	126.90	759.46	480.55	0.00	240.27	305.43	5,452.08	21,821.88	6,158.47	3,438.65	1,909.70	736.60	45,430.99	63,850.00
ISS	57,739.06	33,655.93	52,084.59	57,868.18	34,440.87	22,040.43	53,289.36	13,505.16	205,030.66	25,855.40	42,778.91	11,007.65	609,296.20	120,000.00
ITBI	1,200.00	0.00	21,800.00	850.00	7,932.60	1,000.00	3,460.00	52,660.00	592.80	3,600.00	1,840.00	4,320.00	99,255.40	20,000.00
IRRF	1.00	1,214.35	54,575.72	35,395.70	27,295.10	28,488.27	30,341.18	28,134.22	27,812.77	28,084.57	27,882.42	52,558.92	341,784.22	310,000.00
Outras Receitas Tributárias	133.64	5,249.98	7,110.29	2,437.45	2,700.24	1,384.11	5,045.50	12,922.38	3,567.67	2,719.07	1,300.92	1,497.85	46,069.10	43,000.00
Receita de Contribuições	8,405.22	38,368.98	37,464.29	36,222.30	35,178.22	36,709.20	37,024.22	41,266.92	43,535.53	43,539.33	43,997.53	112,815.38	514,527.12	424,000.00
Receita Patrimonial	148,346.42	55,270.40	49,702.58	128,852.73	142,744.26	58,237.65	76,382.76	57,477.99	57,227.80	139,376.36	97,263.92	131,167.82	1,142,050.69	410,500.00
Receita Agropecuária													0.00	
Receita Industrial													0.00	
Receita de Serviços	4,026.46	1,630.60	4,707.15	4,552.95	50,924.02	2,790.91	4,679.41	5,945.96	11,168.17	8,063.60	3,206.35	6,497.45	108,213.03	37,500.00
Transferências Correntes	1,327,101.41	1,165,480.62	1,157,629.93	1,332,804.47	1,502,244.69	1,333,222.77	1,243,029.31	1,189,142.21	1,216,985.10	1,468,406.64	1,393,132.59	1,965,765.64	16,294,936.38	14,174,150.00
Cota-Parte do FPM	571,401.61	583,290.34	424,841.34	458,516.39	563,847.26	490,604.28	429,753.13	424,877.96	354,223.40	403,164.93	455,204.85	769,721.39	5,929,446.88	5,644,000.00
Cota-Parte do ICMS	427,731.43	357,170.37	464,768.45	406,055.69	426,290.96	439,570.38	441,263.94	418,413.69	508,420.23	463,528.66	410,988.76	577,805.64	5,342,008.20	4,700,000.00
Cota-Parte do IPVA	764.22	20,222.64	11,624.72	10,143.07	22,287.95	15,471.08	24,352.27	11,668.67	9,058.59	4,399.60	4,950.61	2,181.45	137,124.87	143,000.00
Cota-Parte do ITR	11,185.63	0.00	2,188.08	281.33	0.00	15.38	0.00	148.90	663.55	110,217.89	26,519.64	25,159.69	176,380.09	10,000.00
Transferências da LC 87/1996	0.00	0.00	0.00	8,972.29	2,243.07	2,243.07	2,243.07	2,243.07	2,243.07	2,243.07	2,243.07	2,243.07	26,916.85	30,000.00
Transferências da LC 61/1989													0.00	
Transferências do FUNDEB	137,753.15	135,664.96	139,135.43	130,374.58	157,510.47	141,964.39	128,879.00	132,990.21	133,739.63	151,874.71	129,161.02	167,512.34	1,686,559.89	1,940,000.00
Outras Transferências Correntes	178,265.37	69,132.31	115,062.91	318,461.12	330,064.98	243,354.19	216,537.90	198,799.71	208,636.63	332,977.78	364,064.64	421,142.06	2,996,499.60	1,707,150.00
Outras Receitas Correntes	973.41	1,330.06	6,185.50	5,216.62	2,191.65	2,775.70	15,944.31	2,816.23	809.16	6,347.33	3,699.75	11,665.52	59,955.24	39,770.00
DEDUÇÕES (II)	205,750.30	225,067.76	213,819.38	209,307.75	235,400.62	222,048.07	198,519.13	208,383.32	218,435.06	230,184.17	218,699.11	338,979.91	2,724,594.58	2,432,400.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3,533.77	32,931.15	33,134.94	32,514.12	32,466.85	32,467.35	32,291.95	36,912.97	43,513.42	33,473.45	38,717.81	112,815.38	464,773.16	327,000.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0.00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	202,216.53	192,136.61	180,684.44	176,793.63	202,933.77	189,580.72	166,227.18	171,470.35	174,921.64	196,710.72	179,981.30	226,164.53	2,259,821.42	2,105,400.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1,342,303.22	1,077,892.62	1,177,912.22	1,394,892.65	1,570,491.30	1,264,906.40	1,280,129.00	1,217,309.63	1,354,454.07	1,499,266.78	1,398,312.98	1,959,052.92	16,536,923.79	13,230,370.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	598.600,00	598.600,00	1.363.258,72	1.240.304,55
RECEITAS CORRENTES	598.600,00	598.600,00	1.363.258,72	1.240.304,55
Receita de Contribuições dos Segurados	327.000,00	327.000,00	464.773,16	400.422,71
Pessoal Civil	327.000,00	327.000,00	464.773,16	400.422,71
Ativo	327.000,00	327.000,00	464.773,16	400.422,71
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	270.000,00	270.000,00	898.485,56	839.881,84
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	270.000,00	270.000,00	898.485,56	839.881,84
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS	200,00	200,00		
Demais Receitas Correntes	1.400,00	1.400,00		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	401.400,00	401.400,00	539.938,32	482.347,79
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.000.000,00	1.000.000,00	1.903.197,04	1.722.652,34

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	460.400,00	560.400,00	379.277,90	344.183,81	379.277,90	344.183,81	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	135.900,00	135.900,00	85.639,08	79.594,80	85.639,08	79.594,80	0,00	0,00
Despesas Correntes	135.900,00	135.900,00	85.639,08	79.594,80	85.639,08	79.594,80		
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	324.500,00	424.500,00	293.638,82	264.589,01	293.638,82	264.589,01	0,00	0,00
Pessoal Civil	324.000,00	424.000,00	293.638,82	264.589,01	293.638,82	264.589,01	0,00	0,00
Aposentadorias	124.000,00	189.000,00	182.811,70	121.937,68	182.811,70	121.937,68		
Pensões	15.000,00	50.000,00	43.712,86	16.165,37	43.712,86	16.165,37		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Outros Benefícios Previdenciários	185.000,00	185.000,00	67.114,26	126.485,96	67.114,26	126.485,96		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	500,00	500,00						
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100,00	100,00						
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	460.500,00	560.500,00	379.277,90	344.183,81	379.277,90	344.183,81	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	539.500,00	439.500,00	1.523.919,14	1.378.468,53	1.523.919,14	1.378.468,53		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	439.500,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		20.000,00
INVESTIMENTOS	8.005.242,01	6.656.157,22
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	401.400,00	401.400,00	539.938,32	482.347,79
Receita de Contribuições	401.400,00	401.400,00	539.920,10	482.347,79
Patronal	401.400,00	401.400,00	539.920,10	482.347,79
Pessoal Civil	401.400,00	401.400,00	539.920,10	482.347,79
Ativo	401.400,00	401.400,00	539.920,10	482.347,79
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes			18,22	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	401.400,00	401.400,00	539.938,32	482.347,79

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100,00	100,00						
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	100,00	100,00						

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	153.136,00	122.508,92	116.383,36
DEDUÇÕES (II)	3.046.433,64	4.004.078,65	2.823.156,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.650.608,91	3.523.151,43	2.847.808,20
Demais Haveres Financeiros	437.964,95	553.853,45	65.282,89
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	42.140,22	27.307,59	27.307,59
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-2.893.297,64	-3.881.569,73	-2.706.772,98
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)	153.136,00	122.508,92	116.383,36
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-3.046.433,64	-4.004.078,65	-2.823.156,34

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	1.180.922,31	223.277,30

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	72.205,20

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	6.631.647,30	7.717.816,16	7.939.467,05
Passivo Atuarial	6.631.647,30	7.717.816,16	7.939.467,05
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)	6.676.098,12	7.321.866,60	8.005.242,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00		
Investimentos	6.656.157,22	7.321.866,60	8.005.242,01
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados	59,10		
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	-44.450,82	395.949,56	-65.774,96
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	-44.450,82	395.949,56	-65.774,96

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.154.990,00	15.342.850,70	13.173.700,32
Receitas Tributárias	576.850,00	1.144.819,28	913.242,17
IPTU	83.850,00	46.747,06	49.949,94
ISS	120.000,00	609.496,19	453.989,87
ITBI	20.000,00	99.262,60	43.284,64

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
IRRF	310.000,00	341.784,22	335.274,61
Outras Receitas Tributárias	43.000,00	47.529,21	30.743,11
Receitas de Contribuições	424.000,00	515.527,12	473.871,91
Receitas Previdenciárias	327.000,00	464.773,16	400.422,71
Outras Receitas de Contribuições	97.000,00	50.753,96	73.449,20
Receita Patrimonial Líquida	-129.900,00	-654.920,43	-765.200,40
Receita Patrimonial	140.300,00	243.565,13	74.681,44
(-) Aplicações Financeiras	270.200,00	898.485,56	839.881,84
Transferências Correntes	12.209.260,00	14.155.108,49	12.305.398,54
Cota-Parte do FPM	5.644.000,00	5.929.446,88	5.624.230,10
Cota-Parte do ICMS	4.700.000,00	5.342.008,20	4.965.606,08
Cota-Parte do IPVA	143.000,00	137.124,87	117.219,49
Convênios	298.000,00	675.563,59	274.798,18
Outras Transferências Correntes	1.424.260,00	2.070.964,95	1.323.544,69
Demais Receitas Correntes	74.780,00	182.316,24	246.388,10
Dívida Ativa	27.500,00	45.899,45	67.000,38
Diversas Receitas Correntes	47.280,00	136.416,79	179.387,72
RECEITAS DE CAPITAL (II)	584.000,00	261.068,13	532.477,29
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	22.000,00	7.140,17	24.439,76
Transferências de Capital	562.000,00	253.927,96	508.037,53
Convênios	557.000,00	140.887,96	424.772,91
Outras Transferências de Capital	5.000,00	113.040,00	83.264,62
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	562.000,00	253.927,96	508.037,53
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.716.990,00	15.596.778,66	13.681.737,85

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.018.762,97	15.254.157,05	12.056.289,59	15.043.404,04	12.036.599,04	210.753,01	19.690,55
Pessoal e Encargos Sociais	9.002.014,00	8.764.467,70	7.331.093,48	8.761.025,04	7.314.328,60	3.442,66	16.764,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	28.950,00	27.792,37	18.251,92	27.792,37	18.251,92		
Outras Despesas Correntes	6.987.798,97	6.461.896,98	4.706.944,19	6.254.586,63	4.704.018,52	207.310,35	2.925,67
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.989.812,97	15.226.364,68	12.038.037,67	15.015.611,67	12.018.347,12	210.753,01	19.690,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.220.486,90	864.028,02	1.712.547,63	850.725,18	1.237.153,54	13.302,84	475.394,09
Investimentos	1.183.686,90	827.275,38	1.681.920,43	813.972,54	1.206.526,34	13.302,84	475.394,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	36.800,00	36.752,64	30.627,20	36.752,64	30.627,20		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.183.686,90	827.275,38	1.681.920,43	813.972,54	1.206.526,34	13.302,84	475.394,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)	439.500,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.612.999,87	16.053.640,06	13.719.958,10	15.829.584,21	13.224.873,46	224.055,85	495.084,64
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.896.009,87	-456.861,40	-38.220,25	-232.805,55	456.864,39		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	100.300,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.307,59	14.832,63	14.832,63	0,00	27.307,59	56.364,57	495.084,64	193.418,68	247.800,04	0,00	303.649,17	330.956,76
PODER EXECUTIVO	27.307,59	14.832,63	14.832,63		27.307,59	56.364,57	495.084,64	193.418,68	247.800,04		303.649,17	330.956,76
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	27.307,59	14.832,63	14.832,63	0,00	27.307,59	56.364,57	495.084,64	193.418,68	247.800,04	0,00	303.649,17	330.956,76

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Despesas	Despesas de Capital				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.220.486,90	827.275,38	813.972,54	13.302,84	393.211,52
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.220.486,90	827.275,38	813.972,54	13.302,84	393.211,52

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(a - d)	(b - e)	(c - f)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (**III**) = (**I** - **II**)	-1.220.486,90	-827.275,38	-393.211,52

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Padrao

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2014	737.439,94	226.008,84	511.431,10	6.034.626,51
2015	1.160.101,07	288.340,51	871.760,56	6.906.387,06
2016	1.206.057,32	313.961,35	892.095,97	7.798.483,04
2017	1.257.943,63	329.302,50	928.641,13	8.727.124,17
2018	1.316.699,98	339.987,91	976.712,07	9.703.836,25
2019	1.373.443,53	357.234,78	1.016.208,75	10.720.045,00
2020	1.432.507,83	372.524,47	1.059.983,36	11.780.028,36
2021	1.504.065,34	374.048,32	1.130.017,02	12.910.045,37
2022	1.569.519,86	399.878,30	1.169.641,56	14.079.686,93
2023	1.642.512,82	412.460,58	1.230.052,24	15.309.739,16
2024	1.693.007,63	474.296,51	1.218.711,12	16.528.450,29
2025	1.751.808,06	551.558,54	1.200.249,52	17.728.699,81
2026	1.809.896,03	604.786,70	1.205.109,33	18.933.809,15
2027	1.879.201,59	621.177,12	1.258.024,47	20.191.833,61
2028	1.923.517,77	718.138,84	1.205.378,93	21.397.212,54
2029	1.949.956,22	940.141,66	1.009.814,56	22.407.027,11
2030	2.000.413,91	986.472,01	1.013.941,90	23.420.969,00
2031	2.045.463,83	1.037.078,05	1.008.385,78	24.429.354,78
2032	2.059.833,73	1.198.986,75	860.846,98	25.290.201,76
2033	2.082.061,84	1.312.664,36	769.397,48	26.059.599,25
2034	2.069.211,99	1.486.467,45	582.744,54	26.642.343,79
2035	2.049.256,72	1.669.260,25	379.996,47	27.022.340,26
2036	2.016.004,42	1.854.994,31	161.010,11	27.183.350,37
2037	2.001.900,19	2.050.993,59	-49.093,40	27.134.256,97
2038	1.973.229,15	2.108.827,26	-135.598,11	26.998.658,86
2039	1.909.847,84	2.372.168,30	-462.320,46	26.536.338,40
2040	1.811.315,72	2.542.076,87	-730.761,15	25.805.577,25
2041	1.727.161,46	2.622.783,78	-895.622,32	24.909.954,93
2042	1.650.812,75	2.676.584,35	-1.025.771,60	23.884.183,33
2043	1.572.476,51	2.719.836,45	-1.147.359,94	22.736.823,59
2044	1.433.611,32	2.924.285,47	-1.490.674,15	21.246.149,44
2045	1.300.331,77	3.021.401,60	-1.721.069,83	19.525.079,61
2046	1.172.209,38	3.071.007,28	-1.898.797,90	17.626.281,71
2047	1.023.276,64	3.237.379,17	-2.214.102,53	15.412.179,19
2048	871.131,55	3.275.911,01	-2.404.779,46	13.007.399,72
2049	713.835,38	3.303.054,60	-2.589.219,22	10.418.180,50
2050	529.972,54	3.413.777,70	-2.883.805,16	7.534.375,35
2051	357.007,71	3.413.789,85	-3.056.782,14	4.477.593,20
2052	166.415,39	3.438.616,57	-3.272.201,18	1.205.392,02
2053	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-2.233.224,55
2054	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-5.671.841,11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2055	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-9.110.457,68
2056	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-12.549.074,24
2057	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-15.987.690,81
2058	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-19.426.307,37
2059	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-22.864.923,94
2060	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-26.303.540,50
2061	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-29.742.157,07
2062	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-33.180.773,63
2063	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-36.619.390,20
2064	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-40.058.006,76
2065	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-43.496.623,33
2066	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-46.935.239,89
2067	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-50.373.856,46
2068	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-53.812.473,02
2069	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-57.251.089,58
2070	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-60.689.706,15
2071	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-64.128.322,71
2072	0,01	3.438.616,57	-3.438.616,56	-67.566.939,28
2073	0,01	3.420.655,81	-3.420.655,80	-70.987.595,08
2074	0,01	3.402.686,31	-3.402.686,30	-74.390.281,38
2075	0,01	3.384.708,22	-3.384.708,21	-77.774.989,59
2076	0,01	3.366.721,66	-3.366.721,65	-81.141.711,24
2077	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-84.490.437,99
2078	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-87.839.164,73
2079	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-91.187.891,48
2080	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-94.536.618,23
2081	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-97.885.344,98
2082	0,01	3.348.726,76	-3.348.726,75	-101.234.071,73
2083	0,01	3.330.686,05	-3.330.686,04	-104.564.757,77
2084	0,01	3.312.638,35	-3.312.638,34	-107.877.396,11
2085	0,01	3.294.583,77	-3.294.583,76	-111.171.979,87
2086	0,01	3.276.522,39	-3.276.522,38	-114.448.502,24
2087	0,01	3.258.454,31	-3.258.454,30	-117.706.956,54
2088	0,01	3.258.454,31	-3.258.454,30	-120.965.410,83

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	22.000,00	7.140,17	14.859,83
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	12.000,00		12.000,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	7.140,17	2.859,83

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	7.140,17	7.140,17	7.140,17	7.140,17	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.140,17	7.140,17	7.140,17	7.140,17	0,00	0,00	0,00
Investimentos	7.140,17	7.140,17	7.140,17	7.140,17			0,00
Inversões Financeiras							0,00
Amortização da Dívida							0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social							0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (**III**)			

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2014	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	14.449.660,36	16.537.923,79									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	14.539.190,00
Previsão Atualizada	14.539.190,00
Receitas Realizadas	17.803.703,40
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	710.189,90
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.539.190,00
Créditos Adicionais	3.139.559,87
Dotação Atualizada	17.678.749,87
Despesas Empenhadas	16.081.432,43
Despesas Liquidadas	15.857.376,58
Despesas Pagas	15.840.198,06
Superávit Orçamentário	1.722.270,97

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	16.081.432,43
Despesas Liquidadas	15.857.376,58

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/12/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	16.537.923,79

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	1.523.919,14
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	1.903.197,04
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	379.277,90
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.523.919,14

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	72.205,20	223.277,30	309,23
Resultado Primário	100.300,00	-456.861,40	-454,50

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	42.140,22	0,00	14.832,63	27.307,59
Poder Executivo	42.140,22		14.832,63	27.307,59
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 04219688000156
Exercício: 2015
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	551.449,21	0,00	247.800,04	303.649,17
Poder Executivo	551.449,21		247.800,04	303.649,17
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	593.589,43	0,00	262.632,67	330.956,76

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.252.992,76	25,00	25,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.306.827,79	60,00	77,12
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	827.275,38	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	871.760,56	1.200.249,52	379.996,47	-730.761,15
Receitas Previdenciárias (**IV**)	1.160.101,07	1.751.808,06	2.049.256,72	1.811.315,72
Despesas Previdenciárias (V)	288.340,51	551.558,54	1.669.260,25	2.542.076,87
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	871.760,56	1.200.249,52	379.996,47	-730.761,15

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	7.140,17	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	7.140,17	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.813.876,04	15,00	22,47

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 04219688000156
	Exercício: 2015
	Período de referência: 6º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE COMODATO Nº 001/2016

Termo de Comodato que entre si celebram o Município de Conquista D'Oeste e o Senhor FELIX UMBERTO SIMONETI, para os fins que especifica.

Aos 4 (quatro) dias do mês de janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis) o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente **COMODATÁRIO** e o Senhor **FELIX UMBERTO SIMONETI**, brasileiro, casado, agropecuarista proprietário da Fazenda Sol Aberto, onde tem residência e domicilio, portador do CPF 297.933.439 – 15 e da cédula de identidade n.º RG 1.151.937, doravante simplesmente denominado **COMODANTE**, foi ajustado o presente termo de comodato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

O **COMODANTE** é senhor e legítimo possuidor de uma máquina de Esteiras, Fiat Allis, modelo FD-9, ano de fabricação 2001 em perfeitas condições de uso; O **COMODANTE**, neste ato, cede ao **COMODATÁRIO**, em comodato, o equipamento acima especificado, para ser utilizado na recuperação e manutenção de estradas vicinais do município; O **COMODATÁRIO** se responsabiliza pela as despesas com o fornecimento de combustíveis e lubrificantes; As despesas com operador da máquina poderá ser arcada pelos signatários, em conformidade com suas conveniências; As despesas com manutenção por eventual quebra do equipamento correrão por conta do **COMODATÁRIO**, enquanto que as manutenções por desgaste natural correrão à expensas do **COMANDANTE;** O presente contrato é celebrado com o prazo de 90 (noventa) dias, contados desta data, e, quando não ajustado sua prorrogação, o **COMODATÁRIO** devolverá o equipamento, nas condições em que o recebeu, independente de qualquer indenização ou pagamento; As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente

E estando justos e avençados, lavrou-se o presente termo , que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e pelas testemunhas presentes

Conquista D'Oeste, 4 de janeiro de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Comodatário

Felix Umberto Simoneti

Comodante

TESTEMUNHAS:

Maria Conceição de Freitas Luciano Aparecido da Silva

RG: 1092791-3 SJ/MT RG:1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico –

OAB-MT 3383-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA DE ESPECIAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 001/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 116.666/2015)

Adjudicamos e Homologamos a licitação Modalidade, PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2016, tendo por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) de aparelhos de ar condicionado tipo Janela e Split da Secretaria Municipal de Fazenda, com fornecimento de peças, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos**.**

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: L.M. REYES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS - ME

VALOR TOTAL R$59.799,00 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e nove reias).

ADJUDICO:

Magda Rossi

Pregoeira

HOMOLOGO:

Pascoal Santullo Neto

Secretário Municipal de Fazenda

Cuiabá/MT, 04 de fevereiro de 2016.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG97.307/2016)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo (insumos e reagentes), com instalação de equipamentos, aparelhos de ar condicionado e impressoras (em regime de comodato e assistência técnica), e, se necessário, adequações físicas para instalação destes, objetivando atender o Laboratório Central de Cuiabá/SMS, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 23/02/2016 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Magda Rossi

Pregoeira Oficial

Visto:

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 04 de fevereiro de 2016.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DE ESPECIAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 001/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 116.666/2015)

O Município de Cuiabá, através do Presidente da Comissão torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidadePREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2016, tendo por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) de aparelhos de ar condicionado tipo Janela e Split da Secretaria Municipal

de Fazenda, com fornecimento de peças, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos**.**

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: L.M. REYES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS - ME

VALOR TOTAL R$59.799,00 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e nove reias).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Ana Paula Villaça Lourenço

Secretária Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 04 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 029/2016.

*DISPÕE SOBRE **PROGRESSÃO FUNCIONAL DE CLASSE** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 072/2013 de 16 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão funcional de classe para a servidora **HELENA DOS SANTOS ASSIS,** matrícula funcional n° 226, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer admitida em 19/03/2002 para a **CLASSE B**, conforme previsto no Artigo 11º Inciso II da Lei Complementar 072/2013.

Parágrafo Único: O servidor passa a seguinte colocação: **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, **NIVEL V (12 a 15 anos), CLASSE B,** conforme previsto na Lei Complementar 072/2013**.**

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 035/2016

DISPÕE SOBRE **PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL** E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO -Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando os artigos54 e 55da Lei Complementar 072/2013 de16 de dezembro de 2013; e

Em atendimento a solicitação 001/2015, da servidora Jaqueline Pinafo,

RESOLVE,

Art. 1º - Prorrogar o **AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** da Sra. **JAQUELINE PINAFO** matrícula funcional 1665, efetiva no cargo de Professora, no curso de Doutorado em Educação oferecido pela Universidade de São Paulo (USP) pelo período de 04 meses a contar de 15/03/2016. A interesse da servidora essa licença poderá ser revogada antes do final do prazo concedido.

Art. 2º - O servidor ora afastado não terá prejuízo de seus subsídios, e terá assegurado sua efetividade para todos os efeitos de carreira.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 038/2016

DISPÕE SOBRE **EXONERAÇÃO DE TESOUREIRO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO -Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar o Senhor **VANDEIR GONÇALVES MENDES**, matrícula funcional N° 2357, Lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do cargo de **TESOUREIRO,** a partir de 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 31 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 033/2015

*DISPÕE SOBRE **PROMOÇÃO DE NIVEL** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Eli Sanchez Romão, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 040 de 21 de Dezembro de 2009, Seção v, Artigo 16 e;

Considerando o Requerimento do servidor, mediante comprovação da alteração de nível de escolaridade, conforme previsto no artigo 19, inciso 1º Lei Complementar nº 40/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Promover o Nível salarial da servidora Sra. **GILVANIA MEDEIROS CARDOSO,** matricula funcional 1728, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** admitida em 02/12/2010 para o **Nível 02**, à partir de 27 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único: Após Reenquadrado a servidora passa a seguinte colocação: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NIVEL 2, CLASSE B (3 a 6 anos),** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009**.**

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 028/2016.

*DISPÕE SOBRE **PROGRESSÃO FUNCIONAL DE CLASSE** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 072/2013 de 16 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão funcional de classe para o servidor **FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO,** matrícula funcional n° 2369, efetivo no cargo de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer admitido em 01/07/2014 para a **CLASSE B**, conforme previsto no Artigo 11º Inciso II da Lei Complementar 072/2013.

Parágrafo Único: O servidor passa a seguinte colocação: **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, **NIVEL I (0 a 3 anos), CLASSE B,** conforme previsto na Lei Complementar 072/2013**.**

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 031/2016.

*DISPÕE SOBRE **PROGRESSÃO FUNCIONAL DE CLASSE** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar nº 072/2013 de 16 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão funcional de classe para a servidora **ANTONIA REIS DE AGUIAR ANDRADADE,** matrícula funcional n° 1675, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer admitida em 13/10/2010 para a **CLASSE B**, conforme previsto no Artigo 11º Inciso II da Lei Complementar 072/2013.

Parágrafo Único: O servidor passa a seguinte colocação: **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, **NIVEL II (03 a 06 anos), CLASSE B,** conforme previsto na Lei Complementar 072/2013**.**

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 039/2016

*DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO DE TESOUREIRO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear o Sr. **VANDEIR GONÇALVES MENDES**, brasileiro, portador da cédula de Identidade RG 1118584-8 SSP/MT, CPF 912.159.861-49, para exercer o cargo de **TESOUREIRO,** a partir de 01 de fevereiro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar n° 80/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de fevereiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 040/2016

*DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Sra. **GELENA DE OLIVEIRA CORREA**, brasileiro, portador da cédula de Identidade RG 1754824-1 SSP/MT, CPF 026.480.761-82, para exercer o cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA,** a partir de 01 de fevereiro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar n° 072/2013 de 16/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de fevereiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 034/2015

*DISPÕE SOBRE **PROMOÇÃO DE NIVEL** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Eli Sanchez Romão, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 040 de 21 de Dezembro de 2009, Seção v, Artigo 16 e;

Considerando o Requerimento do servidor, mediante comprovação da alteração de nível de escolaridade, conforme previsto no artigo 19, inciso 1º Lei Complementar nº 40/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Promover o Nível salarial da servidora Sra. **MARGARETT ROZEMARI DE OLIVEIRA NUNES,** matricula funcional 393, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO,** admitida em 28/01/2003 para o **Nível 04**, à partir de 27 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único: Após Reenquadrado a servidora passa a seguinte colocação: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NIVEL 4, CLASSE E (12 a 15 anos),** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009**.**

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito municipal*DISPÔE SOBRE **PROMOÇÃO DE NIVEL** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Eli Sanchez Romão, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 040 de 21 de Dezembro de 2009, Seção v, Artigo 16 e;

Considerando o Requerimento do servidor, mediante comprovação da alteração de nível de escolaridade, conforme previsto no artigo 19, inciso 1º Lei Complementar nº 40/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Promover o Nível salarial da servidora Sra. **MARGARETT ROZEMARI DE OLIVEIRA NUNES,** matricula funcional 393, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO E LABORATÓRIO,** admitida em 28/01/2003 para o **Nível 04**, à partir de 27 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único: Após Reenquadrado a servidora passa a seguinte colocação: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NIVEL 4, CLASSE E (12 a 15 anos),** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009**.**

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 030/2015

*DISPÕE SOBRE **CONCESSÃO DE LICENÇA-MATERNIDADE** A SERVIDORA E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 034/2009, Lei Complementar nº 08/2001 e Lei Federal 11.770,

RESOLVE,

Artigo 1º **–** Conceder a Servidora Municipal Sra. **JULY JOANA VICENSOTTI,** matrículafuncional 1773, efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil , lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, licença para gozo de **AUXÍLIO MATERNIDADE**, no período de 10/01/2016 a 08/07/2016, totalizando 180 dias, conforme Atestado Médico.

Artigo 2º - Durante os primeiros 120 (cento e vinte) dias da Licença, a remuneração da servidora afastada será pago pelo RPPS Curvelândia-Prev (Regime de Previdência Própria), os 60 (sessenta) dias restantes serão pagos pela prefeitura.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 032/2015

*DISPÔE SOBRE **PROMOÇÃO DE NIVEL** DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Eli Sanchez Romão, Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 040 de 21 de Dezembro de 2009, Seção v, Artigo 16 e;

Considerando o Requerimento do servidor, mediante comprovação da alteração de nível de escolaridade, conforme previsto no artigo 19, inciso 1º Lei Complementar nº 40/2009.

RESOLVE:

Artigo 1º - Promover o Nível salarial da servidora Sra. **CATIANE CLARA SANTANA,** matricula funcional 2340, efetiva no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** admitida em 01/04/2014 para o **Nível 02**, à partir de 27 de janeiro de 2016.

Parágrafo Único: Após Reenquadrado a servidora passa a seguinte colocação: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NIVEL 2, CLASSE A (0 a 3 anos),** conforme previsto no Artigo 16 da Lei Complementar 40/2009**.**

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 036/2016

*DISPÕE SOBRE **PRORROGAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER CUMULATIVAMENTE O CARGO DE BIOQUIMICO,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

ELI SANCHEZ ROMÃO - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a vacância do cargo, bem como, a existência de candidato aprovado em concurso público, aguardando a nomeação;

Considerando a necessidade de contenção de gastos com pessoal, conforme o prescrito na Lei Complementar nº 101/2000(Lei de Responsabilidade Fiscal).

Considerando que a servidora tem habilitação exigida nesta área;

RESOLVE,

Art. 1º - Prorrogar a designação da Sra. **MARGARETT ROZEMARI DE OLIVEIRA NUNES**,matricula funcional 393**,** portador da cédula de Identidade, RG 14700395 SSP/MT, CPF 976.519.231-20, efetiva no cargo de Auxiliar de Consultório e Laboratório, admitida em 28/01/2003, para exercer cumulativamente a função de Bioquímica, com efeitos retroativos a partir de 11/01/2016.

Art. 2º - Pelo exercício da função descrito no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando a mesma a receber como Auxiliar de Consultório e Laboratório.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 27 de janeiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 048-16

PORTARIA Nº. 048/2016.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DO SEVIDOR PÚBLICO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, O SENHOR "LACYR FONSECA DA SILVA JÚNIOR", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **PEDRO TERCY BARBOSA**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

Considerando o que a Lei Municipal n.º 149/94 – Estatuto dos Servidores Públicos, determina em seu Art. 104 – A demissão será aplicada nos seguintes casos: II – Abandono de emprego e Art. 107 **–** Configura abono de emprego ou de cargo, a ausência intencional do funcionário ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;

Considerando o fim da Licença para tratamento de interesse particular de 02(dois) anos, conforme o que determina a Portaria 039/2012, datada de 01/02/2012, com prazo para retorno as atividades laborais na data de 02/03/2014;

Considerando que o mesmo não retornou ao trabalho, não justificou a ausência, desde a data de 02/março/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR o Servidor Público Efetivo o Senhor **LACYR FONSECA DA SILVA JÚNIOR,** brasileiro, solteiro, portador da CI - RG nº 000701255 – SSP/MS, cadastrado no CPF sob o nº 554.604.611-20, do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** do quadro de pessoal desta municipalidade**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, admitido em 22/02/2007, a partir desta data, por abandono de emprego e ausência intencional não justificada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 1º (primeiro) dias do mês de Fevereiro de 2016.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO Nº 091/2015

S**EGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 091/2015** – **CONTRATADO: SIMIÃO FERREIRA DA SILVA - CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Retificação - Fica alterada a Clausula Quarta do Contrato a que se refere o presente TERMO, alterando-se o Vencimento.** Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.264,06 (Hum Mil, Duzentos e Sessenta e Quatro Reais e Seis Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, 20% adicional insalubridade.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 018/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 018/2016 - CONTRATADO: RODRIGO PEREIRA DE ALMEIDA: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **Agente Administrativo**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO Nº 002/2015

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 002/2015 – **CONTRATADO: ODÁRIO TEOGENES DA SILVA - CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Retificação.Fica alterada a Clausula Quarta do Contrato a que se refere o presente TERMO, alterando-se o Vencimento.** Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.264,06 (Hum Mil, Duzentos e Sessenta e Quatro Reais e Seis Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, 20% adicional insalubridade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2016

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2016

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **OSVALDO LEITE DE ARAUJO,** CNPJ: 23.542.601/0001-21, no valor previsto de **R$ 7.182,00** (Sete mil e cento e oitenta e dois Reais), Objetivando o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA E EXECUÇÃO DE FRAGMENTAÇÃO E RETIRADA DE 108 M³ DE PEDRAS DE GRANDE PORTE PARA ABERTURA DA SERRA DA ESTRADA DA GLEBA SALTINHO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 03 de Fevereiro de 2016.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 192/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO **CONTRATO Nº 192/2013** – Publicado no dia 03 de Fevereiro de 2016, Edição nº 2.407. **Onde se lê**: Referente a prorrogação do prazo de vigência e execução dos serviços por 12 (doze) meses. **leia-se**: Referente a prorrogação do prazo de vigência e execução dos serviços por 03 (três) meses. Ratificam-se os demais termos da publicação.

DIAMANTINO /MT em 04 de Fevereiro de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 014/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 014/2016 - CONTRATADO: KAMYLLA FARIA DA SILVA – OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Agente Administrativo**, lotada na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio.Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 015/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 015/2016 - CONTRATADO: AUGUSTO CESAR CIOTTA DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **Agente Administrativo**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, FAVOR CHECAR EMAIL) RGF – ANEXO 1 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.005.103,00	433.650,65
Pessoal Ativo	35.005.103,00	433.650,65
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	35.005.103,00	433.650,65
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	67.309.737,07	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	35.438.753,65	52,65
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	36.347.259,02	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	34.529.896,12	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	32.712.532,22	48,60
FONTE:		

GABINETE DO PREFEITO
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, FAVOR CHECAR EMAIL) RGF – ANEXO 2 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B")

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.389.217,12	2.389.217,12	2.389.217,12	2.389.217,12
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	726.121,72	726.121,72	726.121,72	726.121,72
Outras Dívidas	1.663.095,40	1.663.095,40	1.663.095,40	1.663.095,40
DEDUÇÕES (II)	6.640.449,26	6.696.353,23	6.979.361,06	6.386.312,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.643.916,57	6.612.984,39	5.975.646,70	6.370.235,33
Demais Haveres Financeiros	9.399,25	45.107,31	61.536,65	19.117,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	103.367,56	62.619,47	53.932,29	24.091,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.179.231,14	-4.226.136,11	-3.809.133,94	-3.996.095,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	58.674.326,76	57.016.599,53	61.362.810,49	67.309.737,07
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,19%	4,18%	3,89%	3,62%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,39%	-10,92%	-6,00%	-5,94%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 1,20%	67.889.192,11	68.419.707,44	73.623.372,59	80.771.684,48
LIMITE DC ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	61.100.272,90	61.576.036,69	66.261.035,33	72.694.516,04

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Frequência Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	353.037,50	533.414,41	673.737,06	233.694,61
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.730.445,61	9.679.537,93	9.770.902,97	5.201.630,92

FONTE

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas (Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
( ) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1 Se o saldo apurado for negativo ou seja se a soma do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados não deverá ser informado nessa linha mas sim na linha da "Insuficiência Financeira" das Obrigações não Integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o saldo da DEDUÇÕES (II) for negativo ou deixar em "" (vazio) nessa linha

FONTE:

GABINETE DO PREFEITO
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, FAVOR CHECAR EMAIL) RGF – ANEXO 3 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" EART. 40, § 1º)

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF art. 55 inciso I alínea "c" e art. 40 § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**58.574.328,76**	**57.015.599,53**	**61.352.010,49**	**67.309.737,07**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**12.446.351,09**	**12.543.429,70**	**13.497.619,31**	**14.808.142,16**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,0%	**11.201.716,70**	**11.289.086,73**	**12.147.056,49**	**13.327.327,94**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE

GABINETE DO PREFEITO
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, FAVOR CHECAR EMAIL) RGF – ANEXO 4 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "D" EINCISO III ALÍNEA "C")

VUNICÍPIO DE DIAVANTINO - VT
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAVENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEVBIRO 20' ESQUADRIVESTRE SETEVBIRO - DEZEVBIRO

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES REALIZADOS	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária:	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivados de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita:	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa:	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita:	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - REVIT	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	67.309.737,07	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia – III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	10.796.557,61	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	9.692.602,14	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.711.681,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV – IIa)	0,00	0,00

FONTE

GABINETE DO PREFEITO
(PUBLICAÇÃO REJEITADA, FAVOR CHECAR EMAIL) DECRETO Nº 000192/15 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000192/15 de 30 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar(es) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.01 - GABINETE DO PREFEITO
(001 3 3 90 39 00 00 00 00 2 002 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 151 00
04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERV PUBLICOS
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO
(132 3 3 90 30 00 00 00 00 2 004 0001 Material de Consumo 100 00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCACAO E CULTURA
05.01 - FUNDEB
(169 3 3 90 30 00 00 00 00 1 090 1002 Material de Consumo 20 924 00
(171 3 3 90 39 00 00 00 00 1 090 1002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10 000 00
05.03 - CONVENIOS
(228 3 3 90 30 00 00 00 00 1 091 0200 Material de Consumo 000 00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE
(333 3 3 90 14 00 00 00 00 2 019 0047 Diarias - Civil 20 00
(418 3 3 90 39 00 00 00 00 2 024 0047 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 22 000 00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL
(358 3 3 90 30 00 00 00 00 2 035 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 4 000 00
(360 3 3 90 39 00 00 00 00 2 040 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 21 00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO
(693 3 3 90 39 00 00 00 00 2 044 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1 400 00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO
(704 4 4 90 52 00 00 00 00 1 224 0001 Equipamentos e Material Permanente 1 300 00
(708 3 3 90 47 00 00 00 00 1 225 0001 Obrigações Tributarias e Contributivas 07 352 00

Total Suplementação: 162.565,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.01 - GABINETE DO PREFEITO
(471 3 3 90 33 00 00 00 00 2 002 0001 Passagens e Despesas com Locomoção 1 200 00
03 - SEC MUNIC AGRICULTURA INDUSTRIA E MEIO AMBIENTE
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO
(501 3 3 90 39 00 00 00 00 2 003 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 2 000 00
04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERV PUBLICOS
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO
(133 3 3 90 33 00 00 00 00 2 004 0001 Passagens e Despesas com Locomoção 800 00
(135 3 3 90 39 00 00 00 00 2 004 0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 25 000 00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCACAO E CULTURA
05.01 - FUNDEB
(204 3 1 90 94 00 00 00 00 2 040 1002 Indenizações e Restituições Trabalhistas 200 00
(205 3 3 90 14 00 00 00 00 2 040 1002 Diarias - Civil 700 00
(171 3 3 90 39 00 00 00 00 1 090 1002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 380 00
(180 3 1 90 05 00 00 00 00 2 007 1002 Salario-Familia 800 00
(181 3 3 90 30 00 00 00 00 2 007 1002 Material de Consumo 800 00
(206 3 3 90 39 00 00 00 00 2 040 1002 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 9 750 00

Pág 1a: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000192/15 de 30 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das dotações abaixo descriminadas:

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCACAO E CULTURA
05.01 - FUEFUMI

1991 3 3 90 39 00 00 00 00 2 007 1002	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
1901 3 3 90 92 00 00 00 00 2 007 1002	Despesas De Exercícios Anteriores	500,00
1991 3 3 90 39 00 00 00 00 2 018 0001	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.200,00

05.02 - FUNDEB

2221 3 1 90 13 00 00 00 00 2 014 0016	Obrigações Patronais	2.000,00

05.04 - EDUCACAO INFANTIL

2201 3 1 90 13 00 00 00 00 2 013 1002	Obrigações Patronais	1.000,00
2291 3 3 90 30 00 00 00 00 2 013 1002	Material De Consumo	800,00

05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

2851 3 3 90 14 00 00 00 00 2 010 0001	Diárias - Civil	300,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

4101 3 3 90 30 00 00 00 00 2 024 0047	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	690,00
4171 3 3 90 39 00 00 00 00 2 024 0014	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.200,00
4181 3 3 90 39 00 00 00 00 2 024 0047	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.800,00
4031 3 1 90 94 00 00 00 00 2 025 0014	Indenizações E Restituições Trabalhistas	200,00
4051 3 3 90 30 00 00 00 00 2 025 0047	Material De Consumo	1.800,00
4991 3 1 90 94 00 00 00 00 2 032 0047	Indenizações E Restituições Trabalhistas	200,00
3111 3 3 90 30 00 00 00 00 2 033 0047	Material De Consumo	1.300,00
3001 3 3 90 30 00 00 00 00 2 021 0047	Material De Consumo	30,00
4351 3 3 90 30 00 00 00 00 2 026 0014	Material De Consumo	1.200,00
3751 3 3 90 30 00 00 00 00 2 022 0014	Material De Consumo	330,00
4121 3 3 90 30 00 00 00 00 2 024 0047	Material De Consumo	800,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL

2091 3 3 90 39 00 00 00 00 2 032 0001	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11.000,00

08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO

0391 4 4 90 51 00 00 00 00 1 202 0001	Obras E Instalações	17.429,00
0311 3 3 90 30 00 00 00 00 2 041 0001	Material De Consumo	1.200,00
0341 3 3 90 39 00 00 00 00 2 041 0001	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.400,00

09 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO

0821 4 4 90 52 00 00 00 00 1 215 0001	Equipamentos E Material Permanente	30.300,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

0701 4 4 90 52 00 00 00 00 1 225 0001	Equipamentos E Material Permanente	1.300,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000192/15 de 30 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

07241 3 3 90 39 00 00 00 00 2 040 0001	Outros Serviços De Terceiros	Fonte: Anulação:	7.000,00
		Total Anulação:	162.565,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000189/15 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000189/15 de 22 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(132) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0001 - Material De Consumo	58.000,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.03 - CONVENIOS	
(231) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.092-0999 - Material De Consumo	85.000,00
(233) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.092-0999 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00
(230) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.091-0200 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	7.985,00
(228) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.091-0200 - Material De Consumo	6.420,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(262) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.013-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	13.300,00
Total Suplementação:	**200.705,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(23) 3.3.90.14.00.00.00.00.1.011-0001 - Diárias - Civil	650,00
(25) 3.3.90.33.00.00.00.00.1.011-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	500,00
03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE	
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(91) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.003-0001 - Diárias - Civil	5.600,00
(86) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.003-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	4.550,00
(94) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.003-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.470,00
04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(127) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.004-0001 - Salário-Família	2.920,00
04.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
(143) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.005-0001 - Diárias - Civil	500,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(196) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.018-0001 - Diárias - Civil	1.500,00
(194) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.018-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.000,00
(184) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.007-1002 - Diárias - Civil	2.000,00
(195) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.018-0001 - Obrigações Patronais	1.000,00
(155) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.066-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.660,00
(154) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.065-1002 - Equipamentos E Material Permanente	11.680,00
(201) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.046-1002 - Salário-Família	1.200,00
(161) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.072-0001 - Obras E Instalações	5.000,00
(197) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.018-0001 - Material De Consumo	2.300,00
05.02 - FUNDEB	
(210) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.008-0019 - Contratação P/ Tempo Determinado	6.870,00
05.03 - CONVENIOS	
(237) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.119-0200 - Material De Consumo	14.300,00
(236) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.100-0200 - Material De Consumo	11.630,00
(227) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.090-0200 - Equipamentos E Material Permanente	1.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000189/15 de 22 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL

(243) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.107-1002 - Equipamentos E Material Permanente	4.000,00
(254) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.013-1002 - Salário-Família	1.100,00

05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

(275) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.128-0001 - Equipamentos E Material Permanente	4.000,00

06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE

(372) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.022-0047 - Salário-Família	300,00
(371) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.022-0047 - Contratação P/ Tempo Determinado	115,00
(417) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.200,00
(391) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.023-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.000,00
(389) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.023-0047 - Contratação P/ Tempo Determinado	1.000,00
(388) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.023-0014 - Contratação P/ Tempo Determinado	1.000,00
(385) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.022-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00
(374) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.022-0047 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000,00
(418) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.200,00
(373) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.022-0014 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.400,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL

(567) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.035-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	2.200,00
(557) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.201-0001 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	1.000,00

07.02 - CONVENIOS

(627) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.239-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.400,00
(625) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.239-1003 - Material De Consumo	1.600,00
(620) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.237-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.700,00
(613) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.236-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00
(611) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.236-1003 - Material De Consumo	4.000,00
(596) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.183-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.100,00
(595) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.183-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.000,00
(594) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.183-1003 - Material De Consumo	3.000,00

08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(648) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.041-0001 - Obrigações Patronais	20.000,00
(643) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.206-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.900,00
(642) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.206-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(641) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.206-0001 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	5.760,00
(640) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.206-0001 - Material De Consumo	4.000,00

09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(690) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.044-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	8.000,00
(686) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.044-0001 - Obrigações Patronais	10.000,00
(675) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.208-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(715) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.045-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000189/15 de 22 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(712) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.045-0001 - Salário-Família	2.000,00
Total Anulação:	**200.705,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 016/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 016/2016 - CONTRATADO: HELIO DESBESSEL JUNIOR: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **Agente Administrativo**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Cen-

tavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio.Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000187/15 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000187/15 de 18 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(126) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.004-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	12.780,00
(132) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0001 - Material De Consumo	23.600,00
04.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
(141) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.005-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.420,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(179) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.007-1002 - Contratação P/ Tempo Determinado	6.518,00
(200) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.046-1002 - Contratação P/ Tempo Determinado	20.995,00
05.02 - FUNDEB	
(224) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.015-0019 - Salário-Família	1.095,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(253) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.013-1002 - Contratação P/ Tempo Determinado	17.602,00
(255) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.013-1002 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.704,00
05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
(283) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.016-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	16.653,00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA	
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE	
(412) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.024-0047 - Material De Consumo	3.000,00
(418) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(561) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.035-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	15.554,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(629) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.038-0001 - Obrigações Patronais	1.200,00
(628) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.038-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.315,00
08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(651) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.041-0001 - Material De Consumo	1.000,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(693) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.044-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	21.000,00
Total Suplementação:	**187.436,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE	
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(89) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.003-0001 - Obrigações Patronais	23.600,00
(94) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.003-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	4.700,00
(88) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.003-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	33.600,00
(93) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.003-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	4.000,00
(90) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.003-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	4.000,00
(87) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.003-0001 - Salário-Família	534,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000187/15 de 18 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(133) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.004-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	2.980,00
(130) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.004-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	9.800,00
04.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
(144) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.005-0001 - Material De Consumo	1.990,00
(143) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.005-0001 - Diárias - Civil	420,00
(140) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.005-0001 - Salário-Família	1.000,00
(139) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.005-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	500,00
(145) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.005-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.990,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(203) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.046-1002 - Obrigações Patronais	15.000,00
(202) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.046-1002 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	29.360,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(260) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.013-1002 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00
(257) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.013-1002 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00
(254) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.013-1002 - Salário-Família	1.370,00
(252) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.120-0001 - Material De Consumo	4.170,00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA	
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE	
(393) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.023-0047 - Obrigações Patronais	1.700,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.02 - CONVENIOS	
(618) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.237-1003 - Material De Consumo	3.222,00
(616) 3.1.90.13.00.00.00.00.1.237-1003 - Obrigações Patronais	8.000,00
(615) 3.1.90.11.00.00.00.00.1.237-1003 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	13.000,00
(603) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.192-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	18.300,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(632) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.038-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	600,00
(631) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.038-0001 - Material De Consumo	600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000187/15 de 18 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001092/15 de 9 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO

08.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(652) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.041-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00
Total Anulação:	**187.436,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000181/15 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000181/15 de 3 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(189) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
(155) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.066-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	14.042,00
(191) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.017-1002 - Material De Consumo	1.500,00
05.03 - CONVENIOS	
(236) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.100-0200 - Material De Consumo	10.000,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(262) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.013-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
(247) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.113-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	8.276,00
(252) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.120-0001 - Material De Consumo	3.000,00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA	
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE	
(338) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.244-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	63.500,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(584) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.039-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	27.200,00
(559) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.201-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00
(568) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.035-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	4.500,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(630) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.038-0001 - Diárias - Civil	1.200,00
08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(641) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.206-0001 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	710,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(705) 4.6.90.71.00.00.00.00.1.225-0001 - Principal Da Dívida Contratual Resgatado	37.600,00
(708) 3.3.90.47.00.00.00.00.1.229-0001 - Obrigações Tributarias E Contributivas	3.900,00
(725) 3.3.90.93.00.00.00.00.2.045-0001 - Indenizações E Restituições	102,00
(724) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.045-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.100,00
Total Suplementação:	**213.630,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE	
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(92) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.003-0001 - Material De Consumo	3.000,00
(95) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.003-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(109) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.038-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	770,00
(117) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.045-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	250,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000181/15 de 3 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(115) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.044-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
04.02 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO	
(146) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.005-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.900,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(150) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.061-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	500,00
(203) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.046-1002 - Obrigações Patronais	4.500,00
(202) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.046-1002 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.000,00
(162) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.073-0001 - Material De Consumo	100,00
(157) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.068-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	300,00
(156) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.067-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100,00
(207) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.046-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	3.500,00
(205) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.046-1002 - Diárias - Civil	2.276,00
(204) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.046-1002 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	4.500,00
05.03 - CONVENIOS	
(237) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.119-0200 - Material De Consumo	4.200,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(242) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.106-1002 - Material De Consumo	4.300,00
(240) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.104-1002 - Material De Consumo	142,00
05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
(287) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.016-0001 - Material De Consumo	1.000,00
(286) 3.3.90.20.00.00.00.00.2.016-0001 - Auxílio Financeiro A Pesquisadores	1.000,00
(281) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.016-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	1.900,00
(280) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.131-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.200,00
(271) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.125-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	800,00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA	
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE	
(509) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.033-0047 - Diárias - Civil	1.000,00
(485) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.030-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(475) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.030-0047 - Salário-Família	1.900,00
(470) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(468) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.029-0047 - Material De Consumo	8.000,00
(511) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.033-0047 - Material De Consumo	28.000,00
(439) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.026-0047 - Material De Consumo	2.600,00
(412) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.024-0047 - Material De Consumo	4.000,00
(387) 3.3.90.92.00.00.00.00.2.022-0047 - Despesas De Exercícios Anteriores	1.000,00
(384) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.022-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(382) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.022-0047 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00
(380) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.022-0047 - Material De Consumo	1.500,00
(378) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.022-0047 - Diárias - Civil	1.000,00
(349) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.019-0047 - Salário-Família	2.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000181/15 de 3 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(545) 3.3.50.43.00.00.00.00.1.194-0001 - Subvenções Sociais	4.420,00
(534) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.184-0001 - Material De Consumo	5.500,00
07.02 - CONVENIOS	
(622) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.238-1003 - Material De Consumo	5.000,00
(624) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.238-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.200,00
(623) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.238-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
(604) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.192-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00
(603) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.192-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.080,00
(591) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.182-1003 - Material De Consumo	10.000,00
(622) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.238-1003 - Material De Consumo	2.000,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(631) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.038-0001 - Material De Consumo	1.200,00
08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(649) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.041-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	600,00
(646) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.041-0001 - Salário-Família	1.000,00
(636) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.204-0001 - Material De Consumo	3.500,00
(654) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.041-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.060,00
(653) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.041-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	110,00
(649) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.041-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	10.000,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(692) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.044-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.670,00
(688) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.044-0001 - Diárias - Civil	1.000,00
(684) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.044-0001 - Salário-Família	500,00
(679) 3.3.90.92.00.00.00.00.1.212-0001 - Despesas De Exercícios Anteriores	210,00
(676) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.209-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	300,00
(675) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.208-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	660,00
(680) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.213-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	780,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(722) 3.3.90.35.00.00.00.00.2.045-0001 - Serviços De Consultoria	200,00
(722) 3.3.90.35.00.00.00.00.2.045-0001 - Serviços De Consultoria	102,00
(718) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.045-0001 - Diárias - Civil	1.000,00
(711) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.045-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	550,00
(706) 4.6.90.71.00.00.00.00.1.227-0001 - Principal Da Dívida Contratual Resgatado	37.600,00
(700) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.220-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	520,00
(698) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.218-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	450,00
(695) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.216-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000181/15 de 3 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

10.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(694) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.216-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00
Total Anulação:	**213.630,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 000183/15 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000183/15 de 9 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	
04.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(99) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.034-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	54.117,00
05 - SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.01 - FUEFUM	
(189) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	35.568,00
05.04 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
(262) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.013-1002 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.076,00
05.05 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
(291) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.016-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	133,00
06 - SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA	
06.01 - FUNDO MUNIC DE SAUDE	
(353) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.019-0047 - Diárias - Civil	50,00
(502) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0014 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.300,00
(358) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.019-0047 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	20.046,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(563) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.035-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	16.400,00
(532) 3.3.90.32.00.00.00.00.1.180-0001 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.584,00
(569) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.035-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.588,00
(561) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.035-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	9.900,00
(564) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.035-0001 - Obrigações Patronais	7.600,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(630) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.038-0001 - Diárias - Civil	950,00
(628) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.038-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.360,00
08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(645) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.041-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	2.200,00
(654) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.041-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.663,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(693) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.044-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	18.590,00
(693) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.044-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	16.800,00
(685) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.044-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.450,00
(683) 3.1.90.04.00.00.00.00.2.044-0001 - Contratação P/ Tempo Determinado	16.500,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(708) 3.3.90.47.00.00.00.00.1.229-0001 - Obrigações Tributarias E Contributivas	62.350,00
(713) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.045-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	13.900,00
(717) 3.3.50.41.00.00.00.00.2.045-0001 - Contribuições	804,00
Total Suplementação:	**305.929,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000183/15 de 9 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBIENTE	
03.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(89) 3.1.90.13.00.00.00.00.2.003-0001 - Obrigações Patronais	5.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.01 - FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(544) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.190-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.400,00
(538) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.189-0001 - Material De Consumo	3.000,00
(588) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.040-0001 - Material De Consumo	1.550,00
(537) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.185-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	80,00
(585) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.039-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.550,00
(583) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.039-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.000,00
(535) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.185-0001 - Material De Consumo	120,00
(582) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.039-0001 - Material De Consumo	1.000,00
(579) 3.1.90.11.00.00.00.00.2.039-0001 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000,00
(575) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.037-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	260,00
(528) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.179-0001 - Material De Consumo	3.000,00
(558) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.201-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	9.900,00
(556) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.201-0001 - Material De Consumo	13.400,00
07.02 - CONVENIOS	
(620) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.237-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	2.940,00
(617) 3.3.90.14.00.00.00.00.1.237-1003 - Diárias - Civil	1.000,00
(612) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.236-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(594) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.183-1003 - Material De Consumo	3.000,00
(622) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.238-1003 - Material De Consumo	5.000,00
(627) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.239-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
(626) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.239-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	3.400,00
(625) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.239-1003 - Material De Consumo	10.000,00
(625) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.239-1003 - Material De Consumo	3.000,00
(624) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.238-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	7.400,00
(623) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.238-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.338,00
(621) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.237-1003 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.500,00
07.03 - CONSELHO TUTELAR	
(631) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.038-0001 - Material De Consumo	950,00
08 - SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(662) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.042-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.270,00
(653) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.041-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	3.000,00
(641) 3.3.90.31.00.00.00.00.1.206-0001 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	2.200,00
(638) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.205-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.250,00
(636) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.204-0001 - Material De Consumo	2.100,00
09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(691) 3.3.90.35.00.00.00.00.2.044-0001 - Serviços De Consultoria	2.000,00
(689) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.044-0001 - Material De Consumo	7.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000183/15 de 9 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de DIAMANTINO e autorização contida na Lei Municipal nº 001083/15 de 4 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO

(688) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.044-0001 - Diárias - Civil	3.000,00
(687) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.044-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	9.000,00
(684) 3.1.90.09.00.00.00.00.2.044-0001 - Salário-Família	4.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
10.01 - GABINETE DO SECRETARIO	
(715) 3.1.90.94.00.00.00.00.2.045-0001 - Indenizações E Restituições Trabalhistas	4.000,00
(710) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.231-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.740,00
(700) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.220-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.000,00
(697) 3.3.90.36.00.00.00.00.1.218-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00
(724) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.045-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00
(721) 3.3.90.33.00.00.00.00.2.045-0001 - Passagens E Despesas Com Locomoção	1.800,00
(720) 3.3.90.32.00.00.00.00.2.045-0001 - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.000,00
(719) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.045-0001 - Material De Consumo	5.000,00
(718) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.045-0001 - Diárias - Civil	4.000,00
(724) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.045-0001 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	139.781,00
(716) 3.2.90.21.00.00.00.00.2.045-0001 - Juros Sobre A Dívida Por Contrato	1.000,00
Total Anulação:	**305.929,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 013/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 08 E 10 DE FEVEREIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, JUVIANO LINCOLN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1° – Fica decretado ponto facultativo o dia 08 de Fevereiro de 2016, e no dia 10 de Fevereiro de 2016 expediente a partir das 13:00 hs.

Art. 2º - O disposto neste artigo não se aplica as atividades de caráter essencial.

Art. 3° – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 01 de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 188/2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Nº 1092/15 de 09 de Dezembro de 2015.

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 2.183.166,42(Dois Milhões, Cento Oitenta e três Mil, Cento Sessenta e Seis Reais e Quarenta e Dois Centavos), por conta da inserção da seguinte dotação orçamentária:

02	**GABINETE DO PREFEITO**		
02.01	**GABINETE DO PREFEITO**		
(42)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.002-0001	Vencimentos .e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 63.955.00

04	**SECRETARIA MUN DE OBRAS VIAÇÃO E SERV.PÚBLICOS**		
04.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(128)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.004-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 207.878,00
(132)	3.3.90.30.00.00.00.00.2.004-0001	Material de Consumo	R$ 5.000,00

05	**SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
05.01	**FUEFUM**		
(181)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.007-1002	Vencimentos e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 65.596,00

05.02	**FUNDEB**		
(215)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.009-0018	Contratação P/Termo Determinado	R$ 72.195,80
(217)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.009-0018	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 198.196,00
(212)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.008-0019	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 85.612,00
(221)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.014-0018	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 145.674,00
(219)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.014-0018	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 48.105,00
(223)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.015-0019	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 54.789,00
(225)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0019	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 119.580,00

06	**SECRETARIA MUN DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**		
06.01	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
(404)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.024-0047	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 95.060,00
(370)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.022-0014	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 3.292,00
(406)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.024-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R4 201.182,00
(350)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0047	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R4 125.373,00
(503)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0047	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	R$ 13.099,00
(488)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.032-0014	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 7.656,00
(476)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.030-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 66.067,00
(461)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.029-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 106.489,00
(458)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.029-0014	Contratação P/ Tempo Determinado	R$ 3.300,00
(448)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.027-0047	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 5.813,00
(491)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.032-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 154.478,00
(433)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.026-0047	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 11.574,62
(423)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.025-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 29.228,00

07	**SECRETARIA MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
07.01	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
(563)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.035-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 82.923,00

08	**SECRETARIA MUN DE ESPORTE LAZER E TURISMO**		
08.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(647)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.041-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 35.274,00
(645)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.041-0001	Contratação P/ Tempo Determinado	R$ 5.181,00

09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
09.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(685)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.044-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 82.312,00
(683)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.044-0001	Contratação P/ Tempo Determinado	R$ 24.724,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
10.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(713)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.045-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 63.560,00

Total Geral .....R$ 2.183.166,42

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do ICMS, FPM E ITR arrecadados superior ao valor estimado na LOA de 2015, na forma do disposto no artigo 43, parágrafo lº. e Inciso II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 21 de Dezembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 186/2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Nº 1092/15 de 09 de Dezembro de 2015.

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 543.236,00(Quinhentos Quarenta Três Mil, Duzentos Trinta Seis Reais), por conta da inserção da seguinte dotação orçamentária:

02	**GABINETE DO PREFEITO**

02.01	**GABINETE DO PREFEITO**		
(43)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.002-0001	Obrigações Patronais	R$ 12.340,00

04	**SECRETARIA MUN DE OBRAS VIAÇÃO E SERV.PÚBLICOS**		
04.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(129)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.004-0001	Obrigações Patronais	R$ 33.800,00

05	**SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
05.01	**FUEFUM**		
(182)	3.3.90.30.00.00.00.00.2.007-1002	Obrigações Patronais	R$ 2.700,00

05.02	**FUNDEB**		
(222)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.014-0018	Obrigações Patronais	R$ 44.165,00
(218)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.009-0018	Obrigações Patronais	R$ 45.720,00
(226)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.015-0019	Obrigações Patronais	R$ 32.750,00
(213)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.008-0019	Obrigações Patronais	R$ 24.835,00

05.03	**CONVENIOS**		
(233)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.092-0999	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 2.020.00
(231)	3.3.90.30.00.00.00.00.1.092-0999	Material de Consumo	R$ 7.250,00
(234)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.093-0200	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 5.130,00
(230)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.091-0200	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 16.560,00

05.05	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**		
(291)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.016-0001	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 650,00
(284)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.016-0001	Obrigações Patronais	R$ 2.870,00

06	**SECRETARIA MUN DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**		
06.01	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
(351)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0047	Obrigações Patronais	R$ 37.935,00
(338)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.244-0047	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R4 30.000,00
(494)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.032-0047	Obrigações Patronais	R$ 33.378,00
(479)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.030-0047	Obrigações Patronais	R$ 148,00
(464)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.029-0047	Obrigações Patronais	R$ 6.000,00
(449)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.027-0047	Obrigações Patronais	R$ 1.460,00
(434)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.026-0047	Obrigações Patronais	R$ 4.000,00
(425)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.025-0047	Obrigações Patronais	R$ 5.215,00
(503)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0047	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 3.000,00
(408)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.024-0047	Obrigações Patronais	R$ 45.104,00

07	**SECRETARIA MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
07.01	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
(564)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.035-0001	Obrigações Patronais	R$ 4.200,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
10.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(714)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.045-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 27.495,00
(702)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.222-0001	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 28.511,00
(696)	3.3.90.39.00.00.00.00.1.217-0001	Outros Serviços de Terceiros - P Jurídica	R$ 86.000,00

Total Geral .....R$ 543.236,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do ICMS arrecadados superior ao valor estimado na LOA de 2015, na forma do disposto no artigo 43, parágrafo lº. e Inciso II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 15 de Dezembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municip

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 185/2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Nº 1092/15 de 09 de Dezembro de 2015.

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 459.009,00(Quatrocentos Cinqüenta e Nove Mil e Nove Reais), por conta da inserção da seguinte dotação orçamentária:

03	**SECRETARIA MUN AGRICULTURA IND COM E MEIO AMBIENTE**		
03.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(92)	3.3.90.30.00.00.00.00.2.003-0001	Material de Consumo	R$ 3.100,00

04	**SECRETARIA MUN DE OBRAS VIAÇÃO E SERV.PÚBLICOS**		
04.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(134)	3.3.90.36.00.00.00.00.2.004-0001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 2.700,00

06	**SECRETARIA MUN DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA**		
06.01	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
(350)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.019-0047	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 11.380,00
(418)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.024-0047	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 72.798,00
(357)	3.3.90.36.00.00.00.00.2.019-0047	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	R$ 3.200,00
(370)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.022-0014	Contratação P/ Termo Determinado	R$ 1.380,00
(406)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.024-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 31.361,00
(488)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.032-0014	Contratação P/ Termo Determinado	R$ 2.829,00
(503)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0047	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 116.000,00
(354)	3.3.90.30.00.00.00.00.2.019-0047	Material de Consumo	R$ 1.650,00
(423)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.025-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 6.081,00
(448)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.027-0047	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 2.223,00
(458)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.029-0014	Contratação P/ Termo Determinado	R$ 3.300,00
(461)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.029-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 12.142,00
(476)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.030-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 12.055,00
(404)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.024-0047	Contratação P/Termo Determinado	R$ 72.061,00
(491)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.032-0014	Vencimentos e Vantagens Fixas - P.Civil	R$ 13.214,00
(502)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.032-0014	Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R$ 60.300,00

(351)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.019-0047	Obrigações Patronais	R$ 35,00
(412)	3.3.90.30.00.00.00.00.2.024-0047	Material de Consumo	R$ 11.230,00

07	**SECRETARIA MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
07.01	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
(568)	3.3.90.36.00.00.00.00.2.035-0001	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	R$ 1.600.00
(556)	3.3.90.30.00.00.00.00.1.021-0001	Material de Consumo	R$ 18.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**		
09.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(723)	3.3.90.36.00.00.00.00.2.045-0001	Outros Serviços de Terceiros - P.Física	R$ 370,00

Total Geral .....R$ 459.009,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do ICMS, FPM E ITR arrecadados superior ao valor estimado na LOA de 2015, na forma do disposto no artigo 43, parágrafo Iº. e Inciso II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 14 de Dezembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 026/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 026/2016 - CONTRATADO: IZAIAS SEBASTIÃO DA SILVA – OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **Serviços Gerais**, lotado na **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos**. A vigência deste contrato tem início em 01/02/2016 e término em 31/12/2016. O **CONTRATADO** receberá o vencimento de R$ 938,20 (novecentos e trinta e oito reais, e vinte centavos) mensais, acrescidos de 20% (vinte por cento) de Adicional de Insalubridade, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras. II – Programa de Trabalho: 2004 – Manutenção e encargos da secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado de pessoa física - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio.

Diamantino, 01 de Fevereiro de 2016.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 013/201

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 013/2016 - CONTRATADO: JESSICA MAIARA COSTA PORTO – OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Agente Administrativo**, lotada na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 182/2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Nº 1083/15 de 04 de Novembro de 2015.

O Senhor JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Diamantino autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 415.403,00(Quatrocentos Quinze Mil e Quatrocentos e Três Reais), por conta da inserção da seguinte dotação orçamentária:

02	**GABINETE DO PREFEITO**		
02.01	**GABINETE DO PREFEITO**		
(45)	3.3.90.14.00.00.00.00.2.002-0001	Diárias - Civil	R$ 1.500,00
(42)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.002-0001	Vencimentos .e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 5.800,00

04	**SECRETARIA MUN DE OBRAS VIAÇÃO E SERV.PÚBLICOS**		
04.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(134)	3.3.90.36.00.00.00.00.2.004-0001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 1.000,00
(128)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.004-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 50.000,00
(129)	3.1.90.13.00.00.00.00.2.004-0001	Obrigações Patronais	R$ 500,00
(126)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.004-0001	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 7.300,00

05	**SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
05.01	**FUEFUM**		
(172)	3.3.90.30.00.00.00.00.1.001-1002	Material de Consumo	R$ 8.603,00
(200)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.046-1002	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 17.000,00
(181)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.007-1002	Vencimentos e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 13.200,00
(179)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.007-1002	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 6.100,00

05.02	**FUNDEB**		
(219)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.014-0018	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 36.100,00
(217)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.009-0018	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 12.200,00
(215)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.009-0018	Contratação P/Termo Determinado	R$ 51.000,00
(221)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.014-0018	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 30.000,00
(212)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.008-0019	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 4.200,00
(225)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.015-0019	Vencimentos e Vantagens Fixas P Civil	R$ 27.000,00
(223)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.015-0019	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 43.700,00

05.04	**EDUCAÇÃO INFANTIL**		
(253)	3.1.90.04.00.00.00.00.2.013-1002	Contratação P/Tempo Determinado	R$ 15.000,00
(246)	4.4.90.51.00.00.00.00.1.111-1002	Obras e Instalações	R$ 45.600,00

05.05	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**		
(283)	3.1.90.11.00.00.00.00.2.016-0001	Vencimentos e Vantagens Fixas P.Civil	R$ 9.600,00

07	**SECRETARIA MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL**

07.01	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
(534)	3.3.90.30.00.00.00.00.1.184-0001	Material de Consumo	R$ 15.000,00

09	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
09.01	**GABINETE DO SECRETARIO**		
(693)	3.3.90.39.00.00.00.00.2.044-0001	Outros Serviços de Terceiros - P.Jurídica	R$ 15.000,00

Total Geral .....R$ 415.403,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos do ICMS arrecadados superior ao valor estimado na LOA de 2015, na forma do disposto no artigo 43, parágrafo lº. e Inciso II da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 04 de Dezembro de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 009/2016

Dispõe sobre Licença Prêmio ao Funcionário Público Municipal, Senhor **LAUDÉRBIO CLAUDINO DA SILVA** e dá outras providências. **JOÃO GONÇALVES LOPES,** Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais. **CONSIDERANDO** o preceituado no art. 73 da Lei 006/90; **CONSIDERANDO** que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período 13/07/2010 a 13/07/2015; **RESOLVE: ART. 1º -** Conceder Licença Prêmio ao Senhor **LAUDÉRBIO CLAUDINO DA SILVA**, ocupante do Cargo/Função de Agente Público Operacional/Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem usufruídas no período de 21/03/2016 a 18/06/2016. **ART. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura. **ART. 3º -** Revogam – se as disposições em contrário. Publica-se. Registra-se. Cumpra-se. Diamantino/MT, 04 de Fevereiro de 2016. **JOÃO GONÇALVES LOPES -** Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 017/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 017/2016 - CONTRATADO: THAMIRES ORANA SANTANA VIEIRA DIAS: O presente contrato tem como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Agente Administrativo**, lotada na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 25 de Janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 006/2016

NOME **: ADAIR PEREIRA ISMÉRIO, CNPJ 20.415.951/0001-39**

OBJETIVO: Contratação de serviços de seguranças desarmados, que será realizado com 30 seguranças de eventos uniformizados, preparados para o período de 5 a 8 de Fevereiro, no 4º DONKAS FOLIA 2016 das 21:00 horas da noite ás 3:00 da manhã, neste município de Dom Aquino – MT.

DATA DO TERMO: 03/02/2016.

DOM AQUINO – MT , 04 DE FEVEREIRO DE 2016

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2014.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 009/2014 – 2º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 29 DE JANEIRO DE 2016

CREDOR: SONIVALTE JUNIO SOUZA DE OLIVEIRA.

VIGENCIA: 31 DE JANEIRO DE 2017

VALOR: R$ 9.456,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS)

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO 009/2014 EM MAIS 12 MESES A CONTAR DO DIA 31/01/2016, BEM COMO, ACRESCENTAR O VALOR RELATIVAMENTE AO PAGAMENTO DOS 12 MESES ORA ADITADOS.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2014.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 011/2014 – 2º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 29 DE JANEIRO DE 2016

CREDOR: PALMIRA SUELI DE MATOS.

VIGENCIA: 31 DE JANEIRO DE 2017

VALOR: R$ 8.688,00 (OITO MIL SEISCENTOS E OITENTA E OITO REAIS)

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014.

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO 011/2014 EM MAIS 12 MESES A CONTAR DO DIA 31/01/2016, BEM COMO, ACRESCENTAR O VALOR RELATIVAMENTE AO PAGAMENTO DOS 12 MESES ORA ADITADOS.

DECRETO MUNICIPAL N.º 008/2016.

DECRETO MUNICIPAL N.º 008/2016.

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUMULA: DECLARA ponto facultativo nos órgãos da administração pública municipal, No dia 08/02/2016, Exceto para os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade e dá outras providências.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Artigo 1º. Fica declarado Ponto Facultativo na Prefeitura Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, dia 08 de Fevereiro de 2016 "segunda-feira", em razão da comemoração ao Carnaval.

Parágrafo Único. Não estão incluídos no *"caput"* deste Artigo os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade, quais sejam, os serviços emergenciais de saúde e os de limpeza pública (coleta de lixo).

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 001/2016

DATA ASSINATURA: 12 DE JANEIRO DE 2016

CREDOR: MARIA DAS GRAÇAS DE AGUIAR

VIGENCIA: 12 DE JANEIRO DE 2017

VALOR REGISTRADO: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DEHOTELARIA, LOCALIZADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, DESTINADOS À PACIENTES EM TRÂNSITO ENTRE O ASSENTAMENTO ENA E O HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO, BEM COMO TÉCNICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS CONTRATADOS QUANDO A SERVIÇO DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 033/2015 – 2º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 20 DE JANEIRO DE 2016

CREDOR: H A D SORIANO

VIGENCIA: 31 DE JULHO DE 2017

VALOR: R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2015.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO O ACRÉSCIMO DE 10 (DEZ) PLANTÕES MÉDICOSA SEREM PRESTADOS JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL NO MÊS DE JANEIRO/2016.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 002/2016.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 002/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 002/2016

DATA ASSINATURA: 12 DE JANEIRO DE 2016

CREDOR: MARIA DAS GRAÇAS DE AGUIAR

VIGENCIA: 12 DE JANEIRO DE 2017

VALOR: R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2015, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DEHOTELARIA, LOCALIZADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO, DESTINADOS À PACIENTES EM TRÂNSITO ENTRE O ASSENTAMENTO ENA E O HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO, BEM COMO TÉCNICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS CONTRATADOS QUANDO A SERVIÇO DO MUNICÍPIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO DO CONTRATO 066/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

RESCISÃO DO CONTRATO 066/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATADA: G. LANZARINI-ME.

DATA: 29 DE JANEIRO DE 2016

OBJETO: A PRESENTE RESCISÃO OCORREU POR INICIATIVA DA CONTRATANTE, DE FORMA AMIGÁVEL E POR ACORDO ENTRE AS PARTES, TENDO EM VISTA AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO EM MANTER OS PAGAMENTOS DA REFERIDA CONTRATAÇÃO.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2016

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 19 de fevereiro de 2016, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2016, objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E FORNECIMENTO DOS RESPECTIVOS MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 04 de fevereiro de 2016.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2016

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 04 de fevereiro de 2016, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2016, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAIS REGIONAIS**. Tendo em vista o

cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa **JOÃO DIAS RAMOS - EPP**, vencedora do item 001 com o valor final de R$ 57,00 (cinquenta e sete reais); Item 002 com o valor final de R$ 17,00 (dezessete reais); Item 003 com o valor final de R$ 14,00 (quatorze reais).

Feliz Natal – MT, 04 de fevereiro de 2016.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 34/2016

PORTARIA 34/2016 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

O Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º-Nomear os membros abaixo para compor o Conselho Municipal do FUNDEB do município de Figueirópolis D'Oeste-MT.

MEMBROS TITULARES

1 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ORGÃO EQUIVALENTE

A) MARIA APARECIDA SILVA

CPF: 550.921.791-04

RG: 854.841 SSP/MT

RUA: APARECIDA MIGUEL, Q D, LOTE 9 – JARDIM PARAISO

FONE: 8406 8440

2 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

A) VANDERLEY DE SOUZA

CPF: 461.084.081-20

RG: 717.384 SSP/MT

FONE: 8417 3240

RUA: Rio Grande do Sul, nº 499

3 - REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BASICA PUBLICA - (PRESIDENTE)

A) HELOIZA GONÇALVES MONTORO

CPF: 189.307.938-43

RG: 24.342.333-0

RUA: SÃO PAULO

FONE: 8442 4323

4– REPRESENTANTE DOS DIRETORES

A) MARIA ESPERANÇA DA SILVA ROSAN

CPF: 459.169.771-15

RG: 0717.331-8 SSP/MT

FONE: 8401 2826

RUA: ACRE Nº 166

5 – REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A) VANESSA RESENDE OLIVEIRA

CPF: 045.796.001-93

RG: 199.8483-9 SSP/MT

RUA: RIO GRANDE DO SUL

FONE: 8421 9950

6 – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

A) NICEIA NUNES COELHO OURIVES

CPF: 007.962.481-25

RG: 147.8790-0

RUA: MARANHÃO Nº 842

FONE: 8454 6572

B) LUZENILDA DIAS DE OLIVEIRA

CPF: 010.200.601- 66

RG: 156.6534-8

RUA: JARDIM PARAISO

FONE: 8446 9995

7 – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BASICA PÚBLICA

A) TAMIRES SCATOLIN PEREZ

CPF: 031.197.781-25

RG: 266 5627 - 0 SSP/MT

RUA: Guanabara, nº 371

FONE: 8417 5012

B) EVA MARIA FERREIRA MENDES

CPF: 004.662.331-08

RG: 201.9926-0

RUA: COMUNIDADE NOVA SÃO JÕAO

FONE: 8402 7399

8 – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

A) EDNÉIA MODESTO DE MENDONÇA COSTA

CPF: 010.281.481-35

RG: 1555620-4

RUA: Espirito Santo nº 210, Figueirópolis D´Oeste.

FONE: 8443 6359

E-Mail: edneiamodesto@outlook.com

9 – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A) RUGLE FERREIRA AMORIN

CPF: 627.613.821-53

RG: 930.273

RUA: RIO GRANDE DO SUL, S/N

FONE: 8468 2515

MEMBROS SUPLENTES

1 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ORGÃO EQUIVALENTE

A) MARIA NEUDA DOS REIS BRITO

CPF: 459.158.651-00

RG: 0528078-8 SSP/MT

RUA: MINAS GERAIS Nº 413

FONE: 3235 1238 – 8451 8450

2 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

A) EVANDRO MOTA DO NASCIMENTO

CPF: 461.089.631-15

RG: 708404 SSP/MT

COMUNIDADE SÃO JOÃO

FONE: 8427 2554

3– REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BASICA PUBLICA

A) EVA PELEGRINI CALBO DE OLIVEIRA

CPF: 630 195 231 68

RG: 0949931 8 SSP/MT

RUA AMAZONAS Nº 417

TELEFONE: 8461 6739

E-MAIL: eva_pelegrini@hotmail.com

4 – REPRESENTANTE DOS DIRETORES

A) MARIA LOURDES AGOSTINI

CPF: 812.810.589.181-68

RG: 13692363-SSP/MT

COMUNIDADE SÃO JOÃO

FONE: 8405 2191

5 – REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A) ADILÈIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO

CPF: 778.120.421-20

RG:106 2947 SSP/MT

SITIO SANTA LUCIA – COMUNIDADE SANTA HERMINIA

FONE: 8429 0612

6 – REPRESENTANTES DOS PAIS

A) MARIA CAZARINI

CPF: 567.756.791-49

RG: 0298593-4 SSP/MT

RUA: MINAS GERAIS Nº 262

FONE: 8455 8858

B) LUIZ DA SILVA

CPF: 447247991-53

RG: 392297 SSP/MSI

COMUNIDADE SÃO JOÃO

FONE: 9914 8181

7 – REPRESENTANTES DE ALUNOS

A) TANIA ROSA CARRIJO CAMPOS DA SILVA

CPF: 2.027.461-15

RG: 1204216-1

COMUNIDADE SÃO BENEDITO

FONE: 9926 0139

B) SILVANA CHAPINA GARCIA

CPF: 015.581.191-67

RG: 1654876-0

COMUNIDADE SÃO JOÃO

FONE: 9634 6725

8 – REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

A) CARMEM ANGÊLA RODRIGUES DA SILVA

CPF: 383.449.551-49

RG: 525.456 SSP/MT

RUA: PERNAMBUCO Nº314

FONE: 8413 7619

9 – REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A) IVANILDO ZAGO

CPF: 383.495.581-72

RG: 912.106 SSP/MT

RUA: GOIAS Nº 586

FONE: 3235 1191

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, MT 02 DE FEVEREIRO DE 2016

_____

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO.

SUPERVISORA DE RH
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 002/2015.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, nos termos dos itens 6 e 6.1 do Edital nº. 002/2015, visando atender aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, publicidade e transparência;

RESOLVE:

Divulgar os gabaritos corrigidos após analise dos recursos impetrados.

GABARITOS

Cargo: Professor Nível Superior

PORTUGUÊS	
1.	A
2.	A
3.	C
4.	A
5.	B
6.	A
7.	A
8.	A
9.	D
10.	C
MATEMÁTICA	
11.	B
12.	A
13.	A
14.	C
15.	A
16.	D
17.	B
18.	A
19.	D
20.	Cancelada
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	A
22.	C
23.	D
24.	B
25.	A
ESPECÍFICO	
26.	D

27.	C
28.	C
29.	A
30.	C

Cargo: Professor Educação Infantil

PORTUGUÊS	
1.	A
2.	A
3.	C
4.	A
5.	B
6.	A
7.	A
8.	A
9.	D
10.	C
MATEMÁTICA	
11.	B
12.	A
13.	A
14.	C
15.	A
16.	D
17.	B
18.	A
19.	D
20.	Cancelada
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	A
22.	C
23.	D
24.	B
25.	A
ESPECÍFICO	
26.	D
27.	C
28.	A
29.	C
30.	A

Cargo: Professor Nível Médio – Zona Rural

PORTUGUÊS	
1.	B
2.	Cancelada
3.	A
4.	B
5.	D
6.	C
7.	D
8.	A
9.	C
10.	D
MATEMÁTICA	
11.	C
12.	B
13.	D
14.	D
15.	A
16.	B
17.	A
18.	D
19.	C
20.	B
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	C
22.	B
23.	D
24.	D
25.	D
ESPECÍFICO	
26.	A
27.	A
28.	C
29.	B
30.	C

Cargo: Farmacêutico

PORTUGUÊS	
1.	A
2.	A
3.	C
4.	A
5.	B
6.	A
7.	A
8.	A
9.	D
10.	C
MATEMÁTICA	
11.	B
12.	A
13.	A
14.	C
15.	A
16.	D
17.	B
18.	A
19.	D
20.	Cancelada
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	A
22.	C
23.	D
24.	B
25.	A
ESPECÍFICO	
26.	A
27.	C
28.	D
29.	A
30.	D

Cargo: Monitor Escolar

PORTUGUÊS	
1.	B
2.	Cancelada
3.	A
4.	B
5.	D
6.	C
7.	D
8.	A
9.	C
10.	D
MATEMÁTICA	
11.	C
12.	B
13.	D
14.	D
15.	A
16.	B
17.	A
18.	D
19.	C
20.	B
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	C
22.	B
23.	D
24.	D
25.	D
ESPECÍFICO	
26.	B
27.	B
28.	D
29.	D
30.	B

Cargo: Psicólogo

PORTUGUÊS	
1.	A

2.	A
3.	C
4.	A
5.	B
6.	A
7.	A
8.	A
9.	D
10.	C
MATEMÁTICA	
11.	B
12.	A
13.	A
14.	C
15.	A
16.	D
17.	B
18.	A
19.	D
20.	Cancelada
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	A
22.	C
23.	D
24.	B
25.	A
ESPECÍFICO	
26.	B
27.	C
28.	A
29.	D
30.	Cancelada

Cargo: Orientador Social

PORTUGUÊS	
1.	B
2.	Cancelada
3.	A
4.	B
5.	D
6.	C
7.	D
8.	A
9.	C
10.	D
MATEMÁTICA	
11.	C
12.	B
13.	D
14.	D
15.	A
16.	B
17.	A
18.	D
19.	C
20.	B
CONHECIMENTOS GERAIS	
21.	C
22.	B
23.	D
24.	D
25.	D
ESPECÍFICO	
26.	A
27.	C
28.	D
29.	B
30.	B

Figueirópolis D'Oeste – MT, em 04 de Fevereiro de 2016.

Rosana Nascimento Faria

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PREVNORTE - EDITAL 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PREVNORTE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL PREVNORTE N.º 001/2016

O PREVNORTE - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo Secretário de Administração, Sr. Adelcio Ricardo De Melo, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Gaúcha do Norte-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Adelcio Ricardo De Melo

Secretário de Administração/Gestor do RPPS

EDITAL COMPLEMENTAR 008-2015 RESULTADO FINAL

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE
CNPJ: 01.614.539/0001-01 E-mail:prefgnt@yahoo.com.br
Av. Brasil nº 1298 - Centro - CEP: 78.875-000- Gaúcha do Norte - MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015

EDITAL 008 – RESULTADO FINAL

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 003/2015 da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, nomeada pela Portaria n° 223/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e,

I - Considerando a aplicação das provas objetiva no dia 24 de janeiro de 2016;

II - Considerando o julgamento dos recursos administrativos apresentados em relação à divulgação da classificação geral das provas objetivas;

RESOLVE:

I. Que NÃO HOUVE a Interposição de Recursos de Candidatos (as) quanto a Divulgação do Resultado Final;

I – Divulgar o Resultado final por ordem de colocação;

III – Divulgar a listagem da classificação final para Homologação;

Cargo: AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS-SMS		**Cód**	**Classificação**	**Total**
1°	ELIANE MARQUES DE CASTRO	23062	Aprovado	34
2°	JOSILENE DE MEDEIROS MACELINO	5954	Aprovado	34
3°	AMANDA OLIVEIRA SALVIANO DA COSTA	32617	Aprovado	32
4°	LORENA LURDES DOS SANTOS	16328	Aprovado	31
5°	ROSALINA LEÃO DA COSTA	34437	Aprovado	29
6°	PATRICIA AMORIM DE JESUS	37349	Aprovado	25
	SEVERINA PEREIRA DA SILVA	35893	Reprovada	10
	SONIA MOREIRA DE SOUZA WIEBBELLING	13507	Reprovada	10
	DIVINA VIEIRA DE ASSIS SILVA	29887	AUSENTE	
	ELEN CRISTINA MARCOLINA DA CONCEIÇÃO	30888	AUSENTE	
	MARIA DE ALBUQUERQUE COSTA	38805	AUSENTE	
	LUCILENE PEREIRA CHAVES	40989	AUSENTE	
	LEONIDA SILVA PATROCINIO LEAL	29250	AUSENTE	

VIGILANTE HOSPITAL MUNICIPAL				
1°	TIAGO RODRIGUES SANDOVAL	8411	Aprovado	35
2°	HERICK FREITAS DE MENEZES	35620	Aprovado	35

Secretaria Municipal de Saúde Rua Mato Grosso, 738 – Centro – Gaúcha do Norte/MT – CEP:78875-000 Telefone: (66) 35821201;e-mail: secretariasaudegnt@gmail.com.

3°	HEUNER TEODORO DE CARVALHO	41444	Classificado	32
4°	JUNIOR ARAUJO PIMENTA	38714	Classificado	28
5°	CHARLES RAMON SOUSA FERREIRA	16510	Classificado	28
6°	ADEMIR CANDIDO DIAS	27430	Classificado	27
7°	ANTONIO VALBER COSTA	37986	Classificado	26
8°	JOSIANE PINHO DA SILVA	28613	Classificado	25
9°	JONES DA SILVA CRUZ	40352	Classificado	23
10°	ANA LUCIA MARQUES DE JESUS	39897	Classificado	21
	VALDECI DUQUE DOS SANTOS	34710	ANULADO GABARITO	
	LUCINEIDE DA SILVA OLIVEIRA	12688	AUSENTE	
	MANOEL GABRIEL DE SOUZA	32071	AUSENTE	
	LUCICLEIA PEREIRA DA SILVA	25519	AUSENTE	
	VALDECI GONÇALVES DOS SANTOS	26429	AUSENTE	

MOTORISTA –ZONA RURAL I (NOVA ALIANÇA)				
1°	CLEITON JOHNNY COSTA LUZ	30433	Aprovado	30
2°	WIURY MATHEUS MARQUES VIEIRA	21515	Classificado	29
3°	CELSO RODRIGUES GOME	41171	Classificado	22
	SILVIO ALVES DOS SANTOS	12597	AUSENTE	
	BRUCE LEITE BEZERRA	16419	AUSENTE	
	SERGIO MARCOS OLIVEIRA PEREIRA	27339	AUSENTE	
	ODENIL JOSE DE LIMA	4680	AUSENTE	
	ALISON HENRIQUE COSTA	5590	AUSENTE	
	ORLANDO GLEYSON DA COSTA LUZ	32253	AUSENTE	
	JEFERSON TIAGO DA SILVA	38532	AUSENTE	
	CRISTIANO DIAS DE SOUZA	25974	AUSENTE	

AGENTE ADMINISTRATIVO -SMS				
1°	LÚCIA INES WEIZENMANN	22698	Aprovado	14
2°	JUSSELA APARECIDA HERBSTRITH GUARIENTI	40261	Aprovado	13
3°	MICHELE PANCOTTE	33345	Aprovado	12
4°	GUSTAVO VON MUHLEN	41262	Classificado	12
5°	LUCIANO RICARDO DOS SANTOS	17329	Classificado	11
	GEAN CARLOS FERREIRA DA SILVA	29068	Reprovado	09
	LARISSA FERNANDES DA SILVA LIMA	14599	Reprovado	09
	RIZIA SANTANA ALMEIDA	39988	Reprovado	09
	DAYANE FERREIRA LUZ	34983	Reprovado	07
	ESTHER CAROLINE FELIX DA SILVA NERY	17966	Reprovado	07
	TALIA PEREIRA FORTUNATO	4589	Reprovado	07
	ACÁCIA SANTANA ALMEIDA	5499	Reprovado	06
	ROSIMEIRE FARIAS MARCHET	39442	Reprovado	05
	GRAZIELE ALCANTARA CEZAR	5772	AUSENTE	
	CÁSSIO REZENDE MARTINS	32708	AUSENTE	
	JANAINA GALDINO DE OLIVEIRA	33072	AUSENTE	
	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA SOUSA GOUVEIA	9867	AUSENTE	
	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA MENEZES	34528	AUSENTE	
	FLAVIA LUANA MILHOMEM MOREIRA	35165	AUSENTE	

Secretaria Municipal de Saúde Rua Mato Grosso, 738 – Centro – Gaúcha do Norte/MT – CEP:78875-000 Telefone: (66) 35821201;e-mail: secretariasaudegnt@gmail.com.

	KATIA ELAINE DA SILVA	13689	AUSENTE
	FABIANO JESUS SOUZA LEAO	37076	AUSENTE
	JESSICA ALVES MIRANDA	14781	AUSENTE
	PAULA APARECIDA COSTA DA SILVA	15054	AUSENTE
	ANSELMO ROCHA TAVARES	38441	AUSENTE
	FERNANDO FERREIRA SOARES	38623	AUSENTE
	KESSIANE KEFFNI RODRIGUES DOS SANTOS	38896	AUSENTE
	DIOGO NUNES PAZ	40079	AUSENTE
	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	40716	AUSENTE
	ELLEN GARCIA DE MELO	17875	AUSENTE
	MIRIAM ANDRADE DOS SANTOS	18330	AUSENTE
	ISMAEL FERREIRA DO NASCIMENTO	41626	AUSENTE
	CRISTIANO SILVA DOS SANTOS	18603	AUSENTE
	JERSICA MARIA BOTINI	18967	AUSENTE
	MYLLENA CAMPOS DUARTE	21606	AUSENTE
	PAMELLA PAULA SANTOS	23790	AUSENTE
	ALBERTO DA SILVA DOURADO NETO	25883	AUSENTE
	ELEN CAROLINE DA CRUZ OLIVEIRA	27066	AUSENTE

AGENTE AMBIENTAL-SMS				
1°	FRANCISCO EMANUEL ALEXANDRE SOUZA	9685	Aprovado	12
	ADELAINE ALVES DE ARAÚJO	37440	Reprovado	09
	MARCIO JOSE DE SOUZA GONSALVES	13416	Reprovado	09
	MAIKE NEVES DA SILVA	29978	Reprovado	08
	JOSIEL CAMPOS PARREIRA	31434	AUSENTE	
	REGIANE SICOLI	40534	AUSENTE	
	EDICLEITO DE PAULA	40625	AUSENTE	
	CLESIA RODRIGUES PAES	41080	AUSENTE	
	MARCELO MUNIZ MENEZES JUNIOR	20696	AUSENTE	
	HUERLIS JOSE DE CARVALHO	21333	AUSENTE	
	CLAUDINEI JOSÉ NUNES	23881	AUSENTE	

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -				
1°	DIEGO VON MUHLEN	40898	Aprovado	13
2°	LETÍCIA ZANANDREA SOAVE	26065	Aprovado	12
3°	LOIR MATTOSO COLMAN PINTO	39351	Aprovado	12
	LUCIANA KESSLER	20332	Reprovado	09
	MARIA MADALENA MATTOSO COLMAN	41353	Reprovado	09
	MARIA APARECIDA VIEIRA DA ROCHA	29159	Reprovado	04
	RAYANE DE ATAYDE CAMARGO	39533	AUSENTE	
	GLEICIMAR DA MATA FURTADO BORGES	39806	AUSENTE	
	KEYSE ANDRESSA NHEINEN HANCHUCK	40170	AUSENTE	
	MARIA APARECIDA VIEIRA DA ROCHA	29159	AUSENTE	

Secretaria Municipal de Saúde Rua Mato Grosso, 738 – Centro – Gaúcha do Norte/MT – CEP:78875-000 Telefone: (66) 35821201;e-mail: secretariasaudegnt@gmail.com.

	RAFAELA GOMES DA SILVA	32162	AUSENTE	
	ELIANE KRUMMENAUER	10231	AUSENTE	
	DANIEL PEREIRA DE SOUZA	26338	AUSENTE	
	DEBORA GISELE SOTERIO	12779	AUSENTE	
	RENATA AIRES DA SILVA	41535	AUSENTE	

AGENTE DE ENDEMIAS - SMS				
01	RERICA BORGES ALVES	20059	AUSENTE	
TECNICO EM ENFERMAGEM				
1°	CRISTIANE NOGUEIRA LUCAS	12415	Aprovado	15
2°	GLEICIANE ALMEIDA SILVA	4498	Aprovado	13
3°	MAGDA DE SANTANA FLORES	4407	Aprovado	11
4°	MARA RAQUEL SCHIRMANN	5681	Aprovado	11
	ELIANE FERREIRA ZUMBA DE LOURDES	33163	Aprovado	10
	KELI CARON MASCARELLO CORDASSO	6045	Reprovado	09
	LUCILENE APARECIDA SANTOS DO CARMO	3116	Reprovado	09
	SILVANA ANDRADE DA SILVA	21242	Reprovado	07
	SUELY BORGES DA SILVA	12506	Reprovado	07
	SOLANGE ALMEIDA DOS SANTOS	27976	AUSENTE	
	NELSON NOEL DO NASCIMENTO	28067	AUSENTE	
	JENIFFER ARAUJO DE MATOS	29432	AUSENTE	
	VANESSA ALVES DA SILVA	34255	AUSENTE	
	MARINALVA SILVA MESQUITA	38987	AUSENTE	
	ALICE STENZEL DE PINA FERREIRA	23608	AUSENTE	
	SIMONE SICHELERO	24882	AUSENTE	

TÉCNICO EM LABORATÓRIO – LABORATÓRIO MUNICIPAL				
1°	ADRIANA ROBERTA CABEÇA	29523	Aprovado	11
	LENIR BOITT	19331	AUSENTE	

EDUCADOR FÍSICO - SMS				
	JAISSON DOS ANJOS RAMOS	27703	Reprovado	06
	ADELAR COZER	37258	Reprovado	04
	LUIZ FERNANDO VIARO	23153	AUSENTE	

Gaúcha do Norte 05 de Fevereiro de 2016.

Jurema Ribeiro Macedo
Presidente da Comissão Organizadora do
Processo Seletivo Público Simplificado 003/2015

Secretaria Municipal de Saúde Rua Mato Grosso, 738 – Centro – Gaúcha do Norte/MT – CEP:78875-000 Telefone: (66) 35821201;e-mail: secretariasaudegnt@gmail.com.

TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 065/2013**, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** e a empresa **CONSULTORES CIVITAS LTDA-ME**.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Bairro Centro, nesta ci-

dade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n°. 01.614.539/0001-01, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **NILSON FRANCISCO ALÉSSIO**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Rua Bahia, 699, centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG nº. 12R. 563.622 SSP/SC e inscrito no C.P.F. sob o nº. 401.167.199-15, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **CONSULTORES CIVITAS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 10.953.928/0001-44, com sede na cidade de Cuiabá MT, na Rua General Ramiro de Noronha nº.962, Bairro Duque de Caxias, representada neste ato por **NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO**, brasileira, solteira, empresária, portadora da RG nº. 1336918-0 SSP/MT e CPF nº. 019.455.111-33, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÕES

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto a **Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços nº. 065/2013, pelo prazo de 06 (seis) meses,** ficando sua vigência prorrogada até o **dia 30/06/2016,** podendo ocorrer a extinção do ajuste antes do decurso desse prazo, caso a administração efetue contratação resultante de novo procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Na hipótese da extinção do contrato pela conclusão de novo procedimento licitatório, a **CONTRATADA** deverá ser pré-avisada com o prazo mínimo de **30 (trinta) dias de antecedência** da data da cessação da prestação dos serviços, por ofício da autoridade competente.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pelo CONTRATADO são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados de satisfatoriamente e mensalmente a empresa emitiu seus relatórios de prestação de serviços que encontram-se anexados ao contrato original, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência.

2.2 – Justifica-se que os serviços de assistência jurídica são de natureza continuada e necessários, principalmente pelo fatos de que os processos correrem seus prazos normalmente, justificando assim, a necessidade da permanência da Empresa na prestação dos seus serviços, e da prorrogação do contrato.

2.3 – Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Quarta, itens 4.2 e 4.2.1** do contrato e ainda previsão legal conforme o Inciso II, do art. 57, da Lei 8666/93, ou seja, a duração do referido contrato completará em **30/06/2016 o total de 36 (TRINTA E SEIS) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de legal de até 60 (sessenta) meses.

2.2 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e ainda Artigo 65, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 – Fica acrescentada à **Cláusula Terceira – do Preço e condições de Pagamento** ao contrato originário a importância de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais),** que terá o pagamento efetuado de acordo também com a clausula quarta do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício e orçamento para o ano de 2.016, a partir do dia 04 de Janeiro de 2.016.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 065/2013**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Gaúcha do Norte - MT, 26 de Dezembro de 2015.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO CONSULTORES CIVITAS LTDA-ME

Prefeito Municipal Natacha G. Dias de Carvalho

CONTRATANTE CONTRATADO

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

C.P.F. n° C.P.F. nº.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A Prefeitura de General Carneiro torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Municipal 12/2009 de 19/05/2009, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial tipo Menor preço por Global, para **Prestação de Serviços de manutenção dos serviços de poda de arvores, poda de grama, plantio de mudas, pintura de meio fio, varrição de ruas e avenidas da cidade e roçada mecanizada no perímetro urbano do município de General Carneiro**, do tipo menor Preço por Lote.

A abertura das propostas será realizada em **22/02/2016**, a partir das **09:00 horas horário de Brasília,** na sala de Licitação da Prefeitura de General Carneiro, a Av. Dr. João Ponce de Arruda, s/n Centro, General Carneiro-MT.

Mais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado com a equipe de apoio. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal pelo telefone (66) 3416 1215, ou pelo site http://www.generalcarneiro.mt.gov.br/

General Carneiro - MT, 04 de Fevereiro de 2016.

ILDEBRANDE ALVES BARCELOS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LICITAÇAO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTE AO CONTRATO Nº 001/2015

OBJETO: Reajuste se dará pelo índice Nacional de Preços ao consumidor – IPCA, conforme cláusula quinta do contrato N° 001/2015 que prevê reajuste na Taxa de Administração, ficando acrescido ao valor do contrato a importância de 252,56 (duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) mensal de reajuste, perfazendo o valor total de R$ 1.515,36 (um mil e quinhentos e quinze reais e trinta e seis centavos) pelo período de **6 meses.**

DATA: 04/02/2016

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA- CIEE.

Guarantã do Norte, 04 de fevereiro de 2016.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

LICITAÇAO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

O Município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO** do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015,** cujo objeto referido é aREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, PROTETORES DE CAMARAS E CAMARAS DE AR PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT REPRESENTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, por razões de interesse público. Demais informações e o processo administrativo se encontram na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT. Guarantã Do Norte/MT, 04 de Fevereiro 2016. - Luis Gustavo Zandarim Soares - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS JANEIRO/2016

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Janeiro de 2016:

CONTRATO N.° 001/2016. CONTRATADO: LUCIANO PICCINI. OBJETO: Locação de imóvel destinado para instalação e funcionamento dos Projetos e Oficinas a serem realizados pelo CRAS de Ipiranga do Norte - MT. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 04/01/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais);

CONTRATO N.° 002/2016. CONTRATADO: VICENTE JOÃO TREVISAN. OBJETO: Locação deimóvel destinado ao funcionamento especifico de instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Agência Municipal do Detran e outros Órgãos Públicos. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 04/01/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 50.371,20 (Cinquenta Mil Trezentos e Setenta e Um Reais e Vinte Centavos).

CONTRATO N.° 003/2016. CONTRATADO: DIOGO AUGUSTO CAVAZZINI. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços técnico-profissionais de Topografia, para a execução de levantamento planialtimétrico das áreas destinadas à pavimentação asfáltica. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 04/01/2016 à 30/09/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais).

CONTRATO N.° 004/2016. CONTRATADO: MAXIMA AMBIENTAL, SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para coleta, Transporte, tratamento e disposição final de lixo hospitalar produzido no Município de Ipiranga do Norte – MT. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 04/01/2016 à 30/09/2016. **VALOR TOTAL:** R$13.860,00 (Treze Mil, Oitocentos e Sessenta Reais).

CONTRATO N.° 005/2016. CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA. OBJETO: Fornecimento de Material Didático que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 19/01/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 254.358,00 (Duzentos e Cinquenta e Quatro Mil e Trezentos e Cinquenta e Oito Reais).

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015. CONTRATADO: D.C. LEITE AGENCIA DE NOTICIAS E PUBLICACAO EIRELI EPP. OBJETO: Este Termo tem por objetivo: Cancelamento da Ata de Registro de Preços n.º 001/2015 de **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Efetuar Publicações Oficiais do Município de Ipiranga do Norte – MT**, celebrado em 06 de Fevereiro de 2015, por acordo entre as partes e por não mais haver interesse na sua continuidade, tendo em vista a impossibilidade de cumprimento da mesma. **PERÍODO:** 06/01/2016.

TERCEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º009/2015. CONTRATADO: AUTO POSTO TIBIRISSA IPIRANGA DO NORTE LTDA. OBJETO: Este Termo tem por objetivo:Rever o preço registrado ao Item n.° 01 do lote n.° 001 - Álcool Etílico Hidratado (Etanol), comum, automotiva, máximo de 8% potencial hidrogeniônico, de acordo com a legislação vigente da ANP em vigor, cujo valor unitário passa de R$ 2,85 (Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos), para R$ 2,95 (Dois Reais, e Noventa e Cinco Centavos)**. PERÍODO:** 11/01/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 3.075,58 (Três Mil, Setenta e Cinco Reais, e Cinquenta e Oito Centavos).

Ipiranga do Norte – MT, 05 de Fevereiro de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 061/2016

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Publico homologado através do Decreto nº. 048/2014 de 14 de agosto de 2014;

Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovado, constante no Edital do Processo Seletivo Público 001/2014 e no Edital de convocação nº. 001 de 08 de Janeiro de 2016.

RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE,** a senhora **Ângela Maria Dirigs**, portadora do RG 20423927-51 SSP/RS, e inscrito no CPF 5004180270-15, aprovada no Processo Seletivo Público 01/2014.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 04 de Fevereiro de 2016.

_____

PEDRO FERRONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 060/2016, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração da Senhora Diolanda Beltrami, do cargo de Professora de Pedagogia Educação Infantil junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a senhora **Diolanda Beltrami**, do cargo efetivo de Professor de Pedagogia junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 021/2011 de 03 de Fevereiro de 2011.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 021/2011.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 03 de Fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016

PROFESSORA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Sra. FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA ABREU, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipirangado Norte/MT, de ora em diante simplesmentedenominado de**MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Sra. **FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA ABREU,** brasileira, solteira, maior, Professora de Pedagogia Educação Infantil, Carteira de Identidade Civil RG. 021640992002-0 SESP/MA, e CPF Nº 007. 583.843-51, residente e domiciliado na Rua dos Sabiás n° 477 na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Professor de Pedagogia Educação Infantil, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a CONTRATADA trabalhará para o MUNICÍPIO no cargo de professor de Pedagogia Educação Infantil - 30h, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 007/2015 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Complementar nº 026 de 25 de novembro de 2014, correspondente ao Cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil – 30 Horas, ficando subordinada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 30 (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Complementar nº. 026 de 25 de novembro de 2014 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 007/2015 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA

Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$ 17.264,04 (Dezessete mil duzentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), sendo o valor mensal de R$ 2.877,34 (dois mil oitocentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos, bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que o **CONTRATADO** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA

O Contrato será rescindido no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA

Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei Complementar n° 032/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA

O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado o **CONTRATADO** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2016. 05.007.12.365.0012. 2032-319004000000.0.1.18.000000 **- contratação por Tempo Determinado.**

CLÁUSULA DÉCIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

Ipiranga do Norte/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA ABREU

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE 002/2016

No quarto dia do mês de fevereiro do ano de 2016, compareceu na sede da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, a senhora **ANGELA MARIA DIRINGS,** inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF sob número 500418270-45, aprovada no Processo Seletivo Público 01/2014 para o Cargo de Agente Comunitário de Saúde – micro área 07 urbana**,** sendo nomeada pela Portaria 061/2016, e nos termos do Edital de Convocação nº. 001/2016 de 08/01/2016, para a assinatura do presente Termo de Posse.

Ipiranga do Norte - MT, em 04 de Fevereiro de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

ANGELA MARIA DIRINGS

Empossada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, 200, centro – Itanhangá/MT, através da sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta o Registro de Preço na Modalidade Pregão Presencial 003/2016, tipo menor preço por Item, com finalidade de: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios destinados ao cardápio da alimentação escolar oferecida aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Itanhangá/MT, referente ao ano letivo de 2016.** Regem a presente licitação a lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 de fevereiro de 2016, às 09:00hs (oito horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá(MT) 04 de Fevereiro de 2016.

CAMILA SANTOS BALIEIRO

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-Mt, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

Objeto:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis (Aditivo Arla 32, Etanol, Gasolina, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S-10) para veículos, máquinas e equipamentos que compõem a Frota Municipal do Poder Executivo do Município de Itanhangá-MT."

Vencedor:

Nome	CPF/CNPJ:	Valor Total
AUTO POSTO TIBIRISSA LTDA	33.659.863/0003-96	R$ 1.534.868,20

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOAO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015** realizado em 06 de Dezembro de 2015 CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
10º	GELSON JOSE DA SILVA BARROS	APOIO EDUC. CLASSE-B-TDI-ENS MÉDIO.
4º	JOSILENE PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR MAGISTÉRIO
5º	ISOLENE FATIMA K. GEHLEN	PROFESSOR MAGISTÉRIO
6º	LEANDRA FRANCISCA CAMARGO	PROFESSOR MAGISTÉRIO

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 04 de Fevereiro de 2016.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 359/2016

DATA ASSINATURA: 02/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: LUAN HERBETE MOURA DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE COLETOR DE LIXO, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2015

CAMARA MUNICIPL
PORTARIA LEGISLATIVA 015/2016.

Dispõe sobre ponto facultativo nos dias 08 e 10 de fevereiro de 2016 e, dá outras providências.

LICURGUIO LINS DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei e considerando o feriado de carnaval no dia 09/02/2016 e em consonância com o Decreto Municipal nº003, de 04 de janeiro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo na Câmara Municipal de Itiquira-MT, nos dias 08 e 10 de fevereiro, em virtude das festividades do carnaval.

Art.2º-Ficam suspensos somente os atendimentos externos.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 01 de fevereiro de 2016.

Licurguio Lins de Souza

Presidente

(Gestão 2015/2016)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2016

Data da Rescisão: 02/02/2016

Distratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT

Distratado: DALVNI DE BRITO SILVA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-ITIQUIRA.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 360/2016

DATA ASSINATURA: 03/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO: DALVANI DE BRITO SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO CARGO DE AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, DEVENDO PERFAZER UMA CARGA HORÁRIA DE 40H SEMANAIS.

VALOR: CORRESPONDE AO VALOR-BASE DO CARGO, CONSTANTE NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhor Rinaldo Alves da Silva, torna público que realizará **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016**, tendo por finalidade o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS/ PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS PEDIÁTRICAS,** conforme item, quantidade e valor constantes no Termo de Referência Anexo I do edital. O envelope contendo os documentos de habilitação será recebido pela Comissão Permanente de Licitação até às **14h00 DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2016.** Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito AVENIDA LÚCIO MENDONÇA PRIMO, 621, CONJUNTO HABITACIONAL ARCO ÍRIS II, no horário das 12h00 às 18h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 04 de fevereiro de 2016.

Rinaldo Alves da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDITAL 001/2016 - CONTAS 2015

EDITAL Nº. 001/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE O CARGO E, EM CUMPRIMENTO AS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERTINENTES,

TORNA PÚBLICO:

ART. 1º - As contas da Câmara Municipal de Jangada – MT, referente ao exercício de 2015, estarão abertas ao público e disponíveis para a apreciação, do dia 04 de fevereiro ao dia 31 de dezembro do exercício de 2016, sobre as quais, qualquer cidadão, na forma da Lei, poderá verificar quanto a sua legitimidade e legalidade.

ART. 2º - O Contribuinte, e qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, é parte legítima para, na forma da Lei, verificar irregularidades ou ilegalidades no que se refere às contas da Câmara Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, podendo denunciar defeitos, abusos e qualquer outra ilicitude, perante o Tribunal de Contas deste Estado de Mato Grosso.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, aos 04 de fevereiro de 2016.

Flavio Lúcio de Almeida Rondon

Presidente

LRF 2015 - 3º QUADRIMESTRE

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro/2015 a Dezembro /2015

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	321.816,70	
Pessoal Ativo	321.816,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	321.816,70	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.582.996,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	321.816,70	2,37 %
LIMITE MAXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	9.508.097,45	70,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)	9.032.692,57	66,50 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	8.557.287,71	63,00 %

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
Presidente

PEDRO HEMING DOS SANTOS
Contador(a)

Emissão: 31/01/2016 15:05:24 CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA Page 1 de 1

Homologado

MUNICIPIO DE JANGADA - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 3 QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 06 R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal □ DTP	321.816,70	2,36 %
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 70,00%	9.508.097,45	70,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) □ 66,50%	9.032.692,57	66,50 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total		0,00

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 31/01/2016 15:06:54 Page 1 de 1

Homologado

ANEXOS BALANÇO 2015

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	614.000,00	18.638,52	632.638,52	42.185,59	632.638,52	632.638,52	632.638,52	100,00	
DESPESAS CORRENTES	604.000,00	24.218,38	628.218,38	42.185,59	628.218,38	628.218,38	628.218,38	100,00	
Pessoal e Encargos Sociais	410.000,00	-88.183,30	321.816,70	28.104,52	321.816,70	321.816,70	321.816,70	100,00	
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	194.000,00	112.401,68	306.401,68	14.081,07	306.401,68	306.401,68	306.401,68	100,00	
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	-5.579,86	4.420,14		4.420,14	4.420,14	4.420,14	100,00	
Investimentos	10.000,00	-5.579,86	4.420,14		4.420,14	4.420,14	4.420,14	100,00	
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	614.000,00	18.638,52	632.638,52	42.185,59	632.638,52	632.638,52	632.638,52	100,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	614.000,00	18.638,52	632.638,52	42.185,59	632.638,52	632.638,52	632.638,52	100,00	
SUPERÁVIT (XIII)				23.481,08					
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	614.000,00	18.638,52	632.638,52	65.666,67	632.638,52	632.638,52	632.638,52	100,00	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 01/02/2016 14:37:27

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 01/02/2016 14:37:27 Page 2 de 2

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	614.000,00	614.000,00	65.666,67	10,69	632.333,37	102,98	-18.333,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	614.000,00	614.000,00	65.666,67	10,69	632.333,37	102,98	-18.333,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	614.000,00	614.000,00	65.666,67	10,69	632.333,37	102,98	-18.333,37
DÉFICIT (VI)		18.638,52			305,15	1,63	18.333,37
TOTAL(VII) = (V + VI)	614.000,00	632.638,52	65.666,67	10,37	632.638,52	100,00	
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 01/02/2016 14:37:27

Page 1 de 2
Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

Data de emissão: 01/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária			**Despesa Orçamentária**	**632.638,52**	
Ordinárias			Ordinárias		
			Ordinária	632.638,52	
Transferências Financeiras Recebidas	**632.333,37**		**Transferencias Financeiras Concedidas**	**8,05**	
Transferências Financeiras Recebidas	632.333,37		Transferências Financeiras Concedidas	8,05	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**86.716,42**		**Despesas Extra-Orçamentárias**	**86.403,22**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período			Pagos no período		
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	85.194,42		Outras movimentações extra-orçamentárias	85.194,42	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	1.522,00		Outras movimentações extra-orçamentárias	1.208,80	
Provisão p/ perdas de investimentos (Reversao)			Provisão p/ perdas de investimentos (Constituição)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior			**Saldo em espécie do exercício seguinte**		
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento			Bancos conta movimento		
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-) Provisão p/ perdas de investimento			(-) Provisão p/ perdas de investimento		

Emissão: 01/02/2016 14:39:15 Página 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

TOTAL	**719.049,79**		**TOTAL**	**719.049,79**	

*Nota Explicativa: .

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 01/02/2016

Exercício: 2015

P. Contas: PCASP-MT

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		
CREDITOS A CURTO PRAZO			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CLIENTES			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER			OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS					
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR					
CREDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZACAO DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS					
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO					
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS-CONSOLIDACAO					
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - DEMAIS CREDITOS					
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES					
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
CLIENTES			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			PROVISOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**		
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 01/02/2016

CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - UNIAO			ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - MUNICIPIO			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			RESERVAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
ESTOQUES - CONSOLIDACAO			RESERVAS DE LUCROS		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS RESERVAS		
INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	75.009,94	70.589,80
PARTICIPACOES PERMANENTES			RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.420,14	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	70.589,80	70.589,80
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	75.009,94	70.589,80			
BENS MOVEIS	75.009,94	70.589,80			
BENS IMOVEIS					
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**75.009,94**	**70.589,80**
TOTAL	**75.009,94**	**70.589,80**	**TOTAL**	**75.009,94**	**70.589,80**

ATIVO FINANCEIRO			**PASSIVO FINANCEIRO**		
ATIVO PERMANENTE			**PASSIVO PERMANENTE**		
SALDO PATRIMONIAL					

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 01/02/2016

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES		
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	78.376,08	100.947,72
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			**TOTAL**	**78.376,08**	**100.947,72**

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**632.333,37**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
IMPOSTOS		
TAXAS		
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES		
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS □ FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**632.333,37**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	632.333,37	
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE VALORES APREENDIDOS		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 01/02/2016 14:40:53 Página 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**628.226,43**	
PESSOAL E ENCARGOS	**321.816,70**	
REMUNERACAO A PESSOAL	261.449,19	
ENCARGOS PATRONAIS	60.367,51	
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**306.401,68**	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	32.835,10	
SERVICOS	273.566,58	
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
CUSTO DE MATERIAIS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**8,05**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	8,05	
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS		
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**1.260.559,80**	

CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	4.420,14	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

ESTADO DE MATO GROSSO - CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
SALARIO FAMILIA		1.208,80		1.208,80		
Subtotal:		**1.208,80**		**1.208,80**		
PASSIVO FINANCEIRO						
DEPOSITOS						
INSS		23.745,31		23.679,31	66,00	
EMPRESTIMO CEF		52.543,80		52.543,80		
EMPRESTIMO BRADESCO						
ISSQN		1.639,45		1.639,45		
IRRF - SERVIDORES		1.388,20		1.258,54	129,66	
INSS - PREST SERVICOS		4.413,42	66,00	4.479,42		
INSS - 13 SALARIO		189,39		63,04	126,35	
IRRF - TERCEIROS		1.208,85		1.151,66	57,19	
Subtotal:		**85.128,42**	**66,00**	**84.815,22**	**379,20**	
Subtotal:		**85.128,42**	**66,00**	**84.815,22**	**379,20**	
TOTAL		**86.337,22**	**66,00**	**86.024,02**	**379,20**	
TOTAL GERAL		**TOTAL (b+c)**	**86.403,22**	**TOTAL (d+e)**	**86.403,22**	**0,00**

FLAVIO LUCIO DE ALMEIDA RONDON
PRESIDENTE

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 01/02/2016 14:41:30 CAMARA MUNICIPAL DE JANGADA Página 1

Homologado

EDITAL Nº 01/2016 PUBLICAÇÃO BALANÇO GERAL EXERCÍCIO FINANCEIRO 2015

A Prefeitura Municipal de **JANGADA/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, em cumprimento ao disposto no Art. 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual e **Art. 35 § 1°. da Lei Orgânica Municipal**, torna público que ficará a disposição da municipalidade, nas sedes de cada Unidade Gestora, pelo prazo de 60 (sessenta dias), acrescido do Art. 49 da LRF até 31 de dezembro 2007, a contar da data de 15 de fevereiro de 2016 o **Balanço Geral do Município** de JANGADA-MT, compreendendo Poder Executivo e Legislativo, relativo ao **exercício de 2015**

Gabinete do Prefeito Municipal de Jangada – MT, 04 de fevereiro de 2016

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na *Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n.º, Bairro Centro, Jangada – MT* JANGADA – MT – CEP. 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA/MT,** de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 18/02/2016 – no endereço acima. Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. Jangada – MT, 04 de Fevereiro de 2016. ADILSON PEREIRA NUNES – Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar de audiência pública para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015.

A audiência será realizada no dia 05/02/2016 a partir das 15 h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida Joao Ponce de Arruda, S/N, centro, Jangada/MT

Jangada, 04 de fevereiro de 2015

Valdecir Kemer

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2016.

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 09:00 horas do dia 25 de fevereiro de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Construção Civil, **REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA JOÃO ROSSI**, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm do **Termo de Convenio nº. 094/2015 – SECID/MT (Secretaria de Estado das Cidades) e contrapartida** do Município.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 11 de fevereiro de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 100,00 (cem reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 04 de fevereiro de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO 001/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU - MT, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua do Comercio 480 – Centro, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse em participar do credenciamento com a finalidade de aquisição de Serviços Médicos/Hospitalares e laboratoriais, o Credenciamento ocorrerá no período de 05/02/2016 a 18/02/2016. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (65) 3244-1855 ou 1849, www.jauru.mt.gov.br ou e-mail- licitacao@jauru.mt.gov.br .

Jauru - MT, 04 de fevereiro 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº. 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 009/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão, do tipo Presencial nº. 009/2016, cuja abertura ocorrerá as 09h00 - Local, do dia 23/02/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto **Contratação de empresa especializada para o fornecimento da licença de uso e manutenção de um sistema informatizado para gestão completa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que opere em ambiente web, com tecnologia de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, mediante a execução das atividades e demais características e especificações técnicas contidas no Anexo I - Termo de Referência/Projeto Básico**. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.cidadecompras.com.br, www.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

AVISO DE LICITAÇÃO N. 011/2016/SRP

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 011/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão, do tipo Presencial nº. 011/2016, cuja abertura ocorrerá as 14h00 - Local, do dia 23/02/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de cargas "emulsão asfáltica" entre o município de Cuiabá a Juara/MT, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos**. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.cidadecompras.com.br, www.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

SETOR DE CONTABILIDADE
EDITAL PUBLICAÇÃO 001/2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, **Sr. Edson Miguel Piovesan,** torna público que estará à disposição na data de 08 de Fevereiro de 2016 na Prefeitura Municipal de Juara e no site www.juara.mt.gov.br, a quem interessar possa os Demonstrativos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2015 e Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2015, em conformidade com art. 52 da LRF.

Juara-Mt, 02 de Fevereiro de 2016.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 010/2016/SECAD/SRP

PREGÃO N. 010/2016/SECAD/SRP

TIPO: ELETRÔNICO

APURAÇÃO: Menor Preço por Item.

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ESCOLARES E PEDAGÓGICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / PROGRAMA BRASIL CARINHOSO,conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 05/02/2016, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.cidadecompras.com.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, ou seja, até as **09h00 – DF, do dia 21 de Fevereiro de 2016**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou ainda e preferencialmente pelo Site: www.cidadecompras.combr que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E ENVIO DE LANCES: Dia 23 de Fevereiro de 2016 a partir das 09h00 – DF.

Juara-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

José Roberto Pereira Alves Edson Miguel Piovesan

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

A Prefeitura Municipal de Juruena, através da Pregoeira Oficial, designada pela Portaria 168/2015 de 19/06/2015, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL **08/2016**, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Prestação de Serviços Elétricos para Iluminação Pública do Município de Juruena e Prestação de Serviços de um Eletricista para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Onde sagraram-se vencedoras a Empresa **V. A. PREREIRA E CIA LTDA com CNPJ: 19.227.177/0001-53 e a Empresa MARCELO RONALDO DE OLIVEIRA 59438185100 com CNPJ: 19.851. 437/0001-.67**

Juruena – MT 04 de Fevereiro de 2016

_____

,Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

A Prefeitura Municipal de Juruena, através da Pregoeira Oficial, designada pela Portaria 168/2015 de 19/06/2015, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL **014/2016**, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza, Carvão Vegetal, e Gás de Cozinha, Itens de Copa e Cozinha e Itens de Higiene Pessoal. Onde sagraram-se vencedoras a Empresa **COMIM E CIA LTDA CNPJ: 02.977.174/0001-34** ea Empresa **SUPREMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES CNPJ: 12.984.005/0001-85.**

Juruena – MT 04 de Fevereiro de 2016

_____ Thais Pires Moraes Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 028/2016

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 168/2015, de 19/06/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19/02/2016, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 025/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP - MENOR PREÇO POR ITEM.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1126 ou 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS.

Juruena, 04 de Fevereiro de 2016.

_____

THAIS PIRES MORAES PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 002/2016

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: ROZINHA PERES DE CARVALHO

CPF: 032.860.571-93

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO GESTORA DO BOLSA FAMÍLIA NO EXERCÍCIO ANUAL DE 2016, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VIGÊNCIA: De 02/01/2016 até 31/12/2016.

VALOR GLOBAL: R$10.680,00 (dez mil e seiscentos e oitenta reais)

VALOR MENSAL: 12 (doze) parcelas mensais de R$890,00 (oitocentos e noventa reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 04 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 052/2015

LICITAÇÃO: Convite 005/2015

PESSOA JURÍDICA: JUSSEMAR REBULI PINTO - ME

CNPJ: 05.409.467/0001- 03

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA VIA WEB, E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O APLIC E LRF DO TCE/MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo para mais 06 (seis) meses, contados a partir de 13/01/2016 até 13/07/2016.

VALOR GLOBAL: R$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

VALOR MENSAL: R$2.100,00 (dois mil e cem reais), conforme Contrato Original.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem reajuste de valor.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quinta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria de Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 13 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 005/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: APPOLARI INFORMÁTICA LTDA - ME

CNPJ/MF: 09.057.206/0001-22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, BEM COMO RECARGA DE CARTUCHOS, RECARGA DE TONER, MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA, MANUTENÇÃO EM NO-BREAK, MANUTENÇÃO EM MONITOR, MANUTENÇÃO EM NOTEBOOK, CONFORME ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS PELO CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: De 05/01/2016 até 31/12/2016.

VALOR MENSAL: Conforme relatório dos serviços prestados, não ultrapassando o valor máximo de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VALOR GLOBAL: Visto que, não houve processo licitatório para a realização do presente instrumento, fica firmado entre as partes que seu valor global não será maior que R$30.000,00 (trinta mil reais), valor máximo permitido para Contratação Direta, conforme as Leis de Licitações e Contratos, e atualização aderida pelo município Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 05 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO 017/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 001/2015

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: SAMUEL PEREIRA VIEIRA & CIA LTDA - ME

CNPJ: 10.229.887/0001-48

OBJETO DO CONTRATO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E DIESEL S10, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE – MT.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de Valor, conforme Ofício 02/2015, apresentado pela CONTRATADA, juntamente com notas fiscais exemplares para comparação dos preços anteriores, e preços após atual acréscimo; valendo a partir de 11/01/2015 até o vencimento do Contrato Original em 27/02/2016.

ACRÉSCIMO: O valor do litro da Gasolina Aditivada será de R$3,94 (três reais e noventa e quatro centavos), do Etanol será de R$3,08 (três reais e oito centavos), e do Diesel Comum será de R$3,37 (três reais e trinta e sete centavos).

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quarta, Parágrafo III, e Cláusula Sexta, Parágrafo I do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 11 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO 074/2015

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: EDILSON TOMAZZELLI BARBOSA

CPF: 849.410.221-49

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 72 M², SITUADO NA RUA JOSE SILVEIRA TAVARES, S/N, CIDADE ALTA, AO LADO DO FÓRUM, NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA À SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de Valor, conforme justificativa da solicitação, que valerá para os próximos 11 (onze) meses, dentro do prazo de vigência do Contrato Original, contando a partir de 04/01/2016 até 01/12/2016.

VALORES: Após Acréscimo, o valor global para os próximos meses de vigência será de R$10.402,37 (dez mil, quatrocentos e dois mil reais e trinta e sete centavos); e o valor mensal de R$945,67 (novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Décima do Contrato em epígrafe, bem como no Artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Física CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 04 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 004/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: APPOLARI INFORMÁTICA LTDA - ME

CNPJ/MF: 09.057.206/0001-22

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO, POR PARTE DA LOCATÁRIA, DE UMA FOTOCOPIADORA, PARA USO DESTA PREFEITURA E DEMAIS SECRETARIAS, TODAS AS VEZES QUE FOR NECESSÁRIO.

VIGÊNCIA: De 04/01/2016 até 31/12/2016.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), no limite de 6.000 (seis mil) cópias por mês; ultrapassando essa quantidade, serão pagos R$0,07 (sete centavos) por cada cópia excedente.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 04 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO 003/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

CNPJ: 08.979.143/0001-07

OBJETO: 1º RATEIO DAS DESPESAS GERAIS E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO NO EXERCÍCIO DE 2016 E A CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL Nº 271/2007 EM CONSONÂN-

CIA COM O TITULO I, ART. 3º DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

VIGÊNCIA: De 02/01/2016 até 31/12/2016.

VALOR MENSAL: A 1º no valor de R$2.556,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais), e as demais no valor de R$2.554,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

VALOR GLOBAL: R$30.650,00 (trinta mil, seiscentos e cinquenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 04 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO 001/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO – CISOMT.

CNPJ/MF: 01.870.663/0001-20

OBJETO: RATEIO DOS CUSTOS COM A MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO E O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS FIXADOS NO ESTATUTO DO CISOMT, EM CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI FEDERAL 11.107/05.

VIGÊNCIA: De 02/01/2016 até 31/12/2016.

VALOR MENSAL: R$5.767,00 (cinco mil e setecentos e sessenta e sete reais).

VALOR GLOBAL: R$69.204,00 (sessenta e nove mil e duzentos e quatro reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 04 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO 040/2015

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 001/2015

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: PRATA & CIA LTDA

CNPJ: 09.342.661/0001-70

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA RUA SÃO LUIZ, RUA NAPOLEÃO MARQUES FERREIRA, RUA EROTILDES ALVES, RUA TIAGO BARTOLOMEU DE SOUZA NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS E PLANILHAS.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de Valor sobre o valor global contratual, conforme Justificativa Técnica-Legal, decorrente do Protocolo 837 sob Requerimento de Aditivo, com suas Planilhas de Cálculos; valendo a partir de 25/01/2016, até o fim da vigência do 1º Termo Aditivo de Prazo do referido Contrato, em 11/05/2016.

VALORES: O valor global do Contrato original de R$491.565,28 (quatrocentos noventa e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos) + o valor do Acréscimo de R$23.838,52 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos) = R$515.403,80 (quinhentos e quinze mil, quatrocentos e três reais e oitenta centavos); o valor mensal é de acordo com medições realizadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Segunda, Parágrafo Terceiro, e Cláusula Décima Primeira do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 25 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 006/2016

LICITAÇÃO: Convite 001/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA - ME

CNPJ/MF: 07.367.271/0001-29

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, LOCAÇÃO DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TENDAS TAM. MÍNIMO 4 X 4, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADE INIBIDORA, CAMARINS, LOCAÇÃO DE FECHAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE LAMBARI D'OESTE MT 2016.

VIGÊNCIA: De 06/02/2016 até 09/02/2016.

VALOR GLOBAL: R$77.050,00 (setenta e sete mil e cinquenta reais), que serão pagos após a execução dos serviços.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 25 de Janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 053/2015

LICITAÇÃO: Convite 006/2015

PESSOA JURÍDICA: FRANCISCO DE ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS

CNPJ: 22.441.242/0001-53

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA JURÍDICA NOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo para mais 06 (seis) meses, contados a partir de 13/01/2016 até 13/07/2016.

VALOR GLOBAL: R$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

VALOR MENSAL: R$6.000,00 (seis mil reais), conforme Contrato Original.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem reajuste de valor.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quinta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Departamento de Convênios e Contratos.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 13 de Janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 22 de Fevereiro de 2016, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto

o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para serem utilizados na manutenção da iluminação pública do município de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Guaíra, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 04 de Fevereiro de 2016

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento da Tomada de Preços nº 001/2016, cujo objeto é Contratação de Empresa para Execução da Mão de Obra dos Serviços de Construção de Alambrado com Mourões de Concreto, Portões, Boca de Lobo e Muros de Estabelecimentos da Secretaria Municipal de Ação Social, Cultura e Cidadania e Secretaria Municipal de Agricultura de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a empresa **GUARARAPES CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES EIRELI,** com valor global de R$ 14.095,15.

Marcelândia/MT, em 04 de Fevereiro de 2016

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Presidente da CPL

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº. 006/2016.

DATA: 14/01/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AJUSTE DE SALÁRIO A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e;

- Considerando **Art. 49- da** Lei Municipal 761/2011 de 29 de março de 2011, o cálculo do subsídio correspondente a cada classe e nível da estrutura da carreira dos Profissionais da Educação Básica obedecerá às tabelas anexas.

Art. 1° - Fica ajustado de acordo com a Lei Municipal 761/2011 que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração e estatuto dos profissionais da educação pública do município de Marcelândia - MT, a tabela de vencimentos do Apoio Administrativo Educacional, técnico em desenvolvimento infantil – profissionalizado - 40 horas semanais, em 20% da base do salário mínimo vigente, conforme tabela abaixo:

Base 20% salário mínimo vigente R$ 880,00		
		A
Classe	**Coeficiente**	**1**
Nível		**Subsidio**
1	**1,00**	1056,00
2	**1,04**	1098,24
3	**1,09**	1151,04
4	**1,14**	1203,84
5	**1,19**	1256,64
6	**1,25**	1320,00
7	**1,32**	1393,92
8	**1,41**	1488,96
9	**1,50**	1584,00
10	**1,53**	1615,68
11	**1,56**	1647,36
12	**1,59**	1679,04

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de janeiro de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº. 011/2016.

DATA: 25/01/2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA AOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, usando das prerrogativas que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a Lei Federal nº. 12.994, de 17/06/2014 em seu Artigo 1º, § 1º;

Considerando os artigos 4º e 13 da Lei Municipal Complementar 001/2014 de 11/03/2014;

Art. 1º - A título de compensação, por não haver no anexo XII do Plano de Cargos, Carreira e Valores – PCCV desta Prefeitura referência com valor igual ao incentivo financeiro ora estabelecido pelo Ministério da Saúde, para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, será concedida gratificação de 4% (quatro por cento) sobre a referência desses servidores que exercem a função por meio de concurso ou certificação.

Parágrafo Único – A gratificação mencionada neste artigo será concedida até que se estabeleça pelo Congresso Nacional o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 061/2014 de 14/05/2014 e as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 25 de janeiro de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ANEXO – V

Quadro do Grupo Funcional dos cargos de

SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO - SNM

Símbolo	Nível de Referência	Padrão de Vencimento Inicial – GRAU "A"	Cargo	Hs /Sem.	Vagas
SNM	05	880,00	Agente Administrativo I	40	20
SNM	08	880,00	Fiscal Sanitário	40	05
SNM	08	880,00	Fiscal de Obras	40	01
SNM	08	880,00	Assistente de Controle Administrativo	40	30
SNM	09	882,28	Instrutor de Fanfarra	40	02
SNM	09	882,28	Instrutor de Musica	40	02
SNM	10	945,31	Cuidador de Criança	40	05
SNM	10	945,31	Cuidador de Idoso	40	02
SNM	10	945,31	Técnico Agrícola	40	06
SNM	10	945,31	Técnico Laboratório Análise Clinica	40	03
SNM	10	945,31	Assistente Técnico Administrativo I	40	20
SNM	10	945,31	Técnico Agropecuário	40	02
SNM	10	945,31	Técnico em Meio Ambiente	40	02
SNM	10	945,31	Técnico em Geodésica e Cartografia	40	02
SNM	10	945,31	Técnico em Higiene Dental	40	05
SNM	10	945,31	Técnico de Informática	40	02
SNM	11	*1008,32	Agente Comunitário de Saúde - ACS	40	35
SNM	11	*1008,32	Agente de Combate as Endemias - ACE	40	15
SNM	12	1.123,95	Agente Administrativo II	40	10
SNM	13	1.235,19	Técnico em Enfermagem	40	22
SNM	13	1.235,19	Agente de Fiscalização Municipal	40	15
SNM	14	1.512,49	Técnico em Edificações	40	02
SNM	14	1.512,49	Técnico em Raio X	24	05
SNM	14	1.512,49	Topógrafo	40	02
	SUBTOTAL – TNS	**212**			

***Acrescidos de 4% gratificação.**

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº.008 /2016

DATA: 18/01/2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei e,

- Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

- Considerando a Lei Federal nº 12.382 de 25 de Fevereiro de 2011;

- Considerando o Decreto nº 8166 de 23 de dezembro de 2013;

- Considerando o Decreto nº. 8.618 de 29 de dezembro de 2015.

D E C R E T A

Art. 1° - A partir de 01 de janeiro de 2016, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Marcelândia/MT será de R$880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Parágrafo único: Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$29,33 (vinte e nove reais e trinta e três centavos) e o valor horário, a R$4,00 (quatro reais.

Art. 2º - A partir de 01 de janeiro de 2016, não terá valor inferior a R$880,00 (oitocentos e oitenta reais), os benefícios correspondentes a Aposentadorias, Auxílio Doença, Salário Maternidade, Auxilio Reclusão (Valor Global) e Pensão por Morte (Valor Global), pagos pelo Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia/MT.

Art. 3º - A partir de 01 de janeiro de 2016, o valor da cota do salário família por filho ou equiparado de qualquer condição até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de;

I – R$41,37 (quarenta um reais trinta e sete centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R$806,80 (oitocentos e seis reais oitenta centavos).

II – R$29,16 (vinte e nove reais e dezesseis centavos) para segurado com remuneração mensal superior a R$806,81 (oitocentos e seis reais e oitenta e um centavos) e igual ou inferior a R$1.212,64 (um mil, duzentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele recebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de janeiro de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº. 012/2016

DATA: 25/01/2016

SÚMULA: ALTERA O PISO SALARIAL PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e,

-Considerando o Artigo 60, Inciso III, Alínea 'e' do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

-Considerando a Lei Federal 11.738 de 16/07/2008 em seu Art. 2°, inciso III, que institui o Piso Nacional dos profissionais do magistério público da educação básica,

-Considerando a Portaria 11/2015 de 30/12/2015 do Ministério da Educação e Cultura,

-Considerando a Lei Municipal 798/2012 de 11/06/2012, que institui o Piso Salarial dos Profissionais da Educação Pública do Município de Marcelândia – MT,

DECRETA:

Artigo 1º - O piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica a partir de 01/01/2016 será de R$2.135,64 (Dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, para a formação em nível médio, na modalidade magistério prevista no Art. 62 da Lei Federal 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes básicas da Educação Nacional.

§ 1° – Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes da educação nacional.

§ 2° - Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de janeiro de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO DOS ANEXOS DA LEI 798/2012 DE 11 DE JUNHO DE 2012
QUE INSTITUI O PISO SALARIAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA.
ALTERAÇÃO DO ANEXO DA LEI MUNICIPAL 761/2011 PISO NACIONAL 2016.

PISO NACIONAL 2016.

ANEXOS

TABELA DOS PROFESSORES - 20 HORAS –SEMANAIS

TABELA TEMPORÁRIA EM EXTINÇÃO

		A	B	C	D
Classe	**Coeficiente**	**1**	**1,5**	**1,7**	**2,02**
Nível		**Subsidio**	**Subsidio**	**Subsidio**	**Subsidio**
1	**1,00**	1.067,82	1.601,72	1.815,29	2.157,00
2	**1,04**	1.110,54	1.665,81	1.887,91	2.243,28
3	**1,09**	1.163,93	1.745,89	1.978,66	2.351,13
4	**1,14**	1.217,31	1.825,97	2.069,44	2.459,00
5	**1,19**	1.270,70	1.906,06	2.160,21	2.566,84
6	**1,25**	1.334,79	2.002,15	2.269,13	2.696,26
7	**1,32**	1.409,52	2.114,28	2.396,18	2.847,24
8	**1,41**	1.505,64	2.258,46	2.559,55	3.041,36
9	**1,5**	1.601,72	2.402,61	2.722,93	3.235,51
10	**1,53**	1.633,76	2.450,65	2.777,40	3.300,20
11	**1,56**	1.665,81	2.498,70	2.831,85	3.364,92
12	**1,59**	1.697,84	2.546,74	2.886,32	3.429,63

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO PROFESSORES 30 HORAS SEMANAIS

30 HORAS/SEMANAIS –PERMANENTE

		A	B	C	D	E
Classe	**Coeficiente**	**1**	**1,5**	**1,7**	**1,85**	2,0
Nível		**Subsidio**	**Subsidio**	**Subsidio**	**Subsidio**	**Subsidio**
1	**1,00**	1.601,72	2.402,60	2.722,94	2.963,19	3.203,47
2	**1,04**	1.665,81	2.498,70	2.831,86	3.081,71	3.331,61
3	**1,09**	1.745,89	2.618,82	2.968,02	3.229,89	3.491,80
4	**1,14**	1.825,97	2.738,94	3.104,18	3.378,05	3.651,95
5	**1,19**	1.906,06	2.859,08	3.240,31	3.526,19	3.812,13
6	**1,25**	2.002,15	3.003,23	3.403,68	3.703,99	4.004,36
7	**1,32**	2.114,28	3.171,42	3.594,29	3.911,41	4.228,58
8	**1,41**	2.258,46	3.387,65	3.839,37	4.178,10	4.516,90
9	**1,5**	2.402,61	3.603,88	4.084,43	4.444,79	4.805,21
10	**1,53**	2.450,65	3.675,97	4.166,12	4.533,70	4.901,31
11	**1,56**	2.498,70	3.748,03	4.247,80	4.622,58	4.997,41
12	**1,59**	2.546,74	3.820,13	4.329,50	4.711,47	5.093,53

TABELA DOS PROFESSORES - 40 HORAS –SEMANAIS

TABELA TEMPORÁRIA EM EXTINÇÃO

		A	B	C	D
Classe	Coeficiente	1	1,5	1,7	2,02
Nível		Subsidio	Subsidio	Subsidio	Subsidio
1	1,00	2.135,64	3.203,46	3.630,59	4.313,99
2	1,04	2.221,08	3.331,60	3.775,79	4.486,54
3	1,09	2.327,85	3.491,79	3.957,33	4.702,24
4	1,14	2.434,63	3.651,94	4.138,86	4.917,96
5	1,19	2.541,42	3.812,12	4.320,40	5.133,65
6	1,25	2.669,54	4.004,34	4.538,24	5.392,50
7	1,32	2.819,04	4.228,56	4.792,37	5.694,46
8	1,41	3.011,25	4.516,88	5.119,12	6.082,72
9	1,5	3.203,46	4.805,18	5.445,87	6.470,97
10	1,53	3.267,54	4.901,30	5.554,79	6.600,41
11	1,56	3.331,60	4.997,39	5.663,71	6.729,83
12	1,59	3.395,67	5.093,52	5.772,64	6.859,23

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
40 HORAS PROFISSIONALIZADO

		A	B	C	D
Classe	Coeficiente	1	1,5	1,7	2,02
Nível		Subsidio	Subsidio	Subsidio	Subsidio
1	1,00	2.135,64	3.203,46	3.630,59	4.313,99
2	1,04	2.221,08	3.331,60	3.775,79	4.486,54
3	1,09	2.327,85	3.491,79	3.957,33	4.702,24
4	1,14	2.434,63	3.651,94	4.138,86	4.917,96
5	1,19	2.541,42	3.812,12	4.320,40	5.133,65
6	1,25	2.669,54	4.004,34	4.538,24	5.392,50
7	1,32	2.819,04	4.228,56	4.792,37	5.694,46
8	1,41	3.011,25	4.516,88	5.119,12	6.082,72
9	1,5	3.203,46	4.805,18	5.445,87	6.470,97
10	1,53	3.267,54	4.901,30	5.554,79	6.600,41
11	1,56	3.331,60	4.997,39	5.663,71	6.729,83
12	1,59	3.395,67	5.093,52	5.772,64	6.859,23

APOIO ADMINISTRATIVO 40 HORAS PROFISSIONALIZADO
Base 20% salário mínimo vigente R$ 880,00

		A
Classe	Coeficiente	1
Nível		Subsidio
1	1,00	1.056,00
2	1,04	1.098,24
3	1,09	1.151,04
4	1,14	1.203,84
5	1,19	1.256,64
6	1,25	1.320,00
7	1,32	1.393,92
8	1,41	1.488,96
9	1,5	1.584,00
10	1,53	1.615,68
11	1,56	1.647,36
12	1,59	1.679,04

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº. 007/2016.

DATA: 14/01/2016.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE REAJUSTE SALARIAL DE 4% SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, CONFORME LEI 835/2013 DE 02/10/2013.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e, considerando o Artigo 2°, alínea 'a' da Lei 835/2013 de 02/10/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reajustados em 4% (quatro por cento), a partir de 01/01/2016, os vencimentos dos servidores da Prefeitura Municipal de Marcelândia.

Art. 2º - O anexo XII da Lei 001/2010, de 16/08/2010 será reajustado no percentual definido no artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 14 de janeiro de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

				ANEXO - XII			
			TABELA DE VEN-CIMENTO				
QUADRO DE CARREIRA DO NIVEIS DE REFERENCIA DOS CAR-GOS DE PROVIMENTO EFETIVO							
JANEIRO DE 2016, 4% DE AUMENTO DE SALÁRIO DE ACORDO COM A LEI 835/2013 DE 02.10.2013							
DECRETO 007/2016 DE 14.01.2016.							
REF	A	B	C	D	E	F	G
1	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
2	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
3	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
4	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
5	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
6	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
7	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
8	880,00	924,00	970,20	1018,71	1069,64	1123,12	1179,28
9	882,27	926,38	972,70	1021,33	1072,40	1126,02	1182,32
10	945,31	992,57	1042,20	1094,31	1149,03	1206,48	1266,81
11	1008,32	1058,73	1111,67	1167,25	1225,61	1286,90	1351,24
12	1123,95	1180,14	1239,15	1301,11	1366,16	1434,47	1506,20
13	1235,19	1296,94	1361,79	1429,88	1501,38	1576,45	1655,27
14	1512,48	1588,10	1667,50	1750,88	1838,42	1930,35	2026,86
15	1928,42	2024,84	2126,08	2232,38	2344,00	2461,20	2584,26
16	2079,67	2183,65	2292,83	2407,47	2527,85	2654,24	2786,95
17	2293,93	2408,62	2529,05	2655,51	2788,28	2927,70	3074,08
18	2520,81	2646,85	2779,19	2918,15	3064,06	3217,26	3378,12
19	2823,31	2964,47	3112,69	3268,33	3431,75	3603,33	3783,50
20	3024,97	3176,21	3335,02	3501,78	3676,86	3860,71	4053,74
21	3188,83	3348,27	3515,68	3691,46	3876,04	4069,84	4273,33
22	3503,92	3679,11	3863,07	4056,22	4259,03	4471,98	4695,58
23	3762,31	3950,42	4147,94	4355,34	4573,11	4801,76	5041,85
24	3907,25	4102,61	4307,74	4523,13	4749,28	4986,75	5236,08
25	4411,43	4632,00	4863,60	5106,78	5362,12	5630,22	5911,73
26	4789,54	5029,01	5280,46	5544,49	5821,71	6112,80	6418,44
27	5671,83	5955,42	6253,19	6565,85	6894,14	7238,85	7600,79
28	6302,04	6617,14	6947,99	7295,39	7660,16	8043,17	8445,33
29	8469,94	8893,43	9338,10	9805,01	10295,26	10810,02	11350,52
30	10083,27	10587,43	11116,80	11672,64	12256,27	12869,09	13512,54
0		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 01/2016 E Nº 02/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 SUMULA: Convocação da Sra. Emanuelle Tami dos Santos Borges, moradora do núcleo habitacional, situado à Rua 12 nº 3108, bairro cidade alta.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo e deliberativo nos termos da Lei 415, de 02 de setembro do ano de 2003 e;

Considerando que o Conselho Municipal tem a responsabilidade de selecionar/aprovar as famílias e pessoas para serem beneficiárias dos programas de casas próprias e projetos de melhorias habitacionais;

Considerando a necessidade de oferecer maior transparência no processo de substituição de beneficiários de unidades habitacionais produzidas no âmbito da Política Municipal de Habitação do Município de Matupá;

RESOLVE: Conforme reunião realizada na data de 21 de Janeiro de 2016, Ata nº02/16, o CMH aprova que seja aplicado o que determina a Resolução nº 01/2014 do Conselho Municipal de Habitação, que estabelece normas e critérios adicionais para concessão/priorização e/ou transferência de unidades habitacionais produzidas no âmbito da Política Municipal de Habitação do Município de Matupá/MT, que a Sra. Emanuelle Tami dos Santos Borges, residente à Rua 12 nº 3108 Bairro Cidade Alta, tem o prazo de 30 (trinta dias) para retornar a sua residência. O não comparecimento da mesma no prazo estabelecido acarretará na tomada de providências cabíveis ao CMH.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 27 de dezembro de 2015.

Rute de Almeida Lara

Presidente do C.M.H.

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 SUMULA: Substituição de beneficiários para ocupação de Unidades Habitacionais.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo e deliberativo nos termos da Lei 415, de 02 de setembro do ano de 2003 e;

Considerando que cabe ao Conselho Municipal estabelecer as normas municipais para inclusão de famílias de baixa renda;

Considerando que o Conselho Municipal tem a responsabilidade de selecionar/aprovar as famílias e pessoas para serem beneficiárias dos programas de casas próprias e projetos de melhorias habitacionais;

Considerando a necessidade de oferecer maior transparência no processo de substituição de beneficiários de unidades habitacionais produzidas no âmbito da Política Municipal de Habitação do Município de Matupá;

RESOLVE: APROVAR a substituição de beneficiários aprovados conforme Ata nº01 e 02/2016/CMH:

Adetina Martins Viana, Maria de Fátima da Ungria e Simone Carmerinda Dias.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 03 de Fevereiro de 2016.

Rute de Almeida Lara

Presidente do C.M.H.

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 011/2016. PREVI-MUNI

DATA: 04 DE FEVEREIRO 2016.

SUMULA: COLOCA A DISPOSIÇÃO DOS CONTRIBUINTES AS CONTAS DO EXERCICIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR DO PREVI-MUNI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE O ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ARTIGO 49 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL;

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam a disposição dos contribuintes durante o exercício de 2.016, a contar de 04 de fevereiro do corrente, as contas do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá relativo ao exercício de 2.015.

Art. 2° - As contas encontram-se a disposição no departamento de contabilidade do Previ-Muni – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREVI-MUNI, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

_____

Omar Antônio Chisté

- Diretor Executivo -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 02/2016 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 01 de fevereiro de 2016 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E CLINICO GERAL PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO CIDADE ALTA DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedores os Licitantes M A NOGUEIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.516.843/0001-48 com valor total R$ 163. 300,00; DAIMA & MACEDO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.475. 918/0001-61 com valor total R$ 158.700,00; MEDICAL CLINICA MEDICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.212.201/0001-79 com valor total de R$ 85.675,00; DEL PAPA CLINICA MEDICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.759.876/0001-59 com valor total de R$ 107.525,00; CÓNDOR AMAURI CONDORCET TOCANTINS PORTADOR DO RG Nº 759.062 SSP/TO E CPF O N 031.578.291-90 com valor total de R$ 42. 550,00; MARCOS ANTONIO MORAES FRANCO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.160.179/0001-87 com valor total de R$ 207.097,50. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2180 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 1868 de 02/05/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICOS – ZONA RURAL

Candidato	Inscrição	Pontuação	Classificação
João Henrique Junior	01817	12,00	**2º**

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 1.347/2016

LEI Nº 1.347 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal firmar convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Mirassol D´Oeste na forma da Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste-MT, Sr. ELIAS MENDES LEAL FILHO, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste-MT, em sessão extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2016, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Conselho da Comunidade da Comarca de Mirassol D´Oeste a fim de possibilitar o trabalho de reeducandos que se encontram cumprindo pena na cadeia pública desta cidade e comarca e, a fim de contribuir com a reinserção destes na sociedade.

Art. 2º - O trabalho do preso será desenvolvido de segunda a sexta feira com jornada diária de 8 horas e será remunerado pela Administração Municipal no valor de 01 (hum) salário mínimo vigente no país, por mês de trabalho, descontadas as faltas porventura existentes.

Art. 3º - O trabalho do condenado não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, porém, aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

Art. 4º - As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Art. 5º - A quantidade de reeducandos que irão exercer atividade laboral nos termos desta lei fica adstrita à necessidade do Município e à determinação do Juízo da Execução Penal desta Comarca que decidirá pela aptidão de cada reeducando para o trabalho.

Art. 6º - O termo de convênio e o desenvolvimento do trabalho dos reeducandos devera ser acompanhado pelo Poder Judiciário auxiliado pelo Ministério Publico e pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso no âmbito de suas atribuições institucionais.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 01 de fevereiro de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO PARA TRATAMENTO DA ÁGUA.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

IMPUGNANTE: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA – CNPJ 10.717.170/0001-45

A Pregoeira do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste – SAEMI**, no exercício das suas atribuições regimentais e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apresenta para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca da Impugnação recebida em 02/02/2016, por meio eletrônico (via email).

1. DA IMPUGNAÇÃO

A licitante impugna item editalício, no que se refere ao termo "melhor preço por lote" para "melhor preço por item".

Ante o exposto requer o acolhimento e procedência da presente impugnação, para que seja alterado o critério de "melhor preço por lote" para "melhor preço por item".

Em síntese, foi o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital.

2. DA APRECIAÇÃO

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, a lei 8666/93, no artigo 41, dispõe: " **§ 1o** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113."

O impugnante deu entrada a presente impugnação no SAEMI, portanto, merece ter seu mérito analisado. A resposta estará disponível publicamente no DIARIO DA AMM E no site do SAEMI, e no processo do pregão 001/2016, conforme endereço e horários Constantes em Edital.

Passando à análise do mérito da Impugnação, quanto aos pontos levantados/impugnados pelo licitante, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto e da comissão de licitações do SAEMI tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

Faz-se necessário frisar que o SAEMI tem ciência de todo arcabouço legal que rege o funcionamento da Administração Pública.

Tais como o artigo 3° da Lei 8.666/93:

"Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

E, sobretudo, utiliza de todos os meios para cumpri-los, para tanto convocou sua Assessoria técnica em licitação, representada pela GRUPO ATAME, a fim de elaborar especificações que mais se adequassem à legalidade, moralidade e competitividade do processo licitatório.

Cabe informar ainda que o Edital foi previamente chancelado pela Assessoria Jurídica do SAEMI, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

A fim de demonstrar que esta questão foi objeto de análise quando da elaboração do Edital, transcrevemos as justificativas da nossa Consultoria Jurídica para composição do objeto licitatório em lote, onde no edital possui dois lotes com apenas um item em cada lote, ou seja, o licitante poderá ofertar proposta para um ou para os dois lotes, não vejo a possibilidade de dividir os lotes por itens, uma vez que em cada lote só tem um único item.

3. DA CONCLUSÃO

Assim, pelo acima exposto, em justificativa apresentada pela Assessoria Técnica e Juridica, entendo que as condições previstas no Edital devem ser mantidas e, por conseguinte, que a impugnação interposta deve ser **INDEFERIDA.** Pelo fato que em cada lote só existe um único item, e que a empresa poderá ofertar proposta para um lote ou para os dois lotes.

Mirassol d' Oeste – MT, 03 de fevereiro de 2016.

GLEICY MARTINEZ OCHIUTO

Pregoeira

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 1347/2016

LEI Nº 1.347 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal firmar convênio com o Conselho da Comunidade da Comarca de Mirassol D´Oeste na forma da Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste-MT, Sr. ELIAS MENDES LEAL FILHO, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste-MT, em sessão extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2016, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Conselho da Comunidade da Comarca de Mirassol D´Oeste a fim de possibilitar o trabalho de reeducandos que se encontram cumprindo pena na cadeia pública desta cidade e comarca e, a fim de contribuir com a reinserção destes na sociedade.

Art. 2º - O trabalho do preso será desenvolvido de segunda a sexta feira com jornada diária de 8 horas e será remunerado pela Administração Municipal no valor de 01 (hum) salário mínimo vigente no país, por mês de trabalho, descontadas as faltas porventura existentes.

Art. 3º - O trabalho do condenado não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, porém, aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

Art. 4º - As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Art. 5º - A quantidade de reeducandos que irão exercer atividade laboral nos termos desta lei fica adstrita à necessidade do Município e à determinação do Juízo da Execução Penal desta Comarca que decidirá pela aptidão de cada reeducando para o trabalho.

Art. 6º - O termo de convênio e o desenvolvimento do trabalho dos reeducandos devera ser acompanhado pelo Poder Judiciário auxiliado pelo Ministério Publico e pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso no âmbito de suas atribuições institucionais.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 01 de fevereiro de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 08/2016-PREVI NOBRES

PORTARIA Nº. 08/2016

"Institui Comissão de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades e ressarcimento ao erário relativo à incidência de juros e multas por recolhimento em atraso do PASEP, conforme Voto proferido no processo nº 1850-/2014 TCE-MT".

A Diretora do PREVI-NOBRES, Estado de Mato Grosso, Sra. **Nadir da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **CONSIDERANDO** o disposto do processo nº 1850-3/2014 TCE-MT **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Processo administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário a incidência de juros e multas por recolhimento em atraso do PASEP, do PREVINOBRES, referente ao exercício de 2012.

Parágrafo único. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput:*

- Edson Friedrich , Presidente do Conselho Previdenciario – PREVINOBRES;

- Ana Darc Dias de Carvalho, Conselheira Previdenciário;

- Maria Dolores de Paula Pereira, Conselheira Previdenciário;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Previ- Nobres/MT, em 03 de Fevereiro de 2016.

Nadir da Silva

Diretora Previ-Nobres

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 095/2015 de 08 de Junho de 2015, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2016**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja abertura ocorrerá as 08:00h do dia 22/02/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Contratação de Serviços Técnicos Especializados na verificação das rotinas administrativas voltadas ao departamento de recursos humanos e análise dos procedimentos adotados em face das legislações do município, conforme Especificações constantes no Termo de Referência DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 09/2016 - PREVI NOBRES

PORTARIA Nº. 09/2016

"Institui Comissão de Processo Administrativo para apuração de responsabilidades e ressarcimento ao erário relativo a décimo terceiro pago em duplicidade e a pagamento devido a servidor em auxilio doença no exercício de 2012.

A Diretora do PREVI-NOBRES, Estado de Mato Grosso, Sra. **Nadir da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **CONSIDERANDO** de acordo com o processo TCE 014/2013-MT **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Processo administrativo para apuração de responsabilidade de pagamento e ressarcimento ao erário, relativo a décimo terceiro pago em duplicidade e a pagamento devido a servidor em auxilio doença no exercício de 2012.

Parágrafo único. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão instituída pelo *caput:*

- Edson Friedrich , Presidente do Conselho Previdênciario – PREVINOBRES;

- Ana Darc Dias de Carvalho, Conselheira Previdenciário;

- Maria Dolores de Paula Pereira, Conselheira Previdenciário;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Previ- Nobres/MT, em 03 de Fevereiro de 2016.

Nadir da Silva

Diretora Previ-Nobres

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 095/2015 de 08 de Junho de 2015, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 002/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorrerá as 08:00h do dia 26/02/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
PREGAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 095/2015 de 08 de Junho de 2015, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja abertura ocorrerá as 08:00h do dia 24/02/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE DIÁRIO DE PACIENTES AO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, VARZEA GRANDE – MT E CIDADES ADJACENTES, A DIVERSOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT.*** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4215.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
EDITAL Nº 001/2016/PMN

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LRF 3° QUADRIMESTRE - 2015

A Prefeitura Municipal juntamente com a Câmara Municipal de NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento de todos que realizará **Audiência Pública** para Avaliação e Demonstração do Cumprimento das Metas Fiscais da **LRF referente o 3° Quadrimestre de 2015**, para avaliação do processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo e Legislativo.

A audiência será realizada no dia **29/02/2016** às 08hs no Plenário "Ver. Niedson Rocha" - Câmara Municipal de Nortelândia.

Na oportunidade, contamos com a presença de toda a população neste relevante processo de desenvolvimento do Município.

Este Edital será publicado e fixado nos lugares de maior acesso público para o conhecimento de todos os contribuintes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
DECRETO Nº 215/2016, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016.

REGULAMENTA A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, CONFORME ART. 2° DA LEI MUNICIPAL Nº 361, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA,** Prefeito do Município de Nortelândia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM, especialmente o art. 72, inciso IV;

Considerando a necessidade de regulamentar o atendimento a Lei Federal nº. 12.527/2011 que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

Considerando que a Resolução Normativa nº. 25/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabelece o cronograma de implantação dos procedimentos para a criação da Ouvidoria Municipal;

Considerando regulamentar os procedimentos de serviços de recebimento, cadastro, controle, encaminhamento e respostas das demandas da sociedade submetidas à Rede Municipal de Ouvidorias do Município de Nortelândia-MT no âmbito do Poder Executivo e do Fundo Municipal de Previdência Social – Previnorte;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Este Decreto Executivo regulamenta a Ouvidoria Geral, criada pela Lei nº 361/15, integrante da Controladoria Geral, criada pela Lei n° 057/2006, de 14 de dezembro de 2006, no âmbito do Poder Executivo Municipal, define as áreas de sua atuação e estabelece a estrutura administrativa necessária ao seu funcionamento.

Parágrafo único. O direito do usuário ao controle adequado dos serviços públicos prestados pelo Município de Nortelândia será assegurado por meio das Ouvidorias, ressalvadas as atribuições específicas das comissões de ética.

CAPÍTULO II

Dos Princípios

Art. 2º As Ouvidorias, além dos princípios constitucionais da administração pública, reger-se-ão também por:

I – independência e autonomia para o exercício de suas atribuições sem qualquer ingerência, inclusive político-partidária, visando garantir os direitos do usuário do serviço público;

II – transparência na prestação de informações de forma a garantir a exata compreensão do usuário sobre as repercussões e abrangência do serviço público;

III – confidencialidade para a proteção da informação de modo a assegurar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do usuário;

IV – imparcialidade e isenção necessárias para compreender, analisar e buscar soluções para as manifestações, bem como formular críticas e recomendações;

V – acolhimento e acessibilidade, assegurando o atendimento respeitoso e a preservação da dignidade humana.

Art. 3º A Ouvidoria é o canal de comunicação direta entre a Sociedade e o Executivo Municipal, a qual incumbe acolher, processar e encaminhar aos setores competentes da Administração Pública, e responder questionamentos, sugestões, reclamações, denúncias, elogios, pedidos de informação ou providências da população ou de entidades, relativas a prestação dos serviços públicos da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como das entidades privadas de qualquer natureza, que operem com recursos públicos municipais, na prestação de serviços a população, conforme o inciso I do parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Ouvidoria

SEÇÃO I

Das Atribuições da Ouvidoria

Art. 4º As Ouvidorias tem as seguintes atribuições:

I – receber manifestações, denúncias, reclamações, sugestões e elogios;

II - prestar informações às demandas recebidas;

III - resguardar o sigilo e sempre dar resposta fundamentada à questão apresentada com clareza e objetividade;

IV - agilizar a remessa de informações de interesse do usuário;

V - facilitar o acesso do usuário ao serviço da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos;

VI - encaminhar a manifestação e acompanhar a sua apreciação, mantendo o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo;

VII - identificar e comunicar ao órgão ou entidade em que atua eventuais problemas no atendimento ao usuário ou causas da deficiência do serviço;

VIII - estabelecer canal permanente de comunicação com os usuários dos serviços públicos;

IX – encaminhar aos dirigentes das unidades competentes as manifestações conhecidas;

X – atender as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Acesso a Informações e pela Ouvidoria Geral;

XI - elaborar relatórios e promover a divulgação das suas atividades junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

XII – atuar na prevenção de conflitos;

XIII – fazer recomendações para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sugerindo soluções de problemas, correção de erros, omissões ou abusos cometidos;

XIV – promover sensibilização sobre as atividades da Ouvidoria no órgão ou entidade em que atua;

XV – estimular a participação do cidadão na fiscalização e controle dos serviços públicos, através de audiências públicas periódicas na Câmara Municipal, contribuindo para o planejamento dos serviços públicos e nos processos de decisão governamental;

XVI – contribuir para a melhora do desempenho e da imagem da instituição, formando comitês para apurar a opinião dos usuários dos serviços públicos;

XVII – promover o exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública, através de seminários e palestras periódicas sobre cidadania, nas escolas do município;

XVIII – elaborar estudos e pesquisas na sua área de atuação.

Parágrafo único - As recomendações de que trata o inciso XIII deste artigo devem ser encaminhadas formalmente com suas respectivas justificativas, à autoridade máxima do órgão ou entidade em que atuam.

Art. 5º A Ouvidoria Geral do Poder Executivo Municipal é constituída por uma Coordenadoria, cujo Coordenador será o Ouvidor Geral.

Parágrafo único. A Ouvidoria Geral prestará seus serviços inclusive através das Ouvidorias Setoriais, com a designação dos locais para recebimento das demandas, incluindo formulários nas secretarias para preenchimento dos solicitantes.

SEÇÃO II

Das Garantias da Ouvidoria

Art. 6º Para a consecução de suas atribuições é assegurado às Ouvidorias:

I - ter livre acesso a todos os setores do órgão ou da entidade onde atuam;

II - solicitar informações e documentos diretamente a quem os detenha no âmbito do órgão ou entidade em que atuam;

III - participar de reuniões e eventos em órgãos ou entidades relacionados à sua área de atuação e segmento de ouvidorias;

IV - formar comitês para apurar a opinião dos usuários dos serviços públicos.

§ 1º - As Ouvidorias deverão ter disponibilizados os recursos humanos e materiais adequados para garantir o conforto e a privacidade no atendimento, o arquivamento de documentos e os equipamentos necessários, atualizados e suficientes.

§ 2º - As Ouvidorias devem colocar à disposição dos usuários dos serviços públicos os meios e acessos necessários para atendimento, preferencialmente, eletrônico, telefônico, pessoal e por correspondência.

§ 3º - Os órgãos e as unidades a que se refere o artigo 3º deste decreto atenderão prioritariamente o que for solicitado pelas Ouvidorias, instruindo, sempre que possível, com documentos e observando rigorosamente os prazos estabelecidos.

SEÇÃO III

Dos Usuários da Ouvidoria

Art. 7º Usuário é todo aquele que utiliza ou que seja direta ou indiretamente interessado pelos serviços do órgão ou entidade no qual atuam as Ouvidorias, classificando-se em:

I – usuários internos: servidores do órgão ou entidade em que atuam as Ouvidorias;

II – usuários externos: cidadãos interessados nos serviços dos órgãos ou entidades em que atuam as Ouvidorias.

CAPÍTULO IV

Do Ouvidor

SEÇÃO I

Da Designação do Ouvidor

Art. 8º - Ouvidor é o representante dos cidadãos e usuários dos serviços públicos prestados pelo Município perante o órgão ou entidade em que atua.

Art. 9º - Ouvidor é a função exercida por mandato, de dedicação exclusiva, destinada à gestão da Ouvidoria e formalmente designado por ato do dirigente máximo dos órgãos ou entidades a que se refere o artigo 3º deste decreto.

Art. 10 – Salvo legislação específica, os Ouvidores terão mandato de 2 (dois) anos a partir de sua designação, sendo permitida a recondução.

Parágrafo único - Para efeitos deste artigo, a recondução poderá ocorrer de forma sucessiva, sem limite máximo.

SEÇÃO II

Dos Requisitos do Ouvidor

Art. 11 São requisitos essenciais do ouvidor:

I - Possuir formação superior completa;

II - Possuir conhecimento técnico em ouvidoria;

III – Possuir conhecimento de toda a instituição;

IV - Ter sensibilidade e paciência para ouvir;

V - Ter credibilidade e ser proativo;

VI - Possuir capacidade de análise crítica;

VII - Possuir capacidade de persuasão;

VIII - Ter maturidade na prevenção e solução de conflitos;

IX - Possuir capacidade de adaptação e flexibilidade;

X - Ter capacidade de gestão de sua própria equipe, promovendo sua capacitação constante e participação em atividades pertinentes.

Parágrafo único. Do Ouvidor e membros das Ouvidorias exige-se conduta ética compatível, nos termos dos estatutos dos órgãos e entidades em que atuam, bem como demais códigos de ética incidentes sobre sua atividade.

SEÇÃO III

Das Competências do Ouvidor

Art. 12 O Ouvidor Geral do Poder Executivo Municipal tem as seguintes competências:

I – coordenar a Ouvidoria garantindo o atendimento aos seus princípios e o exercício de suas atribuições;

II – selecionar o pessoal para composição da equipe de Ouvidoria setorial;

III – dirigir e coordenar o trabalho das unidades orgânicas subordinadas a Ouvidoria;

IV – representar a Ouvidoria interna e externamente ao órgão ou entidade em que atua;

V – atuar de ofício;

VI – controlar o cumprimento dos prazos previstos neste decreto;

VII – elaborar os relatórios da Ouvidoria;

VIII – garantir a racionalização de meios tendo em vista sua demanda e os fins a que se destina.

IX – despachar diretamente com o Controlador Geral do Município;

X – participar das reuniões do Secretariado quando convocado;

XI – submeter à consideração superior os assuntos que excedam à sua competência;

XII – propor qualquer alteração administrativa para a execução da programação da Ouvidoria e aperfeiçoamento dos serviços prestados;

XIII – desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e incumbidas pela Controladoria Geral do Município.

SEÇÃO IV

Das Garantias do Ouvidor

Art. 13 O Ouvidor deverá se reportar diretamente ao Controlador Geral e atuar em parceria com os Secretários municipais e presidentes de autarquias a fim de promover a qualidade do serviço, a busca da eficiência e da austeridade administrativa, no limite das garantias contidas neste decreto.

§ 1º Ao Ouvidor é garantida a autonomia na elaboração de pareceres, atos e relatórios, sendo vedada a alteração ou influência sobre estes.

§ 2º Os registros das manifestações, documentos e informações gerados em decorrência das atividades da Ouvidoria são de responsabilidade do Ouvidor, sendo vedada a exclusão, alteração ou eliminação destes por ordem superior ou do próprio Ouvidor, respeitando-se a regulamentação em vigor.

Art. 14 Os órgãos ou entidades de que trata o artigo 3º deste decreto devem prestar as informações solicitadas por suas Ouvidorias, no prazo estabelecido no artigo 20, garantindo a transparência e autenticidade dos registros e documentos fornecidos.

CAPÍTULO V

Dos Procedimentos

SEÇÃO I

Das Manifestações

Art. 15 O acesso à Ouvidoria Geral e Setoriais poderá ser realizado pessoalmente, de segunda à sexta-feira, no horário normal de atendimento, ou por meio de:

I – Carta endereçada à Ouvidoria Geral do Município;

II – Formulário via *internet*, no site da prefeitura, ou impresso conforme Anexo;

III – Ligação telefônica através do Disque Ouvidoria;

IV – Mensagem de texto e/ou multimídia através de aplicativos e redes sociais da ouvidoria (sms, messenger, whatsapp, telegram, etc);

V – Outras mídias disponíveis.

Parágrafo único. Os trotes serão encaminhados à autoridade policial.

Art. 16 Todas as manifestações a que alude o inciso I, do artigo 4º, deste decreto devem ser registradas.

Parágrafo único. Cabe às Ouvidorias providenciar junto aos usuários, quando possível, as informações complementares necessárias à compreensão do objeto e alcance de sua manifestação, antes dos encaminhamentos internos do expediente.

Art. 17 O Ouvidor poderá denegar o encaminhamento ou interromper o andamento da manifestação, mediante despacho fundamentado à Controladoria Geral, cujo conteúdo não traduza irregularidade, não tenha relação com as funções ou atividades desenvolvidas ou exija providências incompatíveis com as possibilidades legais da Ouvidoria, promovendo o arquivamento, comunicando o usuário e indicando sucintamente as razões da decisão.

Art. 18 Deverá o usuário ser orientado, e sempre que possível direcionado, quando o assunto não estiver no âmbito de atuação da Ouvidoria ou do órgão ou entidade em que atua.

Art. 19 As requisições e solicitações de providências feitas pela Ouvidoria devem ser respondidas pelas secretarias e órgãos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, somente através de correio eletrônico institucional ou, por outra forma, previamente ajustada entre a Ouvidoria e o Órgão demandado.

Parágrafo único. Ao receber a demanda da Ouvidoria, as secretarias e os órgãos vinculados a Administração Municipal devem informar o prazo em que irá atendê-la, bem como o cronograma de execução. Em caso de impossibilidade de atendimento, há a obrigação de justificativa fundamentada por escrito.

SEÇÃO II

Da Proteção dos Dados

Art. 20 Os dados pessoais do usuário contidos nas manifestações são de acesso restrito.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a identidade do usuário for essencial à tomada de providências no âmbito das Ouvidorias, tal situação deverá ser autorizada pelo usuário, sendo que havendo recusa, caberá o arquivamento do expediente.

Art. 21 As manifestações de autoria desconhecida ou incerta poderão ser admitidas quando forem dotadas de razoabilidade mínima e estiverem acompanhadas de informações ou de documentos que as apresentem verossímeis.

SEÇÃO III

Dos Prazos

Art. 22 O prazo máximo de resposta ao usuário será de 20 (vinte) dias corridos.

§ 1º O prazo deverá ser informado ao usuário, assim como a forma de acompanhamento.

§ 2º O prazo referido no “caput” deste artigo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o interessado.

§ 3º A tramitação interna das manifestações recebidas pela Ouvidoria deverá considerar o prazo estabelecido no “caput” deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Relatórios

Art. 23 Sem prejuízo dos relatórios parciais que se fizerem necessários e de relatórios em formatos e periodicidades estabelecidas internamente em cada Órgão ou Entidade, a Ouvidoria Geral deverá emitir relatórios mensais e trimestrais consolidados ao Controlador Geral do Poder Executivo Municipal, relatórios estatísticos com os tipos de manifestações mais frequentes, por secretaria, por local e período de tempo e avaliação qualitativa dos resultados.

Art. 24 Os relatórios das Ouvidorias são considerados documentos de interesse público e devem ter ampla divulgação.

Parágrafo único. O Ouvidor manterá permanentemente atualizadas as informações e estatísticas referentes às atividades realizadas no âmbito da Ouvidoria do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO VI

Da Rede de Ouvidorias

Art. 25 As Ouvidorias setoriais dos órgãos ou entidades de que trata este decreto compõem a Rede Municipal de Ouvidorias, parte integrante do Poder Executivo Municipal conforme dispõe o artigo 6° da Lei Municipal 361/2015, devendo, além do cumprimento da legislação de regência da matéria, cumprir as diretrizes estabelecidas pela Ouvidoria Geral no âmbito de suas respectivas competências, sob a responsabilidade da autoridade máxima de cada Órgão ou Entidade.

Art. 26 O Secretário de Administração, Planejamento e Gestão, ouvida a Ouvidoria Geral e Controladoria Geral, poderá baixar, mediante resolução e/ou instrução normativa, normas complementares para o adequado cumprimento deste decreto.

Art. 27 A Controladoria Geral e a Ouvidoria Geral promoverão a articulação da Rede Municipal de Ouvidorias com ouvidorias de outras esferas da Administração Pública, ouvidorias da iniciativa privada e entidades congêneres.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 28 A atividade das Ouvidorias é um direito dos cidadãos e usuários dos serviços públicos e um dever inerente a todos os Membros da administração pública, que devem:

I – facilitar, priorizar e auxiliar o encaminhamento das demandas proveniente das Ouvidorias, no âmbito de suas respectivas unidades;

II – informar as Ouvidorias sobre todas as alterações de procedimentos que interfiram no interesse dos usuários dos serviços públicos, mantendo sua atualidade;

III – instar as Ouvidorias a manifestar-se em todas as atividades que interfiram nos interesses dos usuários dos serviços públicos;

IV – resguardar a autonomia e independência das Ouvidorias, sendo vedado o acúmulo de funções pelo Ouvidor ou a atribuição de atividades alheias às suas competências, ressalvada a atuação de forma integrada com os SIC's (Serviços de Informações ao Cidadão).

Art. 29 Compete ainda a autoridade máxima do Órgão ou Entidade, em relação às Ouvidorias:

I – tratar das questões de Ouvidoria diretamente com o Ouvidor;

II – manifestar-se objetivamente sobre os apontamentos dos relatórios da Ouvidoria informando as providências adotadas ou justificando a ausência destas.

Art. 30 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, em Nortelândia - MT, ao 2º dia do mês de Fevereiro de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 02/02/2016

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

ANEXO

REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO/ SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Tipo de Manifestação: denúncia(_) crítica(_) reclamação(_) dúvida(_) sugestão(_) elogio(_) informação(_) solicitação(_)

Seu relacionamento conosco: Cidadão(_) Empresário(_) Mídia, rádio, tv(_)

Servidor(_) Órgão público(_)

Resposta preferencial: e-mail(_) telefone(_) pessoalmente(_) carta(_)

Nome: _____ Manter nome em sigilo?

E-mail: _____ Sim(_) Não(_)

Endereço: _____ Cidade:_____

Estado: _____ CEP: _____ Telefone: (____)_____

Registro de Manifestação/ Solicitação de Informação:

_____

_____

_____

_____

Nortelândia/MT, _____ de _____de _____ .

_____

Requerente

OBSERVAÇÃO:

Após o preenchimento e assinatura, o requerente deverá entregar este requerimento na **Ouvidoria/ SIC**, que funciona junto ao Depto. de Planejamento, localizado na Av. Pref. João Macaúba 82, Centro – Nortelândia/MT, CEP 78430-000 – fone **(65) 9667-1755**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhes conferem as Portarias Nº554/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016 – Sistema de Registro de Preços, referente à Contratação de empresa para Aquisição de materiais para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal, conforme descrito na Relação dos itens, sagraram-se vencedoras as empresas: **Coxipó Materiais Elétricos LTDA-MT**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.579.029/0001-63, COM VALOR DE 41.932,20 (QUARENTA E UM MIL NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS); **Delvalle Materiais Elétricos LTDA – ME** inscrita no CNPJ sob o nº 37.227.550/0001-58, COM VALOR DE 45.901,25 (QUARENTA E CINCO MIL NOVENCENTOS E UM REAIS E VINTE E CINCO); **3M Materiais Elétricos e construção LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.347.124 /0001-07, COM O VALOR DE 52.332,45 (CINQUENTA E DOIS MIL TREZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS) .

Nortelândia-MT, 03 de fevereiro de 2016.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial do Município de Nortelândia-MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhe confere as Portarias nº 554/2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 021/2015, referente contratação de empresa para prestação de serviços de serralheria, com a realização de consertos, pequenos reparos, manutenção em construção civil e demais instalações, com e sem fornecimento de material, destinados às Secretarias e Fundos municipais, conforme anexos do Edital, restou **DESERTA,** tendo em vista o não comparecimento de nenhum participante para sessão de licitação.

Nortelândia-MT, 03 de fevereiro de 2016.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial do Município de Nortelândia-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA LG FERREIRA ME CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 CONFORME AS CLAUSULAS A SEGUIR:

MOTIVOS

De conformidade com as motivações administrativas nº 154/2016 constantes na justificativa apresentada pela comissão de Carnaval a administração decidem celebrar este termo aditivo de Valor de R$ 1.600,00 (Hum Mil, Seiscentos Reais), que representa pouco mais de 6% do valor original do contrato de R$ 27.100,00 (Vinte e Sete Mil Cem Reais) com o acrescimo chegar-se-a de R$ 28.700,00 (Vinte e Oito Mil, Setecentos Reais) referente a Contratação de empresa especializa em prestação de serviços de Locação e Montagem de Palco Coberto, Sonorização e Iluminação profissional e Grades inibidoras para o BananaFolia 2016 do Município de Nossa Senhora do Livramento.

DO VALOR

Dotação-Programa-Projeto/Atividade, Natureza da Despesa- Fonte - Valor.					
Dotação	Programa	Projeto/ Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
50064	Gestão da Cultura	2267 – Fundo de cultura e turismo	33.90.39.00 – Outros serviços de terceiro pessoa jurídica	100	R$ 1. 600,00
VALOR TOTAL (R$)	R$ 1. 600,00				

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente termo aditivo na Lei 8.666/93 e parecer jurídico nº 022/2016.

RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

Contratante

EMPRESA LG FERREIRA ME

CNPJ: 09.685.731/0001-92

REPRESENTADO PELO SENHOR LUIZ GONÇALVES DE OLIVEIRA,

RG: 00197157743 DETRAN/MT E CPF: 177.323.019-00,

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 012/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 012/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias) a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: **Lote4 -** Contratação de serviços de construção de Quadra Poliesportiva coberta na comunidade de Cristal neste Município. Objeto do contrato n.º 73/2014, cuja empresa contratada é a ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTADA EPP, inscrita no CNPJ nº 061820820001-19, situado na Rua Marzagão nº 06 Bairro Centro Empresarial CPA1, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 012/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 97/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 97/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: **Lote 3-** Contratação de serviços de Construção de Calcadas em diversas ruas da Sede deste Município, objeto do contrato n. º 76/2014, cuja empresa contratada é a ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTADA EPP, inscrita no CNPJ nº 061820820001-19, situado na Rua Marzagão nº 06 Bairro Centro Empresarial CPA 1 , na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 97/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 098/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 098/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: Construção de 10 poços tubulares nas comunidades de Mata Cavalo de Cima, Aguaçú, Mata Cavalo, São Manoel do Pari, Jacaré, Ninho das Águias, Campo Alegre de Baixo, Pedro, Capão Redondo e Santana no Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme especificações constantes no edital e seus anexos a que este contrato se vincula. Contrato n.º 075/2014, cuja empresa contratada é a GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇAO E COMERCIO LTADA - EPP., inscrita no CNPJ nº 035075140001-26, situado na Rua Polônia quadra 12 casa 11 Bairro Jardim Europa, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 098/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº: 00013/2016

DECRETO Nº: 00013/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 86.178,38 (OITENTA E SEIS MIL E CENTO E SETENTA E OITO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.001.449051.12.361.0016.01007 OBRAS E INSTALAÇÕES

86.178,38

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o

proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.001.339039.12.361.0016.01007 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

86.178,38

86.178,38

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO 86.178,38

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 099/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 099/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: Lote 5- contratação de serviços de iluminação do Mini Estádio Rogério Jesus de Arruda contrato n.º 74/2014, cuja empresa contratada é a Empresa Laluce Construções Ltda. - EPP, Inscrita no CNPJ nº 036219480001-52 situado na Rua das Violetas nº 325 CEP 78043142, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 099/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 100/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 100/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: Lote1- Reforma em geral e climatização do Centro de Eventos Antonia de Campos Maciel, localizada no centro desta cidade. Objeto do contrato n.º 73/2014, cuja empresa contratada é a ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTADA EPP, inscrita no CNPJ nº 061820820001-19, situado na Rua Marzagão nº 06 Bairro Centro Empresarial CPA1, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 100/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 101/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 101/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado:. **LOTE 6 -** Contratação de serviços de reforma em geral de 03 (três) praças localizada na Sede deste Município cuja empresa contratada é a ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTADA EPP., inscrita no CNPJ nº 061820820001-19, situado na Rua Marzagão nº06 Bairro Centro Empresarial CPA1, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 101/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA CONVÊNIO 102/2013

TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

CONVÊNIO 102/2013

Aos dois dias (04) dias do mês de janeiro (01) de dois mil e quinze (2016), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, através do processo administrativo nº 01/2016 da coordenadoria de Convenio Municipal solicita a prorrogação do Termo de Paralisação de obras por mais 90 (Noventa dias)a contar do fim da vigência do último termo, devido a não liberação de recursos por parte do Governo do Estado/Secretaria das Cidades – SECID e a necessidade de correções dos projetos relativos às obras do convenio abaixo citado: **Lote 2-** construção de 02(dois) Mini Estádio, sendo 01 na Comunidade de Mata Cavalo e 01 no Distrito de Faval neste Município objeto do contrato n.º 76/2014, cuja empresa contratada é a ADM OESTE CONTRUTORA E LOCADORA LTADA EPP, inscrita no CNPJ nº 061820820001-19, situado na Rua Marzagão nº 06 Bairro Centro Empresarial CPA1, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 102/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 04 de Janeiro de 2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CARTA-CONTRATO Nº 004/2016

CARTA-CONTRATO Nº 004/2016

CARTA CONTRATO Nº 004 2016, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A Empresa Global Gestão Publica Ltda objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços elaboração e inserção de dados referente aos relatórios SIOPE, SIOPS e SICONFI, para atender o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, visando obter informações dos referidos relatórios. NA FORMA A SEGUIR:

DO OBJETO

O presente Termo trata da contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços elaboração e inserção de dados referente aos relatórios SIOPE, SIOPS e SICONFI, para atender o setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, visando obter informações dos referidos relatórios.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária.

Dotação	Programa	Proj/Ativ	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
040021	Gestão Administração e Planejamento	2089 – Manutenção das atividades de Administração e planejamento	33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	100	2. 000,00
050018	Gestão educação	2045 – Manutenção e encargos da educação	33.90.39.00 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	100	2. 000,00
VALOR TOTAL (R$)			4.000,00		

Lei nº 8.666/93.

DA EXECUÇÃO E VIGENCIA

Os trabalhos serão realizados na sede da contratada e sua vigência será de 01 (um) mês e consistem em:

Escopo de Fornecimento:

SIOPE - Elaboração e inserção dos dados do exercício 2015 SIOPS – Elaboração e inserção dos dados 5º Bimestre de 2015 6º Bimestre de 2015 SICONFI - Elaboração e inserção de dados

Balanço Geral de 2015

RGF – 6º Bimestre 2015

RREO – 5º Bimestre 2015

RREO – 6º Bimestre 2015

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Fevereiro 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa Global Gestão Publica Ltda

CNPJ/Nº 20.592.197/0001-

representante legal Sr. Wisley Rone Clemente

RG: 0918087-7 SJ/MT e CPF: 835.358.021-72

CARTA-CONTRATO Nº 003/2016

CARTA-CONTRATO Nº 003/2016

CARTA CONTRATO Nº 003 2016, QUE CELEBRAM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO** E A Empresa INOVAGEO COMERCIO DE MATERIAIS E PRODUTOS TECNICOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME objetivando a aquisição de **MANTA GEOMEMBRANA PARA ATERRO SANITÁRIO** para atender a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura", NA FORMA A SEGUIR:

OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE MANTA DE GEOMEMBRANA PARA O ATERRO SANITÁRIO, escritos e especificados na Dispensa de Licitação nº 009/2015, processo administrativo nº 069/2016.

Item	**Qt**	**Und**	**Especificações**	**Preço Unit R$**	**Preço Total R$**
1	590	M²	Manta Geomembrana de PEAD, lisa de 1 mm de espessura e 5,90 m de largura	15,45	R$ 9. 115,50
Valor Total: R$ 9. 115,50					

VIGENCIA

A execução do objeto deverá iniciar-se conforme solicitação da Secretaria, após a emissão da ordem de compras. A vigência do presente será até 01(um) mês contados da data da sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Para atender as despesas advindas desta contratação serão utilizados recursos da Secretaria Municipal da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Programa	Projeto Atividade	Natureza/Despesa	Fonte	Valor Valor (R$)

080042	Obras e infraestrutura	1941 – Gestão Saneamento	33.90.30 – Material de consumo	100	9.115,50

Nossa Senhora do Livramento, 04 de Fevereiro 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa INOVAGEO COMERCIO DE MATERIAIS E PRODUTOS TECNICOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME,

CNPJ/Nº 20.229.836/0001-70

Sr. LUCAS ZANELLA FRANÇOSO

do RG: 47.486.110-7 SSP/MT e CPF: 427.042.798-10

CONTRATO Nº. 02/2016

CONTRATO Nº. 02/2016

Contrato particular de Prestação de Serviços de Assistência e Consultoria Atuarial, que firmam entre si, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.303.941/0001-92, com sede social na Av. Cel. Botelho, nº 20, Bairro Centro, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, neste ato representado pelo Diretor Executivo, **ELIAS EUGENIO DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 214979 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 208.818.511-91, residente e domiciliado à Rua: Lívio Mendes, S/N, Bairro Coah Velha, Nossa Senhora do Livramento – MT, aqui denominado simplesmente CONTRATANTE, e I. **F. GARCIA E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.541.510/0001-20, com sede social à Rua Monsenhor Trabaure, 210, Bairro Centro, Cuiabá - MT, CEP 78.005-380, neste ato representado pelo Diretor, Sr.IGOR FRANÇA GARCIA,brasileiro, casado, portador do CPF nº 013.475.576-60, residente e domiciliado na Rua Polônia, nº 8, Bairro Jardim Europa, CEP 78.065-445, Cuiabá – MT, Fone (65) 3621-8267, (65) 9242-8876, e-mail igor_atuario@hotmail.com, denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as disposições expressas nas cláusulas á seguir

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos no acompanhamento da carteira de investimento, com o objetivo do cumprimento da Meta Atuarial e do Plano Anual de Investimentos - PAI, conforme exigência da Resolução CMN 3. 922/10.

CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

Os trabalhos serão realizados na sede da contratada e consistem em:

1. PAI - Elaboração do Plano Anual de Investimentos – PAI baseado no estudo de ALM**,** cf. exige o Art. 4 da Resolução CMN 3.922/10.

2. Relatório completo Anual, conforme exigido pelo art. 3º, III da Portaria 519/2011 e no Balanço Anual,da situação financeira da carteira de investimentos, analisando o cumprimento da Meta Atuarial e a manutenção do poder de compra dos recursos financeiros.

3. Demonstrativo analítico dos investimentos, exigidos no Balanço Anual peloitem nº 12 do TCE**,** conforme exigência da portaria MPS 916/2003.

4. Notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no BalançoAnual pelo item nº 13 do TCE**,** sobre as Demonstrações Financeiras contendo, dentre outros: A avaliação da situação patrimonial e a avaliação e contabilização dos investimentos; os critérios utilizados para constituições de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com indicação dos efeitos no patrimônio do RPPS.

5. Relatórios Trimestrais dos Investimentos conforme exigido pelo **art.** 3º, V da Portaria 519/2011 e nos Balancetes de Março, Junho, Setembro e Dezembro,peloitem nº 34 do TCE**,** detalhando a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS com título, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, variável e imóveis**.**

6. Pareceres mensais dos Investimentos conforme exigido pelo art. 3º, II, da Portaria 519/2011 e pelo item nº 47 do TCE**,** analisando as aplicações da carteira de investimento do RPPS, sua rentabilidade, o enquadramento dos fundos e sugerindo novas aplicações, caso as pertencentes pelo instituto não estejam atendendo a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial.

7. Planilha DAIR/CADPREV e APR – Envio de uma planilha, contendo todas as informações relevantes dos fundos de investimento como valor da cota, patrimônio líquido, enquadramento perante a Resolução CMN vigente, segmento, taxa de performance, *rating*, no intuito de auxiliar o preenchimento do **DAIR** e os **APR** á cada aplicação e resgate feito pelo RPPS.

8. Auxílio no preenchimento dos Modelos de Credenciamento *(Instituição Financeira, Fundos de Investimentos e prestadores de serviço)* conforme exigido pela Portaria MPS 440/2013**,** disponibilizando as informações como registro de funcionamento emitido pelo Banco Central e pela CVM e qualquer ato impeditivo emitido por estes órgãos, além do histórico dos fundos e de seus responsáveis *(Administrador, Gestor e Distribuidor)*.

9. Pareceres Avulsos, analisando novos fundos de investimentos á pedido do gestor do RPPS, limitados a dois pareceres e quando houver qualquer alteração na legislação vigente dos investimentos que envolvem os RPPS e mudanças no cenário macroeconômico.

10. Disponibilidade de Palestras voltada aos responsáveis do Instituto Previdenciário, onde apresentaremos o comportamento das aplicações financeiras no ano vigente e o seu cumprimento da Meta Atuarial, com ônus adicional somente para custear o translado, alimentação e hospedagem, se necessário.

CLÁSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços e os prazos descritos serão executados conforme explicitados na cláusula anterior, desde que disponibilizado as informações necessárias pelo cliente para a elaboração dos pareceres descritos. Os serviços terão início na data de assinatura do presente contrato com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 02 anos a critério das partes, com termo aditivo.

CLÁSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela execução dos trabalhos será do profissional Igor França Garcia, atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária sob o registro MIBA /RJ 1.659, certificado pela ANBIMA CPA – 10 e ANBIMA CPA – 20 e Consultor de Valores Mobiliários credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente contrato com relação á Assessoria Investimentos é de R$ 6.000,00 (Seis mil e reais), que serão pagos em 12 parcelas no valor de R$ 500,00 (Quinhentos reais), pagos até o 5º dia útil de cada mês. Os pareceres e relatórios anteriores á assinatura do contrato, só serão elaborados mediante pagamento dos mesmos períodos anteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA POR ATRASO

As parcelas pagas em atraso sofreram multa de 5% mais correção de 2%. a.m.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária sob o n 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

CLÁUSULA OITAVA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Dá-se, por dispensa de processo licitatório, à guia do inciso II, artigo 24, da Lei Federal no 8.666, de 08/06/93, e suas posteriores atualizações, a contratação da prestação dos serviços convencionados.

CLAÚSULA NOVA – DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações da ***Contratante:***

Efetuar os pagamentos previstos na cláusula terceira deste instrumento.Fornecer os dados pertinentes e necessários para a Avaliação Atuarial, sempre que solicitados pela *CONTRATADA*.

II - São obrigações da *Contratada*:

Proceder às alterações concernentes a mudanças na legislação;Manter sigilo absoluto dos resultados apurados;Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENOVAÇÃO

O presente contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo e atualizado pelo IGP-M/FGV por acumulação positiva.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E PENALIDADES

O presente contrato ficará de pleno direito, rescindido, em caso de inexecução total ou parcial, ficando o *CONTRATANTE* no direito de retomar os serviços e aplicar multas na *CONTRATADA*, além de exigir, se for o caso, indenização. Os casos de rescisão administrativa são os previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, aplicando-se as penalidades contratuais previstas, e as penalidades previstas na mencionada legislação (art. 80-Lei 8. 666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, e considerando o presente Contrato juridicamente perfeito, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para os mesmos efeitos legais, na presença das testemunhas signatárias.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 04 de Janeiro de 2016.

_____

***Instituto de Previdência dos servidores públicos do município de Nossa Senhora do Livramento* - MT**

Contratante

_____

___

H. Bosa & F. Garcia LTDA.

Sr.Igor França Garcia

Sócio Diretor

Contratado

Testemunhas:

_____

_____

CPF: CPF:

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA PREVIDENCIÁRIO N.º 01/ 2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

N.º 01/2016

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado o **– INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA MUNICIPAL – NOSSAPREVI,** sito a Av. Coronel Botelho, Nº 20 - Centro, Nossa Senhora do Livramento – MT, devidamente cadastrado no CNPJ sob n.º 03.303.941/ 0001-92, representado, na forma de sua Lei, pelo Diretor Executivo Senhor**ELIAS EUGENIO DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № **214979** SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 208.818.511-91, residente e domiciliado à Rua: Lívio Mendes, S/N, Bairro coah velha, Nossa Senhora do Livramento – MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado, VITA SYSTEM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA devidamente cadastrada no CNPJ sob n.º. 13.307.460/0001-09, situada na Av. dos Tamoios, nº 729 – Parque Ohara – Cuiabá – MT, neste ato representado por **BELCHIOR BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portadora do CPF: 864.383.441-68 e do RG. 12393886 SSP-MT, residente na Av. dos Tamoios, nº 729 – Parque Ohara – Cuiabá–MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste em locação de software previdenciário e serviços de assessoria jurídica continuada na área previdenciária, conforme descrição abaixo:

A) LOCAÇÃO DE SOFTWARE

A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE** Serviço de Locação de Software para gerenciamento da previdência e consultoria na informação de certificado de regularidade previdenciária, atendendo todas as normas da Lei n.º 9.717 de 27/11/98 e a Portaria n.º 4.992 de 05/02/99, o software trará recursos exigido pelo governo federal na reforma da previdência conforme art. 12 da Portaria anterior mencionada, sendo:

I – Nome, matrícula remuneração e cadastro completo com todos os dados referente ao segurado;

II – Valores mensais e acumulados da contribuição do segurado e do respectivo ente estatal referente ao servidor;

III – Cientificar o segurado através de extratos anual de seu registro individualizado;

O software oferece ainda mais vantagens, como calculo de proventos, calculo de tempo de serviço para aposentadoria, registros bancários para controle da gestão financeiro e diverso recursos e relatórios para a **CONTRATANTE**.

B) ASSESSORIA PREVIDENCIARIA

1 . Assessoria e acompanhamento na instrução dos processos de aposentadorias e pensões, solicitados pelos segurados do regime próprio de previdência, realização de processos.

DA FORMA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Os serviços previstos na clausula anterior, serão executados mediante acompanhamento e orientação nos problemas de locação de software ao CONTRATANTE, com visitas de técnicos especializados quando solicitados; nos problemas de natureza previdenciária, de concessão de benefícios, através de telefone, fax e/ou correio eletrônico. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo para a prestação dos serviços da locação do, Softprev – Software de Previdência terão início a partir da assinatura do presente contrato até 31/12/2016, podendo a critério da **CONTRATANTE**, ser prorrogado através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se:

I - Alocar os recursos necessários à execução do presente contrato, bem como efetuar os pagamentos correspondentes;

II - Acompanhar os serviços, a quem caberá avaliar e receber os relatórios dos serviços executados, bem como autorizar o pagamento das faturas da **CONTRATADA**;

III - Reconhecer o caráter exclusivo dos serviços, objeto do presente contrato, junto a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se:

I - Debater com a **CONTRATANTE** todo o trabalho a ser desenvolvido bem como tomar decisões referente ao serviço;

II - Solicitar à **CONTRATANTE**, de uma única vez, toda a documentação necessária ao desenvolvimento dos trabalhos, objetos do presente contrato, a fim de não comprometer a continuidade dos serviços ora contratos;

III - Manter informada a **CONTRATANTE** sobre o andamento dos trabalhos e objetos de contrato;

IV - Manter sigilo de todas as informações e dados da **CONTRATANTE** que venha a Ter acesso em decorrência do presente ajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS E FATURAMENTO

Pela prestação dos serviços de locação do SOFTPREV ora ajustados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, o valor global de: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), sendo as parcelas mensais no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais.

CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS

Os recursos utilizados para concretização do presente contrato correrão pôr conta da seguinte dotação orçamentária: **12.01.09.122.0094.2.038-3. 3.90.39.00.09 – Locação de Softwares.**

CLÁUSULA OITAVA - DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato rege-se pela Lei n.º 8.666/93 atualizada pela de n.º 8. 883/94, dispensável de licitação, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato pelas partes constitui motivos para rescisão contratual, e a mesma dar-se-á independentemente de interpelação ou notificação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGALIDADE

A CONTRATADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 e 78 da Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA ONZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento das cláusulas do presente contrato sujeitará qualquer uma das partes, a multa de mora de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DOZE – DAS MULTAS

A multa que alude a cláusula anterior, não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Legislação pertinente.

CLÁUSULA TREZE – DA LICENÇA PARA USO DO SOFTWARE

A contratada concede a contratante o direito de uso de uma cópia do software, denominado **SOFTPREV**, podendo o mesmo estar conectado em rede, o que dá a esta o direito de acesso ao sistema por meio de outros computadores, sendo vedada à duplicação dos softwares objeto deste contrato, ficando o infrator sujeita às penalidades previstas na Lei nº 7.646/87, que prevê pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e indenização que pode chegar ao valor de 2.000 (duas mil) cópias para cada cópia instalada ilegalmente.

CLAUSULA QUATORZE - DO FORO

As partes consignadas, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Livramento/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 04 de Janeiro de 2016.

_____

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - NOSSA PREVI

CONTRATANTE

_____

VITA SYSTEM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

NOME: NOME:

RG N.º: RG N.º:

CPF N.º: CPF N.º:

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 012/2015

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 012/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E ADWALDO DE OLIVEIRA FERRAZ **CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2015, MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015** AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 152/2016 de aditivação de conforme a Lei 8666/93 decide celebrar este termo aditivo de prazo referente à contratação de Profissional especializado na execução em **Serviços de Manutenção em Rede Telefônica e na infraestrutura já existente**, visando atender as Secretarias de Administração, Educação, Obras, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Rural.

DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá sua vigência de 04 (quatro) meses a partir de sua assinatura.

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente aditivo na Lei 8.666/93 e parecer jurídico nº 023/2016.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 012/2015 em 02 (dois) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Janeiro de 2016.

CONTRATANTE:

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Adwaldo de Oliveira Ferraz

RG: 0801437-0 SSP/MT

CPF: 587.079.901-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2013

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2013

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADO: SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE

NOVA BRASILÂNDIA/MT

OBJETO: Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 08 (oito) meses, vigorando de 07 de Janeiro de 2016 até 07 de Setembro de 2016, por se tratar de realização de serviços essenciais executados de forma contínua, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de prejuízo do interesse público.

VALOR GLOBAL: R$ 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais)

VIGENCIA: 07/01/2016 a 07/09/2016

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

DIRETOR: SILVIO SANTOS DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

GABINETE
PORTARIA N.º 005/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **JOSE AGNALDO MOREIRA**, portador do RG de nº 1.135.691-0 SSP/MT e CPF de nº 536.508.831.04, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 002/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES**, portador do RG 330701 SSP/MS e CPF nº 415.110.261.20, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 008/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **EDMAR JOSE RIZZATO**, portador do RG de nº 19504357 SSP/PR e CPF de nº 026.921.141.16, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE LICITAÇÃO**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 009/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **CRISTINA ALVES MARANI**, portadora do RG de nº 1.375.209-0 SSP/PR e CPF de nº 970.283.801.06, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 007/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **DINEI GOMES DAMACENA**, portador do RG de nº 5292392-1SSP/MT e CPF de nº 748. 658.469.72, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 004/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **RODRIGO APARECIDO DA SILVA**, portador do RG de nº 21461473 SSP/MT e CPF de nº 045.351.001.95, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 010/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **ORLANDO GEORG KOTTEL**, portador do RG de nº 31086698 SSP/PR e CPF de nº 539.697.829.53, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE SAÚDE**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 006/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação a servidora **MARIA TEREZA LAGE SILVA**, portadora do RG nº 1344691-6 SSP/MT e CPF nº 253.958.901.49,, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE AÇÃO SOCIAL**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 011/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **ADIANA LUNA RIBEIRO**, portadora do RG 1.445.317-7 SSP/MT e CPF nº 960.422. 571.53, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR FINANCEIRO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 012/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **LEANDRO VIANA DA SILVA**, portador do RG de nº 9069338.7 SSP/PR e CPF de nº 010.543.401.96, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR DE IDENTIFICAÇÃO**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 003/2016

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: NOMEAR, nos termos da legislação o servidor **DIRCEU FERREIRA DAS NEVES,** portador do RG 816.066 SSP/MT e CPF nº 420.017.061.20, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS**,da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 194/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **LEANDRO VIANA DA SILVA**, portador do RG de nº 9069338.7 SSP/PR e CPF de nº 010.543.401.96, nomeado pela Portaria 171/2015, de 21 de dezembro de 2015 do Cargo em Comissão de**"CHEFE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO - AMT"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 193/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **EDEMILSON BITENCOURT VACARO,** portador do RG nº 12934631 SSP/MT e CPF nº 976.504.121.72, nomeado pela Portaria 038/2014, de 10 de março de 2014 do Cargo em Comissão de**"COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 192/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente a servidora **JUCELI KUFFEL NOGUEIRA**, portadora do RG 09231072 SSP/MT e CPF nº 925.808.661.91, nomeada pela Portaria 223/2013, de 14 de novembro de 2013 do Cargo em Comissão de **"COORDENADOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 191/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **BRUNO DE ALMEIDA CALVI**, portador do RG de nº 10.508.910-4 SESP/PR e CPF de nº 061.355.779.48, nomeado pela Portaria 026/2015, de 05 de Fevereiro de 2015 do Cargo em Comissão de**"COORDENADOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 190/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente a servidora **SANDRA MACHADO MATOS RODRIGUES**, portadora do RG de nº 1. 284.777-1 SSP/MT e CPF de nº 887.257.231.20, nomeada pela Portaria 092/2015, de 07 de abril de 2015 do Cargo em Comissão de**"CHEFE DE GABINETE"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 189/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **JOSE AGNALDO MOREIRA**, portador do RG de nº 1.135.691-0 SSP/MT e CPF de nº 536.508.831.04, nomeado pela Portaria 054/2015, de 02 de março de 2015, da função gratificada **"FG – 3"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 188/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **JOALDO FURTUNATO DE SOUSA PIRES**, portador do RG 330701 SSP/MS e CPF nº 415.110.261.20, nomeado pela Portaria 214/2013, de 14 de novembro de 2013, da função gratificada **"FG – 2"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 195/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **RODRIGO APARECIDO DA SILVA**, portador do RG de nº 21461473 SSP/MT e CPF de nº 045.351.001.95, nomeado pela Portaria 090/2015, de 07 de abril de 2015, da função gratificada **"FG – 6"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 187/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **DINEI GOMES DAMACENA**, portador do RG de nº 5292392-1SSP/MT e CPF de nº 748.658.469.72, nomeado pela Portaria 070/2015, de 16 de março de 2015, da função gratificada **"FG – 2"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 186/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente a servidora **DEBORA ELIZIA DE SOUZA**, portadora do RG de nº 1.268.833-9 SSP/MT e CPF de nº 998.130.681.91, nomeada pela Portaria 114/2015, de 11 de maio de 2015, da função gratificada **"FG – 6"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 185/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **LAERCIO TIBURCIO,** portador do RG 919.022 SSP/MT e CPF nº 468.705. 801.97, nomeado pela Portaria 011/2015, de 22 de janeiro de 2015, da função gratificada **"FG – 6"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE
PORTARIA N.º 184/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: REVOGAR, nos termos da legislação vigente o servidor **ORLANDO GEORG KOTTEL**, portador do RG de nº 31086698 SSP/PR e CPF de nº 539.697.829.53, nomeado pela Portaria 073/2015, de 23 de março de 2015, da função gratificada **"FG – 5"**, da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 002/2015

Na edição do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 2.378 de 22/12/2015, página 344 onde se lê:

VALOR: R$: 39.900,00 (Trinta e nove mil e novecentos reais)

Leia-se:

VALOR:R$: 39.000,00 (Trinta e nove mil reais)

Ailton Antônio Moreno Arévalo

Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 020/2015

O Senhor AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1.° - **EXONERAR,** nos termos da legislação vigente o Servidor **MILTON RIBEIRO**, portador do RG nº 724.657 SSP/MT e CPF nº 420.019. 351-53, do cargo de Vigia para qual foi admitido por concurso público, conforme convocação por meio da Portaria nº 003/2004 de 15 de Janeiro de 2004 da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, com efeitos retroativos a 01 de Dezembro de 2015.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3.° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÂ DO NORTE/MT, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015

AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO 1º Secretário da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 003/2016

O Senhor AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO, Presidente da Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1.° - **NOMEAR**a Comissão de Licitação – CPL, como órgão colegiado incumbido de instrumentalizar os procedimentos licitatório a serem realizados pela Câmara Municipal de Nova Canaã – MT, durante o exercício de 2016.

ART. 2º - A composição da Comissão Permanente de Licitações – **CPL**, para o exercício de 2016 será composta pelos seguintes membros:

Presidente – MARIA ANDRÉA BEZERRA DE SOUZA

Membro - MARCIO EGIDIO DA SILVA

Membro - MARIA JOSÉ LOPES DOS SANTOS SENA

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4.° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CANAÂ DO NORTE/MT, EM 04 DE JANEIRO DE 2016

AILTON ANTÔNIO MORENO ARÉVALO Presidente da Câmara Municipal

Registrada na Secretaria da Câmara Municipal, e publicada por afixação no local de costume na data supra.

EDILSON LOURENÇO MÁXIMO 1º Secretário da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA;

CONTRATADO: PAULO SERGIO DIAS POSTO - EPP;

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte; Prorrogação de prazo; O período de vigência ser estenderá até 31/03/2016.

Nova Lacerda – MT, 29 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 001/2015 PROCESSO 02/2015

OBJETO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 2.000 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO E TRAÇADO COM 12/14M³ 6X4; QUATRO (4) MESES, LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO PICKUP 4X4, CABINE DUPLA E 800 HORAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA PESO OPERACIONAL MÍNIMO 23 T.

CONTRATANTE; CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR R$ 336.000,00 (TREZENTOS TRINTA SEIS MIL REAIS .

Nova Lacerda- MT **01 de fevereiro 2016.**

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA;

CONTRATADO: L. FRANCISCO NUNES E CIA LTDA;

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte; Prorrogação de prazo; O período de vigência ser estenderá até 31/03/2016.

Nova Lacerda – MT, 29 de dezembro de 2015.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0002/2016

PROC. LICITATÓRIO: 002/2015 PREGÃO PRESENCIAL:001/2015

OBJETO; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 2.000 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO E TRAÇADO COM 12/14M³ 6X4; QUATRO (4) MESES, LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO PICKUP 4X4, CABINE DUPLA E 800 HORAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA PESO OPERACIONAL MÍNIMO 23 T.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 01de Fevereiro 2016

CONTRATANTE; CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR R$ 336.000,00 (TREZENTOS TRINTA SEIS MIL REAIS .

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 04 Fevereiro 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2016

EMENTA:FICA DECLARADO PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NO DIA 08 (OITO) E PERÍODO MATUTINO DO DIA 10 (DEZ) DE FEVEREIRO DE 2016, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES,PREFEITA EM EXERCICIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

DECRETA:

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas, diante da diminuição de receita, pelo baixo índice de arrecadação do FPM;

CONSIDERANDO o custo benefício dos serviços prestados diante das interrupções do feriado do dia 09 (nove) de fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis);

CONSIDERANDO a pequena quantidade de servidores do município acarretando sobrecarga de serviços e os mesmos necessitam de descanso, lucrando o município com o aumentando da produtividade;

CONSIDERANDO que as horas não laboradas pelos Servidores, serão compensadas em igual número, oportunamente;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público, a exigir a manutenção dos serviços essenciais, assim como a uniformidade na conduta entre os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 08 (oito) e no período matutino do dia 10 (dez) de fevereiro de 2016;

Art. 2º - Os serviços essenciais como coleta de lixo, limpeza pública, Saúde pública, e outros que não admitem paralisação funcionarão normalmente.

Art. 3º –Os órgãos da administração pública municipal retornarão as suas atividades normais no período vespertino do dia **10/02/2016** a partir das **13h00min**.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS QUATRO DIAS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES

PREFEITA EM EXERCICIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 005/2016

EMENTA: CONCEDE REVISÃO ANUAL RELATIVA AO PERCENTUAL ACUMULADO DO INPC EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE), AS DIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES,prefeita em Exercício do município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal e o § único do Art. 8º da Lei Municipal n.º 649 de 24 de abril 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Concede a revisão anual de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos percentuais) - INPC/2015 – Fonte IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, aos valores das diárias dos servidores do poder executivo conforme dispõe o art. 8º da Lei Municipal n.º 649 de 24 de abril 2013.

Parágrafo único - Esta concessão é extensiva a todos os valores das diárias dos servidores e agentes políticos do poder executivo.

Art. 2º - O valor da diária do prefeito de Nova Marilândia – MT, por dias de Afastamento do município será de R$ 623,87(seiscentos e vinte e três reais e oitenta e sete), quando em área interna do Estado de Mato Grosso, e no valor de R$ 873,42 (oitocentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) quando das demais áreas do território nacional.

Art. 3º - Para os assessores e Secretários Municipais fica recomposta a diária em R$ 311,93 (Trezentos e onze reais e noventa e três centavos) em área interna do Estado de Mato Grosso, e R$ 436,71 (quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos), quando das demais áreas do Território Nacional;

Art. 4º - Para os demais servidores públicos municipais deste município de Nova Marilândia - MT, a diária por dia de afastamento do Município, fica recomposta no valor de R$ 234,60 (duzentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos);

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 29 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES

PREFEITA EM EXERCICIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATADA: PERFORMANCE ASSESSORIA PUBLICA

OBJETO: Contratação de empresa de Serviços Técnicos Especializados em assessoria continuada nas áreas previdenciária, na concessão de benefícios, assessoria jurídica e locação de Software para gerenciamento de Regimes Próprios de Previdência para os meses de Fevereiro à Dezembro de 2016.

VALOR: R$ 8.999,98

VIGENCIA: 01/02/2016 à 31/12/2016.

CONTRATO Nº 02/2016

CONTRATANTE: PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATADA: AGILI SOFTWARE PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

OBJETO: Contratação de locação, manutenção e atualização de Software de Contabilidade Pública, Recursos Humanos, Patrimônio e Portal da Transparência para gerenciamento de Regimes Próprios de Previdência para os meses de Fevereiro à Dezembro de 2016.

VALOR: R$ 9.787,03

VIGENCIA: 01/02/2016 à 31/12/2016.

CONTRATO Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATADA: H. BOSA & F. GARCIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos no acompanhamento da carteira de investimento, com o objetivo do cumprimento da Meta Atua-

rial e do Plano Anual de Investimentos – PAI, para os meses de Fevereiro à Dezembro de 2016.

VALOR: R$ 7.199,94

VIGENCIA: 01/02/2016 à 31/12/2016.

CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

CONTRATADA: H. BOSA & F. GARCIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assistência e Consultoria Atuarial para o exercício de 2016.

VALOR: R$ 3.200,00

VIGENCIA: 01/02/2016 à 31/12/2016.

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO CONTAS ANUAIS

FERNANDA LEHMANN NAGEL, Vereadora Presidente da Câmara Municipal do Município de Nova Monte Verde – MT, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal, art. 209 da Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, **COMUNICA** que a partir da presente data, as **CONTAS ANUAIS DE GOVERNO da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, referente ao Exercício de 2014,** estão à disposição para exame e apreciação dos interessados, na sede da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT, localizada na Rua Manoel Rodrigues de Souza, nº 030, das 07:00 às 13:00 horas, conforme termos da Legislação pertinente vigente.

NOVA MONTE VERDE-MT., 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

FERNAND LEHMANN NAGEL

VEREADORA PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2016.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 003/2016

PROCESSO Nº. 003/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sra. **Railda de Fátima Alves**, brasileira, casada, agropecuarista, residente e domiciliada à Av. Jorge Amado, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2219064SSP/GO e inscrita no CPF sob nº 645.061.931-72, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP**, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 04.002.000/0001-81, estabelecida à Rua Principal, s/nº, Centro, Nova Nazaré – MT, representada neste ato por sua proprietária, a Sra. Iluisa Salete Giacomini Antunes Barbosa, residente e domiciliada à Rua Principal, s/nº, Centro, Nova Nazaré – MT, portadora do RG nº 1053424221 e do CPF nº 689.845.700-44**, e a Empresa, AMORIM MAQUINAS P. SERV.REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP,** devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 36.906.550/0001-11, estabelecida à Avenida Senador Valdon Varjão Bairro Jardim Araguaia Barra do Garças – MT e, representada neste ato por sua proprietária, a Sra. Lilian Batista Amorim de Abreu, residente e domiciliada à Rua Independência nº 1.000 Cep:78.600-000 - Centro Barra do Garças – MT, portadora do RG nº 45.989.610-6 e do CPF nº 324.392.048-54, nos **Itens** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 003/2016** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

01 - DO OBJETO

1.1. - A presente Ata tem por objeto **o Registro de preços para futura e eventual aquisição de Lubrificantes à frota do Município de Nova Nazaré - MT, conforme especificações do edital.,** especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de **Pregão Presencial nº 003/2016**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, prestador de serviços e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP

CNPJ: 04.002.000/0001-81

Endereço: Rua Principal, s/nº, Centro

CEP: 78.6380-000 **Cidade/Estado:** Nova Nazaré - MT

Representante Legal: Lilian Batista Amorim de Abreu

RG: 1053424221

CPF: 689.845.700-44

2.1.2 - Descrição, Quantidade e Descontos Registrados:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	480	LITRO	Aditivo p/ radiador (1 litro)	Lubrax/texsa	20,00	9.600,00
10	240	UNID	Aditivo p/ combustível 1 x 50 litros (gasolina) - c/ 235 ml	Lubrax/texsa	30,00	7.200,00
12	48	UNID	Óleo SAE 10W30 (balde 20 litros).	Lubrax/texsa	312,37	14.993,75
13	24	UNID	Óleo THF11 (balde - 20 litros)	Lubrax/texsa	253,62	6.086,88

14	480	LITRO	Óleo Lubrificante 5W40 (1 litro)	Lubrax/texsa	20,00	9.600,00
15	960	LITRO	5W 40 SINTETICO (1 Litro)	Lubrax/texsa	36,00	34.560,00

Total .....R$ 82.040,63

2.1.3 - Empresa Vencedora:

Nome: AMORIM MAQUINAS P. SERV.REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP

CNPJ: 36.906.550/0001-11

Endereço: Avenida Senador Valdon Varjão Bairro Jardim Araguaia Barra do Garças – MT

CEP: 78.6380-000 **Cidade/Estado:** Nova Nazaré - MT

Representante Legal: Lilian Batista Amorim de Abreu

RG: 45.989.610-6

CPF: 324.392.048-54

2.1.4 - Descrição, Quantidade e Descontos Registrados:

ITEM	QUANT.	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	200	UNID	Óleo 15 W 40 (balde – 20 litros)	Tutela	236,50	47.300,00
2	24	UNID	Óleo hidráulico ATF (balde–20 litros)	Petrobras	262,90	6.309,60
3	96	UNID	Óleo hidráulico 68 (balde – 20 litros)	VR	179,00	17.184,00
4	96	UNID	Graxa (balde de 20 kg)	Petrobras	340,00	32.640,00
5	192	UNID	Óleo SAE 90 (balde - 20 litros)	Tutela	239,10	45.907,20
7	960	LITRO	Óleo lubrificante 15W40 SL (1 litro).	Petrobras	18,30	17.568,00
8	960	LITRO	Óleo lubrificante 15W40 API SL (1 litro)	Petrobras	29,00	27.840,00
9	240	UNID	Óleo de freio DOT4 (500ml)	Petrobras	18,60	4.464,00
11	480	LITRO	Óleo 4 tempos 20W50 (1 litro).	Petrobras	20,60	9.888,00
16	24	UNID	Desengraxante (tambor 50 litros)	Rondet	158,40	3.801,60
17	240	UNID	Antiferrugem (300 ml)	Orbi	9,80	2.352,00
18	240	LITRO	Óleo de Freio Dot 03	Petrobras	14,90	3.576,00

Total .....+.....R$ 218.830,20

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. – Oórgão gerenciador desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é a secretaria Municipal de Administração e serão órgãos participantes:

- secretaria municipal de Administração

- secretaria municipal de Ação Social

- secretaria municipal de Educação e Cultura

- secretaria municipal de Obras e Serviços Urbanos

– secretaria municipal de Saúde

– secretaria municipal de Viação e Transporte

4. VALIDADE DA ATA

4.1 - O registro de preços constante desta Ata terá **validade pelo prazo de 12 (doze) meses,** NÃO podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

4.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

5.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

5.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao contrato.

5.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 003/2016**, seus anexos e a proposta da contratada.

5.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Nova Nazaré-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Nova Nazaré – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

RAILDA DE FATÍMA ALVES

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

ILUISA S. G. A. BARBOSA - EPP

Iluisa Salete Giacomini Antunes Barbosa

Proprietária

CONTRATADA

AMORIM MAQUINAS P. SERV.REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP

Lilian Batista Amorim de Abreu

Proprietária

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Waldenir Junior Ribeiro da Cruz

CPF: nº 035.442.341-06

Nome:

Welma Aleixo da Silva

CPF: nº 717.003.661-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016

O **município de Nova Olímpia-MT,** faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizarálicitação na modalidade supracitada, no dia **01 de março de 2016, às 08:00 horas**, em sua sede à avenida mato grosso, 175, município de nova olímpia-MT, tendo como objeto a contratação de empresa para a realização de **pavimentação asfáltica na rua chile localizada no bairro são João II do município de Nova Olímpia-MT**. Os interessados poderão adquirir o edital, e informações no horário de expediente, em sua sede, mediante o pagamento da taxa não reembolsável no valor de r$ 100,00 (cem reais).

Nova Olímpia-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Josenil marques

PRESIDENTE DA CPL

SIMPREV
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: *Contrato nº 001/2016* **Contratante:** *SIMPREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Olímpia – MT.* **Contratada***: ENDOCLÌNICA CLINICA MEDICA LTDA - ME.* **Objeto:** *O objeto do presente è a contratação de 01(um) profissional da saúde para realizar 72(setenta e duas) pericias medica no decorrer de 2016, na forma de junta medica pericial, para os servidores eletivos do município de Nova Olímpia – MT, com fins de percepção de benefícios previdenciários previstos na lei n.º 852/2009: (Auxilio – Doença e Aposentadoria por Invalidez) estatuídos em l*ei. **Valor:** R$: *90,00 (noventa reais) valor individualizado, valor total 6.480,00 (Seis Mil Quatrocentos e Oitenta Reais).* **Vigência:** *O prazo de duração do presente contrato será de 12 (doze) meses, período compreendido entre 01/01/2016 a 31/12/2016.* **Data de Assinatura:** *27/01/2016*.

Dotação Orçamentaria *: 10.10001.09.122.0033.2261-3.3.90.39.00.00.*

LEI MUNICIPAL N.º 1050 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL Faz saber que a Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo seletivo simplificado objetivando a contratação temporária de pessoal para atendimento de políticas sociais na área de educação, não atendível pelo quadro de provimento efetivo atualmente existente.

Art. 2º Os cargos e vagas previstos para o Processo Seletivo conforme artigo 1º são:

Zona Urbana - **10 (dez) Pedagogos com formação em Pedagogia 20 horas e 05 (cinco) Educadores Físicos com formação em Educação Física e registro no CREF 20 horas;**

Zona Rural - 05 (cinco) Pedagogos com formação em Pedagogia 20 horas e 01 Educador Físico formação em Educação Física e registro no CREF 20 horas .

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 03 dias do mês de fevereiro de 2016.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2016

O **Município de Nova Olímpia –MT,** faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizarálicitação na modalidade supracitada, no dia **02 de março de 2016, às 08:00 horas**, em sua sede à avenida mato grosso, 175, município de nova olímpia-MT, tendo como objeto a contratação de empresa para a realização de **pavimentação asfáltica no perímetro urbano em diversas ruas do município de Nova Olímpia-MT**. Os interessados poderão adquirir o edital, e informações no horário de expediente, em sua sede, mediante o pagamento da taxa não reembolsável no valor de r$ 100,00 (cem reais).

Nova Olímpia-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Josenil marques

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA MUNICIPAL N.º 022 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL, **AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 1050 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

CRISTÓVÃO MASSON, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria;

RESOLVENDO:

Art. 1º - Nomear como membros da comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado objetivando a contratação temporária de pessoal para atendimento de Políticas na Área de Educação, para os cargos autorizado pela **Lei Municipal N.º 1050 de 03 de Fevereiro de 2016,** os servidores públicos municipais a seguir qualificados:

Nome do Servidor	Área	CPF
Luciana Freitas Alves	Educação	459.899.661-72
Carmem Lucia Rodrigues Moura	Educação	781.521.511-49
Rosenilda Lima Almeida	Educação	792.651.035-15
Suzany Passarello Araújo	Prefeitura	514.424.001.10

Art. 2º - A comissão ora nomeada ficará responsável pela execução de todo o processo de seleção, observando a legislação e normas pertinentes à matéria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, 04 de fevereiro de 2016.

CRISTÓVÃO MASSON

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2016

O **município de Nova Olímpia –MT,** faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizarálicitação na modalidade supracitada, no dia **03 de março de 2016, às 08:00 horas**, em sua sede à avenida mato grosso, 175, município de nova olímpia-MT, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA PRÉ-MISTURADO A FRIO COM EMULSAO RM-1C,. Os interessados poderão adquirir o edital, e informações no horário de expediente.

Nova Olímpia-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Josenil marques

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal João Batista Vaz da Silva - Cebola, no uso de duas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequação do presente instrumento editálicio, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO ao **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016,** de 25 de janeiro de 2016, para contratação temporária de excepcional interesse público para substituição no cargo de Procurador – Secretaria Municipal de Gabinete, Psicólogo – Secretaria Municipal de Assistência Social, Odontólogo e Psicólogo – Secretaria Municipal de Saúde, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (Jornal Oficial da AMM/MT: www.amm.org.br) e Mural da Prefeitura Municipal, **da seguinte forma:**

1. No título 3. DAS INSCRIÇÕES, em seu subitem 3.4

Onde se lê:

3.4. As inscrições serão somente presenciais.

Leia-se:

3.4. As inscrições serão somente presenciais, podendo o candidato ser representado por procurador.

3.4.1. O candidato poderá ser representado por procurador, através do modelo de procuração com firma reconhecida em cartório, conforme ANEXO VI deste Edital ou por procuração pública, com fins específicos para inscrição no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

3.4.2. O candidato que for representado por procurador, assumirá todos os riscos pela atuação de seu procurador, não cabendo reclamações posteriores junto à comissão do Processo Seletivo Simplificado.

2. Fica criado o Anexo VI – Modelo de Procuração

ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO (a ser utilizado pelo CANDIDATO)

*** PROCURAÇÃO A SER OUTORGADA SOMENTE PELO CANDIDATO, SE MAIOR DE 18 ANOS, EM CASO DA IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO PARA REQUERER A INSCRIÇÃO, NA CONDIÇÃO DE CANDIDATO.**

NOME COMPLETO	NACIONALIDADE

ESTADO CIVIL	PROFISSÃO

RG	ÓRGÃO DE EXPEDIÇÃO	C.P.F.

RUA/AV.	Nº	BAIRRO

CIDADE	ESTADO	CEP	TELEFONE

NOME COMPLETO	NACIONALIDADE

Nomeio e constituo meu bastante procurador o Senhor:

ESTADO CIVIL	PROFISSÃO

RG	ÓRGÃO DE EXPEDIÇÃO	C.P.F.

RUA/AV.	Nº	BAIRRO

CIDADE	ESTADO	CEP	TELEFONE

Para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2016 da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, para o cargo de _____.

Nova Xavantina MT, _____ de _____ de _____.

_____

_____

Assinatura do Candidato Assinatura da Testemunha

RG: RG:

CPF: CPF:

Os demais itens permanecem INALTERADOS.

Nova Xavantina - MT, 04 de fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015, instaurado (a) pela Portaria nº 219/2015 de 25 de Novembro de 2015, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº 2.360, de 26 de Novembro de 2015, do Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira, Prefeito Municipal, onde fica prorrogada a Portaria nº 219/2015, pelo prazo de 60 dias através da **Portaria 032/2016 datada em 21 de Janeiro de 2016.**

NOTIFICA Vossa Senhoria dos fatos constantes no sobredito processo, no qual figura na condição de acusado, sendo-lhe facultado acompanhá-lo, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, ter vista dos autos, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial, nos termos da Lei Nº 429/98, Art. 146, de 15 de dezembro de 1998.

A presente Comissão encontra-se instalada no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, sito Sala Chefia de Gabinete, Rua augusto de Souza, nº 171 na cidade de Novo Horizonte do Norte – MT, exercendo as suas atividades no horário das 07:30 às 10:30 e pode ser contatada no telefone: (66) 3559 – 1900.

Nesta oportunidade, INTIMO Vossa Senhoria, **Simone Bergamaschi da Fonseca**, lotada da Secretaria Municipal de Administração, matricula funcional nº158, através da Portaria de Nomeação nº 058/2003, para o Cargo de Advogada, deste Município, no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento desta, caso deseje, apresentar o rol de testemunhas a serem ouvidas por esta Comissão Processante, indicando-se a pertinência do seu testemunho com os fatos tratados nos autos, declinando, na oportunidade, o nome e o endereço de cada uma delas. Em se tratando de testemunha servidor público, informar o cargo e a respectiva lotação, para fins do disposto nos arts. 149 inciso 1º, 150, 151, 152, inciso I, II, ambos da Lei nº 429, de 1998. No mesmo prazo de 05 (cinco) dias, poderá ser requerida a produção de outras provas tidas como indispensáveis à elucidação dos referidos fatos.

Por fim, registre-se que a presente notificação decorre dos fatos apontados no PAD nº 001/2015, conforme a Portaria nº 219/215 de 25 de Novembro de 2015, em anexo ao processo, art.1º, para apuração dos fatos praticados pela servidora Simone Bergamachi da Fonseca, alusivo ao processo acima mencionado, bem como por fatos, ações ou omissões que venham a ser conhecidos no curso da instrução do processo ou que, por força do contexto apura tório, se afigurem como conexos aos fatos já referidos.

Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de fevereiro de 2016

Evanderson de Souza Santos

Presidente

Maria Alves dos Santos

Secretária

Maria Aparecida de Souza

Membro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 08 DE 03 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

"CRIA A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e com base na Lei Federal no 12.594/2012,

CONSIDERANDO os princípios elencados na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que o adolescente em que se atribui a autoria de ato infracional encontra-se em situação peculiar de desenvolvimento e deve ser contemplado por todos os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, visando assegurar a proteção integral;

CONSIDERANDO que o fortalecimento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo requer o esforço conjunto das políticas setoriais;

CONSIDERANDO que artigo 5º da Lei Federal nº 12.594/12 estabelece as competências na execução do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e, ainda, a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional;

CONSIDERANDO, ainda, que os artigos 7º e 8º e respectivos parágrafos da Lei Federal nº 12.594/12 definem que a construção dos Planos de Atendimento Socioeducativo deverá, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte para os adolescentes atendidos,

D E C R E T A :

Art. 1º Institui, no âmbito municipal, a Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, que será coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, mas com a finalidade de promover a articulação, a integração e a pactuação dos órgãos e entidades envolvidos na execução do atendimento socioeducativo, na elaboração e no planejamento de ações estratégicas destinadas ao atendimento de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município:

I. Elaborar, por meio do processo participativo, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, definindo as ações que possibilitem complementar o atendimento de adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional, em conformidade com o Plano Nacional e respectivo Plano Estadual e submetê-lo à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II. Articular os programas e serviços que compõem o sistema de garantia de direitos para assegurar as competências, atribuições e recursos necessários;

III. Instituir pauta e agenda de compromisso conjunto para a elaboração do plano;

IV. Estabelecer mecanismos de construção de diagnósticos das políticas, monitoramento das atividades programadas e ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal do Atendimento Socioeducativo;

V. Propor às autoridades municipais competentes a edição de normas complementares e a adoção das medidas cabíveis para a organização e funcionamento dos programas do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Município;

VI. Promover o envolvimento e apropriação no processo de planejamento orçamentário e financeiro, com vistas a assegurar a previsão de recursos necessários à implementação das ações propostas.

Art. 3º A Comissão Intersetorial do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa será composta, em caráter permanente, por 1 membro representante titular e 1 suplente dos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Assistência Social.

Titular: **Aureligia dos Prazeres Mesquita**

Suplente: **Gesiane Maria dos Santos**

Secretaria Municipal de Educação.

Titular: **Rosimara Alberico dos Santos**

Suplente: **Joana da Costa**

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

Titular: **Noel Moreira Barros**

Suplente: **Gabriela Mirian Viera Zanol**

Secretaria Municipal de Saúde.

Titular: **Ariane Figueiredo Ferraz**

Suplente: **Mara Vieira Blau de Souza**

Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico.

Titular: **Cristiano Mesnerovicz**

Suplente: **Juarez Cirino de Souza**

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Titular: **Margarete Farias Leite Gonçalves**

Suplente: **Clarice Rezer**

Conselho Municipal de Segurança Publica;

Titular: **Hugney Wellinton Rodrigues**

Suplente: **Nadir Aparecida Rodrigues da Silva**

Representante do Conselho Tutelar.

Titular: **Sirlei Antonia Castilho**

Suplente: **Renata Bonfim Lucas**

Art. 4º A Comissão que se refere este Decreto terá o prazo de 90 dias para apresentação dos resultados do trabalho.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 de fevereiro de 2016.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 46/2016

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, **resolve:**

Artigo 1º - Transferir temporariamente a servidora **Lubia Francieli da Silva** – **matrícula: 799,** portadora do RG: nº 1916451-3 SSP/MT e CPF: nº 020.952.301-83, efetiva no cargo de **Recepcionista**, que vinha exercendo suas funções na Secretaria Municipal de Saúde/UDR, para exercer as funções na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 222/2015 e demais disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 04 de fevereiro de 2016.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

DECRETO Nº 007/2016.

DECRETO Nº 007/2016.

De 01 de Fevereiro de 2016.

"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Novo Mundo/MT".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando, que no dia 09 (nove) de Fevereiro do corrente ano, Terça-Feira, é comemorado o Carnaval em todo o país, e;

Considerando, que no dia 10 (dez) de Fevereiro do corrente ano, Quarta-Feira, não haverá expediente nas instituições bancárias e órgãos públicos do Estado até as 13:00 horas;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, nos dias 08 (oito) e 09 (nove) de Fevereiro de 2016, (segunda e terça-feira), no período integral e no dia 10 (dez) de Fevereiro de 2016 (quarta-feira), até às 11:00 horas, voltando ao expediente normal as 13: horas desse último dia.

Parágrafo Único - Fica sob a responsabilidade dos respectivos chefes, nas repartições onde haja as prestações dos serviços considerados essenciais, a determinação de funcionamento especialnos mesmos dias mencionados no *caput* do artigo 1º.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao 1º de Fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 003/2016 CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

EDITAL Nº 003/2016

04 de fevereiro de 2016

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR

Assunto: Retorno às Atividades Laborais

Pelo presente fica **CONVOCADO**, o Servidor Público Municipal, senhor, **JOSE JESUS VIEIRA ANTUNES**, portador do RG: 0919053-8 SSP/MT e CPF nº 621.947.391.49, cargo de Operador de Maquinas Pesadas, para que compareça ao Departamento de Recursos Humanos para o retorno às suas atividades no Prazo de 5 dias. O não comparecimento implicará na abertura de processo administrativo disciplinar.

Novo Mundo – MT, 04 de fevereiro de 2016.

Sem mais para o momento,

Subscrevo-me

_____

CLEBER VALSOLER

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 9/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, que**fará realizar licitação PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, às 09h00 horas (Brasília) do dia 19 de Fevereiro de 2016, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O credenciamento será feito das 08h30 às 09h00. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às 09h00 horas (Brasília) do dia 19 de Fevereiro de 2016**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: AQUISIÇÃO DE TRONCO COM BALANÇA PARA INSTALAÇÃO NO CURRAL DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** Interessados poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158. **Novo São Joaquim - MT, 05 de Fevereiro de 2016.**

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
EDITAL 001-2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO nº 001/2016

CONTAS ANUAIS DE GESTÃO 2015

A Câmara Municipal de Novo São Joaquim, situada na rua 31 de março s/nº - bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim –MT, representada pelo o Srº Heronides Jose de Carvalho, presidente da Câmara Municipal Exercício de 2016, em Novo São Joaquim-MT em cumprimento ao art.31,§ 3º , da Constituição Federal, art.209 da Constituição Estadual de Mato Grosso, declara que as **Contas Anuais de Gestão do exercício de 2015,** encontram-se a disposição da população e instituições da sociedade para apreciação e questionamento no período de 15/02/2016 á 15/04/2016, no setor de contabilidade da Câmara Municipal Conforme Lei nº. 101/200.

Novo São Joaquim, 02/02/2016

Heronides Jose de Carvalho

Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 07/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Molejo para Manutenção dos Caminhões e Maquinas Pesada, com Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura 22/02/2016, segunda – feira ás 14:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 04 de Fevereiro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL – DO OBJETO

Edital 05-2016-Pregão Presencial

A Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, torna público para conhecimento dos interessados a Retificação do Objeto do referido edital. **Ondese Lê:** Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e contratação de Empresa Especializada em Transporte Escolar para Locação de Veículos adequados a prestação de serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. **Leia – se:** Constitui Objeto da presente licitação a contratação de Empresa Especializada em Prestação de serviços de Transporte Escolar com veículos devidamente adaptados e licenciados, para transportar alunos da Rede Estadual e Municipal, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme perímetros e quilometragem descritos no Anexo I e Termo de referência do Edital. Em 04 de Fevereiro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N 1193/2016

DECRETO N.º 1193 de 01 de Fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional Especial.

VILSON PIRES, Prefeito de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº. 1302 de 01 de Fevereiro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor R$ 441.112,00 (Quatrocentos e quarenta e um mil e cento e doze reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

012 – FUNDO MUN. PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN. PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PPREV

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....R$ 441.112,00

TOTAL.....R$ 441.112,00

Art. 2º A cobertura das despesas de que trata o artigo 1°, deste decreto, se dará pela anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PPREV

3.1.90.08.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.....R$ 406. 112,00

3.1.90.09.00.00 – SALARIO FAMILIA.....R$ 35. 000,00

TOTAL.....R$ 441. 112,00

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 1.264/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016 e nos Anexos da Lei nº 1.011/2013, Lei do Plano Plurianual - PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 012 – FUNDO MUN. PREV. SOCIAL SERV. PARANATINGA - PPREV - UNIDADE 001 - FUNDO MUN.PREV. SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de Fevereiro de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 1194/2016

DECRETO N.º 1194 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

VILSON PIRES, Prefeito de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº. 1301 de 01 de Fevereiro de 2016;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.075 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PPREV

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS ...R$ 480.000,00

3.1.90.03.00.00 – PENSÕES .....R$ 280.000,00

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 100.000,00

3.1.90.11.00.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL .....R$ 40.000,00

271 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

003 – CONTRIBUIÇÂO PREVIDENCIARIA

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.076 – CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA AO PASEP

3.3.90.47.00.00 – OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS .....R$ 60.000,00

TOTAL.....R$ 960.000,00

Art. 2º - A cobertura das despesas de que trata o artigo 1º desta Lei, se dará por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

012 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

001 – FUNDO MUN.PREV.SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV

009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

271 – PREVIDENCIA SOCIAL

019 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

1.254 – SUPERÁVIT ORÇAMENTARIO

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA .....R$ 960.000,00

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 1.264/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016 e nos Anexos da Lei nº 1.011/2013, Lei do Plano Plurianual - PPA, para o exercício de 2014 a 2017, Órgão 012 – FUNDO MUN.PREV. SOCIAL SERV.PARANATINGA - PPREV - UNIDADE 001 - FUNDO MUN.PREV. SOCIAL. SERV. PARANATINGA - PPREV.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 01 de Fevereiro de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 0015/2016 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 0015/2016 DE 07 DE JANEIRO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. VILSON PIRES** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, devidamente aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2014, Termo de Homologação Decreto nº 1054/2014 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 16 de outubro de 2014, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para nomeação e posse.

1 – DA PERÍCIA MÉDICA E DA NOMEAÇÃO E POSSE.

1.1 O Exame Admissional será realizado por Médico do Trabalho, e os demais exames como: urina tipo I, hemograma completo e VDRL deverão ser agendados pelo Médico do PSF ao qual o candidato aprovado pertence.

1.1.1 As despesas referentes ao exame protoparasitológico fica por conta do candidato.

1.1.2 Atestado de aptidão mental.

1.2 Os candidatos deverão apresentar-se para realização de Exame Admissional nas datas e horários determinados, munidos da Carteira de Identidade, bem como dos seguintes exames:

URINA

TIPO I;

HEMOGRAMA

COMPLETO;

PROTOPARASITOLÓGICO;

VDRL.

1.3 Os candidatos aprovados e convocados terão 30 (trinta) dias úteis contados da publicação desta Portaria de Convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga/MT, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, onde a seguinte documentação será exigida para sua nomeação e posse:

02 CÓPIAS DE:

Identidade (RG);

CPF;

Carteira de Trabalho;

PIS ou PASEP;

Titulo de Eleitor;

Comprovante de Quitação Eleitoral (três ultimas

eleições) ou certidão expedida pela Justiça Eleitoral;

Certidão de Nascimento ou Casamento (quando for o

caso);

Certidão de nascimento dos Dependentes (quando for

o caso);

Documento de quitação com o serviço Militar (para

homens);

Comprovante de Escolaridade com Histórico

Escolar/Formação exigida para o Cargo;

Número de conta corrente no Banco do Brasil;

Comprovante de residência;

CPF do pai, mãe e filhos;

Certificado Introdutório para Agente Comunitária de

Saúde.

Nota: As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas dos respectivos originais para conferencia.

ORIGINAL DE:

· 02 (duas) fotografia 3 X 4;

· Atestado e exames admissionais;

· Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal (www.trf1.jus.br);

· Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos (obtida no Fórum do Município) ou no site (www.tjmt.jus.br);

· Certidão negativa de tributos municipais;

· Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública ressalvada os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal;

· Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

· Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal;

· Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, ou declaração de imposto de renda.

1.4 Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados.

1.5 Os candidatos convocados poderão dirimir suas dúvidas junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do telefone (66) 3573-1329/1756.

1.6 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1.7 Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 07 de janeiro de 2016.

VILSON PIRES

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: 00007 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROÁREA 43	
CLASSIF.	**INSC. NOME**
02	ERVANIA DE SOUZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 06/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de Empresa para transporte rodoviário, com 03 (três) ônibus de no mínimo 45 lugares e banheiro, para o transporte dos Acadêmicos de Paranatinga que fazem Curso Superior em Primavera do Leste, com frequência diária Paranatinga/Primavera do Leste, Primavera do Leste/Paranatinga com percurso de 280 km/dia, para o período letivo do ano de 2016, (200 dias letivos),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura 22/02/2016, segunda – feira ás 08:00 horas. O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 04 de Fevereiro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE PRORROGAÇÃO

ATA DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2015 DO MUNICÍPIO JACIARA/MT.

O Município de Pedra Preta/MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público para o conhecimento dos interessados, que por motivo de interesse da Administração Pública, está **PRORROGADA** a abertura à Adesão ao Pregão Presencial nº 006/2015 e Ata de Registro de Preço nº 054/2015 do município Jaciara/MT., tendo como objeto a contratação de empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos classe I (grupos A, B e E) dos serviços de saúde junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Preta/MT. O referido processo se realizará às **14h00min(Horário Oficial de Pedra Preta-MT), no dia 22 de fevereiro de 2016**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, sito a Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940 – Centro – Pedra

Preta/MT, o Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do e-mail pregao@pedrapreta.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 12h00min às 18h00min ou através do telefone (66) 3486-4416.

Pedra Preta/MT, 04 de fevereiro de 2016.

_____

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 011/2016 DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO a conclusão favorável ao pedido de progressão emitido pela comissão de avaliação de desempenho nomeada pela portaria nº 338/2014 de 17 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional aos servidores:

ANTONIO DA SILVA

ARY VIEIRA CAMPOS

CARLOS INÁCIO BALLIN SCHUSTER

CÍCERO CORDEIRO DOS ANJOS

CLADSON BERBEL

DONIZETE DE SOUZA ARIMATHEA

ÉDER GARCIA DURAN

EDILENE BEZERRA PEREIRA

EDIVAN BORGES MUNIZ

FÁBIO JEAN LUZINE

FERNANDO FERREIRA DE MELO

GILDON DE LIMA MACEDO

IRANI MARIA DA SILVA

IVANIA LOUREDO DE SOUZA

JANIO MITSUO KONNO

JESMÁR CONTÓ

JESUINA PAIVA DE MENDONÇA

JOÃO B. DA SILVA (1507)

JOSÉ PENARIOL FILHO

JURACY DOS SANTOS

LUCIANA MARTINS BORGES DA SILVA

LUIZ HENRIQUE LUZINI

LUIZ AMARO DA CRUZ

MARCELO TEIXEIRA MENDES DE CARVALHO

MÁRCIO NELSON R. SALOMÃO

MARIA DAS MERCÊS P. DOS SANTOS

MARIA LOURDES DOS SANTOS

MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA

MARIA RITA DOS SANTOS LOPES

MARLEY YOKADA

MARLI DE SOUZA ANDRADE

MAXCIMILLIAM NESTOR A. SANTOS

NERISVAN MORAES RIBEIRO

NEUSELI DE F. GARCIA DURAN

NILDE NOGUEIRA ALVES

PAULO EDSON NATES

REJANE OLIVEIRA H. DOS SANTOS

ROSANA GOMES LIMA MACHADO

ROSIMEIRE PEREIRA DA CRUZ

SILVANA ELIZABETH SANTIAGO

VALDOMIRA A. AMARAL DOS SANTOS

WALTER BATISTA CAMILO

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes.

Sec. Geral e Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N° 001/2016.

CONVÊNIO: 001/2016.

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Poconé

CONVENENTE: Grupo dos Mascarados de Poconé

OBJETO: Constitui objeto do Presente convênio a mútua colaboração dos signatários, objetivando a realização de ações e atividades culturais por meio do Grupo dos Mascarados nos termos do plano de trabalho aprovado.

VALOR**R$ 141.680,00 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta reais)**

DOTAÇÃO: 60108 – 06.001.13.392.0017.000.02029.0000.33.50.41 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - PROMOÇÕES DE APOIOS E PATROCÍNIOS CULTURAIS.

Poconé, 01 de fevereiro de 2016.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 001/2016

CONTRATO N.º 001/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **ROSANGELA APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA**

Objeto: A locadora sendo legítima proprietária e possuidora do imóvel localizado na Rua Antônio João, s/n°, Centro, Poconé/MT, resolve locar a locatária, o imóvel constante onde funcionará provisoriamente a sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deste Município.

Dotação**: 30013 - 03.001.04.122.0005.000.02006.0000.339036 – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.**

Valor Global: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Período: início em 18/01/2016 e término em 18/01/2017.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ
CONCURSO DE PROJETO 001/2015
Custo do Projeto: R$ 3.500.861,05
Local de Realização do Projeto: MUNICIPIO DE POCONÉ
Data de assinatura do TP: 01/02/2016 **Início do Projeto: 01/02/2016** **Término: 31/12/2016**
Objeto do Termo de Parceria: formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços e realização de atividades da área de saúde, sob a gestão da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Poconé/MT
Nome da OSCIP: Associação de Gestão e Programas - AGAP **Endereço: AV. da FEB, N°1310 Bairro: Ponte Nova** **Cidade: Várzea Grande UF MT: CEP: 78.115-000** **Tel.:**(65) 9993-3367 **E-mail:contatoagap@gmail.com**
Nome do responsável pelo projeto: Helio Tonda Netto
Cargo / Função: Presidente
NILCE MARY LEITE Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 037/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 037/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EMAD CONSTRUTORA LTDA-ME

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 **Pelo realinhamento de preços fica estabelecido o aumento do valor do contrato inicial** que encontra-se na quantia total de R$ 407.944,49 (quatrocentos e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), acrescido a quantia de R$ 88.702,75 (oitenta e oito mil, setecentos e dois reais e setenta e cinco centavos), passando a vigorar o valor de **R$ 496.647,24 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos**), pagos conforme pactuado inicialmente.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ
CONCURSO DE PROJETO 001/2015
Custo do Projeto: R$ 870.123,67
Local de Realização do Projeto: MUNICIPIO DE POCONÉ
Data de assinatura do TP: 01/02/2016
Início do Projeto: 01/02/2016 **Término: 31/12/2016**
Objeto do Termo de Parceria: formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços e realização de atividades da área de infra-estrutura, sob a gestão da Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Poconé/MT
Nome da OSCIP: Associação de Gestão e Programas - AGAP **Endereço: AV. da FEB, N°1310 Bairro: Ponte Nova** **Cidade: Várzea Grande UF MT: CEP: 78.115-000** **Tel.:**(65) 9993-3367 **E-mail:contatoagap@gmail.com**
Nome do responsável pelo projeto: Helio Tonda Netto
Cargo / Função: Presidente
NILCE MARY LEITE **Prefeita Municipal de Poconé**

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE POSSE DA DIRETORA LOURDES JULIENE DA SILVA CAMPOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ CRECHE MUNICIPAL TEREZINHA DE JESUS POCONÉ MT, 07 DE JANEIRO DE 2016

ATA DE POSSE DA DIRETORA LOURDES JULIENE DA SILVA CAMPOS BIÊNIO 2016-2017

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às nove horas da manhã nas dependências da Creche Municipal Terezinha de Jesus, reuniram-se a diretoria e conselheiros do CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar) para realizar a posse da Professora Lourdes Juliene da Silva Campos, RG nº 1432913-1 SSP/MT e CPF nº 964.009.351-34, para exercer o cargo de diretora eleita da Creche Municipal Terezinha da Jesus, neste município de Poconé para o biênio 2016-2017. Procede a assinatura do termo de posse inerente ao cargo. A empossada caberá cumprir a função de diretora da Creche da qual será representante legal em regime de dedicação exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício. Todas as decisões devem ser tomadas juntamente com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar. Nada mais tendo a relatar, eu, secretária do CDCE, professora Cleusa Maria Brizola Gelain, lavrei a presente ata, que após sua leitura, segue assinada por todos os presentes.

Cleusa Maria Brizola Gelain – **Secretária CDCE**

Nirva Joana Ferreira de Carvalho – **Presidente CDCE**

Rozeni Cipriano de Lima – **Tesoureira CDCE**

Membros do CDCE: Rosana Menez Mattos, Osmarina Cecília de Carvalho, Leonice Nunes da S. Moraes, Vanderléia Antônia Gonçalves Neto, Maria Barbosa da Silva, Maria Leite de Arruda, Marinuiza de Souza C. Gonçalves

Lourdes Juliene da Silva Campos - **Diretora**

PROCURADORIA JURIDICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 036/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 036/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EMAD CONSTRUTORA LTDA-ME

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 **Pelo realinhamento de preços fica estabelecido o aumento do valor do contrato inicial** que encontra-se na quantia total de R$ 407.866,25 (quatrocentos e sete mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), acrescido a quantia de R$ 88.702,75 (oitenta e oito mil, setecentos e dois reais e setenta e cinco centavos), passando a vigorar o valor de **R$ 496.569,00 (quatrocentos e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais**), pagos conforme pactuado inicialmente.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
CRECHE MUNICIPAL TEREZINHA DE JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ CRECHE MUNICIPAL TEREZINHA DE JESUS

POCONÉ, 18 DE NOVEMBRO DE 2015

ATA DA REUNIÃO DOS REPRESENTANTES DO CDCE PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA BIÊNIO 2016 – 2017

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às dezessete horas, reuniram-se nas dependências da Creche Municipal Terezinha de Jesus, a convite da diretora Lourdes Juliene da Silva Campos, todos os membros eleitos do CDCE para realizar a eleição da diretoria que irá atuar no biênio 2016 – 2017. Inicialmente a diretora deu boas vindas a todos, explicou qual é a função dos representantes e da importância para a instituição. Em seguida, passou para a realização da eleição. Ficou assim constituída a nova diretoria: **Presidente –** Nirva Joana Ferreira de Carvalho; **Tesoureira –** Rozeni Cipriana de Lima; **Secretária –** Cleusa Maria Brizola Gelain. Como membros a funcionária AAE Leonice Nunes da Silva Moraes, mãe Vanderléia Antônia Gonçalves Neto, Ana Rita Rodrigues Souza, Rozana Menes de Mattos. Os membros do Conselho Fiscal Mariniuza de Souza Camargo Gonçalves, Maria Enir dos Santos, Maria Barbosa, Maria Leite de Arruda, Osmarina Cecília de Carvalho, Daniela Aparecida Rodrigues da Silva. E como membro nato do Conselho a diretora da instituição. Para registrar, eu, professora e secretária do CDCE lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os membros presentes. Cleusa Maria Brizola Gelain, em tempo faz parte também como membro do CDCE a senhora mãe Tamyliana Ramos de Moraes.

Maria Barbosa da Silva

Lourdes Juliene da Silva Campos

PROCURADORIA JURIDICA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 054/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 054/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EMAD CONSTRUTORA LTDA-ME

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 **Pelo realinhamento de preços fica estabelecido o aumento do valor do contrato inicial** que encontra-se na quantia total de R$ 404.247,73 (quatrocentos e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos), acrescido a quantia de R$ 88.702,75 (oitenta e oito mil, setecentos e dois reais e setenta e cinco centavos), passando a vigorar o valor de **R$ 492.950,48 (quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos**), pagos conforme pactuado inicialmente.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 038/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 038/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: EMAD CONSTRUTORA LTDA-ME

CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 **Pelo realinhamento de preços fica estabelecido o aumento do valor do contrato inicial** que encontra-se na quantia total de R$ 407.918,79 (quatrocentos e sete mil, novecentos e dezoito reais e setenta e nove centavos), acrescido a quantia de R$ 88.702,75 (oitenta e oito mil, setecentos e dois reais e setenta e cinco centavos), passando a vigorar o valor de **R$ 496.621,54 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos**), pagos conforme pactuado inicialmente.

NILCE MARY LEITE

Prefeita Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ
CONCURSO DE PROJETO 001/2015
Custo do Projeto: R$ 1.317.556,94
Local de Realização do Projeto: MUNICIPIO DE POCONÉ
Data de assinatura do TP: 01/02/2016 **Início do Projeto: 01/02/2016** **Término: 31/12/2016**
Objeto do Termo de Parceria: formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços e realização de atividades da área de educação e cultura, sob a gestão da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Poconé/MT
Nome da OSCIP: Associação de Gestão e Programas - AGAP **Endereço: AV. da FEB, N°1310 Bairro: Ponte Nova** **Cidade: Várzea Grande UF MT: CEP: 78.115-000** **Tel.:**(65) 9993-3367 **E-mail:contatoagap@gmail.com**
Nome do responsável pelo projeto: Helio Tonda Netto
Cargo / Função: Presidente
NILCE MARY LEITE **Prefeita Municipal de Poconé**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA

EXTRATO TERMO DE PARCERIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ
CONCURSO DE PROJETO 001/2015
Custo do Projeto: R$ 284.448,38
Local de Realização do Projeto: MUNICIPIO DE POCONÉ
Data de assinatura do TP: 01/02/2016 **Início do Projeto: 01/02/2016** **Término: 31/12/2016**
Objeto do Termo de Parceria: formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços e realização de atividades da área de assistência social, sob a gestão da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Poconé/MT
Nome da OSCIP: Associação de Gestão e Programas - AGAP **Endereço: AV. da FEB, N°1310 Bairro: Ponte Nova** **Cidade: Várzea Grande UF MT: CEP: 78.115-000** **Tel.:**(65) 9993-3367 **E-mail:contatoagap@gmail.com**
Nome do responsável pelo projeto: Helio Tonda Netto
Cargo / Função: Presidente
NILCE MARY LEITE **Prefeita Municipal de Poconé**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 018/GP/2016

PORTARIA N.º 018/GP/2016 Em 15 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, o Sr. **AGOSTINHO FRANÇA BARBOSA,** portador do RG n.º 411569 SSP/AM e CPF n.º 079.429.071.04, para exercer o cargo de **Chefe de Seção – no serviço público, CC-4**, conforme Lei Municipal n° 712/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1588/2016

DECRETO N.º 1588/2016 DE, 26 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre autorização de Adequação Salarial de Servidor do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, **Sr.ª Divina Maria da Silva Oda**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Decreto n° 1583/2016, de 08 de janeiro de 2016.

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica autorizada a adequação salarial aos servidores do cargo de Conselheiro Tutelar,fixado no valor de R$ 1.320,00 (hum mil, trezentos e vinte reais), em conformidade com a Lei Municipal nº 752/2014, de 24/11/2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 26 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 020/GP/2016

PORTARIA N.º 020/GP/2016 Em, 19 de janeiro de 2016.

"Concede retorno de suas funções à Servidor que se encontrava de Licença para Interesse Particular."

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **retorno de suas funções** a servidora **WELMA MORAES DE SANTANA,** apartir de 27/01/2016, que se encontrava de **Licença para Interesse Particular**, concedida através da Portaria n° 059/2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal e nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 19 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 019/GP/2016

PORTARIA Nº 019/GP/2016 Em 15 de janeiro de 2016.

"Dispõe sobre designação de servidor e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º. - Designar, a partir de 27 de janeiro de 2016, a servidora concursada Sr.ª **Lindomar Alves de Sousa,** cargo de Professora, para prestar serviço na Escola Municipal de Educação Infantil "Isaias Pereira dos Santos", auxiliando na Coordenação Pedagógica, por tempo indeterminado.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 022/GP/2016

PORTARIA N.º 022/GP/2016 Em, 29 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre Revogação de Pessoal para Cargo Comissionado e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Revogar a partir do dia 30 de janeiro de 2016, a Portaria da servidora abaixo relacionada do Quadro de Pessoal para cargo Comissionado desta Prefeitura Municipal:

Servidor	Cargo	Portaria nº
Ymara Silvia Pansani	Coordenadora Municipal de Creches	134/2014

Art. 2.º- *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 29 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 017/GP/2016

PORTARIA N.º 017/GP/2016 Em, 15 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, a Sr.ª **Mara Luiza Jesus de Brito,** portadora do RG n.º 17034647 SSP/MT e CPF n.º 041.411291-19, para exercer o cargo de **Coordenadora Municipal do PBF (Programa Bolsa Família) na Saúde**, CC-2 conforme Lei Municipal n° 737/2014 de 25/09/2014, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 016/GP/2016

PORTARIA N.º 016/GP/2016 Em, 15 de janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor comissionado e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n°715/2014 de 26 de março de 2014;

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, a Sra. **Magaly Sousa Negreiro Lima,** portadora do RG n.º 236.510 - SSP/MT, e CPF n.º 208.644.421-49, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal do PBF na Educação - CC-2**, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Coordenadora nomeada, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 015/GP/2016

PORTARIA N.º 015/GP/2016 Em, 15 de janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, o Sr. **Neivander Morais Souza,** portador do RG n.º 913370 - SSP/MT e CPF n.º 568.480.561.20, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Campo da Saúde, CC-4,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 658/2013 de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2.º- O Chefe de Setor nomeado no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 014/GP/2016

PORTARIA N.º 014/GP/2016 Em, 15 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidores e dá outras providências".

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,.

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, a Sra. **DARCILENE GUERRA LIBÓRIO,** portadora do RG n.º 5314513 - SPTC/GO e CPF n.º 440.570.832-00, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal de Programas Sociais, CC-2,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 658/2013 e respondendo como **Coordenadora Municipal do CRAS**.

Art. 2.º - Nomear, o Sr. **IRANILDO LUIZ DA SILVA,** portador do RG n.º 13599151 - SSP/MT e CPF n.º 005.966.181-07, para exercer o cargo de **Chefe Setor de Cultura**, CC-4, desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 507/2008.

Art. 3.º - O Chefe de Setor e Coordenadora nomeados nos artigos anteriores desta Portaria são responsáveis pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando-os aos ditames da Lei.

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 15 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 012/GP/2016

PORTARIA N.º 012/GP/2016 Em, 08 de janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, o Sr. **Adolfo Delfino de Sousa,** portador do CPF n.º 159.305.991-49, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Patrimônio, CC-4,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 766/2015 de 31 de março de 2015.

Art. 2.º- O Chefe de Setor nomeado no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 08 de janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 002/GP/2016

PORTARIA Nº 002/GP/2016 De 04 de Janeiro de 2016.

"Concede Férias e Licença Prêmio à Servidores e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 54 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
87	Cacilda Maria Louro	Cozinheira	27/02/2014 a 26/02/2015	30 dias
106	Celso José da Silva Filho	Professor	18/03/2014 a 17/03/2015	30 dias
1852	Claudia Terezinha da Veiga Ribas	Professora Pedagoga	08/07/2014 a 07/07/2015	30 dias
1556	Divino Flávio Batista Pinheiro	Motorista	07/02/2014 a 06/02/2015	30 dias
51	Elisangela Resende	Aux. De Serviços Gerais	09/11/2014 a 08/11/2015	30 dias
96	Elza Gomes dos Santos Silva	Aux. Serv. Gerais	03/02/2014 a 02/02/2015	30 dias
55	Israelita Francisca Veloso	Aux. De Serviços Gerais	08/11/2014 a 07/11/2015	30 dias
1028	Laura Vicuna dos Santos	Aux. De Serviços Gerais	21/11/2014 a 20/11/2015	30 dias
60	Luana Gomes Tavares	Inspetora de Alunos	08/11/2014 a 07/11/2015	30 dias
1088	Maria Schulz	Professora	12/02/2015 a 11/02/2016	30 dias
1127	Patrícia Oliveira Coelho	Professora	12/05/2014 a 11/05/2015	30 dias
1022	Rosimeire Vicente dos Santos	Aux. De Serviços Gerais	21/11/2014 a 20/11/2015	30 dias
104	Silvinha da Silva Santos	Regente de Classe	03/11/2014 a 02/11/2015	30 dias
1024	Vania Pereira de S. Oliveira	Merendeira	21/11/2015 a 20/11/2016	30 dias
1716	Veronica Alves Vilar	Médica PSF	25/06/2014 a 24/06/2015	30 dias

Art. 1.º - Efetuar o pagamento de **1/3 de Férias Proporcionais de acordo com a Portaria n° 013/2015 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, para os Servidores abaixo relacionados, conforme Art. 54 e Art. 55 da Lei Municipal 534/2009; Art. 72, Art. 77 e Art. 79 da Lei Municipal n° 295/2001; Art. 78 da Lei Municipal 296/2001; e Art. 129 do Decreto-Lei nº. 5.452 de 01/05/1943 da CLT para servidores temporários:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
1081	Adma Soares de Souza Padilha	Professora	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
4	Andréia da Costa Barbosa	Professora	10/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1118	Antônio Carlos Campos Linhares	Professor	18/03/2015 a 27/12/2015	30 dias
103	Arnaldo Rodrigues de Souza	Professor Educ. Física	23/10/2015 a 27/12/2015	30 dias
1563	Carlos Adriano Wanderley Negreiro	Motorista	01/03/2015 a 27/12/2015	30 dias
1083	Carlos Alberto Cardoso dos Santos	Motorista	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1023	Cleidialda Rodrigues de Souza	Merendeira	21/11/2015 a 27/12/2015	30 dias
79	Deusiney Pereira dos Santos Martins	Professora	25/01/2015 a 27/12/2015	30 dias
81	Elainy Parreira de Oliveira	Prof. Educ. Física	01/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
15	Eugênia Silva Araújo	Professora	10/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
78	Fulvia Domingos Correa	Professora	25/01/2015 a 27/12/2015	30 dias
17	Hermina Martins da Silva	Merendeira	10/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
18	Ideny Aparecida de Oliveira	Faxineira	10/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1080	Josélia da Silva Moura	Professora	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1554	Josimeire Soares Amorim	Merendeira	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1698	Jucélia de Souza Nunes	Inspetora de Alunos	15/06/2014 a 14/06/2015	30 dias
1694	Katiuscia Monteiro Negre	Inspetora de Alunos	11/06/2015 a 27/12/2015	30 dias
21	Lindomar Alves de Sousa	Professora	18/03/2015 a 27/12/2015	30 dias
107	Maria das Graças Santana Machado	Inspetora de Alunos	11/11/2015 a 27/12/2015	30 dias
1550	Mirian Moreira da Silva	Professora	03/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
33	Nívea Almeida Alves	Téc. Admin. Educacional	03/01/2015 a 27/12/2015	30 dias
34	Noelma Maria de Jesus	Professora	01/08/2015 a 27/12/2015	30 dias
1555	Pabblo Henrique Ferreira Campos	Aux. De Serviços Gerais	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
102	Silvia Monteiro da Silva Santos	Inspetora de Alunos	01/09/2015 a 27/12/2015	30 dias
752	Simone Alves da Luz	Professora	31/03/2015 a 27/12/2015	30 dias
1552	Simone Gomes dos Santos	Professora	02/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
86	Sirlania Pereira Neves	Professora	20/02/2015 a 27/12/2015	30 dias
1696	Suenny Fernanda Ávila de Sousa	Inspetora de Alunos	11/06/2015 a 27/12/2015	30 dias
1695	Suzilene de Oliveira Pereira	Inspetora de Alunos	11/06/2015 a 27/12/2015	30 dias
1078	Viane Matos da Silva	Professora	07/02/2015 a 27/12/2015	30 dias

Art. 3.º - Conceder **Conversão de 1/3 de Férias em espécie** a partir de **1º de Janeiro de 2016**, para os servidores abaixo relacionados, conforme Art. 55 da Lei Municipal 534/2009 e § 4º do Art. 72 da Lei Municipal nº 295/2001:

Mat.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Gozo
1788	Daiany Cassimiro Batista	Tesoureira	02/01/2013 a 01/01/2014	20 dias

Art. 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal e nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 04 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 003/GP/2016

PORTARIA N.º 003/GP/2016 Em, 04 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n° 722/2014, de 27 de junho de 2014.

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, a Sra. **Silvana Pereira Diniz Andrade,** portadora do RG n.º 10098151 - SJ/MT e CPF n.º 617.251.021-53, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal de Recursos Humanos, CC-2,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º - A Chefe de Setor nomeada no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 04 de Janeiro de 2016.

Divina Maria da Silva Oda

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 001/GP/2016

PORTARIA N.º 001/GP/2016 Em, 04 de Janeiro de 2015.

"Dispõe sobre Revogação de Pessoal para Cargo Comissionado e dá outras providências".

DIVINA MARIA DA SILVA ODA, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Revogar a Portaria do servidor abaixo relacionado do Quadro de Pessoal para cargo Comissionado desta Prefeitura Municipal:

Servidor	Cargo	Portaria nº
Rogério Rodrigues Freitas	Chefe de Setor de Ação e Divulgação Social	139/ 2013

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo-se ser publicada nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 04 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 009/GP/2016

PORTARIA N.º 009/GP/2016 Em, 04 de Janeiro de 2016.

"Institui a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município."

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Instituir a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do Município - ITBI, composta dos servidores **Wmarley Lopes Franco, Agostinho França Barbosa e Whédno Pereira de Souza,** que sob a presidência do primeiro, constituirá a Comissão para os assuntos afins de **2016**.

Art. 2.º - No impedimento de um dos membros, o servidor **Raimundo Batista dos Reis**, suplente, assumirá, automaticamente a vaga deste, para que não haja descontinuidade dos serviços.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 04 de janeiro de 2016.

Divina Maria da Silva Oda

Prefeita Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 021/GP/2016

PORTARIA N.º 021/GP/2016 Em, 19 de Janeiro de 2016.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e dá outras providências".

Divina Maria da Silva Oda, Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,.

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, à partir de 15 de janeiro de 2016 a Sra. **VALÉRIA TAMARA NERES BORGES,** portadora do RG n.º 16630718 SEJSP/MT e CPF n.º 001.917.711.98, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Arquivo e Protocolo do Recursos Humanos, CC-4,** desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal n° 722/2014.

Art. 2.º - A Chefe de Setor nomeada no artigo anterior desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando-se aos ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal.

Pontal do Araguaia, 19 de Janeiro de 2016.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

PREVI LACERDA
PORTARIA N.º 01/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício

SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora

Sra. LEILA DE JESUS OLIVEIRA."

O Secretário de Administração PREVI-LACERDA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.26**,** da Lei Municipal n.º 1391/2013, de 26 de junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. LEILA DE JESUS OLIVEIRA, efetiva no cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 03 de Dezembro de 2015 e término em 31 de Março de 2016, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2016.08.00001P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/12/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 08/01/2016.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração do PREVI-LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL
ATO Nº. 001/2016

"Dispõe Sobre Suspensão da Votação das Contas Anuais de Governo de 2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda".

PEDRO VIEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando que foi encaminhado a esta Casa de Leis o Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Mato Grosso referente as contas anuais de governo de 2014 da Prefeitura de Pontes e Lacerda, no dia 09 de dezembro de 2015 - Processo n. 3.560-2/2014 TCE;

Considerando o que dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda - MT em seu art. 227, § 5º, as contas serão julgadas pela Câmara dentro de 60 dias após o recebimento do parecer prévio do tribunal de contas;

Considerando que o prazo mencionado vencerá no dia 07 de fevereiro de 2016;

Considerando que foi protocolado junto ao TCE/MT, protocolo 282588D/2015, pedido de revisão de parecer prévio ao Processo n. 3.560-2/2014 TCE, conforme é assegurado pelo Regimento Interno do TCE/MT em seu art. 282;

Resolve:

Art. 1º - Suspender o prazo de votação até análise e julgamento do pedido de revisão do Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Mato Grosso referente as contas anuais de governo de 2014 da Prefeitura de Pontes e Lacerda - Processo n. 3.560-2/2014 TCE.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE,

REGISTRE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 04 de fevereiro de 2016.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

PREVI LACERDA
PORTARIA N.º 02/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício

SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora

Sra. SANDRA VIEIRA RODRIGUES ."

O Secretário de Administração PREVI-LACERDA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.26**,** da Lei Municipal n.º 1391/2013, de 26 de junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. SANDRA VIERIA RODRIGUES, efetiva no cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 27 de Dezembro de 2015 e término em 24 de Abril de 2016, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2016.08.00002P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/12/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 18/01/2016.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração do PREVI-LACERDA

PREVI LACERDA
PORTARIA N.º 03/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício

SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora

Sra. KASSIA FALCONI."

O Secretário de Administração PREVI-LACERDA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.26**,** da Lei Municipal n.º 1391/2013, de 26 de junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. KASSIA FALCONI, efetiva no cargo de BIOQUIMICO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de 14 de Janeiro de 2016 e término em 12 de Maio de 2016, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2016.08.00005P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 26/01/2016.

ANDERSON DA SILVA LIMA

Secretário de Administração do PREVI-LACERDA

GABINETE
DECRETO Nº. 026/2016

"Dispõe sobre a 2ª Convocação para atribuição de classe/ou aulas dos Candidatos Aprovados e Classificados no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015, para admissão ao Serviço Público Municipal, no cargo de professor".

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições legais, considerando o previsto nos incisos II e IV, do art. 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto do Servidor Público Municipal de ainda o Edital de Processo Seletivo 001/2015;

DECRETA:

Artigo 1º - Tendo em vista o resultado do Teste Seletivo Simplificado, realizado para cargos especificados nos termos do Edital nº 008/2016 publicado no Jornal dos Municípios no dia 27 de janeiro de 2016, e edital de retificação nº 009/2016 publicado no Jornal dos Municípios no dia 28 de janeiro de 2016, ficam convocados todos aprovados e classificados para atribuição de classe e/ou aulas em substituição de acordo com as necessidades da rede municipal de ensino, conforme a relação abaixo para **comparecerem ao Edifício Sede UAB – Universidade aberta do Brasil, na Av. Bom Jesus, 643, centro, Pontes e Lacerda-MT, no dia 12 de fevereiro de 2016, a partir das 14 horas**, conforme o cronograma para atribuição de Classe/ou aulas, da Instrução Normativa 002/2015, da Secretaria Municipal de Educação de Pontes e Lacerda.

§ 1º – Os candidatos deverão comparecer ao horário, dia e local designados no caput do artigo 1º do presente decreto, **portando documentação que comprove sua escolaridade**.

§ 2º – O não comparecimento no horário previsto neste artigo implica na desclassificação dos mesmos sendo considerados desistentes.

§ 3º - Ficam os classificados, cientificados de que na ordem exposta em cada classe de servidores, também deverão comparecerem no horário, dia e local designados no caput do artigo 1º do presente decreto, para na eventualidade de não comparecimento ou desistência de qualquer candidato "aprovado Classificado", assumir a referida vaga.

Cargo/Inscrição/Nome/Classificação

105 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0096/2015	MARCELA ZORATTI DE SOUZA	1
	1440/2015	KLEYDSON JORGE FORTES DE OLIVEIRA	2
	1098/2015	MARCOS VINICIUS SANTOS GUIMARÃES	3
	0652/2015	VALDETE DE OLIVEIRA	4
	1236/2015	ELAINE SENES ALVES FERREIRA	5

106 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0862/2015	EDIR DE OLIVEIRA	1
	0534/2015	WLADMIR FERNANDES	2
	0083/2015	MARCOS GABRIEL DA SILVA	3
	1316/2015	MAYCON JONHNE MARQUES	4
	0636/2015	JOSIMAR BATISTA DO PRADO	5
	1347/2015	RAFAEL ANTONIO SUDRE VILETE	6
	0095/2015	LUANA SUELLEN SOUZA BORNAGHI	7
	1453/2015	GUSTAVO CIRILO DE LANA VITRIO	8
	1135/2015	GILMAR DOS SANTOS NOGUEIRA	9

107 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0934/2015	RONILZA MASJIONE FERREIRA	1

108 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	1412/2015	ELIZANE LOPES PINTO	1
	1433/2015	GLEICIANE MACHADO BISPO	2
	1415/2015	LELYANE SANTOS SILVA	3
	1451/2015	MARTA ETERNA DE SOUZA FREITAS	4
	0108/2015	ALCIONE ALVES FRANCO COSTA	5
	1080/2015	WELLINGTON RAMOS GALOSSI	6
	1459/2015	GILMARA MATOS CENTENO	7
	0107/2015	KARLA CRISTINA MARQUES MACEDO	8
	0837/2015	MIRIAN ALVES LEAL	9
	0233/2015	CATIANE VIEIRA SOUZA FARIA	10
	0169/2015	LEONICE DA COSTA NUNES MENDES	11
	0793/2015	LUZIELHA DE ALMEIDA XAVIER	12
	1305/2015	CINTIA DE SOUZA	13
	0430/2015	ROSILENE GONÇALVES DA CRUZ	14
	1366/2015	GRACIELE ROSA DE JESUS	15
	0703/2015	VAGNER VAINER TEIXEIRA BRAZ	16
	0484/2015	JORGE CESAR LIMA CANTEIRO	17
	1369/2015	EDINÉIA GONÇALVES	18
	1088/2015	BENILDA ALMEIDA OLIVEIRA	19
	0602/2015	DARLAN VASCONCELOS	20
	0709/2015	REATA LEITE NUNES	21
	0679/2015	SONIA REGINA DE SOUZA	22
	0605/2015	ROSANA DA CONCEIÇÃO FLORINDO	23
	0175/2015	QUEILA FRANCISCA DE SOUZA	24
	0104/2015	SIDINEY SEVERIANO COELHO	25
	0212/2015	IRANILDIS LIMA CAVALCANTE SOARES	26
	1065/2015	LUCILENE EZEQUIEL GOMES SILVA	27
	0090/2015	ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES	28

	0510/2015	GLAUCIA ALVES BARBOSA	29

109 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0893/2015	JHEINIFER MURTINHO MAIA	1
	0756/2015	WELINGTON MENDES SIQUEIRA	2
	0118/2015	RAISA MARCELINO E SILVA	3
	0962/2015	SONIA MARIA QUINTINO	4

110 - PROFESSOR ANOS INICIAIS (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0092/2015	MARY MARMO DA SILVA	1º
	0404/2015	ISMAILDA APARECIDA GONÇALVES DE LIMA	2º
	0168/2015	JOSIMAR OLIVEIRA JOSINO	3º
	0202/2015	SIMONE SANTANA COSTA SOARES	4º
	0721/2015	MARTA REGINA DA SILVA CAMPOS PEREIRA	5º
	1313/2015	SIMONE RIBEIRO OBARA	6º
	0556/2015	GERALDO DEZIDERIO ATANAZIO	7º
	0890/2015	ANA PAULA DANI	8º
	0333/2015	CLEIDIANE DE ALMEIDA MACEDO ARRUDA	9º
	0767/2015	CARLA ROSANA SOARES GIUSTINA	10º
	1275/2015	MARILUCE BATISTA LEAL BLECHA	11º
	0859/2015	MIRTES DA SILVA AQUINO	12º
	0875/2015	IRLANI EVANGELISTA DE ARAÚJO	13º
	0873/2015	SINOMAR DE LIMA REIS	14º
	0706/2015	GISLAINE MARA PASTOR	15º
	0006/2015	ERLÂNIA VALVERDE DINIZ	16º
	0846/2015	EDIR MIRANDA DE OLIVEIRA SANTOS	17º
	1072/2015	SELMA DE PAULA E SILVA	18º
	0558/2015	MARLEI DOS SANTOS CASTILHO	19º
	0327/2015	ANA MARIA DE PAULA E SILVA	20º
	0666/2015	DAIANE ALMEIDA CRUZ	21º
	1263/2015	VANESSA DE BRITO FERREIRA BARBOZA	22º
	1318/2015	JIUSLAINE ZORZAN	23º
	0126/2015	ELÂNIA APARECIDA DA MAIA OLIVEIRA	24º
	0656/2015	GEOVANA GOMES DOURADOS DO NASCIMENTO	25º
	1198/2015	LUCINEIA ROSA DA SILVA	26º
	1265/2015	MERCEDES APARECIDA DA SILVA	27º
	1326/2015	ROSIANE RAMIREZ	28º
	1436/2015	JESSICA POTENCIANO MENDES	29º
	0536/2015	KELE CRISTINE LIMA DE CASTRO	30º
	1362/2015	HELENA BARBOSA SANTIAGO	31º
	0481/2015	IVÂNIA DA COSTA RODRIGUES	32º
	0040/2015	ELIENE PEREIRA DE OLIVEIRA CANDIDO	33º
	0036/2015	CELIA APARECIDA DE ANDRADE ALMEIDA	34º
	0997/2015	ELIANA BAZON SANTOS	35º
	0961/2015	MARCELA APARECIDA SEVERINO MILLER	36º
	0568/2015	OZAINA LIMA DE ALMEIDA FAGUNDES	37º
	1133/2015	ANDREIA ANGELA DE CARVALHO	38º
	1400/2015	DARCI FIGUEREDO DE MATOS	39º
	1076/2015	CELIA REGINA GRANZOTO MONTALVÃO	40º
	1310/2015	CINTHIA RODRIGUES LEITE	41º
	1112/2015	ELAINE LOURENÇA DA SILVA OLIVEIRA	42º
	0889/2015	ANA LUCIA MARQUES MENEZES SÁ	43º
	1421/2015	EDINÉIA PEREIRA SOUZA LEITE	44º
	1245/2015	VANESSA KAROLAYNE DA SILVA CORON	45º
	1187/2015	ELAINE POQUIVIQUI NUNES	46º
	0276/2015	SILVANA ROQUE DA SILVA	47º
	1386/2015	NILZENE SOUZA CAMILO	48º
	0392/2015	CLEUDINEIA ANUNCIAÇÃO DE MORAES	49º

111 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (ITEM 2.2)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	1017/2015	ELLEN CRISTIANE DE SOUZA	1
	0980/2015	RENATA GONÇALVES BARBOSA DA SILVA DIAS	2
	1004/2015	BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO	3
	0760/2015	CRISTIANE CAMPOS DA SILVA	4
	0405/2015	ELIANA GESI DOS SANTOS OLIVEIRA	5
	1016/2015	RITA CÁSSIA RIBEIRO SIQUEIRA	6
	0692/2015	JOSIANE SILVA VALLE	7
	0453/2015	KAREN KESIA OLIVEIRA SANTO RODRIGUES	8
	0465/2015	MARCILENE BARBOSA PRATES	9
	0952/2015	ROSINEIDE APARECIDA CASSIANO	10
	0282/2015	LUNA MARIA SANTOS SILVA	11
	0624/2015	MÁRCIA CRISTINA VIEIRA GONÇALVES SIGNORINI	12
	0004/2015	LUCIANA VASCONCELOS BRITO RODRIGUES	13
	1000/2015	MARCIANA VASCONCELOS DA SILVA MORÃO	14
	0250/2015	MARIA ROSANA DAS NEVES SANTOS	15
	1083/2015	DOLORES APARECIDA DA COSTA RODRIGUES	16
	1061/2015	IEDA APARECIDA DE MELO CASTRO	17
	0815/2015	ADENILDA ALVES DOS SANTOS MACÊDO	18
	0291/2015	JOSIANE JORGE DE OLIVEIRA TROFINO	19
	0042/2015	JANAINA GONÇALVES DE ARAÚJO	20
	0995/2015	KELLEN DIAS GONÇALVES	21
	0612/2015	MARCELA ALESSANDRA OSSUCI PAGOTTO	22
	0009/2015	NATALIA CRISTINA GALDINO PEREIRA	23
	1317/2015	MARIA NEVES DO NASCIMENTO	24
	0933/2015	DEISE PEREIRA DA ROCHA	25
	0401/2015	SUELEN SOARES DE AVILA CARDOSO	26
	0743/2015	MAXIMA REGINA DA SIVA	27

	0196/2015	EDIRCELIA MATOS DAN	28
	1331/2015	NILCELIA MONTALVAO ROCHA	29
	0450/2015	ADEÍTA DE SOUZA SILVA	30
	0755/2015	ROSA MARIA DA SILVA COSTA GARCIA	31
	0372/2015	ABIGAIR DE CANDIO MAGIO	32
	1375/2015	ANA VIEIRA DA SILVA CARVALHO	33
	0190/2015	PATRICIA CRISTINA DEL MOURO GARCIA	34
	0538/2015	GLEICIELE AVILA SANTOS	35
	0708/2015	MAIRA REGINA DA CRUZ SANTOS	36
	0269/2015	APARECIDA JUSTINO DO NASCIMENTO	37
	0279/2015	PIEDADE FIRMINA PASSO RAVAGNANI	38
	0084/2015	VALDINEIA LOPES DA SILVA DEIRO	39
	1291/2015	NILCELIA DE SOUSA SANTOS COSTA	40
	0606/2015	BEATRIZ BAZAM DE FREITAS	41
	0522/2015	MARIA SOARES DE OLIVEIRA FILHA MARTINS	42
	0438/2015	MARIA FABIANA VASCONCELOS DE OLIVEIRA FLORENCIO	43
	0103/2015	SIRLENE SEVERIANO COELHO	44
	0021/2015	NAYANY KAROLINY RODRIGUES DE SOUZA SILVA	45
	0226/2015	LUCINEI DE JESUS ALMEIDA	46
	0797/2015	TANIA CORREA NASCIMENTO	47
	0121/2015	LUCIANE MACEDO SILVA PEDROSO	48
	0304/2015	ANDRESA JORGE DE OLIVEIRA	49
	0649/2015	ZILDETE VIEIRA SANTOS	50
	0267/2015	ROSILENE FELIX DE SOUZA	51
	0775/2015	VALDIRENE APARECIDA DOS SANTOS VASCONCELOS	52
	1414/2015	SELINA MARIA SOARES DA COSTA	53
	1064/2015	MARIA REGINA RUMÃO	54
	0215/2015	ROSILDA FREITAS FEITOSA	55
	0583/2015	PATRÍCIA APARECIDA AMBROSIO DE ABREU	56
	0022/2015	ANA MARIA PEREZ DOS SANTOS	57
	0803/2015	JOCIANA PINTO DOS SANTOS TEIXEIRA	58
	0082/2015	ROSIANE DA SILVA ADRIANO	59
	0626/2015	LÍDIA MARIA MAGALHÃES	60
	0217/2015	MARIA REGINA VELOZ O DA CRUZ OLIVEIRA	61
	0292/2015	SILVANE DE SOUZA MENESES	62
	0410/2015	MAGNA LUCIA DE SOUZA	63
	0050/2015	JOEL AVILA SANTOS	64
	0780/2015	MARIA APARECIDA NASCIMENTO FREITAS	65
	0594/2015	RUTIMAR OLIVEIRA DA SILVEIRA SILVA	66
	0316/2015	ISABEL ROSA MACHADO NEVES	67
	0191/2015	KIMIKO KIHARA	68
	0348/2015	HELENA MARIA DE SOUZA	69
	0825/2015	JOZEILE DE ASSUNÇÃO ANGELICO SOUZA	70
	1074/2015	MICHELE DO NASCIMENTO MACHADAO	71
	0499/2015	DELMA MARTINS VIEIRA	72
	0800/2015	DELVANA FERREIRA CHELIS GUIMARAES	73
	0485/2015	PEDRO HENRIQUE PEDRAÇA MOREIRA	74
	0778/2015	VANIA GONÇALVES GALOSSI DAN	75

121 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA (ITEM 2.3)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0270/2015	SIMONE MARIA DE SOUZA	1
	1093/2015	CLAUDEIR FAGUNDES CHAVES	2
	0102/2015	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	3
	0012/2015	DAVID HENRIQUE FRANÇA BRITO	4

122 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA (ITEM 2.3)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1217/2015	OZENILDO SOARES ROSA	1
0595/2015	ANA PAULA TEIXEIRA DOS SANTOS	2
1216/2015	ZILDETE NOGUEIRA DA SILVA VILALBA	3

123 - PROFESSOR ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA (ITEM 2.3)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0429/2015	NEMAFLÁVIA GOMES FEITOZA	1
	1238/2015	ELIANE RIBEIRO ALVES	2

124 - PROFESSOR ANOS INICIAIS (ITEM 2.3)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO	
	0170/2015	NEUMA JOELMA DE SOUZA	1
	1095/2015	CONCEIÇÃO BARBOSA BRITO	2
	0209/2015	KATIANA DE OLIVEIRA MACEDO	3
	1320/2015	FABIANA CARLA CORIA COSTA MORAES	4
	1457/2015	ANDRESSA MESQUITA VIANA	5
	0017/2015	DAURA JANES GOMES FEITOZA	6
	0838/2015	RICARDO OLIVEIRA DA SILVA	7
	0816/2015	CLEUSA DOS SANTOS PEREIRA	8
	1221/2015	ELIANE PEREIRA DE JESUS CRUZ	9
	0182/2015	MARIA APARECIDA GONÇALVES GARCIA SILVA	10
	0031/2015	ALINE DA SILVA CARIOCA	11
	1122/2015	KEILA SILVA BACA	12
	0177/2015	LUCI MEIRE NUNES RONDON	13
	0054/2015	LETICIA CAROLINE MACEDO SILVA	14
	0687/2015	ALINE DANIELY MOURA BARBARA	15

125 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (ITEM 2.3)

INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0674/2015	LIVIA LAINARA SILVA LOPES	1
0495/2015	ELEN KARINE ORLANDO BRUM	2
1222/2015	CAROLINA RODRIGUES DE OLIVEIRA FERREIRA	3

1259/2015	CAMILA RODRIGUES OLIVEIRA	4
1069/2015	VANESSA DA SILVA FLORÊNCIO	5
0697/2015	JESSICA POLIANA DA SILVA CORREA	6
0252/2015	CLEUZA FERREIRA MACHADO	7
0771/2015	VANDERLEIA MARQUES DO NASCIMENTO DELEIA	8
1169/2015	ELIZABETE PAIZAMO LEITE	9

Artigo 2º Do resultado e da classificação final do candidato que concorreu à vaga reservada:

110 - PROFESSOR ANOS INICIAIS (ITEM 2.2)		
INSC.	**NOME**	**CLASSIFICAÇÃO**
0264/2015	LEILA DANTAS DE OLIVEIRA	1
0052/2015	CLEUDIANE ANUNCIAÇÃO DE MORAES	2

Artigo 3º - Conforme previsto no item 16.6 do Edital Normativo, a aprovação do candidato neste certame não implicará na obrigatoriedade de sua contratação, cabendo à Prefeitura Municipal o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido no edital normativo, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, disponibilidade financeira e obediência a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontes e Lacerda, 04 de fevereiro de 2016.

Donizete Barbosa do Nascimento

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
TESTE SELETIVO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

GILVAN APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, do Estado de Mato Grosso, e Comissão Municipal de Teste Seletivo designada pela Portaria 281/2015, torna público o presente edital, que **RETIFICA** o Edital 001/2016 de 04 de janeiro de 2016 e divulga o **LOCAL E HORÁRIO DAS PROVAS** referente ao Processo Seletivo Simplificado 001/2016 para preenchimentos de vagas em caráter temporário, destinado a atender as necessidades da Administração Pública de Porto Esperidião-MT, alterando os dispositivos elencados.

Onde se lê;

8.3 Haverá aplicação de Prova Prática de caráter classificatório para o Cargo de Motorista e Agente Administrativo, a realizar-se no mesmo dia no período vespertino a partir das 13h30min horas na Secretaria de Obras para motorista e para Agente Administrativo na Escola Municipal Maria Gregória Ortiz Cardoso.

9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 - As provas escritas serão realizadas na **Escola Estadual 13 de Maio**, situada à Rua Ramão Lara Franco, 492 – Centro, no dia **07 de fevereiro de2016** das 08:00 às 11:00 horas.

Leia-se;

8.3 Haverá aplicação de Prova Prática de caráter classificatório para o Cargo de Motorista e Agente Administrativo, na Secretaria de Obras para motorista e para Agente Administrativo na Escola Municipal Maria Gregória Ortiz Cardoso, a realizar-se no mesmo dia no período vespertino a partir das 13h30min.

9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 - As provas escritas serão realizadas na **Escola Estadual "13 de Maio"** situada à Rua Ramão Lara Franco, 492 – Centroe **Escola Municipal "Maria Gregória Ortiz Cardoso"**, situado na Rua Osvaldo Farias, 492, Aeroporto, no dia **07 DE FEVEREIRO DE 2016 PERÍODO MATUTINO (08:00 ÀS 11:00 HORAS)**

SALA 01 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO			
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	ADEMILSON DA SILVA SANTANA	22616675SSP/MT	14/02/1992
2.	ADNILTON SILVA SANTANA	2662258-0 SSP/MT	29/10/1996
3.	ADRIANA SANTOS DE AQUINO	1818093-0 SSP/MT	12/06/1991
4.	AGUINALDO MUQUISSAI MASSAVI	2213676-2SSP/MT	10/03/1988
5.	ALDAIANE MACEDO LEÃO	24928437SSP/MT	23/05/1994
6.	ALESSANDRA TOMICHA JOVIO	26574314SSP/MT	11/07/1995
7.	ANA PAULA RAMOS DE SOUZA	2440641-4SSP/MT	17/05/1995
8.	ANGELICA DA SILVA JUNQUEIRA	24131733SJSP/MT	30/06/1993
9.	ANGELICA RIBEIRO DE SOUZA	2107945-5 SSP/MT	19/01/1988
10.	ARIELEN CRISTINA RAMOS DALMORO	25446959 SSP/MT	17/11/1997
11.	BRISLAINY DE CARVALHO OLIVEIRA	2349837-4 SSP/MT	20/08/1991
12.	CARLA DE FATIMA FLORES	2242611-6 SSP/MT	24/11/1997

13.	CECILLYA MARYANNE FERREIRA DE OLIVEIRA	25859633 SSP/MT	24/02/1996
14.	CLAUDILENE PAULINA D. SANDRO	1293498-4SSP/MT	24/05/1981
15.	CLOVIS CEBALHO NUNES	1209625-3SSP/MT	20/09/1977
16.	DANIELI FERNANDA TERCI ROBELO	1752085-1 SSP/MT	19/08/1987
17.	DERIVALDO RODRIGUES MASSAI	2373255-5 SSP/MT	15/09/1992
18.	DERLY FIGUEIREDO XAPINA	23360976SJSP/MT	08/07/1992
19.	EDNO MUQUISSAI	1776595-1SSP/MT	07/04/1988
20.	ELAINE ALVES CEBALHO	12111961 SSP/MT	01/10/1980
21.	ELIEZER GUEDES	24903779SJSP/MT	22/04/1994
22.	EVANDRO MARQUES DE OLIVEIRA	16124979 SSP/MT	21/10/1986
23.	FABIANA MARTINS	09832319 SSP/MT	17/08/1980
24.	FABIO SOUZA FRANÇA	2159625-5 SSP/MT	08/06/1993
25.	GENIVALDO PESSOA ORTIZ	2699163-2SSP/MT	15/12/1996
26.	GÉSSICA SUÉ DOS SANTOS	2692606-7 SSP/MT	23/10/1996
27.	GISELVA MUQUISSAI	23438401SSP/MT	25/03/1990
28.	IVONETE DOS SANTOS	2692610-5SSP/MT	13/05/1997

SALA 02 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	JAKSON FERNANDES BARBOSA	1210514-7 SSP/MT	16/04/1979
2.	JAQUELINE FERREIRA DA SILVA	1850853-7 SSP/MT	01/09/1982
3.	JESSICA LORRAINE F. DOS SANTOS	2416504-2 SSP/MT	18/03/1994
4.	JOSÉ VANDER URUPE	23898798 SJSP/MT	30/09/1992
5.	JUCELIA SILVA	2119510-2 SSP/MT	04/11/1989
6.	KARINY MARTINHA NEVES LIMA	2257145-0 SSP/MT	29/08/1994
7.	KELLY MARA DA SILVA GARCIA	17368502 SSP/MT	29/09/1988
8.	KENNY LYNN ZAMBRANA CAMPOS	2894125-0 SSP/MT	05/10/1986
9.	KESIA PARA DA SILVA	1906453-5 SSP/MT	21/02/1986
10.	KESIA PAVIN DOS SANTOS	181398-5 SESP/MT	15/05/1990
11.	KLEBER ANTONIO MUNIZ	1384723-6 SSP/MT	11/09/1982
12.	LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	22260609 SSP/MT	15/04/1995
13.	LEONORA MASSAVI HURTADO	1973236-8 SSP/MT	24/07/1986
14.	LINDA INES PIRES DO PRADO	23158662 SSP/MT	28/01/1994
15.	LUCAS BRUNNER APRIGIOGERMANO	22776451 SSP/MT	02/10/1990
16.	LUCIANA DE ARRUDA VENTURA	15284999 SJSP/MT	01/10/1983
17.	LUIZ MARIANO EGUES PARABA	2492899-2 SSP/MT	19/08/1994
18.	LUZIETE BAZILIO GONÇALVES	16338774 SSP/MT	29/08/1981
19.	MARCOS ANTONIO F. DOS SANTOS	20690258 SSP/MT	17/08/1980
20.	MARIELY HURTADO FLORES	2431524-9 SSP/MT	08/08/1997
21.	MAURICIO SOARES DE OLIVEIRA	24391069 SSP/MT	06/12/1994
22.	MAURO JUNIOR REGUEIRO	2540400-8 SSP/MT	30/05/1996
23.	MAX DAMIÃO MENACHO DE OLIVEIRA	15939979 SSP/MT	27/09/1985
24.	MICHELLI DAYANE SANTIAGO MARTINS	2286233-1 SSP/MT	09/06/1994
25.	NATHÁLIA MARCINNY SALES	2233547-1SSP/MT	24/12/1995
26.	PAMELA LORRAINE MAGALHÃES DE LACERDA	20471637 SSP/MT	21/05/1990
27.	REGIANE ORTIZ DA SILVA	2503159-7SSP/MT	15/06/1994
28.	RODRIGO CAMPOS BRITO	18567592 SSP/MT	29/08/1989

SALA 03 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO E MOTORISTA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO

1.	ROSANGELA FERREIRA DE S. LEAL	1843762-1 SSP/ MT	12/02/1985
2.	SANDRA LOPES DA SILVA	10586024 SSP/MT	27/05/1978
3.	SILVIO XAPINA	15204669SSP/MT	17/03/1983
4.	SONIA MARIA RODRIGUES F. DE OLIVEIRA	1220030 SSP/GO	20/01/1961
5.	SONIA TUMICHA RUMAN	1539874-9SSP/ MT	09/07/1982
6.	TAHANY FERREIRA LEMES	24429449 SESP/ MT	20/01/1995
7.	TATIELLY RAMOS SANTANA	26575108SJSP/ MT	20/08/1995
8.	VANESSA DE SOUZA NASCIMENTO	223220078 SSP/ MT	30/12/1991
9.	VANILDES MERCEDES DE L. BARROS	12506621SSP/MT	10/04/1978
10.	VINICIO URZEDO DA SILVA	2697664-1SSP/ MT	12/09/1996
11.	WELBER MARTINS DA CRUZ	1893801-9 SESP/ MT	18/10/1993
12.	ZELLITY SOUZA LEÃO	2159770-7 SSP/ MT	19/12/1990

CARGO: MOTORISTA

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
13.	ADAULTO FABIO DE LIMA	15660494 SSP/MT	19/01/1987
14.	MOISÉS MARÇAL DA COSTA	24094218 SSP/MT	10/03/1993
15.	GILMAR DE OLIVEIRA GAIA	1098928-5 SJ/MT	28/10/1975
16.	GERALDO FAGUNDES JUNIOR	15752046 SSP/MT	20/10/1987
17.	FABIO PEREIRA DOS SANTOS	1520992-0 SSP/ MT	28/02/1986
18.	JOSÉ GOMES FERREIRA	827514 SSP/MT	01/07/1971
19.	GUSTAVO CEBALHO BRITO	16976029 SSP/MT	25/05/1986
20.	GILMAR DA SILVA SILVEIRA	11355921 SSP/MT	05/11/1975
21.	ADAIR VALADARES DA SILVA	696359 SSP/MT	20/10/1969
22.	EDMAR ALVES RODRIGUES	18832431 SSP/MT	25/12/1988
23.	SILVIO PEREIRA VIEIRA	11917202 SJSP/ MT	20/12/1971
24.	AGNALDO CARDOSO DE SOUZA	12082392 SJ/MT	17/07/1978
25.	MARCIO SOUZA DOS SANTOS	767.407 SSP/MT	20/08/1973
26.	SIDNEY FARIA CAMARA	1381920-8 SSP/ MT	06/09/1983
27.	AGNALDO LOPES ROCHA	1210547-3 SSP/ MT	22/01/1979
28.	DONIZETE RODRIGUES MIRANDA	1712883-8 SSP/ MT	27/06/1985

SALA 04 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL “13 DE MAIO”
CARGO: MOTORISTA E PROFESSOR

CARGO: MOTORISTA

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	11254718 SSP/MT	25/08/1977
2.	WELLINGTON SIDINEY FERREIRA DOS SANTOS	32938404 SSP/AL	27/03/1989
3.	ELSO SILVEIRA FARIAS	19805721 SSP/MT	03/12/1986
4.	GERALDO ALFEU BATISTA GOMES	614 947 SSP/MT	07/09/1968
5.	MARCIO GOMES SANTANA	1585878-2 SSP/ MT	21/03/1981
6.	ADAILSON HONORATO DA SILVA	22711597 SSP/MT	17/02/1991
7.	VALDEMIR ALVES PAULINO	857173 SSP/MT	14/11/1975
8.	ELTON ALEXANDRE DOS SANTOS	20560370 SSP/MT	28/06/1989

PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SEDE

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
9.	ADRIANA GUERREIRO	09330704SJ/MT	30/01/1979
10.	ALMENI ALVES SANTOS CARVALHO	05527597 SSP/MT	25/08/1966
11.	ANA CASSIA SOARES	12106828 SJ/MT	22/05/1980
12.	ANGELICA DA SILVA DURANTE	21285608SSP/MT	09/07/1991
13.	CLAUDINEIA DA CRUZ STRAMBECK	19277571 SSP/MT	31/12/1980
14.	CREONICE HANSEN	0343371-4 SSP/MT	25/11/1962
15.	ELAINE CRISTINA BETI	13385267SSP/MT	21/08/1975
16.	ELISANGELA DE SOUZA ALMEIDA	12109274SSP/MT	22/04/1978
17.	ERIVELTO DE SOUZA ALMEIDA	968196SSP/MT	06/06/1976
18.	FLAVIA DE FATIMA SALES	06533566SSP/MT	06/09/1975
19.	GISLENE SALVATERRA CARVALHO	12551449SSP/MT	30/08/1984
20.	GYLCEH MARCE DE LIMA E SILVA	7975910 SSP/MT	12/09/1970
21.	ICELLI ROSA DOS SANTOS	19709307SSP/MT	24/04/1986
22.	JANE GRAZIELE SANCHES DA SILVA	2023690-5 SSP/MT	20/04/1983
23.	JOCIENE FATIMA SEBALHO	15285219 SSP/MT	27/01/1981
24.	JOELB FERREIRA DE GODOY	12823562 SSP/MT	26/01/1979
25.	LAUDISSÉIA MEIRA DA COSTA	903971SSD/RO	04/06/1985
26.	LUCIMEIRE FERRAZ DA COSTA	10733353 SJ/MT	26/09/1975
27.	MANOEL INACIO MASSAY MENDES	309200 SSP/MT	23/07/1966

28.	MARCIA CRISTINA BATISTA	2335566168 SSP/ MT	29/06/1972
Sala 05 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO" CARGO: CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA LOTAÇÃO: SEDE			
CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SEDE			
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	MARIA IZABEL ALVES S. BROMATE	775469SSP/MT	02/02/1969
2.	MARTA FERREIRA APRIGIO	16463951 SSP/MT	05/06/1984
3.	NILDA SILVA ALVES	6533744SSP/MT	22/12/1972
4.	NILVA SUELY BACA	1425705-0 SSP/MT	16/06/1979
5.	POLIANA MARIA LARA	21724423 SSP/MT	03/12/1989
6.	QUESIA MEIRA DA COSTA	20613512 SSP/MT	30/10/1987
7.	ROSALINA ROBERTA PEREIRA	663904SSP/MT	04/03/1960
8.	ROSANA DA SILVA	881622 SSP/MT	25/04/1970
9.	ROSILANE BRESSANIN DE SIQUEIRA	728.471 SSP/MT	07/05/1971
10.	ROSILENE TRAVA	20044666SSP/MT	18/04/1990
11.	SILVANA ALVES DE AGUIAR	10951075 SJ/MT	13/02/1977
12.	SUELI APARECIDA DE O. SCANDIANI	13051628/SSP/MT	23/07/1981
CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA - MAGISTÉRIO			
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
13.	JOELMA DE OLIVEIRA	10978160 SJ/MT	27/09/1980
CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA EM OUTRAS ÁREAS			
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
14.	ROSANGELA ROCHA MACHADO	M6554412 SSP/MG	13/07/1973
15.	VALDIMARES BRITO DE OLIVEIRA	1484348 SSP/MT	17/05/1981
CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA - ACADÊMICO			
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
16.	CHEILA MICHELE SANTOS	1210007-2 SSP/MT	28/06/1969
17.	CLAUDINEI DA SILVA LARA	22423206SSP/MT	28/02/1990
18.	ELEN DOS SANTOS	14910977 SSP/MT	07/06/1980
19.	ELENIR TRAVA RICO SILVEIRA	1786354-6SPSJ/MT	06/12/1976
20.	ELISANGELA SERAFIM DOS S.CARLOS	15276163SSP/MT	27/07/1980
21.	FRANCELINA CHUE POQUIVIQUI	23361000 SSP/MT	06/02/1989
22.	JOYZIARA DA SILVA MORINIGA	21897050 SSP/MT	30/06/1993
23.	LUCIANA APRIGIO GERMANO	2336083-6 SSP/MT	13/03/1993
24.	SUELLEN KAROLINE MARTINS MACHADO	21878170 SSP/MT	24/03/1992

**Sala 06 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: PROFESSOR**

LOTAÇÃO: ZONA RURAL

CARGO: PROFESSOR			
1.	CARLA CRISTINA MAIA DA SILVA	15889386SSP/MT	08/11/1984
2.	CATIA OLIVEIRA FERNANDES PERES	14012570 SSP/ MT	04/06/1983
3.	CELIA CERAFIM MUNIZ	19805063SSP/MT	04/11/1986
4.	CELIA DA SILVA MARTINS	091305578 SSP/ MT	15/10/1967
5.	CLAUDINEI BARBOSA DA SILVA	17682215SJSP/ MT	07/04/1986
6.	EVA PEREIRA LEITE	10977880SSP/MT	21/05/1980
7.	GLEICIANE ALVES R. PEREIRA	13911309 SSP/ MT	06/12/1982
8.	HELTON SILVEIRA FARIAS	15468208SSP/MT	06/04/1983
9.	JOSEFA SANTANA DA SILVA	28642210SSP/MT	01/07/1959
10.	JOSIELY DE JESUS MOURA	23523476SJSP/ MT	24/07/1994
11.	JULIO CESAR COUTO	12450278SSP/MT	27/12/1978
12.	JUSCILENE BERBEM DA CRUZ	701732 SSP/MT	27/06/1970
13.	LUIZA DE MARILAK FERREIRA B.SILVA	15022277SESP/ MT	23/01/1983
14.	MARCELA APARECIDA S. MILLER	15758761SSP/MT	26/11/1985
15.	MARCELA SANTOS BRAGA	1328920-9SSP/ MT	28/11/1981
16.	MARIA DA GLORIA SILVA	388688SSP/MT	02/02/1964
17.	MARIA JOSÉ BATISTA DE S. PINHEIRO	362996SSP/MT	14/08/1961
18.	MARIA TEODORO DE M. S. ALMEIDA	00489646 SSP/ MT	09/04/1983
19.	SELMA DE OLIVEIRA FERNANDES	538867 SSP/MT	24/11/1968
20.	SIRLENE FIRMIANO DE S. OLIVEIRA	MG12953171SSP/ MG	09/01/1973
21.	VANESSA RAMOS PINAFFI	18121950SSP/MT	16/11/1990
REF.	**CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA MAGISTÉRIO**		
22.	SIRENE SOUZA DE ANDRADE SILVA	231221SSP/MT	13/09/1962

REF.	CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA LICENCIATURA - OUTRAS ÁREAS		
23.	DANDERCLÉIA DE OLIVEIRA CARDOSO	18691498 SSP/ MT	17/04/1989
REF.	**CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA BACHAREL**		
24.	GENILSON OLIVEIRA KIRI	562499246 SSP/ MT	03/06/1992
	CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA ACADÊMICO		
25.	ADELLY SABRINA SILVA OLIVEIRA	2331047-2 SSP/ MT	05/12/1989
26.	ANGELICA TORRES DE A. SOUZA	2188062-0 SSP/ MT	21/10/1990
27.	ANTONIA EDILAINEC. MUQUIÇAI	1539822-6 SSP/ MT	25/01/1981
28.	ELEN DOS SANTOS	14910977 SSP/ MT	07/06/1980

SALA 07 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: PROFESSOR

	CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA ACADÊMICO		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	ELIETE DA SILVA RONDON FRANÇA	889181 SSP/MT	08/08/1973
2.	GRACILDA PARA MASSAVI SILVA	14562995 SSP/ MT	22/06/1983
3.	JESSICA ORTEGA DOS S. DE SOUZA	2022398-6SJSP/ MT	14/03/1989
4.	JOICE KELLI DIDONE DA COSTA	17613876 SJSP/ MT	15/07/1984
5.	JULIANA ORTIZ VELASCO	18949606SSP/MT	03/10/1984
6.	LETICIA DOS SANTOS P. RAMOS	1605873-9SSP/ MT	10/07/1984
7.	LUZIA TUMICHA AIRES	1780908-8SSP/ MT	12/09/1987
8.	MARIA DA GUIA GONÇALO ORTIZ	12106577SSP/MT	12/12/1978
9.	MARIA ISABEL CALHAL	20856717SSP/MT	02/04/1989
10.	NILVA APARECIDA DA S. POQUIVIQUI	12111244 SJSP/ MT	26/05/1976
11.	STEFFANE CRISTINA VIEIRA SILVA	17948975SSP/MT	28/02/1991
12.	SUELEN MARIA MARCHEZAN	1311256-2 SSP/ MT	04/04/1985
13.	VANDERLEIA SILVA TEOFILO	3471906-7259069	07/10/1974

	CARGO: PROFESSOR DE LETRAS LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
14.	ADRIANA APARECIDA DA CRUZ	21802639 SSP/MT	11/02/1972
15.	DAIANE FERNANDA APª JANUARIA SEBASTIÃO	22460470 SSP/MT	17/04/1992
16.	EJAIR AROLDO SURUBI ORTIZ	12110477 SSP/MT	29/12/1978
17.	GEISIANY SOUZA LEÃO	18122027 SSP/MT	24/03/1988
18.	IZENILDA DA SILVA TEIXEIRA	12096261 SJ/MT	22/03/1978
19.	MARTA APARECIDA FERREIRA	15075451 SSP/MT	15/05/1985
20.	PATRÍCIA NATTES DOS SANTOS	1736797-2 SSP/MT	26/06/1986
21.	VALDIR DA SILVA SOUZA	15985539 SSP/MT	09/11/1985
22.	APARECIDO DE OLIVEIRA TRINDADE (ED. FÍSICA)	1709059-8 SSP/MT	08/09/1984
23.	MARCOS FRANCISCO RODRIGUES TOMAZ (ED.FÍSICA)	475327974 SSP/SP	21/07/1988

	CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
24.	ABRÃO DE OLIVEIRA (TÉCNOLOGO)	28428463	17/10/1964
25.	CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA (ACADÊMICA)	2440579-5 SSP/ MT	15/07/1995
26.	CINTHIA CARDOSO DA SILVA COUTO (ACADÊMICA)	189950418 SSP/ MT	21/12/1986
27.	EDILEUFER JONIS SANTANA LARA (ACADÊMICA)	25253581 SSP/ MT	01/09/1995
28.	JOSIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	14843609 SSP/ MT	18/12/1982

SALA 08 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: PROFESSOR

	CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	LETICIA CRISTINA DA SILVA POQUIVIQUI (BACHAREL)	21597812 SSP/ MT	31/07/1994
2.	RITA MARIA F. DA SILVA (LINC. PEDAGOGIA)	11575816	06/04/1981
3.	TALITA DA SILVA MOREIRA (ACADÊMICA)	27838730 SSP/ MT	13/04/1997

	CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
4.	ANA MARIA TERCIO ROBELO (ACADÊMICO)	17772923 SSP/MT	25/09/1985

5.	DANIELLA ALVES DA SILVA (ACADÊMICO)	2441003-9 SSP/MT	11/06/1997
6.	ELDO EDNEI DA C. L.MUQUISSAI (TÉCNOLOGO)	21895597 SSP/MT	03/09/1992
7.	JAQUELINE CORDEIRO (LINC. CIÊNCIAS)	2085439-0 SSP/MT	14/02/1988
8.	JOELMA NUNES PINTO (BACHAREL)	1224048-6 SSP/MT	27/08/1980
9.	JULIANE FLORES MACONHÃO (ACADÊMICO)	2432130-3 SSP/MT	09/02/1993
10.	KÁTIA GIORGEA LOPES (ACADÊMICO)	467925 SSP/MT	24/06/1964
11.	MILEIDE APARECIDA DE S.SILVA (LINC. CIÊNCIAS)	11253789 SSP/MT	12/10/1982
12.	RENATA APARECIDA NUNES DOS SANTOS (LINC. ED. FISICA)	17336660 SSP/MT	15/05/1991
13.	WADINA MORETI LEMOS FERREIRA (ACADÊMICO)	16047680 SSP/MT	18/08/1985
	CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
14.	CLEUZA APARECIDA DOS SANTOS G. DA SILVA	163987361 SSP/SP	23/04/1963
15.	ELVINA DA SILVA CEBALHO (TÉCNOLOGO)	11486724 SJ/MT	27/12/1982
16.	EVENIR SOUZA CARVALHO	13305263 SSP/MT	22/09/1980
17.	GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA	21316198 SSP/MT	09/09/1992
18.	LINDOMAR SILVA MORAES (BACHAREL)	21597600 SSP/MT	22/04/1993
	CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
19.	ELIANE PIRES	12107468 SSP/MT	13/09/1979
20.	MÁRCIO POQUIVIQUI MANACA	22801413 SSP/MT	16/07/1986
21.	RONIVALDO RODRIGUES	14817969SSP/MT	03/08/1982

SALA 09 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL “13 DE MAIO”

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

LOTAÇÃO: ZONA RURAL

	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	ADEMIR RODRIGUES DO PRADO	1307903-4 SSP/MT	03/10/1983
2.	ADRIANA FERREIRA BARBOSA	1838990-2 SSP/MT	09/12/1982
3.	ALESSANDRA TACOO MARTINS	1386017-0 SSP/MT	19/11/1984
4.	ALESSANDRO BARBOZA DE SOUZA SOBRINHO	2366325-1 SSP/MT	03/03/1993
5.	ANAIR POICHÉ TOMICHA	2330875-3 SSP/MT	03/05/1989
6.	CLEITON FERREIRA DA SILVA	2096716-0 SSP/MT	09/04/1988
7.	CRISTIELI ALTINO DE SOUZA GENTIL	2311331-6 SSP/MT	05/06/1989
8.	DANILO BATISTA FERREIRA	2311170-4 SSP/MT	05/09/1997
9.	DENILZA SERAFIM DA SILVA NOGUEIRA	1612689-0 SSP/MT	17/06/1979
10.	DULCELINA LEMES DA SILVA	1563671-2 SSP/MT	29/08/1975
11.	EDILAINE BARBOSA	2029658-4 SSP/MT	23/05/1988
12.	EDSON RODRIGUES DA SILVA	12107999 SSP/MT	30/01/1977
13.	ELVIS RAMOS	1581718-0 SSP/MT	07/11/1983
14.	FABIANA SANTOS DA SILVA	2349836-6 SSP/MT	04/06/1991
15.	FABIANA SOARES PEREIRA	2146100-7 SSP/MT	10/01/1990
16.	FAGNER JUNIOR SOUZA SILVA	2279567-7 SSP/MT	24/06/1997
17.	FERNANDA DE OLIVEIRA CARDOSO	1900888-0 SSP/MT	29/05/1991
18.	GENAILDA FRANCISCA FONSECA	19128053 SSP/MT	30/09/1986
19.	IDIANA ALEXANDRINA CEBALHO NUNES DA SILVA	1658761-8 SJ/MT	05/09/1982
20.	INES APARECIDA NAZARIO	14313154 SSP/MT	24/10/1978
21.	INES OLIVEIRA DA FONSECA	470.449 SSP/MT	10/05/1965
22.	JANAINA EGUES VIANA	2861165-9 SSP/MT	08/05/1997
23.	JANAINA VELASCO ORTIZ	19537425 SSP/MT	26/01/1988
24.	JOÃO LEITE MUQUISSAI	12097012 SSP/MT	30/05/1972
25.	JOELCIO DE OLIVEIRA	1549894-8 SSP/MT	03/04/1985
26.	JOICY DE OLIVEIRA LOPES	1588910-6 SSP/MT	21/08/1985

27.	JOSIANE DE JESUS BARBOSA	2326408-0 SSP/ MT	19/10/1994
28.	LEIDIANE ANDRADE BORGES	2327105-1 SSP/ MT	16/12/1993
SALA 10 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO" CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO:			
	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	LOURDES MARIA DA SILVA	2085398-0 SSP/ MT	04/10/1987
2.	LUCAS VINICIUS BEZERRA DE OLIVEIRA	28813472 SSP/ MT	27/11/1997
3.	LUCIANA PEREIRA CASTRO	1795285-9 SSP/ MT	25/09/1983
4.	LUCIANA VALES RODRIGUES	1179401 - SSP/ MT	01/01/1974
5.	LUCIANE APARECIDA PINAFFI	1209668-7 SSP/ MT	06/08/1979
6.	LUCIMAR MORENO DOS SANTOS	2194708-2 SSP/ MT	20/03/1992
7.	MARIA DE FÁTIMA CHARUPA	10717269 SSP/ MT	07/02/1975
8.	MARLISE GRACIELE MUQUIÇAI RAMOS	24643653 SSP/ MT	08/08/1995
9.	MARLUCE RAMOS	2189528-7 SSP/ MT	14/03/1990
10.	MELZI HELENA DE OLIVEIRA CARDOSO	1417845-1 SSP/ MT	22/06/1969
11.	NEIDE ONESINA FERREIRA DE BRITO	484298 SSP/MT	26/09/1957
12.	ROSIMEIRE PEREIRA DA SILVA MORAES	16144180 SSP/ MT	16/07/1978
13.	SAMUEL DAMIÃO LOPES ORTIZ	2791735-5 SSP/ MT	12/08/1997
14.	SILVANA TRAVA	1605889-5 SSP/ MT	09/02/1986
15.	SUZANA RODRIGUES MAIA GONÇALVES	1764553-0 SSP/ MT	30/08/1987
16.	VALDILEIA VELASCO SURUBI	17128790 SSP/ MT	26/01/1985
17.	VANESSA DUARTE	1906507-8 SSP/ MT	29/07/1987
18.	VANICLÉIA MUQUISSAI MAISSE	2814790-1 SSP/ MT	09/11/1996

	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
19.	ADAILZA JESUS DA SILVA	2336162-0 SSP/ MT	21/06/1989
20.	ADELAIDE DA COSTA CLEMENTE	0933035-6 SSP/ MT	14/10/2014
21.	ADELIA CHORES	2349834-0 SSP/ MT	22/08/1993
22.	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	1780850-2 SSP/ MT	18/03/1984
23.	ALCILENE TOMICHA CASSUPA	2246435-2 SSP/ MT	11/08/1993
24.	ALESSANDRA DA SILVA LARA	2232286-8 SSP/ MT	10/04/1988
25.	ALEXSANDRA MACONHÃO LOPES ROCHA	22797513 SSP/ MT	03/06/1996
26.	ALINE CEZÁRIO COUTINHO	23993316 SSP/ MT	07/01/1997
27.	AMANDA DE JESUS MARANGONI	2388111-9 SSP/ MT	01/09/1995
28.	ANA CRISTINA TOMICHA LEMES	16356578 SSP/ MT	20/11/1987
SALA 11 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO" CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA			
	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	ANA JUCILEIA MACHACAU FLORES	2147397-8 SSP/ MT	27/03/1989
2.	ANA LUIZA MARTINS	1643683-0 SSP/ MT	20/08/1982
3.	ANDREIA RIBEIRO DOS SANTOS	1711966-9 SSP/ MT	08/10/1985
4.	ANDREIA VERIDIANO DA SILVA	12096342 SSP/ MT	10/07/1979
5.	ANEDINO APARECIDO DA SILVA	11267690 SJ/MT	06/10/1961

6.	APARECIDA DE FÁTIMA LOPES ROCHA	1478717-2 SSP/ MT	12/10/1980
7.	BRUNA VIEIRA DA CRUZ DOS SANTOS	26925710 SSP/ MT	01/09/1994
8.	CASSIA DE FATIMA FLORES	2279822-6 SSP/ MT	09/03/1992
9.	CINTHIA MARIA TONON	487847763 SSP/ SP	20/11/1992
10.	CLAUDINETE PINAFFI FERREIRA	22334122 SSP/ MT	06/08/1994
11.	CLODOALDO NUNES SIQUEIRA	1917354-7 SSP/ MT	15/05/1988
12.	CRISTIANE NUNES BELTRAME	2324366-0 SSP/ MT	09/07/1996
13.	CRISTIANE SEBALHO GAUTOS	2159843-6 SSP/ MT	21/10/1989
14.	EDCLEIA MARTINS BRITO	2138764-8 SSP/ MT	05/12/1990
15.	EDILAINE PARA SALVATERRA	22492992 SSP/ MT	08/11/1991
16.	EDINEIDE JOAQUINA DE SOUZA	1873840-0 SSP/ MT	25/02/1982
17.	EDNEIA APARECIDA DA SILVA	1231985-6 SSP/ MT	06/11/1971
18.	ELCIO DA CRUZ DA SILVA	24476625 SSP/ MT	25/10/1994
19.	ELISANDRA PARA SALVATERRA	1882315-7 SSP/ MT	20/09/1987
20.	ELIZABETE DA SILVA SIE	14916860 SSP/ MT	05/04/1983
21.	ERICA DA SILVA SOUZA	2147356-0 SSP/ MT	30/06/1994
22.	EVANI AUGUSTA DE SOUZA	1499521-2 SSP/ MT	01/07/1977
23.	FÁTIMA MELGAR BACA	1855669-8 SSP/ MT	12/01/1983
24.	FERNANDA RONDOM	2490410-4 SSP/ MT	25/04/1988
25.	FRANCELINA SIE GOMES	18568335 SSP/ MT	30/01/1988
26.	FRANCISCA ALMERINDA SANTOS	1581710-5 SSP/ MT	29/07/1976
27.	GABRIEL DA SILVA CAMPOS	2505164-4 SSP/ MT	01/09/1995
28.	GEISE TATIANE TRINDADE DE SOUZA	23664134 SSP/ MT	09/03/1993

SALA 12 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"
CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
LOTAÇÃO:

REF.	**CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA**		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	GIRLENO POQUIVIQUI	11485558 SSP/ MT	31/08/1976
2.	GISELI FÁTIMA DOS SANTOS	15090515 SSP/ MG	23/02/1985
3.	GLAUCIA APARECIDA DE MOURA	1882014-0 SSP/ MT	07/04/1985
4.	GREISSIANE DE ASSUNÇÃO	2358806-3 SSP/ MT	10/03/1990
5.	HELEN PATRICIA DOS SANTOS	2242594-2 SSP/ MT	22/09/1995
6.	INEZ TOMICHA DOS SANTOS	1549871-9 SSP/ MT	01/09/1980
7.	INGRID FERREIRA DA COSTA	2647170-1 SSP/ MT	27/07/1997
8.	IVETE CHAVES DE SOUZA	1855678-7 SSP/ MT	19/03/1986
9.	JOANES APARECIDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	14643294 SSP/ MT	23/12/1981
10.	JULIANE MARTINS DE BRITO	1634020-5 SSP/ MT	27/08/1985
11.	KARINY DA SILVA AGUILAR	2248996-7 SSP/ MT	07/06/1994
12.	KELLEN COELHO BATISTA	26471353 SSP/ MT	29/12/1996
13.	LAUANNE DE FÁTIMA MARQUES AGUILAR	2290893-5 SSP/ MT	04/05/1995
14.	LAURA CESÁRIO LEITE RIBEIRO	2160319-7 SSP/ MT	20/04/1985
15.	LEIZIANE DE OLIVEIRA SANTOS	2640909-7 SSP/ MT	11/08/1995
16.	LETICIA DE OLIVEIRA SANTOS	2640910-0 SSP/ MT	21/04/1994
17.	LEYDI DAYNNE LOPES	2480739-7 SSP/ MT	22/04/1994

18.	LINDALVA BASSAN	16320425 SSP/ MT	23/09/1968
19.	LUANA CEBALHO EGUES	2822309-8 SSP/ MT	27/03/1997
20.	LUCIENE FLORINDA URTADO DE LIMA	1789114-0 SSP/ MT	10/01/1985
21.	LUCIENE RODRIGUES FERREIRA	2115408-2 SSP/ MT	14/08/1980
22.	LUCILEIA MARQUES FERREIRA	1226451-2 SSP/ MT	01/05/1982
23.	LUCIMAR NASCIMENTO LEITE	24409332 SESP/ MT	08/10/1997
24.	MANOELA LOPES ROCHA ALMEIDA	1507360-2 SSP/ MT	07/08/1982
25.	MARIA ADELAIDE MACONHÃO	1394096-1 SSP/ MT	27/06/1985
26.	MARIA ISABEL LOPES	1507373-4 SSP/ MT	29/07/1984
27.	MARIA JOSÉ DE JESUS DE OLIVEIRA	14653923 SSP/ MT	09/08/1983
28.	MARIA JOSÉ ROBERTO DE SOUZA	26735064-8 SSP/ MT	29/08/1956
SALA 13 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO" CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA			
	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	MARIA LUIZA ARCE DA SILVA	17903718 SSP/ MT	03/11/1979
2.	MARIA LUZIA POICHÉ	1833879-8 SSP/ MT	27/06/1986
3.	MARINILZA SURUBI TURIBIOS	1795422-3 SSP/ MT	08/10/1987
4.	MAYARA MARTINS TORQUATO	2004479-8 SSP/ MT	15/11/1992
5.	NAIRA FERNANDA DE JESUS BARROS	1611284-9 SSP/ MT	09/10/1989
6.	NATALIA PROCÓPIO DA SILVA	2677254-0 SSP/ MT	21/10/1996
7.	NELZANA DA SILVA	332895270 SSP/ MT	30/05/1978
8.	NEUSANA DA SILVA	332895270 SSP/ MT	30/05/1973
9.	PATRICIA SANTIAGO DE BRITO	2165113-2 SSP/ MT	20/10/1991
10.	PAULINA ORTIZ ASSUNÇÃO	1825376-8 SSP/ MT	15/06/1986
11.	PAULO ORTIZ PAEZANO	1658817-7 SSP/ MT	11/09/1984
12.	POLLIANA MENACHO ANGÉLICO	52482728-X SSP/ SP	20/10/1993
13.	RAFAELA MACONHÃO LOPES	1210671-2 SSP/ MT	24/10/1979
14.	RAQUEL BRAZ DE OLIVEIRA	28064445 SESP/ MT	19/10/1996
15.	RAYSSA FERNANDES DA SILVA	17590809 SSP/ MT	01/08/1994
16.	REGIANE FLORES RAMOS	21722749 SSP/ MT	03/06/1991
17.	RENATA DA SILVA	2557489-2 SSP/ MT	21/12/1993
18.	ROBERTO CARLOS CHORES	2428824-1 SSP/ MT	05/06/1992
19.	ROSEANE CEZARIO POLIS	19078692 SSP/ MT	04/08/1985
20.	ROSELAINE SALVATERRA DE ASSUNÇÃO	1633754-9 SSP/ MT	24/11/1980
21.	ROSELIA DA CUNHA CAMARGO	15070808 SSP/ MT	09/02/1983
22.	ROSELY DAZA PEDRAÇA	16319052 SSP/ MT	23/02/1983
23.	ROSEMEIRE ROMA PINAFFI	07713142 SSP/ MT	26/12/1969
24.	ROSIMAR DA SILVA MATOS	2081842-4 SSP/ MT	14/09/1988
25.	ROSINEI SILVESTRE RIBEIRO	1876067-8 SSP/ MT	29/03/1986
26.	ROZAIR DA SILVA MIRANDA ALMEIDA	1008711 - 7 SSP/ MT	03/11/1975
27.	RUDINEI DA SILVA SIÉ	1915848-3 SSP/ MT	18/10/1984
28.	SEBASTIANA LUIZA GONÇALVES	1209714-4 SSP/ MT	20/01/1973
SALA 14 – PERÍODO (08:00 ÀS 11:00 HORAS) ESCOLA ESTADUAL "13 DE MAIO"			

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E VIGIA LOTAÇÃO: ZONA URBANA			
	CARGO: SERVIÇOS GERAIS LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	SIDNEI DA SILVA SIE	1752146-7 SSP/ MT	26/08/1987
2.	SIMONE SANTIAGO ALVES	2409427-7 SSP/ MT	12/02/1992
3.	SIRLEIA DE JESUS BARROS	15940110 SSP/ MT	25/07/1978
4.	SUSYELLE NATES ASSONI	2256674-0 SSP/ MT	07/12/1994
5.	TATIANE SEBALHO GAUTOS	2159809-6 SSP/ MT	25/02/1990
6.	TEREZA GOMES URUPI	1307901-8 SSP/ MT	15/10/1981
7.	VALDENICE DE ABREU VIEIRA	2102292 - 5 SSP/ MT	08/01/1987
8.	VALDEVINA MIRANDA ROMÃO	16337654 SSP/ MT	28/06/1980
9.	VALNIZETE DOS SANTOS COELHO BATIS-TA	1540565-6 SSP/ MT	30/01/1981
10.	VANIA RITA DA SILVA	1142167-3 SSP/ MT	10/02/1976
11.	VANILDE DE ABREU VIEIRA	1558615-4 SSP/ MT	19/11/1980
12.	VERA LUCIA ORTIZ DE ASSUNÇÃO	1736968-1 SSP/ MT	07/08/1984
13.	VERONICA FAGUNDES DE MOURA MUNIZ	19878168 SSP/ MT	10/02/1986
14.	VIVIANE ORTIZ DE ASSUNÇÃO KORB	1481802-7 SSP/ MT	07/08/1982
	CARGO: VIGIA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
15.	ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO	11362552 SSP/ MT	04/07/1967
16.	CREUNEISE BORGES DE ARRUDA	0618349-2 SSP/ MT	01/05/1974
17.	EVANILDA ROCHA	1960439-4 SSP/ MT	18/05/1985
18.	FLORINDA RAMOS PARANA	10963537 SSP/ MT	10/07/1977
19.	GILVAN VELASCO FERREIRA	19064160 SSP/ MT	19/10/1989
20.	JOSÉ WANDER BACCA MAISSE	26574977 SJSP/ MT	19/09/1997
21.	JOSUÉ SILVA DE ABREU	17001412 SSP/ MT	20/11/1987
22.	MARIA APARECIDA RAMOS BERTO	1533376-0 SSP/ MT	04/03/1979
23.	MARILZA GRACIELA SURUBI	1843370-7 SSP/ MT	11/11/1987
24.	SILVANE ALVES DE OLIVEIRA	1544005-2 SSP/ MT	29/03/1975
25.	STELA VIEIRA DA SILVA	2332169-5 SSP/ MT	15/06/1993
26.	THIAGO DA SILVA POQUIVIQUI	2159737-5 SSP/ MT	14/04/1993
27.	TIAGO VELASCO CALHAU	2552144-6 SSP/ MT	07/03/1993

SALA 01 – PERÍODO (8:00 AS 11:00 HORAS) ESCOLA MUNICIPAL “MARIA GREGÓRIA”

CARGO: VIGIA

LOTAÇÃO: ZONA URBANA

	CARGO: VIGIA LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	ALEXANDRE MIRANDA FRANCISCO	26731002 SJSP/ MT	08/05/1997
2.	ALEXANDRO DA SILVA NEVES	25030809 SSP/MT	19/06/1995
3.	ALTAIR MACHADO DO PRADO JUNIOR	2312375-3 SSP/MT	05/09/1995
4.	AMILTON NICOLAU DE ALMEIDA	06183433 SSP/MT	07/04/1971
5.	ANDERSON MIRANDA DA SILVA	1876922-5 SSP/MT	09/05/1989
6.	ÂNGELA BROMATE RIBEIRO	2708106-0 SSP/MT	10/08/1996
7.	ARLINDO NUNES CHARUPÁ	876 783 SSP/MT	22/11/1969
8.	BRAULINO FERREIRA FERNANDES	1702930-9 SSP/MT	04/07/1985
9.	CARLOS ALEXANDRE JOVIO	2303564-1 SSP/MT	09/09/1992
10.	CARLOS HENRIQUE DE SOUZA BRITO	2558356-5 SSP/MT	01/04/1995
11.	CHARLES APARECIDO MACIEL	2159076-1 SSP/MT	16/07/1991
12.	CLESIO MARIA ORTIZ	1739619-0 SSP/MT	12/05/1987
13.	DOUGLAS DOS SANTOS BARROS	2257138-8 SSP/MT	11/05/1997

14.	EDILEIA MARTINS BRITO	23111461 SSP/MT	30/01/1997
15.	EDVALDO SURUBI VARGAS	2336101-8 SSP/MT	20/03/1992
16.	EGNALDO DA SILVA MAISER	2085670-9 SSP/MT	03/02/1990
17.	EMILIA TOMICHÁ CEBALHO	2249319-0 SSP/MT	20/09/1990
18.	EVANILDE VIANA RODRIGUES	1893842-6 SSP/MT	28/04/1987
19.	EZEQUIAS SERAFIM DOS SANTOS	2159815-0 SSP/MT	10/08/1992
20.	FLAVIANO FLORES PEDROSA	2233530-7 SSP/MT	21/02/1992
21.	FLAVIO NEY DE ASSUNÇÃO	1209646-6 SJ/MT	06/11/1978
22.	GILBERTO PINTO DE MIRANDA	0686493-7 SSP/MT	07/06/1964
23.	GILSON DA SILVA NOBRE	13611046 SSP/MT	01/10/1990
24.	GLEISSON POQUIVIQUI ASSUNÇÃO	2447657-9 SSP/MT	16/10/1992
25.	GUINAEL MUQUISSAI MASSAVI	23037300SSP/MT	29/07/1989
26.	HALISSON DA SILVA SANTOS	2249152-0 SSP/MT	05/09/1992
27.	IDINALDO CEBALHO	1918066-7SSP/MT	23/10/1985
28.	JAMIR PARABA BACA	1255142-2 SSP/MT	04/02/1982

SALA 02 – PERÍODO (8:00 AS 11:00 HORAS) ESCOLA MUNICIPAL "MARIA GREGÓRIA"
CARGO: VIGIA
LOTAÇÃO: ZONA URBANA

CARGO: VIGIA LOTAÇÃO: ZONA URBANA

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	JEFFSON DA SILVA MIRANDA	2459269-2 SSP/MT	13/08/1993
2.	JOÃO PAULO RAMOS CEZARIO	21473757 SSP/MT	18/06/1995
3.	JOÃO VILASIO SURUBI G. DE CAMPOS	1211393-0 SSP/MT	06/10/1978
4.	JOSÉ CARLOS DE SOUZA PEREIRA	2303572-2 SSP/MT	17/11/1989
5.	JOSÉ EUCLIDES ORTIZ DE ASSUNÇÃO	19732341 SSP/MT	17/07/1988
6.	JOSÉ NILTON DE LIMA CARLOS	1114664-8 SSP/MT	01/05/1976
7.	JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA TRINDADE	2324383-0 SSP/MT	23/06/1986
8.	LUCIENE KORB DE ANDRADE	21286060 SSP/MT	20/09/1993
9.	LUIZ ADRIEL BAPTISTA	17614953 SJSP/MT	03/11/1984
10.	MAILSON SILVA	20071932830SSP/CE	14/09/1992
11.	MANOEL ENERSSON CEBALHO	983315 SSP/MT	28/08/1978
12.	MARCELO RAMOS CEZARIO	1666114-1 SSP/MT	24/09/1987
13.	MARCIEL ASSUNÇÃO DOS SANTOS	1658713-8 SSP/MT	07/02/1993
14.	MARCOS DE ASSUNÇÃO	16810732 SSP/MT	17/07/1983
15.	MARIANA TOMICHÁ CEBALHO	2601047-0 SSP/MT	27/01/1994
16.	NATHALINO MACHICAL JUNIOR	2128961-1 SSP/MT	03/01/1993
17.	OSMAR BORDON	10978283 SJSP/MT	05/06/1979
18.	PAULO CÉSAR BISAIO	832938 SSP/MT	11/06/1970
19.	PAULO CESAR RODRIGUES CHARUPÁ	723946 SSP/MT	06/09/1971
20.	PAULO JOAQUIM DE FREITAS GUERRA	2965078-0 SSP/MT	07/03/1988
21.	ROBERT PARABA MACONHO	2249144-9 SSP/MT	27/04/1994
22.	ROGER DE ARRUDA FIALHO	2492830-5 SESP/MT	04/02/1996

SALA 03 – PERÍODO (8:00 AS 11:00 HORAS) ESCOLA MUNICIPAL "MARIA GREGÓRIA"
CARGO: VIGIA E MERENDEIRA
LOTAÇÃO: ZONA URBANA

CARGO: VIGIA LOTAÇÃO: ZONA URBANA

REF.	NOME	RG	NASCIMENTO
1.	RONALDO APARECIDP DA SILVA MIRANDA	1993222-7 SSP/MT	28/03/1987
2.	SERGIO CEZARIO POLIS	1881987-7 SSP/MT	04/01/1988
3.	SERGIO JOSÉ DE OLIVEIRA	2592439 SSP/MT	13/05/1967
4.	SIMONE FERREIRA DOS SANTOS	000839966 SSP/MT	22/07/1981
5.	SINELI LARICE DIAS DOS ANJOS	2210035-0 SSP/MT	30/04/1995
6.	THIAGO DO CARMO JOVIO	2115394-9 SSP/MT	15/07/1989
7.	TIAGO LUCAS DOS SANTOS DA SILVA	2485284-8 SSP/MT	23/07/1996
8.	VALDINEI DIAS DE OLIVEIRA	27731448 SSP/MT	10/08/1986
9.	VALDIR ALVES DA SILVA	0384921-0 SSP/SP	20/12/1961
10.	VALMIRPIRES SOARES	12096725 SSP/MT	02/01/1980
11.	VANDERLÃ PAULINO DE MIRANDA	24429880 SESP/MT	08/08/1994
12.	VANILDO GOMES DOS SANTOS	1478484-0 SSP/MT	20/04/1985
13.	WALDIR PEREIRA DOS SANTOS	1284239-7 SSP/MT	04/01/1980
14.	WELINTON ALVES DOS REIS	2115429-5 SSP/MT	18/11/1991
15.	WELLITON HONORIO C. DE OLIVEIRA	22492372 SSP/MT	24/08/1994
16.	WILSON COTRIM DA SILVA	1658811-8 SSP/MT	09/07/1985

SALA 04 – PERÍODO (8:00 AS 11:00 HORAS) ESCOLA MUNICIPAL "MARIA GREGÓRIA"

CARGO: MERENDEIRA

LOTAÇÃO: ZONA URBANA

	CARGO: MERENDEIRA LOTAÇÃO: ZONA URBANA		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	ALESSANDRA DA SILVA SIE	2311325-1 SSP/MT	06/12/1988
2.	ANGELA SURUBI LEITE	1444121-7 SSP/MT	14/01/1981
3.	APARECIDA RODRIGUES SOARES	1148669-4 SSP/MT	10/02/1973
4.	CLEIDINEIA BARGAS	1394105-2 SSP/MT	04/06/1984
5.	CLEOMARA APARECIDA F. PALERMO	09577084 SSP/MT	12/04/1976
6.	FABIANA DIAS DE OLIVEIRA	2046994-2 SSP/MT	14/05/1985
7.	LARISSA NUNES DA SILVA	2249547-9 SSP/MT	30/12/1996
8.	MARIA APARECIDA DA S. BEZERRA	1363398-8 SSP/MT	18/03/1960
9.	MARIELA CASUPA SABORE	29131855 SSP/MT	09/08/1989
10.	MARLI DOS SANTOS DA SILVA	1493343-8SSP/MT	25/04/1973
11.	RENATA CRISTINA DA SILVA	1786399-6 SSP/MT	09/11/1983
12.	RENIELE RODRIGUES SANTANA	2450747-4 SSP/MT	30/12/1995
13.	SANDRA URTADO SURUBI	1886162-8SSP/MT	19/09/1986
14.	SIMONE PEREIRA DE LIMA	1210512-0 SSP/MT	12/10/1976
15.	VANIA TEREZINHA DE AZAMBUJA	000893595 SSP/MT	22/08/1956
16.	CÉLIA GEOVANA AGUILERA	1815641-0 SSP/MT	23/04/1985

SALA 05 – PERÍODO (8:00 AS 11:00 HORAS) ESCOLA MUNICIPAL "MARIA GREGÓRIA"

CARGO: MERENDEIRA

LOTAÇÃO: ZONA RURAL

	CARGO: MERENDEIRA LOTAÇÃO: ZONA RURAL		
REF.	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**
1.	CELIA DA SILVA	1915799-1 SSP/MT	31/08/1984
2.	EVANIA SURUBI ORTIZ	27081028 SSP/MT	14/08/1990
3.	IVANILCE VELASCO	1531441-3 SSP/MT	30/06/1981
4.	JOANA JOVIO	599138 SSP/MT	03/02/1967
5.	LUCIANE TOMICHA	17615011 SSP/MT	04/05/1983
6.	LUCINEIDE PEÑA BARBA	1405825-1 SSP/MT	04/11/1978
7.	MÁRCIA GRIGORIO DA SILVA	19963928 SSP/SP	10/10/1965
8.	NADIR RIBEIRO DE ANDRADE	12111864 SJ/MT	28/02/1970
9.	NATALINA APARECIDA DA SILVA	05140200-0 SJ/MT	22/12/1968
10.	ROSA GONÇALVES	1358958-0SSP/MG	12/06/1977
11.	VANDERLICE MARTINS COIMBRA	1210267-9 SSP/MT	17/04/1976

Porto Esperidião, 04 de fevereiro de 2016.

Gilvan Aparecido de Oliveira

Prefeito Municipal

Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2016

Porto Esperidião-MT

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PUBLICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 78/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT, através do Pregoeiro, torna público aos interessados, a **PRORROGAÇÃO DA ABERTURA** do processo **PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016,** cujo Objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR MATERIAL DE LIMPEZA.**

FICA MARCADA NOVA DATA DE ABERTURA PARA:

11 DE JANEIRO DE 2015

NO MESMO LOCAL E HORARIO:

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES localizada na Rua Arnaldo Jorge da Cunha nº 444-

Centro Porto Esperidião-MT.

DATA: 11/02/2016.

HORAS: 09 HORAS - HORARIO DE MATO GROSSO

Informações e edital disponível no Deptº de Licitações nos horários de 07 as 11 E DAS 13 AS 17 HORAS CONTATOS pelo fone: (65) 32251139 - Internet no www.portoesperidiao.mt.gov.br

Porto Esperidião MT, 04 de JANEIRO de 2016

ELIEL PEREIRA ALVES

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015

O Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria **Nº. 010/2015** de ordem da Prefeitura Municipal de Porto Estrela estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que o certame do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015,** foi declarado **"FRACASSADO"**, tendo em vista a desclassificação da Empresa Licitante, encaminhando o referido processo a autoridade competente para, caso seja de interesse, repetir o procedimento licitatório.

Porto Estrela/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Roosevelt da Guia Ortega

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EDITAL PORTO ESTRELA N.º 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREVI-PORTO - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL PORTO ESTRELA N.º 001/2016

O PREVI-PORTO - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, representado pelo secretário de administração, Sr. Mauro André Fazinga Businaro, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal, daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Porto Estrela - MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Mauro André Fazinga Businaro

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 002/CMAS/2016

Dispõe sobre a reprogramação do saldo oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 27 de janeiro de 2016, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação do saldo remanescente no Fundo Municipal de Assistência – FMAS, oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no valor de **R$ 12.634,66** (Doze Mil Seiscentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Seis Centavos) para utilização no ano de 2016.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 28 de janeiro de 2016.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 003/CMAS/2016

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 27 de janeiro de 2016, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação de saldos de recursos do ano de 2015 para o ano de 2016, de contas oriundas do Fundo Nacional de Assistência Social – FNA, repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, nas seguintes contas:

Piso Básico Variável – SCFV: R$ 5.001,16 (Cinco Mil e Um Reais e Dezesseis Centavos);Piso Básico Variável II – R$ 41,22 (Quarenta e Um Reais e Vinte e Dois Centavos)Índice de Gestão Descentralizada – BF – R$ 6.385,72 (Seis Mil Trezentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta e Dois Centavos)Índice de Gestão Descentralizada – SUAS – R$ 47,57 (Quarenta e Sete Reais e Cinqüenta e Sete Centavos) Piso Básico Fixo – PBF: R$ 9.373,66 (Nove Mil Trezentos e Setenta e Três Reais e Sessenta e Seis Centavos); Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho – R$ 24.657,10 (Vinte e Quatro Mil Seiscentos e Cinqüenta e Sete Reais e Dez Centavos) Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola – R$ 477,15 (Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Quinze Centavos)Piso Básico Variável III – R$ 20.203,43 (Vinte Mil Duzentos e Três Reais e Quarenta e Três Centavos)

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 28 de janeiro de 2016.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 004/CMAS/2016

Dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios eventuais nas modalidades de Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral e Auxilio Nutricional para o ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, em reunião no dia 27 de janeiro de 2016, em reunião Ordinária e registrada na Ata nº. 029/CMAS/2016, no uso de suas atribuições legais com base na Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antonio de Farias, s/n, Bairro Mangueiras – Porto Estrela-MT;

Considerando a Resolução nº. 39, de 09 de Dezembro de 2010 que dispõe sobre a Regulamentação da Concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Politica de Assistência Social em relação à Politica de Saúde;

Considerando a Lei Municipal 476/2012, que dispõe sobre a Regulamentação e concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito municipal e estabelece outras providências;

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Regulamentar o Art. 4º da Lei 476/2012, no qual o critério de renda mensal per capta familiar para o acesso aos Benefícios Eventuais será no valor de até 2 (dois) salários mínimos.

Art. 2° - Regulamentar a Concessão do Beneficio Eventual na modalidade de Auxilio – Natalidade, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido beneficio são: 01 banheira, 03 sabonetes, 01 xampu, 01 pente/escova para cabelo, 02 pacotes de fralda descartável com 24 unidades cada pacote, 02 pacotes de fralda de tecido com 05 unidades cada, 02 pares de meia, 02 mijaozinho, 01 pomada para assadura, 01 toalha de banho, 01 vidro de álcool 70.

Art. 3º- Regulamentar a Concessão do Benefício Eventual na modalidade de Auxilio Funeral, ficando estabelecido que os itens que compõe o referido benefício são: Urna, Higienização e Desodorização e Translado.

Art. 4º - Regulamentar a Concessão de Beneficio Eventual na modalidade de Auxílio Nutricional, ficando estabelecido que esta modalidade deverá atender as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, sendo que os itens que compõe o referido beneficio são: 02 pacotes de arroz 5kg, 03 pacotes de feijão 1kg, 03 óleo, 02 pacotes de macarrão, 02 pacote de café 250g, 01 pacote de sal, 01 lata de extrato de tomate, 02 pacote de açúcar 2kg, 01 pacote de papel higiênico com 08 unidades, 03 sabonetes, 01 pacote de sabão em pó 1kg, 01 pacote de biscoito agua e sal, 02 creme dental, 01 tempero completo pequeno, 01 fubá 500g, 1 farinha de mandioca 1kg, 03 barras de sabão, 01 esponja de aço, 01 trigo 1kg, 01 frango.

Paragrafo Único: Os itens acima relacionados devem passar por processo licitatório por órgão competente da Prefeitura Municipal.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Porto Estrela – MT, 28 de janeiro de 2016.

ERONDINA RODRIGUES DA SILVA RAMOS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 001/CMAS/2016

Dispõe sobre o percentual de utilização dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 27 de janeiro de 2016, nas dependências da Secretária Municipal de Assistência Social, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar os percentuais de utilização do recurso do FEAS na seguinte forma: 50% para Benefícios Eventuais, 30% para aquisição de materiais permanentes e 20% para manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor á partir desta data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 28 de janeiro de 2016.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - PORTO DOS GAUCHOS - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 04 de Fevereiro de 2016.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
AGENOR CASONATTO	381.110. 041-68	9135 /00048/2015
AGENOR CASONATTO	381.110. 041-68	9135 /00049/2015
LEONARDO CRESTANI JUNIOR	815.185. 441-34	9135 /00061/2015
RONDOFERTIL PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	00.233.910/ 0001-14	9135 /00063/2015
RONDOFERTIL PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	00.233.910/ 0001-14	9135 /00064/2015

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: ILARIO REZER Matrícula: 00000147

Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS Assinatura:

Data de afixação:	04/02/2016
Data de desafixação:	19/02/2016

EDITAL DE DECISÃO SOBRE RECURSOS DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o anexo II – Cronograma do Processo de Teste Seletivo Simplificado 001/2016, torna público que *Houve Recursos Interpostos Contra o Edital de Homologação das Inscrições,* Publicado No Dia, 04 de Fevereiro de 2016, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – PCCS GERAL

CARGO: SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Nº DA INSCRIÇÃO	Nº DO CPF	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
029	059.253. 951-23	MATHEUS HONORATO HERCULANO	INDEFERIDA

O candidato Matheus Honorato Herculano impetrou recursos contra a publicação do Edital de Homologação no dia 04/02/2016, solicitando reconsideração sobre o indeferimento de sua inscrição de número 029.

Após deliberação da Comissão do Processo Seletivo Simplificado devidamente nomeada através da Portaria nº 001/2016 de 04 de Janeiro de 2016, foi mantido o indeferimento, julgando improcedente o recurso do candidato.

Comissão Municipal de Teste Seletivo Simplificado, da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 04 de Fevereiro de 2016.

SILVÁ RIBEIRO DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

VERIDIANA SILVÉRIO DE ALMEIDA

SECRETÁRIA

CELSO LUIZ CARDOSO

MEMBRO

ALENCAR RABUSKE NEUCKAMP

MEMBRO

ROBERTO MARTIN WILKE

MEMBRO

EXTRATO RESUMIDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2016

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

AUTO POSTO PARAISO LTDA EPP

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ATENDENDO A TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

DATA DO CONTRATO: 04 de fevereiro de 2016.

PRAZO DO CONTRATO: 04 de fevereiro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: R$ 189.860,10 (Cento e oitenta e nove mil oitocentos e sessenta reais e dez centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 04/2016

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 04/02/2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO FRACIONADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ATENDENDO A TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Repartições interessadas:..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E CULTURA.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXI, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação.

Empresas vencedoras abaixo especificadas:

AUTO POSTO PARAÍSO LTDA - EPP.

CNPJ: 01.300.979/0001-86

Valor Total: R$ **189.860,10 (Cento e oitenta e Nove mil oitocentos e sessenta reais e dez centavos).**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

Objeto: AQUISIÇÃO FRACIONADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ATENDENDO A TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Repartições interessadas:..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe,

instituídos pela portaria nº. 001/2015 de 05 de Janeiro de 2015. Empresas vencedoras:

AUTO POSTO PARAÍSO LTDA - EPP.

CNPJ: 01.300.979/0001-86

Valor Total: R$ **189.860,10 (Cento e oitenta e Nove mil oitocentos e sessenta reais e dez centavos).**

Homologo o resultado proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

Porto dos Gaúchos – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

Ao quarto dias do mês de fevereiro do ano de 2016 (04/02/2016), autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N°. 04/2016**foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. 10/2016, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a(s) Licitante(s) Vencedora(s).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS EM GERAL PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ATENDENDO A TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

1. Considera-se registrado os preços dos Detentores da Ata:

1.1 Empresa:

1.2. **AUTO POSTO PARAISO LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Guilherme Meyer, nº 1.445 CEP 78.560-000, Município de Porto dos Gaúchos/MT, CNPJ sob nº. 01.300.979/0001-86, na pessoa do seu representante legal, senhor **Eder Mauricio Bundchen**, brasileiro, maior, portador do RG nº. 0823187-7 SSP/MT e CPF nº. 535.761.601-91, Município de Porto dos Gaúchos/MT, doravante denominada de **CONTRATADO**.

A saber,

				AUTO POSTO PARAISO		
LOTE 01						
GABINETE DO PREFEITO						
FIAT/UNO MILLE ECONOMY - FABRICAÇÃO/MODELO PLACA NJV 2645 2010/2011						
Item	**Qtde.**	**Un.**	**Descrição**	**R$ Unit.**	**R$ Total**	**Classif.**
1	1	Un.	Filtro de Ar ARL 4147	R$ 16,00	R$ 16,00	**1**
2	1	Un.	Filtro de Combustível GI 40/7	R$ 15,00	R$ 15,00	**1**
3	2	Un.	Filtro Lubrificante PSL 55	R$ 18,00	R$ 36,00	**1**
4	12	Lt.	Óleo Lubrificante 5 W 30	R$ 24,00	R$ 288,00	**1**
					R$ 355,00	
LOTE 02						
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
FURGÃO IVECO FIAT DAILY 3510 ANO 2001/2001 PLACA JZW 7498 - CAMIONETE GM S10 2.8 D 4X4 ANO 2001/2001 PLACA JZB 8114 - AUTOMOVEL VW GOL 1.0 ANO 2006/2006 PLACA KAF 7165 - CAMIONETE GM S10 ROTAN ANO 2001/2002 PLACA NJD 9678 - CAMIONETE SAMU 192 ANO 2009/2010 PLACA NJW 2615 - CAMIONETE FORD RANGER ENGESI ANO 2001/2002 PLACA JZJ 5113 - CAMIONETE GM S10 2.8 D 4X4 ANO 2001/2001 PLACA KAE 5680 - CAMIONETE FIAT FIORINO ANO 2008/2009 PLACA HTD 4187 - UNO MILLE WAY FLEX 4 P ANO 2013/2013 PLACA OBL 6922 - CAMIONETE/AMBULANCIA S 10 ATHOS ANO 2009/2010 PLACA EIT 4550.						
Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
5	15	Un.	Filtro de Ar ARS 8233	R$ 82,00	R$ 1.230,00	**1**
6	5	Un.	Filtro de Ar ARS 2868	R$ 32,00	R$ 160,00	**1**
7	5	Un.	Filtro de Ar ARL 6096	R$ 16,00	R$ 80,00	**1**
8	5	Un.	Filtro de Ar ARS 7990	R$ 68,00	R$ 340,00	**1**
9	5	Un.	Filtro de Ar ARL 4147	R$ 16,00	R$ 80,00	**1**
10	10	Un.	Filtro de Ar ARS 2869	R$ 47,00	R$ 470,00	**1**
10.1	10	Un.	Filtro de Ar ARS 2870	R$ 86,00	R$ 860,00	**1**
10.2	10	Un.	Filtro de Ar AR ACP843	R$ 34,00	R$ 340,00	**1**
12	2	Un.	Filtro de Ar ARS 6223	R$ 76,40	R$ 152,80	**1**
13	10	Un.	Filtro de Combustível PSC 498	R$ 58,00	R$ 580,00	**1**

13.1	10	Un.	Filtro de Combustivel PAC 498/1	R$ 69,00	R$ 690,00	1
13.2	10	Un.	Filtro de Combustivel PSC 498/3	R$ 82,00	R$ 820,00	1
14	4	Un.	Filtro de Combustível GI 12/7	R$ 22,00	R$ 88,00	1
15	5	Un.	Filtro de Combustível GI 07/1-PSC 499	R$ 21,00	R$ 105,00	1
15.1	5	Un.	Filtro de Combustivel PSC 499	R$ 51,00	R$ 255,00	1
16	5	Un.	Filtro de Combustível GI 40/7	R$ 15,00	R$ 75,00	1
17	10	Un.	Filtro de Combustível GI 06/7	R$ 22,00	R$ 220,00	1
18	3	Un.	Filtro de Combustível PEC 3023	R$ 59,00	R$ 177,00	1
19	4	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 156	R$ 64,00	R$ 256,00	1
20	10	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 340	R$ 71,00	R$ 710,00	1
21	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 560 TM2	R$ 18,00	R$ 90,00	1
22	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 55 TM5	R$ 18,00	R$ 90,00	1
23	30	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 619 TM3	R$ 15,00	R$ 450,00	1
24	4	Un.	Filtro de Combustivel FBS2 / 155	R$ 12,00	R$ 48,00	1
25	18	Un.	Fluido de Freio DOT4	R$ 23,00	R$ 414,00	1
26	15	Un.	Óleo Lubrificante 15 W 40 (Boa Qualidade) Galão c/ 20lt	R$ 196,00	R$ 2. 940,00	1
27	180	Lt	Óleo Lubrificante Sintético 5 W 30 (Boa Qualidade) Flex	R$ 24,00	R$ 4. 320,00	1
28	30	Lt	Óleo de Direção Hidraulica ATF	R$ 23,00	R$ 690,00	1
29	80	Lt	Óleo SAE 90	R$ 15,00	R$ 1. 200,00	1
30	3	Lt	Oleo Diferencial	R$ 16,50	R$ 49,50	1
31	20	Lt	Oleo Motor Estac.PSL 123 Fluido Lubrif.	R$ 14,50	R$ 290,00	1
31.1	20	Lt	Filtro psl 123	R$ 25,00	R$ 500,00	1
					R$ 18. 770,30	

LOTE 03

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1617 ANO 19911991 - CAMINHÃO FORD 13000 ANO 1981/1981 - CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ 1113 ANO 1984/1984 - CAMINHÃO FORD CARGO 1422 ANO 1993/1993 - CAMINHÃO FORD CARGO 1622 ANO 1998/1998 - CAMINHÃO M. BENZ L 708 ANO 1987/1987 - CAMINHÃO M. BENZ 1113 ANO 1973/1973 - CAMINHÃO BASCULANTE ANO 2009/2010 - CAMINHÃO BASCULANTE FORD F 7000 ANO 1979/1979 - CAMIONETE L200 MMC ANO 2003/2003 - FIAT UNO MILLE ECONOMY ANO 2009/2010 - CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ ATRON 2729 K 6X4 ANO 2014/2014 - PÁ CARREGADIRA CASE W20 ANO 1991/1991 - PÁ CARREGADEIRA WA180 KOMATSU ANO 2003/2004 - MOTONIVELADORA HUBER WARCO 130 M - MOTONIVELADORA CATERPILAR 120B ANO 1982/1982 - MOTONIVELADORA FIATALLIS 70BR ANO 1987/1987 - MOTONIVELADORA VOLVO G930 ANO 2009/2009 - ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU ANO 2009/2010 - MOTONIVELADORA CATERPILAR ANO 2013/2013 - RETROESCAVADEIRA CASE 580 ANO 2013/2013

Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
32	50	Un.	Óleo Super TD 15W40 API CF(20 Lt)	R$ 285,00	R$ 14. 250,00	1

33	100	Un.	Óleo Super TD 15W40 API CG-4 (20 Lt)	R$ 259,00	R$ 25. 900,00	1
36	20	Un.	Oleo Semi sintetico-SAE 5W30 (01Lt) API	R$ 24,00	R$ 480,00	1
37	100	Un.	Óleo 68 HD (20 Lt)	R$ 139,00	R$ 13. 900,00	1
38	40	Un.	Óleo SAE 90 API GL 5 (20 Lt)	R$ 199,00	R$ 7. 960,00	1
39	30	Un.	Óleo SAE 80 (20 Lt)	R$ 299,00	R$ 8. 970,00	1
40	15	Un.	Óleo SAE 90 (20 Lt)	R$ 199,00	R$ 2. 985,00	1
41	20	Un.	Óleo SAE 90 API GL 4 (20 Lt)	R$ 199,00	R$ 3. 980,00	1
42	20	Un.	Óleo SAE 140 GL 4 (01 Lt)	R$ 16,50	R$ 330,00	1
43	20	Un.	Óleo SAE 140 GL 5 (01 Lt)	R$ 18,00	R$ 360,00	1
45	20	Un.	Óleo de Transmissão TDH (20 Lt)	R$ 249,00	R$ 4. 980,00	1
46	25	Un.	Fluido para Freios DOT 3 (500 ml)	R$ 12,00	R$ 300,00	1
47	50	Un.	Fluído para Freios DOT 4 (500 ml)	R$ 23,00	R$ 1. 150,00	1
48	40	Un.	Óleo LA-3 SAE 10W (20 Lt)	R$ 299,00	R$ 11. 960,00	1
50	50	Un.	Óleo 02 T (500 ml)	R$ 7,70	R$ 385,00	1
51	15	Un.	Prod. Limp. Radiador (500 ml)	R$ 24,00	R$ 360,00	1
54	20	Un.	Graxa MP2 (20 Kg)	R$ 376,00	R$ 7. 520,00	1
62	20	Un.	Óleo do Sistema Hidráulico 68 HVI (20 Lt)	R$ 139,00	R$ 2. 780,00	1
64	8	Un.	Óleo para motor de baixa emissão VDS 3 15W40 (20 Lt)	R$ 285,00	R$ 2. 280,00	1
68	20	Un.	Óleo de Direção - ATF - 20 Lt	R$ 386,00	R$ 7. 720,00	1
70	10	Un.	Óleo lubrificante n°1 15W40 API CI-4/52 (20 Lt)	R$ 285,00	R$ 2. 850,00	1
72	10	Un.	Óleo Hidráulico AW Hidraulic fluid 68 (20 Lt)	R$ 194,00	R$ 1. 940,00	1
73	20	Un.	Fluido Arla 32 20 Lt	R$ 70,00	R$ 1. 400,00	1
74	6	Un.	Filtro de Ar A 6345280306	R$ 89,00	R$ 534,00	1
75	6	Un.	Filtro de Ar A 6345280206	R$ 45,00	R$ 270,00	1
76	6	Un.	Filtro de Ar AP 5460	R$ 99,00	R$ 594,00	1
77	12	Un.	Filtro de Ar ARS 9839	R$ 89,00	R$ 1. 068,00	1
78	18	Un.	Filtro de Ar AP 5461	R$ 139,00	R$ 2. 502,00	1
79	6	Un.	Filtro de Ar AP 7023	R$ 139,00	R$ 834,00	1
80	3	Un.	Filtro de Ar ARS 7990	R$ 68,00	R$ 204,00	1
81	6	Un.	Filtro de Ar AP 4935	R$ 159,00	R$ 954,00	1
82	12	Un.	Filtro de Ar AP 8528	R$ 39,00	R$ 468,00	1
84	17	Un.	Filtro de Ar AP 9834	R$ 63,00	R$ 1. 071,00	1
85	3	Un.	Filtro de Ar ARL 4147	R$ 16,00	R$ 48,00	1

86	3	Un.	Filtro de Ar AP 7108	R$ 48,00	R$ 144,00	1
87	11	Un.	Filtro de Ar AS 820	R$ 45,00	R$ 495,00	1
88	12	Un.	Filtro de Ar ASR 839	R$ 45,00	R$ 540,00	1
89	18	Un.	Filtro de Ar AS 835	R$ 77,00	R$ 1. 386,00	1
90	6	Un.	Filtro de Ar AS 836	R$ 68,00	R$ 408,00	1
91	6	Un.	Filtro de Ar AP 4934	R$ 159,00	R$ 954,00	1
93	5	Un.	Filtro Racor KZ A 958. 477.00.15	R$ 52,00	R$ 260,00	1
94	20	Un.	Filtro Trans-missão (Câmbio) PH 346	R$ 10,00	R$ 200,00	1
96	5	Un.	Filtro de Combustível GI 07/1	R$ 21,00	R$ 105,00	1
97	3	Un.	Filtro de Combustível PC 2/155	R$ 12,00	R$ 36,00	1
98	108	Un.	Filtro de Combustível FC 161	R$ 8,00	R$ 864,00	1
99	48	Un.	Filtro de Combustível PSC 72/2	R$ 16,00	R$ 768,00	1
100	24	Un.	Filtro de Combustível PSD 530/1	R$ 36,00	R$ 864,00	1
101	24	Un.	Filtro de Combustível PSC 410	R$ 36,00	R$ 864,00	1
102	6	Un.	Filtro de Combustível PSD 960/1	R$ 53,00	R$ 318,00	1
103	6	Un.	Filtro de Combustível PSC 744	R$ 25,00	R$ 150,00	1
104	6	Un.	Filtro de Combustível A 000.090. 15.51	R$ 54,00	R$ 324,00	1
105	24	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 300	R$ 94,00	R$ 2. 256,00	1
106	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 962	R$ 30,00	R$ 150,00	1
107	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 900	R$ 24,00	R$ 120,00	1
108	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 144	R$ 19,00	R$ 95,00	1
109	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 364	R$ 17,00	R$ 85,00	1
110	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 55	R$ 18,00	R$ 90,00	1
112	10	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 280	R$ 39,00	R$ 390,00	1
114	6	Un.	Filtro de Oleo Lubrificante PL519	R$ 21,00	R$ 126,00	1
115	30	Un.	Filtro Agua PSA 331	R$ 35,00	R$ 1. 050,00	1
116	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 714	R$ 29,00	R$ 145,00	1
					R$ 146. 474,00	

LOTE 04

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

TRATOR AGRICOLA TL 85 ANO 2008/2008 - TRATOR AGRICOLA MF 292/4 ANO 2008/2008 - TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TT4030 ANO 2010/2010 - FIAT UNO MILLE WAY ECON ANO 2009/2010 PLACA NJS 0276 - CAMIONETE MMC L200 OUTDOOR ANO 2010/2011 PLACA NJI 7741

Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
117	3	Un.	Filtro de Combustível GI 40/7	R$ 15,00	R$ 45,00	1

118	10	Un.	Filtro de Combustível PC 2/255	R$ 17,00	R$ 170,00	1
119	5	Un.	Filtro de Combustível PSC 496	R$ 25,00	R$ 125,00	1
120	3	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 55	R$ 18,00	R$ 54,00	1
121	3	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 123	R$ 25,00	R$ 75,00	1
122	3	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante 84221215	R$ 52,00	R$ 156,00	1
123	3	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 338	R$ 52,00	R$ 156,00	1
124	5	Un.	Filtro de Óleo Lubrificante PSL 900	R$ 24,00	R$ 120,00	1
125	3	Un.	Filtro de Ar ARL 4147	R$ 16,00	R$ 48,00	1
126	3	Un.	Filtro de Ar Primário 055119 R1	R$ 39,00	R$ 117,00	1
127	3	Un.	Filtro de Ar Secundário ASR 807	R$ 51,00	R$ 153,00	1
128	3	Un.	Filtro de Ar Primário 6223619 M1	R$ 64,00	R$ 192,00	1
129	3	Un.	Filtro de Ar Secundário 6223618 M1	R$ 76,00	R$ 228,00	1
133	5	Un.	Óleo 15 W 40 TD (20 Lt)	R$ 259,00	R$ 1.295,00	1
134	5	Un.	Óleo de Transmissão TDH (20 Lt)	R$ 249,00	R$ 1.245,00	1
135	3	Un.	Óleo 90 GL4 (20 Lt)	R$ 199,00	R$ 597,00	1
136	10	Un.	Óleo 20 W 50 (1 Lt)	R$ 17,00	R$ 170,00	1
137	10	Un.	Óleo 90 (1 Lt)	R$ 15,00	R$ 150,00	1
138	3	Un.	Graxa 20 Kg	R$ 376,00	R$ 1.128,00	1
140	10	Lt.	Fluido de Freio DOT 3 (500 ml)	R$ 12,00	R$ 120,00	1
					R$ 6.344,00	

LOTE 05

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE TURISMO E CUTURA

CAMIONETE L 200 OUTDOOR ANO 2012 PLACA OAX 4688

Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
141	40	Lt.	Óleo Lubrificante 15 W 40	R$ 19,00	R$ 760,00	1
142	3	Un.	Filtro de Ar ARS 7109	R$ 39,00	R$ 117,00	1
143	3	Un.	Filtro de Combustível PSC 990	R$ 46,00	R$ 138,00	1
144	3	Un.	Filtro Lubrificante PSL 327	R$ 50,00	R$ 150,00	1
					R$ 1.165,00	

LOTE 06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ONIBUS VOLKS COMIL SVELTO ANO 1998/199 PLACA JZR 5740 - UNO MILLE ECONOMY 1.0 ANO 2013/2013 PLACA OBJ 9252

Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
145	60	Lt.	Óleo Lubrificante 15 W 40	R$ 19,00	R$ 1.140,00	1
146	40	Lt.	Óleo Lubrificante SAE 90	R$ 15,00	R$ 600,00	1
147	12	Lt.	Óleo Lubrificante 5 W 30	R$ 24,00	R$ 288,00	1
148	3	Un.	Filtro de Combustível GI 04/7	R$ 21,00	R$ 63,00	1

152	3	Un.	Filtro Lubrificante PSL 339	R$ 43,00	R$ 129,00	**1**
153	3	Un.	Filtro Lubrificante PSL 55	R$ 18,00	R$ 54,00	**1**
					R$ 2. 274,00	

LOTE 07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ONIBUS MERCEDES BENZ ANO 1982/1982 - FIAT UNO MILLE WAY ECON ANO 2009/2010 - ONIBUS MERCEDES BENZ M POLO VICINO ANO 2010/2010 - ONIBUS MARCOPOLO VOLARE ANO 2011/2011 - ONIBUS VW/15 190 EOD ANO 2010/2011 - MICROONIBUS IVECO ANO 2012/2013 - RENAUT DUSTER DYN 2.0 16 V ANO 2013/2014 - ONIBUS VW 15.190 EOD ANO 2014/2014 -

Item	Qtde.	Un.	Descrição	R$ Unit.	R$ Total	Classif.
154	16	Lt.	Elemento de filtro de combustível 07W115436A	R$ 196,00	R$ 3. 136,00	**1**
155	16	Lt.	Elemento de filtro de combustível 2V5201512	R$ 69,00	R$ 1. 104,00	**1**
156	5	Lt.	Elemento de filtro de combustível 500054702	R$ 199,00	R$ 995,00	**1**
159	10	Lt.	Elemento filtro de ar int. cod. 250129620A	R$ 23,00	R$ 230,00	**1**
163	3	Lt.	Filtro de ar ext. 8501640992	R$ 24,00	R$ 72,00	**1**
165	5	Lt.	Filtro de ar ext. cod. C20500	R$ 59,00	R$ 295,00	**1**
166	6	Lt.	Filtro de ar ext. LX1314	R$ 17,00	R$ 102,00	**1**
167	5	Un.	Filtro de ar int. AF2621100	R$ 22,53	R$ 112,65	**1**
168	4	Un.	Filtro de ar int. ASR203	R$ 195,00	R$ 780,00	**1**
169	2	Un.	Filtro de ar LX 910	R$ 376,00	R$ 752,00	**1**
177	20	Un.	Filtro de óleo do carter 2995655	R$ 84,00	R$ 1. 680,00	**1**
179	8	Un.	Filtro de óleo PL364	R$ 53,00	R$ 424,00	**1**
182	9	Un.	Fluido de freio dot5 500ml	R$ 30,00	R$ 270,00	**1**
190	15	Un.	Óleo lubrificante 15W40 super TD – 20 lt	R$ 17,00	R$ 255,00	**1**
					R$ 10. 207,65	

2. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, com prévia solicitação de compra (***REQUISIÇÃO***), independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor.

2.1. Da retirada do Produto:

a) A administração poderá retirar o produto na sede da Licitante Vencedora, com uma solicitação através de ***REQUISIÇÃO***, onde constarão os produtos, quantidades e a repartição solicitante.

OU;

b) O Produto poderá ser entregue no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município, dentro do perímetro urbano, compreendendo uma distância não superior a 05 (cinco) Km, através de ***REQUISIÇÃO***, onde constarão os produtos, quantidades e a repartição solicitante.

c) Ficará a critério exclusivo da Administração a forma de como serão entregues os Produtos (opção **"a"** ou **"b"**).

d) Em qualquer das formas de entrega, a Licitante Vencedora será **OBRIGADA** a entregar todo o quantitativo do (s) Produto (s) constante na requisição no prazo máximo de 02 (duas) horas.

3.Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da Licitante vencedora, a mesma se obriga a fazê-lo no mesmo prazo da entrega, de forma a não causar nenhum tipo de prejuízo à Administração.

4. Se for o caso, além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

5. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à (s) licitante (s) vencedora (s), sendo-lhes aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas Alterações e a Lei Federal nº. 10.520/02.

6. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na (s) proposta (s) da (s) vencedora (s).

7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente atestada pelo Servidor Responsável.

8. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

9. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

11. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

12. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

13. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

14. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

15. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

16. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da sua assinatura até a data da sua Homologação. (12 meses).

17. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016** com os termos aditados e a proposta da (s) detentora (s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

18. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

19. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

20. FISCAL DE CONTRATOS

20.1. Servidor que preferencialmente deverá ter conhecimento técnico do objeto da contratação, indicado pelo representante da Área Requisitante da contratação e designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, responsabilizando-se pela verificação do efetivo cumprimento das obrigações pactuadas e respectivo ateste das faturas/notas fiscais.

20.2. Este Contrato será acompanhado em todas as fazes de execução pelo Sr. Hélio Rezer, CPF nº 270.302.291.34, nomeado pela Portaria nº 252/2015.

Porto dos Gaúchos/MT, em 04 de fevereiro de 2016.

Município de Porto dos Gaúchos/MT **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN** **Prefeito Municipal**		**AUTO POSTO PARAISO LTDA EPP** CNPJ nº. 01.300.979/0001-86 Detentora da Ata
Daniel Ferreira de Souza **CPF 004.489.351-55** **Testemunha**		**Vanessa Santoni** **CPF 033.226.811.06** **Testemunha**
	Hélio Rezer **CPF 270.302.291.34** **Fiscal de Contrato** **Portaria nº 252/2015**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
EDITAL Nº 01-2016

EDITAL Nº 01/2016

O PRESIDENTE do Poder Legislativo de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, Ver. **Carlos Antônio do Carmo**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna Público e Coloca a disposição de qualquer Cidadão para exame e apreciação extratos e conciliações bancárias do 3º **Quadrimestre** do Poder Legislativo de Poxoréu, relativamente ao Exercício Financeiro do Ano de 2015.

Presidente do Poder Legislativo de Poxoréu-MT

Aos 05 dias do mês de janeiro do ano de 2016.

Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

O Presente Edital foi publicado e afixado no lugar de costume do Poder Legislativo Conforme determina LOM.

Jasciomar A. Santos

Assistente Administrativo

CÂMERA MUNICIPAL
EDITAL Nº 02 - 2016

EDITAL Nº 02/2016

O PRESIDENTE do Poder Legislativo de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, Ver. **CARLOS ANTÔNIO DO CARMO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna Público e Coloca a disposição de qualquer Cidadão para exame e apreciação o **BALANÇO GERAL** do Poder Legislativo de Poxoréu, relativamente ao Exercício Financeiro do Ano de **2015.**

Presidente do Poder Legislativo de Poxoréu-MT

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de 2016

Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

O Presente Edital foi publicado divulgado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e afixado no lugar de costume do Poder Legislativo Conforme determina LOM.

Jasciomar A. Santos

Assistente Administrativo

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1084

PORTARIA Nº 1.084, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **MANOEL DOS ANJOS SILVA,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1083

PORTARIA Nº. 1.083, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra expediente relativo ao servidor municipal,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do

seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Linaura Izidório Gomes	Ag. Com. Saúde	Drº Walterly R. Silva	A 90	05 dias 15 à 19/12/ 2015

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1082

PORTARIA Nº 1.082, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de Dezembro/2015, determinando as providências legais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo do seguinte servidor:

Herculano Souza Santos	2012/2013	20 dias 21/12/2015 à 09/01/2016

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembrode 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1081

PORTARIA Nº 1.081, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de Dezembro/2015, determinando as providências legais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo do seguinte servidor:

Marianna Mavilla	2013/2014	30 dias 21/12/2015 à 20/01/2016

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembrode 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1080

PORTARIA Nº 1.080, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de Dezembro/2015, determinando as providências legais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo do seguinte servidor:

Lindalva Paz Pereira Feitosa	2014/2015 16 dias 2013/2014 03 dias	19 dias 30/11 à 18/12/2015

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembrode 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1079

PORTARIA Nº 1.079, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de Dezembro/2015, determinando as providências legais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo do seguinte servidor:

Keila Márcia de Oliveira Silva	2014/2015	10 dias 23/12/2015 à 01/01/2016

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembrode 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1078

PORTARIA Nº 1.078, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Trata de expediente relativo ao funcionalismo da municipalidade, referente ao mês de Dezembro/2015, determinando as providências legais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar férias para gozo do seguinte servidor:

Josemir Francisco Rodrigues Pinto	2013/2014	30 dias 21/12/2015 à 20/01/2016

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembrode 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1077

PORTARIA Nº. 1.077, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra expediente relativo ao servidor municipal,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do

seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Leila Aparecida de Oliveira	Professor	Drº Ricardo M. Falovigna	F 33.2 F 62.1	180 dias 01/12/2015 à 01/07/2016

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1076

PORTARIA Nº 1.076, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ALEXSANDER GOMES PACHECO,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1075

PORTARIA Nº 1.075, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ANDRÉ LUIZ A. SOUZA,** do cargo de Agente de Serviços Urbanos, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1074

PORTARIA Nº 1.074, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **RODRIGO SILVA GONÇALVES,** do cargo de Agente de Serviços Urbanos, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1073

PORTARIA Nº 1.073, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **RUTO-BREDA DA CRUZ,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1072

PORTARIA Nº 1.072, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ELIMA CONCEIÇÃO RODRIGUES,** do cargo de Assistente Social, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1071

PORTARIA Nº 1.071, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ALINE ALVES DE CARVALHO,** do cargo de Coordenador Casa Lar Abrigo das Crianças, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1070

PORTARIA Nº. 1.070, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra expediente relativo ao servidor municipal,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

Art. 1º – Registrar o afastamento temporário por motivo de atestado médico do

seguinte servidor:

Nome do Servidor	Cargo	Médico	CID	Período
Maria Aparecida Ferreira Santos Passos Lopes	Cozinheira	Drº Walterly Ribeiro Silva	A 90	05 dias 11 à 15/ 12/2015

Art. 2º. – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu - MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1065

PORTARIA Nº 1.065, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ZIZIANE SUHELEN GOMES DOS SANTOS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1064

PORTARIA Nº 1.064, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ZENAIDE TELES VASCO,** do cargo de Instrutor de Artesanato, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1063

PORTARIA Nº 1.063, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **YANE KAROLINE FELIS DA SILVA,** do cargo de Monitor de Creche, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1062

PORTARIA Nº 1.062, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **WLLIANNE YANIS DA SILVA ALMEIDA,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1061

PORTARIA Nº 1.061, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **WINSTON ALVES BORGES,** do cargo de Guarda, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1060

PORTARIA Nº 1.060, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **VANUZETE FRANCISCA DA SILVA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1059

PORTARIA Nº 1.059, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **VANIUZA GALVÃO DE ARRUDA,** do cargo de Monitor de Creche, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1058

PORTARIA Nº 1.058, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **SAMUEL LOPES DOS SANTOS,** do cargo de Instrutor de Dança, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1057

PORTARIA Nº 1.057, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LUCIANA XAVIER ALVES,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1056

PORTARIA Nº 1.056, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ROSANGELA LOPES DE FARIAS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1055

PORTARIA Nº 1.055, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ROBERTI MORAIS DE SALES,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1054

PORTARIA Nº 1.054, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **POLIANA KAROLINE NARCISA DE SOUSA,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1053

PORTARIA Nº 1.053, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **PAULO SÉRGIO BRAGA,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1052

PORTARIA Nº 1.052, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **OSCARINA TSINHOTSE EDZARETSE O WETE,** do cargo de Merendeira, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1051

PORTARIA Nº 1.051, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **OLINDINA DA ROCHA PERES,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1050

PORTARIA Nº 1.050, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **NÍVIA SIBELE DE OLIVEIRA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1049

PORTARIA Nº 1.049, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **MILTON ALVES DO REGO,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1048

PORTARIA Nº 1.048, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MAURILUZIA GALVÃO DE ANDRADE FERREIRA FEITOSA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1047

PORTARIA Nº 1.047, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARISTELA FERREIRA DE FREITAS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1046

PORTARIA Nº 1.046, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARINALVA SOUZA GALVÃO LEITE,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1045

PORTARIA Nº 1.045, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARILEIDE LEITE SILVA DELMONDES,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1044

PORTARIA Nº 1.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARIA ROSA GOMES DA SILVA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1043

PORTARIA Nº 1.043, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARIA LÚCIA GOMES SANTOS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1042

PORTARIA Nº 1.042, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARIA EUNICE DA S. OLIVEIRA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1041

PORTARIA Nº 1.041, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE SOUZA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1040

PORTARIA Nº 1.040, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **MÁRCIO BRU RE,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1039

PORTARIA Nº 1.039, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **MÁRCIA ADRIANA NUNES DE A. OLIVEIRA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1038

PORTARIA Nº 1.038, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LUZIENE ZENAIDE CONCEIÇÃO DE ARRUDA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1037

PORTARIA Nº 1.037, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LUCINEIDE ALVES DA SILVA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1036

PORTARIA Nº 1.036, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LUCILENE LOPES DOS SANTOS,** do cargo de Cuidador de Idoso, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1036

PORTARIA Nº 1.036, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LUCILENE LOPES DOS SANTOS,** do cargo de Cuidador de Idoso, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1035

PORTARIA Nº 1.035, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LIZETE XAVIER CARDOSO,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1034

PORTARIA Nº 1.034, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LIANE DESIDÉRIO PERES,** do cargo de Merendeira, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1033

PORTARIA Nº 1.033, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LEIDINAURA ALVES REGO,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1032

PORTARIA Nº 1.032, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **LEANDRO SANTOS DE OLIVEIRA,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1031

PORTARIA Nº 1.031, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LÁZARA M. DA SILVA PAIM,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1030

PORTARIA Nº 1.030, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **LAURA APARECIDA RAMOS CHIMENE,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1029

PORTARIA Nº 1.029, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **KAMILLA DI PAULA SOARES DA SILVA,** do cargo de Monitor de Creche, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1028

PORTARIA Nº 1.028, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **JUSCÉLIA ROSA DA SILVA,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1026

PORTARIA Nº 1.026, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **JOSÉ DIAS VIEIRA,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº1025

PORTARIA Nº 1.025, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **JOICY THAMILLIS DE SOUZA LOPES,** do cargo de Monitor de Creche, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1024

PORTARIA Nº 1.024, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **JOÃO LINO TSIMHONE TSERENHIS RU,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1023

PORTARIA Nº 1.023, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **JACIRA WA UTOMODZATSI,** do cargo de Merendeira, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1022

PORTARIA Nº 1.022, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ISMAEL TSIHORIWAPEI WA TSADAMNHA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1021

PORTARIA Nº 1.021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **IONE RODRIGUES DA SILVA,** do cargo de Zelador, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.022, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ISMAEL TSIHORIWAPEI WA TSADAMNHA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1020

PORTARIA Nº 1.020, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **HUGNEIA OLIVEIRA FARIAS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1019

PORTARIA Nº 1.019, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **FLEIK IMONE GONÇALVES NUNES,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1018

PORTARIA Nº 1.018, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **GERSON DE ALMEIDA LOPES,** do cargo de Mecânico, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1017

PORTARIA Nº 1.017, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **FÁTIMA BENEDITA DA ANUNCIAÇÃO,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1016

PORTARIA Nº 1.016, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **FABIANA DE SOUZA REGIS,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1015

PORTARIA Nº 1.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **EUGENIO DE MELLO,** do cargo de Maestro, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1014

PORTARIA Nº 1.014, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ERNESTO PEREIRA DE SOUZA,** do cargo de Motorista, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1013

PORTARIA Nº 1.013, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ENELCINA RODRIGUES CUNHA DOS SANTOS,** do cargo de Merendeira, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1012

PORTARIA Nº 1.012, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ELENIR PAIM,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1011

PORTARIA Nº 1.011, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **ELAINE APARECIDA ALMEIDA DA SILVA,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1010

PORTARIA Nº 1.010, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **EDIVIRGENS ALVES DE ALMEIDA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1009

PORTARIA Nº 1.009, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **DIONÍZIA MESSIAS DOS SANTOS,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1008

PORTARIA Nº 1.008, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ELIAS ALVES DA SILVA,** do cargo de Coordenador de Meio Ambiente, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1007

PORTARIA Nº 1.007, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **DEIVITY ROGÉRIO PEREIRA MARTINS,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1006

PORTARIA Nº 1.006, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **DALVANI PEREIRA DE SOUSA MARQUES,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.005

PORTARIA Nº 1.005, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **CREUZA ALCANTARA MAZZETTO,** do cargo de Monitor de Creche, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1004

PORTARIA Nº 1.004, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **CLEIA ADRIANA SANTANA DA SILVA,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1069

PORTARIA Nº 1.069, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **PAULA REGINA RIBEIRO,** do cargo de Apoio Operacional, a partir de 08 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1068

PORTARIA Nº 1.068, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **HERMES RAWE UNE,** do cargo de Guarda, a partir de 01 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1067

PORTARIA Nº 1.067, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato do Srº **ARQUIMEDES UNE WERE E,** do cargo de Merendeira, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1066

PORTARIA Nº 1.066, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Registra o afastamento por rescisão de contrato do servidor,

na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar o afastamento por rescisão de contrato da Srª **SULENY MESSIAS PEREIRA,** do cargo de Professor, a partir de 31 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 31 de Dezembro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 31/12/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 017/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **021/2016.**

MODALIDADE: Pregão Presencial **n. 017/2016.**

OBJETO: Pregão Presencial de Registro de preços para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de **Casa de Apoio** na cidade de Água Boa/MT,para atender pacientes em tratamento fora do município de Querência - MT. Para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

DIA: 19/02/2016

HORÁRIO: 14h30 min. (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao@querencia.mt.gov.br ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia.

Querência – MT, 04 de fevereiro de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeiro (a)

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 014/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 014/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 014/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 011/2016

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para contratação de eletricista com veículo e equipamentos necessários para manutenção elétrica de praças, iluminação pública e reparos nas demais edificações inclusive nos assentamentos do município de Querência- MT.

Vencedora:

A Presente Licitação foi Deserta.

Querência – MT., 04 de fevereiro de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

LICITAÇÕES
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Prazo de trinta 30 (dias)

A Fazenda Publica Municipal, por meio de sua Secretaria de Finanças, torna Público a todos os contribuintes do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, Contribuição de Melhorias Asfalto – CMEL, Taxa de Licença Para Execução de Obras –TLEO, Alvará de Licença para Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Lançamentos Diversos, Vigilância Sanitária e Multas, que encontram-se em débito referente aos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, *proprietários ou sucessores de lotes baldios e casa construídas e abandonadas, cujos contribuintes encontram-se em lugar incertos e não sabidos que, a partir da data do presente Edital estão sendo NOTIFICADOS que já encontram-se inscritos em DIVIDA ATIVA. Solicitamos comparecimento ao Setor de Finanças desta Prefeitura Municipal, para esclarecimento e quitação ou parcelamento de seus débitos atrasados, sob pena de ocorrências de lançamento efetuados de ofício, nos termo da Legislação Tributaria em vigor. Para maiores esclarecimentos colocamo-nos à disposição no Setor de Dívida Ativa desta Secretaria de Finanças, pelo telefone (66) 35291198, (66) 35291218 ou (66) 35292193, ou pelo email dividaativa@querencia.mt.gov.br.*

O presente edital será fixado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no local destinado às publicações de praxes e publicado em Jornal Local, iniciando-se o prazo, a partir de sua publicação na imprensa supracitada.

Querência- (MT), 04 de fevereiro de 2016.

Lidiane Magdalena Führ

Secretária Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2016

PROCESSO Nº 018/2016

A Prefeitura do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 22 de fevereiro de 2016, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura na Av. Mato Grosso, nº 221, centro, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, Licitação Modalidade Tomada de Preços, tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei Federal N.º 8666/93 e alterações posteriores, para **Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais betuminosos, conhecido como RL – 1C, e agregados (areia e Filer), objeto do convenio nº 51/2015 firmado entre a SECID Secretaria de Estado das Cidades** e a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT**,** conforme especificações contidas na projeto básico e edital de licitação.

O Edital completado poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação no horário 07:00 às 13:00, através do fone (65) 3247 1124 ou através do site: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br.

Reserva do Cabaçal-MT, 03 de fevereiro de 2016.

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
COMUNICADO PÚBLICO OFICIAL

O prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-Estado de Mato Grosso, para que surta os efeitos legais, através deste ato convocar o senhor Alex Leopoldino Negres de Oliveira, para retornar a sua função de Vigia no prazo de 10 (dez) dias e, sendo que o mesmo abandonou o seu local de trabalho desde a data de 21 de outubro de 2015 , sob pena de incidência em punição legais.

Comunique-se

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

_____

Tarcísio Ferrari.

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, DECLARA Inexigível de licitação a empresa** HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE ARAPUTANGA LTDA-EPP**, situada na Rua Rui Barbosa, 228, B. Centro, Araputanga-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 14.961171/0001-91, nos termos do processo de Inexigibilidade 03/2016 e torna público que firmará CONTRATO com a mesma para Prestação de Serviços médicos hospitalares em geral pata atendimento com o município durante o exercício de 2016.**

Reserva do Cabaçal-MT, 03 de fevereiro de 2016.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia- MT , através da sua Prefeita Bett Sabbah Marinho da Silva, vem no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n° 025/2016 – SEMAD, Ratifica a declaração de Dispensa de Licitação para contratação de serviços de **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT**, de propriedade da Senhora Marcia Aparecida Alves Dos Santos, pelo valor mensal de R$ 788,00 (Setecentos e oitenta e oito reais) mensais, durante o período de 11(onze) meses, determinado que se proceda a publicação do devido extrato.

Rondolândia -MT, 04 de Fevereiro de 2016.

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

PROCESSO N° 021/2016

PREGÃO PRESENCIAL R.P - N° 006/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo Sistema de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Médicos Plantonistas para atendimento de consultas eventuais na Unidade Básica de Saúde nos Termos estabelecidos no Edital e Anexos**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1. 067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.150/2016, de 04 de Janeiro de 2016.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, ou através do e-mail cplrondolandia@hotmail.com ,Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177.

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 22/02/2016

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 04 de Fevereiro de 2016.

_____

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Rondolândia- MT, através da sua Prefeita Bett Sabah Marinho da Silva, vem no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n° 023/2016 – SEMAS, Ratifica a declaração de Dispensa de Licitação para **LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, REFERENTE AO ANO DE 2016**, de propriedade da Senhora IVANILDA PEREIRA MENDES RIBEIRO, pelo valor mensal de R$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta reais) mensais, durante o período de 11 (onze) meses, determinado que se proceda a publicação do devido extrato.

Rondolândia -MT, 04 de Fevereiro de 2016.

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2016

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: 01/2016

ASSUNTO: LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E OUVIDORIA MUNICIPAL.

SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

INICIO DA VIGÊNCIA: 01/02/2016

1. DOS OBJETIVOS:

1.1) Estabelecer diretrizes gerais para a implementação do Serviço de Informação ao cidadão (SIC), de que trata a Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Município de Rosário Oeste-MT, com a finalidade de:

1.2) Atender e orientar o público quanto ao acesso a informação;

1.3) Assegurar o retorno ao cidadão de seus pedidos de solicitações de informações ao poder público;

1.4) Divulgação na rede mundial de computadores (internet) e disponibilização de outros meios de acesso público de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente desolicitações.

2. DOS PROCEDIMENTOS:

2.1) Do Procedimento do Pedido de Informação:

2.1.1) Qualquer cidadão interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, esta solicitação poderá ser feita diretamente ao setor de Ouvidoria na Prefeitura Municipal ou pelo site oficial, www.rosariooeste.mt.gov.br/Ouvidoria;

2.1.2) O Setor da Ouvidoria, receberá o pedido (solicitação, reclamação, denúncia, informação, sugestão ou elogio) o qual deverá conter a identificação do cidadão.

2.2) Do Procedimento de Acesso a Informação:

2.2.1) Recebido o pedido, a ouvidoria que é a responsável, irá verificar se a informação está disponível, se sim, o acesso será imediato;

2.2.2) Caso não seja possível o acesso imediato a informação nos sítios eletrônicos, o setor de atendimento da Ouvidoria Municipal deverá diligenciar junto aos departamentos, órgãos ou entidades o pedido do servidor, e estes terão prazo de resposta de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez);

2.2.3) Quando o órgão ou a entidade, não possuir a informação, deverá, se não for da sua competência, indicar quem a detém, ou ainda, negado o pedido de acesso a informação, será enviado ao interessado, no prazo de resposta comunicação com as razões da negativa de acesso e seu fundamento legal (informações imprescindíveis a segurança do estado, casos que corram em segredo de justiça e informações pessoais dos agentes públicos ou privados);

2.2.4) O requerente que tiver negado seu pedido, não concordar com a resposta, ou a resposta for omissa, contraditória, obscura ou incompleta, poderá dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados do término do prazo para resposta, apresentar reclamação;

2.2.5) A reclamação será julgada pela autoridade hierarquicamente superior (secretários, diretores e presidentes), no prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação;

2.2.6) Mantida a negativa de acesso a informação, poderá o interessado interpor recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, ao setor de Ouvidoria municipal;

2.2.7) A Ouvidoria deverá acompanhar o trâmite da demanda para agilizar e intermediar as ações, avaliando a resposta do setor, órgão ou entidade;

2.2.8) Se a resposta for satisfatória mantém o cidadão informado sobre a resolução do problema;

2.2.9) Se a resposta não for satisfatória procura a instância imediatamente superior para nova avaliação, tendo solução legal ou não (justifica) deverá manter o cidadão informado;

2.2.10) O setor de Ouvidoria faz os registros para fins estatísticos e arquiva o processo com toda a documentação comprobatória;

2.2.11) A partir dos dados registrado no sistema, emite relatório trimestral ou a pedido, elencando todas as demandas solucionadas ou não, e encaminha para o prefeito e o controle interno.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1) A informação pública deverá estar acessível a todos;

3.2) Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações;

3.3) As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto, mesmo após eventual desclassificação, serão definitivamente preservadas, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo de classificação;

3.4) Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, obrigando aquele que a obteve resguardar o sigilo;

3.5) A autoridade hierarquicamente superior referida no item 2.2.5 adotará as providências necessárias para que o pessoal a ela subordinado conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.

4. CONCEITOS:

4.1) Para efeitos desta Norma, considera-se:

4.1.1) **Solicitação** - Comunicação verbal ou escrita que, embora possa indicar insatisfação, necessariamente contém um requerimento de atendimento ou acesso as ações da Administração Pública.

4.1.2) **Informação -** Comunicação verbal ou escrita onde o cidadão solicita esclarecimento e orientação a respeito dos serviços públicos.

4.1.3) **Informação Sigilosa** – Aquela submetida temporariamente a restrição de acesso público em função de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

4.1.4) **Informação Pessoal** – Aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

4.1.5) **Documento** – unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

5.1) O acesso aos dados, informações e documentos respeitará os direitos constitucionais de proteção a intimidade e privacidade, as hipóteses de sigilo de correspondência, fiscal, financeiro e de segredo de justiça;

5.2) A pessoa física ou jurídica que, em função de qualquer vínculo com o Poder Executivo Municipal, executar atividades de tratamento de informações sigilosas, adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações, sob pena de responsabilização civil e criminal;

5.2) O Controle Interno Municipal promoverá a divulgação e orientação para os órgãos e entidades quanto às modificações a serem realizadas nos sítios institucionais e coordenará a política de transparência pública previstas no Poder Executivo Municipal;

5.3) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma deverá ser discutida com o Ouvidor do Município juntamente com o Controle Interno Municipal.

Rosário Oeste, 25 Janeiro de 2016

MOISÉS ALVES DE ALBUQUERQUE

CONTROLE INTERNO

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ECT – NA FORMA AUTORIZADA PELA ECT: CARTA SIMPLES, E REGISTRADAS, ENCOMENDAS AEROGRAMAS E OUTROS SERVIÇOS BASICOS CONFORME NECESSIDADE DA COMUNIDADE DO ARRUDA NO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

VALOR: R$ 5.280,00 (CINCO MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)

PRAZO: 06(SEIS) MESES

JULIO ORIENTE DOS ANJOS FILHO

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 04 DE JANEIRO DE 2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ECT – NA FORMA AUTORIZADA PELA ECT: CARTA SIMPLES, E REGITRADAS, ENCOMENDAS

AEROGRAMAS E OUTROS SERVIÇOS BASICOS CONFORME NECESSIDADE DA COMUNIDADE DO MARZAGÃO NO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

VALOR: R$ 5.280,00 (CINCO MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS).

PRAZO: 06 (SEIS) MESES

FELIPE MATEUS DE BONFIM

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 04 DE JANEIRO DE 2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL ROSÁRIO-PREVI

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL ROSÁRIO-PREVI N.º 001/2016

O ROSÁRIO-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, representado pela Secretária de Administração, Sra. Maria Nildeci Bezerra Ribeiro, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos das legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Rosário Oeste-MT, 02 de fevereiro de 2016.

Maria Nildeci Bezerra Ribeiro

Gestora

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 001/2016 - CONTAS ANUAIS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 001/2016

A Câmara Municipal de Rosário Oeste-MT., sediada na Av. Cel. Arthur Borges nº 788 – Centro – Rosário Oeste MT., em cumprimento ao art. 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso e §3º do Art. 31da Constituição Federal, torna público que as Contas Anuais deste Poder Legislativo referente ao Exercício Financeiro de 2015, ficará a disposição do Contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar sua legitimidade nos termos da legislação vigente, dentro do prazo de 60(sessenta) dias, a contar de 15 de fevereiro de 2016.

Rosário Oeste - MT, 08 de fevereiro de 2015.

BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA

Presidente da Câmara

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇAO NORMATIVA Nº 12/2011

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº: 12/2011 Versão: 2

ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

SETORES ENVOLVIDOS: TODAS AS SECRETÁRIAS E SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

INICIO DA VIGÊNCIA: 01/02/2016

1. **DOS OBJETIVOS:**

1.1- Estabelecer os procedimentos para concessão e controle de diárias, assim como, para a respectiva prestação de contas;

1.2- Obedecer aos dispositivos legais contidos no Decreto 034/2014, que dispõe alterações nos Decretos 02/2011 e 279/2006, determinando valores de diárias a serem pagas aos Servidores Públicos e Agentes Públicos Municipais da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste.

2. DOS CONCEITOS:

2.1 – Diária: Auxílio pecuniário a título de indenização das despesas com hospedagem e alimentação concedidas integralmente, por dia de afastamento, ou proporcionalmente, quando o afastamento não exigir pernoite, para tratar de assuntos de interesse da administração pública municipal e só poderão ser pagas estritamente a funcionários públicos ou agentes políticos vinculados ao município.

2.2 – Viagem: Deslocamento do servidor em treinamento ou a serviço, em caráter eventual e transitório, para outro município desta ou de outra unidade federativa.

2.3 – Duração da Viagem: Tempo gasto pelo servidor com seu deslocamento e permanência em outra localidade, contando a partir da hora de saída até a hora de chegada em sua residência ou local de trabalho.

3. DAS RESPONSABILIDADES:

3.1 – Da unidade Responsável pela Instrução Normativa:

a) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada; b) Orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação; c) Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle; d) Efetuar periodicamente Auditorias internas, para avaliar a eficácia dos procedimentos de controles inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas.

3.2 – Das Unidades Executoras:

a) Atender ás solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa na fase de sua elaboração, quanto ao fornecimento de informações e a participação no processo de elaboração;

b) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessária nas rotinas de trabalho, objetivando sua otimização, tendo em vista, principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

c) Manter a Instrução Normativa a disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;

d) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quando dos procedimentos de controle e quanto á padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

4. DOS PROCEDIMENTOS: 4.1) Das regras básicas e da concessão de diárias:

4.1.1) - O servidor do Município de Rosário Oeste-MT, que se deslocar a serviço e/ou para treinamento, para qualquer parte do território nacional fará jus à percepção de diárias, nos termos da Lei Municipal n° 685, de 16 de Julho de 1997, com valores alterados conforme Decreto Municipal 034/2014 e, ainda, segundo as disposições desta instrução Normativa;

4.1.2) - As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o servidor de despesas extraordinárias com hospedagem e alimentação as quais serão pagas antecipadamente, de uma só vez;

4.1.3) - As despesas com passagens de qualquer natureza, do veículo oficial com combustíveis e lubrificantes e manutenção em serviço, serão custeados com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste.

4.2) - A concessão de diárias seguirá o seguinte procedimento:

4.2.1) Todas as diárias solicitadas terão concessão prévia, sendo expressamente vedada a sua concessão posterior à viagem realizada;

4.2.2) Deverá ser solicitada, seguindo o modelo constante do ANEXO I,ou em formato de oficio simples, e será chancelada pelo chefe imediato do funcionário público solicitante, o qual encaminhará a solicitação para o Departamento de Finanças;

4.2.3) No Departamento de Finanças deverá ser atestada a existência de disponibilidade financeira para concessão da diária;

4.2.4) No departamento de Contabilidade deverá ser atestada a existência de disponibilidade orçamentária para a concessão da diária, bem como a natureza dos recursos financeiros para o seu custeio;

4.2.5) Na hipótese de não coincidência entre a quantidade de diárias concedida e a de dias de efetivo deslocamento, serão juntados aos processos correspondentes aos dados e documentos relativos à redução do período inicialmente considerado e devolução de diárias não utilizadas ou, alternativamente, à ampliação do período e à complementação do valor devido;

4.2.6) O funcionário que, indevidamente, receber diária, será obrigado a restituí-la, ficando ainda sujeito a punição disciplinar, sem prejuízo das medidas cíveis e criminais aplicáveis ao caso;

4.2.7) A concessão de diárias para Secretários, Prefeito Municipal e Procurador municipal, será apenas para fora do estado de MT ou Internacional,conforme Lei municipal Nº 1.411 de 29 de Abril de 2015, que instituiu a Verba Indenizatória, os demais servidores que se deslocarem para outra localidade, dentro ou fora do Estado de MT, incluindo viagens internacionais, para tratar de assuntos de interesse do Município ou a treinamento, devidamente aprovado pelo superior imediato, terão direito ao recebimento de diária.

5. Da prestação de Contas:

5.1) O Departamento Contábil/prestação de contas exigirá do servidor público que apresente Relatório de Viagem ANEXO ll, no prazo de 5 (Cinco) dias, a contar da data do seu regresso, devidamente assinado por este e com aprovação do chefe imediato, sob pena de impedimento para solicitação de nova diária, além de apresentação de comprovantes de despesas que evidenciem o deslocamento;

5.2) A não apresentação dos comprovantes de deslocamento além de impedimento de solicitação de nova diária, ensejará em restituição aos cofres públicos;

5.3) O relatório de viagem poderá ser preenchido em meio eletrônico ou manuscrito desde que a letra esteja de forma legível e sem rasuras;

5.4) Na omissão do dever de prestar contas de diárias através do relatório de viagem, o beneficiado será notificado pelo Departamento Contábil/ Prestação de contas para adotar as medidas para sanar a irregularidade, sob pena de responsabilidade solidária;

5.5) O Departamento de Contabilidade/Prestação de contas deverá arquivar o processo de despesa de diária de acordo com os documentos abaixo relacionados, os quais deverão estar arquivados no departamento, devendo estar à disposição da Unidade de Controle Interno e das equipes de auditoria;

5.6) Documentos: Cópia do comprovante de depósito efetuado na conta bancária do servidor que solicitou a diária; Nota de pagamento liquidação e empenho;Solicitação para concessão de diária (anexo I); Prestação de contas (anexo ll).

5.7) O servidor que apresentar processo de prestação de contas (relatório de viagem) em desacordo com o que estabelece as regras para concessão de diárias desta Instrução Normativa estará impedido de receber diárias, até sanar a improbidade, sem prejuízo das outras medidas administrativas aplicáveis ao caso;

5.8) A apresentação de documentos inidôneos, despesa imoral, ilegal e inelegível não será permitida, gastos como: (cigarro, bebidas alcoólicas, chocolate, entrada de boates e outros que caracterizam uso indevido da diária), podendo o responsável ter que restituir o dinheiro aos cofres públicos;

5.9) O Setor de Contabilidade/Prestação de Contas, deverão encaminhar à representação da Controladoria Interna postado na sua sede, os processos referentes à concessão de diárias, no prazo de 10 (dez) dias após a prestação de contas do servidor;

5.10) A Controladoria Interna liberará o processo até o 5º(quinto) dia útil seguinte ao recebimento, ou tomará as medidas cabíveis no caso de constatar irregularidades;

5.11) Nos processos de desembolso com diárias encaminhadas ao Controle Interno deverão constar:

A) Solicitação do departamento requisitante dirigido à autoridade competente para autorizar, contendo:

B) Nome, o cargo ou função do servidor designado, secretaria de lotação, endereço residencial, agência e número da conta do beneficiário;

C) O local para onde deslocará o servidor designado e a descrição objetiva do serviço a ser executado ou a identificação e programação do evento, treinamento, conclave ou curso, quando for o caso;

D) O período provável de afastamento;

E) O horário de saída do local de origem e o horário de chegada no local de destino;

F) O valor unitário, a quantidade de diárias com descrição de tipo de diária se com pernoite, sem pernoite, ou até 6 (horas)para a definição da importância total a ser paga;

G) As respectivas notas de empenho e ordem de pagamento;

H) Relatório sucinto ou outro documento que comprove a execução do serviço ou a participação em eventos, treinamentos, conclaves e cursos de interesse da Administração;

I) Nos processos relativos às viagens ao exterior, além da documentação citada no artigo anterior, deverá constar documento de comprovação da operação de câmbio expedido por banco oficial;

J) Em caso de restituição de diárias recebidas em excesso, ou quando não ocorrer o deslocamento do servidor, por qualquer motivo, deverá ser juntado ao processo prova do recolhimento da quantia em favor do órgão ou entidade concedente;

L) A restituição de valores aos cofres públicos deverá ser feita via DAM (Documento de Arrecadação Municipal), a guia deve ser retirada no setor de tributos e a cópia do comprovante de pagamento protocolado no setor de finanças e anexado ao processo da diária;

M) A Contabilidade de cada unidade administrativa deverá acompanhar pelo sistema financeiro e orçamentário o empenho de despesa com diárias, na dotação orçamentária, elementos de despesas e naturezas correspondentes, fazendo as devidas anotações para que, se não encaminhado o respectivo processo para sua análise, representar a Controladoria Interna sobre a omissão da autoridade competente que autorizou a despesa, para que sejam tomadas as providências

Cabíveis;

N) É assegurado o acesso do pessoal de inspetoria da Controladoria Interna aos documentos ou assentamentos funcionais que entender necessários ao convencimento da veracidade das peças que compõe o processo sob sua análise;

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

São consideradas ações de treinamento e desenvolvimento a participação de servidores do Município em congressos, cursos, seminários e/ou eventos técnicos/científicos qualificados, internos e/ou externos, que visem o

aperfeiçoamento ou a qualificação do corpo técnico, inclusive como palestrante.

A concessão de diárias ficará condicionada à existência de dotação orçamentária própria para atendimento das despesas e de saldos nos respectivos empenhos.

A inobservância das disposições desta Instrução Normativa importará na responsabilização da autoridade competente que autorizou a despesa e dela a Controladoria interna dará imediata ciência ao Ordenador de despesas e havendo omissão ao Tribunal de Contas do Estado sem prejuízo de outras sanções aplicáveis à espécie.

Os casos omissos e as dúvidas em relação a esta Instrução Normativa serão resolvidos pela Unidade Central de Controle Interno e pelo Departamento Financeiro e Contabilidade.

Rosário Oeste, 25 Janeiro de 2016.

MOISÉS ALVES DE ALBUQUERQUE

CONTROLADOR INTERNO

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRADOR DA WEB SITE WWW.ROSARIOOESTE.MT.GOV.BR, HOSPEDAGENS, SUPORTE TÉCNICO, ATENDIMENTO, ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS DE E-MAIL, LOCAÇÃO DO SISTEMA ADMINISTRADOR, ALTERAÇÃO DE VISUAL E DE DADOS SEMPRE QUE NECESSÁRIO, E ADMINISTRAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

PRAZO: 12 MESES

VALOR DE 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 04 DE JANEIRO DE 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº 01/2016, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2016, do sistema integrado de controle interno dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Rosário Oeste/MT, definindo os procedimentos metodológicos e cronológicos e dá outras providências.

MOISÉS ALVES DE ALBUQUERQUE, Controlador Geral do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº 1.091/2007 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do município e do Decreto n° 047/2011,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal, Art. 52 da CE, combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000,

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT,

CONSIDERANDO a resolução Normativa Nº 26/2014 – TP. Altera a Resolução Normativa nº 33/2012, aprova os requisitos, o conceito e a estrutura da referência do sistema de controle interno dos fiscalizados, bem como estabelecer a competência da UCI para elaborar, aprovar, modificar, e executar o seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI,

CONSIDERANDO que o Sistema integrado de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Rosário Oeste/MT, utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria,

CONSIDERANDO que a auditoria visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

CONSIDERANDO que as atividades de competência da Controladoria Municipal de Rosário Oeste terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e órgãos setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

CONSIDERANDO que o PAAI é o documento que orienta as normas para as Auditorias Internas, especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pelo Controle Interno.

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício de 2016, dos poderes Executivo e Legislativo do município de Rosário Oeste/MT, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º A auditoria interna é executada através de projetos individualizados por área de atuação e consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinado órgão ou entidade e possui o objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais do auditado.

Art. 3º Na seleção das áreas e dos processos a serem auditados serão considerados os aspectos de materialidade, relevância, vulnerabilidade, falhas, erros e outras deficiências, bem como as recomendações do órgão de controle externo pendentes de implementação, quando existentes.

Art. 4º A auditoria interna é executada por servidores do Controle Interno e servidores requisitados de outros departamentos, através de projetos de auditoria individualizados por área de atuação.

Art. 5º Em consonância com o disposto na Instrução Normativa SCI nº. 02/2009, fica atribuído como critério e prioridade na elaboração da programação de auditorias, os sistemas administrativos que:

I - Já foram regulamentados mediante a respectiva instrução normativa;

II - Não foram auditados no exercício anterior;

III - Apresentaram índices de eficiência considerados insatisfatórios nos trabalhos de auditoria realizados nos exercícios anteriores;

IV - Constem de solicitações encaminhadas à Controladoria Municipal pelo Prefeito, Presidente do Legislativo, Secretários ou cargo a eles equiparado;

V - Constem de comunicações recebidas pelo SCI, conforme artigo 7º do Decreto Nº.047/2011 e alteração, no qual será verificada a necessidade da realização de auditoria específica para apuração dos fatos pelo Controlador Geral.

Art. 6º O Plano Anual de Auditoria Interna obedecerá aos trabalhos de auditoria definidos pela Instrução Normativa SCI Nº. 01/2009 e 02/2009, que dispõe sobre o Manual de Auditoria Interna do município de Rosário Oeste, quais sejam:

I - Trabalho de Desenvolvimento e Pesquisa (TDP);

II - Trabalho Regular de Auditoria (TRA) ou Auditoria Operacional.

Parágrafo Único. No exercício de 2016 serão contemplados trabalhos de auditoria do tipo Trabalho de Desenvolvimento e Pesquisa (TDP), de acordo com o calendário para implantação do Manual de Rotinas e Procedimentos de Controle definidos no art. 3º, §1º do Decreto Municipal nº. 013/2013. Também, serão considerados os sistemas administrativos regulamentados no ano de 2015, os quais serão analisados mediante Trabalho Regular de Auditoria (TRA) ou Auditoria Operacional.

Art. 7º O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), será realizado de 15 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016, de acordo com a programação constante no anexo único desta instrução.

Art. 8º Em consonância com o disposto no Manual de Auditoria Interna, regulamentado mediante a Instrução Normativa nº. 01/2009 e 02/2009, a Controladoria Municipal poderá realizar avaliação e revisão da programação em qualquer época que venha a sofrer substancial alteração, ou quando houver necessidade diagnosticada pelo próprio órgão ou por solicitação administrativa devidamente fundamentada.

Art. 9º Esta Instrução entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE JANEIRO DE 2016.

MOISÉS ALVES DE ALBUQUERQUE

Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 018/SAD/2016

PORTARIA N° 018/SAD/2016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica nomeada a Sra. **Wagna Reis de Souza,** inscrito no **CPF: 624.316.091-20**, para compor o Cargo de Membro do Conselho Tutelar do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, admitidos no Processo Eletivo, ata nº. 032/2016 de 10 de janeiro de 2016, realizado pelo Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente.

Art. 2º - Compete o servidor nomeado por esta portaria o exercício das funções inerente com fiel observância e Legislação pertinente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ELEANDRO ROSA DE FARIAS

SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 042/2016

DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARCIA REGINA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor *HUGO GARCIA SOBRINHO*, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" a servidora **MARCIA REGINA DA SILVA**com sua vigência de 04/02/2016 A 04/05/2016.

Art. 2º

- A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0043/2016

DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: *"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO Sr. ALEX CARLOS DA SILVA DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr**. ALEX CARLOS DA SILVA,** portadora do RG Nº 13721844 SSP/MT e CPF nº 000.778.751-09 do Cargo Comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER**.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação

.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

Chefe de Gabinete

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2015

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2015

TOMADA DE PREÇOS 01/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA – CNPJ: 06.928.948/0001-98**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO PARA ÁGUA COM CAPACIDADE PARA 200 (DUZENTOS) MIL LITROS INCLUINDO A FUNDAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

Valor: R$ 190.763,76 (cento e noventa mil setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 04/02/2016 a 31/12/2016.

Santa Rita do Trivelato, 04 de Fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
EDITAL SANTO AFONSO N.º 001/2016

O PREVIMSA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,

representado pelo Secretário de Administração, Sr. Fagner Moreira da Cunha, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da

legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à

disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal daquele paço municipal, de

segunda a sexta-feira.

Santo Afonso-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Fagner Moreira da Cunha

Gestor

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 575/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre inclusão de nova atividade nos anexos da lei Municipal nº 570/2015 de 09 de novembro de 2015 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de nova atividade nos anexos da Lei Municipal nº 570/2015 – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2016, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2016

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

FUNÇÃO			**12 – EDUCAÇÃO**
SUBFUNÇÃO			364 – ENSINO SUPERIOR
	PROGRAMA		5007 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
		AÇÃO	2128- Manutenção do Transporte de Alunos Universitários

METAS E PRIORIDADES COM VALOR

06–SECRETARIA M. DE EDUACAÇÃO E CULTURA 01–GABINETE DA SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	**METAS E PRIORIDADES**	**VALOR R$**
Manutenção do Transporte de Alunos Universitários	O presente projeto tem por objetivo garantir recursos para manutenção do transporte de alunos universitários.	R$ 100.000,00 (cem mil reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 573/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2016 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2016.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no “caput” deste artigo, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos no art. 6º da Lei Municipal nº 571/2015 de 09 de dezembro de 2015.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 572/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

Regulamenta o Parágrafo Único do Art. 5º da Lei 12.816 de 05 de junho de 2013, autoriza a utilização dos veículos do Programa Caminhos da Escola e da Secretaria Municipal de Educação a efetuarem o transporte de estudantes do Ensino Superior e técnico profissionalizante e determina outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo, autorizado a disponibilizar os veículos do Programa Caminhos da Escola ou da Secretaria Municipal de Educação para o transporte de estudantes do ensino superior e ensino técnico profissionalizante obedecidas as exigências constantes na presente Lei

§1º. O transporte somente poderá ser destinado aos Estudantes de Ensino Superior e Técnico Profissionalizante após atendida a demanda dos Estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

§2º. Deverá ser procedida a avaliação técnica a respeito da condição e capacidade do veiculo antes de ser procedida a liberação do mesmo para o transporte dos estudantes a que se refere o presente artigo.

§3º. Para viabilização da presente lei, o Poder Executivo fica autorizado, se necessário, a contratar profissionais para proceder com a inspeção dos veículos, bem como, para condução do mesmo.

Art. 2º. O transporte será disponibilizado de acordo com a possibilidade do Município em atender as necessidades dos alunos do Ensino Superior.

§1º. O transporte será disponibilizado aos estudantes para cursarem o Ensino Superior na cidade de Primavera do Leste/MT.

§2º. Não será permitido o transporte de particulares ou de estudantes não cadastrados.

§3º - O transporte disponibilizado deverá sair de local único e em horários preestabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ressalvado os casos de pessoas portadores de necessidades especiais, cuja limitação impossibilita a locomoção até o local.

§4º - Os beneficiários deverão dirigir-se ao local a ser definido para saída do veículo em tempo para alcançá-los nos horários estabelecidos.

§5º - Os benefícios de que trata esta lei, não será concedido nos períodos de recesso escolar.

Art. 3º. Os beneficiários deverão preencher os seguintes requisitos:

I – Estar matriculado regularmente junto a Instituição de Ensino Superior;

II – Não haver trancado o curso;

III – Encontrar-se dentro do prazo previsto para conclusão do curso, exceto, havendo justificado motivo para prorrogação;

Parágrafo Único – para ter direito ao transporte de que trata a presente lei o estudante deverá proceder da seguinte forma:

I – requerer o benefício mediante assinatura de ficha de inscrição elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Encaminhar comprovação de participação efetiva de no mínimo 80% de freqüência escolar semestral à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – Encaminhar quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura informações relativo ao curso e demais que entender necessário;

IV – Os alunos inscritos no CADÚnico deverão efetuar o pagamento de um taxa mensal de R$ 20,00 (vinte reais) e os demais uma taxa mensal no valor de R$ 50,00 (cinqüenta reais) que deverão ser recolhidos à conta da Prefeitura Municipal até o último dia útil de cada mês.

Art. 4º - O limite máximo de alunos de que trata essa Lei será de 20 (vinte) alunos, os quais serão priorizados de acordo com a comprovação dos critérios abaixo e no prazo máximo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

I – Alunos cadastrados no CADÚnico;

II – Alunos portadores de necessidades especiais;

III – Alunos que estiverem matriculados em curso superior;

IV – Alunos que não possuem nenhum curso superior;

V - Alunos cuja renda per capita familiar de 03 a 05 salários mínimos;

Parágrafo Único – Após seleção de alunos com que atenderem os itens I a V deste artigo e, não sendo preenchido o total de vagas disponibilizadas, as mesmas serão preenchidas de acordo com a ordem de requerimento por parte dos interessados.

Art. 5º. Perderá o direito constante na presente lei:

I – O estudante que se envolver em desordem ou comportamento inadequado durante o transporte;

II – O aluno que trancar a matricula de forma injustificada;

III – Deixar de respeitar as regras e determinações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 6°. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei.

Art. 7º. As despesas para consecução da presente lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, realizado em 14/05/2015, tendo o resultado sido homologado em 18/06/2015, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munida dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 04 dias do mês de fevereiro de 2016.

MIGUEL BRUNETTA*Prefeito Municipal*

ANEXO I

Nº	PROFESSOR CLASSE B
01	SUELI MONTES CANABRAVA
02	RUDINETE SILVA FERREIRA DE PAULA

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

n) Declaração de Bens;

o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

q) CPF dos pais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RGF 3º QUADRIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.885.826,20	17.799.434,44	19.405.726,12	21.956.963,04
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RES. DO SENADO FEDERAL - (120%)		23.286.871,34		
LIMITE DE ALERTA - (108%)		20.958.184,21		
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 10h 25min Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-)	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Disponibilidade de Caixa mais os Demais Haveres Financeiros for menor que o Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 10h12min Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.885.826,20	17.799.434,44	19.405.726,12	21.956.963,04
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL <0% >	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <0,00%>	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1633], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 03/fev/2016 14h e 39m Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.956.963,04	100,00
OPERÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
Do Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV)=(Ia+III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTER	3.513.114,09	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	3.161.802,68	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECE	1.536.987,41	7,00

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1633], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emis Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2015

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMEPNHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS								
RECURSOS VINCULADOS								
(200.001) RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	0,00	0,00	8.914,80	8.563,38	0,00	-17.478,18	263.939,82	0,00
(210.001) RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	5.776,40	0,00	0,00	0,00	0,00	5.776,40	0,00	0,00
(251.000) EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO	0,00	0,00	30.846,77	0,00	0,00	-30.846,77	0,00	0,00
(252.000) EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS	0,00	0,00	7.837,94	0,00	0,00	-7.837,94	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.776,40	0,00	47.599,51	8.563,38	0,00	-50.386,49	263.939,82	0,00
RECURSOS NÃO VINCULADOS								
(001.001) Recursos Proprios do Municipio	3.748.588,05	58.709,30	176.083,80	529.481,85	817.380,53	2.166.932,57	1.181.562,90	0,00
(100.000) GERAL TOTAL	51.697,35	0,00	0,00	0,00	0,00	51.697,35	0,00	0,00
(200.000) EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	1.524,20	0,00	-1.524,20	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.800.285,40	58.709,30	176.083,80	531.006,05	817.380,53	2.217.105,72	1.181.562,90	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	3.806.061,80	58.709,30	223.683,31	58.709,30	817.380,53	2.166.719,23	1.445.502,72	0,00

* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo.codigo)

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1633], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 03/fev/2016 14h e 42m" — Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 6 — R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	21.956.963,04

DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.928.554,98	40,66
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	10.479.092,10	47,73
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.955.137,50	45,34

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.348.355,65	120,00

GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.830.531,87	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.513.114,09	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.536.987,41	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1642], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 03/fev/2016 14h16m — Página 1 de 1 — Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 6 — R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	21.956.963,04

DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.928.554,98	40,66
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	10.479.092,10	47,73
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.955.137,50	45,34

DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.348.355,65	120,00

GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.830.531,87	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.513.114,09	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.536.987,41	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1642], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 03/fev/2016 14h16m — Página Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RREO 6º BIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	21.232.300,00	21.232.300,00	4.574.539,75	21,55	22.206.963,04	104,59	-974.663,04
RECEITAS CORRENTES	19.905.929,65	19.905.929,65	4.574.539,75	22,98	21.956.963,04	110,30	-2.051.033,39
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.385,12	1.349.385,12	283.006,39	20,97	2.969.400,82	220,06	-1.620.015,70
Impostos	1.273.000,00	1.273.000,00	277.759,74	21,82	2.882.369,81	226,42	-1.609.369,81
Taxas	66.385,12	66.385,12	5.246,65	7,90	87.031,01	131,10	-20.645,89
Contribuicao de Melhoria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	456.500,00	456.500,00	73,90	0,02	36.584,27	8,01	419.915,73
Contribuicoes Sociais	256.500,00	256.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.500,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	200.000,00	200.000,00	73,90	0,04	36.584,27	18,29	163.415,73
RECEITA PATRIMONIAL	244.922,11	244.922,11	34.761,87	14,19	206.603,98	84,35	38.318,13
Receitas Imobiliárias	4.822,11	4.822,11	0,00	0,00	0,00	0,00	4.822,11
Receitas de Valores Mobiliários	240.100,00	240.100,00	34.761,87	14,48	206.603,98	86,05	33.496,02
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	35.217,45	35.217,45	10.722,47	30,45	56.869,40	161,48	-21.651,95
Receita de Serviços	35.217,45	35.217,45	10.722,47	30,45	56.869,40	161,48	-21.651,95
TRANSFERENCIAS CORRENTES	17.730.000,00	17.730.000,00	4.123.521,88	23,26	18.439.288,74	104,00	-709.288,74
Transferências Intergovernamentais	17.530.000,00	17.530.000,00	4.123.521,88	23,52	18.439.288,74	105,19	-909.288,74
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.904,97	89.904,97	122.453,24	136,20	248.215,83	276,09	-158.310,86
Multas e Juros de Mora	25.808,44	25.808,44	2.671,42	10,35	15.010,89	58,16	10.797,55
Indenizações e Restituições	10.278,82	10.278,82	90.357,68	879,07	108.142,86	052,09	-97.864,04
Receita da Dívida Ativa	39.537,00	39.537,00	9.140,72	23,12	33.036,44	83,56	6.500,56
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Receitas Correntes Diversas	14.080,71	14.080,71	20.283,42	144,05	92.025,64	653,56	-77.944,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.326.370,35	1.326.370,35	0,00	0,00	250.000,00	18,85	1.076.370,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	250.000,00	20,83	950.000,00
Transferências Intergovernamentais	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.080.000,00	1.080.000,00	0,00	0,00	250.000,00	23,15	830.000,00
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	26.370,35	26.370,35	0,00	0,00	0,00	0,00	26.370,35
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	26.370,35	26.370,35	0,00	0,00	0,00	0,00	26.370,35
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	354.700,00	354.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.700,00
Receita de Contribuições	354.500,00	354.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.500,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	21.587.000,00	21.587.000,00	4.574.539,75	21,19	22.206.963,04	102,87	-619.963,04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ 2015	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	21.587.000,00	21.587.000,00	4.574.539,75	21,19	22.206.963,04	102,87	-619.963,04
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V+VI)	21.587.000,00	21.587.000,00	4.574.539,75	21,19	22.206.963,04	102,87	-619.963,04
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS		0,00			777.000,00		
Superávit Financeiro		0,00			777.000,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A DEZ 2015		BIMESTRE	JAN A DEZ 2015			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	21.007.800,00	22.649.078,00	2.452.842,86	20.588.690,60	2.060.387,40	2.994.879,24	18.985.023,70	3.664.054,30	18.834.278,68	1.603.666,90
DESPESAS CORRENTES	13.728.050,00	17.359.441,99	2.278.151,35	15.483.492,48	1.875.949,51	2.796.044,68	15.235.898,46	2.123.543,53	15.115.153,44	247.594,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.846.250,00	9.455.557,37	1.428.124,32	8.326.148,53	1.129.408,84	1.428.124,32	8.325.248,52	1.130.308,85	8.266.971,69	900,01
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	37.500,00	33.670,00	57,82	33.669,07	0,93	6.457,81	33.669,07	0,93	33.538,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.844.300,00	7.870.214,62	849.969,21	7.123.674,88	746.539,74	1.361.462,55	6.876.980,87	993.233,75	6.814.643,75	246.694,01
DESPESAS DE CAPITAL	6.971.750,00	5.196.636,01	174.691,51	5.105.198,12	91.437,89	198.834,56	3.749.125,24	1.447.510,77	3.719.125,24	1.356.072,88
INVESTIMENTOS	6.789.250,00	5.015.603,01	169.003,11	4.924.167,18	91.435,83	175.790,10	3.568.094,30	1.447.508,71	3.538.094,30	1.356.072,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	182.500,00	181.033,00	5.688,40	181.030,94	2,06	23.044,46	181.030,94	2,06	181.030,94	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	215.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	93.000,00	93.000,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	579.200,00	784.922,00	140.095,02	757.960,87	26.961,13	140.101,02	757.960,87	26.961,13	685.214,48	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	21.587.000,00	23.434.000,00	2.592.937,88	21.346.651,47	2.087.348,53	3.134.980,26	19.742.984,57	3.691.015,43	19.519.493,16	1.603.666,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	21.587.000,00	23.434.000,00	2.592.937,88	21.346.651,47	2.087.348,53	3.134.980,26	19.742.984,57	3.691.015,43	19.519.493,16	
SUPERÁVIT (XIII)							2.463.978,47			
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	21.587.000,00	23.434.000,00	2.592.937,88	21.346.651,47		3.134.980,26	22.206.963,04		19.519.493,16	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.007.800,00	22.649.078,00	2.452.842,86	20.588.690,60	96,45	2.060.387,40	2.994.879,24	18.985.023,70	96,16	3.664.054,30	1.603.666,90
Legislativa	855.000,00	1.052.000,00	0,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00
Ação Legislativa	855.000,00	1.052.000,00	0,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00	0,00	0,00	1.052.000,00	0,00
Administração	2.499.100,00	2.936.693,00	371.538,31	2.933.085,27	13,74	3.607,73	527.969,57	2.889.446,66	14,64	47.246,34	43.638,61
Administração Geral	1.677.850,00	2.111.119,00	264.310,57	2.109.201,59	9,88	1.917,41	370.661,16	2.069.003,45	10,48	42.115,55	40.198,14
Administração Financeira	723.000,00	791.590,00	101.426,39	789.949,83	3,70	1.640,17	151.507,06	786.509,36	3,98	5.080,64	3.440,47
Controle Interno	31.500,00	2.587,50	150,00	2.587,50	0,01	0,00	150,00	2.587,50	0,01	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	31.750,00	31.396,50	5.651,35	31.346,35	0,15	50,15	5.651,35	31.346,35	0,16	50,15	0,00
Assistência Social	2.058.500,00	972.137,04	164.337,36	969.516,68	4,54	2.620,36	180.435,71	841.898,15	4,26	130.238,89	127.618,53
Assistência ao Idoso	25.000,00	12.350,00	2.681,95	11.981,77	0,06	368,23	2.681,95	11.969,66	0,06	380,34	12,11
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.000,00	19.081,04	1.727,97	18.932,37	0,09	148,67	3.543,69	18.481,35	0,09	599,69	451,02
Assistência Comunitária	2.008.500,00	940.706,00	159.927,44	938.602,54	4,40	2.103,46	174.210,07	811.447,14	4,11	129.258,86	127.155,40
Previdência Social	618.900,00	618.900,00	0,00	0,00	0,00	618.900,00	0,00	0,00	0,00	618.900,00	0,00
Administração Geral	288.500,00	288.500,00	0,00	0,00	0,00	288.500,00	0,00	0,00	0,00	288.500,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	330.400,00	330.400,00	0,00	0,00	0,00	330.400,00	0,00	0,00	0,00	330.400,00	0,00
Saúde	4.050.100,00	4.394.766,02	673.225,30	4.384.436,35	20,54	10.329,67	742.710,70	4.254.105,91	21,55	140.660,11	130.330,44
Atenção Básica	3.540.100,00	4.205.441,02	606.995,61	4.195.862,64	19,66	9.578,38	673.500,93	4.083.954,05	20,69	121.486,97	111.908,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	308.000,00	76.900,00	21.223,70	76.473,38	0,36	426,62	21.811,24	73.349,49	0,37	3.550,51	3.123,89
Suporte Profilático e Terapêutico	65.000,00	70.050,00	32.818,70	70.049,38	0,33	0,62	30.372,56	55.324,02	0,28	14.725,98	14.725,36
Vigilância Sanitária	137.000,00	22.375,00	12.419,10	22.284,03	0,10	90,97	12.419,10	22.284,03	0,11	90,97	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	20.000,00	-231,81	19.766,92	0,09	233,08	4.606,87	19.194,32	0,10	805,68	572,60
Educação	4.701.800,00	5.086.585,37	838.305,74	5.078.477,94	23,79	8.107,43	834.740,43	4.794.439,68	24,28	292.145,69	284.038,26
Alimentação e Nutrição	0,00	60.000,00	-456,70	59.436,78	0,28	563,22	2.872,00	55.838,78	0,28	4.161,22	3.598,00
Ensino Fundamental	3.993.800,00	4.258.991,37	726.505,20	4.251.775,10	19,92	7.216,27	718.896,54	3.971.427,57	20,12	287.563,80	280.347,53
Educação Infantil	708.000,00	767.594,00	112.257,24	767.266,06	3,59	327,94	112.971,89	767.173,33	3,89	420,67	92,73
Cultura	40.750,00	39.750,00	8.163,45	39.743,35	0,19	6,65	8.243,35	39.743,35	0,20	6,65	0,00
Difusão Cultural	40.750,00	39.750,00	8.163,45	39.743,35	0,19	6,65	8.243,35	39.743,35	0,20	6,65	0,00
Direitos da Cidadania	18.500,00	113,00	0,00	112,50	0,00	0,50	0,00	112,50	0,00	0,50	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	18.500,00	113,00	0,00	112,50	0,00	0,50	0,00	112,50	0,00	0,50	0,00
Urbanismo	3.107.311,00	5.266.102,48	315.818,44	5.262.592,60	24,65	3.509,88	536.410,66	4.271.797,17	21,64	994.305,31	990.795,43
Serviços Urbanos	3.067.311,00	5.266.102,48	315.818,44	5.262.592,60	24,65	3.509,88	536.410,66	4.271.797,17	21,64	994.305,31	990.795,43
Habitação Urbana	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	897.000,00	221.058,00	48,68	212.540,32	1,00	8.517,68	40.155,84	211.770,03	1,07	9.287,97	770,29
Saneamento Básico Urbano	897.000,00	221.058,00	48,68	212.540,32	1,00	8.517,68	40.155,84	211.770,03	1,07	9.287,97	770,29
Gestão Ambiental	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	327.250,00	364.275,00	19.791,26	363.321,29	1,70	953,71	22.957,55	355.255,06	1,80	9.019,94	8.066,23
Promoção da Produção Vegetal	327.250,00	364.275,00	19.791,26	363.321,29	1,70	953,71	22.957,55	355.255,06	1,80	9.019,94	8.066,23
Indústria	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 40m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Promoção Industrial	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	138.600,00	1.116.000,59	32.155,87	859.316,98	4,03	256.683,61	42.459,09	856.336,77	4,34	259.663,82	2.980,21
Transporte Rodoviário	138.600,00	1.116.000,59	32.155,87	859.316,98	4,03	256.683,61	42.459,09	856.336,77	4,34	259.663,82	2.980,21
Desporto e Lazer	583.989,00	190.894,50	23.712,23	188.793,04	0,88	2.101,46	29.294,07	187.364,14	0,95	3.530,36	1.428,90
Desporto Comunitário	583.989,00	190.894,50	23.712,23	188.793,04	0,88	2.101,46	29.294,07	187.364,14	0,95	3.530,36	1.428,90
Encargos Especiais	340.000,00	296.803,00	5.746,22	296.754,28	1,39	48,72	29.502,27	282.754,28	1,43	14.048,72	14.000,00
Serviço da Dívida Interna	320.000,00	296.803,00	5.746,22	296.754,28	1,39	48,72	29.502,27	282.754,28	1,43	14.048,72	14.000,00
Outros Encargos Especiais	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	308.000,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00
Reserva de Contingência	308.000,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	579.200,00	784.922,00	140.095,02	757.960,87	3,55	26.961,13	140.101,02	757.960,87	3,84	26.961,13	0,00
Legislativa	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Ação Legislativa	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Administração	178.500,00	157.900,00	24.983,56	157.621,51	0,74	278,49	24.989,56	157.621,51	0,80	278,49	0,00
Administração Geral	138.500,00	113.900,00	16.138,11	113.623,81	0,53	276,19	16.144,11	113.623,81	0,58	276,19	0,00
Administração Financeira	40.000,00	44.000,00	8.845,45	43.997,70	0,21	2,30	8.845,45	43.997,70	0,22	2,30	0,00
Assistência Social	33.400,00	27.300,00	4.821,19	27.213,95	0,13	86,05	4.821,19	27.213,95	0,14	86,05	0,00
Assistência Comunitária	33.400,00	27.300,00	4.821,19	27.213,95	0,13	86,05	4.821,19	27.213,95	0,14	86,05	0,00
Saúde	85.000,00	170.000,00	36.900,67	169.888,41	0,80	111,59	36.900,67	169.888,41	0,86	111,59	0,00
Atenção Básica	85.000,00	170.000,00	36.900,67	169.888,41	0,80	111,59	36.900,67	169.888,41	0,86	111,59	0,00
Educação	185.000,00	331.928,00	61.159,88	330.532,89	1,55	1.395,11	61.159,88	330.532,89	1,67	1.395,11	0,00
Ensino Fundamental	130.000,00	245.100,00	46.371,01	243.705,57	1,14	1.394,43	46.371,01	243.705,57	1,23	1.394,43	0,00
Educação Infantil	55.000,00	86.828,00	14.788,87	86.827,32	0,41	0,68	14.788,87	86.827,32	0,44	0,68	0,00
Urbanismo	64.000,00	65.294,00	10.724,22	65.293,63	0,31	0,37	10.724,22	65.293,63	0,33	0,37	0,00
Serviços Urbanos	64.000,00	65.294,00	10.724,22	65.293,63	0,31	0,37	10.724,22	65.293,63	0,33	0,37	0,00
Agricultura	6.300,00	7.500,00	1.505,50	7.410,48	0,03	89,52	1.505,50	7.410,48	0,04	89,52	0,00
Promoção da Produção Vegetal	6.300,00	7.500,00	1.505,50	7.410,48	0,03	89,52	1.505,50	7.410,48	0,04	89,52	0,00
Desporto e Lazer	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	21.587.000,00	23.434.000,00	2.592.937,88	21.346.651,47	100,00	2.087.348,53	3.134.980,26	19.742.984,57	100,00	3.691.015,43	1.603.666,90

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 40m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2015 A DEZ/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2015	FEV/2015	MAR/2015	ABR/2015	MAI/2015	JUN/2015	JUL/2015	AGO/2015	SET/2015	OUT/2015	NOV/2015	DEZ/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.764.801,02	1.940.239,58	1.751.603,58	1.728.989,61	1.979.795,43	1.852.183,83	1.983.776,66	1.640.714,87	2.465.362,30	2.761.170,37	1.931.607,66	3.344.993,64	25.145.238,55	22.708.929,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	69.002,76	480.654,25	253.506,71	139.847,94	166.272,96	132.580,01	393.529,14	119.682,91	637.286,60	294.031,15	205.408,35	77.598,04	2.969.400,82	1.349.385,12
IPTU	464,05	0,00	0,00	0,00	10.461,91	9.799,98	3.577,30	2.179,75	778,11	888,35	704,96	1.407,13	30.261,54	40.000,00
ISS	32.493,33	26.274,71	50.631,13	91.488,88	99.284,51	54.189,59	348.356,95	74.611,56	97.583,86	38.585,67	41.856,66	33.503,60	988.860,45	513.000,00
ITBI	800,00	404.528,20	133.437,35	4.360,00	3.000,00	30.998,86	0,00	1.232,00	501.117,14	215.690,00	124.460,40	1.710,00	1.421.333,95	500.000,00
IRRF	31.781,04	29.671,53	37.655,18	39.377,26	48.874,31	34.352,74	37.942,87	37.361,29	34.833,03	35.947,63	34.812,48	39.304,51	441.913,87	220.000,00
Outras receitas Tributárias	3.464,34	20.179,81	31.783,05	4.621,80	4.652,23	3.238,84	3.652,02	4.298,31	2.974,46	2.919,50	3.573,85	1.672,80	87.031,01	76.385,12
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.405,36	3.053,90	1.156,11	1.781,08	89,05	2.606,68	2.035,44	3.012,86	11.165,78	7.204,11	73,90	0,00	36.584,27	456.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.778,54	14.135,47	22.051,74	20.642,03	20.991,60	23.328,01	16.623,20	11.854,23	11.985,73	15.451,56	18.055,18	16.706,69	206.603,98	244.922,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	3.588,18	3.835,69	4.615,59	4.082,29	6.598,29	5.473,37	4.339,84	5.268,89	4.083,51	4.261,28	4.897,74	5.824,73	56.869,40	35.217,45
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.653.584,87	1.421.025,50	1.462.118,08	1.549.978,59	1.769.909,74	1.673.736,64	1.553.295,04	1.491.293,19	1.791.528,38	2.435.510,79	1.686.599,57	3.138.983,86	21.627.564,25	20.533.000,00
Cota Parte do FPM	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	354.223,40	403.164,93	455.204,85	966.902,48	6.126.627,97	5.800.000,00
Cota Parte do ICMS	666.019,70	569.656,34	739.936,34	647.624,29	679.897,83	701.077,36	703.778,46	667.334,24	810.887,02	739.288,78	655.492,10	1.493.499,94	9.074.492,40	7.700.000,00
Cota Parte do IPVA	1.011,40	26.822,50	19.530,57	22.132,69	17.087,88	24.237,91	24.501,37	13.208,77	6.530,22	4.690,57	4.990,90	6.948,90	171.693,68	180.000,00
Cota Parte do ITR	24.604,39	1.503,01	1.167,24	1.125,10	6.347,48	8.537,06	3.615,41	363,36	1.355,93	623.381,37	69.874,58	96.527,96	838.402,89	300.000,00
Transf. da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	14.310,03	3.577,51	3.577,51	3.577,51	3.577,51	3.577,51	3.577,51	3.577,51	3.577,51	42.930,11	35.000,00
Transf. da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	160.057,75	158.940,33	162.981,62	152.732,93	184.232,47	166.320,55	150.990,21	155.806,78	156.684,73	177.931,11	151.320,55	221.781,65	1.999.780,68	2.300.000,00
Outras Transferências Correntes	230.490,02	80.812,98	113.660,97	253.537,16	314.919,31	279.381,97	237.078,95	226.124,57	458.269,57	483.476,52	346.139,08	349.745,42	3.373.636,52	4.218.000,00
Outras Receitas Correntes	19.441,31	17.534,77	8.155,35	12.657,68	15.933,79	14.459,12	13.954,00	9.602,79	9.312,30	4.711,48	16.572,92	105.880,32	248.215,83	89.904,97
DEDUÇÕES (II)	252.607,37	236.254,37	237.095,00	228.741,60	254.151,50	245.606,73	219.749,88	221.872,26	235.314,70	354.820,55	237.827,92	464.233,63	3.188.275,51	3.059.600,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.500,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	252.607,37	236.254,37	237.095,00	228.741,60	254.151,50	245.606,73	219.749,88	221.872,26	235.314,70	354.820,55	237.827,92	464.233,63	3.188.275,51	2.803.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.512.193,65	1.703.985,21	1.514.508,58	1.500.248,01	1.725.643,93	1.606.577,10	1.764.026,78	1.418.842,61	2.230.047,60	2.406.349,82	1.693.779,74	2.880.760,01	21.956.963,04	19.649.329,65

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 42m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	357.100,00	357.100,00	0,00	661.754,56
RECEITAS CORRENTES	357.100,00	357.100,00	0,00	661.754,56
Receita de Contribuição dos Segurados	256.500,00	256.500,00	0,00	441.502,21
Pessoal Civil	256.500,00	256.500,00	0,00	441.502,21
Ativo	256.500,00	256.500,00	0,00	438.891,29
Inativo	0,00	0,00	0,00	2.610,92
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	100.100,00	100.100,00	0,00	220.104,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	100.100,00	100.100,00	0,00	220.104,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	500,00	500,00	0,00	148,35
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100,00	100,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	400,00	400,00	0,00	148,35
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	354.700,00	354.700,00	0,00	683.545,82
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (III) = (I+II)	711.800,00	711.800,00	0,00	1.345.300,38

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 44m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCÍARIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	619.000,00	619.000,00	0,00	499.608,36	0,00	499.608,36	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	88.800,00	88.800,00	0,00	96.689,42	0,00	96.689,42	0,00	0,00
Despesas Correntes	88.700,00	88.700,00	0,00	96.689,42	0,00	96.689,42	0,00	0,00
Despesas de Capital	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	530.200,00	530.200,00	0,00	402.918,94	0,00	402.918,94	0,00	0,00
Pessoal Civil	530.200,00	530.200,00	0,00	402.918,94	0,00	402.918,94	0,00	0,00
Aposentados	279.100,00	279.100,00	0,00	207.142,63	0,00	207.142,63	0,00	0,00
Pensões	30.000,00	30.000,00	0,00	22.760,14	0,00	22.760,14	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	221.100,00	221.100,00	0,00	173.016,17	0,00	173.016,17	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdencíarios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdencíaria do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdencíarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRECIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	619.000,00	619.000,00	0,00	499.608,36	0,00	499.608,36	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO (VII) = (III-VI)	92.800,00	92.800,00	0,00	845.692,02	0,00	845.692,02	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O EPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insufuciências Financeiras	0,00
Recursos para Formatação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	93.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2015	Em 2014
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	-157.923,21
INVESTIMENTOS	0,00	3.134.273,71
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 44m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	354.700,00	354.700,00	0,00	683.545,82
Receitas de Contribuições	354.500,00	354.500,00	0,00	669.295,65
Patronal	292.000,00	292.000,00	0,00	372.302,21
Pessoal Civil	292.000,00	292.000,00	0,00	372.302,21
Ativo	292.000,00	292.000,00	0,00	372.302,21
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	12.500,00	12.500,00	0,00	199.665,88
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	50.000,00	50.000,00	0,00	97.327,56
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	0,00	14.250,17
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	354.700,00	354.700,00	0,00	683.545,82

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Jan a Dez/2015	Jan a Dez/2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 44m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (a)	Em 31 Out 2015 (b)	Em 31 Dez 2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERIODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	JAN A DEZ 2015 (c-a)
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIAÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2014	Bimestre Anterior	JAN A DEZ 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VI	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 45mPortaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.020.529,65	21.750.359,06	17.690.941,74
Receita Tributária	1.349.385,12	2.969.400,82	1.987.493,53
IPTU	40.000,00	30.261,54	33.655,21
ISS	513.000,00	988.860,45	760.767,71
ITBI	500.000,00	1.421.333,95	496.055,20
IRRF	220.000,00	441.913,87	645.168,44
Taxas	66.385,12	87.031,01	51.846,97
Contribuição de Melhoria	10.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	811.000,00	36.584,27	1.140.311,90
Receitas Previdenciárias	611.000,00	0,00	1.110.797,86
Outras Receitas de Contribuições	200.000,00	36.584,27	29.514,04
Receita Patrimonial Líquida	4.822,11	0,00	0,00
Receita Patrimonial	244.922,11	206.603,98	319.932,49
(-)Aplicações Financeiras	240.100,00	206.603,98	319.932,49
Transferências Correntes	17.730.000,00	18.439.288,74	14.368.649,60
LC 61/89	0,00	0,00	0,00
LC 87/96	28.000,00	34.344,11	33.614,28
Convênios	200.000,00	0,00	0,00
FPM	4.640.000,00	4.963.855,50	4.547.158,29
ICMS	6.160.000,00	7.259.594,20	5.503.509,69
IPVA	144.000,00	137.355,35	148.160,75
ITR	240.000,00	670.722,38	657.086,18
Outras Transferências Correntes	6.318.000,00	5.373.417,20	3.479.120,41
Demais Receitas Correntes	125.322,42	305.085,23	194.486,71
Dívida Ativa	39.537,00	33.036,44	41.327,38
Diversas Receitas Correntes	85.785,42	272.048,79	153.159,33
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.326.370,35	250.000,00	522.755,16
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	100.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.200.000,00	250.000,00	522.755,16
Convênios	1.080.000,00	250.000,00	522.755,16
Outras Transferências de Capital	120.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	26.370,35	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	1.226.370,35	250.000,00	522.755,16
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	21.246.900,00	22.000.359,06	18.213.696,90

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 47m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.144.363,99	16.241.453,35	14.728.653,59	15.993.859,33	14.571.690,38	247.594,02	156.963,21
Pessoal e Encargos Sociais	10.240.479,37	9.084.109,40	9.061.612,38	9.083.209,39	9.061.612,38	900,01	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	33.670,00	33.669,07	41.211,07	33.669,07	41.211,07	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.870.214,62	7.123.674,88	5.625.830,14	6.876.980,87	5.468.866,93	246.694,01	156.963,21
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	18.110.693,99	16.207.784,28	14.687.442,52	15.960.190,26	14.530.479,31	247.594,02	156.963,21
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.196.636,01	5.105.198,12	1.731.385,78	3.749.125,24	991.862,21	1.356.072,88	739.523,57
Investimentos	5.015.603,01	4.924.167,18	1.503.348,10	3.568.094,30	763.824,53	1.356.072,88	739.523,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	181.033,00	181.030,94	228.037,68	181.030,94	228.037,68	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	5.015.603,01	4.924.167,18	1.503.348,10	3.568.094,30	763.824,53	1.356.072,88	739.523,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	93.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	23.219.297,00	21.131.951,46	16.190.790,62	19.528.284,56	15.294.303,84	1.603.666,90	896.486,78
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-	868.407,60	2.022.906,28	2.472.074,50	2.919.393,06	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	777.000,00	0,00	777.000,00	0,00	-	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 47m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (b)
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Exercicios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.198,56	131.961,27	127.975,64	0,00	12.184,19	68.167,80	855.277,15	383.925,52	337.400,41	0,00	586.044,54	598.228,73
02	PODER EXECUTIVO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	8.198,56	131.961,27	127.975,64	0,00	12.184,19	68.167,80	855.277,15	383.925,52	337.400,41	0,00	586.044,54	598.228,73
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.467,02	6.467,02	0,00	0,00	0,00	6.997,88	3.794,65	3.794,65	0,00	3.203,23	3.203,23
0203	SECRETARIA MUN. ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	4.584,22	26.883,65	23.983,65	0,00	7.484,22	929,40	29.107,90	8.400,00	8.400,00	0,00	21.637,30	29.121,52
0204	SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANCAS	0,01	11.513,71	11.513,71	0,00	0,01	1.550,42	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550,42	1.550,43
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	1.993,62	36.868,35	36.002,72	0,00	2.859,25	11.520,45	67.252,33	24.622,34	24.622,34	0,00	54.150,44	57.009,69
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	0,00	20.269,35	20.269,35	0,00	0,00	3.749,33	562.923,01	152.674,34	143.841,89	0,00	422.830,45	422.830,45
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	109,70	8.255,28	8.255,28	0,00	109,70	807,98	71.579,61	51.724,84	51.724,84	0,00	20.662,75	20.772,45
0209	SECRETARIA MUN. VIACAO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	1.511,01	12.570,76	12.570,76	0,00	1.511,01	49.490,22	117.076,35	142.709,35	105.016,69	0,00	61.549,88	63.060,89
0210	SECRETARIA AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	5.980,02	5.980,02	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00
0211	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER	0,00	3.153,13	2.933,13	0,00	220,00	0,00	340,07	0,00	0,00	0,00	340,07	560,07
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	49.771,07	49.771,07	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
02	PODER EXECUTIVO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	49.771,07	49.771,07	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
	TOTAL (III) = (I+II)	8.198,56	181.732,34	177.746,71	0,00	12.184,19	68.217,80	855.277,15	383.925,52	337.400,41	0,00	586.094,54	598.278,73

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1 - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5 - (-)Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1 - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1 - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1 - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 50m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.803.000,00	2.803.000,00	3.188.275,51	113,75
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	1.162.772,47	100,24
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.540.000,00	1.540.000,00	1.814.898,20	117,85
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	7.000,00	7.000,00	8.586,00	122,66
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	60.000,00	60.000,00	167.680,51	279,47
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	36.000,00	36.000,00	34.338,33	95,38
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	1.999.780,68	86,95
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.300.000,00	2.300.000,00	1.999.780,68	86,95
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
12. DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-503.000,00	-503.000,00	-1.188.494,83	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.445.000,00	2.340.503,37	2.338.464,97	99,91	2.337.564,97	99,87	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.445.000,00	2.340.503,37	2.338.464,97	99,91	2.337.564,97	99,87	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	677.000,00	808.822,00	808.820,49	100,00	808.820,49	100,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	630.000,00	808.822,00	808.820,49	100,00	808.820,49	100,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	2.122.000,00	3.149.325,37	3.147.285,46	99,94	3.146.385,46	99,91	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 50m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	3.146.385,46
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)	116,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)	40,45
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	-57,34

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
22. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
23. EDUCAÇÃO INFANTIL	630.000,00	808.822,00	808.820,49	100,00	808.820,49	100,00	0,00
23.1 Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 Pré-escola	630.000,00	808.822,00	808.820,49	100,00	808.820,49	100,00	0,00
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	630.000,00	808.822,00	808.820,49	100,00	808.820,49	100,00	0,00
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24. ENSINO FUNDAMENTAL	1.673.000,00	2.819.425,37	2.773.946,16	98,39	2.769.894,16	98,29	1.261,54
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.492.000,00	2.340.503,37	2.338.464,97	99,91	2.337.564,97	99,87	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	181.000,00	478.922,00	435.481,19	90,93	432.329,19	90,53	1.261,54
25. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29. TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (23+24+25+2	2.303.000,00	3.628.247,37	3.582.766,65	98,75	3.578.714,65	98,67	1.261,54

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 50m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-1.188.494,83
31. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	0,00
36. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	0,00
37. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-1.188.494,83
38. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24)-37)	4.768.471,02
39. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MDE³ ((38)/(3)x100)%	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	20.000,00	62.786,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	150.000,00	0,00	43.421,82	0,00	43.421,82	0,00	50,75
44. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENT(	170.000,00	62.786,00	43.421,82	69,16	43.421,82	69,24	50,75
45. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	2.473.000,00	3.691.033,37	3.626.188,47	98,24	3.622.136,47	98,17	1.312,29

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REUCURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
46. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.261,54	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.261,54	0,00
46.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 50m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47. SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	38.974,44
48. (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.999.780,68
49. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.143.402,18
49.1 - Orçamento do Exercício	3.107.700,75
49.2 - Restos a Pagar	35.701,43
50. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.838,04
51. (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	-1.102.809,02

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 50m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.196.636,01	5.105.198,12	3.749.125,24	1.356.072,88	91.437,89
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.196.636,01	5.105.198,12	3.749.125,24	1.356.072,88	91.437,89
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.196.636,01 <(a-d)>	-5.105.198,12 <(b-e)>	-	-	-91.437,89 <(c-f)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 53m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

2015 - Janeiro - Dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS EXERCÍCIO (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100.000,00	0,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	50.000,00	0,00	50.000,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXERCÍCIO (e)	SALDO A EXECUTAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

	EXERCÍCIO ANTERIOR (h)	DO EXERCÍCIO (i)=(b-e)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09:55:31 Portaria N° 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2015 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.335.029,04	1.335.029,04	2.922.484,00	218,91
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	40.000,00	40.000,00	30.261,54	75,65
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	500.000,00	500.000,00	1.421.333,95	284,27
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	513.000,00	513.000,00	988.860,45	192,76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	220.000,00	220.000,00	441.913,87	200,87
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.619,04	7.619,04	4.626,09	60,72
Dívida Ativa dos Impostos	38.537,00	38.537,00	26.502,27	68,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.873,00	15.873,00	8.985,83	56,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.015.000,00	14.015.000,00	16.254.147,05	115,98
Cota-Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	6.126.627,97	105,63
Cota Parte do ITR	300.000,00	300.000,00	838.402,89	279,47
Cota-Parte do IPVA	180.000,00	180.000,00	171.693,68	95,39
Cota-Parte do ICMS	7.700.000,00	7.700.000,00	9.074.492,40	117,85
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provinientes de Impostos e Transf. Constitucionais	35.000,00	35.000,00	42.930,11	122,66
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.000,00	35.000,00	42.930,11	122,66
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	15.350.029,04	15.350.029,04	19.176.631,05	124,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2015 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	91.000,00	0,00
Provenientes da União	0,00	0,00	91.000,00	0,00
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	91.000,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTE	3.025.100,00	4.094.138,91	3.986.910,82	97.604,33	99,76
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.671.100,00	2.046.780,00	2.046.764,77	0,00	100,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.354.000,00	2.047.358,91	1.940.146,05	97.604,33	99,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.025.000,00	300.627,11	267.195,09	32.726,11	99,77
Investimentos	1.025.000,00	300.627,11	267.195,09	32.726,11	99,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.050.100,00	4.394.766,02	4.254.105,91	130.330,44	99,76

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 57m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2015 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Dez 2015 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	4.050.100,00	4.394.766,02	4.384.436,35	100,00	4.254.105,91	100,00	130.330,44

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	22,86

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIb)/100]	1.507.941,69

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	11.520,45	0,00	0,00	11.520,45	0,00
Inscritos em 2014	67.252,33	0,00	24.622,34	42.629,99	0,00
Total	78.772,78	0,00	24.622,34	54.150,44	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 57m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2015

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2015 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Dez 2015 (m)	% (m/total) x 100	
Atenção Básica	3.540.100,00	4.205.441,02	4.195.862,64	95,70	4.083.954,05	96,00	111.908,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	308.000,00	76.900,00	76.473,38	1,74	73.349,49	1,72	3.123,89
Suporte Profilático e Terapêutico	65.000,00	70.050,00	70.049,38	1,60	55.324,02	1,30	14.725,36
Vigilância Sanitária	137.000,00	22.375,00	22.284,03	0,51	22.284,03	0,52	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	20.000,00	19.766,92	0,45	19.194,32	0,45	572,60
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.050.100,00	4.394.766,02	4.384.436,35	100,00	4.254.105,91	100,00	130.330,44

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 57m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	ATÉ O BIMESTRE (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Previsões da PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestação Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimenstos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1626], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 09h e 58m" Portaria Nº 553 de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
DECRETO N° 008/2016.DE: 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando o início das festividades carnavalescas;

Considerando ainda o feriado de carnaval e quarta feira de cinzas a ser comemorado respectivamente nos dias 08 e 10 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Artigo 1º - Ponto Facultativo nos órgãos públicos municipais nos dias 08 e 10 de fevereiro de 2016 virtude das festividades carnavalescas e quarta feira de cinzas.

Artigo 2º - Este decreto não abrangerá os servidores da área de saúde e obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

Artigo 3º - Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios deverão observar os critérios estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Artigo 4º - Determinar que a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 1º DE FEVEREIRO DE 2.016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 584/2016. DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipais na área educacional por prazo determinado e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação, conforme constante no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação e do

Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais desta Prefeitura Municipal.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (três) meses se houver necessidade.

Artigo 4º - As contratações que se refere esse Projeto de Lei deverão ser realizadas por meio de contratos de servidores a serem aprovados em processo seletivo.

Artigo 5º - Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 388/2012 de 19 de março de 2012.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Fica revogada a Lei Municipal nº 538/2015 26/05/2015.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 584/2016.

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT
01	PROFESSOR NIVEL A	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 583/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal na área educacional por prazo determinado e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação, conforme constante no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

Artigo 4º - As contratações que se refere esse Projeto de Lei deverão ser realizadas por meio de contratos de servidores a serem aprovados em processo seletivo.

Artigo 5º - Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 388/2012 de 19 de março de 2012.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Fica revogada a Lei Municipal nº 537/2015 de 26/05/2016.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 583/2016

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT
01	PROFESSOR NIVEL A	04
02	PROFESSOR NIVEL B	10

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N° 582/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

Autoriza o pagamento de gratificação a Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Saúde Ambientais.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento de gratificação de incentivo financeiro adicional para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Saúde Ambientais, no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) para cada servidor, divido em 04 (quatro) parcelas mensais.

Art. 2º - A gratificação prevista na presente Lei será paga após repasse de recursos financeiros por parte do Governo do Estado de Mato Grosso à conta do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - A gratificação será devida aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Saúde Ambientais que estiverem no efetivo exercício de suas funções e atingiram com efetividade plena no período mencionado e alcançaram as metas estabelecidas pelo Programa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de verba específica recebida através do Estado, sendo suportados por dotação orçamentária específica da Lei Orçamentária Anual em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 581/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

"Dispõe sobre autorização legislativa para respectivas contratações e dá outras providências."

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar contratações de 04 (quatro) Agentes Comunitários de Saúde pelo prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) se houver necessidade.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta da dotação orçamentária constante do orçamento anual. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, em 26 de janeiro de 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

LEI N.º 581/2016

DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT	REFERENCIA
01	ACS- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	04	01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 580/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal, por prazo determinado, para o exercício de 2016 e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Salário da Prefeitura Municipal para o exercício de 2016, os servidores constantes no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Anexo I da Lei Municipal nº 053/2001 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Prefeitura Municipal e Lei Municipal nº 387/2013 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras da Saúde.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

§ 1º – As contratações a que se refere este Projeto de Lei deverão ser realizadas em caráter temporário, através de realização de processo seletivo.

Artigo 4º - Os contratados por esta lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário, instituído pelas Leis nº 055/2001 de 28 de dezembro de 2001.

Artigo 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual do Município.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 580/2016

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT	REFERENCIA
01	AGENTE DE SAÚDE	03	30
02	MOTORISTA DE VEÍCULOS GRANDE	02	55
03	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	01	55
04	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	01	59
05	OPERADOR DE PATROL	01	56
06	FISCAL SANITÁRIO	02	25
03	AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL	01	30
07	TECNICO EM ENFERMAGEM	01	50
08	TÉCNICO DE HIGIENE BUCAL	01	59
09	MÉDICO	01	79

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 579/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal efetuar Alteração de Função e Subfunção dos Programas no orçamento do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar Alteração de Função e Subfunção dos Programas na Lei Orçamentária Anual de 2016 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste.

Artigo 2º - A Alteração citada no artigo anterior será efetuada nas seguintes unidades orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

SUB- UNIDADE: 02 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 – Saúde

SUBFUNÇÃO: 306 – Alimentação e Nutrição

PROGRAMA: 5006 – Saúde para Todos

PROJETO: 2112 – Aquisição de Gêneros Alimentícios

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria de Educação

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 306 – Alimentação e Nutrição

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2041 – Manutenção do Programa PNAE/FNDE

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria de Educação

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 366 – Educação de Jovens Adultos

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2045 – Manutenção do Programa PEJA

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria de Educação

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 306 – Alimentação e Nutrição

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2122 – Complementação da Merenda Escolar

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria de Educação

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 306 – Alimentação e Nutrição

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2113 – Aquisição de Gêneros Alimentícios

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria de Educação

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 366 – Educação de Jovens Adultos

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2127 – Remuneração dos Prof. Do EJA

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 06 – Secretaria Municipal de Educação

SUB- UNIDADE: 04 – Coordenadoria de Cultura

FUNÇÃO: 13 – Cultura

SUBFUNÇÃO: 392 – Difusão Cultural

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura

PROJETO: 2118 – Realização da Festa do Milho

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 1093 – Reforma de Pontes

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 1094– Reforma de Mata Burros

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 1095 – Recuperação de Estradas Vicinais

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 2109 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 2110 – Reformas e Manutenção de Pontes e Mata Burros

ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo

UNIDADE: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

SUB- UNIDADE: 02 – Coordenadoria de Serviços Públicos

FUNÇÃO: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 452– Serviços Urbanos

PROGRAMA: 5015 – Manutenção do FETHAB

PROJETO: 2118 – Abertura e Recuperação de Estradas Vicinais

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 578.2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal efetuar Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no orçamento do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 30.000,00 (tinta mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2016 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste.

Artigo 2º - O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte unidade orçamentária:

ÓRGÃO: 01 – Poder Legislativo

UNIDADE: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

SUB- UNIDADE: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

FUNÇÃO: 01 – Legislativa.

SUBFUNÇÃO: 031– Ação Legislativa

PROGRAMA: 5001 – Gestão do Poder Legislativo Municipal

PROJETO: 1003 – Reforma e Ampliação/ do Prédio da Câmara Municipal

ELEMENTO DESPESA: 4490.51 – Obras e Instalações R$ 30.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo anterior será anulado o mesmo valor na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 – Poder Legislativo

UNIDADE: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

SUB- UNIDADE: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

FUNÇÃO: 01 – Legislativa

SUBFUNÇÃO: 031– Ação Legislativa

PROGRAMA: 5001 – Gestão do Poder Legislativo Municipal

PROJETO: 1003 – Reforma e Ampliação/ do Prédio da Câmara Municipal

ELEMENTO DESPESA: 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 30.000,00

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI Nº 576/2016 DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a autorização para o Executivo Municipal efetuar Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento do exercício de 2016 da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) na Lei Orçamentária Anual de 2016 da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste.

Artigo 2º - O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte unidade orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

FUNÇÃO: 12 – Educação.

SUBFUNÇÃO: 364 – Ensino Superior.

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura.

PROJETO: 2128 – Manutenção do Transporte de Alunos Universitários

ELEMENTO DESPESA:

3390.30 – Material de Consumo R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

3390.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física R$ 10.000,00 (dez mil reais)

3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Artigo 3º - Para cobertura do crédito citado no artigo anterior será anulado o mesmo valor na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

UNIDADE: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

FUNÇÃO: 12 – Educação.

SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental.

PROGRAMA: 5007 – Gestão da Educação e Cultura.

PROJETO: 2036 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Culura

ELEMENTO DESPESA:

3390.30 – Material de Consumo R$ 30.000,00 (sessenta mil reais)

3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
LEI N.º 574/2016. DE: 26 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre inclusão de atividade nos anexos da Lei Municipal nº 455/2013 de 02 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Santo Antônio do Leste para o período 2014 a 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar inclusão de nova atividade nos anexos da Lei Municipal nº 455/2013 - Plano Plurianual do Município de Santo Antônio do Leste para o período de 2014 a 2017, constituído pelos anexos integrantes deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 26 DE JANEIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANO PLURIANUAL 2014-2017

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM VALOR

PROGRAMAS	EXERCÍCIO			
5007 – Gestão da Educação e Cultura	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Manutenção do Transporte de Alunos Universitários	0,00	0,00	R$ 100.000,00	0,00

PLANO PLURIANUAL 2014-2017

DISCRIMINAÇÃO DE METAS POR PROGRAMA COM OBJETIVO.

PROGRAMAS	OBJETIVOS
5007 – Gestão da Educação e Cultura	
Manutenção do Transporte de Alunos Universitários	A presente atividade tem por objetivo garantir recursos para a manutenção do transporte de alunos universitários até a cidade de Primavera do Leste/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 635/2016 - DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL** e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de R$ 39.939,94 (Trinta e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), de acordo com os arts. 42 e 43 da lei nº. 4.320/64, destinado à inclusão do projeto: 1128 – CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA RODOVIÁRIA no orçamento vigente:

02.050 – SECRETARIA MUN. DE TRANS. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

041227070.**1128 – CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA RODOVIÁRIA**

449051.00.00.00 – Obras e Instalações R$. 39.939,94

Fr: Convênio Governo Federal.

Artigo 2º - Para cobertura do crédito referido no artigo anterior, será utilizado recurso de acordo com o disposto no art. 43 da Lei nº. 4.320/

64 proveniente do Convênio SICONV 754988 – Contrato de Repasse nº. 0348571-66/2010/Ministério do Turismo/Caixa.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo a inserir no Anexo I da Lei n°. 565/2013 do Plano Plurianual; Lei n°. 613/2015 de Diretrizes Orçamentárias e da Lei nº. 632/2015 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, **Projeto: 1128 – CONSTRUÇÃO DO PREDIO DA RODOVIÁRIA.**

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 04 de Fevereiro de 2.016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL FUNPREV Nº 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EDITAL FUNPREV N.º 001/2016

O FUNPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, representado pela Secretário de Administração, Srª. Sidneia Caetano dos Santos , abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2015, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal, daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

São José do Povo-MT, 04 de fevereiro de 2016.

Sidneia Caetano dos Santos

Secretária Mun. de Administração e Planejamento/Gestora do RPPS

CPF: 860.718.071-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2016 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 009/2016

DATA: 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT,

JOSÉ LENIVALDO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Rio Claro que define como atribuição como do Presidente as função administrativa e diretiva da Câmara;

CONSIDERANDO que o dia 08 de fevereiro é feriado de Carnaval.

RESOLVE:

Artigo 1°- Decretar como ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, no dia 07 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), para cuja data transfere-se a Sessão Ordinária para o dia 09 de fevereiro de 2016 às 20:00 horas.

Artigo 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, de São José do Rio Claro-MT, 04 de fevereiro de 2016.

JOSÉ LENIVALDO DA SILVA

Presidente

PREVIMUNI
EXTRATO DE CONTRATO 2/2016

INST. MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO 2/2016

Contrato de Prestação de Serviços nº 2/2016.

Contratada A.G. CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA EPP

CNPJ: 03.239.076/0001-62

Objeto: REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR, FISCAL E SERVIDORES REFERENTE NOÇÕES GERAIS DE GESTÃO RPPS E CONCESSÃO DOS BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIO

Valor: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Data de vigência: 30/04/2016.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 008/2016 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **Contratação de empresa de prestação de serviço especializados de apoio a atenção a saúde do município de São José do Rio Claro - MT.** Data de **Abertura: às 08:30 horas, do dia 19 de Fevereiro de 2016**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.SãoJosé do Rio Claro – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Tatiana Dockhorn – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2016, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ sob N° 15.024.029/0001-80, sediada na Avenida Doutor Guilherme Pinto Cardoso nº 539 Centro Contrata o: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL AMBIENTAL E TURÍTICO DO COMPLEXO NASCENTE DO PANTANAL,** Inscrita no CNPJ 08.979.143/0001-07, com sede na Rua Rio de Janeiro n° 1125 Jardim Santa Maria, São José dos Quatro Marcos -MT CEP: 78.285-000, com o valor total de R$ 61.150,00(Secenta e Um Mil Cento e Cinquenta reias).“Objeto: “" RA-

TEIO DAS DESPESAS GERAIS E MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO NO EXERCÍCIO DE 2016”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2013.

EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2013.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E CONTAP CONSULTORIA E PLANEJAMENTO MUNICIPAL S/S LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 37.465.721/0001-87.

Objetivo: Informar dotação orçamentária de 2016.

Justificativa: Informar dotação orçamentária de 2016.

Vigência do contrato: 18/01/2016 a 12/04/2016.

Modalidade: Pregão nº 008/2013.

Secretaria: Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ n° 17.468.557/0001-54.

Objetivo: Informar dotação orçamentária de 2016.

Justificativa: Informar dotação orçamentária de 2016.

Vigência do contrato: 22/01/2016 a 05/05/2016.

Modalidade: Pregão nº 012/2015.

Secretaria: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E **N.E. TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, INSCRITA NO CNPJ N° 09.088.551/0001-23.**

Objetivo: Informar dotação orçamentária de 2016.

Justificativa: Informar dotação orçamentária de 2016.

Vigência do contrato: 18/01/2016 a 15/06/2016.

Modalidade: Pregão Nº 041/2014.

Secretaria: Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Orçamento, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbano e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E DOLIR ELGER MONTEIRO, empresário, inscrito no CPF nº 587.141.119-34 e RG n° 4.226.138-6 SSP/PR.

Objetivo: Informar dotação orçamentária de 2016. O reajuste no valor do aluguel justifica-se pela correção anual, com base no INPC/FGV, constante na Cláusula Segunda, § 3º, do Contrato de Locação nº 003/2015.

Justificativa: Justifica-se o presente aditivo para informar a dotação orçamentária que se utilizará para pagamento da prestação de serviço prevista neste exercício 2016.

Vigência do contrato: 05/01/2016 a 31/12/2016.

Modalidade: Dispensa de Nº 003/2015.

Secretaria: Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Assistência Social e Cidadania e Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE CANCELAMENTO Nº 001/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cancelar o Edital de Convocação nº 001/2016, publicado no dia 25 de janeiro de 2016, que convocava Subcomissão Técnica de Licitação, prevista no Edital de Tomada de Preço nº 001/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 05 de fevereiro de 2016

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 001/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, com sua sede localizada na Avenida das Figueiras n° 1835, na cidade de Sinop – MT, faz saber que RETIFICA o Edital de Licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo TÉCNICA E PREÇO N° 001/2016, tendo como objeto a “contratação de empresa de publicidade e propaganda para criação e divulgação dos trabalhos institucionais e legislativos da Câmara MUNICIPAL”, no que segue:

Onde se lê:

...“10.3 Ideia criativa - máximo de 40 pontos, sendo 20 pontos para a peça publicitária “Anúncio de Jornal”, e 20 pontos para a peça publicitária “VT Institucional”;

10.4 Para cálculo da pontuação técnica aplicar-se-á a fórmula seguinte:

Fórmula: PT = PR + PM + PC

PC = AJ+ VT

Onde:

PT = Pontuação técnica
PR = Pontuação raciocínio básico
PM= Pontuação estratégia de mídia
PC = Pontuação ideia criativa
AJ= Anúncio de Jornal
VT= VT Institucional”

Leia-se:

...“10.3 Ideia criativa - máximo de 40 pontos, sendo 10 pontos para a peça publicitária “Anúncio de Jornal”, 10 pontos para a peça publicitária “Anúncio de Banner”, 10 pontos para a peça publicitária “Roteiro de Radio”, e 10 pontos para a peça publicitária “Roteiro para VT Institucional”;

10.4 Para cálculo da pontuação técnica aplicar-se-á a fórmula seguinte:

Fórmula: PT = PR + PM + PC

PC = AJ+ AB+ RR+ VT

Onde:

PT = Pontuação técnica	AJ= Anúncio de Jornal
PR = Pontuação raciocínio básico	AB= Anúncio de Banner
PM= Pontuação estratégia de mídia	RR= Roteiro de Rádio
PC = Pontuação ideia criativa	VT= VT Institucional”

Em respeito ao artigo 21, § 2o, III, da Lei 8.666/93 e ao princípio administrativo da competitividade, resolve esta Administração reabrir os prazos inicialmente estabelecidos no Edital de Tomada de Preços nº 001/2016, nos seguintes termos:

Data da Abertura: dia 11 de março de 2016, às 14:00 horas na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT.

Poderão participar desta licitação todas as empresas cadastradas, ou que vierem a se cadastrar até 03 (três) dias antes da apresentação das propostas para fornecimento do objeto desta licitação, junto à comissão de Licitação, no departamento de Finanças e Patrimônio na Câmara Municipal de Sinop.

Ficam inalteradas as demais disposições editalícias.

O Edital completo e informações poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitações, na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT, durante o horário normal de expediente, ou seja, das 12:00 às 18:00 horas, no endereço supracitado ou pelo site http://www.sinop.mt.leg.br/.

Sinop – MT, 05 de fevereiro de 2.016.

Álisson Bragagnolo

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE INTIMAÇÃO 1976-A/2016

ESTADO DO MATO GROSSO

Comarca de Sinop, MT - 2º Ofício

PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS

EDITAL DE INTIMAÇÃO 1976-A/2016 CDA PREFEITURA

O 2º Ofício Extrajudicial, desta Comarca faz saber que lhe foram entregues para protesto, por falta de pagamento os títulos de responsabilidade das pessoas abaixo relacionadas.

A publicação deste edital em jornal de circulação diária é exigida por lei, quando não são encontrados os devedores nos endereços fornecidos pelos apresentantes, cabendo a estes inteira responsabilidade pela indicação dos referidos endereços.

O serviço de entrega dos avisos é efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por força de contrato imposto por dispositivos legais, e os mesmos foram devolvidos pelos motivos descritos.

Devedor: ADAIR MORENO - CPF/CNPJ: 820.942.501-30 End: RUA DOS MURICIS NR. 357 - JARDIM PRIMAVERAS - SINOP-MT - CEP: 78550-434

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Marcia

Proto e Data Apres.: 178-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADALBERTO BENEZ - CPF/CNPJ: 045.298.228-69 End: RUA COMANDATUBA NR. 650 - CARPE DIEM RESORT - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 179-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADALBERTO SOARES FRUTUOSO - CPF/CNPJ: 394.024.521-68 End: RUA DAS SERINGUEIRAS NR. 1844 - JARDIM PARAISO - SINOP-MT - CEP: 78556-110

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 180-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADAO FRANCISCO MADRUGA DA SILVA - CPF/CNPJ: 336.167.529-49 End: RUA CONGONHAS N.46 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 248-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEILDO DE CARVALHO - CPF/CNPJ: 788.669.871-15 End: RUA DAS AZALEIAS NR 4799 - JARDIM DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-421

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 185-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELAR GIARETA - CPF/CNPJ: 489.089.671-68 End: TRAV. PLANALTO NR 43 - RES. BRASILIA - SINOP-MT - CEP: 78557-018

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 187-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELIA MARIA DOS ANJOS - CPF/CNPJ: 603.232.566-00 End: RUA GUARULHOS NR 295 - JARDIM VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 189-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELIRIO JOSE ASSMANN - CPF/CNPJ: 848.688.569-87 End: TRAV. JUSCELINO KUBITSCHEK NR 79 - RES. BRASILIA - SINOP-MT - CEP: 78557-019

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 190-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADELSO RODRIGUES SANTOS - CPF/CNPJ: 719.546.941-72 End: RUA DAS AVENCAS NR. 4491 - JARDIM DAS OLIVEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-415

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 191-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMAR CAMPOS DE JESUS - CPF/CNPJ: 723.774.531-04 End: RUA 01 QD.05 LT.11 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 194-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMAR RIBEIRO - CPF/CNPJ: 038.887.419-80 End: RUA 03 N.946 - MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-039

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 196-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR ALVES DA SILVA - CPF/CNPJ: 632.760.971-68 End: RUA ELISA BORTOLOSO LUCIANO N.678 - JD. EUROPA - SINOP-MT - CEP: 78555-158

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 197-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR BAPTISTA NUNES - CPF/CNPJ: 451.704.449-15 End: RUA DAS VIOLETAS N.1240 - JD. DAS PALMEIRAS - SINOP-MT - CEP: 78552-009

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido por Max Miller

Proto e Data Apres.: 198-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR BONAFE - CPF/CNPJ: 649.126.719-91 End: RUA 01 QD.004 LT.007 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 200-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR DA SILVA - CPF/CNPJ: 895.004.311-49 End: RUA 01 QD.015 LT.007 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 202-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR DO AMOR DIVINO DA SILVA - CPF/CNPJ: 593.057.381-68 End: RUA TELES PIRES, N. 1326 - MARIA VINDILINA II - SINOP-MT - CEP: 78553-063

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 204-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR LIMA DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 259.383.518-47 End: RUA GUARULHOS QD.012 LT.005 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 205-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR ROLIM DE MOURA - CPF/CNPJ: 598.746.439-00 End: RUA UBERLANDIA N.671 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 207-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADEMIR TOMAZ DA SILVA - CPF/CNPJ: 849.034.221-00 End: RUA JERUSALEM N.1340 - LOT. BOM JARDIM - SINOP-MT - CEP: 78559-024

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 208-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADENAER CORRENTE - CPF/CNPJ: 482.887.809-20 End: RUA NOEL ROSA N.216 - AQUARELA BRASIL RES. - SINOP-MT - CEP: 78556-527

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 210-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADENILSON ROSSETO - CPF/CNPJ: 643.962.239-00 End: RUA CATALUNIA N.195 - JD. BARCELONA II - SINOP-MT - CEP: 78555-364

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 211-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADENILSON ROSSETO - CPF/CNPJ: 643.962.239-00 End: RUA CATALUNIA N.183 - JD. BARCELONA II - SINOP-MT - CEP: 78555-364

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 212-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADIL RAMALHO - CPF/CNPJ: 349.552.329-49 End: RUA 08 N. 241 - RES. LISBOA - SINOP-MT - CEP: 78557-403

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 213-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADILES HOFFMANN - CPF/CNPJ: 280.570.401-06 End: RUA ALCIDES FAGANELO N.4559 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-164

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 214-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADILSON DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE - CPF/CNPJ: 362.733.091-91 End: RUA DAS DRACENAS N.1519 - JD. DAS VIOLETAS - SINOP-MT - CEP: 78552-202

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente faltou número do apto.

Proto e Data Apres.: 215-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADILSON DE SOUZA FERREIRA - CPF/CNPJ: 994.018.511-15 End: RUA LINARIAS N.350 - RES. FLAMBOYANTS - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 216-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADILSON ROSA DA FONSECA - CPF/CNPJ: 828.083.091-04 End: RUA JANGADA N.121 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-198

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 220-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADIR DA ROSA - CPF/CNPJ: 912.538.611-53 End: AV. DAS AGUIAS N.1185 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-150

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 221-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADJANILSA FELIX DE JESUS - CPF/CNPJ: 010.227.081-39 End: RUA CARINI N.894 - RES. FLORENCA - SINOP-MT - CEP: 78555-398

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 222-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADOIR VIEIRA - CPF/CNPJ: 978.664.661-49 End: RUA GUARULHOS QD.013 LT.036 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 223-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANA APARECIDA FERREIRA LIMA - CPF/CNPJ: 014.541.241-56 End: TRAVESSA 11 QD.030 LT.001 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-806

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 224-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANA BRANDAO DE PAULA - CPF/CNPJ: 025.131.121-05 End: RUA PROJETADA G N.36 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-026

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 225-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANA TINEU NUNES - CPF/CNPJ: 002.235.241-40 End: RUA PROJETADA D N.05 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-022

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 230-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANA VIEIRA DE ALMEIDA - CPF/CNPJ: 013.383.761-01 End: VIELA PROJETADA 02 N.36 - RES. SABRINA I - SINOP-MT - CEP: 78559-790

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 231-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANE APARECIDA DA SILVA VIANA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 033.738.101-16 End: AV. IDA BIANCHI QD.060 LT.011 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-852

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 232-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANE BACK - CPF/CNPJ: 007.639.361-54 End: RUA PROJETADA 13 N.96 - RES. SABRINA II - SINOP-MT - CEP: 78559-718

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 233-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANE SALETE DAROLD - CPF/CNPJ: 001.151.309-85 End: RUA 01 N.373 - LOT MENINO JESUS II - SINOP-MT - CEP: 78559-334

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado

Proto e Data Apres.: 234-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANI REGINA COLETO CORREIA - CPF/CNPJ: 097.719.168-07 End: RUA PARAISO QD.010 LT.020 - JD. PAULISTA II - SINOP-MT - CEP: 78556-836

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente faltou número

Proto e Data Apres.: 235-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO AMARTINS DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 010.533.841-90 End: RUA PROJETADA D N.16 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-022

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 236-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO ANTUNES DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 022.565.451-21 End: RUA JANGADA N.71 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-198

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 237-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO JUNIOR TELLES DA SILVA - CPF/CNPJ: 942.960.141-53 End: RUA FORMOSA N.850 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-636

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 239-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO LUIZ RIVA - CPF/CNPJ: 843.364.479-34 End: RUA DAS ARARIBAS N.1370 - JD. IMPERIAL - SINOP-MT - CEP: 78555-060

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se casa vazio

Proto e Data Apres.: 241-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO MERCEDES AJALA - CPF/CNPJ: 396.730.651-87 End: RUA CONGONHAS QD.014 LT.018 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 242-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO RIBEIRO DE JESUS - CPF/CNPJ: 840.135.831-00 End: RUA VENEZA N.454 - JD. ITALIA II - SINOP-MT - CEP: 78555-404

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 243-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIANO ROMAO - CPF/CNPJ: 022.272.261-45 End: RUA FORMOSA N.744 - JD. AMERICA - SINOP-MT - CEP: 78559-636

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 244-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIELI APARECIDO - CPF/CNPJ: 033.205.081-56 End: RUA CONGONHAS N.195 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-318

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 245-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIELI HOFFMANN MONTANHA DE LIMA - CPF/CNPJ: 979.190.710-20 End: RUA MACAUA QD.021 LT.015 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar

Proto e Data Apres.: 246-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ADRIELI PATRICIA REZENDE DA SILVA - CPF/CNPJ: 033.316.941-77 End: RUA PROJETADA 01 QD.037 LT.005 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-858

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 247-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AELTON PEREIRA OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 010.329.641-70 End: AV. PANTANAL N.926 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-192

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 249-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGDA RODRIGUES DE SOUZA - CPF/CNPJ: 042.810.791-57 End: TRAVESSA 08 N.126 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-776

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 253-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGEU MIRANDA NEVES - CPF/CNPJ: 575.303.272-91 End: RUA CHAPECO N.31 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-551

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 254-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGNALDO RAEL DA SILVA - CPF/CNPJ: 828.536.571-91 End: RUA UBERLANDIA N.80 - JARD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 256-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGNALDO RAEL DA SILVA - CPF/CNPJ: 828.536.571-91 End: RUA UBERLANDIA NR. 92 - JARD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 257-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGNALDO RAEL DA SILVA - CPF/CNPJ: 828.536.571-91 End: RUA UBERLANDIA NR. 104 - JARD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 258-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGNALDO RAEL DA SILVA - CPF/CNPJ: 828.536.571-91 End: RUA UBERLANDIA NR. 92 - JARD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 324-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGNALDO RAEL DA SILVA - CPF/CNPJ: 828.536.571-91 End: RUA UBERLANDIA NR. 104 - JARD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 325-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGOSTINHO ALVES PECANHA - CPF/CNPJ: 788.701.781-53 End: AV. DAS GARCAS N.550 - RES. JD. ARAGUAIA - SINOP-MT - CEP: 78554-194

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 259-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGUINALDO EDER BERNARDO DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 983.926.381-15 End: RUA VERONA N.175 - JD. ITALIA III - SINOP-MT - CEP: 78555-507

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 260-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AGUINOR DE CAMPOS - CPF/CNPJ: 331.917.519-04 End: AV. ANDRE ANTONIO MAGGI N.7466 - JD. MARIA CAROLINA - SINOP-MT - CEP: 78552-722

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Desconhecido informado por Tereza.

Proto e Data Apres.: 261-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AILDO LOPES DA SILVA - CPF/CNPJ: 455.561.489-53 End: RUA PADRE ANTONIO HAIDLER N.2399 - LOT. CAMPO VERDE - SINOP-MT - CEP: 78553-857

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 304-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AILTON DONIZETE BERTOLLO - CPF/CNPJ: 621.968.121-53 End: ESTR. MUNICIPAL XINGU N.195 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78558-320

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 262-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AILTON RODRIGUES DA SILVA - CPF/CNPJ: 008.237.581-09 End: RUA NICOLAU FLESSAK N.4826 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-156

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 263-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: AIRTON BOLSI - CPF/CNPJ: 503.348.089-87 End: RUA TOLEDO N.930 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-548

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 264-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALAIDE MARIA LIMBERGER - CPF/CNPJ: 564.966.052-20 End: RUA VENEZA N.1012 - JD. ITALIA II - SINOP-MT - CEP: 78555-404

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 266-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALAN CARLOS MARCHEZI - CPF/CNPJ: 734.734.051-91 End: RUA 01 QD.012 LT.006 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 267-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALAN VINICIUS GAMERO OSTI - CPF/CNPJ: 045.835.969-60 End: RUA COMANDATUBA N.572 - CARPE DIEM RESORT RE - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 269-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCI DE PAULA CLUGG - CPF/CNPJ: 424.515.231-15 End: RUA ARMANDO DIAS N.659 - RES. PORTO SEGURO - SINOP-MT - CEP: 78553-859

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 272-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCIDES FERREIRA DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 285.087.939-87 End: RUA DOS UMARIS N.280 - JD. PRIMAVERA - SINOP-MT - CEP: 78550-430

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Elaine.

Proto e Data Apres.: 273-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCIDES FERREIRA DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 285.087.939-87 End: RUA 01 N.105 - RES. BOA VISTA - SINOP-MT - CEP: 78559-643

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 274-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCIONE HONORIO DA SILVA - CPF/CNPJ: 054.265.214-50 End: RUA PROJETADA 09 N.25 - RES. SABRINA II - SINOP-MT - CEP: 78559-694

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 275-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALCIONE PEREIRA DE SALES - CPF/CNPJ: 626.945.101-91 End: RUA PROJETADA 01 QD.027 LT.003 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-859

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 276-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALDAIR JOSE DA SILVA - CPF/CNPJ: 611.988.112-34 End: RUA A N.716 - LOT. COMUNI. VITORIA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 277-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALDEMAR MEAZZA - CPF/CNPJ: 727.858.459-00 End: RUA DOS FLAMINGOS N.865 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-033

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 278-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALDEMIR TAVEIRA DE ARAUJO - CPF/CNPJ: 010.485.871-00 End: RUA 01 QD.012 LT.014 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 279-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALDINO JOSE SCHANNE - CPF/CNPJ: 492.090.009-00 End: RUA 01 N.260 - RES. BOA VISTA - SINOP-MT - CEP: 78559-643

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 282-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEDIMAR GONCALVES PEREIRA - CPF/CNPJ: 955.050.831-53 End: RUA NICOLAU FLESSAK QD.008 LT.001A - JD. EUROPA - SINOP-MT - CEP: 78555-230

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente sem número.

Proto e Data Apres.: 285-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALENCAR REVELINO ENGERS - CPF/CNPJ: 667.657.301-68 End: RUA DOS AGAVES N.500 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-288

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 286-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALESSANDRA ALVES TIMOTEU - CPF/CNPJ: 024.791.991-85 End: TRAVESSA 08 N.45 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-776

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 287-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALESSANDRA BONFIGLIO - CPF/CNPJ: 014.737.241-04 End: RUA GUARULHOS N.245 - JD. VIENA - SINOP-MT - CEP: 78556-316

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 289-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALESSANDRA MORAIS ROCHA - CPF/CNPJ: 013.019.491-32 End: TRAVESSA 06 QD.038 LT.008 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-824

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 290-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALESSANDRO TEIXEIRA DE ABREU - CPF/CNPJ: 026.376.679-90 End: AV. DOS JATOBAS N.1480 - JD. CELESTE - SINOP-MT - CEP: 78556-686

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 292-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEX ARANTES SERAFIM - CPF/CNPJ: 039.572.746-48 End: RUA 01 QD.009 LT.005 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 293-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEX ARANTES SERAFIM - CPF/CNPJ: 039.572.746-48 End: RUA 01 QD.009 LT.006 - RES. MONTREAL PARK - SINOP-MT - CEP: 78558-141

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 294-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEX DA SILVA FERNANDES - CPF/CNPJ: 015.112.601-14 End: RUA ELIAS COAN N.581 - RES. JOSE A. LEITAO - SINOP-MT - CEP: 78559-215

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 295-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEX FABIANO SALVADOR - CPF/CNPJ: 002.987.261-81 End: VIELA PROJETADA 03 N.115 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-788

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 296-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEX SANDRO DE LUCIA - CPF/CNPJ: 014.067.811-50 End: RUA JANGADA N.266 - MARIA VINDILINA III - SINOP-MT - CEP: 78553-198

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 297-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE BEPPLER - CPF/CNPJ: 810.223.529-20 End: RUA DOS DIAMANTES N.420 - RES. PEROLA - SINOP-MT - CEP: 78558-090

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 299-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE BEPPLER - CPF/CNPJ: 810.223.529-20 End: RUA DOS CONDURUS N.124 - JD. JACARANDAS - SINOP-MT - CEP: 78557-658

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número do apartamento.

Proto e Data Apres.: 301-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE MEWNDES PAULO - CPF/CNPJ: 028.842.541-37 End: RUA PROJETADA E N.15 - RES. DAURY RIVA - SINOP-MT - CEP: 78554-006

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 302-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE NOGUEIRA DA COSTA - CPF/CNPJ: 016.763.169-14 End: RUA ROMA N.942 - JD. ITALIA II - SINOP-MT - CEP: 78555-370

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se informado por Almir.

Proto e Data Apres.: 303-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE VILLELA DE BIASSIO - CPF/CNPJ: 883.221.149-15 End: RUA BENEDITO AMERICO N.206 - JD. ITALIA - SINOP-MT - CEP: 78555-321

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Mudou-se

Proto e Data Apres.: 305-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRE VILLELA DE BIASSIO - CPF/CNPJ: 883.221.149-15 End: RUA RIBEIRAO PRETO N.06 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-533

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 307-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRO APARECIDO SANTANA - CPF/CNPJ: 880.679.801-44 End: RUA JARAGUA DO SUL QD.008 LT.016 - RES. JARAGUA - SINOP-MT - CEP: 78558-138

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Endereço Insuficiente falta número da casa.

Proto e Data Apres.: 308-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRO CABRERAS DA SILVA - CPF/CNPJ: 032.641.371-51 End: AV. JOSE NAENO RIBEIRO N.266 - JD. VENEZA - SINOP-MT - CEP: 78554-179

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 310-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXANDRO GOMES NUNES - CPF/CNPJ: 866.680.721-00 End: RUA INGLATERRA N.805 - JD. EUROPA - SINOP-MT - CEP: 78555-214

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 309-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXSANDRA APARECIDA BUNHARA - CPF/CNPJ: 884.165.931-91 End: RUA UBERLANDIA N.477 - JD. BELO HORIZONTE - SINOP-MT - CEP: 78556-299

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 312-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXSANDRA DE SOUSA SILVA - CPF/CNPJ: 004.347.081-51 End: VIELA PROJETADA 02 N.245 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-790

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 311-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXSANDRA RIBEIRO FERREIRA - CPF/CNPJ: 024.614.561-78 End: TRAVESSA 09 N.46 - RES. SABRINA - SINOP-MT - CEP: 78559-778

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 314-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALEXSANDRO TEIXEIRA - CPF/CNPJ: 040.369.431-03 End: AV. SAO FRANCISCO N.660 - RES. SAO FRANCISCO - SINOP-MT - CEP: 78559-162

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 313-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALGACIR FISTAROL - CPF/CNPJ: 639.992.269-00 End: RUA TOLEDO N.481 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-548

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 316-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALI ALDERSI SAAB - CPF/CNPJ: 023.723.989-20 End: RUA ITACAIUNAS QD.011 LT.024 - RES. PORTAL DA MATA - SINOP-MT - CEP: 78550-000

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 317-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALICE CAROLINNE SOARES DE LIMA - CPF/CNPJ: 014.504.111-50 End: RUA CAXIAS DO SUL QD.006 LT.006 - JD. TERRA RICA - SINOP-MT - CEP: 78557-554

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 319-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALICE CASONATTO - CPF/CNPJ: 992.415.361-87 End: RUA SAO CRISTOVAO N.114 - SAO CRISTOVAO - SINOP-MT - CEP: 78558-018

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Não existe o número indicado.

Proto e Data Apres.: 320-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALICE SOUZA MOURA - CPF/CNPJ: 286.243.001-34 End: RUA TUCUNARE N.125 - CAMPING CLUBE - SINOP-MT - CEP: 78551-230

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 322-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Devedor: ALIDE BAGNARA - CPF/CNPJ: 486.211.880-15 End: RUA SA-MARIA N.478 - JD. UMUARAMA - SINOP-MT - CEP: 78558-284

Apres: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP - Sacador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

Dados Títulos: CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - Motivo: Sem entrega domiciliar.

Proto e Data Apres.: 321-02/02/2016- Ultimo dia Pagto: 11/02/2016

Motivo do Protesto: falta de pagamento.

Os Devedores acima relacionados deverão comparecer a Rua das Aroeiras, 630 - Centro - Sinop - MT, a fim de efetuar o pagamento ou alegar as razões por que não o fazem, no prazo a contar da data da publicação deste, no Diário Eletrônico Municipal - AMM - Assiação Matogrossense dos Municíos, desta Cidade, conforme determinação da CNGJ/MT, Capitulo 5, Seção 5, item 5.5.1.1.

Sinop - MT, 04 de fevereiro de 2016.

Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 014/2016

Estabelece dia sem expediente na Câmara Municipal de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

1. Considerando o Decreto Municipal nº 011/2016, que declara ponto facultativo o dia 08 de fevereiro de 2016 (segunda-feira);

2. Considerando que o artigo 289 do Regimento Interno da Câmara Municipal determina que não haverá expediente no Legislativo nos dias decretados pelo Município como ponto facultativo;

RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente na Câmara Municipal de Sinop no dia 08 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de fevereiro de 2016

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Convocar o suplente de vereador Roberto Trevisan de Oliveira para assumir a vaga deixada pelo vereador Cláudio Santos, em decorrência de sua renúncia, requerida nos termos do § 1º do artigo 250 do Regimento Interno.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de fevereiro de 2016

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 044/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 25/01/2016 com término em 23/04/2016**, do período aquisitivo de 20/03/2007 à 19/03/2012, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **CRISTIANE ROMAGNA FERREIRA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 6.135.102-7 SSP/PR e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 024.616.159. 00, servidora estável, admitida em 20/03/2007, com matricula no RH nº. 951, nocargo de **Professora,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura **desta Prefeitura,** de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei Municipal nº 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 045/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 25/01/2016 com término em 23/02/2016**, do período aquisitivo de 01/06/2010 à 31/05/2015, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **SIOMARA MULLER PEREIRA** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.318.933 SSP/SC e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 838.539.529-68, servidora estável, admitida em 01/06/1994, com matricula no RH nº. 136, nocargo de **Professora,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura **desta Prefeitura,** de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 046/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 25/01/2016, com término em 23/02/2016****, referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 à 31/03/2015,* a Senhora ***ROSENILDA FERREIRA DE MEDEIROS*****,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1. 217.935-3 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 723.308.051.87, servidora com matricula no RH nº. 1513, no cargo de **Chefe de Divisão Hospitalar**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 047/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 45 (Quarenta e Cinco) dias, iniciando-se em 27/01/2016 com término em 11/03/2016**, do período aquisitivo de 21/05/2005 à 20/05/2010, sem prejuízo de sua remuneração* a Senhora **SELOI TEREZINHA WELTER** brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 607.944 SSP/MT

e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 430.074.731-67, servidora estável, admitida em 21/05/1999, com matricula no RH nº. 134, nocargo de **Professora,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura **desta Prefeitura,** de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei Municipal nº. 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 048/2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora. **LUZIA DA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1. 098.025-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 522.772.081.91, servidora estável, admitida em 29/01/2002, com matricula no RH nº. 70, nocargo de **Auxiliar de Serviços Públicos - Recepcionista**, licenciada no período de 03/03/2015 a 04/08/2015, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura **da Classe C – Nível 13 para perceber na Classe C – Nível 14, correspondente ao valor de R$: 1.385,89 (Um Mil, Trezentos e Oitenta e Cinco Reais, Oitenta e Nove Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

TIPO MENOR: PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tabaporã, através da comissão de licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2016, cuja abertura ocorrerá as 09:00 horas locais do dia 19 de Fevereiro de 2016, na sala de Licitação da Prefeitura municipal, Avenida Comendador José Pedro Dias nº 979-N– Centro, Objeto: Aquisição de equipamentos e mobiliário para equipar unidades básica de saúde, conforme especificação técnica e quantidade no anexo (I) do edital. Com recurso do Ministério da Saúde. Edital com maiores esclarecimento poderão ser adquirido junto a Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal, no horário das 08:00horas as 12:00hs Local, ou através de Contato telefone (oxx66)3557.1415/1505. Ramal 39

site: www.tabapora.mt.gov.br- Tabaporã/MT. 04 de Fevereiro de 2016.

Pregoeiro

Antonio Batista Mota

PORTARIA Nº. 042/2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do senhor **JOSE AYRTON MELO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 140. 423 SSP/MS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 340. 123.701.20, servidor estável, admitido em 23/01/2002, com matricula no RH nº. 49, nocargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira,** licenciado no período de 24/02/2011 a 15/10/2012, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 11 para perceber na Classe A – Nível 12, correspondente ao valor de R$: 1.984,05 (Um Mil, Novecentos e Oitenta e Quatro Reais, Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 049/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 20 (Vinte) dias, iniciando-se em 11/01/2016*, com término em 30/01/2016*, *referente ao período aquisitivo de 02/12/2014 à 01/06/2015,* a servidora ***IRAINA APARECIDA LEONEL SOUTO*,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. M-4.519.337 SSP/MG e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 616.763.906.00, servidora com matricula no RH nº. 751, no cargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Radiologia**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 90, regra exclusiva para Operador de Raio X, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 11/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 24/2015

Data do ajuste: 31/12/2015

Nome da Empresa Contratada: FISSLEX SISTEMA DE GESTÃO PUBLICA LTDA – EPP

Objeto: Prorrogação de prazo de contrato pelo período de 06 meses, com termino em 30/06/2016.

Total do termo aditivo é de R$ 24.000,00(Vinte e Quatro mil reais).

PORTARIA Nº. 041/2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da senhora **HAIULENE DE ARAUJO SILVA DEVES**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.548.491-2 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 007.431.671.04, servidora estável, admitida em 23/01/2007, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I - Zeladora,** com matricula no RH nº. 913, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **da Classe B – Nível 08 para perceber na Classe B – Nível 09, correspondente ao valor de R$: 1.057,84 (Um Mil, Cinquenta e Sete Reais, Oitenta e Quatro Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 053/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 04/01/2016, com término em 02/02/2016****, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 à 31/12/2013,* ao Senhor ***AGNALDO VALDIR PIRES*****,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 647.504 SSP/MS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 560.265.951.04, servidor com matricula no RH nº. 1435, no cargo de **Procurador Jurídico**, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data inicial da concessão das férias em 04/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 052/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder "LICENÇA PATERNIDADE" pelo período de 07 (Sete) dias consecutivos, a contar da data de 25 de Janeiro de 2016**, sem prejuízo de sua remuneração ao senhor WAGNER MOURA DO NASCIMENTO,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 001.230.720 SSP/MS e inscrito no Cadastro de Pessoa Físicas CPF sob o nº. 935.682.071.68, servidor efetivo no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 78 e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 25 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 50/2016

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 18/01/2016*, com término em 16/02/2016*, *referente ao período aquisitivo de 08/05/2014 à 07/05/2015, a* servidora ***KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES*****,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.190.684-7 SJ/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 864.670.691.53, servidora com matricula no RH nº. 43, no cargo de **Técnica da Saúde I - Escriturara**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a data de 18/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 043/2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Sra. **MARIA DURVALINA PEGO DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 15.426.009 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 000.085.941.98, servidora estável, admitida em 23/01/2002,nocargo de **Agente de Manutenção – Zeladora**, com matricula no RH nº. 109, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, **da Classe A – Nível 13** para perceber na categoria da **Classe A – Nível 14, correspondente ao valor de R$: 1.061,77 (Um Mil, Sessenta e Um Reais, Setenta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 22 de Janeiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA- 2ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016.

AVISO DE REABERTURA- 2ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL (GALÃO 20 LITROS), GÁS DE COZINHA GLP E VASILHAMES,** mediante o sistema de reposição, para suprir necessidades das Unidades Administrativas do município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e Anexo III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria nº 561/GP/2015 de 08.09.2015, tor-

na público que o certame acima foi considerado **DESERTO** tendo em vista a ausência de licitantes interessadas. Assim, divulga para conhecimento dos interessados, a realização da **2ª CHAMADA** do Pregão Presencial referenciado, cuja sessão para recebimento dos documentos de habilitação e propostas dar-se-á no dia **19 DE FEVEREIRO DE 2016, às 09:00 horas** na sala de licitações da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2. 350- N - 2º Piso - Jardim Europa. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 05 de Fevereiro de 2016**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ N.º 03.942.611/0001-47

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ n.º 03.942.611/0001-47 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através do Departamento da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares-UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.244,12 (UM MIL DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS)ESUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT POR 06 (seis) meses,** já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo **nº 051/ PAILC/2015, PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS**, em virtude do descumprimento das disposições contidas na Cláusula Décima Primeira, Item 11.5, da Ata de Registro de Preços n° 016/2015, extraída do Pregão Presencial n° 015/2015, Referente ao Processo Administrativo n° 044/2015, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, inciso II e III, e Art. 19, inciso II e III, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso II e V, do item 15.2, da Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços n° 016/2015.Tangará da Serra- MT, 29 de Janeiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ N.º 03.942.611/0001-47

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ n.º 03.942.611/0001-47 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através do Departamento da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares-UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO TOTALIZANDO R$ 1.724,34 (UM MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT POR 06 (seis) meses,** já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo **nº 046/PAILC/2015, PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADAS**, em virtude do descumprimento das disposições contidas na Cláusula Décima Primeira, Item 11.5, da Ata de Registro de Preços n° 021/2015, extraída do Pregão Presencial n° 021/2015, Referente ao Processo Administrativo do Departamento de Licitações n° 066/2015, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, incisos II e III, c/c o Art. 19, inciso II e III, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso II e V, do item 15.2, da Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preços n° 021/2015.Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - CNPJ N.º 08.139.622/0001-07

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - CNPJ n.º 08.139.622/0001-07 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, CUMULADO COM MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO NO VALOR DE R$ 9.030,45 (NOVE MIL E TRINTA REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS),** à Empresa já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratadas **nº 030/PAILC/2015**, em virtude dos descumprimentos da Cláusula Décima Primeira, Item 11.4 da Ata de Registro de Preços n° 058/2014, extraída do Pregão Presencial n° 0071/2014, Referente ao Processo Administrativo n° 208/2014, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, inciso I e II, e Art. 19, inciso I e II, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso I e II, do item 14.2, da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços n° 058/2014. Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – PRO-REMÉDIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – PRO-REMÉDIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA - CNPJ n.º 05.159.591/0001-68 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO NO VALOR DE R$ 368,99 (TREZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS),** à Empresa já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratadas **nº 025/PAILC/2015**, em virtude dos descumprimentos da Cláusula Décima Primeira, Item 11.4 da Ata de Registro de Preços n° 039/ 2014, extraída do Pregão Presencial n° 046/2014, Referente ao Processo Administrativo n° 106/2014, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, inciso II, e Art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso II, do item 14.2, da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços n° 039/2014. Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR LTDA

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ n.º 07.886.006/0001-57 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO NO VALOR DE R$ 5.791,93 (CINCO MIL SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS),** à Empresa já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratadas **nº 026/ PAILC/2015**, em virtude dos descumprimentos da Cláusula Décima Primeira, Item 11.4 da Ata de Registro de Preços n° 058/2014, extraída do Pregão Presencial n° 0071/2014, Referente ao Processo Administrativo n° 208/2014, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, inciso II, e Art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso II, do item 14.2, da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços n° 058/2014. Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE – BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ n.º 07.344.150/0001-61 - O Município de Tangará da Serra, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares UPSPA, torna público para conhecimento de quem interessar que aplicou à empresa acima citada, a **PENALIDADE DE MULTA DE 0,5% (ZERO VÍRGULA CINCO POR CENTO) POR DIA, SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO NO VALOR DE R$ 3.573,35 (TRÊS MIL QUINHENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS),** à Empresa já devidamente qualificada nos autos do Processo Administrativo para Apuração de Infrações Administrativas Cometidas por Licitantes e Contratadas **nº 021/ PAILC/2015**, em virtude dos descumprimentos da Cláusula Décima Primeira, Item 11.4 da Ata de Registro de Preços n° 058/2014, extraída do Pregão Presencial n° 0071/2014, Referente ao Processo Administrativo n° 208/2014, nos termos da"Lei nº 8.666/93: Art. 87, inciso II, e Art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº. 289/GP/2012 c/c inciso II, do item 14.2, da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços n° 058/2014. Tangará da Serra- MT, 04 de Fevereiro de 2016. José Serafim de Almeida – Gestor da UPSPA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 013/2016 CONVOCAÇÃO P.S 006/2015

EDITAL COMPLEMENTAR 013/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 05/02/2016 às 08h00min para atribuição de local de trabalho:

775 -PEDAGOGA - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
1	197502	SIRLEI PINTO DA CUNHA	03/12/1970	12,62	64	76,62	APROVADO
2	197885	ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI	20/08/1972	10,90	64	74,90	CLASSIFICADO
3	94	CLAUDIONE PEREIRA DA SILVA	13/10/1977	11,52	60	71,52	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 05/02/2016 das 08 ás 11:00 e das 13:00 ás 16:00 e dia 10/02/2016 das 13:00 às 17:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH "D" para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Maria de Lourdes Fernandes B. Pollon

Secretário Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 002/2016 CONCURSO 001/2013 CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 002/2016

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2013 DE 18/11/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais;

CONVOCA:

Art. 1º - Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014 e prorrogado prazo de validade através do Decreto n° 006, de 11/01/2016,** para que compareçam na Secretaria Municipal de Administração, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, das 08h00 as 11h00 e das 13h00min as 16h00, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, de acordo com o item 7 do Edital de abertura do concurso, conforme lista abaixo:

CARGO	**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
61	ERLETE BRAMBILA	2102	60	RES
62	ROSANA DAS GRAÇAS COSTA FERREIRA	3309	60	RES
CARGO	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
41	KATIA ADRIANA GONÇALVES	3857	58	RES
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
57	REGIANE ALBERTINA DA COSTA SANTOS	2076	64	RES

Art. 2º - Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2011, no prazo descrito no artigo 1º deste Edital.

Art. 3º - Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

b) – não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa nº. 001/SAD/2011; c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado e exames médicos.

Art. 4º - Os candidatos nomeados através deste Edital deverão comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até no dia,**07/03/2016 às 08h00**, para posse e definição do local de trabalho através do lotacionograma.

Art. 5º - Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

ATO 059/GP/2016 DE 04/02/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

1º - **NOMEAR** os candidatos convocados através do Edital complementar nº. 010/2015, aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014**, em anexo do Edital complementar 007/2014, datado em 27 de janeiro de 2.014, convocados através do Edital Complementar obedecido à ordem de classificação.

CARGO	**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
61	ERLETE BRAMBILA	2102	60	RES
62	ROSANA DAS GRAÇAS COSTA FERREIRA	3309	60	RES
CARGO	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
41	KATIA ADRIANA GONÇALVES	3857	58	RES
CARGO	**TÉCNICO EM APOIO INFANTIL**			
Colocação	CANDIDATO	INSC.	PF	RESULTADO
57	REGIANE ALBERTINA DA COSTA SANTOS	2076	64	RES

2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, 39º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 750, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

HOMOLOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016, PROCESSO 1/2016.

O **PRESIDENTE** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o procedimento licitatório – modalidade Pregão Presencial nº 1/2016, Processo nº 1/2016, tendo como adjudicatária a empresa: **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP,** devidamente inscrita no **CNPJ 86.952.587/0001-54,** conforme deliberado no dia 1 de fevereiro de 2016 e conforme Termo de Adjudicação, datado de 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos 2 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, 39º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 – PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, COM APOIO TÉCNICO À DISTÂNCIA E PRESENCIAL CASO NECESSÁRIO, ALÉM DE SERVIÇO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DO PESSOAL.

Considerando o cumprimento dos termos da Lei 10.520/02, de 17/07/2002, para que produza os desejados efeitos legais, ADJUDICO à empresa **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA-EPP**, devidamente inscrita no **CNPJ 86.952.587/0001-54**, os itens abaixo:

ITEM	OBJETO	MESES	V. Mensal	V. Total
1	SISTEMA PARA ELABORAÇÃO DE PPA, LDO E LOA;	12	R$ 193,56	R$ 2.322,72
2	SISTEMA PARA CONTABILIDADE PÚBLICA;	12	R$ 1.071,94	R$ 12.863,28
3	SISTEMA DE CONTROLE DA TESOURARIA;	12	R$ 580,68	R$ 6.968,16
4	SISTEMA PARA CONTROLE ADMINISTRATIVO E CONTROLE INTERNO;	12	R$ 285,92	R$ 3.431,04
5	SISTEMA PARA CONTROLE DAS LICITAÇÕES E COMPRAS;	12	R$ 580,68	R$ 6.968,16
6	SISTEMA PARA CONTROLE DO PATRIMÔNIO;	12	R$ 403,82	R$ 4.845,84
7	SISTEMA PARA CONTROLE DE ESTOQUE/FROTAS;	12	R$ 423,47	R$ 5.081,64
8	SISTEMA PARA CONTROLE DOS RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO;	12	R$ 374,34	R$ 4.492,08
9	SISTEMA APLIC PARA GERENCIAR E VALIDAR OS DADOS PARA O TCE-MT;	12	R$ 335,04	R$ 4.020,48
10	SISTEMA DE PROTOCOLO DE DOCUMENTOS;	12	R$ 472,60	R$ 5.671,20
11	SISTEMA DE PORTAL DO SERVIDOR	12	R$ 236,79	R$ 2.841,48
12	SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	12	R$ 441,16	R$ 5.293,92
TOTAL	R$ 64.800,00			

Tangará da Serra- MT, 2 de fevereiro de 2016.

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 749 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE DATA E HORA A SER REALIZADA A 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 140, § 4º, da Resolução 182/2013 - Regimento Interno da Câmara Municipal;

Considerando o Feriado de Carnaval do dia 9 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica a 2ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Tangará da Serra designada para o dia 11 de fevereiro de 2016, às 14 horas.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

PROFESSOR VAGNER

Vice-Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 751 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e;

Considerando o Feriado de Carnaval do dia 9 de fevereiro de 2016;

Considerando o Decreto nº 26, de 29 de janeiro de 2016, do Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ponto Facultativo na Câmara Municipal no dia 8 de fevereiro de 2016 (segunda-feira), no período integral e no dia 10 de fevereiro de 2016 (quarta-feira) durante o período matutino, retornando o expediente normal a partir das 13h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

PROFESSOR VAGNER

Vice-Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO N° 01/2016

TERMO DE CONVÊNIO N° 01/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.978.212/0001-00, com sede na Prefeitura Municipal, localizada n Avenida 12 de Abril, Centro, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr.

MILTON JOSÉ TONIAZZO, brasileiro, casado, empresário, portador da CIRG n° 1.003.505.573-SSP/RS, inscrito no CPF sob n° 227.896.930-72, residente e domiciliado na Travessa Lucas Toniazzo. s/nº, na Cidade de Terra Nova do Norte, na Cidade de Terra Nova do Norte, denominado de **CONCEDENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SÁUDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO,** associação pública sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n° 02.997.711/0001-08, com sede Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, em Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pela Presidente, Srª SANDRA MARTINS, brasileira, casada, empresária, portadora da CIRG n° 0.805.741-9-SSP/MT, inscrita no CPF sob n° 482.430.001-00, residente e domiciliada na Rua Amendoeiras, nº 308, Centro, na Cidade de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, denominado de **PROPONENTE**, denominado de **PROPONENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio conforme as clausulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a consecução das ações previstas em Lei, que ingressa no Consórcio, bem como das demais normas estatuaria aos serviços de assistência a saúde a ser realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, do qual ser refere a ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA TRASBORDO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇAO FINAL DE RESIDUOS DE SAUDE E SERVIÇOS LABORATORIAIS NA ESPECIALIDADE DE MICROBIOLOGIA DA ÁGUA.***

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

Parágrafo Primeiro - A fixação do valor total será de aproximadamente ***R$ 28.845,12 (VINTE E OITO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E DOZE CENTAVOS),*** isso equivalente a 12 (doze) parcelas de ***R$ 2.403,76 (DOIS MIL QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).***

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor do presente Convênio, constante na clausula segunda, será pago até o ultimo dia de cada mês impreterivelmente.

PARAGRAFO ÚNICO: O valor das parcelas mensais, conforme consta na clausula segunda, ***será depositado na conta corrente n° 8993-1, agência 5916-1 do Banco do Brasil S/A de titularidade do Consorcio Intermunicipal de Saúde a Região do Vale do Peixoto.***

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

O valor a ser pago mensalmente pela concedente ao Proponente correrá à conta da dotação orçamentária n° **07.003.10.302.0020.2136.337170 (código reduzido 0315).**

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

O presente Convênio terá sua vigência de **04 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES

7.1- Compete à concedente:

a) Efetuar o pagamento do valor mensal, conforme consignado na cláusula segunda, até o ultimo dia de cada mês, impreterivelmente.

7.2 – Compete ao Proponente:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pela Concedente, no limite das finalidades de contratação de pessoal para atendimento especializado na área mencionada na clausula primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES

Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários, do presente Convênio.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO

O PRESENTE Convênio poderá ser extinto de comum acordo pelas partes signatárias, ou unilateralmente, mediante notificação da Concedente ao Proponente, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA; DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Convênio.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de iguais teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Terra Nova do Norte/MT, 04 de Janeiro de 2016.

_____

O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

CONCEDENTE:

_____

_____

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

SANDRA MARTINS

PRESIDENTE

PROPONENTE:

Testemunhas:

_____

_____

Nome: IVO DA SILVA E SILVA Nome: JOAO PEREIRA DE SOUZA

CPF: 912.756.521-15 CPF: 499.082.359-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

ERRATA.

No Termo de Homologação, publicado no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso nº 802, página 93, em 05/02/2016; no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 2.408, página 509, em 04/02/2016; bem como no Portal Oficial do Município, em 03/02/2016.

ONDE SE LÊ:

TERMO DE HOMOLGAÇÃO – Homologo nos termos do artigo 43, Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **001/2016**, que trata da AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. A favor da empresa **K A TEIXEIRA & CIA LTDA – EPP**, com o **CNPJ: 05.652.865/0001-56**. No valor de **R$183.746,20 (CENTO E OITENTA E TRÊS MIL SETECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).**

Tesouro – MT, 3 de fevereiro de 2016.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

LEIA-SE:

TERMO DE HOMOLGAÇÃO – Homologo nos termos do artigo 43, Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **001/2016**, que trata da AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. A favor da empresa **K A TEIXEIRA & CIA LTDA – EPP**, com o **CNPJ: 05.652.865/0001-56**. No

valor de **R$399.390,20 (trezentos e noventa e nove mil trezentos e noventa reais e vinte centavos).**

Tesouro – MT, 03 de fevereiro de 2016.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

Tesouro – MT, 21 de janeiro de 2016.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 024/2016

Dispõe sobre exoneração de servidora de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul; e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar nesta data, a pedido, a servidora ROSIANE APARECIDA PEREIRA, portadora do RG nº 2292211-3 SSP/MT e do CPF nº 048.622. 131-89, do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Apoio Educacional, símbolo DAI,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 041/2015, de 19 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2016

Nomeia servidora para cargo de provimento em comissão (DAI) e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a Srª. JOELMA CARVALHO PINTO, portadora do RG nº 2292440-0 SSP/MT e do CPF nº 051.025.641-45, para exercer, a partir desta data, o cargo em comissão de *Chefe do Departamento de Apoio Educacional,* símbolo *DAI*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto o vencimento fixado no Anexo II, da Lei nº 551, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2016

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o agendamento para o dia 18/05/2016 de perícia médica pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde ao servidor efetivo Sr. MIGUEL JOAQUIM SOARES – ocupante do cargo de *Vigia*,vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, portador do RG nº 6053006133 SSP/RS e CPF nº 793.938.969-68, pelo prazo até 18 de maio de 2016, contado de 01 de fevereiro de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2016

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais);

Considerando o teor do documento médico apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora Srª. MARLI APARECIDA BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de *Gari*, portadora do RG nº 9928952-0 SSP/PR e do CPF nº 055.381. 849-00, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, no período compreendido desde a data de 01 de fevereiro de 2016 até 29 de julho de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2016

Dispõe sobre interrupção, no interesse do serviço, da Licença para Trato de Interesses Particulares do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 115, da Lei Complementar Municipal Nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul); e

Considerando a necessidade da administração municipal e a conveniência administrativa;

Considerando ainda a necessidade dos serviços de transporte escolar, demandando o retorno imediato do servidor licenciado, a fim de evitar-se a contratação temporária de substituto para o seu cargo;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por decisão unilateral da administração municipal fica interrompida a Licença para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, concedida através da Portaria nº 061/2015 ao servidor efetivo JOÃO CARLOS DE SOUZA – *Condutor de Veículo Escolar*, portador do RG nº 978975 SSP/MT e do CPF nº 522.386.281-34, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028/2016

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor do atestado médico e do requerimento de perícia médica apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora efetiva Srª. CRISTIANE DRIELE MORESCO DA SILVA – *Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 09*,vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora do RG nº 2191502-4 SSP/MT e CPF nº 036.116.571-40, pelo período de 01 de fevereiro de 2016 a 25 de maio de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2016

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor do atestado médico e do requerimento de perícia médica apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora efetiva Srª. JOCINEIA JACOBOUSKI – *Professora Graduada 20 horas semanais*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1183108-1 SSP/MT e do CPF nº 631.766.371-87, pelo período de 01 de fevereiro de 2016 a 20 de maio de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2016

Dispõe sobre nova prorrogação da licença para tratamento de saúde do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida nova prorrogação da licença para tratamento de saúde, ao servidor efetivo Sr. JACIR LUÍS BAGATINI – ocupante do cargo de *Professor Graduado – 20 horas/semanais*,vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador do RG nº 8014945052 SSP/RS e CPF nº 235.132.250-91, pelo período de 04 de fevereiro de 2016 até 10 de agosto de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

Proponente: M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA.

CNPJ: 07.811.058/0003-26

Endereço: Rua Colonizador Enio Pipino, 4977 - Setor Industrial Norte - SINOP/MT

Objeto: Aquisição de Peças Genuínas com fornecedor exclusivo, para revisão de 01 (um) Ônibus Escolar, marca/modelo Volkswagen 15.190 EOD, cor amarelo, movido a diesel, ano/modelo 2014, Chassi: 9532E82W8ER431212, placa: QBE-8065, categoria oficial.

Valor Total: R$ 1.255,08 (um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada no disposto no inciso XVII, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, por tratar-se de aquisição de peças genuínas com fornecedor exclusivo, necessárias e indispensáveis para revisão regular do veículo de transporte escolar acima mencionado.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 001/2016.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 05 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2016

Processo: 340732/2015

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2016

1. A Superintendência Administrativa e Financeira solicita ratificação do ato de dispensa de licitação para Locação de imóvel do tipo Urbano Comercial, situado a Rua Carlos Galhardo n.33 , Bairro Costa Verde, Município de Várzea Grande, destinado ao funcionamento do Arquivo Central e Depósito de Bens Inservíveis até a conclusão do processo de descarte do município de Várzea Grande, formalizando assim o ato.

2. Houve parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal de fls. 129/134 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, RATIFICO o ato de dispensa emitido pelo Sra. NAIANE CRISTINA NEGRAO, Superintendente Adm. e Financeira para locação de imóvel de propriedade do Sr. Anderson de Souza Rodrigues, portador do CPF n. 220.391.778-41, referente ao imóvel situado a Rua Rua Carlos Galhardo n.33 , Bairro Costa Verde, Várzea Grande MT, pelo valor global de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), a ser pago mensalmente R$6.000,00 (seis mil reais) mensais, com vigência por 12 (doze) meses.

3. Publique-se e cumpra-se.

4. Empenhem-se os recursos necessários.

5. Várzea Grande-MT, 03 de fevereiro de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva e Pires

Secretária de Administração

ERRATA

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando solicitação contida na Ci nº 009/16, conforme processo nº 357.44/2016;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da digitação da simbologia dos cargos mencionados na Portaria nº 002/2016, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, do dia 06/01/2016, edição nº 2.387, pagina 235;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação da simbologia** dos cargos na Portaria nº 002/2016:

Onde se lê: DGA 2

LEIA-SE: **DNS 2**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 01 de fevereiro de 2016.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DECISÃO

Cumprindo ao que estabelece os preceitos legais, a Comissão de Tomada de Contas Especial, deflagrada via portaria nº 014/15/SMS/VG, publicada no dia 19 de agosto de 2015, passa a decidir quanto ao pedido de prorrogação de prazo pleiteado por **Jaqueline Beber Guimarães**, vejamos:

Na data de 11 de janeiro de 2.016, foi pleiteado a prorrogação de prazo junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão que deferir o presente pedido, a partir do dia 15 de janeiro de 2016.

Pois bem, em que pese à fundamentação utilizada pela Sra. **Jaqueline Beber Guimarães**, esta não **merece prosperar**, visto que o diploma legal abaixo colacionado é claro, no seguinte termo da Lei Municipal nº 1.164/91 em seu art. 170, vejamos:

Art. 170- tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20(vinte) dias.

§3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia de citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em terno próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2(duas) testemunhas.

Dessa forma, atendendo aos mandamentos legais acima elencados, mais os constantes na legislação em vigor, esta Comissão de Tomada de Contas Especial defere o prazo de 10 (dez)dias, como determinado pela Lei em comento, prorrogado por igual período, a contar da data do recebimento da notificação.

Sem mais para o momento,

Várzea Grande/MT, 18 de janeiro de 2.016.

Gervásio Ângelo da Cunha

Presidente

Christiane Lima de Godoy

Membro

Wellyngton Alessandro Dolce

Membro

ATO Nº. 048/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e; processo nº 356919/2016

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Ana Claudia Burin Arnaut de Sousa Carneiro, no cargo em comissão de Coordenador de Gestão de Meio Ambiente - DNS 4, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Hélen Farias Ferreira

Secretária Mun. de Meio Ambiente e Des. Rural

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE EXONERAÇÃO N.º 001/2016

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, EXONERA, com efeitos, a partir de 04 de fevereiro de 2016, no cargo em comissão DGA, o (a) servidor (a) abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

SEBASTIÃO FANAIA TEIXEIRA FILHO	COORDENADOR - COMERCIAL	DGA - 4

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO TERMO ADITIVO N°001/2016 DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

MATRIC.	SERVIDORE	PERÍODO			SÁLARIO	FINALIDADE	AMPARO
N°	ADITIVADO	INICIO	RECISÃO	CARGOS	BASE	DO CONTRATO	LEGAL
1883/01	KESIANE DO NASCER NASCIMENTO	02/02/2016	02/02/2017	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1885/01	CELSON LUIZ METELO	02/02/2016	02/02/2017	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1887/01	HERMES SEBASTIÃO DOS SANTOS	02/02/2016	02/02/2017	MOTORISTA	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1886/01	EZIO GONÇALVES DO NASCIMENTO	02/02/2016	02/02/2017	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

Publique-se, registre-se e cumpra-se

VÁRZEA GRANDE, 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 001/2016

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 001/2016

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEIA**, com efeito, a partir de 04/02/2016, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

TAINAH DA SILVA FERREIRA	COORDENADOR - COMERCIAL	DGA – 4

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 04 de fevereiro de 2016.

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2015

REGISTRO DE PREÇOS

Processo n. 287428 /2015. O Município de Várzea Grande-MT, por meio de Pregoeiro Oficial, designada pela portaria n. 227/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Eletrônico n.21/2015 cujo objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS, PEÇAS E CONEXÕES/ FERRO FUNDIDO E TUBOS, PEÇAS E CONEXÕES/PVC), QUE SERÃO UTILIZADAS NAS OBRAS (ETAPA ÚNICA – PAC I), SENDO: ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO, LIGAÇÕES DOMICILIARES, LINHAS DE RECALQUE, REDES DE ESGOTO E RAMAIS CONDOMINIAIS DOS BAIRROS FRUTAL DE MINAS, IKARAÍ, SÃO JOÃO E JARDIM IPANEMA NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME TERMOS DE COMPROMISSO E CONTRATO DE REPASSE N° 0218. 743-88/2007, EDITAIS E ANEXOS.** Foi declarado **FRACASSADO**. Várzea Grande – MT, 04 de fevereiro de 2016. Landolfo Lazaro Vilela Garcia, Pregoeiro.

.

ATO Nº. 056/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Aline Pascoin de Campos, no cargo em comissão de Assessor Jurídico - DNS 5, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 062/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Carlos Alberto de Campos Farias, no cargo em comissão de Gerente de Logística de Fiscalização - DNS 6, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de fevereiro de 2016.

Breno Gomes

Secretário Mun. de Serviços Públicos e Mob. Urbana

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 052/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e; Processo nº 352.699/2016.

R E S O L V E:

NOMEAR Wellington Apolinário dos Santos, no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 6, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Edson Roberto Silva

Secretário Mun. Interino de Gestão Fazendária

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DECISÃO

Cumprindo ao que estabelece os preceitos legais, a Comissão de Tomada de Contas Especial, deflagrada via portaria nº 014/15/SMS/VG, publicada no dia 19 de agosto de 2015, passa a decidir quanto ao pedido de prorrogação de prazo pleiteado por **Murilo Domingos**, vejamos:

Na data de 15 de janeiro de 2.016, foi pleiteado a prorrogação de prazo junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão que deferir o presente pedido, a partir do dia 15 de janeiro de 2016.

Pois bem, em que pese à fundamentação utilizada pela Sr. **Murilo Domingos**, esta **merece prosperar**, visto que o diploma legal abaixo colacionado é claro, no seguinte termo da Lei Municipal nº 1.164/91 em seu art. 170, vejamos:

Art. 170- tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20(vinte) dias.

§3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia de citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em terno próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2(duas) testemunhas.

Dessa forma, atendendo aos mandamentos legais acima elencados, mais os constantes na legislação em vigor, esta Comissão de Tomada de Contas Especial defere o prazo de 10 (dez)dias, como determinado pela Lei em comento, prorrogado por igual período, a contar da data do recebimento da notificação.

Sem mais para o momento,

Várzea Grande/MT, 18 de janeiro de 2.016.

Gervásio Ângelo da Cunha

Presidente

Christiane Lima de Godoy

Membro

Wellyngton Alessandro Dolce

Membro

PORTARIA Nº. 012/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando solicitação contida na CI n.º 009/16, conforme Processo nº 357.444/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 008/2016, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios edição nº 2.401, página 410, do dia 28/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de fevereiro de 2016.

Lucimar Sacre de Campos *Prefeita Municipal*

PORTARIA Nº 043/2016/SMS/VG

O Secretário de Saúde do Município de Várzea Grande – Estado de Mato Grosso, Dr. Cassius Clay Scofoni Faleiros de Azevedo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1: Designar Aluisio Fernandes A. Oliveira, Superintendente Administrativo Hospitalar do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, para realizar a compra dos medicamentos e/ou materiais médico-hospitalares que forem necessários, bem como fiscalizar os gastos realizados e prestar contas mensalmente, com devidas notas fiscais, ao Secretário Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT.

Art. 2: O servidor designado após prestar seu compromisso no que se refere no art. 1 deverá encaminhar relatório completo de gasto ao Secretario Municipal de Saúde que posteriormente remeterá ao Ministério Público Estadual, toda e qualquer informação acerca do Termo Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Estadual e a Empresa CEVIC (Construtora e Incorporadora), na data de 23/10/2015, pelo referencia SIMP nº. 012671-006/2015.

Art. 3: Resta ainda determinado por esta Portaria que a pessoa do servidor designado no art. 1 será o fiscal a partir da data de 15.02.2016, conforme prevê o item 4.5 do aludido TAC até o seu encerramento conforme prevê o item 4.12 com data estimada para 15/10/2016.

Art. 4: A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrado, Publicado, Cumpra-se

Várzea Grande/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

Cassius Clay S. F. de Azevedo

Secretário Municipal de Saúde de Várzea Grande

PORTARIA Nº. 013/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando solicitação contida na CI n.º 009/16, conforme Processo nº 357.444/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **Edson Roberto Silva**, Subsecretário – DNS 2 da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária , em substituição ao servidor César Alberto Miranda L. dos S. Costa, Secretário Municipal –

DNS 1 da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, em gozo de férias **no período de 13/01/2016 a 12/02/2016**, com efeitos financeiros referente ao período.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor em 13 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de fevereiro de 2016.

Lucimar Sacre de Campos ***Prefeita Municipal***

PORTARIA Nº 039/2016

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 311863/2015,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **CIBELE ALVES DA SILVA,** Matrícula 7687, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Supervisor Escolar, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, no período compreendido entre **01.05.1993 a 30.06.1994**, no total de **427** (quatrocentos e vinte e sete) dias líquidos, correspondendo a **01** (um) ano, **02** (dois) meses e **02** (dois) dias, para **todos os Efeitos legais**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de fevereiro de 2016.

CARLOS ALBERTO SILVA

Subsecretário de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 057/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Maria Olga de Barros, no cargo em comissão de Assessora Técnica - DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 042/2016

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014;

Considerando o Parecer n° 184/2016 emitido pela Procuradoria Geral do Município Administrativa referente ao Processo n° 310769/2015;

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 725/2008 que concedeu Licença Especial à servidora **ADRIANI CARLA DE BARROS MAYER ARRUDA**, Matrícula 918, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de **professor I a IV**.

Onde se lê: "06 (seis) meses de Licença Especial, a partir de 01.12.98, referente aos **quinquênios 01.02.87 à 01.02.97."**

Leia-se: 05 (cinco) meses para ser gozado em época oportuna e 01 (um) mês foi indenizado, referentes aos **quinquênios 01.02.87 à 01.02. 97.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

DECISÃO

Cumprindo ao que estabelece os preceitos legais, a Comissão de Tomada de Contas Especial, deflagrada via portaria nº 014/15/SMS/VG, publicada no dia 19 de agosto de 2015, passa a decidir quanto ao pedido de prorrogação de prazo pleiteado por **Wallace dos Santos Guimarães**, vejamos:

Na data de 11 de janeiro de 2.016, foi pleiteado a prorrogação de prazo junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão que deferir o presente pedido, a partir do dia 15 de janeiro de 2016.

Pois bem, em que pese à fundamentação utilizada pelo Sr. **Wallace dos Santos Guimarães**, esta não **merece prosperar**, visto que o diploma legal abaixo colacionado é claro, no seguinte termo da Lei Municipal nº 1. 164/91 em seu art. 170, vejamos:

Art. 170- tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-lhe vista do processo na repartição.

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20(vinte) dias.

§3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia de citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em terno próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de 2(duas) testemunhas.

Dessa forma, atendendo aos mandamentos legais acima elencados, mais os constantes na legislação em vigor, esta Comissão de Tomada de Contas Especial defere o prazo de 10 (dez)dias, como determinado pela Lei em comento, prorrogado por igual período, a contar da data do recebimento da notificação.

Sem mais para o momento,

Várzea Grande/MT, 18 de janeiro de 2.016.

Gervásio Ângelo da Cunha

Presidente

Christiane Lima de Godoy

Membro

Wellyngton Alessandro Dolce

Membro

PORTARIA Nº 029/2016

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº. 4.014/2014 que "dispõem sobre a criação da Carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências":

RESOLVE:

Retificar o enquadramento dos servidores da Secretaria Municipal de Viação e Obras da Prefeitura Municipal de Várzea Grande que não possuem carreira regida por lei específica, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme relação abaixo:

NÍVEL MÉDIO / MÉDIO TÉCNICO – ANEXO V

NOME	CARGO DE ORIGEM	CARGO / PERFIL	DATA ADM	Rec/Averb. Todos Efei.	Afast. s/ Ônus	C/ H.	CLAS/ NÍVEL
ALACIL JOSE LANNES NETO	OPERADOR DE MAQ RODOV. I	AGENT. DES. EC. SOCIAL	01/05/1981	-	-	40H	A-10
MARIA GORETH ARAUJO FORMIGA	AGENTE ADM.	AGENT. DES. EC. SOCIAL	01/02/1983	05a, 05m e 03d	-	40H	A-10
OLINO JOSE DA SILVA	OPERADOR DE MAQ RODOV. I	AGENT. DES. EC. SOCIAL	06/03/1976	-	-	40H	A-10

Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2016, com efeitos financeiros retroativos a MAIO/2015.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de Janeiro de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ATO Nº. 058/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Luz Marina Coelho, no cargo em comissão de Gerente de Educação Infatil - DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 050/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Silvana Oliveira Aguiar Santos, no cargo em comissão de Coordenador Administrativo Financeiro - DNS 4, na Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Walter de Fátima Pereira

Secretário Municipal de Defesa Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO		SALARIO	FINALIDADE DO	AMPARO LEGAL	
Nº	CONTRATADO	INICIO	RESCISÃO	CARGOS	BASE	CONTRATO	
1988/01	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	01/02/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1990/01	DIEGO CONÇALO NUNES PINHO	01/02/2016	30/06/2016	OPERADOR DE FATURAMENTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1991/01	DOMINGOS SANTOS DE CAMPOS	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1992/01	IELTON DA SILVA PINHEIRO	01/06/2016	30/06/2016	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1993/01	MARCOS JOSÉ DA COSTA	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. AGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1994/01	HELTON LUIS RAMÃO DA SILVA	01/06/2016	30/06/2016	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014

1995/01	JOÃO BATISTA DE CAMPOS	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. ÁGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1996/01	AURELIANA MARTINHA DAS CHAGAS	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR DE FATURAMENTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1997/01	PAULO RODRIGUES DA SILVA	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. ÁGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
1999/01	MAIRSON DE MIRANDA PRADO	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR SIST. ÁGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2000/01	JENNYFFER ARIANE DE AMORIM SAMPAIO	01/06/2016	30/06/2016	OPERADOR DE FATURAMENTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
		PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE VÁRZEA GRANDE, 04 DE FEVEREIRO DE 2015 EDUARDO ABALAIRA VIZOTTO					
	DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG						

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PRAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO		SALARIO	FINALIDADE DO	AMPARO LEGAL	
Nº	CONTRATADO	INICIO	RESCISÃO	CARGOS	BASE	CONTRATO	
1988/01	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS	01/02/2016	02/02/2016	OPERADOR DE SIST. ÁGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE 04 DE FEVEREIRO DE 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

ATO Nº. 049/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Elaine Botelho Guimarães, no cargo em comissão de Gerente de Parques e Arborização - DNS 6, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 03 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Hélen Farias Ferreira

Secretária Mun. de Meio Ambiente e Des. Rural

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 061/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal conforme processo nº 357.428/2016;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Jandinara Souza Nascimento, no cargo em comissão de Coordenador - DNS 4, na Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de fevereiro de 2016.

José Augusto de Moraes

Secretário Municipal de Planejamento

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 053/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Elaine Botelho Guimarães, no cargo em comissão de Coordenador de Gestão Ambiental - DNS 4, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Hélen Farias Ferreira

Secretária Mun. de Meio Ambiente e Des. Rural

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 051/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Sirlei Salete Piasecki, no cargo em comissão de Coordenador Administrativo Financeiro - DNS 4, na Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Walter de Fátima Pereira

Secretário Municipal de Defesa Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 045/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Maria do Carmo Santana Oliveira, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 15 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de janeiro de 2016.

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 054/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e; processo nº 356919/2016.

R E S O L V E:

NOMEAR Wanessa Marcoski, no cargo em comissão de Gerente de Parques de Arborização - DNS 6, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Hélen Farias Ferreira

Secretária Mun. de Meio Ambiente e Des. Rural

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 055/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Carla Monique Miranda da Mata, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de janeiro de 2016.

Hélen Farias Ferreira

Secretária Mun. de Meio Ambiente e Des. Rural

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 03/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO VÁRZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTA, inscrito no CNPJ sob nº 10.846.821/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações, na Lei nº 11.692/2008, Na Lei nº 6629/2008, na Portaria nº 171 de 26 de Maio de 2009, na Lei Municipal 3.770/2012, na Resolução/CMAS/N.º 021/2014, bem como e demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 346106/2015. OBJETO: Tem por objeto, repassar a Instituição, recursos financeiros para execução indireta do SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, que visa desenvolver programas sócios educativos voltados ao atendimento de 240 (duzentos e quarenta) crianças/adolescentes com idade de 05 (cinco) a 14 (quatorze) em situação de risco social e anos oportunizando-lhes atividades artísticas e culturais, iniciação desportiva, inclusão digital e/ou curso básico de informática, reforço escolar, programa de vida saudável e de respeito ao meio ambiente e acompanhamento pedagógico personalizado a criança/e ou adolescente com dificuldades de aprendizagem e socialização, como também complementação alimentar e orientação familiar. VALOR GLOBAL: O valor global e no montante de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), dividido em 11 parcelas no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08. 244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE: 0302. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 11 (onze) meses com início em 01 de Fevereiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, Convênio deverá ser renovado no início de cada ano fiscal da Prefeitura, com renovação 30 (trinta) dias antes do término do mesmo, mantendo o mesmo valor, podendo apensas, sofrer atualização conforme índice IGPM-FGV . FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503.087 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 29.01.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social.

ASSOCIAÇÃO VÁRZEAGRANDENSE MADRE TEREZA DE CALCUTA

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 02/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ADRA – AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTÊNCIAIS DO CENTRO OESTE, inscrita no CNPJ sob nº. 15.439.317/0006-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei nº. 8666/93 e suas alterações, incisos e alíneas que couberem, na IN/STN nº 01/97, a Lei Complementar nº. 101.2000, a IN/STN nº 01/2005, Lei Municipal nº 3.770/2012 e o Decreto Municipal nº 65/2011, bem como, nos demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 353013/2016. OBJETO: Tem por objeto promover, por intermédio da CONCEDENTE, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OFERTADO PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, COM FOCO NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA, FORMAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO E DA AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A PARTIR DOS INTERESSES, DAS DEMANDAS E DAS POTENCIALIDADES NA FAIXA ETÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 (SEIS) A 15 (QUINZE) ANOS DE IDADE. VALOR GLOBAL: O valor global e no montante de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), dividido em 11 parcelas no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE: 0302. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 11 (onze) meses com início em 01 de Fevereiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016. O presente Instrumento poderá ser renovado, mediante Termo Aditivo, por solicitação da CONVENENTE, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término da vigência e, desde que, a renovação seja aceita e autorizada pelo setor competente da CONCEDENTE. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503.087 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 01.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social.

ADRA – AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 01/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA NOVA, inscrito no CNPJ sob nº 06.254.660/0001-85. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações, no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, na Lei Municipal nº. 3.762 de 22 de maio de 2012, na Lei nº. 7.644/87, bem como na RESOLUÇÃO/CMASVG/Nº. 022/2014, e demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 346038/2015. OBJETO: Tem por objeto, repassar recursos financeiros a 04 (quatro) Núcleo de Casa Lares que compõem a Associação Beneficente Vida Nova – ABVN, visando o atendimento de até 10 (dez) crianças/adolescentes com idade de 0 a 18 anos do sexo masculino e feminino em cada unidade de Casa Lar, totalizando assim, um número de 40 (quarenta) crianças/adolescentes, mantendo um atendimento personalizado com intuito de estimular a participação em atividades comunitárias, preservarem o s grupos de irmãos, na modalidade de acolhimento Institucional sob ordem judicial no Município de Várzea Grande. Modalidade de acolhimento institucional (Proteção-Especial – Alta Complexidade) abriga crianças, adolescentes e jovens do sexo masculino e feminino, vítimas de abandono, maus tratos e abuso sexual que não possuem mais condições de permanência em sua família natural, necessitando de abrigamento até que seja possível sua reintegração em sua família natural ou ampliada, ou em família substituta, na modalidade de guarda ou adoção. As crianças/adolescentes que se refere o presente chegam até a Instituição através do encaminhamento do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Várzea Grande/MT. O Plano de Trabalho, em anexo, independente de transcrição, faz parte integrante do presente Termo. VALOR GLOBAL: O valor global e no montante de R$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), dividido em 12 parcelas no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). **UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.03.08.243.0042. P/A: 2.153. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE: 0999.** VIGÊNCIA: Tem a vigência de 12 (doze) meses com início em 04 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, podendo o mesmo, em tempo hábil e, por razões justificáveis e autorizadas, ser prorrogado seu prazo de vigência. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503.087 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 04.01.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social.

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE VIDA NOVA

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE : INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA – MT

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE : INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BALDE CHEIO NO MUNICÍPIO DE VERA/MT, ONDE SERÁ CAPACITADO UM TÉCNICO DEFINIDO PELA PRFEITURA MUNICIPAL DE VERA, DE ACORDO COM A METODOLOGIA DESENVOLVIDA PELA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE.** A comissão de licitação do Município de Vera – MT, nomeada pela portaria 010/2016 de 04/01/2016, com fulcro no art. 25, inciso I, da Leia nº 8666/93, bem como parecer da Assessoria Jurídica Municipal, constante do processo de inexigibilidade nº 001/2016, de acordo com a solicitação de despesa da Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio, conclui pela inexigibilidade de licitação para contratação da empresa **SEBRAE-MT Serviço de Apoio de Micro e Pequenas Empresas de mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.534.450/0001-52, no valor de R$ 10.500,00** (dez mil e quinhentos reais), para implantação do projeto balde cheio no município de Vera-MT . A contratação será feita com empresa supracitada.

Vera – MT, 04 de fevereiro de 2016.

Pablo Junior Gonçales

Presidente da C. P. L.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o inciso I do Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, considerando o que consta do presente processo administrativo de inexigibilidade de Licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BALDE CHEIO NO MUNICÍPIO DE VERA/MT, ONDE SERÁ CAPACITADO UM TÉCNICO DEFINIDO PELA PRFEITURA MUNICIPAL DE VERA, DE ACORDO COM A METODOLOGIA DESENVOLVIDA PELA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE,** mediante a prévia apresentação dos documentos de habilitação da empresa selecionada neste processo.

Vera – MT, 04 de fevereiro de 2016

Nilso Jose Vigolo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LEI Nº. 1.244/2016 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências".

Anderson Gláucio Andrade, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Executivo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor de **R$ 129.368,60(Cento e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos)**, alocados na seguinte dotação:

12–SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

04– FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

08–ASSISTÊNCIA SOCIAL

244–ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005-Atenção à Família

1.071– Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - FUMIS

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 23.183,78

FONTE DE RECURSO: 4403 – Recursos de Exercícios Anteriores – Transferências do Estado para Ass. Social

12–SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

04– FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

08–ASSISTÊNCIA SOCIAL

244–ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005-Atenção à Família

2.066– Manutenção das Atividades do CRAS

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 15.000,00

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 4403 – Recursos de Exercícios Anteriores – Transferências do Estado para Ass. Social

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 54.944,95

FONTE DE RECURSO: 4401 – Recursos **de Exercícios Anteriores** – Transferências FNAS

12–SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

04– FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

08–ASSISTÊNCIA SOCIAL

244–ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1005-Atenção à Família

2.063– Manutenção do Programa Bolsa Família

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 16.239,87

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 15.000,00

FONTE DE RECURSO: 4401 – Recursos **de Exercícios Anteriores** – **Transferências FNAS**

Art.2º Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no Art. 1º para a fonte de recursos 4401 e 4403, serão resultantes de Superávit Financeiro registrado na mesma fonte.

Art. 3º Ficam autorizadas as alterações/inclusões necessárias, na Lei 1. 098/2013 – Plano Plurianual bem como na Lei 1.233/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 para a abertura deste crédito especial.

Art. 4º Fica autorizado, se necessário, a suplementação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea "b" da Lei 1.238/15 Lei Orçamentária Anual.

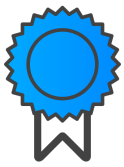
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIROO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Feb 04 21:36:06 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)